

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	20
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	23
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	24
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	25
Demonstração de Valor Adicionado	26

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	28

Notas Explicativas	73

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	415

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	416

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	418
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	423

Índice

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	424
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	425
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	426

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.865.417.020
Preferenciais	0
Total	2.865.417.020
Em Tesouraria	
Ordinárias	11.974.636
Preferenciais	0
Total	11.974.636

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	1.988.645.574	1.782.539.204	1.550.760.109
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	51.538.342	173.400.753	69.713.238
1.01.01	Caixa	15.285.225	14.239.838	12.800.038
1.01.02	Aplicações de Liquidez	36.253.117	159.160.915	56.913.200
1.02	Ativos Financeiros	1.798.690.747	1.486.913.508	1.365.997.433
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	75.504.036	60.308.542	65.124.107
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	7.023.079	13.530.874	1.541.928
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	4.922.226	9.999.449	718.815
1.02.02.02	Derivativos	2.100.853	3.531.425	823.113
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	299.375.933	249.646.301	168.305.631
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	299.375.933	249.646.301	168.305.631
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	1.416.787.699	1.163.427.791	1.131.025.767
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	81.094.541	77.197.161	77.833.148
1.02.04.02	Aplicações no Mercado Aberto	482.464.274	346.970.027	367.223.882
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	26.654.068	22.770.439	23.973.406
1.02.04.04	Operações de Crédito	770.469.717	669.332.086	610.786.159
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-47.406.891	-47.314.670	-41.558.545
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	103.511.990	94.472.748	92.767.717
1.03	Tributos	63.678.242	64.737.934	67.223.491
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	8.329.577	7.812.278	8.792.228
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	55.348.665	56.925.656	58.431.263
1.04	Outros Ativos	25.118.372	10.944.189	6.044.803
1.04.03	Outros	25.118.372	10.944.189	6.044.803
1.05	Investimentos	34.366.666	32.363.137	28.297.912
1.05.01	Participações em Coligadas	6.066.640	5.448.436	5.031.593
1.05.03	Participações em Controladas	28.114.861	26.748.816	23.102.989
1.05.05	Outros Investimentos	185.165	165.885	163.330
1.06	Imobilizado	8.262.594	8.023.960	7.698.876

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.06.01	Imobilizado de Uso	20.014.870	19.481.691	18.160.909
1.06.01.01	Valor de Custo do Imobilizado de Uso	20.016.624	19.515.238	18.183.285
1.06.01.02	Perdas por Redução ao Valor Recuperável	-1.754	-33.547	-22.376
1.06.03	Depreciação Acumulada	-11.752.276	-11.457.731	-10.462.033
1.07	Intangível	6.990.611	6.155.723	5.784.356
1.07.01	Intangíveis	14.423.329	12.672.239	10.749.350
1.07.01.01	Valor de Custo dos Intangíveis	16.404.185	13.693.901	11.759.011
1.07.01.02	Perdas por Redução ao Valor Recuperável	-1.980.856	-1.021.662	-1.009.661
1.07.03	Amortização Acumulada	-7.432.718	-6.516.516	-4.964.994

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	1.988.645.574	1.782.539.204	1.550.760.109
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	4.108.597	5.213.967	3.050.673
2.01.01	Instrumentos financeiros derivativos	4.108.597	5.213.967	3.050.673
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	1.771.550.882	1.589.702.834	1.371.067.089
2.02.01	Depósitos	1.771.550.882	1.589.702.834	1.371.067.089
2.02.01.01	Recursos de instituições financeiras	809.149.735	691.691.613	605.979.736
2.02.01.02	Recursos de clientes	647.616.550	583.654.485	473.726.182
2.02.01.03	Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	201.772.537	204.967.358	209.499.082
2.02.01.06	Outros passivos financeiros	113.012.060	109.389.378	81.862.089
2.03	Provisões	36.029.723	32.993.546	31.036.523
2.04	Passivos Fiscais	16.218.773	10.285.268	9.798.845
2.05	Outros Passivos	26.511.701	27.620.367	36.910.980
2.07	Patrimônio Líquido	134.225.898	116.723.222	98.895.999
2.07.01	Capital Social Realizado	90.000.023	90.000.023	67.000.000
2.07.02	Reservas de Capital	1.399.561	1.397.697	1.365.081
2.07.03	Reservas de Reavaliação	0	2.040	2.169
2.07.04	Reservas de Lucros	51.235.873	39.174.851	53.809.697
2.07.04.01	Reserva Legal	10.237.793	9.259.072	8.633.464
2.07.04.02	Reserva Estatutária	41.273.377	30.194.966	45.500.671
2.07.04.09	Ações em Tesouraria	-275.297	-279.187	-324.438
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	-8.409.559	-13.851.389	-23.280.948

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	130.254.642	121.738.381	128.406.187
3.01.01	Operações de Crédito	84.254.591	84.021.801	79.528.165
3.01.03	Resultado de Operações com TVM	42.786.793	31.856.757	44.456.630
3.01.04	Resultado de IFD	1.257.206	3.244.271	433.208
3.01.05	Resultado de Operações de Câmbio	-84.759	903.789	881.561
3.01.06	Resultado das Aplicações Compulsórias	1.966.213	1.324.262	2.371.998
3.01.07	Operações de venda ou de Transferência de Ativos Fin	-87.852	237.002	428.587
3.01.08	Resultado de outros ativos financeiros	162.450	150.499	306.038
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-90.857.409	-100.736.436	-100.644.591
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-56.990.590	-36.494.639	-63.762.741
3.02.02	Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-15.481.440	-38.322.569	-14.351.422
3.02.05	Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	-18.385.379	-25.919.228	-22.530.428
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	39.397.233	21.001.945	27.761.596
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-16.407.071	-11.778.778	-19.154.459
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	18.986.389	19.230.759	19.900.857
3.04.03	Despesas com Pessoal	-19.416.802	-20.804.814	-21.943.743
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-12.646.642	-12.863.669	-12.568.452
3.04.05	Despesas Tributárias	-3.969.483	-3.737.449	-3.530.007
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	8.335.662	5.875.120	8.127.202
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-17.119.147	-11.670.257	-19.680.535
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	9.422.952	12.191.532	10.540.219
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	22.990.162	9.223.167	8.607.137
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-892.335	4.851.328	11.621.925
3.06.01	Corrente	11.462	-189.479	-213.661
3.06.02	Diferido	-903.797	5.040.807	11.835.586
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	22.097.827	14.074.495	20.229.062
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	22.097.827	14.074.495	20.229.062
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-2.523.408	-1.562.340	-2.329.713

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	19.574.419	12.512.155	17.899.349
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	6,86	4,39	6,39

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	19.574.419	12.512.155	17.899.349
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	5.394.127	9.435.355	-7.261.608
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-3.671.960	1.038.008	815.185
4.02.01.01	Ganhos/perdas ã realizados s/ ativos financeiros disponíveis p/ venda	-6.435.277	-608.341	1.879.300
4.02.01.02	Ganhos/perdas realizados s/ ativos financeiros disponíveis / venda	1.622.708	1.708.921	187.208
4.02.01.03	Efeito tributário s/ ativos financeiros disponíveis para venda	1.646.032	-26.896	-522.994
4.02.01.04	Ajustes de conversão de investimentos no exterior	-505.423	-35.676	-728.329
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	9.066.087	8.397.347	-8.076.793
4.02.02.01	Ganhos/perdas em remensurações de planos de benefícios	16.936.729	15.269.708	-16.820.887
4.02.02.02	Efeito tributário em remensurações de planos de benefícios	-7.870.642	-6.872.361	8.744.094
4.03	Participação em Resultados Abrangentes de Invest. Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	47.703	-5.796	134.776
4.03.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	47.703	-5.796	134.776
4.03.01.01	Ganhos/perdas ã realizados s/ ativos financeiros disponíveis para venda	-316.409	-9.422	211.929
4.03.01.02	Ganho/perdas ã realizados s/ hedge de fluxo de caixa	426.042	19.703	-32.516
4.03.01.03	Ganhos/perdas ã realizados s/ outros resultados abrangentes	-4.411	10.608	-6.786
4.03.01.04	Efeito tributário s/ participação no resultado abrangente de investimentos	-57.519	-26.685	-37.851
4.04	Resultado Abrangente do Período	25.016.249	21.941.714	10.772.517

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-49.713.559	195.193.615	51.019.061
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	42.101.805	41.926.178	38.790.642
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	22.990.162	9.223.167	8.607.137
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	19.111.643	32.703.011	30.183.505
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-91.815.364	153.267.437	12.228.419
6.01.02.01	(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	-15.195.494	4.815.565	-6.008.753
6.01.02.02	(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	-139.391.627	20.889.841	-735.987
6.01.02.03	(Aumento) Redução em títulos para negociação	-1.360.849	2.042.738	-17.311.434
6.01.02.04	(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos	325.203	-545.019	-1.816.815
6.01.02.05	(Aumento) Redução na carteira de créditos, líquida de provisões	-116.085.773	-67.365.973	1.039.284
6.01.02.06	(Aumento) Redução em outros ativos financeiros	-7.022.227	6.782.248	14.282.853
6.01.02.07	(Aumento) Redução em outros ativos	-10.160.231	-8.075.516	4.507.486
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-412.780	-79.682	-360.575
6.01.02.09	(Redução) Aumento em recursos de clientes	65.899.060	113.720.252	35.588.778
6.01.02.10	(Redução) Aumento em recursos de instituições financeiras	112.154.842	62.445.821	-9.020.162
6.01.02.11	(Redução) Aumento em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	10.496.519	-2.702.251	2.667.578
6.01.02.12	(Redução) Aumento em outros passivos financeiros	1.127.497	19.847.707	4.610.847
6.01.02.13	(Redução) Aumento em outros passivos	7.810.496	1.491.706	-15.214.681
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-51.321.370	-85.261.043	-27.012.379
6.02.01	Aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	-238.730.884	-196.055.292	-147.294.483
6.02.02	Alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	195.730.916	110.276.495	114.399.921
6.02.03	Aquisição de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	-8.903.746	-4.955.070	-1.305.494
6.02.04	Resgate de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	1.561.986	346.477	4.088.856
6.02.05	Dividendos recebidos de coligadas e controladas	3.741.008	7.016.288	8.316.487
6.02.06	Aquisição de imobilizado de uso	-1.621.993	-1.654.437	-1.651.586
6.02.07	Alienação de imobilizado de uso	77.057	40.907	69.820
6.02.08	Aquisição de investimentos	-912	0	-895.000
6.02.09	Alienação de investimentos	0	0	2.201

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.02.10	Aquisição de intangíveis	-3.174.802	-2.068.206	-2.743.101
6.02.11	Caixa recebido na redução de capital da BB Seguridade	0	1.791.795	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-23.134.171	-16.986.108	-11.600.375
6.03.01	(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada	-14.391.465	-4.861.276	-8.337.734
6.03.02	(Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida	-2.287.741	-7.925.255	1.039.162
6.03.03	(Aquisição) alienação de ações em tesouraria	0	0	2.819.200
6.03.04	Juros sobre o capital próprio pagos	-6.454.965	-4.199.577	-7.121.003
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	2.306.688	10.741.051	1.243.532
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-121.862.412	103.687.515	13.649.839
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	173.400.753	69.713.238	56.063.399
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	51.538.341	173.400.753	69.713.238

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	90.000.023	1.118.510	39.454.038	2.040	0	-13.851.389	116.723.222
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	90.000.023	1.118.510	39.454.038	2.040	0	-13.851.389	116.723.222
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	9	-5.389.437	0	-2.129.890	0	-7.519.318
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	9	-9	0	0	0	0
5.04.05.01	Ações em Tesouraria Canceladas	0	9	-9	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-212.107	0	-1.008.146	0	-1.220.253
5.04.06.01	Dividendos/JCP prescritos	0	0	0	0	7.158	0	7.158
5.04.06.02	Destinação do lucro - Dividendos	0	0	-212.107	0	-1.015.304	0	-1.227.411
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-5.177.321	0	-1.121.744	0	-6.299.065
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	19.574.419	5.441.830	25.016.249
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	19.574.419	0	19.574.419
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	5.441.830	5.441.830
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	5.745	17.446.569	-2.040	-17.444.529	0	5.745
5.06.01	Constituição de Reservas	0	5.745	17.446.569	0	-17.446.569	0	5.745
5.06.01.01	Transações com pagamentos baseados em ações	0	5.745	0	0	0	0	5.745
5.06.01.03	Destinação do lucro para reservas	0	0	17.446.569	0	-17.446.569	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-2.040	2.040	0	0
5.06.02.01	Realização de reserva de reavaliação em coligadas e controladas	0	0	0	-2.040	2.040	0	0
5.07	Saldos Finais	90.000.023	1.124.264	51.511.170	0	0	-8.409.559	134.225.898

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	67.000.000	1.040.643	54.134.135	2.169	0	-23.280.948	98.895.999
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	67.000.000	1.040.643	54.134.135	2.169	0	-23.280.948	98.895.999
5.04	Transações de Capital com os Sócios	23.000.023	0	-26.187.211	0	-1.005.170	0	-4.192.358
5.04.01	Aumentos de Capital	23.000.023	0	-23.000.000	0	0	0	23
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	4.508	0	4.508
5.04.06.01	Dividendos/JCP prescritos	0	0	0	0	4.508	0	4.508
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-3.187.211	0	-1.009.678	0	-4.196.889
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	12.512.155	9.429.559	21.941.714
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	12.512.155	0	12.512.155
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	9.429.559	9.429.559
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	77.867	11.507.114	-129	-11.506.985	0	77.867
5.06.01	Constituição de Reservas	0	77.867	11.507.114	0	-11.507.114	0	77.867
5.06.01.01	Transações com pagamentos baseados em ações	0	77.048	0	0	0	0	77.048
5.06.01.02	Oferta subsequente de ações (follow on)	0	819	0	0	0	0	819
5.06.01.03	Destinação do lucro para reservas	0	0	11.507.114	0	-11.507.114	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-129	129	0	0
5.06.02.01	Realização de reserva de reavaliação em coligadas e controladas	0	0	0	-129	129	0	0
5.07	Saldos Finais	90.000.023	1.118.510	39.454.038	2.040	0	-13.851.389	116.723.222

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	67.000.000	-1.818.739	42.960.161	2.240	0	-16.154.116	91.989.546
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	67.000.000	-1.818.739	42.960.161	2.240	0	-16.154.116	91.989.546
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.779.127	-5.713.649	0	-1.011.797	0	-3.946.319
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	2.779.127	0	0	0	0	2.779.127
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	7.095	0	7.095
5.04.06.01	Dividendos/JCP prescritos	0	0	0	0	7.095	0	7.095
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-5.713.649	0	-1.018.892	0	-6.732.541
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	17.899.349	-7.126.832	10.772.517
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	17.899.349	0	17.899.349
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-7.126.832	-7.126.832
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	80.255	16.887.623	-71	-16.887.552	0	80.255
5.06.01	Constituição de Reservas	0	80.255	16.887.623	0	-16.887.623	0	80.255
5.06.01.01	Transações com pagamentos baseados em ações	0	80.255	0	0	0	0	80.255
5.06.01.03	Destinação do lucro para reservas	0	0	16.887.623	0	-16.887.623	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-71	71	0	0
5.06.02.01	Realização de reserva de reavaliação em coligadas e controladas	0	0	0	-71	71	0	0
5.07	Saldos Finais	67.000.000	1.040.643	54.134.135	2.169	0	-23.280.948	98.895.999

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	123.853.332	108.266.628	113.368.280
7.01.01	Intermediação Financeira	130.254.642	121.738.381	128.406.187
7.01.02	Prestação de Serviços	18.986.389	19.230.759	19.900.857
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-18.385.379	-25.919.228	-22.530.428
7.01.04	Outras	-7.002.320	-6.783.284	-12.408.336
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-72.472.030	-74.817.208	-78.114.163
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.325.310	-7.501.150	-7.605.135
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-526.047	-524.198	-579.747
7.03.02	Serviços de Terceiros	-990.474	-877.477	-833.612
7.03.04	Outros	-6.808.789	-6.099.475	-6.191.776
7.03.04.01	Comunicações	-439.934	-653.945	-698.899
7.03.04.02	Processamento de Dados	-842.501	-811.600	-795.863
7.03.04.03	Transporte	-572.904	-768.092	-788.172
7.03.04.04	Serviços de Vigilância e Segurança	-1.134.400	-1.131.762	-1.127.160
7.03.04.05	Serviços do Sistema Financeiro	-928.084	-836.279	-755.848
7.03.04.06	Propaganda e Publicidade	-487.678	-432.413	-475.389
7.03.04.07	Manutenção e Conservação de Bens	-1.027.543	-961.089	-976.949
7.03.04.08	Outras	-459.106	-504.295	-573.496
7.03.04.09	Perdas por redução ao valor recuperável	-916.639	0	0
7.04	Valor Adicionado Bruto	43.055.992	25.948.270	27.648.982
7.05	Retenções	-2.763.722	-3.096.198	-2.825.398
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.763.722	-3.096.198	-2.825.398
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	40.292.270	22.852.072	24.823.584
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.422.952	12.191.532	10.540.219
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.422.952	12.191.532	10.540.219
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	49.715.222	35.043.604	35.363.803
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	49.715.222	35.043.604	35.363.803
7.09.01	Pessoal	21.493.600	20.024.149	21.888.274

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.09.01.01	Remuneração Direta	15.714.779	13.603.302	15.787.410
7.09.01.02	Benefícios	3.320.060	3.364.363	3.659.832
7.09.01.03	F.G.T.S.	776.213	729.769	750.901
7.09.01.04	Outros	1.682.548	2.326.715	1.690.131
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.312.192	1.229.127	-5.706.735
7.09.02.01	Federais	6.247.636	153.876	-6.798.711
7.09.02.02	Estaduais	906	737	1.104
7.09.02.03	Municipais	1.063.650	1.074.514	1.090.872
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	1.335.011	1.278.173	1.282.915
7.09.03.01	Aluguéis	1.335.011	1.278.173	1.282.915
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	19.574.419	12.512.155	17.899.349
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	6.299.065	4.196.889	6.732.541
7.09.04.02	Dividendos	1.227.411	0	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	12.047.943	8.315.266	11.166.808

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	1.899.340.511	1.693.794.003	1.452.266.807
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	54.494.681	176.189.508	71.936.023
1.01.01	Caixa	18.023.001	16.784.560	14.171.188
1.01.02	Aplicações de Liquidez	36.471.680	159.404.948	57.764.835
1.02	Ativos Financeiros	1.700.800.619	1.392.257.972	1.260.858.569
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	75.504.036	60.308.542	65.124.107
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	11.739.070	15.670.822	3.805.548
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	9.604.035	12.143.486	2.984.613
1.02.02.02	Derivativos	2.135.035	3.527.336	820.935
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	305.490.911	256.553.310	172.278.448
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	305.490.911	256.553.310	172.278.448
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	1.308.066.602	1.059.725.298	1.019.650.466
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.800.313	9.287.680	9.311.330
1.02.04.02	Aplicações no Mercado Aberto	482.043.522	346.969.408	361.255.502
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	33.107.809	24.946.064	25.422.830
1.02.04.04	Operações de Crédito	734.290.606	633.402.350	579.516.786
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	46.824.352	45.119.796	44.144.018
1.03	Tributos	65.009.496	65.956.124	68.083.473
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	7.345.674	7.153.007	8.049.319
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	57.663.822	58.803.117	60.034.154
1.04	Outros Ativos	39.152.606	23.982.917	16.578.300
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	417.340	500.059	367.764
1.04.03	Outros	38.735.266	23.482.858	16.210.536
1.05	Investimentos	19.446.188	17.906.810	17.414.813
1.05.01	Participações em Coligadas	19.446.188	17.906.810	17.414.813
1.06	Imobilizado	13.401.651	11.275.605	11.475.080
1.06.01	Imobilizado de Uso	8.982.146	8.545.213	8.042.835
1.06.02	Direito de Uso de Arrendamento	4.419.505	2.730.392	3.432.245

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.07	Intangível	7.035.270	6.225.067	5.920.549
1.07.01	Intangíveis	7.035.270	6.225.067	5.920.549

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	1.899.340.511	1.693.794.003	1.452.266.807
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	2.053.161	3.098.315	961.636
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	1.679.166.834	1.500.172.488	1.272.377.717
2.02.01	Depósitos	671.269.541	601.984.265	485.002.305
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	621.836.755	503.722.822	404.355.327
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	26.167.697	25.945.382	29.459.001
2.02.04	Outras Captações	359.892.841	368.520.019	353.561.084
2.02.04.01	Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	292.677.975	298.176.293	301.744.568
2.02.04.02	Outros passivos financeiros	67.214.866	70.343.726	51.816.516
2.03	Provisões	19.488.820	16.894.620	13.843.096
2.03.01	Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	16.726.539	14.519.222	12.930.747
2.03.02	Provisões para perdas esperadas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	2.762.281	2.375.398	912.349
2.04	Passivos Fiscais	12.197.350	6.417.506	5.931.522
2.05	Outros Passivos	40.324.113	39.349.790	49.181.457
2.07	Patrimônio Líquido Consolidado	146.110.233	127.861.284	109.971.379
2.07.01	Patrimônio Líquido Atribuído ao Controlador	142.751.482	125.099.772	107.734.738
2.07.01.01	Capital Social Realizado	98.100.023	98.100.023	75.100.000
2.07.01.02	Reservas de Capital	6.350.720	6.344.966	6.253.263
2.07.01.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	6.627.633	6.625.608	6.592.899
2.07.01.02.05	Ações em Tesouraria	-276.913	-280.642	-339.636
2.07.01.04	Reservas de Lucros	51.180.290	39.198.468	53.814.656
2.07.01.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	51.180.290	39.198.468	53.814.656
2.07.01.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-4.817.560	-4.447.316	-4.046.637
2.07.01.08	Outros Resultados Abrangentes	-8.061.991	-14.096.369	-23.386.544
2.07.02	Patrimônio Líquido Atribuído aos Não Controladores	3.358.751	2.761.512	2.236.641

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	125.947.217	98.659.704	123.105.325
3.01.01	Receita de Juros	125.947.217	98.659.704	123.105.325
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-66.273.138	-43.232.120	-69.306.296
3.02.01	Despesa de Juros	-66.273.138	-43.232.120	-69.306.296
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	59.674.079	55.427.584	53.799.029
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-35.684.288	-43.850.581	-42.659.517
3.04.01	Despesa de Provisão para Perda Esperada para Risco de Crédito	-12.863.436	-19.687.420	-19.947.570
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	22.668.819	22.666.341	23.716.793
3.04.03	Despesas com Pessoal	-23.524.659	-21.688.312	-22.797.977
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-7.535.192	-7.421.859	-7.523.051
3.04.05	Despesas Tributárias	-5.722.627	-5.168.082	-5.002.706
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	8.159.428	1.382.179	11.134.410
3.04.06.01	Ganhos líquidos sobre instrumentos financeiros	199.415	1.886.264	511.375
3.04.06.02	Resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras	-1.286.536	-7.082.412	-703.251
3.04.06.03	Outras	9.246.549	6.578.327	11.326.286
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-19.953.365	-16.255.349	-26.283.829
3.04.07.01	Amortização de ativos intangíveis	-1.420.318	-1.807.612	-1.627.247
3.04.07.02	Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	-7.515.682	-5.742.025	-11.805.233
3.04.07.03	Depreciação	-2.574.102	-2.406.382	-2.359.154
3.04.07.04	Outras	-8.443.263	-6.299.330	-10.492.195
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	3.086.744	2.321.921	4.044.413
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	23.989.791	11.577.003	11.139.512
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.266.920	1.715.880	7.748.806
3.06.01	Corrente	-3.544.398	-3.591.017	-4.989.835
3.06.02	Diferido	-722.522	5.306.897	12.738.641
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	19.722.871	13.292.883	18.888.318
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	19.722.871	13.292.883	18.888.318
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido Consolidado do Período	19.722.871	13.292.883	18.888.318

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.11.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	18.344.326	11.851.616	16.396.896
3.11.02	Atribuído aos Sócios não Controladores	1.378.545	1.441.267	2.491.422
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	6,43	4,16	5,86
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	6,43	4,16	5,86

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	19.722.871	13.292.883	18.888.318
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	6.003.378	9.339.311	-7.228.620
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-3.062.709	941.964	848.173
4.02.01.01	Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao VJORA	-5.543.864	-1.104.547	1.729.397
4.02.01.02	Ganhos/(perdas) realizados sobre ativos ao VJORA - reclassificados para o resultado	1.581.585	1.735.473	156.663
4.02.01.03	Efeito tributário	1.072.768	211.190	-478.294
4.02.01.04	Ajuste de conversão de investimentos no exterior	-173.198	99.848	-559.593
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	9.066.087	8.397.347	-8.076.793
4.02.02.01	Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	16.936.729	15.269.708	-16.820.887
4.02.02.02	Efeito tributário	-7.870.642	-6.872.361	8.744.094
4.03	Participação em Resultados Abrangentes de Invest. Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	56.231	-113.342	200.770
4.03.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	56.231	-113.342	200.770
4.03.01.01	Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao VJORA	-381.266	-258.047	442.989
4.03.01.02	Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	474.077	23.968	-50.970
4.03.01.03	Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	-4.411	10.608	-6.786
4.03.01.04	Efeito tributário	-32.169	110.129	-184.463
4.04	Resultado Abrangente do Período	25.782.480	22.518.852	11.860.468
4.04.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	24.378.704	21.141.791	9.492.277
4.04.02	Atribuído aos Sócios da Empresa não Controladora	1.403.776	1.377.061	2.368.191

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-44.779.882	210.632.695	56.703.379
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	52.610.704	43.332.869	44.997.792
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	19.722.871	13.292.883	18.888.318
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	32.887.833	30.039.986	26.109.474
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-97.390.586	167.299.826	11.705.587
6.01.02.01	Variação Líquida em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	-15.195.494	4.815.565	-6.008.752
6.01.02.02	Variação Líquida em empréstimos a instituições financeiras	-2.518.070	1.322.771	-757.169
6.01.02.03	Variação Líquida em aplicações em operações compromissadas	-135.074.114	14.286.094	3.457.921
6.01.02.04	Variação Líquida em ativos financeiros ao VJR	3.931.752	-11.865.274	3.072.071
6.01.02.05	Variação Líquida em empréstimos a clientes	-120.381.990	-79.828.845	31.443
6.01.02.06	Variação Líquida em ativos não correntes disponíveis para venda	182.363	88.695	193
6.01.02.07	Variação Líquida em outros ativos	-26.034.002	-17.553.581	-17.034.467
6.01.02.08	Variação Líquida em depósitos de clientes	69.285.276	116.981.960	32.634.129
6.01.02.09	Variação Líquida em valores a pagar a instituições financeiras	222.315	-3.513.619	-4.614.438
6.01.02.10	Variação Líquida em passivos financeiros ao VJR	-1.045.154	2.136.679	152.335
6.01.02.11	Variação Líquida em obrigações por operações compromissadas	118.113.933	99.367.495	1.454.125
6.01.02.12	Variação Líquida em obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	11.134.522	9.219.355	-2.736.053
6.01.02.13	Variação Líquida em outros passivos	3.677.212	35.102.830	6.586.832
6.01.02.14	Caixa pago em impostos	-3.689.135	-3.260.299	-4.532.583
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-53.486.272	-95.707.601	-30.242.912
6.02.01	Compra de Ativos financeiros ao VJORA	-262.770.205	-213.784.964	-150.372.171
6.02.02	Venda de Ativos Financeiros ao VJORA	219.830.370	125.617.520	116.287.254
6.02.03	Compra de Ativos financeiros ao CA	-9.117.924	-6.133.568	-1.477.342
6.02.04	Resgate de Ativos fianceiros ao CA	2.011.536	346.477	2.348.583
6.02.05	Compra de ativo imobilizado	-1.769.472	-1.715.251	-1.729.581
6.02.06	Venda de ativo imobilizado	4.901	287	4.209
6.02.07	Aquisição de investimentos em coligadas e joint ventures	0	-35.018	0
6.02.08	Alienação de investimentos em coligadas e joint ventures	0	2.625	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.02.09	Aquisição de ativos intangíveis	-3.180.951	-2.738.234	-4.576.455
6.02.10	Alienação de ativos intangíveis	0	662.828	1.885.064
6.02.11	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	2.031.955	2.265.323	1.473.059
6.02.12	Resgate de ações preferenciais da UBS BB	0	145.000	0
6.02.13	Aporte de capital social	-526.482	-899.939	0
6.02.14	Resgate de ações Cateno	0	559.313	0
6.02.15	Caixa líquido recebido na alienação do IRB	0	0	4.181.779
6.02.16	Caixa líquido recebido na alienação da Neoenergia	0	0	1.732.689
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-24.982.150	-20.992.277	-14.670.862
6.03.01	Liquidação de passivos de longo prazo	-16.653.580	-12.787.630	-7.284.291
6.03.02	Juros de instrumento elegível a capital principal pagos	-121.748	-236.577	-209.494
6.03.03	Liquidação de arrendamentos	-1.102.942	-1.004.572	-985.133
6.03.04	Dividendos ou juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas controladores	-6.454.965	-4.199.577	-7.121.003
6.03.05	Dividendos ou juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas não controladores	-669.655	-1.871.080	-1.876.305
6.03.06	Captação de passivos de longo prazo	20.740	0	0
6.03.07	Efeito líquido na alienação de ações em tesouraria	0	15.268	2.805.364
6.03.08	Caixa pago aos acionistas não controladores na redução de capital da BB Seguridade	0	-908.109	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	1.553.477	10.320.668	-158.785
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-121.694.827	104.253.485	11.630.820
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	176.189.508	71.936.023	60.305.203
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	54.494.681	176.189.508	71.936.023

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Iniciais	98.100.023	6.344.966	39.198.468	0	-4.447.316	-14.096.369	125.099.772	2.761.512	127.861.284
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	98.100.023	6.344.966	39.198.468	0	-4.447.316	-14.096.369	125.099.772	2.761.512	127.861.284
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.754	-5.389.437	0	-2.269.062	0	-7.652.745	-1.058.903	-8.711.648
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	5.745	0	0	0	0	5.745	0	5.745
5.04.02.01	Transações com pagamento baseado em Ações	0	5.745	0	0	0	0	5.745	0	5.745
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	9	-9	0	0	0	0	0	0
5.04.05.01	Ações em Tesouraria Canceladas	0	9	-9	0	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-10.266	0	-10.266	-1.832	-12.098
5.04.06.01	Outras transações	0	0	0	0	-10.266	0	-10.266	-1.832	-12.098
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-5.389.428	0	-2.258.796	0	-7.648.224	-1.057.071	-8.705.295
5.04.07.01	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-5.389.428	0	-2.137.048	0	-7.526.476	-1.057.071	-8.583.547
5.04.07.02	Juros sobre Instrumento Elegível a Capital Principal	0	0	0	0	-121.748	0	-121.748	0	-121.748
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	18.344.326	6.034.378	24.378.704	1.403.776	25.782.480
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	18.344.326	0	18.344.326	1.378.545	19.722.871
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	6.034.378	6.034.378	25.231	6.059.609
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	17.371.259	0	-16.445.508	0	925.751	252.366	1.178.117
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	17.371.259	0	-16.445.508	0	925.751	252.366	1.178.117
5.06.01.01	Constituição de Reservas de Lucros	0	0	17.371.259	0	-17.371.259	0	0	0	0
5.06.01.02	Ajustes de Hiperinflação da Argentina	0	0	0	0	925.751	0	925.751	252.366	1.178.117
5.07	Saldo Finais	98.100.023	6.350.720	51.180.290	0	-4.817.560	-8.061.991	142.751.482	3.358.751	146.110.233

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	75.100.000	6.253.263	53.814.656	0	-4.046.637	-23.386.544	107.734.738	2.236.641	109.971.379
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	75.100.000	6.253.263	53.814.656	0	-4.046.637	-23.386.544	107.734.738	2.236.641	109.971.379
5.04	Transações de Capital com os Sócios	23.000.023	91.703	-26.187.211	0	-1.241.747	0	-4.337.232	-1.001.431	-5.338.663
5.04.01	Aumentos de Capital	23.000.023	0	-23.000.000	0	0	0	23	0	23
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	91.703	0	0	0	0	91.703	0	91.703
5.04.02.01	Transações com pagamento baseado em Ações	0	77.048	0	0	0	0	77.048	0	77.048
5.04.02.02	Oferta subsequente de Ações	0	14.655	0	0	0	0	14.655	0	14.655
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	4.508	0	4.508	30.443	34.951
5.04.06.01	Outras transações	0	0	0	0	4.508	0	4.508	30.443	34.951
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-3.187.211	0	-1.246.255	0	-4.433.466	-1.031.874	-5.465.340
5.04.07.01	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-3.187.211	0	-1.009.678	0	-4.196.889	-1.031.874	-5.228.763
5.04.07.02	Juros sobre Instrumento Elegível a Capital Principal	0	0	0	0	-236.577	0	-236.577	0	-236.577
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	11.851.616	9.290.175	21.141.791	1.377.061	22.518.852
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	11.851.616	0	11.851.616	1.441.267	13.292.883
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	9.290.175	9.290.175	-64.206	9.225.969
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	11.571.023	0	-11.010.548	0	560.475	149.241	709.716
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	11.571.023	0	-11.010.548	0	560.475	149.241	709.716
5.06.01.01	Constituição de Reservas de Lucros	0	0	11.571.023	0	-11.571.023	0	0	0	0
5.06.01.02	Ajustes de Hiperinflação da Argentina	0	0	0	0	560.475	0	560.475	149.241	709.716
5.07	Saldos Finais	98.100.023	6.344.966	39.198.468	0	-4.447.316	-14.096.369	125.099.772	2.761.512	127.861.284

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	75.100.000	3.407.717	42.612.582	0	-2.745.459	-16.481.925	101.892.915	2.647.056	104.539.971
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	75.100.000	3.407.717	42.612.582	0	-2.745.459	-16.481.925	101.892.915	2.647.056	104.539.971
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.845.546	-5.713.649	0	-1.221.291	0	-4.089.394	-2.890.899	-6.980.293
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	66.419	0	0	0	0	66.419	-756.834	-690.415
5.04.02.01	Transações com pagamento baseado em ações	0	80.255	0	0	0	0	80.255	0	80.255
5.04.02.02	Oferta subsequente de ações (follow on)	0	-13.836	0	0	0	0	-13.836	0	-13.836
5.04.02.03	Redução do capital social da BB Seguridade	0	0	0	0	0	0	0	-756.834	-756.834
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	2.779.127	0	0	0	0	2.779.127	0	2.779.127
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	7.095	0	7.095	-142.227	-135.132
5.04.06.01	Outras transações	0	0	0	0	7.095	0	7.095	-142.227	-135.132
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-5.713.649	0	-1.228.386	0	-6.942.035	-1.991.838	-8.933.873
5.04.07.01	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-5.713.649	0	-1.018.892	0	-6.732.541	-1.991.838	-8.724.379
5.04.07.02	Juros sobre Instrumento Elegível a Capital Principal	0	0	0	0	-209.494	0	-209.494	0	-209.494
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	16.396.896	-6.904.619	9.492.277	2.368.191	11.860.468
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	16.396.896	0	16.396.896	2.491.422	18.888.318
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-6.904.619	-6.904.619	-123.231	-7.027.850
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	16.915.723	0	-16.476.783	0	438.940	112.293	551.233
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	16.915.723	0	-16.476.783	0	438.940	112.293	551.233
5.06.01.01	Constituição de Reservas de Lucros	0	0	16.915.723	0	-16.915.723	0	0	0	0
5.06.01.02	Ajustes de Hiperinflação da Argentina	0	0	0	0	438.940	0	438.940	112.293	551.233
5.07	Saldos Finais	75.100.000	6.253.263	53.814.656	0	-4.046.637	-23.386.544	107.734.738	2.236.641	109.971.379

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	143.912.028	103.020.804	138.008.958
7.01.01	Intermediação Financeira	126.146.632	100.545.968	123.616.700
7.01.02	Prestação de Serviços	30.628.832	22.162.256	34.339.828
7.01.03	Provisão/Reversão Perdas Esperadas de Risco de Crédito	-12.863.436	-19.687.420	-19.947.570
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-66.273.138	-43.232.120	-69.306.296
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-23.417.160	-19.405.383	-29.757.679
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-6.376.264	-6.421.362	-6.561.333
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.081.951	-942.666	-898.918
7.03.04	Outros	-15.958.945	-12.041.355	-22.297.428
7.03.04.01	Atualização de obrigações atuariais	-1.172.648	-1.707.594	-1.394.073
7.03.04.02	Prêmios pagos a clientes	-1.566.599	-1.246.651	-1.656.474
7.03.04.03	Atualização de depósitos em garantia	-340.040	-212.623	-1.453.668
7.03.04.04	Falhas em serviço e perdas operacionais	-442.386	-186.351	-146.547
7.03.04.05	Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	-20.622	-26.740	-33.487
7.03.04.06	Outras	-12.416.650	-8.661.396	-17.613.179
7.04	Valor Adicionado Bruto	54.221.730	40.383.301	38.944.983
7.05	Retenções	-3.994.420	-4.213.994	-3.986.401
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.994.420	-4.213.994	-3.986.401
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	50.227.310	36.169.307	34.958.582
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.086.744	2.321.921	4.044.413
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.086.744	2.321.921	4.044.413
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	53.314.054	38.491.228	39.002.995
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	53.314.054	38.491.228	39.002.995
7.09.01	Pessoal	23.524.659	21.688.312	22.797.977
7.09.01.01	Remuneração Direta	15.304.716	13.454.698	14.294.253
7.09.01.02	Benefícios	4.349.702	4.368.540	4.606.364
7.09.01.03	F.G.T.S.	799.559	755.015	776.782
7.09.01.04	Outros	3.070.682	3.110.059	3.120.578

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.989.547	3.452.202	-2.746.100
7.09.02.01	Federais	8.100.982	1.775.805	-4.445.812
7.09.02.02	Estaduais	906	737	1.104
7.09.02.03	Municipais	1.887.659	1.675.660	1.698.608
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	76.977	57.831	62.800
7.09.03.01	Aluguéis	76.977	57.831	62.800
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	19.722.871	13.292.883	18.888.318
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	6.299.065	4.196.889	6.732.541
7.09.04.02	Dividendos	2.254.014	1.031.840	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	9.791.247	6.622.887	9.664.355
7.09.04.04	Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos	1.378.545	1.441.267	2.491.422

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Índice dos Relatórios da Administração

1. Relatório da Administração referente às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.
2. Relatório da Administração referente às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. Relatório da Administração referente às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Relatório da Administração IFRS

2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Carta da Administração

Finalizamos o ano de 2021 com um resultado histórico de R\$ 19,7 bilhões fruto do sólido desempenho dos nossos negócios, do rigoroso controle de despesas como prioridade de gestão e especialmente da centralidade no cliente. Acreditamos que o atendimento de excelência, especializado e disponível em múltiplos canais, e a atuação sustentável, que gera externalidades positivas para nossos públicos de relacionamento, contribuem para a evolução crescente dos resultados e permitem a realização diária do nosso propósito, que é cuidar do que é valioso para as pessoas.

Otimizamos nossos modelos de atuação junto às pessoas físicas, com especialização e eficiência. Ampliamos em 1,9 milhão nossa base de clientes com atendimento gerenciado que totalizou cerca de oito milhões de pessoas. Com esse movimento, aprimoramos e ampliamos a especialização do atendimento a segmentos e nichos de clientes – como produtores rurais, investidores e pessoas com alta maturidade digital.

Temos trabalhado para a hiperpersonalização do relacionamento e das interações, que acontecem em uma plataforma de canais integrada, que agrega novos formatos de pontos de contato e de atendimento, sejam proprietários ou de parceiros, físicos ou digitais, visando sempre a ofertar a melhor conveniência - onde, como e quando o cliente escolher. A especialização do atendimento também é foco da nossa atuação com as empresas e com o setor público. Contamos com mais de sete mil funcionários exclusivos e capacitados para atender às micro e pequenas empresas, trazendo consultoria e soluções adequadas ao seu perfil.

Para as grandes empresas, o relacionamento próximo se conjuga à assessoria e, nesse sentido, revisamos nossa estrutura de atendimento, oferecendo ainda uma completa plataforma de produtos e serviços. Já para o setor público, ampliamos o relacionamento digital e a assessoria. Com essas iniciativas, foi possível expandir os negócios e ao mesmo tempo aumentar a satisfação em todos os segmentos.

Com atendimento especializado, conhecimento técnico aprofundado e inovação, temos ampliado nosso protagonismo no agronegócio. Anunciamos o maior plano safra de todos os tempos e, nos seis primeiros meses do período, desembolsamos mais de R\$ 89 bilhões, crescimento de 62,8% no comparativo com 2020, reforçando o compromisso do BB como maior parceiro do agronegócio brasileiro.

Lançamos nosso primeiro fundo de investimento de crédito agro, o BB Fundo de Investimento de Crédito FIAGRO – Imobiliário. Ao mesmo tempo em que se trata de uma nova alternativa de financiamento ao setor via mercado de capitais, proporcionamos aos investidores possibilidades de diversificação em ativos com origem nas cadeias produtivas agroindustriais. O fundo captou mais de R\$ 400 milhões em sua oferta pública, tornando-se o maior fundo da modalidade disponível no mercado até então.

Nossa atuação é pautada pela sustentabilidade, presente em nossa estratégia, nas práticas, na gestão e nos negócios. Divulgamos 10 compromissos com o futuro que trazem métricas objetivas de longo prazo e reforçam nosso compromisso com a agenda Ambiental, Social e de Governança (ASG). Dentre eles, destaca-se o cumprimento da compensação de 100% das emissões de gases do efeito estufa nos escopos 1 e 2 em 2021, além da meta de reduzir essas emissões em 30% até 2030.

A carteira de crédito negócios sustentáveis ultrapassou R\$ 291,4 bilhões em 2021 e representa mais de um terço de todo nosso portfólio. Essa carteira é formada por linhas de crédito com elevada adicionalidade ambiental e social, ou destinada a financiar atividades ou segmentos com impactos socioambientais positivos.

Nosso *Framework* de Finanças Sustentáveis, documento que define os critérios de elegibilidade aplicáveis aos ativos sustentáveis, foi atualizado em 2021, com o apoio técnico da consultoria Sitawi Finanças do Bem e com opinião de segunda parte da *Sustainalytics*. Essa revisão alinha o BB às melhores práticas do mercado de captações local e internacional.

Baseados neste *Framework*, em abril, realizamos uma operação de *Sustainable Repo* no valor de US\$ 100 milhões, com o objetivo de captar recursos para refinanciar empréstimos de financiamento agrícola para pequenos produtores rurais e operações para instalação de painéis solares. Também avançamos na captação junto a nossa rede de LCA Verde, que atingiu R\$ 1,2 bilhão em dezembro/2021, cujos recursos são direcionados exclusivamente para operações de agricultura de baixo carbono, energia renovável e demais linhas que atendam aos critérios ASG previstos no *Framework*. Por fim, em janeiro de 2022, emitimos nosso primeiro *social bond* no montante de US\$ 500 milhões, que reforça nosso protagonismo de ser o banco mais sustentável do mundo.

Avançamos na aceleração de nossa transformação digital, com a otimização de nossos modelos de negócios e o uso de inovação aberta e tecnologias digitais para criação de novas fontes de resultado e atuação além do *banking*. Nesse sentido, ampliamos nossa atuação como plataforma com o lançamento do programa Marketplace Afiliados na Loja BB, que também traz *gift cards* e benefícios para nossos clientes. A plataforma digital Broto (broto.com.br), criada para conectar compradores e vendedores do agronegócio interessados em produtos e serviços bancários e não bancários, segue em forte ritmo de expansão.

Para executar toda esta transformação, a atração e a retenção de talentos são fundamentais. Em outubro de 2021, divulgamos o Edital de Abertura da Seleção Externa 2021/001. O concurso público obteve mais de 1,6 milhão de inscritos. Em janeiro de 2022, iniciamos a convocação dos candidatos para nossa rede de atendimento e para as áreas de tecnologia.

Como um importante habilitador para nossa transformação digital, temos investido em treinamento e qualificação, em especial para as habilidades digitais, de modo a possibilitar uma grande transformação cultural. Com o Movimento Evolution, oferecemos incentivos para graduação, pós-graduação *lato sensu*, mestrado e doutorado voltados para tecnologia e inovação, além de bolsas de idiomas e outros treinamentos.

Por meio da nossa premiada Universidade Corporativa (UniBB), engajamos nossos funcionários no desenvolvimento de novas habilidades e conhecimentos. Ampliamos as opções em educação corporativa com parceiros, com destaque para a Alura, o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), o Gartner, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto de Ensino Insper (Brasil). Temos avançado no uso de *people analytics*, ferramenta que se baseia na utilização de dados e inteligência analítica para aprimorar a gestão e otimizar processos, o que nos permite atuar de forma mais

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

inteligente e preditiva, colaborando para a melhoria da experiência e engajamento dos funcionários.

Por fim, destacamos a disciplina na gestão e controle das despesas, que, ao lado da maior geração de receitas, permitiram o aprimoramento da nossa eficiência. Este é um processo de melhoria contínua.

Com iniciativas que aprimoram a experiência do cliente, trazem inovação, amparam o crescimento de negócios de forma sustentável e ampliam a eficiência operacional, será possível continuar gerando retornos consistentes aos nossos acionistas, bem como gerar impacto positivo à sociedade.

Atuação na pandemia

Atuamos de forma a prover suporte aos clientes, com seriedade, rapidez e segurança, ao mesmo tempo em que fortalecemos o nosso compromisso com a sociedade, por meio de ações que visam a apoiar o país a superar este momento de dificuldades. Reforçamos o compromisso de manutenção dos cuidados necessários com a saúde dos nossos funcionários e mantivemos os esforços voltados para o atendimento dos clientes e da população em geral.

Ficamos mais próximos dos clientes nesse momento tão desafiador, levando novas soluções e trazendo a possibilidade de prorrogarem obrigações e ajustarem suas necessidades financeiras e fluxos de caixa, considerando os impactos da pandemia para pessoas e empresas.

Desde o início, o BB reforçou o seu papel de parceiro das micro e pequenas empresas, acompanhando-as de perto nesse período tão desafiador, garantindo a manutenção do crédito na medida certa. Em 2021, foram liberados R\$ 70,4 bilhões entre créditos novos, prorrogações, renegociações e linhas emergenciais, beneficiando 349 mil empresas. Quanto às linhas emergenciais, houve uma nova edição do Pronampe, na qual o BB foi protagonista e liderou as liberações nessa linha de crédito. Foram R\$ 8,1 bilhões liberados, beneficiando 95 mil empresas.

Ao mesmo tempo, avaliamos e monitoramos os potenciais impactos da pandemia na carteira de crédito, considerando as peculiaridades dos diversos segmentos e linhas e temos adotado medidas proativas para a gestão do risco e do capital. Trabalhamos para preservar a continuidade das nossas operações e a sustentabilidade de longo prazo de nossa empresa e do relacionamento com nossos clientes.

Reconhecemos a dedicação dos nossos colaboradores, que têm trabalhado para garantir a prestação de serviços financeiros de qualidade aos clientes e à sociedade, com todas as medidas necessárias para manter o atendimento presencial seguro e a qualidade aos clientes e à sociedade, com todas as medidas necessárias para manter o atendimento presencial seguro.

Experiência do Cliente

A estratégia de clientes do Banco do Brasil está centrada no uso de inteligência analítica aplicada ao conhecimento do cliente, permitindo ainda mais personalização do relacionamento, gerando boas experiências e relevância, para que os clientes tenham acesso a um banco altamente especializado, com produtos, serviços e assessoria adequados às suas necessidades. Estar próximo de nossos clientes proporciona mais satisfação e oportunidades de negócios.

Acreditamos que olhar para o cliente de uma forma mais completa, quebrando as barreiras tradicionais de segmentação, indo além do uso de dados sociais e demográficos, conhecendo seus interesses, hábitos de consumo, estilo de vida, valores, afinidades, conhecendo e valorizando o que é importante para cada um, é o que vai diferenciar cada vez mais a nossa forma de relacionamento e atendimento, ultrapassando o core bancário.

No BB, o cliente conta com atendimento em todo Brasil, no canal que ele escolher. Avançamos na migração de nossa estrutura de atendimento para modelos mais leves e mais eficientes, com destaque para o crescimento de

52,8% dos pontos de correspondentes. Tudo isso resulta em uma experiência integral nos canais e amplia nossa capilaridade, garantindo a melhor conveniência para nossos clientes.

Nos últimos anos, houve uma evolução significativa da migração das transações para canais digitais. Ao mesmo tempo, mantém-se relevante o contato humano, por meio físico ou remoto, para assessoria, realização de negócios e demandas de maior complexidade.

A complementaridade é necessária para que a experiência seja fluída, no autosserviço digital, no atendimento presencial ou no remoto.

Nesse contexto, o BB ampliou o modelo de atendimento gerenciado para pessoas físicas em Escritórios Leves, direcionado para clientes com maturidade digital, ou seja, aqueles que realizam as transações bancárias e de consumo preferencialmente nos canais digitais, buscando elevar a experiência e a fidelização desse público.

Nesse modelo, a interface predominante é digital e ocorre por meio de interações e trocas de mensagens instantâneas entre o gerente e o cliente, em ambiente

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

logado na *internet* ou *mobile*, entregando-se mais conveniência e segurança, além de contribuir para melhorar a eficiência e a experiência do atendimento.

No segmento Private, onde atuamos por 17 anos, ampliamos a especialização. Em 2021, sete escritórios Private passaram a ser dedicados ao nicho de megaprodutores rurais em toda a extensão do território brasileiro, totalizando oito unidades em operação atualmente.

Aprimoramos, em 2021, as estruturas de atendimento para as Empresas, tanto no varejo, com agências especializadas, plataformas e polos empreendedores, que já atendem a mais de 2,5 milhões de clientes MPE, quanto no Atacado, com uma nova abordagem aos clientes empresariais com faturamento entre R\$ 200 e R\$ 800 milhões.

Essa especialização permite avançar na estratégia comercial de atuação por nichos e setores econômicos, como, por exemplo, segmentos Agro, Techs e Ramo de Saúde, com entrega de propostas de valor alinhadas às características e necessidades dos segmentos-alvo, com assessoria em investimentos, soluções em cash management, comércio exterior e serviços oferecidos pelas nossas empresas coligadas em cada setor em que atuam.

Para os clientes que operam no comércio internacional, oferecemos uma plataforma composta por soluções integradas destinadas a transformar os processos de câmbio e negócios no comércio exterior, a qual permite fazer os pagamentos de importações e remessas a outros países em moeda estrangeira ou receber remessas oriundas do exterior.

Em 2021, lançamos a solução de recebimento das exportações dos nossos clientes, tornando nossa plataforma mais robusta e completa, oferecendo rapidez e segurança em sua jornada internacional digital. Com isso, crescemos 491% o número de clientes que utilizaram a Central de Câmbio para fechamento de seus contratos e 478% o número de operações finalizadas na ferramenta em relação ao ano anterior.

Além disso, reforçamos o apoio para a atuação internacional de nossos clientes, provendo consultoria em comércio exterior, além da oferta de soluções de câmbio, derivativos e crédito para financiamento de exportações e importações. Com isso, atingimos US\$5,8 bilhões em Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio e de Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACC/ACE), mantendo o BB como um dos principais parceiros do comércio exterior brasileiro, encerrando o período com 20,3% de participação de mercado.

Para os clientes do agronegócio, continuamos reforçando o protagonismo no setor, com o atendimento negocial, técnico e presente, com capilaridade nacional. Toda agência BB conta com funcionários treinados e que conhecem o agronegócio e, com isso, estão aptos a

atender ao cliente de forma completa. Esse atendimento se soma às agências especializadas no agronegócio, que atuam exclusivamente com produtor rural.

Ao mesmo tempo, temos agregado a assessoria humana ao uso de inteligência artificial e de tecnologia para o atendimento do setor, como o *Agrobot*, o consultor virtual agro que fornece informações e análises personalizadas para a otimização dos resultados dos produtores, além da disponibilização de produtos e serviços de forma 100% digital. Firmamos parceria com a FieldPRO, *startup* de inteligência climática e ciência de dados, com o objetivo de levar aos produtores rurais solução inovadora para potencializar os ganhos na produtividade e contribuir para melhores decisões de plantio, manejo e colheita. A solução inclui uma plataforma de gestão e um equipamento com 14 sensores, que é instalado no imóvel rural pelo próprio produtor para coletar dados de clima e tempo. A estação é portátil e utiliza tecnologia 100% brasileira.

Atuamos também com a sucessão e as novas gerações no campo, junto ao Programa BB Família Agro, que já soma mais de 10 mil clientes.

A proximidade também está refletida na recente reorganização do atendimento aos clientes do Setor Público, com movimentos que aprofundaram o relacionamento digital com o segmento, além da disponibilização de Gerentes de Investimento Especializado para os clientes do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e ampliação da Assessoria Especializada para soluções de Cash.

Ampliamos os negócios junto às cadeias das empresas, agroindústrias, cooperativas e entes do setor público, oferecendo crédito e serviços para suas redes de fornecedores e parceiros, gerando sinergias que agregam resultados e trazem benefícios em todos os elos da cadeia produtiva.

As iniciativas que o banco vem implementando para aprimorar a experiência de seus clientes têm mostrado resultados positivos em termos de satisfação do cliente, com o NPS (*Net Promoter Score*), apresentando evolução significativa e atingindo recorde histórico, com evolução de 8,5 pontos no indicador sobre dezembro/20.

As reclamações procedentes no *Ranking* do Banco Central reduziram 33,8% frente ao 4T20, alcançando nossa melhor posição histórica, com menor índice por cliente e a menor quantidade de reclamações procedentes desde 2017.

É importante destacar ainda que acompanhamos de perto o CES (*Customer Effort Score*) e o EES (*Employee Effort Score*), com o objetivo de melhorar os nossos processos constantemente. O atingimento dos índices de satisfação dos clientes tem impacto nos indicadores de remuneração e premiação, sendo um importante indutor para alinhar o objetivo do Banco de manter um atendimento de excelência.

Acionistas e Detentores de instrumentos de dívida

O Banco do Brasil conta com uma base de mais de 883 mil acionistas, sendo 98,3% pessoas físicas e 1,6% pessoas jurídicas. Entre janeiro de 2019 e dezembro de 2021, nossa base de acionistas PF cresceu de 430 mil para 868 mil. Tal feito demonstra a confiança de nossos acionistas e a solidez de nossa empresa em cenários de maior volatilidade.

Nossas ações (BBAS3) mantiveram presença em todos os pregões da B3 e representaram 1,8% do Ibovespa para o último quadrimestre. Mantivemos também um programa de *American Depositary Receipts* (ADR) nível 1 (BDORY) negociado no mercado de balcão nos Estados Unidos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Nossa composição acionária, ao final de dezembro, era assim distribuída:

Tabela 1. Composição Acionária e Indicadores

	Dez/21	%
Total	100,00	
(a) União Federal	50,00	
(b) Ações em circulação (Free Float)	49,58	
PF	16,34	
PJ	13,28	
Capital Estrangeiro	19,97	
Demais ¹	0,42	
Free Float Ex-Demais (%) - b/(a+b) ¹	49,79	

(1) Composto por Ações em Tesouraria, ações detidas por Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva e por ações referentes à incorporação do BNC e BESC.

	Dez/21	Dez/20
Cotação de Fechamento - BBAS3 (R\$)	28,85	38,80
Cotação ADR (US\$)	5,15	7,43

Em setembro de 2021, o BB concluiu operação de alongamento de seu passivo em moeda estrangeira. A transação envolveu a emissão de nova dívida no montante de US\$750 milhões, com vencimento em 5 anos e cupom de 3,25% a.a., menor patamar de taxa de juros em dólar já registrado pelo Banco do Brasil no mercado internacional de capitais. O recurso captado foi aplicado na recompra de títulos de dívida que venceriam em outubro de 2022 e remuneravam a um cupom de 3,875% a.a.

Utilizando do *Framework* de Finanças Sustentáveis, que foi revisto em 2021, emitimos em 6 de janeiro de 2022, nosso primeiro *social bond* no montante de US\$ 500 milhões, com vencimento em 11 de janeiro de 2029 e taxa de 4,875% ao ano. Mais informações sobre o *Framework* na seção 2 - Sustentabilidade Empresarial.

BB Day

No mês de outubro, realizamos o BB Day, um encontro totalmente virtual com acionistas, investidores, analistas e demais agentes do mercado de capitais. O evento contou com a participação dos membros do Conselho Diretor, que apresentaram informações sobre estratégias e negócios do Banco. Além disso, foi uma excelente oportunidade de posicionamento da marca, reforçando ao mercado as perspectivas para o futuro do Banco do Brasil. O evento está disponível para acesso no canal do BB no [YouTube](#).

Inteligência Artificial para atendimento aos acionistas

Visando aprimorar o atendimento ao mercado, trazer uma melhor experiência ao usuário e mais eficiência, passamos a contar com a ferramenta de inteligência artificial para responder questionamentos tipicamente relacionados a Relações com Investidores. Além de estar presente nos assistentes virtuais do BB (WhatsApp, Facebook, App e site BB), o *Bot* foi integrado à página de Relações com Investidores na internet.

1. Estratégia e Governança Corporativa

A Estratégia Corporativa Banco do Brasil (ECBB) é elaborada por meio de processo estruturado, participativo e baseado em metodologias consolidadas, o que fortalece as decisões sobre a atuação da Empresa para os próximos cinco anos.

O Banco, em seu planejamento, leva em conta o seu papel transformador no país e considera ações para aumentar o seu impacto positivo na economia, no meio ambiente e na sociedade, tendo o seu plano de sustentabilidade totalmente integrado ao planejamento estratégico.

Colocamos o cliente no centro da nossa atuação e de nossas decisões, em todos os níveis organizacionais, de forma a lhe propiciar a melhor experiência. Para isso, buscamos continuamente tornar o BB seu principal banco de relacionamento, aprimorando a oferta de soluções personalizadas e inovadoras.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Consolidamos diariamente, junto aos nossos funcionários, o nosso Propósito de “cuidar do que é valioso para as pessoas”. Isso significa que nosso foco recai sobre as pessoas e o que importa para elas. As pessoas, por sua vez, abrangem todos os nossos *stakeholders*, ou seja, clientes, acionistas, funcionários, parceiros e a sociedade como um todo.

Nossa Visão é “Ser a empresa que proporciona a melhor experiência para a vida das pessoas e promove o desenvolvimento da sociedade, de forma inovadora, eficiente e sustentável”.

Para concretizar nossa Visão, somos orientados por Valores, princípios que guiam nossa Organização em direção ao foco no cliente, eficiência, inovação, senso de dono, ética, confiabilidade e espírito público. Com Valores organizacionais sólidos, buscamos traduzir em atitudes a contribuição de cada um para a perenidade do Banco.

Somos um Banco competitivo, rentável, eficiente e inovador. Primamos pela otimização de capital, melhoria da eficiência operacional, otimização da nossa estrutura, pelos novos negócios e fontes de receita, bem como pela aceleração da transformação digital e cultural e intensificação do uso de dados.

Governança Corporativa

Adotamos as melhores práticas de governança corporativa, mantendo nosso compromisso com os princípios de transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa. Somos o único banco listado voluntariamente no Novo Mercado da B3, segmento de mais elevado padrão em termos de governança corporativa, desde 2006.

Nossa estrutura de governança é composta pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento – Comitê de Auditoria (Coaud); Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade (Corem); Comitê de Riscos e de Capital (Coris), Comitê de Tecnologia e Inovação (Cotei) e Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem); pela Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor (Presidente e Vice-presidentes) e demais Diretores; e pelo Conselho Fiscal.

Em 2021, criamos o Comitê de Sustentabilidade Empresarial – Cosem, com o objetivo de fortalecer a estrutura de governança corporativa do Banco. Trata-se de um órgão colegiado que tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração (CA) em temas relacionados à sustentabilidade, considerando as melhores práticas de mercado, o Plano de Sustentabilidade - Agenda 30 BB e os 10 compromissos para um futuro sustentável assumidos pelo Banco.

O CA, órgão independente de decisão colegiada, tem na forma prevista em Lei e no Estatuto Social atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras. No mínimo 30% dos membros do CA são independentes, assim definidos na legislação e no Regulamento do Novo Mercado da B3, sendo que atualmente dos oito membros, quatro são independentes sendo dois representantes dos acionistas minoritários.

Em 2021, realizamos duas reuniões itinerantes do Conselho de Administração com objetivo de aproximar e integrar o CA à rede de atendimento, aos clientes, às comunidades locais e regionais. A primeira, realizada em setembro, ocorreu na cidade de São Luís/Maranhão e a segunda, em dezembro, na cidade de Bento Gonçalves/Rio Grande do Sul. Com essa integração, os Conselheiros pretendem ampliar a visão sobre as necessidades, potencialidades e impacto do Banco do Brasil na sociedade em que atua, reforçando a tomada de decisões estratégicas no melhor interesse da Companhia.

Além disso, o CA possui em sua composição 37,5% de lideranças femininas, reforçando o compromisso da gestão com a diversidade em cargos de liderança, materializado também na eleição da primeira mulher a um cargo de vice-presidente. Somadas a outras diretoras e integrantes de comitês estatutários em atividade atualmente, quase 20% dessas posições são ocupadas por mulheres.

O modelo decisório do BB tem como premissa a tomada de decisão colegiada, integrando visões e compartilhando conhecimentos e responsabilidades, o que agrega maior segurança e qualidade ao processo. Adotamos a segregação de funções no âmbito da estruturação dos órgãos da administração e trabalhamos com estruturas de comitês que descentralizam o processo decisório e permitem a especialização em temas relevantes. Na forma do Estatuto Social, cabe ao Conselho Diretor fixar as atribuições e alçadas dos comitês no âmbito da Diretoria Executiva.

2. Sustentabilidade Empresarial

Adotamos as melhores práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), que permitem ações de antecipação e de gerenciamento de riscos e oportunidades. Essas premissas estão materializadas em nosso Plano de Sustentabilidade - Agenda 30 BB, principal instrumento fomentador de práticas socioambientais no BB desde 2005. O Plano, revisado em 2021, conta com 40 ações e 110 indicadores para o período 2021-2023.

Em 2021, estabelecemos 10 Compromissos de Longo Prazo em Sustentabilidade, com metas a serem implementadas até 2030, que envolvem as frentes de Negócios Sustentáveis, Investimento Responsável e Gestão ASG. O quadro abaixo apresenta as metas e sua evolução:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



(1) Em Saldo. (2) Em desembolsos. (3) De empreendedores. (4) Agricultura, cultura, defesa civil, educação, eficiência energética e iluminação pública, esporte e lazer, infraestrutura viária, limpeza pública, meio ambiente, mobilidade urbana, saúde, segurança e vigilância sanitária. (5) AuM aplicáveis. (6) Energia renovável adquirida no mercado livre (ACL) e produção própria ao final do período.

Essas iniciativas reforçam o compromisso histórico do BB com a sustentabilidade em seu sentido mais amplo e permitem evoluir e obter reconhecimentos em índices, *rankings* e *ratings* de sustentabilidade globais e nacionais.

Ecoeficiência Energética

Temos trabalhado para migrar nossa matriz energética para fontes de energia renovável. Já consumimos energia gerada por duas usinas solares, outras quatro usinas de fontes renováveis estão em construção, nove em contratação e quatro em fase de licitação. Até 2024, teremos 29 usinas em operação, contribuindo para o alcance da meta de 90% no nosso fornecimento de energia proveniente de fontes renováveis.

Passamos a utilizar energia de fontes renováveis em 39 prédios administrativos por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL), gerando uma economia de R\$ 27,1 milhões (2019/2021), com expectativa de atingir R\$ 50 milhões até 2024.

Para expansão do projeto ACL, serão estudadas ao todo 1.652 unidades consumidoras em Média Tensão (A4) com objetivo de atingir até 68% do consumo do BB via fontes renováveis até dezembro de 2024. Estima-se economia de mais R\$ 33 milhões nas despesas com energia elétrica.

Nossa estratégia, além da redução do consumo de energia, é continuar investindo em uma matriz mais limpa e renovável de autogeração de energia, com impacto positivo no meio ambiente e na sociedade. Ao mesmo tempo, a escalada da produção pelas usinas (Geração Distribuída - GD) busca apoiar a meta de 90% da matriz elétrica do BB oriunda de fontes renováveis, sendo até 22% de projetos GD e até 68% de ACL.

Ainda com foco na eficiência energética, instalamos solução de IoT (internet das coisas) para monitorar o funcionamento dos sistemas de climatização, *nobreak* e iluminação, além do consumo de energia elétrica e água, em 298 agências em 2021. Com isso, queremos alcançar uma redução no consumo de energia na ordem de 15% nas dependências atendidas.

Em 2021 passamos a compensar 100% de nossas emissões de gases do efeito estufa (escopos 1 e 2) com a aquisição de certificados I-Recs e temos o objetivo de reduzir nossas emissões em até 30% até 2030, passando a contar com 90% de fontes de energia renovável até 2024.

Participação do BB na maior conferência do planeta sobre o clima

Estivemos presentes, apoiando a participação do Brasil, na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 26), com a apresentação de vídeos de *cases* sustentáveis de clientes e parceiros do BB que abordaram temas como energia renovável, agricultura sustentável, uso sustentável da terra e processos industriais sustentáveis. No Pavilhão Brasil, apresentamos também a forma como geramos valor sustentável para a sociedade, seja apoiando nossos clientes a adotarem práticas sustentáveis ou mesmo reduzindo e compensando as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) geradas em nossas atividades.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Compromisso *Business Ambition for 1.5°C*

Aderimos à Iniciativa “*Business Ambition for 1.5°C*”, campanha internacional para empresas liderada pelo Pacto Global da ONU e demais parceiros da iniciativa *Science Based Targets* (SBTi), o que demonstra nosso compromisso com a definição de metas de redução de GEE, baseadas na ciência, que contribuam para limitar o aquecimento global em 1,5°C acima dos níveis pré-industriais e que busquem alcançar a neutralidade de carbono da cadeia de valor até 2050.

Modelo de Finanças Sustentáveis

O *Framework* de Finanças Sustentáveis do BB foi atualizado em dezembro/2021 e está alinhado com os Princípios para Títulos Verdes (GBP), os Princípios para Títulos Sociais (SBP), as Diretrizes para Títulos Sustentáveis (SBG), os Princípios para Empréstimos Verdes (GLP) e os Princípios para Empréstimos Sociais (SLP). O *Climate Bonds Standard* e os critérios setoriais para certificação da *Climate Bonds Initiative* (CBI), bem como o *European Green Bond Standard* (EU GBS), foram consultados.

Assim como na primeira versão do nosso modelo, contamos com o apoio técnico da consultoria Sitawi Finanças do Bem e com opinião de segunda parte da *Sustainalytics*, uma das certificadoras mais reconhecidas neste mercado, que destacou o alinhamento do modelo com a estratégia de sustentabilidade e ressaltou nossos avanços em relação ao cumprimento das metas propostas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Destacamos, ainda, na última atualização do documento: i) a inclusão das categorias Eficiência Energética, Edifícios Verdes, Transporte Limpo e Gerenciamento Sustentável de Resíduos e Efluentes; além da modalidade social, nas captações via empréstimo; ii) revisão dos critérios de exclusão e fatores limitantes, além da inclusão de operações de capital de giro para micro e pequenas empresas (geração de emprego e renda), o que amplia o volume de operações elegíveis para a emissão de títulos e empréstimos sustentáveis; iii) o processo de avaliação e de seleção de projetos também foi atualizado e adequado à nova estrutura de governança em sustentabilidade empresarial do Banco do Brasil.

Carteira de Negócios Sustentáveis

Atingimos em 2021, R\$ 291,4 bilhões em operações de créditos sustentáveis, crescimento de 19,1% em 12 meses, com destaque à participação do agronegócio sustentável (41,7%) e dos negócios sociais (46,2%). Este montante foi contratado em linhas de crédito com elevada adicionalidade ambiental e/ou social, ou destinado a financiar atividades e/ou segmentos que possuem impactos socioambientais positivos para os setores de energias renováveis, eficiência energética, construção, transporte e turismo sustentáveis, água, pesca, floresta, agricultura sustentável, gestão de resíduos, educação, saúde e desenvolvimento local e regional, reforçando nosso papel transformador no apoio ao desenvolvimento do país e à construção de um futuro cada vez mais sustentável para a sociedade.

Em linha com nossos compromissos de longo prazo e para auxiliar nossos clientes na transição para um portfólio mais sustentável, temos as seguintes metas a serem atingidas até 2025: (i) fomentar a energia renovável, expandindo nossa carteira para este fim para R\$ 15 bilhões; (ii) ampliar a carteira de agricultura sustentável para R\$ 125 bilhões e auxiliar em projetos de eficiência estadual e municipal, com desembolsos de R\$ 20 bilhões.

A nossa carteira de negócios sustentáveis é submetida a avaliação independente, que considera as principais taxonomias internacionais para classificação da carteira, assegurando mais transparência.

Investimento Responsável

Temos trabalhado para engajar nossos clientes a investir em ativos sustentáveis, oferecendo uma diversa gama de produtos que aliam rentabilidade às melhores práticas ambientais, sociais e de governança.

Oferecemos um portfólio com 25 Fundos de Investimento (FI) e Fundos de Investimento em Cotas (FIC) ligados à essa temática, com opções para investir no Brasil ou no exterior, ou em causas específicas nas quais o cliente acredita. Em 2021, vimos o patrimônio líquido desses fundos crescer 109,0%, alcançando R\$ 7,0 bilhões.

Destacamos ainda o atingimento de R\$ 1,2 bilhão captados via LCA Verde (Letra de Crédito ao Agronegócio), que tem como objetivo fomentar a carteira de sustentabilidade do BB. Os recursos são direcionados exclusivamente para operações de agricultura de baixo carbono, energia renovável e demais linhas que atendam aos critérios ASG previstas no *Framework* de Finanças Sustentáveis do BB. O produto complementa o nosso portfólio de soluções de investimento ASG, cuja demanda tem sido crescente, já que o investidor busca por estratégias de diversificação que estejam alinhadas aos seus valores e às tendências de mercado.

Sempre buscando as melhores formas de atender os clientes investidores, associamos a oferta de investimentos sustentáveis com a educação financeira. Oferecemos uma assessoria digital completa e segura, que contempla ações de informação e conhecimento por meio de mídias digitais. A *playlist InvesTalk*, disponível no canal do BB no YouTube desde 2019, conta com uma programação de sugestões de investimentos, cenário econômico, análises de mercado, dicas, bate-papos entre outros, disseminando informação de qualidade e com foco na experiência prévia de cada investidor, de forma isenta e descomplicada. Recentemente, abordamos os investimentos ASG tanto no *InvesTalk* quanto no *Deseconomês*, uma série de vídeos criados para mostrar o mundo dos investimentos de um jeito leve e descontraído, traduzindo expressões do mercado financeiro para aqueles que estão iniciando sua jornada de investimento.

Disponibilizamos, também, a assessoria por meio de *podcasts* em plataformas digitais, contando, inclusive, com análises diárias. Qualquer cliente pode acessar também as sugestões de investimentos, relatórios e análises de mercado produzidas pelos especialistas do Banco do

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Brasil por meio da página bb.com.br/carteirasugerida, contando até com uma carteira sugerida de empresas que seguem os mais elevados padrões de sustentabilidade e possuem um potencial de valorização.

Ainda dentro do tema, criamos a Carteira BB ESG (“ESG”, na sigla em inglês para *Environmental, Social and Governance*), desenvolvida com objetivo de indicar aos nossos clientes as ações das empresas que estejam mais alinhadas com as melhores práticas Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa (ASG).

No processo de integração de fatores ASG nos relatórios e análises de recomendação desenvolvidos pelo nosso time de pesquisa, iniciamos um acompanhamento mais próximo do tema, selecionando papéis de empresas que, em nossa visão, vêm sendo bem-sucedidas no alinhamento de seus negócios às práticas sustentáveis e socialmente responsáveis.

Para saber mais sobre os produtos de investimento ASG do Banco do Brasil, acesse nossa vitrine em bb.com.br/asg.

Reconhecimentos em sustentabilidade

Fomos reconhecidos, em janeiro/2022, como o banco mais sustentável do planeta pelo *ranking* das 100 Corporações Mais Sustentáveis do Mundo 2021 – Global 100, da *Corporate Knights*, mantendo a posição de liderança alcançada em 2021. A classificação posiciona o BB como a empresa brasileira mais bem colocada, figurando na 21ª posição no *ranking* geral. Na última década, o BB foi listado em sete edições, sendo reconhecido como banco mais sustentável do mundo em 2019, 2021 e 2022.

Pelo 17º ano consecutivo, estamos compondo o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, que reúne ações de empresas de capital aberto com as melhores práticas de sustentabilidade.

Somos uma das poucas empresas listadas no ISE desde o seu surgimento, em 2005. Estas conquistas refletem o resultado do trabalho integrado de todas as áreas do Banco e se soma a diversos outros reconhecimentos do BB como uma das empresas mais sustentáveis do mundo: *Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI)* da Bolsa de Nova Iorque; *FTSE4 Good Index Series* da Bolsa de Londres; e *Ranking do Global 100*, da *Corporate Knights*, dentre outros.

3. Cenário Macroeconômico

Brasil

Ao longo de 2021, observamos avanço no processo de vacinação da população brasileira, que refletiu na diminuição do número de internações e óbitos e possibilitou a retomada de setores econômicos até então paralisados. Entretanto, a evolução desse quadro mais promissor foi contraposta pelo cenário conturbado relacionado à inflação mais elevada e aos juros alcançando o campo contracionista. A escalada dos preços se mostrou mais persistente e disseminada e exigiu uma postura mais restritiva do Banco Central, que elevou a taxa Selic em 725 pontos base ao longo do ano, passando de 2,0% em janeiro/2021 para 9,25% em dezembro/2021. Essa combinação pressionou a renda disponível das famílias e reduziu o espaço para um crescimento mais intenso do consumo de novos bens e serviços, fato que se refletiu na perda

de vigor da atividade econômica no decorrer do ano. Em 2021, tivemos também uma volatilidade dos ativos financeiros, com destaque para a cotação do Real em relação ao Dólar, impactada por fatores internos notadamente ligados às incertezas de cunho fiscal. Na contramão desse processo, o mercado de crédito do Sistema Financeiro Nacional apresentou desempenho positivo puxado pelo avanço do crédito às famílias e uma desaceleração natural e já esperada na trajetória do crédito pessoa jurídica, grupo amplamente impulsionado em 2020 pelas medidas emergenciais de crédito. Além disso, observamos uma dinâmica de recuperação da população ocupada, principalmente em postos de trabalhos informais.

Mundo

Após o grande impacto negativo da Covid sobre a atividade econômica mundial em 2020, observamos uma recuperação econômica disseminada em 2021, porém marcado por uma série de pontos que pesaram negativamente sobre o dinamismo global. A crise energética na Europa e os problemas relacionados ao setor de construção civil na China deram o tom da incerteza mundial. Além disso, a persistência da crise da cadeia de suprimentos, a

inflação mais disseminada nas principais economias e o risco de uma nova onda da pandemia diante do baixo quadro vacinal dos países pobres pesaram negativamente sobre a recuperação da economia global. O surgimento de novas variantes do Coronavírus e as dúvidas sobre o seu grau de agressividade contribuíram para ampliar a aversão ao risco global e levaram a novas medidas de distanciamento social em alguns continentes no final de 2021.

4. Transformação Digital

Estratégia Digital

Com um Banco cada vez mais digital, consolidamos nossa presença em complementariedade à rede física e oferecemos soluções inovadoras e conveniência aos nossos clientes. A adoção dos meios digitais para efetivação de diversos serviços cotidianos continuou se fortalecendo como novo hábito para milhões de brasileiros e nos antecipamos a esse movimento, fomentando a originação de negócios e o relacionamento pelos canais digitais.

A estratégia digital do Banco do Brasil está amparada em um conjunto de iniciativas que se desdobram em otimização e transformação digitais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sob o pilar da transformação, buscamos novas fontes de resultado aceleradas por inovação aberta e tecnologias digitais. As prioridades são buscar novas fontes de resultados associadas a negócios com capacidade de atrair novos segmentos de clientes e com soluções de negócios que aumentem o engajamento do cliente com nossos canais e marcas.

Nesse sentido, continuamos expandindo a atuação como plataforma nos vários segmentos em que o BB atua. No mercado de agronegócios, por exemplo, estamos escalando nossa plataforma digital Broto (broto.com.br), construída em conjunto com a BB Seguros, e que conecta produtores rurais e fornecedores oferecendo produtos, serviços e consultoria. A plataforma Broto, já soma mais de 543 mil acessos na plataforma e originou mais de R\$ 1,3 bilhão em negócios desde seu lançamento, fomentando e impulsionando o agronegócio brasileiro. São mais de 2.000 produtos para maximizar a produtividade dos produtores rurais.

Também agregamos à plataforma Broto outras soluções como *blog*, *podcasts* e *lives* para trazer informação e conhecimento aos produtores rurais.

Os pilares de otimização e transformação digital são habilitados pela transformação cultural com o incentivo ao desenvolvimento de habilidades digitais pelo corpo funcional, pela adoção de inteligência analítica, por novas formas de atuar e novas tecnologias.

Terminamos o 4T21 com 22,2 milhões de clientes ativos nas plataformas digitais internet e *mobile*, e as transações realizadas nestes canais representaram 91,7% das operações de nossos clientes, um aumento de 5,2 pontos percentuais em comparação com 4T20 (86,5%).

O App Banco do Brasil permaneceu como um dos mais bem avaliados da indústria financeira nas lojas de apps com avaliação de 4,6 no Google Play (avaliado por mais de 4,4 milhões de usuários) e 4,7 na Apple Store (2,3 milhões de avaliações), em uma escala com pontuação máxima de cinco estrelas.

Seguindo a tendência de adoção dos canais digitais iniciada em 2020, o BB alcançou ao final do ano o número recorde de 20,3 milhões de usuários no App. Deste total, 88,2% estão habilitados para transacionar: um crescimento de 15,0% em 12 meses. Isso significa dizer que o cliente não apenas realiza consultas, mas também compra, investe e faz suas transações financeiras pelo aplicativo do BB.

A migração de clientes para os canais digitais também resultou em aumento dos negócios realizados integralmente por essa via. As plataformas digitais (internet e *mobile*) representaram 35,7% do desembolso em crédito pessoal e 13,4% do crédito consignado. Considerando o volume de aplicações e resgates, foram 27,8% movimentados nos fundos de investimento. Apenas no 4T21, 40,6% da quantidade de operações de serviços (tais como investimento, solicitação de cartão, abertura de contas e negócios com capitalização, seguros e consórcios) foi realizada no digital.

Possuímos um dos maiores parques tecnológicos da América Latina, que opera com disponibilidade superior a 99,9%, a 81 bilhões de transações por mês, com picos de 9,5 bilhões em um único dia. Nossas áreas de tecnologia atuam em sintonia com as áreas de negócios e clientes, com objetivo de acelerar a transformação digital sem perder a qualidade e efetividade no atendimento presencial aos nossos clientes.

Para intensificar o processo de desenvolvimento de soluções e acelerar a inovação, nos tornamos parceiros da Endeavor, relevante rede de empreendedores de alto impacto no mundo e um dos principais *hubs* de contato entre *scale-ups* no ecossistema brasileiro.

Estratégia de Nuvem

Temos o histórico de uma arquitetura de TI robusta que de forma eficiente vem atendendo às necessidades dos negócios. Para atender ao novo perfil do cliente, essa arquitetura está sendo modernizada diariamente.

O ano de 2021 representou a consolidação do uso da Nuvem como plataforma de construção de *software* no Banco do Brasil. Pelo volume e criticidade das aplicações desenvolvidas, verificamos uma maior flexibilidade e rapidez na entrega de soluções aos nossos clientes e expansão da capacidade de processamento sem a perda do desempenho dessas aplicações. Cabe destacar que neste ano passamos a dispor de ambiente de nuvem privada e pública, possibilitando melhor decisão de processamento e custos, de forma eficiente e transparente ao usuário.

Criamos uma plataforma de desenvolvimento em Nuvem com uma cultura de desenvolvimento de *software* em que o compartilhamento do conhecimento é o principal agente transformador. Quanto ao desenvolvimento de sistemas, nossa estratégia na escolha para adoção da arquitetura em nuvem está baseada no tipo de serviço que deverá ser entregue ao cliente. Para novos serviços, a indicação é desenvolvimento totalmente em arquitetura de nuvem, bem como serviços que precisam de uma grande atualização, que também são migrados para a nuvem. Para os demais, há uma avaliação do custo e do benefício de tal alteração.

Soluções críticas como PIX, *open banking*, LGPD, *chatbots* e Monitoramento de Fraudes estão atualmente rodando em ambiente de Nuvem. Também intensificamos a utilização de uma plataforma *low-code*, toda ela suportada por processamento em Nuvem. São mais de 2.100 aplicações/serviços que executam mais de 270 milhões de operações por dia.

Loja BB

De forma a centralizar e tornar mais acessíveis as iniciativas e benefícios não bancários ofertados no BB, neste último trimestre foi lançada a Loja BB, cuja operação inicial engloba os produtos de *marketplace* afiliados, *gift cards*, o Vantagens (cupons de desconto e outros benefícios), e recargas de celular. Em breve pretendemos expandir os produtos e benefícios ofertados nesta seção do nosso aplicativo.

Desde dezembro de 2020, o BB disponibiliza a venda de *gift cards* no App, que são códigos de recargas para os principais serviços digitais. Eles funcionam como créditos pré-pagos *online* para serviços como Uber, Spotify, Xbox, Google Play, iFood, plataformas de *games*, dentre outros. Já são mais de 1,5 milhão de *gift cards* comercializados. Durante o 4T21 adicionamos mais um novo conteúdo, o cartão do Primepass, que oferece ingressos para sessões de cinema via recarga pelo App BB.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Marketplace afiliados

Em novembro de 2021, demos mais um passo na expansão de portfólio de soluções de serviços não financeiros. Agora, nosso cliente já pode realizar compras a partir do *App* e ganhar *cashback* em conta.

Tendo em vista a adesão do BB ao programa de associados, de uma das maiores varejistas digitais do Brasil, o cliente que realizar suas compras a partir do *link* disponível na loja BB receberá *cashback*.

A implementação do *marketplace* afiliados foi extremamente bem recebida e já acumula dezenas de milhares de clientes utilizando a solução. Este é apenas o primeiro passo da estratégia de *marketplace* afiliados, cuja amplitude de marcas pretendemos expandir em breve.

Blog BB

Em abril de 2021, o BB deu mais um passo no aprimoramento da experiência digital oferecida no Portal do Banco, com a criação do Blog BB.

A principal missão do Blog é a de oferecer conteúdo relevante aos nossos clientes e para quem ainda não possui relacionamento com o Banco.

Na prática, isso significa monitorar e compreender necessidades de informação expressas nas buscas do Google para elaborar uma pauta que maximize os conhecimentos da audiência. Essa estratégia editorial - que oferece um *mix* de pautas de oportunidade com conteúdo *evergreen* - alcançou mais de três milhões de visitantes no segundo semestre de 2021.

Chamam a atenção o índice de utilidade (avaliações positivas/total de avaliações) de 96% atribuído pela audiência aos *posts* do período, assim como os mais de 25 mil compartilhamentos dos conteúdos em diversas plataformas (Facebook, Whatsapp, Twitter e Instagram).

Programa Corporate Venture Capital (CVC)

O programa de CVC é fundamental para impulsionar a inovação aberta, ajudando no desenvolvimento de novos negócios, ampliando mercados nos quais atuamos, ao mesmo tempo em que promove uma melhor experiência para os clientes. Estar próximo a *startups* é uma forma de trocar experiências, aprendizados, incorporar novas tecnologias e aumentar a competitividade. Alinhado a isso, a oportunidade de investir em *startups* de impacto gera ainda mais valor, não só para o BB, como também para a sociedade e todo o ecossistema.

Em 2021, realizamos os primeiros investimentos em fundos de *Venture Capital*. Nossa tese de investimento se baseia nos seguintes pilares: (1) Verticais de investimento: *agritechs*, experiência do cliente, *fintechs* e *govtechs*; (2) Estágio de maturidade: foco nos estágios *seed* e Série A, com produtos testados e clientes; (3) Parcerias: gestores de *venture capital*, *startups* e aceleradoras; e (4) ASG: priorização de *startups* que tenham objetivos, métricas e metas claras de impacto social, ambiental e de governança responsável.

Low-code

O desafio do desenvolvimento de soluções na nuvem vem sendo enfrentado com o desenvolvimento *Low-Code* de *softwares*, em nossa plataforma Faz.ai, que suporta a automação de processos internos menos complexos de forma mais rápida e independente, com gestão e governança corporativas. Essa ferramenta aumenta a capacidade de automatizar processos de trabalho com maior eficiência, simplificação e digitização de processos.

Inteligência Artificial

O ano de 2021 consolida o avanço do uso de inteligência artificial (IA) em novas soluções e processos do BB. O corpo jurídico do BB passou a contar com o auxílio da IA na análise de acordo judiciais enquanto nosso atendimento humano tem atuado preventivamente para mitigar a propensão de demandas judiciais. A automação de *backoffice* ampliou a capacidade operacional por meio de novas soluções que tratam uma gama crescente de documentos como contratos, procurações, matrículas de imóvel, notas fiscais e informações contábeis entre outros itens.

O *onboarding* digital, piloto na validação automatizada de documentos de identificação, já conta com 28 mil validações diárias. Atualmente esta solução de inteligência artificial também já está presente em outros produtos do BB e de parceiros. Vale destacar o *case* da prova de vida do INSS, suportado pela solução de validação dentro do próprio app BB, que garantiu comodidade a mais de 128 mil beneficiários ao longo de 2021.

O Assistente Virtual BB consolida a fase de crescimento do atendimento digital. Em 2021, 23 milhões de pessoas tiveram 57 milhões de conversas com os assistentes virtuais do Banco. Considerando apenas o WhatsApp, foram 17,7 milhões de pessoas com 43,3 milhões de conversas, incremento de 130% na quantidade de usuários sobre 2020.

Além disto, vale ressaltar a ampliação do uso de canais de voz suportados por Inteligência Artificial. Novas consultas foram disponibilizadas no Assistente Virtual BB presente no Google Assistente e a Busca Inteligente por voz facilita a experiência no app BB e já é utilizada por mais de 2,6 milhões de clientes. Ademais, o ano de 2021 foi marcado pelo lançamento da URA Cognitiva (Unidade Resposta Audível), ampliando a capacidade de atendimento aos nossos clientes com soluções de IA tanto no entendimento da fala quanto na geração de voz.

Sobretudo, a Inteligência Artificial tem contribuído cada vez mais para melhoria da nossa eficiência operacional e da experiência dos nossos clientes, funcionários e parceiros, auxiliando pessoas nas atividades em que as máquinas oferecem excelência, permitindo que o diferencial humano fortaleça o relacionamento e a entrega de valor a diferentes *stakeholders*.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Inteligência Analítica

O direcionamento e investimentos do Banco do Brasil em cultura analítica e uso de dados permaneceram fortes ao longo de 2021, reafirmando a estratégia para geração de valor. Assim, colocamos o cliente no centro da atuação e prioridade, mantendo o foco na eficiência operacional, na atuação em agronegócios, canais de atendimento e serviços suportados por dados e inteligência analítica.

A estrutura de inteligência analítica tem atuado sob formato de tribos e *squads* multidisciplinares, gerando sinergia entre negócios, soluções tecnológicas e *analytics*. Além de facilitar o uso de dados e potencializar o acultramento, permite também celeridade nas entregas.

As ações e esforços de ampliação da cultura, conhecimento e maturidade analítica permaneceram crescentes em 2021, alcançando 2.390 formações em *Business Analytics*, Ciência e Engenharia de dados, entre outras.

A estratégia Conquista, Reconquista e Sucessão em Agronegócios, a solução de Prova de Vida de beneficiários INSS baseada em dados e a preparação para o *OpenFinance* são alguns dos exemplos de contribuição e suporte de inteligência analítica aos clientes e negócios do Banco do Brasil.

BB no Metaverso

O Banco do Brasil está no Metaverso, com ações do mundo real transportadas para a cidade virtual do “Complexo”, servidor de RolePlay, que conduz o gamer na criação de um edifício do Banco do Brasil, com base na sede existente, em Brasília, e promove um *tour* virtual pelo prédio histórico que abriga o Centro Cultural Banco do Brasil Rio de Janeiro (CCBB-RJ).

No *game*, o jogador poderá abrir contas e receber benefícios para seu personagem. Haverá empregos relacionados à atividade bancária e nas praias e *outdoors* da cidade virtual, o jogador vai se deparar com a gestora de fundos BB DTVM. Essa é uma excelente oportunidade para trabalharmos a cultura de investimentos, tão importante para a sociedade em geral, de uma forma atraente para as novas gerações, apresentando fundos diferenciados na indústria como o BB Ações Equidade, o BB Ações US Biotech BDR Nível I e o BB Ações Agro.

O BB começou a apoiar o segmento de jogos eletrônicos em 2018. Desde então, patrocina eventos como o “Brasil Game Show” (BGS) e o “CBCS – Campeonato Brasileiro de Counter-Strike”, apresenta campeonatos, como *VALORANT Ultimate Ignition Series*, e, neste ano, promoveu a troca de experiências entre gamers e amantes dos eSports com a “Game Talks BB”, além de criar o “BB Game Series Etapa Universitária”, primeiro torneio de propriedade da instituição e de ampliar o *Squad* BB. Por meio do eSports, o BB diversifica suas estratégias de transformação digital e rejuvenescimento da base de clientes.

PIX

A solução PIX do BB, integrada a todos os aplicativos comerciais do banco, atende de forma ágil as transferências dos clientes (pagador e recebedor). Já a facilidade de cadastramento das chaves PIX, bem como, a simplicidade e presteza na realização das transferências, apoiam a nossa rede na tarefa de fidelizar os clientes.

Os clientes BB podem fazer transferências PIX através do nosso aplicativo, do Whatsapp e até por comando de voz usando o Google Assistant. Em termos de quantidade, o BB processa 19,3% de pagamentos e recebimentos do Pix e corresponde a 28,6% do volume financeiro.

Em 2021, foram disponibilizados a personalização de limites de Pix, Pix Cobrança - *Qrcode* com vencimento (funcionamento similar ao boleto de cobrança), agendamento de Pix, Pix Saque e Pix Troco e o Mecanismo Especial de Devolução (permite a contestação de valores devido a fraudes, golpes e falhas). A Agenda Evolutiva do Pix segue o mesmo ritmo para 2022, prevendo novos produtos e novas opções de liquidação para os usuários.

Open Banking

Em 2021, atuamos fortemente no processo de implementação do *Open Banking* (ou Sistema Financeiro Aberto) e mantivemos nos ativos nos diversos fóruns, onde atuamos de maneira protagonista no ecossistema, e coordenamos os trabalhos estabelecidos dentro da Febraban e da Convenção do *Open Banking*.

Nossas equipes se destacaram na construção das API (*Application Programming Interfaces*) que permitiram a integração das plataformas e infraestruturas tecnológicas das instituições participantes do ecossistema para viabilizar o compartilhamento de dados e serviços previstos no escopo *Open Banking*.

Adaptamo-nos às diversas mudanças, estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, no calendário de implementação do *Open Banking* e implantamos as fases 1, 2 e iniciamos, no 4T21, as fases 3 e 4. Continuamos trabalhando para implementação das demais fases, com previsão de conclusão para 2022.

A partir da fase 2, quando teve início o compartilhamento de dados, intensificamos a divulgação de informações sobre a necessidade do prévio consentimento do cliente, visando desmistificar os conceitos do *Open Banking* e fortalecer aspectos relevantes de segurança que envolvem a troca de dados entre instituições financeiras.

Na fase 3, temos os serviços de iniciação de transações de pagamento e de encaminhamento de propostas de operação de crédito, além da possibilidade do pagamento com PIX sem a necessidade da utilização do aplicativo em que o cliente possui sua conta corrente. Com isso, passamos a conectar produtos financeiros, além da conexão de dados. A terceira fase será implementada em etapas, garantindo segurança e estabilidade no sistema, estendendo-se até setembro de 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 15 de dezembro, iniciamos a implementação da fase 4, contemplando o compartilhamento de um conjunto de informações que vão além dos produtos e serviços bancários tradicionais, como previdência, seguros, câmbio e investimentos. A inclusão desses produtos dá início ao formato ampliado do sistema, que foi denominado *Open Finance*. Essa fase também será implementada em etapas, com previsão de término em maio de 2022.

O Portal do Desenvolvedor conta com cinco API em seu portfólio: Cobrança, PIX, Pix Arrecadação Integrada, Autorização de Débito Automático e Pagamentos em Lote. As duas últimas foram lançadas durante o 4T21. O Portal oferece uma jornada digital de ponta a ponta para a integração, incluindo ambiente de testes das soluções, além de conectar o público desenvolvedor, mantendo uma comunidade ativa que contribui para a construção e aprimoramento dos nossos serviços.

Ao longo de 2021, foram firmadas mais de cinco mil novas integrações com clientes empresariais, cadastrados mais de 13 mil desenvolvedores e mais de seis mil aplicações estão em produção.

Atuamos com foco estratégico para manter o BB como referência em *Open Banking* no mercado, mantendo o nosso pioneirismo no tema. Para os clientes e sociedade em geral, atuamos com reforço de comunicação para disseminar o conceito de Sistema Financeiro Aberto e preparar o consumidor para aproveitar as vantagens do *Open Banking*. Internamente, focamos na preparação dos funcionários para o novo cenário, capacitando-os para sanar as dúvidas dos clientes e para utilização das novas oportunidades negociais de relacionamento com nossos clientes.

5. Prêmios e Reconhecimentos

Janeiro

Somos o banco mais sustentável do mundo. Reconhecidos pelo ranking das **100 Corporações Mais Sustentáveis do Mundo 2021 – Global 100**, da *Corporate Knights*. Este foi o melhor resultado histórico do Banco – ficamos na 3ª colocação geral do *ranking* e somos também a empresa mais bem posicionada do Brasil.

Fevereiro

Recebemos a premiação Classe Bronze no **Sustainability Yearbook 2021**. O *Sustainability Yearbook* é uma das publicações mundiais mais abrangentes sobre sustentabilidade corporativa, que classifica as empresas pelo desempenho apresentado no Índice Dow Jones de Sustentabilidade da Bolsa de Nova Iorque (DJSI).

Março

Fomos reconhecidos pelo segundo ano consecutivo como uma das 100 empresas mais inovadoras do mundo em um dos mais importantes eventos de TI internacionais, o **CIO 100 Awards 2021**, realizado pela revista americana CIO, da IDG Communications. O mérito desse reconhecimento é de uma das soluções mais inovadoras lançadas em 2020, o Assistente Virtual para Renegociação de Dívidas no WhatsApp, desenvolvido com a aplicação de Inteligência Artificial.

Abril

Fomos o banco mais bem avaliado pelos clientes investidores em março, segundo o **estudo Índice de Atendimento de Bancos e Plataformas (IQA)** elaborado pela FGV. Esse é um reconhecimento a todos os funcionários do BB que atuam de forma cada vez mais comprometida, com foco total na satisfação do cliente.

Maior

Temos a solução mais inovadora em tecnologia móvel no país, segundo o prêmio **“Seleção Mobile Time”**, com o Pix no WhatsApp BB. A solução permite ao cliente cadastrar suas chaves, pagar, receber, gerar QR Code ou consultar um extrato do Pix por mensagens de texto ou voz.

A revista *Global Finance* anunciou, em sua nona seleção anual para o prêmio **“The Innovators 2021”**, o reconhecimento das mais inovadoras instituições financeiras mundiais, aquelas que

conseguem projetar as melhores soluções e ferramentas financeiras. Fomos escolhidos pelo terceiro ano consecutivo, dessa vez na categoria *Corporate Finance*. A iniciativa premiada foi o Centro de Aceleração em Inteligência Artificial.

Recebemos o **Prêmio Latam 2021** em experiência do cliente, organizado pela Aloic – *Alianza Latino Americana de Organizaciones para la Interacción con Clientes*, cujo objetivo principal é reconhecer as melhores práticas da atividade. Vencemos com o SAC BB, na categoria Melhor Estratégia na Organização.

A Universidade Corporativa Banco do Brasil (UniBB) foi reconhecida como uma das melhores do mundo pelo **GlobalCCU** (Conselho Global de Universidades Corporativas). Recebemos o **Gold Award** na categoria Cultura e Tecnologias. É a quarta vez em que somos premiados pelo *GlobalCCU*.

Junho

Fomos reconhecidos como a melhor instituição da América Latina na Gestão de Portfólio Digital no **PWM Wealth Tech Awards 2021**, cerimônia global organizada pelo veículo especializado *Professional Wealth Management* - PWM, integrante do grupo internacional *Financial Times*, referência em assuntos relacionados a finanças e *private banking*.

Julho

Recebemos o selo do **Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça**, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), que dissemina medidas de cultura organizacional para alcançar a igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho. Foi dirigido a empresas de médio e grande porte, públicas e privadas, com personalidade jurídica própria. A adesão ao programa é voluntária. É a sexta vez consecutiva que o BB recebe o reconhecimento.

Agosto

Fomos novamente listados no índice de sustentabilidade da bolsa de valores de Londres, o **FTSE4 Good Index Series**, que avalia e classifica as empresas com melhores práticas Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa (ASG). Essa conquista demonstra o reconhecimento do mercado investidor pelo compromisso do Banco com as melhores práticas em sustentabilidade e com a transparência na divulgação de suas informações.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Fomos eleitos a Empresa do Ano no **Prêmio ClienteSA**, principal reconhecimento às melhores práticas em gestão de clientes da América Latina, entre 49 companhias reconhecidas em 26 categorias diferentes. Com o resultado, estamos classificados para concorrer mais uma vez à edição internacional organizada pela Alianza Latinoamericana de Organizaciones para la Interacción con Clientes (Aloic Latam), onde também somos os atuais campeões e defenderemos o título, em disputa com os vencedores nacionais do México, Argentina, Colômbia e Paraguai.

Setembro

Nossa assessoria de imprensa foi premiada pelo 11º ano seguido. Vencemos, na categoria Financeiro, a 11ª edição da Pesquisa “**Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas**”, realizada pela Plataforma Negócios da Comunicação e pelo Centro de Estudos da Comunicação (Cecom) e auditada pela BDO Brazil.

Outubro

Fomos reconhecidos como o Melhor Banco de Pequenas e Médias Empresas da América Latina, no **Prêmio SME Bank Award**, concedido pela Revista *Global Finance*, com o case “Apoio à Saúde Financeira das MPE brasileiras durante a Pandemia”. Diante do cenário de incertezas trazido pela pandemia, temos atuado para prover suporte aos clientes com proximidade, rapidez e segurança, ao mesmo tempo em que fortalecemos nosso compromisso com a sociedade, pela adoção de ações para minimizar os efeitos adversos da atual conjuntura sobre o país.

O Banco do Brasil é uma das empresas mais transparentes na divulgação de informações sobre sustentabilidade, aponta o Observatório da Transparência, iniciativa do conselho consultivo no **Brasil da Global Reporting Initiative (GRI)**. A avaliação da instituição, que é dedicada ao desenvolvimento de padrões de relatórios de sustentabilidade, partiu da lista das 100 maiores empresas no Brasil feita pela KPMG.

Somos a marca mais lembrada do país na categoria “banco” do **Top of Mind** nestes 31 anos da premiação. Primeiro banco do país, o BB foi citado em 2021 por 25% dos entrevistados, liderando em todas as faixas etárias e classes sociais. Os melhores resultados são entre os mais ricos (31%) e os moradores do Nordeste (35%).

Novembro

Mais uma vez, fomos reconhecidos como o melhor banco do mundo na categoria Educação e Formação de *Private Banker* na premiação **Global Private Banking Awards 2021**. Ela é organizada anualmente pelos veículos especializados PWM (*Professional Wealth Management*) e *The Banker*, que fazem parte do grupo internacional *Financial Times* e que são referências mundiais em assuntos relacionados a finanças e *Private Banking*.

Ganhamos o reconhecimento como o banco mais sustentável da América do Sul, pela **Capital Finance International – CFI.co**. A revista inglesa sobre negócios, economia e finanças usa uma ampla

gama de critérios para apoiar as decisões sobre a premiação, com base em informações coletadas pela própria equipe de pesquisa.

Conquistamos, pela segunda vez, o **Prêmio iBest** do júri popular de melhor Banco Digital do país. Mesmo concorrendo na final com duas das maiores *fintechs* do país, fomos o banco mais votado pelos internautas. A seletiva contou com diversas etapas ao longo do ano, concorrendo com todas as principais instituições financeiras do país, e o BB passou por todas elas sempre nas primeiras posições.

Atingimos o Nível 1, com pontuação máxima pela quinta vez consecutiva, no **5º Ciclo do Indicador de Governança – IG-SEST do Ministério da Economia**. O IG-SEST é um instrumento de acompanhamento contínuo que tem como objetivo avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016 e pelas diretrizes estabelecidas nas Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, que buscam implementar as melhores práticas de mercado e maior nível de excelência em governança corporativa.

Dezembro

Somos o grande vencedor do **Prêmio Banking Transformation 2021**. Fomos considerados os melhores do ano em três categorias e, em número de *cases* vencedores, fomos os campeões. Também fomos homenageados pelo movimento de transformação digital que estamos realizando. Concorremos com os principais bancos brasileiros, tradicionais e nativos digitais, e com as empresas que fazem parte do ecossistema do financeiro, como as de meios de pagamentos, *fintechs*, bolsas de valores, seguradoras e *bureaux* de crédito. O júri técnico foi composto por especialistas renomados do mercado.

Conquistamos, mais uma vez, o selo **Empresa Pró-Ética**. O Pró-Ética é uma iniciativa do Instituto Ethos e da Controladoria-Geral da União (CGU) que busca fomentar a adoção voluntária de medidas de integridade pelas empresas, por meio do reconhecimento público daquelas que, independentemente do porte e do ramo de atuação, mostram-se comprometidas em implementar medidas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude. O reconhecimento é feito a cada dois anos e esta é a quarta vez que o BB é listado. As outras foram em 2012/2014, 2016 e 2018/2019.

Fomos destaque na 10ª edição do **Prêmio Reclame Aqui** – As melhores empresas para o consumidor, recebendo o troféu Prata na categoria Bancos, entre as 102 instituições financeiras ativas na plataforma. A premiação tem o objetivo de reconhecer o trabalho e atendimento das empresas e dos profissionais que mais se destacaram em cada categoria ao longo do ano. O prêmio também leva em consideração a avaliação prévia que os próprios clientes fazem de cada empresa. Assim, só é classificada a companhia que minimamente mantiver o status “Bom” nas avaliações recebidas.

6. Destaques do Resultado das Demonstrações Contábeis Consolidadas

Lucro Líquido de R\$ 19,7 bilhões em 2021

O lucro líquido de 2021 totalizou R\$ 19,7 bilhões, crescimento de 48,6%. O resultado foi influenciado pelo aumento das receitas de juros, elevação de 27,7%, impulsionado principalmente pelos acréscimos nas receitas de aplicações em operações compromissadas e da redução

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de 33,1% da provisão para perda líquida esperada com empréstimos a clientes devido ao decréscimo em empréstimos e direitos creditórios descontados, financiamentos rurais e agroindustriais, aliados à maior recuperação de perdas. As despesas não de juros cresceram 12,3% enquanto as receitas não de juros subiram 28,6%.

Apresentamos abaixo os principais números relativos ao nosso desempenho em 2021.

Tabela 2. Destaques Financeiros

Resultado (R\$ milhões)	2021	2020
Lucro Líquido	19.723	13.293
Receita Líquida de juros	59.674	55.427
Receita Líquida de Tarifas e Comissões	22.669	22.666
Despesas Administrativas	(31.059)	(29.110)

Patrimoniais (R\$ milhões)	Dez/21	Dez/20
Ativos	1.899.341	1.693.794
Recursos de Clientes	671.270	601.984
Patrimônio Líquido	146.110	127.861
	2021	
Lucro por Ação (R\$)	6,43	
Dividendos e JCP distribuídos aos acionistas	7.526	

Receita Líquida de Tarifas e Comissões

Em 2021, a receita líquida com tarifas e comissões totalizaram R\$ 22.669 milhões, acréscimo de R\$ 3 milhões em relação ao observado em 2020. Entre as maiores variações podem-se destacar o aumento nas receitas de administração de recursos de terceiros (R\$ 991 milhões), sobretudo de fundos de investimento e de consórcios, e o acréscimo nas comissões de comercialização de seguros (R\$ 423 milhões). A variação positiva foi compensada parcialmente pela queda com serviços de conta corrente (R\$ 1.396 milhões), sobretudo nas tarifas de pacotes de serviços PF e de transferências de recursos, pelo uso do Pix pelos clientes.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas alcançaram R\$ 31.059 milhões no período, crescimento de 6,7% em relação a 2020, abaixo da inflação do período de 10,06%, resultado da gestão disciplinada dos custos. O aumento de 8,5% nessas despesas decorre, principalmente, do acréscimo na participação nos lucros (R\$ 967 milhões), dos custos relativos às indenizações pecuniárias pagas aos funcionários que aderiram aos programas de desligamento no 1º semestre/2021 (R\$ 795 milhões), bem como o reajuste concedido no Acordo Coletivo de Trabalho 2020/2022, de 0,5% + INPC, parcialmente compensadas pela redução no quadro de funcionários no período. As outras despesas administrativas reduziram 1,5% se comparado a 2020, devido especialmente as quedas nas linhas de Comunicações (-28,6%) e Transporte (-23,3%).

Capital

Possuímos Plano de Capital com visão prospectiva de três anos, considerando (a) a Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo.

Atingimos 11,94% no Índice de Capital Principal (ICP) em dezembro de 2021, enquanto o Índice de Basileia (IB) chegou a 17,76%. O Índice de Capital Nível I alcançou 15,16%.

Remuneração aos acionistas

A Política de Remuneração aos Acionistas busca garantir a devida valorização do acionista, conjugada à perenidade e à sustentabilidade financeira de curto, médio e longo prazos do Banco, tendo como premissa a necessidade de flexibilidade e solidez financeira para a manutenção sustentável dos negócios.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Para o exercício de 2021, foi aprovado o percentual de 40% do lucro líquido, ajustado conforme disposto nas letras “a” e “b” do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, a ser distribuído via dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP), tendo como balizadores o resultado do Banco, sua condição financeira, a necessidade de caixa, o Plano de Capital e suas metas e respectivas projeções, a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, perspectivas dos mercados de atuação presentes e potenciais, oportunidades de investimento existentes e a manutenção e expansão da capacidade operacional.

Empréstimos a Clientes

Os empréstimos a clientes líquidos de provisões totalizaram R\$ 734.291 milhões em 31 de dezembro de 2021, incremento de R\$ 100.888 milhões em relação a 31 de dezembro de 2020. O desempenho foi influenciado pelo aumento de R\$ 51.998 milhões em financiamentos rurais, R\$ 26.566 milhões nas operações de pessoas jurídicas (PJ) e R\$ 23.361 milhões na pessoa física (PF). As perdas esperadas em empréstimos a clientes aumentaram R\$ 1.037 milhões.

No segmento pessoa jurídica, os principais aumentos se deram em outros serviços (R\$ 14.821 milhões), comércio (R\$ 8.777 milhões), demais instituições (R\$ 8.579 milhões), parcialmente compensados por reduções na indústria (R\$ 4.553 milhões) e setor público (R\$ 1.796 milhões).

Na pessoa física, destaque para o crescimento de R\$ 23.553 milhões nos empréstimos e direitos creditórios descontados e de R\$ 457 milhões nos financiamentos, parcialmente compensados pela redução de R\$ 653 milhões nos financiamentos imobiliários.

Atuação do BB no Mercado de Capitais

Completamos um ano da nossa parceria com o UBS, alavancando nossos negócios em mercado de capitais e *investment banking*. Essa parceria combina a expertise e plataforma de distribuição global do UBS com a rede de relacionamentos do BB no Brasil, trazendo vantagens aos clientes corporativos que passam a contar com soluções mais completas, bem como às pessoas físicas, com uma plataforma diferenciada de assessoria e distribuição de novas classes de ativos.

Buscamos com a nossa rede de relacionamentos originar negócios para posicionar o UBS BB entre os três primeiros no *Ranking* ANBIMA de *Debt Capital Markets* (DCM) local e internacional, *Equity Capital Markets* (ECM) e M&A.

Apenas no 4T21, o UBS BB anunciou 60 transações, sendo 57 de dívida local (Local DCM), e 3 de ações (ECM). De janeiro a dezembro de 2021, o UBS BB anunciou 194 transações, um marco importante para o primeiro ano de operação da *joint-venture*.

Além disso, em parceria com o UBS BB, também apoiamos os nossos clientes em operações ASG ao longo de 2021. No mercado local, participamos de 20 emissões com volume total de R\$ 10,9 bilhões, e no mercado internacional, participamos de sete emissões com volume total de USD 3,8 bilhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7. Gestão de Pessoas

A política e as práticas de gestão de pessoas são norteadas pela meritocracia, compromisso com os valores da empresa, foco na experiência do cliente, transformação digital e inovação. Apresentamos a seguir o perfil dos nossos funcionários:

Tabela 3. Perfil de Funcionários

Perfil do Funcionários	Dez/21	Dez/20
Funcionários	84.597	91.673
Feminino	35.927	38.645
Masculino	48.670	53.028
Escolaridade		
Ensino Médio	9.136	11.505
Graduação	26.946	31.735
Especialização, Mestrado e Doutorado	48.431	48.275
Demais	84	158
Distribuição Geográfica		
Norte	3.678	3.981
Nordeste	13.919	15.106
Centro-Oeste	16.090	16.650
Sudeste	35.894	39.800
Sul	14.997	16.136
Exterior	19	0
Rotatividade de Funcionários (%)	0,56	0,56

Em 2021, lançamos o manifesto da cultura no BB, com o objetivo de reforçar os aspectos culturais relevantes e essenciais para a evolução e longevidade do nosso Banco. O manifesto contém os cinco impulsionadores da cultura: (i) buscamos o novo todos os dias, (ii) resultado é gerar valor para o cliente, (iii) fazer bem é um bom negócio, (iv) ética e integridade são a base da confiança e (v) juntos fazemos muito mais. Os impulsionadores são narrativas inspiradoras que traduzem a nossa cultura, tangibilizam os nossos valores e contribuem para a execução da estratégia corporativa, além de reforçar o que temos de melhor.

Disponibilizamos o Assistente Virtual BB a todos os funcionários do Banco. Com ele é possível obter atendimento automatizado sobre mais de 60 assuntos relacionados à gestão de pessoas, de forma simples e rápida, via aplicativo WhatsApp. Em 2021, mais de 37 mil funcionários utilizaram o Assistente, gerando quase 800 mil atendimentos no ano.

O BB conta com a Universidade Corporativa Banco do Brasil para desenvolver a excelência humana e profissional, por meio da criação de valor em soluções educacionais, contribuindo para a melhoria do desempenho organizacional e o fortalecimento da imagem do Banco. Investimos na transformação digital com a disponibilização de mais de 1.200 cursos nas áreas de mobile,

programação, *front-end*, *DevOps*, *UX & design*, *data Science*, inovação e gestão, bem como na ampliação do acesso às certificações profissionais em TI para todos os funcionários e realização de diversas ações educacionais para o fortalecimento dos negócios e satisfação dos clientes.

Em 2021, a UniBB continuou investindo na seleção e desenvolvimento de seus líderes. Para a gerência média, foi lançado o Programa de Identificação de Talentos (PIT+). O Programa tem abordagem orientada a dados e coleta, organiza, diagnostica e relaciona informações sobre as equipes, otimizando o gerenciamento dos recursos humanos do Banco. Em sua primeira edição, a partir do cruzamento de diversos indicadores de resultados e comportamentos, o BB identificou 2.139 funcionários para as funções foco do PIT+.

Ainda com um olhar para quem conduz os negócios do dia a dia, as Jornadas do Líder Digital, Líder *Evolution* e Super Regional capacitaram mais de quatro mil gestores em competências de liderança, fazendo uso de tecnologias digitais. Houve também uma seleção corporativa para Superintendente Regional, que identificou 65 candidatos.

Para a alta liderança, a Seleção Executivos e Gestores no Exterior qualificou 56 candidatos, reforçando o compromisso da UniBB com

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

a meritocracia e o processo sucessório na Empresa. Com essas iniciativas, as lideranças do BB estarão cada vez mais preparadas para construir o banco do futuro, com sustentabilidade e eficiência.

O Programa Saúde Mental lançado em 2021, o qual está ancorado em cinco pilares (Hábitos Saudáveis, Educação, Ergonomia, Apoio Psicológico e Cuidado), contou com a disponibilização de plataforma de atendimento psicológico *online*, patrocinada pelo Banco e disponível para todos os funcionários. De outubro a dezembro, foram realizadas mais de 12 mil consultas.

Nossas práticas de Gestão de Pessoas foram reconhecidas de diversas formas. Recebemos a certificação *Top Employer* pela nona

vez consecutiva. Somos a única empresa brasileira reconhecida em todas as edições desse certame. A certificação é concedida pela fundação de pesquisa independente holandesa, *Top Employers Institute*, e reconhece os empregadores que desenvolvem talentos em todos os níveis da organização e que se esforçam para otimizar continuamente as políticas e práticas de gestão de pessoas.

Recebemos também, pela sexta vez, o prêmio *Top of Mind* de RH na categoria Educação Corporativa / *E-learning*. O BB foi a Empresa mais lembrada pela comunidade de recursos humanos, em votação espontânea, com a participação de milhares de gestores da área em todo o país.

Tabela 4. Remuneração e Benefícios

R\$ milhões	2021	2020
Folha de pagamento ¹	19.997	19.130
Previdência Complementar ²	1.813	1.791
Participação nos Lucros e Resultados ³	2.538	1.571
Treinamento ⁴	54	42
Honorários de diretores e conselheiros ⁵	54	50

(1) Despesas com proventos, benefícios, encargos sociais e provisões administrativas, conforme Nota Explicativa Despesas de Pessoal (2) Custeio dos planos de previdência complementar e de saúde, conforme Nota Explicativa de Benefícios a Empregados. (3) Valor destinado à Participação nos Lucros e Resultados, conforme Demonstração do Resultado do Exercício. (4) Conforme Nota Explicativa Despesas de Pessoal. (5) Despesas com honorários de diretores e conselheiros, conforme Nota Explicativa Despesas com Pessoal.

8. Gestão de Riscos, Controles Internos e Segurança Institucional

Gestão de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos objetiva identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar riscos, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão.

Por intermédio da Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos - RAS (*Risk Appetite Statement*), é orientado o planejamento da estratégia, políticas e diretrizes relacionadas às atividades que envolvam assunção de riscos, direcionando orçamento e capital para a alocação sustentável e otimizada.

Ao longo do ano de 2021, aprimoramos o uso da plataforma Analítica em ambiente de *big data*, o modelo de trabalho matricial e o uso de metodologias ágeis, com desenvolvimento de modelos e painéis de gestão de riscos a partir daquele ambiente.

Implementamos ainda, sob a supervisão do Banco Central, o Doc 5050, destinado à remessa de informações sobre a base de riscos e perdas operacionais, de acordo com os artigos 32 a 36 da

Resolução Nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, Circular nº 3.979, de 30 de janeiro de 2020, e Instrução Normativa BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020.

Houve avanços relevantes em 2021, como a revisão do *framework* de gestão de diversos riscos e aprovação do *framework* de gestão do risco de segurança, em linha com a definição do Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD), a revisão do modelo interno de risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB), a Revisão do Modelo de Projeção de Liquidez de Curto Prazo (LCR), o aprimoramento metodológico para gestão do risco operacional, bem como melhorias nos processos de gestão de perdas operacionais e apuração do capital econômico para cobertura do risco, o desenvolvimento de indicador de sensibilidade ao risco climático para a carteira de produtores rurais e pessoas jurídicas, com base nas orientações do *roadmap* da Febraban e da TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras relacionadas ao Clima).

Gestão de Riscos Cibernéticos

O Banco gerencia os riscos cibernéticos de forma integrada, com participação ativa de diversas diretorias e unidades. A exposição ao risco é permanentemente avaliada e são adotadas medidas proativas e reativas para mitigar os riscos.

Mantivemos a realização de cenários e avaliações de impacto e a revisão periódica do Plano de Prevenção e Resposta a Incidentes Cibernéticos, que fornecem importantes insumos para o aprimoramento contínuo da gestão do risco cibernético, para

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

mitigar os riscos associados à estratégia digital, somados aos esforços de cumprimento de requisitos regulatórios.

Controles Internos

Possuímos um Sistema de Controles Internos (SCI) robusto, alicerçado no Modelo Referencial de Linhas de Defesa – MRLD, que contribui para assegurar a atuação de todas as áreas do Banco no aprimoramento dos controles e mitigação de riscos, de acordo com as respectivas competências e responsabilidades.

Contamos com um Programa de *Compliance*, aprovado pelo Conselho de Administração, alinhado à Estratégia Corporativa e composto por orientadores, integrados e complementares, que pautam as atividades operacionais e as práticas de negócios do Banco, contemplando também os aspectos referentes à integridade, com foco nas medidas e controles específicos para a prevenção e combate à corrupção.

No âmbito da iniciativa *Compliance* Digital, conduzimos soluções com uso de inteligência analítica na avaliação da conformidade e sustentabilidade dos negócios realizados no Banco do Brasil.

Segurança Cibernética

No cenário de transformação do sistema financeiro, com a elevação dos negócios digitais, acelerado pelo período de pandemia, houve grande crescimento e diversificação dos ataques cibernéticos. Para fazer frente a esse cenário, investimos continuamente na atualização e na modernização de nossas infraestruturas e sistemas de segurança cibernética.

No ano de 2021, concluímos a implementação do Programa de Transformação em Segurança Cibernética com adoção de melhorias que elevaram os índices de maturidade e resiliência da Segurança Cibernética do BB. Essas ações internas, proporcionaram o aprimoramento nos processos de governança, gestão e, em especial, nos processos da operação e tratamento de eventos, elevando nossos níveis de monitoramento, detecção e resposta a incidentes de segurança.

Em relação à cultura de segurança cibernética, foi desenvolvido o Plano de Capacitação em Segurança Cibernética com ações que abrangem desde os níveis de conscientização até especialização técnica avançada, visando o aprimoramento pessoal e profissional para a otimização de recursos humanos no cumprimento das

No contexto da eficiência e experiência do cliente, promovemos ações de assessoria aos gestores na otimização dos processos por meio do Projeto Simplifique, cujas melhorias realizadas tornam os processos mais simples, propiciando maior agilidade no atendimento ao cliente. Além disso, nossa estratégia de ressarcimento de prejuízos decorrentes de falhas em processos, produtos e serviços, denominada Solução Imediata (SIM) recebeu premiação máxima da Revista Cliente S.A.

Para mais informações sobre o Sistema de Controles Internos, Programas e Políticas, consulte o Formulário de Referência e o Programa de *Compliance*, disponível no sítio de Relações com Investidores (bb.com.br/ri).

estratégias corporativas do Banco. Também foram ampliadas as trilhas de capacitação e elevados os níveis de desenvolvimento dos times internos, objetivando a proteção das operações, dos negócios e das informações dos nossos clientes.

Quanto ao ambiente regulatório foram promovidos aprimoramentos e adequações na Política de Segurança Cibernética do Banco, em atendimento à Resolução CMN nº 4.893/2021. Um dos principais pontos de avanço foi a inclusão da Resolução BCB nº 85/2021 como referência normativa, devido à necessidade de também contemplar as instituições de pagamento que integram o Conglomerado Prudencial, considerando a obrigatoriedade da adesão dessas instituições à política.

O BB continua valorizando o fortalecimento de parcerias e cooperação com outras instituições financeiras, órgãos de governo e empresas do setor cibernético, com participação em eventos nacionais e internacionais de relevância em segurança cibernética, além do aprimoramento do programa de disseminação de cultura e capacitação em segurança e riscos cibernéticos.

Segurança Institucional

Em um cenário crescente de novas ameaças os controles de segurança da informação foram aperfeiçoados, notadamente os referentes à criptografia de discos e de acesso para o trabalho remoto.

Em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais–LGPD, o Banco mantém sua Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, aprovada no âmbito do Conselho de Administração, e aplica os melhores esforços para que seus processos, produtos e serviços observem os princípios e deveres estabelecidos pela legislação. Exemplo disso, foi o atendimento de mais de 6,7 milhões de titulares de dados nos últimos 12 meses.

O processo de gestão de continuidade de negócios se mostrou eficaz e resiliente aos desafios enfrentados durante a pandemia. Mesmo assim evoluímos nossa metodologia para atender novos

cenários de ameaças, priorizando os três pilares bases: pessoas, negócios e tecnologias.

No âmbito da prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento ao terrorismo e à corrupção - PLD/FT-C, o Banco revisou a sua metodologia de avaliação de riscos, visando a adequação às principais regulamentações sobre o tema. O relatório de risco de LD/FT-C foi aprovado pela vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos e dado ciência ao Conselho de Administração e aos Comitês de Auditoria e de Risco e de Capital.

O aperfeiçoamento dos recursos de segurança física, a crescente automação dos processos e o emprego de novas tecnologias na mitigação dos riscos contribuíram para a redução do número de ataques às dependências do Banco, mantendo a elevada disponibilidade dos canais físicos de atendimento.

9. Informações Legais

Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

Conforme critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa – Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006), 95,4% de nossos clientes pessoa jurídica do segmento varejo são classificados como micro e pequenas empresas. O volume de recursos utilizado por essas empresas atingiu R\$ 40,9 bilhões em dezembro/2021. O saldo das operações de capital de giro contratadas pelas microempresas totalizou R\$ 4,1 bilhões e das pequenas empresas R\$ 30,8 bilhões. As operações de investimento destinadas às microempresas atingiram R\$ 381,6 milhões e para as pequenas empresas R\$ 5,6 bilhões.

Auditoria Independente – Instrução CVM nº 381

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a fim de evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes, adotamos procedimentos fundamentados nas legislações e normas aplicáveis e nos melhores princípios internacionalmente aceitos relacionados ao tema. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais em seu cliente e (iii) o auditor não deve promover interesses do cliente. Ademais, no Banco do Brasil, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

Tabela 5. Contratos de Não-Auditoria com o Auditor Independente

Empresa Contratante	Data Contratação	de	Duração ¹	Descrição dos Serviços
Banco Patagonia S.A.	01/07/2020		11 meses	Consultoria tributária sobre transfer pricing
Banco Patagonia S.A.	01/10/2021		8 meses	Consultoria tributária sobre transfer pricing
BB Seguridade Participações S.A.	16/12/2020		1 mês	Treinamento EAD sobre a Lei 13.303 – Lei das Estatais

(1) Duração estimada em meses com base na data esperada de encerramento dos contratos.

Contratamos a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. para prestação de serviços não relacionados à auditoria externa em patamar inferior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Para esta avaliação, foram considerados todos os contratos vigentes entre janeiro/2021 e dezembro/2021.

Justificativa dos Auditores Independentes

Em cumprimento à Instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. não prestou serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio da aderência de seus profissionais aos pertinentes padrões éticos e de independência, que cumpram ou excedam os padrões promulgados por *International Federation of Accountants* (IFAC), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (Bacen), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e pelas demais agências reguladoras. Estas políticas e procedimentos que abrangem áreas como a independência pessoal, as relações pós-emprego, rotação de profissionais, bem como a aprovação de serviços de auditoria e outros serviços, estão sujeitos a monitoramento constante.

Esclarecimentos Adicionais

Os investimentos fixos somaram o valor de R\$ 1,8 bilhão em 2021, destacando o investimento em pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R\$ 606,6 milhões), sistemas de segurança e informação (R\$ 143,6 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 1,0 bilhão).

Publicamos anualmente, em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível em nosso sítio (ri.bb.com.br), os investimentos realizados em decorrência do exercício de políticas públicas.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Para mais informações, disponibilizamos no sítio de Relações com Investidores (ri.bb.com.br) o Formulário de Referência, o relatório de Análise do Desempenho e a Apresentação Institucional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Relatório da Administração referente às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Relatório da Administração

2021

Carta da Administração

Finalizamos o ano de 2021 com um resultado histórico de R\$ 21,0¹ bilhões fruto do sólido desempenho dos nossos negócios, do rigoroso controle de despesas como prioridade de gestão e especialmente da centralidade no cliente. Acreditamos que o atendimento de excelência, especializado e disponível em múltiplos canais, e a atuação sustentável, que gera externalidades positivas para nossos públicos de relacionamento, contribuem para a evolução crescente dos resultados e permitem a realização diária do nosso propósito, que é cuidar do que é valioso para as pessoas.

Otimizamos nossos modelos de atuação junto às pessoas físicas, com especialização e eficiência. Ampliamos em 1,9 milhão nossa base de clientes com atendimento gerenciado que totalizou cerca de oito milhões de pessoas. Com esse movimento, aprimoramos e ampliamos a especialização do atendimento a segmentos e nichos de clientes – como produtores rurais, investidores e pessoas com alta maturidade digital.

Temos trabalhado para a hiperpersonalização do relacionamento e das interações, que acontecem em uma plataforma de canais integrada, que agrega novos formatos de pontos de contato e de atendimento, sejam proprietários ou de parceiros, físicos ou digitais, visando sempre a ofertar a melhor conveniência - onde, como e quando o cliente escolher. A especialização do atendimento também é foco da nossa atuação com as empresas e com o setor público. Contamos com mais de sete mil funcionários exclusivos e capacitados para atender às micro e pequenas empresas, trazendo consultoria e soluções adequadas ao seu perfil.

Para as grandes empresas, o relacionamento próximo se conjuga à assessoria e, nesse sentido, revisamos nossa estrutura de atendimento, oferecendo ainda uma completa plataforma de produtos e serviços. Já para o setor público, ampliamos o relacionamento digital e a assessoria. Com essas iniciativas, foi possível expandir os negócios e ao mesmo tempo aumentar a satisfação em todos os segmentos.

Com atendimento especializado, conhecimento técnico aprofundado e inovação, temos ampliado nosso protagonismo no agronegócio. Anunciamos o maior plano safra de todos os tempos e, nos seis primeiros meses do período, desembolsamos mais de R\$ 89 bilhões, crescimento de 62,8% no comparativo com 2020, reforçando o compromisso do BB como maior parceiro do agronegócio brasileiro.

Lançamos nosso primeiro fundo de investimento de crédito agro, o BB Fundo de Investimento de Crédito FIAGRO – Imobiliário. Ao mesmo tempo em que se trata de uma nova alternativa de financiamento ao setor via mercado de capitais, proporcionamos aos investidores possibilidades de diversificação em ativos com origem nas cadeias produtivas agroindustriais. O fundo captou mais de R\$ 400 milhões em sua oferta pública, tornando-se o maior fundo da modalidade disponível no mercado até então.

Nossa atuação é pautada pela sustentabilidade, presente em nossa estratégia, nas práticas, na gestão e nos negócios. Divulgamos 10 compromissos com o futuro que trazem métricas objetivas de longo

prazo e reforçam nosso compromisso com a agenda Ambiental, Social e de Governança (ASG). Dentre eles, destaca-se o cumprimento da compensação de 100% das emissões de gases do efeito estufa nos escopos 1 e 2 em 2021, além da meta de reduzir essas emissões em 30% até 2030.

A carteira de crédito negócios sustentáveis ultrapassou R\$ 291,4 bilhões em 2021 e representa mais de um terço de todo nosso portfólio. Essa carteira é formada por linhas de crédito com elevada adicionalidade ambiental e social, ou destinada a financiar atividades ou segmentos com impactos socioambientais positivos.

Nosso *Framework* de Finanças Sustentáveis, documento que define os critérios de elegibilidade aplicáveis aos ativos sustentáveis, foi atualizado em 2021, com o apoio técnico da consultoria Sitawi Finanças do Bem e com opinião de segunda parte da *Sustainalytics*. Essa revisão alinha o BB às melhores práticas do mercado de captações local e internacional.

Baseados neste *Framework*, em abril, realizamos uma operação de *Sustainable Repo* no valor de US\$ 100 milhões, com o objetivo de captar recursos para refinaranciar empréstimos de financiamento agrícola para pequenos produtores rurais e operações para instalação de painéis solares. Também avançamos na captação junto a nossa rede de LCA Verde, que atingiu R\$ 1,2 bilhão em dezembro/2021, cujos recursos são direcionados exclusivamente para operações de agricultura de baixo carbono, energia renovável e demais linhas que atendam aos critérios ASG previstos no *Framework*. Por fim, em janeiro de 2022, emitimos nosso primeiro *social bond* no montante de US\$ 500 milhões, que reforça nosso protagonismo de ser o banco mais sustentável do mundo.

Avançamos na aceleração de nossa transformação digital, com a otimização de nossos modelos de negócios e o uso de inovação aberta e tecnologias digitais para criação de novas fontes de resultado e atuação além do *banking*. Nesse sentido, ampliamos nossa atuação como plataforma com o lançamento do programa Marketplace Afiliados na Loja BB, que também traz *gift cards* e benefícios para nossos clientes. A plataforma digital Broto (broto.com.br), criada para conectar compradores e vendedores do agronegócio interessados em produtos e serviços bancários e não bancários, segue em forte ritmo de expansão.

Para executar toda esta transformação, a atração e a retenção de talentos são fundamentais. Em outubro de 2021, divulgamos o Edital de Abertura da Seleção Externa 2021/001. O concurso público obteve mais de 1,6 milhão de inscritos. Em janeiro de 2022, iniciamos a convocação dos candidatos para nossa rede de atendimento e para as áreas de tecnologia.

Como um importante habilitador para nossa transformação digital, temos investido em treinamento e qualificação, em especial para as habilidades digitais, de modo a possibilitar uma grande transformação cultural. Com o Movimento Evolution, oferecemos incentivos para graduação, pós-graduação *lato sensu*, mestrado e doutorado voltados para tecnologia e inovação, além de bolsas de idiomas e outros treinamentos.

¹ Resultado Recorrente conforme Nota Explicativa 31. Para mais informações, leia a seção 6 deste Relatório da Administração.

Por meio da nossa premiada Universidade Corporativa (UniBB), engajamos nossos funcionários no desenvolvimento de novas habilidades e conhecimentos. Ampliamos as opções em educação corporativa com parceiros, com destaque para a Alura, o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), o Gartner, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto de Ensino Insper (Brasil). Temos avançado no uso de *people analytics*, ferramenta que se baseia na utilização de dados e inteligência analítica para aprimorar a gestão e otimizar processos, o que nos permite atuar de forma mais inteligente e preditiva, colaborando para a melhoria da experiência e engajamento dos funcionários.

Por fim, destacamos a disciplina na gestão e controle das despesas, que, ao lado da maior geração de receitas, permitiram o aprimoramento da nossa eficiência. Este é um processo de melhoria contínua.

Com iniciativas que aprimoram a experiência do cliente, trazem inovação, amparam o crescimento de negócios de forma sustentável e ampliam a eficiência operacional, será possível continuar gerando retornos consistentes aos nossos acionistas, bem como gerar impacto positivo à sociedade.

Atuação na pandemia

Atuamos de forma a prover suporte aos clientes, com seriedade, rapidez e segurança, ao mesmo tempo em que fortalecemos o nosso compromisso com a sociedade, por meio de ações que visam a apoiar o país a superar este momento de dificuldades. Reforçamos o compromisso de manutenção dos cuidados necessários com a saúde dos nossos funcionários e mantivemos os esforços voltados para o atendimento dos clientes e da população em geral.

Ficamos mais próximos dos clientes nesse momento tão desafiador, levando novas soluções e trazendo a possibilidade de prorrogarem obrigações e ajustarem suas necessidades financeiras e fluxos de caixa, considerando os impactos da pandemia para pessoas e empresas.

Desde o início, o BB reforçou o seu papel de parceiro das micro e pequenas empresas, acompanhando-as de perto nesse período tão desafiador, garantindo a manutenção do crédito na medida certa. Em 2021, foram liberados R\$ 70,4 bilhões entre créditos novos, prorrogações, renegociações e linhas emergenciais, beneficiando 349 mil empresas. Quanto às linhas emergenciais, houve uma nova edição do Pronampe, na qual o BB foi protagonista e liderou as liberações nessa linha de crédito. Foram R\$ 8,1 bilhões liberados, beneficiando 95 mil empresas.

Ao mesmo tempo, avaliamos e monitoramos os potenciais impactos da pandemia na carteira de crédito, considerando as peculiaridades dos diversos segmentos e linhas e temos adotado medidas proativas para a gestão do risco e do capital. Trabalhamos para preservar a continuidade das nossas operações e a sustentabilidade de longo prazo de nossa empresa e do relacionamento com nossos clientes.

Reconhecemos a dedicação dos nossos colaboradores, que têm trabalhado para garantir a prestação de serviços financeiros de qualidade aos clientes e à sociedade, com todas as medidas necessárias para manter o atendimento presencial seguro.

Experiência do Cliente

A estratégia de clientes do Banco do Brasil está centrada no uso de inteligência analítica aplicada ao conhecimento do cliente, permitindo ainda mais personalização do relacionamento, gerando boas experiências e relevância, para que os clientes tenham acesso a um banco altamente especializado, com produtos, serviços e assessoria adequados às suas necessidades. Estar próximo de nossos clientes proporciona mais satisfação e oportunidades de negócios.

Acreditamos que olhar para o cliente de uma forma mais completa, quebrando as barreiras tradicionais de segmentação, indo além do uso de dados sociais e demográficos, conhecendo seus interesses, hábitos de consumo, estilo de vida, valores, afinidades, conhecendo e valorizando o que é importante para cada um, é o que vai diferenciar cada vez mais a nossa forma de relacionamento e atendimento, ultrapassando o *core* bancário.

No BB, o cliente conta com atendimento em todo Brasil, no canal que ele escolher. Avancamos na migração de nossa

estrutura de atendimento para modelos mais leves e mais eficientes, com destaque para o crescimento de 52,8% dos pontos de correspondentes. Tudo isso resulta em uma experiência integral nos canais e amplia nossa capilaridade, garantindo a melhor conveniência para nossos clientes.

Nos últimos anos, houve uma evolução significativa da migração das transações para canais digitais. Ao mesmo tempo, mantém-se relevante o contato humano, por meio físico ou remoto, para assessoria, realização de negócios e demandas de maior complexidade.

A complementaridade é necessária para que a experiência seja fluída, no autosserviço digital, no atendimento presencial ou no remoto.

Nesse contexto, o BB ampliou o modelo de atendimento gerenciado para pessoas físicas em Escritórios Leves, direcionado para clientes com maturidade digital, ou seja, aqueles que realizam as transações bancárias e de consumo

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

preferencialmente nos canais digitais, buscando elevar a experiência e a fidelização desse público.

Nesse modelo, a interface predominante é digital e ocorre por meio de interações e trocas de mensagens instantâneas entre o gerente e o cliente, em ambiente logado na *internet* ou *mobile*, entregando-se mais conveniência e segurança, além de contribuir para melhorar a eficiência e a experiência do atendimento.

No segmento Private, onde atuamos por 17 anos, ampliamos a especialização. Em 2021, sete escritórios Private passaram a ser dedicados ao nicho de megaprodutores rurais em toda a extensão do território brasileiro, totalizando oito unidades em operação atualmente.

Aprimoramos, em 2021, as estruturas de atendimento para as Empresas, tanto no varejo, com agências especializadas, plataformas e polos empreendedores, que já atendem a mais de 2,5 milhões de clientes MPE, quanto no Atacado, com uma nova abordagem aos clientes empresariais com faturamento entre R\$ 200 e R\$ 800 milhões.

Essa especialização permite avançar na estratégia comercial de atuação por nichos e setores econômicos, como, por exemplo, segmentos Agro, *Techs* e Ramo de Saúde, com entrega de propostas de valor alinhadas às características e necessidades dos segmentos-alvo, com assessoria em investimentos, soluções em cash management, comércio exterior e serviços oferecidos pelas nossas empresas coligadas em cada setor em que atuam.

Para os clientes que operam no comércio internacional, oferecemos uma plataforma composta por soluções integradas destinadas a transformar os processos de câmbio e negócios no comércio exterior, a qual permite fazer os pagamentos de importações e remessas a outros países em moeda estrangeira ou receber remessas oriundas do exterior.

Em 2021, lançamos a solução de recebimento das exportações dos nossos clientes, tornando nossa plataforma mais robusta e completa, oferecendo rapidez e segurança em sua jornada internacional digital. Com isso, crescemos 491% o número de clientes que utilizaram a Central de Câmbio para fechamento de seus contratos e 478% o número de operações finalizadas na ferramenta em relação ao ano anterior.

Além disso, reforçamos o apoio para a atuação internacional de nossos clientes, provendo consultoria em comércio exterior, além da oferta de soluções de câmbio, derivativos e crédito para financiamento de exportações e importações. Com isso, atingimos US\$5,8 bilhões em Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio e de Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACC/ACE), mantendo o BB como um dos principais parceiros do comércio exterior brasileiro, encerrando o período com 20,3% de participação de mercado.

Para os clientes do agronegócio, continuamos reforçando o protagonismo no setor, com o atendimento negocial, técnico e presente, com capilaridade nacional. Toda

agência BB conta com funcionários treinados e que conhecem o agronegócio e, com isso, estão aptos a atender ao cliente de forma completa. Esse atendimento se soma às agências especializadas no agronegócio, que atuam exclusivamente com produtor rural.

Ao mesmo tempo, temos agregado a assessoria humana ao uso de inteligência artificial e de tecnologia para o atendimento do setor, como o *Agrobot*, o consultor virtual agro que fornece informações e análises personalizadas para a otimização dos resultados dos produtores, além da disponibilização de produtos e serviços de forma 100% digital. Firmamos parceria com a FieldPRO, *startup* de inteligência climática e ciência de dados, com o objetivo de levar aos produtores rurais solução inovadora para potencializar os ganhos na produtividade e contribuir para melhores decisões de plantio, manejo e colheita. A solução inclui uma plataforma de gestão e um equipamento com 14 sensores, que é instalado no imóvel rural pelo próprio produtor para coletar dados de clima e tempo. A estação é portátil e utiliza tecnologia 100% brasileira.

Atuamos também com a sucessão e as novas gerações no campo, junto ao Programa BB Família Agro, que já soma mais de 10 mil clientes.

A proximidade também está refletida na recente reorganização do atendimento aos clientes do Setor Público, com movimentos que aprofundaram o relacionamento digital com o segmento, além da disponibilização de Gerentes de Investimento Especializado para os clientes do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e ampliação da Assessoria Especializada para soluções de Cash.

Ampliamos os negócios junto às cadeias das empresas, agroindústrias, cooperativas e entes do setor público, oferecendo crédito e serviços para suas redes de fornecedores e parceiros, gerando sinergias que agregam resultados e trazem benefícios em todos os elos da cadeia produtiva.

As iniciativas que o banco vem implementando para aprimorar a experiência de seus clientes têm mostrado resultados positivos em termos de satisfação do cliente, com o NPS (*Net Promoter Score*), apresentando evolução significativa e atingindo recorde histórico, com evolução de 8,5 pontos no indicador sobre dezembro/20.

As reclamações procedentes no *Ranking* do Banco Central reduziram 33,8% frente ao 4T20, alcançando nossa melhor posição histórica, com menor índice por cliente e a menor quantidade de reclamações procedentes desde 2017.

É importante destacar ainda que acompanhamos de perto o CES (*Customer Effort Score*) e o EES (*Employee Effort Score*), com o objetivo de melhorar os nossos processos constantemente. O atingimento dos índices de satisfação dos clientes tem impacto nos indicadores de remuneração e premiação, sendo um importante indutor para alinhar o objetivo do Banco de manter um atendimento de excelência.

Acionistas e Detentores de instrumentos de dívida

O Banco do Brasil conta com uma base de mais de 883 mil acionistas, sendo 98,3% pessoas físicas e 1,6% pessoas jurídicas. Entre janeiro de 2019 e dezembro de 2021, nossa base de acionistas PF cresceu de 430 mil para 868 mil. Tal feito demonstra a confiança de nossos acionistas e a solidez de nossa empresa em cenários de maior volatilidade.

Nossas ações (BBAS3) mantiveram presença em todos os pregões da B3 e representaram 1,8% do Ibovespa para o último quadrimestre. Mantivemos também um programa de *American Depositary Receipts* (ADR) nível 1 (BDORY) negociado no mercado de balcão nos Estados Unidos.

Nossa composição acionária, ao final de dezembro, era assim distribuída:

Tabela 1. Composição Acionária e Indicadores

	Dez/21	%
Total	100,00	
(a) União Federal	50,00	
(b) Ações em circulação (Free Float)	49,58	
PF	16,34	
PJ	13,28	
Capital Estrangeiro	19,97	
Demais ¹	0,42	
Free Float Ex-Demais (%) - $b/(a+b)$ ¹	49,79	

(1) Composto por Ações em Tesouraria, ações detidas por Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva e por ações referentes à incorporação do BNC e BESC.

	Dez/21	Dez/20
Valor Patrimonial por Ação - BBAS3 (R\$)	47,04	40,91
Cotação de Fechamento - BBAS3 (R\$)	28,85	38,80
Cotação ADR (US\$)	5,15	7,43

Em setembro de 2021, o BB concluiu operação de alongamento de seu passivo em moeda estrangeira. A transação envolveu a emissão de nova dívida no montante de US\$750 milhões, com vencimento em 5 anos e cupom de 3,25% a.a., menor patamar de taxa de juros em dólar já registrado pelo Banco do Brasil no mercado internacional de capitais. O recurso captado foi aplicado na recompra de títulos de dívida que venceriam em outubro de 2022 e remuneravam a um cupom de 3,875% a.a.

Utilizando do *Framework* de Finanças Sustentáveis, que foi revisto em 2021, emitimos em 6 de janeiro de 2022, nosso primeiro *social bond* no montante de US\$ 500 milhões, com vencimento em 11 de janeiro de 2029 e taxa de 4,875% ao ano. Mais informações sobre o *Framework* na seção 2 - Sustentabilidade Empresarial.

BB Day

No mês de outubro, realizamos o BB Day, um encontro totalmente virtual com acionistas, investidores, analistas e demais agentes do mercado de capitais. O evento contou com a participação dos membros do Conselho Diretor, que apresentaram informações sobre estratégias e negócios do Banco. Além disso, foi uma excelente oportunidade de posicionamento da marca, reforçando ao mercado as perspectivas para o futuro do Banco do Brasil. O evento está disponível para acesso no canal do BB no YouTube.

Inteligência Artificial para atendimento aos acionistas

Visando aprimorar o atendimento ao mercado, trazer uma melhor experiência ao usuário e mais eficiência, passamos a contar com a ferramenta de inteligência artificial para responder questionamentos tipicamente relacionados a Relações com Investidores. Além de estar presente nos assistentes virtuais do BB (WhatsApp, Facebook, App e site BB), o Bot foi integrado à página de Relações com Investidores na internet.

1. Estratégia e Governança Corporativa

A Estratégia Corporativa Banco do Brasil (ECBB) é elaborada por meio de processo estruturado, participativo e baseado em metodologias consolidadas, o que fortalece as decisões sobre a atuação da Empresa para os próximos cinco anos.

O Banco, em seu planejamento, leva em conta o seu papel transformador no país e considera ações para aumentar o seu impacto positivo na economia, no meio ambiente e na sociedade, tendo o seu plano de sustentabilidade totalmente integrado ao planejamento estratégico.

Colocamos o cliente no centro da nossa atuação e de nossas decisões, em todos os níveis organizacionais, de forma a lhe propiciar a melhor experiência. Para isso, buscamos continuamente tornar o BB seu principal banco de relacionamento, aprimorando a oferta de soluções personalizadas e inovadoras.

Consolidamos diariamente, junto aos nossos funcionários, o nosso Propósito de “cuidar do que é valioso para as pessoas”. Isso significa que nosso foco recai sobre as pessoas e o que importa para elas. As pessoas, por sua vez, abrangem todos os nossos *stakeholders*, ou seja, clientes, acionistas, funcionários, parceiros e a sociedade como um todo.

Nossa Visão é “Ser a empresa que proporciona a melhor experiência para a vida das pessoas e promove o desenvolvimento da sociedade, de forma inovadora, eficiente e sustentável”.

Para concretizar nossa Visão, somos orientados por Valores, princípios que guiam nossa Organização em direção ao foco no cliente, eficiência, inovação, senso de dono, ética, confiabilidade e espírito público. Com Valores organizacionais sólidos, buscamos traduzir em atitudes a contribuição de cada um para a perenidade do Banco.

Somos um Banco competitivo, rentável, eficiente e inovador. Primamos pela otimização de capital, melhoria da eficiência operacional, otimização da nossa estrutura, pelos novos negócios e fontes de receita, bem como pela aceleração da transformação digital e cultural e intensificação do uso de dados.

Governança Corporativa

Adotamos as melhores práticas de governança corporativa, mantendo nosso compromisso com os princípios de transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa. Somos o único banco listado voluntariamente no Novo Mercado da B3, segmento de mais elevado padrão em termos de governança corporativa, desde 2006.

Nossa estrutura de governança é composta pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento – Comitê de Auditoria (Coaud); Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade (Corem); Comitê de Riscos e de Capital (Coris), Comitê de Tecnologia e Inovação (Cotei) e Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem); pela Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor (Presidente e Vice-presidentes) e demais Diretores; e pelo Conselho Fiscal.

Em 2021, criamos o Comitê de Sustentabilidade Empresarial – Cosem, com o objetivo de fortalecer a estrutura de governança corporativa do Banco. Trata-se de um órgão colegiado que tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração (CA) em temas relacionados à sustentabilidade, considerando as melhores práticas de mercado, o Plano de Sustentabilidade - Agenda 30 BB e os 10 compromissos para um futuro sustentável assumidos pelo Banco.

O CA, órgão independente de decisão colegiada, tem na forma prevista em Lei e no Estatuto Social atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras. No mínimo 30% dos membros do CA são independentes, assim definidos na legislação e no Regulamento do Novo Mercado da B3, sendo que atualmente dos

oito membros, quatro são independentes sendo dois representantes dos acionistas minoritários.

Em 2021, realizamos duas reuniões itinerantes do Conselho de Administração com objetivo de aproximar e integrar o CA à rede de atendimento, aos clientes, às comunidades locais e regionais. A primeira, realizada em setembro, ocorreu na cidade de São Luís/Maranhão e a segunda, em dezembro, na cidade de Bento Gonçalves/Rio Grande do Sul. Com essa integração, os Conselheiros pretendem ampliar a visão sobre as necessidades, potencialidades e impacto do Banco do Brasil na sociedade em que atua, reforçando a tomada de decisões estratégicas no melhor interesse da Companhia.

Além disso, o CA possui em sua composição 37,5% de lideranças femininas, reforçando o compromisso da gestão com a diversidade em cargos de liderança, materializado também na eleição da primeira mulher a um cargo de vice-presidente. Somadas a outras diretoras e integrantes de comitês estatutários em atividade atualmente, quase 20% dessas posições são ocupadas por mulheres.

O modelo decisório do BB tem como premissa a tomada de decisão colegiada, integrando visões e compartilhando conhecimentos e responsabilidades, o que agrega maior segurança e qualidade ao processo. Adotamos a segregação de funções no âmbito da estruturação dos órgãos da administração e trabalhamos com estruturas de comitês que descentralizam o processo decisório e permitem a especialização em temas relevantes. Na forma do Estatuto Social, cabe ao Conselho Diretor fixar as atribuições e alçadas dos comitês no âmbito da Diretoria Executiva.

2. Sustentabilidade Empresarial

Adotamos as melhores práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), que permitem ações de antecipação e de gerenciamento de riscos e oportunidades. Essas premissas estão materializadas em nosso Plano de Sustentabilidade - Agenda 30 BB, principal instrumento fomentador de práticas socioambientais no BB desde 2005. O Plano, revisado em 2021, conta com 40 ações e 110 indicadores para o período 2021-2023.

Em 2021, estabelecemos 10 Compromissos de Longo Prazo em Sustentabilidade, com metas a serem implementadas até 2030, que envolvem as frentes de Negócios Sustentáveis, Investimento Responsável e Gestão ASG. O quadro abaixo apresenta as metas e sua evolução:

10 Compromissos para o Futuro

Em 2020, o BB definiu 10 Compromissos de Longo Prazo em Sustentabilidade com metas até 2030 em alinhamento às prioridades globais e demandas da sociedade



(1) Em Saldo. (2) Em desembolsos. (3) De empreendedores. (4) Agricultura, cultura, defesa civil, educação, eficiência energética e iluminação pública, esporte e lazer, infraestrutura viária, limpeza pública, meio ambiente, mobilidade urbana, saúde, segurança e vigilância sanitária. (5) AuM aplicáveis. (6) Energia renovável adquirida no mercado livre (ACL) e produção própria ao final do período.

Essas iniciativas reforçam o compromisso histórico do BB com a sustentabilidade em seu sentido mais amplo e permitem evoluir e obter reconhecimentos em índices, *rankings* e *ratings* de sustentabilidade globais e nacionais.

Ecoeficiência Energética

Temos trabalhado para migrar nossa matriz energética para fontes de energia renovável. Já consumimos energia gerada por duas usinas solares, outras quatro usinas de fontes renováveis estão em construção, nove em contratação e quatro em fase de licitação. Até 2024, teremos 29 usinas em operação, contribuindo para o alcance da meta de 90% no nosso fornecimento de energia proveniente de fontes renováveis.

Passamos a utilizar energia de fontes renováveis em 39 prédios administrativos por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL), gerando uma economia de R\$ 27,1 milhões (2019/2021), com expectativa de atingir R\$ 50 milhões até 2024.

Para expansão do projeto ACL, serão estudadas ao todo 1.652 unidades consumidoras em Média Tensão (A4) com objetivo de atingir até 68% do consumo do BB via fontes renováveis até dezembro de 2024. Estima-se economia de mais R\$ 33 milhões nas despesas com energia elétrica.

Nossa estratégia, além da redução do consumo de energia, é continuar investindo em uma matriz mais limpa e renovável de autogeração de energia, com impacto positivo no meio ambiente e na sociedade. Ao mesmo tempo, a escalada da produção pelas usinas (Geração Distribuída - GD) busca apoiar a meta de 90% da matriz elétrica do BB oriunda de fontes renováveis, sendo até 22% de projetos GD e até 68% de ACL.

Ainda com foco na eficiência energética, instalamos solução de IoT (internet das coisas) para monitorar o funcionamento dos sistemas de climatização, *nobreak* e iluminação, além do consumo de energia elétrica e água, em 298 agências em 2021. Com isso, queremos alcançar uma redução no consumo de energia na ordem de 15% nas dependências atendidas.

Em 2021 passamos a compensar 100% de nossas emissões de gases do efeito estufa (escopos 1 e 2) com a aquisição de certificados I-Recs e temos o objetivo de reduzir nossas emissões em até 30% até 2030, passando a contar com 90% de fontes de energia renovável até 2024.

Participação do BB na maior conferência do planeta sobre o clima

Estivemos presentes, apoiando a participação do Brasil, na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 26), com a apresentação de vídeos de *cases* sustentáveis de clientes e parceiros do BB que abordaram temas como energia renovável, agricultura sustentável, uso sustentável da terra e processos industriais sustentáveis. No Pavilhão Brasil, apresentamos também a forma como geramos valor sustentável para a sociedade, seja apoiando nossos clientes a adotarem práticas sustentáveis ou mesmo reduzindo e compensando as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) geradas em nossas atividades.



Compromisso *Business Ambition for 1.5°C*

Aderimos à Iniciativa “*Business Ambition for 1.5°C*”, campanha internacional para empresas liderada pelo Pacto Global da ONU e demais parceiros da iniciativa *Science Based Targets* (SBTi), o que demonstra nosso compromisso com a definição de metas de redução de GEE, baseadas na ciência, que contribuam para limitar o aquecimento global em 1,5°C acima dos níveis pré-industriais e que busquem alcançar a neutralidade de carbono da cadeia de valor até 2050.

Modelo de Finanças Sustentáveis

O *Framework* de Finanças Sustentáveis do BB foi atualizado em dezembro/2021 e está alinhado com os Princípios para Títulos Verdes (GBP), os Princípios para Títulos Sociais (SBP), as Diretrizes para Títulos Sustentáveis (SBG), os Princípios para Empréstimos Verdes (GLP) e os Princípios para Empréstimos Sociais (SLP). O *Climate Bonds Standard* e os critérios setoriais para certificação da *Climate Bonds Initiative* (CBI), bem como o *European Green Bond Standard* (EU GBS), foram consultados.

Assim como na primeira versão do nosso modelo, contamos com o apoio técnico da consultoria Sitawi Finanças do Bem e com opinião de segunda parte da *Sustainalytics*, uma dasificadoras mais reconhecidas neste mercado, que destacou o alinhamento do modelo com a estratégia de sustentabilidade e ressaltou nossos avanços em relação ao cumprimento das metas propostas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Destacamos, ainda, na última atualização do documento: i) a inclusão das categorias Eficiência Energética, Edifícios Verdes, Transporte Limpo e Gerenciamento Sustentável de Resíduos e Efluentes; além da modalidade social, nas captações via empréstimo; ii) revisão dos critérios de exclusão e fatores limitantes, além da inclusão de operações de capital de giro para micro e pequenas empresas (geração de emprego e renda), o que amplia o volume de operações elegíveis para a emissão de títulos e empréstimos sustentáveis; iii) o processo de avaliação e de seleção de projetos também foi atualizado e adequado à nova estrutura de governança em sustentabilidade empresarial do Banco do Brasil.

Carteira de Negócios Sustentáveis

Atingimos em 2021, R\$ 291,4 bilhões em operações de créditos sustentáveis, crescimento de 19,1% em 12 meses, com destaque à participação do agronegócio sustentável (41,7%) e dos negócios sociais (46,2%). Este montante foi contratado em linhas de crédito com elevada adicionalidade ambiental e/ou social, ou destinado a financiar atividades e/ou segmentos que possuem impactos socioambientais positivos para os setores de energias renováveis, eficiência energética, construção, transporte e turismo sustentáveis, água, pesca, floresta, agricultura sustentável, gestão de resíduos, educação, saúde e desenvolvimento local e regional, reforçando nosso papel transformador no apoio ao desenvolvimento do país e à construção de um futuro cada vez mais sustentável para a sociedade.

Em linha com nossos compromissos de longo prazo e para auxiliar nossos clientes na transição para um portfólio mais sustentável, temos as seguintes metas a serem atingidas até 2025: (i) fomentar a energia renovável, expandindo nossa carteira para este fim para R\$ 15 bilhões; (ii) ampliar a carteira de agricultura sustentável para R\$ 125 bilhões e auxiliar em projetos de eficiência estadual e municipal, com desembolsos de R\$ 20 bilhões.

A nossa carteira de negócios sustentáveis é submetida a avaliação independente, que considera as principais taxonomias internacionais para classificação da carteira, assegurando mais transparência.

Investimento Responsável

Temos trabalhado para engajar nossos clientes a investir em ativos sustentáveis, oferecendo uma diversa gama de produtos que aliam rentabilidade às melhores práticas ambientais, sociais e de governança.

Oferecemos um portfólio com 25 Fundos de Investimento (FI) e Fundos de Investimento em Cotas (FIC) ligados à essa temática, com opções para investir no Brasil ou no exterior, ou em causas específicas nas quais o cliente acredita. Em 2021, vimos o patrimônio líquido desses fundos crescer 109,0%, alcançando R\$ 7,0 bilhões.

Destacamos ainda o atingimento de R\$ 1,2 bilhão captados via LCA Verde (Letra de Crédito ao Agronegócio), que tem como objetivo fomentar a carteira de sustentabilidade do BB. Os recursos são direcionados exclusivamente para operações de agricultura de baixo carbono, energia renovável e demais linhas que atendam aos critérios ASG previstas no *Framework* de Finanças Sustentáveis do BB. O produto complementa o nosso portfólio de soluções de investimento ASG, cuja demanda tem sido crescente, já que o investidor busca por estratégias de diversificação que estejam alinhadas aos seus valores e às tendências de mercado.

Sempre buscando as melhores formas de atender os clientes investidores, associamos a oferta de investimentos sustentáveis com a educação financeira. Oferecemos uma assessoria digital completa e segura, que contempla ações de informação e conhecimento por meio de mídias digitais. A *playlist* InvesTalk, disponível no canal do BB no YouTube desde 2019, conta com uma programação de sugestões de investimentos, cenário econômico, análises de mercado, dicas, bate-papos entre outros, disseminando informação de qualidade e com foco na experiência prévia de cada investidor, de forma isenta e descomplicada. Recentemente, abordamos os investimentos ASG tanto no InvesTalk quanto no Deseconomês, uma série de vídeos criados para mostrar o mundo dos investimentos de um jeito leve e descontraído, traduzindo expressões do mercado financeiro para aqueles que estão iniciando sua jornada de investimento.

Disponibilizamos, também, a assessoria por meio de *podcasts* em plataformas digitais, contando, inclusive, com análises diárias. Qualquer cliente pode acessar também as sugestões de investimentos, relatórios e análises de mercado produzidas pelos especialistas do Banco do



Brasil por meio da página bb.com.br/carteirasugerida, contando até com uma carteira sugerida de empresas que seguem os mais elevados padrões de sustentabilidade e possuem um potencial de valorização.

Ainda dentro do tema, criamos a Carteira BB ESG (“ESG”, na sigla em inglês para *Environmental, Social and Governance*), desenvolvida com objetivo de indicar aos nossos clientes as ações das empresas que estejam mais alinhadas com as melhores práticas Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa (ASG).

No processo de integração de fatores ASG nos relatórios e análises de recomendação desenvolvidos pelo nosso time de pesquisa, iniciamos um acompanhamento mais próximo do tema, selecionando papéis de empresas que, em nossa visão, vêm sendo bem-sucedidas no alinhamento de seus negócios às práticas sustentáveis e socialmente responsáveis.

Para saber mais sobre os produtos de investimento ASG do Banco do Brasil, acesse nossa vitrine em bb.com.br/asg.

Reconhecimentos em sustentabilidade

Fomos reconhecidos, em janeiro/2022, como o banco mais sustentável do planeta pelo *ranking* das 100 Corporações Mais Sustentáveis do Mundo 2021 – Global 100, da *Corporate Knights*, mantendo a posição de liderança alcançada em 2021. A classificação posiciona o BB como a empresa brasileira mais bem colocada, figurando na 21ª posição no *ranking* geral. Na última década, o BB foi listado em sete edições, sendo reconhecido como banco mais sustentável do mundo em 2019, 2021 e 2022.

Pelo 17º ano consecutivo, estamos compondo o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, que reúne ações de empresas de capital aberto com as melhores práticas de sustentabilidade.

Somos uma das poucas empresas listadas no ISE desde o seu surgimento, em 2005. Estas conquistas refletem o resultado do trabalho integrado de todas as áreas do Banco e se soma a diversos outros reconhecimentos do BB como uma das empresas mais sustentáveis do mundo: Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) da Bolsa de Nova Iorque; *FTSE4 Good Index Series* da Bolsa de Londres; e *Ranking* do Global 100, da *Corporate Knights*, dentre outros.

3. Cenário Macroeconômico

Brasil

Ao longo de 2021, observamos avanço no processo de vacinação da população brasileira, que refletiu na diminuição do número de internações e óbitos e possibilitou a retomada de setores econômicos até então paralisados. Entretanto, a evolução desse quadro mais promissor foi contraposta pelo cenário conturbado relacionado à inflação mais elevada e aos juros alcançando o campo contracionista. A escalada dos preços se mostrou mais persistente e disseminada e exigiu uma postura mais restritiva do Banco Central, que elevou a taxa Selic em 725 pontos base ao longo do ano, passando de 2,0% em janeiro/2021 para 9,25% em dezembro/2021. Essa combinação pressionou a renda disponível das famílias e reduziu o espaço para um crescimento mais intenso do consumo de

novos bens e serviços, fato que se refletiu na perda de vigor da atividade econômica no decorrer do ano. Em 2021, tivemos também uma volatilidade dos ativos financeiros, com destaque para a cotação do Real em relação ao Dólar, impactada por fatores internos notadamente ligados às incertezas de cunho fiscal. Na contramão desse processo, o mercado de crédito do Sistema Financeiro Nacional apresentou desempenho positivo puxado pelo avanço do crédito às famílias e uma desaceleração natural e já esperada na trajetória do crédito pessoa jurídica, grupo amplamente impulsionado em 2020 pelas medidas emergenciais de crédito. Além disso, observamos uma dinâmica de recuperação da população ocupada, principalmente em postos de trabalhos informais.

Mundo

Após o grande impacto negativo da Covid sobre a atividade econômica mundial em 2020, observamos uma recuperação econômica disseminada em 2021, porém marcado por uma série de pontos que pesaram negativamente sobre o dinamismo global. A crise energética na Europa e os problemas relacionados ao setor de construção civil na China deram o tom da incerteza mundial. Além disso, a persistência da crise da cadeia de suprimentos, a inflação

mais disseminada nas principais economias e o risco de uma nova onda da pandemia diante do baixo quadro vacinal dos países pobres pesaram negativamente sobre a recuperação da economia global. O surgimento de novas variantes do Coronavírus e as dúvidas sobre o seu grau de agressividade contribuíram para ampliar a aversão ao risco global e levaram a novas medidas de distanciamento social em alguns continentes no final de 2021.

4. Transformação Digital

Estratégia Digital

Com um Banco cada vez mais digital, consolidamos nossa presença em complementariedade à rede física e oferecemos soluções inovadoras e conveniência aos nossos clientes. A adoção dos meios digitais para efetivação de diversos serviços cotidianos continuou se fortalecendo como novo hábito para milhões de brasileiros e nos antecipamos a esse movimento, fomentando a originação de negócios e o relacionamento pelos canais digitais.

A estratégia digital do Banco do Brasil está amparada em um conjunto de iniciativas que se desdobram em otimização e transformação digitais.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sob o pilar da transformação, buscamos novas fontes de resultado aceleradas por inovação aberta e tecnologias digitais. As prioridades são buscar novas fontes de resultados associadas a negócios com capacidade de atrair novos segmentos de clientes e com soluções de negócios que aumentem o engajamento do cliente com nossos canais e marcas.

Nesse sentido, continuamos expandindo a atuação como plataforma nos vários segmentos em que o BB atua. No mercado de agronegócios, por exemplo, estamos escalando nossa plataforma digital Broto (broto.com.br), construída em conjunto com a BB Seguros, e que conecta produtores rurais e fornecedores oferecendo produtos, serviços e consultoria. A plataforma Broto, já soma mais de 543 mil acessos na plataforma e originou mais de R\$ 1,3 bilhão em negócios desde seu lançamento, fomentando e impulsionando o agronegócio brasileiro. São mais de 2.000 produtos para maximizar a produtividade dos produtores rurais.

Também agregamos à plataforma Broto outras soluções como *blog*, *podcasts* e *lives* para trazer informação e conhecimento aos produtores rurais.

Os pilares de otimização e transformação digital são habilitados pela transformação cultural com o incentivo ao desenvolvimento de habilidades digitais pelo corpo funcional, pela adoção de inteligência analítica, por novas formas de atuar e novas tecnologias.

Terminamos o 4T21 com 22,2 milhões de clientes ativos nas plataformas digitais internet e *mobile*, e as transações realizadas nestes canais representaram 91,7% das operações de nossos clientes, um aumento de 5,2 pontos percentuais em comparação com 4T20 (86,5%).

O App Banco do Brasil permaneceu como um dos mais bem avaliados da indústria financeira nas lojas de apps com avaliação de 4,6 no Google Play (avaliado por mais de 4,4 milhões de usuários) e 4,7 na Apple Store (2,3 milhões de avaliações), em uma escala com pontuação máxima de cinco estrelas.

Seguindo a tendência de adoção dos canais digitais iniciada em 2020, o BB alcançou ao final do ano o número recorde de 20,3 milhões de usuários no App. Deste total, 88,2% estão habilitados para transacionar: um crescimento de 15,0% em 12 meses. Isso significa dizer que o cliente não apenas realiza consultas, mas também compra, investe e faz suas transações financeiras pelo aplicativo do BB.

A migração de clientes para os canais digitais também resultou em aumento dos negócios realizados integralmente por essa via. As plataformas digitais (internet e *mobile*) representaram 35,7% do desembolso em crédito pessoal e 13,4% do crédito consignado. Considerando o volume de aplicações e resgates, foram 27,8% movimentados nos fundos de investimento. Apenas no 4T21, 40,6% da quantidade de operações de serviços (tais como investimento, solicitação de cartão, abertura de contas e negócios com capitalização, seguros e consórcios) foi realizada no digital.

Possuímos um dos maiores parques tecnológicos da América Latina, que opera com disponibilidade superior a 99,9%, a 81 bilhões de transações por mês, com picos de 9,5 bilhões em um único dia. Nossas áreas de tecnologia atuam em sintonia com as áreas de negócios e clientes, com objetivo de acelerar a transformação digital sem perder a qualidade e efetividade no atendimento presencial aos nossos clientes.

Para intensificar o processo de desenvolvimento de soluções e acelerar a inovação, nos tornamos parceiros da Endeavor, relevante rede de empreendedores de alto impacto no mundo e um dos principais *hubs* de contato entre *scale-ups* no ecossistema brasileiro.

Estratégia de Nuvem

Temos o histórico de uma arquitetura de TI robusta que de forma eficiente vem atendendo às necessidades dos negócios. Para atender ao novo perfil do cliente, essa arquitetura está sendo modernizada diariamente.

O ano de 2021 representou a consolidação do uso da Nuvem como plataforma de construção de *software* no Banco do Brasil. Pelo volume e criticidade das aplicações desenvolvidas, verificamos uma maior flexibilidade e rapidez na entrega de soluções aos nossos clientes e expansão da capacidade de processamento sem a perda do desempenho dessas aplicações. Cabe destacar que neste ano passamos a dispor de ambiente de nuvem privada e pública, possibilitando melhor decisão de processamento e custos, de forma eficiente e transparente ao usuário.

Criamos uma plataforma de desenvolvimento em Nuvem com uma cultura de desenvolvimento de *software* em que o compartilhamento do conhecimento é o principal agente transformador. Quanto ao desenvolvimento de sistemas, nossa estratégia na escolha para adoção da arquitetura em nuvem está baseada no tipo de serviço que deverá ser entregue ao cliente. Para novos serviços, a indicação é desenvolvimento totalmente em arquitetura de nuvem, bem como serviços que precisam de uma grande atualização, que também são migrados para a nuvem. Para os demais, há uma avaliação do custo e do benefício de tal alteração.

Soluções críticas como PIX, *open banking*, LGPD, *chatbots* e Monitoramento de Fraudes estão atualmente rodando em ambiente de Nuvem. Também intensificamos a utilização de uma plataforma *low-code*, toda ela suportada por processamento em Nuvem. São mais de 2.100 aplicações/serviços que executam mais de 270 milhões de operações por dia.

Loja BB

De forma a centralizar e tornar mais acessíveis as iniciativas e benefícios não bancários ofertados no BB, neste último trimestre foi lançada a Loja BB, cuja operação inicial engloba os produtos de *marketplace* afiliados, *gift cards*, o Vantagens (cupons de desconto e outros benefícios), e recargas de celular. Em breve pretendemos expandir os produtos e benefícios ofertados nesta seção do nosso aplicativo.

Desde dezembro de 2020, o BB disponibiliza a venda de *gift cards* no App, que são códigos de recargas para os principais serviços digitais. Eles funcionam como créditos pré-pagos *online* para serviços como Uber, Spotify, Xbox, Google Play, iFood, plataformas de *games*, dentre outros. Já são mais de 1,5 milhão de *gift cards* comercializados. Durante o 4T21 adicionamos mais um novo conteúdo, o cartão do Primepass, que oferece ingressos para sessões de cinema via recarga pelo App BB.

Marketplace afiliados

Em novembro de 2021, demos mais um passo na expansão de portfólio de soluções de serviços não financeiros. Agora, nosso cliente já pode realizar compras a partir do *App* e ganhar *cashback* em conta.

Tendo em vista a adesão do BB ao programa de associados, de uma das maiores varejistas digitais do Brasil, o cliente que realizar suas compras a partir do *link* disponível na loja BB receberá *cashback*.

A implementação do *marketplace* afiliados foi extremamente bem recebida e já acumula dezenas de milhares de clientes utilizando a solução. Este é apenas o primeiro passo da estratégia de *marketplace* afiliados, cuja amplitude de marcas pretendemos expandir em breve.

Blog BB

Em abril de 2021, o BB deu mais um passo no aprimoramento da experiência digital oferecida no Portal do Banco, com a criação do Blog BB.

A principal missão do Blog é a de oferecer conteúdo relevante aos nossos clientes e para quem ainda não possui relacionamento com o Banco.

Na prática, isso significa monitorar e compreender necessidades de informação expressas nas buscas do Google para elaborar uma pauta que maximize os conhecimentos da audiência. Essa estratégia editorial - que oferece um *mix* de pautas de oportunidade com conteúdo *evergreen* - alcançou mais de três milhões de visitantes no segundo semestre de 2021.

Chamam a atenção o índice de utilidade (avaliações positivas/total de avaliações) de 96% atribuído pela audiência aos *posts* do período, assim como os mais de 25 mil compartilhamentos dos conteúdos em diversas plataformas (Facebook, Whatsapp, Twitter e Instagram).

Programa Corporate Venture Capital (CVC)

O programa de CVC é fundamental para impulsionar a inovação aberta, ajudando no desenvolvimento de novos negócios, ampliando mercados nos quais atuamos, ao mesmo tempo em que promove uma melhor experiência para os clientes. Estar próximo a *startups* é uma forma de trocar experiências, aprendizados, incorporar novas tecnologias e aumentar a competitividade. Alinhado a isso, a oportunidade de investir em *startups* de impacto gera ainda mais valor, não só para o BB, como também para a sociedade e todo o ecossistema.

Em 2021, realizamos os primeiros investimentos em fundos de *Venture Capital*. Nossa tese de investimento se baseia nos seguintes pilares: (1) Verticais de investimento: *agritechs*, experiência do cliente, *fintechs* e *govtechs*; (2) Estágio de maturidade: foco nos estágios *seed* e Série A, com produtos testados e clientes; (3) Parcerias: gestores de *venture capital*, *startups* e aceleradoras; e (4) ASG: priorização de *startups* que tenham objetivos, métricas e metas claras de impacto social, ambiental e de governança responsável.

Low-code

O desafio do desenvolvimento de soluções na nuvem vem sendo enfrentado com o desenvolvimento *Low-Code* de *softwares*, em nossa plataforma Faz.ai, que suporta a automação de processos internos menos complexos de forma mais rápida e independente, com gestão e governança corporativas. Essa ferramenta aumenta a capacidade de automatizar processos de trabalho com maior eficiência, simplificação e digitalização de processos.

Inteligência Artificial

O ano de 2021 consolida o avanço do uso de inteligência artificial (IA) em novas soluções e processos do BB. O corpo jurídico do BB passou a contar com o auxílio da IA na análise de acordo judiciais enquanto nosso atendimento humano tem atuado preventivamente para mitigar a propensão de demandas judiciais. A automação de *backoffice* ampliou a capacidade operacional por meio de novas soluções que tratam uma gama crescente de documentos como contratos, procurações, matrículas de imóvel, notas fiscais e informações contábeis entre outros itens.

O *onboarding* digital, piloto na validação automatizada de documentos de identificação, já conta com 28 mil validações diárias. Atualmente esta solução de inteligência artificial também já está presente em outros produtos do BB e de parceiros. Vale destacar o *case* da prova de vida do INSS, suportado pela solução de validação dentro do próprio app BB, que garantiu comodidade a mais de 128 mil beneficiários ao longo de 2021.

O Assistente Virtual BB consolida a fase de crescimento do atendimento digital. Em 2021, 23 milhões de pessoas tiveram 57 milhões de conversas com os assistentes virtuais do Banco. Considerando apenas o WhatsApp, foram 17,7 milhões de pessoas com 43,3 milhões de conversas, incremento de 130% na quantidade de usuários sobre 2020.

Além disto, vale ressaltar a ampliação do uso de canais de voz suportados por Inteligência Artificial. Novas consultas foram disponibilizadas no Assistente Virtual BB presente no Google Assistente e a Busca Inteligente por voz facilita a experiência no app BB e já é utilizada por mais de 2,6 milhões de clientes. Ademais, o ano de 2021 foi marcado pelo lançamento da URA Cognitiva (Unidade Resposta Audível), ampliando a capacidade de atendimento aos nossos clientes com soluções de IA tanto no entendimento da fala quanto na geração de voz.

Sobretudo, a Inteligência Artificial tem contribuído cada vez mais para melhoria da nossa eficiência operacional e da experiência dos nossos clientes, funcionários e parceiros, auxiliando pessoas nas atividades em que as máquinas oferecem excelência, permitindo que o diferencial humano fortaleça o relacionamento e a entrega de valor a diferentes *stakeholders*.

Inteligência Analítica

O direcionamento e investimentos do Banco do Brasil em cultura analítica e uso de dados permaneceram fortes ao longo de 2021, reafirmando a estratégia para geração de valor. Assim, colocamos o cliente no centro da atuação e prioridade, mantendo o foco na eficiência operacional, na atuação em agronegócios, canais de atendimento e serviços suportados por dados e inteligência analítica.

A estrutura de inteligência analítica tem atuado sob formato de tribos e *squads* multidisciplinares, gerando sinergia entre negócios, soluções tecnológicas e *analytics*. Além de facilitar o uso de dados e potencializar o aculturação, permite também celeridade nas entregas.

As ações e esforços de ampliação da cultura, conhecimento e maturidade analítica permaneceram crescentes em 2021, alcançando 2.390 formações em *Business Analytics*, Ciência e Engenharia de dados, entre outras.

A estratégia Conquista, Reconquista e Sucessão em Agronegócios, a solução de Prova de Vida de beneficiários INSS baseada em dados e a preparação para o *OpenFinance* são alguns dos exemplos de contribuição e suporte de inteligência analítica aos clientes e negócios do Banco do Brasil.

BB no Metaverso

O Banco do Brasil está no Metaverso, com ações do mundo real transportadas para a cidade virtual do “Complexo”, servidor de RolePlay, que conduz o gamer na criação de um edifício do Banco do Brasil, com base na sede existente, em Brasília, e promove um *tour* virtual pelo prédio histórico que abriga o Centro Cultural Banco do Brasil Rio de Janeiro (CCBB-RJ).

No *game*, o jogador poderá abrir contas e receber benefícios para seu personagem. Haverá empregos relacionados à atividade bancária e nas praias e *outdoors* da cidade virtual, o jogador vai se deparar com a gestora de fundos BB DTVM. Essa é uma excelente oportunidade para trabalharmos a cultura de investimentos, tão importante para a sociedade em geral, de uma forma atraente para as novas gerações, apresentando fundos diferenciados na indústria como o BB Ações Equidade, o BB Ações US Biotech BDR Nível I e o BB Ações Agro.

O BB começou a apoiar o segmento de jogos eletrônicos em 2018. Desde então, patrocina eventos como o “Brasil Game Show” (BGS) e o “CBCS – Campeonato Brasileiro de Counter-Strike”, apresenta campeonatos, como *VALORANT Ultimate Ignition Series*, e, neste ano, promoveu a troca de experiências entre gamers e amantes dos eSports com a “Game Talks BB”, além de criar o “BB Game Series Etapa Universitária”, primeiro torneio de propriedade da instituição e de ampliar o *Squad* BB. Por meio do eSports, o BB diversifica suas estratégias de transformação digital e rejuvenescimento da base de clientes.

PIX

A solução PIX do BB, integrada a todos os aplicativos comerciais do banco, atende de forma ágil as transferências dos clientes (pagador e recebedor). Já a facilidade de cadastramento das chaves PIX, bem como, a simplicidade e presteza na realização das transferências, apoiam a nossa rede na tarefa de fidelizar os clientes.

Os clientes BB podem fazer transferências PIX através do nosso aplicativo, do Whatsapp e até por comando de voz usando o *Google Assistant*. Em termos de quantidade, o BB processa 19,3% de pagamentos e recebimentos do Pix e corresponde a 28,6% do volume financeiro.

Em 2021, foram disponibilizados a personalização de limites de Pix, Pix Cobrança - *Qrcode* com vencimento (funcionamento similar ao boleto de cobrança), agendamento de Pix, Pix Saque e Pix Troco e o Mecanismo Especial de Devolução (permite a contestação de valores devido a fraudes, golpes e falhas). A Agenda Evolutiva do Pix segue o mesmo ritmo para 2022, prevendo novos produtos e novas opções de liquidação para os usuários.

Open Banking

Em 2021, atuamos fortemente no processo de implementação do *Open Banking* (ou Sistema Financeiro Aberto) e mantivemos nos ativos nos diversos fóruns, onde atuamos de maneira protagonista no ecossistema, e coordenamos os trabalhos estabelecidos dentro da Febraban e da Convenção do *Open Banking*.

Nossas equipes se destacaram na construção das API (*Application Programming Interfaces*) que permitiram a integração das plataformas e infraestruturas tecnológicas das instituições participantes do ecossistema para viabilizar o compartilhamento de dados e serviços previstos no escopo *Open Banking*.

Adaptamo-nos às diversas mudanças, estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, no calendário de implementação do *Open Banking* e implantamos as fases 1, 2 e iniciamos, no 4T21, as fases 3 e 4. Continuamos trabalhando para implementação das demais fases, com previsão de conclusão para 2022.

A partir da fase 2, quando teve início o compartilhamento de dados, intensificamos a divulgação de informações sobre a necessidade do prévio consentimento do cliente, visando desmistificar os conceitos do *Open Banking* e fortalecer aspectos relevantes de segurança que envolvem a troca de dados entre instituições financeiras.

Na fase 3, temos os serviços de iniciação de transações de pagamento e de encaminhamento de propostas de operação de crédito, além da possibilidade do pagamento com PIX sem a necessidade da utilização do aplicativo em que o cliente possui sua conta corrente. Com isso, passamos a conectar produtos financeiros, além da conexão de dados. A terceira fase será implementada em etapas, garantindo segurança e estabilidade no sistema, estendendo-se até setembro de 2022.

Em 15 de dezembro, iniciamos a implementação da fase 4, contemplando o compartilhamento de um conjunto de informações que vão além dos produtos e serviços bancários tradicionais, como previdência, seguros, câmbio e investimentos. A inclusão desses produtos dá início ao formato ampliado do sistema, que foi denominado *Open Finance*. Essa fase também será implementada em etapas, com previsão de término em maio de 2022.

O Portal do Desenvolvedor conta com cinco API em seu portfólio: Cobrança, PIX, Pix Arrecadação Integrada, Autorização de Débito Automático e Pagamentos em Lote. As duas últimas foram lançadas durante o 4T21. O Portal oferece uma jornada digital de ponta a ponta para a integração, incluindo ambiente de testes das soluções, além de conectar o público desenvolvedor, mantendo uma comunidade ativa que contribui para a construção e aprimoramento dos nossos serviços.

Ao longo de 2021, foram firmadas mais de cinco mil novas integrações com clientes empresariais, cadastrados mais de 13 mil desenvolvedores e mais de seis mil aplicações estão em produção.

Atuamos com foco estratégico para manter o BB como referência em *Open Banking* no mercado, mantendo o nosso pioneirismo no tema. Para os clientes e sociedade em geral, atuamos com reforço de comunicação para disseminar o conceito de Sistema Financeiro Aberto e preparar o consumidor para aproveitar as vantagens do *Open Banking*. Internamente, focamos na preparação dos funcionários para o novo cenário, capacitando-os para sanar as dúvidas dos clientes e para utilização das novas oportunidades negociais de relacionamento com nossos clientes.

5. Prêmios e Reconhecimentos

Janeiro

Somos o banco mais sustentável do mundo. Reconhecidos pelo ranking das **100 Corporações Mais Sustentáveis do Mundo 2021 – Global 100**, da *Corporate Knights*. Este foi o melhor resultado histórico do Banco – ficamos na 3ª colocação geral do *ranking* e somos também a empresa mais bem posicionada do Brasil.

Fevereiro

Recebemos a premiação Classe Bronze no **Sustainability Yearbook 2021**. O *Sustainability Yearbook* é uma das publicações mundiais mais abrangentes sobre sustentabilidade corporativa, que classifica as empresas pelo desempenho apresentado no Índice Dow Jones de Sustentabilidade da Bolsa de Nova Iorque (DJSI).

Março

Fomos reconhecidos pelo segundo ano consecutivo como uma das 100 empresas mais inovadoras do mundo em um dos mais importantes eventos de TI internacionais, o **CIO 100 Awards 2021**, realizado pela revista americana CIO, da IDG Communications. O mérito desse reconhecimento é de uma das soluções mais inovadoras lançadas em 2020, o Assistente Virtual para Renegociação de Dívidas no WhatsApp, desenvolvido com a aplicação de Inteligência Artificial.

Abril

Fomos o banco mais bem avaliado pelos clientes investidores em março, segundo o **estudo Índice de Atendimento de Bancos e Plataformas (IQA)** elaborado pela FGV. Esse é um reconhecimento a todos os funcionários do BB que atuam de forma cada vez mais comprometida, com foco total na satisfação do cliente.

Maior

Temos a solução mais inovadora em tecnologia móvel no país, segundo o prêmio **“Seleção Mobile Time”**, com o Pix no WhatsApp BB. A solução permite ao cliente cadastrar suas chaves, pagar, receber, gerar *QR Code* ou consultar um extrato do Pix por mensagens de texto ou voz.

A revista *Global Finance* anunciou, em sua nona seleção anual para o prêmio **“The Innovators 2021”**, o reconhecimento das mais

inovadoras instituições financeiras mundiais, aquelas que conseguem projetar as melhores soluções e ferramentas financeiras. Fomos escolhidos pelo terceiro ano consecutivo, dessa vez na categoria *Corporate Finance*. A iniciativa premiada foi o Centro de Aceleração em Inteligência Artificial.

Recebemos o **Prêmio Latam 2021** em experiência do cliente, organizado pela Aloic – *Alianza Latino Americana de Organizaciones para la Interacción con Clientes*, cujo objetivo principal é reconhecer as melhores práticas da atividade. Vencemos com o SAC BB, na categoria Melhor Estratégia na Organização.

A Universidade Corporativa Banco do Brasil (UniBB) foi reconhecida como uma das melhores do mundo pelo **GlobalCCU** (Conselho Global de Universidades Corporativas). Recebemos o **Gold Award** na categoria Cultura e Tecnologias. É a quarta vez em que somos premiados pelo *GlobalCCU*.

Junho

Fomos reconhecidos como a melhor instituição da América Latina na Gestão de Portfólio Digital no **PWM Wealth Tech Awards 2021**, cerimônia global organizada pelo veículo especializado *Professional Wealth Management* - PWM, integrante do grupo internacional *Financial Times*, referência em assuntos relacionados a finanças e *private banking*.

Julho

Recebemos o selo do **Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça**, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), que dissemina medidas de cultura organizacional para alcançar a igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho. Foi dirigido a empresas de médio e grande porte, públicas e privadas, com personalidade jurídica própria. A adesão ao programa é voluntária. É a sexta vez consecutiva que o BB recebe o reconhecimento.

Agosto

Fomos novamente listados no índice de sustentabilidade da bolsa de valores de Londres, o **FTSE4 Good Index Series**, que avalia e classifica as empresas com melhores práticas Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa (ASG). Essa conquista demonstra o reconhecimento do mercado investidor pelo compromisso do Banco



com as melhores práticas em sustentabilidade e com a transparência na divulgação de suas informações.

Fomos eleitos a Empresa do Ano no **Prêmio ClienteSA**, principal reconhecimento às melhores práticas em gestão de clientes da América Latina, entre 49 companhias reconhecidas em 26 categorias diferentes. Com o resultado, estamos classificados para concorrer mais uma vez à edição internacional organizada pela Alianza Latinoamericana de Organizaciones para la Interacción con Clientes (Aloic Latam), onde também somos os atuais campeões e defenderemos o título, em disputa com os vencedores nacionais do México, Argentina, Colômbia e Paraguai.

Setembro

Nossa assessoria de imprensa foi premiada pelo 11º ano seguido. Vencemos, na categoria Financeiro, a 11ª edição da Pesquisa “Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas”, realizada pela Plataforma Negócios da Comunicação e pelo Centro de Estudos da Comunicação (Cecom) e auditada pela BDO Brazil.

Outubro

Fomos reconhecidos como o Melhor Banco de Pequenas e Médias Empresas da América Latina, no **Prêmio SME Bank Award**, concedido pela Revista *Global Finance*, com o case “Apoio à Saúde Financeira das MPE brasileiras durante a Pandemia”. Diante do cenário de incertezas trazido pela pandemia, temos atuado para prover suporte aos clientes com proximidade, rapidez e segurança, ao mesmo tempo em que fortalecemos nosso compromisso com a sociedade, pela adoção de ações para minimizar os efeitos adversos da atual conjuntura sobre o país.

O Banco do Brasil é uma das empresas mais transparentes na divulgação de informações sobre sustentabilidade, aponta o Observatório da Transparência, iniciativa do conselho consultivo no **Brasil da Global Reporting Initiative (GRI)**. A avaliação da instituição, que é dedicada ao desenvolvimento de padrões de relatórios de sustentabilidade, partiu da lista das 100 maiores empresas no Brasil feita pela KPMG.

Somos a marca mais lembrada do país na categoria “banco” do **Top of Mind** nestes 31 anos da premiação. Primeiro banco do país, o BB foi citado em 2021 por 25% dos entrevistados, liderando em todas as faixas etárias e classes sociais. Os melhores resultados são entre os mais ricos (31%) e os moradores do Nordeste (35%).

Novembro

Mais uma vez, fomos reconhecidos como o melhor banco do mundo na categoria Educação e Formação de *Private Banker* na premiação **Global Private Banking Awards 2021**. Ela é organizada anualmente pelos veículos especializados PWM (*Professional Wealth Management*) e *The Banker*, que fazem parte do grupo internacional *Financial Times* e que são referências mundiais em assuntos relacionados a finanças e *Private Banking*.

Ganhamos o reconhecimento como o banco mais sustentável da América do Sul, pela **Capital Finance International – CFI.co**. A revista inglesa sobre negócios, economia e finanças usa uma ampla gama de critérios para apoiar as decisões sobre a premiação, com base em informações coletadas pela própria equipe de pesquisa.

Conquistamos, pela segunda vez, o **Prêmio iBest** do júri popular de melhor Banco Digital do país. Mesmo concorrendo na final com duas das maiores *fintechs* do país, fomos o banco mais votado pelos internautas. A seletiva contou com diversas etapas ao longo do ano, concorrendo com todas as principais instituições financeiras do país, e o BB passou por todas elas sempre nas primeiras posições.

Atingimos o Nível 1, com pontuação máxima pela quinta vez consecutiva, no **5º Ciclo do Indicador de Governança – IG-SEST do Ministério da Economia**. O IG-SEST é um instrumento de acompanhamento contínuo que tem como objetivo avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016 e pelas diretrizes estabelecidas nas Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, que buscam implementar as melhores práticas de mercado e maior nível de excelência em governança corporativa.

Dezembro

Somos o grande vencedor do **Prêmio Banking Transformation 2021**. Fomos considerados os melhores do ano em três categorias e, em número de *cases* vencedores, fomos os campeões. Também fomos homenageados pelo movimento de transformação digital que estamos realizando. Concorremos com os principais bancos brasileiros, tradicionais e nativos digitais, e com as empresas que fazem parte do ecossistema do financeiro, como as de meios de pagamentos, *fintechs*, bolsas de valores, seguradoras e *bureaux* de crédito. O júri técnico foi composto por especialistas renomados do mercado.

Conquistamos, mais uma vez, o selo **Empresa Pró-Ética**. O Pró-Ética é uma iniciativa do Instituto Ethos e da Controladoria-Geral da União (CGU) que busca fomentar a adoção voluntária de medidas de integridade pelas empresas, por meio do reconhecimento público daquelas que, independentemente do porte e do ramo de atuação, mostram-se comprometidas em implementar medidas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude. O reconhecimento é feito a cada dois anos e esta é a quarta vez que o BB é listado. As outras foram em 2012/2014, 2016 e 2018/2019.

Fomos destaque na 10ª edição do **Prêmio Reclame Aqui** – As melhores empresas para o consumidor, recebendo o troféu Prata na categoria Bancos, entre as 102 instituições financeiras ativas na plataforma. A premiação tem o objetivo de reconhecer o trabalho e atendimento das empresas e dos profissionais que mais se destacaram em cada categoria ao longo do ano. O prêmio também leva em consideração a avaliação prévia que os próprios clientes fazem de cada empresa. Assim, só é classificada a companhia que minimamente mantiver o status “Bom” nas avaliações recebidas.

6. Destaques do Resultado das Demonstrações Contábeis Consolidadas

Lucro Líquido Recorrente de R\$ 21,0 bilhões em 2021

O lucro líquido recorrente¹ foi de R\$ 21,0 bilhões em 2021, aumento de 51,4% em relação a 2020. Na visão societária, o lucro líquido de 2021 totalizou R\$ 19,7 bilhões, crescimento de 55,2%. O resultado foi influenciado pelo aumento do resultado da intermediação financeira

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

decorrente, principalmente, do crescimento das receitas da intermediação financeira (+8,8%) e da redução da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito (-28,9%). As despesas administrativas alcançaram R\$ 33,9 bilhões, elevação de 1,9% na comparação com 2020, enquanto as receitas de prestação de serviços foram de R\$ 29,3 bilhões, crescimento de 2,2%.

Apresentamos abaixo os principais números relativos ao nosso desempenho em 2021.

Tabela 2. Destaques Financeiros

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
Resultado (R\$ milhões)	2021	2020	2021	2020
Lucro Líquido Recorrente ¹			21.021	13.884
Lucro Líquido	19.574	12.512	19.710	12.697
Resultado da Intermediação Financeira	39.397	21.002	44.688	29.781
Receita de Prestação de Serviços	18.986	19.231	29.343	28.702
Despesas Administrativas ²	32.063	31.520	33.847	33.216

(1) – O Resultado Recorrente exclui os resultados considerados não recorrentes. Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros, conforme Nota Explicativa 31. (2) – Composta pela soma de Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas.

Patrimoniais (R\$ milhões)	Dez/21	Dez/20	Dez/21	Dez/20
Ativos	1.988.646	1.782.539	1.932.533	1.725.672
Carteira de Crédito Classificada	770.470	669.332	784.796	681.776
Recursos de Clientes	647.617	583.654	671.270	601.984
Patrimônio Líquido	134.226	116.723	144.857	126.971

	2021	2020
Lucro por Ação (R\$)	6,86	4,39
Dividendos e JCP distribuídos aos acionistas	7.526	4.197

Resultado de Intermediação Financeira

O resultado da intermediação financeira corresponde à soma das receitas da intermediação financeira, das despesas da intermediação financeira e da provisão para perdas associadas ao risco de crédito (PCLD). Em 2021, totalizou R\$ 44,7 bilhões, crescimento de 50,1% na comparação com 2020. Dentre os componentes do resultado da intermediação financeira, destaque para o crescimento de 8,8% das Receitas da Intermediação Financeira e para a redução de 28,9% da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito.

Receita de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços cresceram 2,2% em relação a 2020, totalizando R\$ 29,3 bilhões. Destaque para os crescimentos de Administração de Fundos (+8,8%), e de Comissões de Seguros, Previdência e Capitalização (+10,7%).

A estratégia continua centrada no relacionamento, no atendimento especializado, na diversificação das fontes de receita e na melhoria constante da experiência do cliente.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas alcançaram R\$ 33,9 bilhões no período, crescimento de 1,9% em relação a 2020, abaixo da inflação do período de 10,06%, resultado da gestão disciplinada dos custos. As despesas de pessoal cresceram 4,2% na comparação anual, devido principalmente ao reajuste salarial de 10,97% concedido aos bancários a partir de setembro/2021, em linha com o Acordo Coletivo de Trabalho 2020/2022, enquanto as outras despesas administrativas reduziram 1,6% se comparado a 2020, devido especialmente as quedas nas linhas de Amortização (-21,5%), Comunicações (-30,3%) e Transporte (-23,2%).



Capital

Possuímos Plano de Capital com visão prospectiva de três anos, considerando (a) a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo.

Atingimos 11,94% no Índice de Capital Principal (ICP) em dezembro de 2021, enquanto o Índice de Basileia (IB) chegou a 17,76%. O Índice de Capital Nível I alcançou 15,16%.

Remuneração aos acionistas

A Política de Remuneração aos Acionistas busca garantir a devida valorização do acionista, conjugada à perenidade e à sustentabilidade financeira de curto, médio e longo prazos do Banco, tendo como premissa a necessidade de flexibilidade e solidez financeira para a manutenção sustentável dos negócios.

Para o exercício de 2021, foi aprovado o percentual de 40% do lucro líquido, ajustado conforme disposto nas letras “a” e “b” do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, a ser distribuído via dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP), tendo como balizadores o resultado do Banco, sua condição financeira, a necessidade de caixa, o Plano de Capital e suas metas e respectivas projeções, a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, perspectivas dos mercados de atuação presentes e potenciais, oportunidades de investimento existentes e a manutenção e expansão da capacidade operacional.

Carteira de Crédito Classificada

Nossa carteira de crédito classificada cresceu 15,1% em relação a dezembro de 2020.

Na linha de pessoa física, sem produtor rural, que representa 33,7% do total da carteira, o crescimento foi de 15,7% em um ano. Destaque para o crédito Consignado que atingiu R\$ 106,8 bilhões, crescimento de 14,2% no comparativo com o mesmo período do ano anterior, bem como para as linhas de cartão de crédito (+46,8%) e empréstimo pessoal (+40,2%), alinhados à estratégia de mudança de mix para linhas mais rentáveis.

No caso de Pessoas Jurídicas, sem empresas do agronegócio, a carteira classificada atingiu R\$ 253,1 bilhões, crescimento de 7,1% em um ano. Destaque para a carteira de clientes MPME (faturamento bruto anual de até R\$ 200 milhões), que atingiu R\$ 91,5 bilhões, crescimento de 14,5%, influenciada pelos desembolsos de R\$ 8,1 bilhões no Pronampe, e para as Grandes Empresas que cresceram 13,5% em seu conceito ampliado, que considera títulos e garantias prestadas.

Já no agronegócio, a carteira classificada atingiu em dezembro/2021 a cifra histórica de R\$ 232,4 bilhões, com destaque para o crescimento da carteira de crédito rural em 29,6%. Vale ressaltar o crescimento de 183,6% em títulos do agronegócio, Cédula de Produtor Rural (CPR) e Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA).

Atuação do BB no Mercado de Capitais

Completamos um ano da nossa parceria com o UBS, alavancando nossos negócios em mercado de capitais e *investment banking*. Essa parceria combina a expertise e plataforma de distribuição global do UBS com a rede de relacionamentos do BB no Brasil, trazendo vantagens aos clientes corporativos que passam a contar com soluções mais completas, bem como às pessoas físicas, com uma plataforma diferenciada de assessoria e distribuição de novas classes de ativos.

Buscamos com a nossa rede de relacionamentos originar negócios para posicionar o UBS BB entre os três primeiros no *Ranking* ANBIMA de *Debt Capital Markets* (DCM) local e internacional, *Equity Capital Markets* (ECM) e M&A.

Apenas no 4T21, o UBS BB anunciou 60 transações, sendo 57 de dívida local (Local DCM), e 3 de ações (ECM). De janeiro a dezembro de 2021, o UBS BB anunciou 194 transações, um marco importante para o primeiro ano de operação da *joint-venture*.

Além disso, em parceria com o UBS BB, também apoiamos os nossos clientes em operações ASG ao longo de 2021. No mercado local, participamos de 20 emissões com volume total de R\$ 10,9 bilhões, e no mercado internacional, participamos de sete emissões com volume total de USD 3,8 bilhões.

7. Gestão de Pessoas

A política e as práticas de gestão de pessoas são norteadas pela meritocracia, compromisso com os valores da empresa, foco na experiência do cliente, transformação digital e inovação. Apresentamos a seguir o perfil dos nossos funcionários:

Tabela 3. Perfil de Funcionários

Perfil do Funcionários	Dez/21	Dez/20
Funcionários	84.597	91.673
Feminino	35.927	38.645
Masculino	48.670	53.028
Escolaridade		
Ensino Médio	9.136	11.505
Graduação	26.946	31.735
Especialização, Mestrado e Doutorado	48.431	48.275
Demais	84	158
Distribuição Geográfica		
Norte	3.678	3.981
Nordeste	13.919	15.106
Centro-Oeste	16.090	16.650
Sudeste	35.894	39.800
Sul	14.997	16.136
Exterior	19	0
Rotatividade de Funcionários (%)	0,56	0,56

Em 2021, lançamos o manifesto da cultura no BB, com o objetivo de reforçar os aspectos culturais relevantes e essenciais para a evolução e longevidade do nosso Banco. O manifesto contém os cinco impulsionadores da cultura: (i) buscamos o novo todos os dias, (ii) resultado é gerar valor para o cliente, (iii) fazer bem é um bom negócio, (iv) ética e integridade são a base da confiança e (v) juntos fazemos muito mais. Os impulsionadores são narrativas inspiradoras que traduzem a nossa cultura, tangibilizam os nossos valores e contribuem para a execução da estratégia corporativa, além de reforçar o que temos de melhor.

Disponibilizamos o Assistente Virtual BB a todos os funcionários do Banco. Com ele é possível obter atendimento automatizado sobre mais de 60 assuntos relacionados à gestão de pessoas, de forma simples e rápida, via aplicativo WhatsApp. Em 2021, mais de 37 mil funcionários utilizaram o Assistente, gerando quase 800 mil atendimentos no ano.

O BB conta com a Universidade Corporativa Banco do Brasil para desenvolver a excelência humana e profissional, por meio da criação de valor em soluções educacionais, contribuindo para a melhoria do desempenho organizacional e o fortalecimento da imagem do Banco. Investimos na transformação digital com a disponibilização de mais de 1.200 cursos nas áreas de mobile, programação, *front-end*, *DevOps*, *UX & design*, *data Science*, inovação e gestão, bem como na ampliação do acesso às certificações profissionais em TI para todos os funcionários e realização de diversas ações

educacionais para o fortalecimento dos negócios e satisfação dos clientes.

Em 2021, a UniBB continuou investindo na seleção e desenvolvimento de seus líderes. Para a gerência média, foi lançado o Programa de Identificação de Talentos (PIT+). O Programa tem abordagem orientada a dados e coleta, organiza, diagnostica e relaciona informações sobre as equipes, otimizando o gerenciamento dos recursos humanos do Banco. Em sua primeira edição, a partir do cruzamento de diversos indicadores de resultados e comportamentos, o BB identificou 2.139 funcionários para as funções foco do PIT+.

Ainda com um olhar para quem conduz os negócios do dia a dia, as Jornadas do Líder Digital, Líder *Evolution* e Super Regional capacitaram mais de quatro mil gestores em competências de liderança, fazendo uso de tecnologias digitais. Houve também uma seleção corporativa para Superintendente Regional, que identificou 65 candidatos.

Para a alta liderança, a Seleção Executivos e Gestores no Exterior qualificou 56 candidatos, reforçando o compromisso da UniBB com a meritocracia e o processo sucessório na Empresa. Com essas iniciativas, as lideranças do BB estarão cada vez mais preparadas para construir o banco do futuro, com sustentabilidade e eficiência.

O Programa Saúde Mental lançado em 2021, o qual está ancorado em cinco pilares (Hábitos Saudáveis, Educação, Ergonomia, Apoio Psicológico e Cuidado), contou com a disponibilização de plataforma

de atendimento psicológico *online*, patrocinada pelo Banco e disponível para todos os funcionários. De outubro a dezembro, foram realizadas mais de 12 mil consultas.

Nossas práticas de Gestão de Pessoas foram reconhecidas de diversas formas. Recebemos a certificação *Top Employer* pela nona vez consecutiva. Somos a única empresa brasileira reconhecida em todas as edições desse certame. A certificação é concedida pela fundação de pesquisa independente holandesa, *Top Employers*

Institute, e reconhece os empregadores que desenvolvem talentos em todos os níveis da organização e que se esforçam para otimizar continuamente as políticas e práticas de gestão de pessoas.

Recebemos também, pela sexta vez, o prêmio *Top of Mind* de RH na categoria Educação Corporativa / *E-learning*. O BB foi a Empresa mais lembrada pela comunidade de recursos humanos, em votação espontânea, com a participação de milhares de gestores da área em todo o país.

Tabela 4. Remuneração e Benefícios

R\$ milhões	Demonstrações Contábeis Individuais		Demonstrações Contábeis Consolidadas	
	2021	2020	2021	2020
Folha de pagamento ¹	18.459	17.704	20.015	19.179
Previdência Complementar ²	1.813	1.791	1.813	1.791
Planos de Saúde ²	1.841	2.625	1.841	2.625
Participação nos Lucros e Resultados ³	2.523	1.562	2.536	1.569
Treinamento ⁴	50	37	55	42

(1) Despesas com proventos, benefícios, encargos sociais e provisões administrativas, conforme Nota Explicativa Despesas de Pessoal (2) Custeio dos planos de previdência complementar e de saúde, conforme Nota Explicativa de Benefícios a Empregados. (3) Valor destinado à Participação nos Lucros e Resultados, conforme Demonstração do Resultado do Exercício. (4) Conforme Nota Explicativa Despesas de Pessoal.

8. Gestão de Riscos, Controles Internos e Segurança Institucional

Gestão de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos objetiva identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar riscos, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão.

Por intermédio da Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos - RAS (*Risk Appetite Statement*), é orientado o planejamento da estratégia, políticas e diretrizes relacionadas às atividades que envolvam assunção de riscos, direcionando orçamento e capital para a alocação sustentável e otimizada.

Ao longo do ano de 2021, aprimoramos o uso da plataforma Analítica em ambiente de *big data*, o modelo de trabalho matricial e o uso de metodologias ágeis, com desenvolvimento de modelos e painéis de gestão de riscos a partir daquele ambiente.

Implementamos ainda, sob a supervisão do Banco Central, o Doc 5050, destinado à remessa de informações sobre a base de riscos e perdas operacionais, de acordo com os artigos 32 a 36 da Resolução

Nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, Circular nº 3.979, de 30 de janeiro de 2020, e Instrução Normativa BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020.

Houve avanços relevantes em 2021, como a revisão do *framework* de gestão de diversos riscos e aprovação do *framework* de gestão do risco de segurança, em linha com a definição do Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRDL), a revisão do modelo interno de risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB), a Revisão do Modelo de Projeção de Liquidez de Curto Prazo (LCR), o aprimoramento metodológico para gestão do risco operacional, bem como melhorias nos processos de gestão de perdas operacionais e apuração do capital econômico para cobertura do risco, o desenvolvimento de indicador de sensibilidade ao risco climático para a carteira de produtores rurais e pessoas jurídicas, com base nas orientações do *roadmap* da Febraban e da TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras relacionadas ao Clima).

Gestão de Riscos Cibernéticos

O Banco gerencia os riscos cibernéticos de forma integrada, com participação ativa de diversas diretorias e unidades. A exposição ao risco é permanentemente avaliada e são adotadas medidas proativas e reativas para mitigar os riscos.

Mantivemos a realização de cenários e avaliações de impacto e a revisão periódica do Plano de Prevenção e Resposta a Incidentes

Cibernéticos, que fornecem importantes insumos para o aprimoramento contínuo da gestão do risco cibernético, para mitigar os riscos associados à estratégia digital, somados aos esforços de cumprimento de requisitos regulatórios.



Controles Internos

Possuímos um Sistema de Controles Internos (SCI) robusto, alicerçado no Modelo Referencial de Linhas de Defesa – MRLD, que contribui para assegurar a atuação de todas as áreas do Banco no aprimoramento dos controles e mitigação de riscos, de acordo com as respectivas competências e responsabilidades.

Contamos com um Programa de *Compliance*, aprovado pelo Conselho de Administração, alinhado à Estratégia Corporativa e composto por orientadores, integrados e complementares, que pautam as atividades operacionais e as práticas de negócios do Banco, contemplando também os aspectos referentes à integridade, com foco nas medidas e controles específicos para a prevenção e combate à corrupção.

No âmbito da iniciativa *Compliance* Digital, conduzimos soluções com uso de inteligência analítica na avaliação da conformidade e sustentabilidade dos negócios realizados no Banco do Brasil.

Segurança Cibernética

No cenário de transformação do sistema financeiro, com a elevação dos negócios digitais, acelerado pelo período de pandemia, houve grande crescimento e diversificação dos ataques cibernéticos. Para fazer frente a esse cenário, investimos continuamente na atualização e na modernização de nossas infraestruturas e sistemas de segurança cibernética.

No ano de 2021, concluímos a implementação do Programa de Transformação em Segurança Cibernética com adoção de melhorias que elevaram os índices de maturidade e resiliência da Segurança Cibernética do BB. Essas ações internas, proporcionaram o aprimoramento nos processos de governança, gestão e, em especial, nos processos da operação e tratamento de eventos, elevando nossos níveis de monitoramento, detecção e resposta a incidentes de segurança.

Em relação à cultura de segurança cibernética, foi desenvolvido o Plano de Capacitação em Segurança Cibernética com ações que abrangem desde os níveis de conscientização até especialização técnica avançada, visando o aprimoramento pessoal e profissional para a otimização de recursos humanos no cumprimento das

Segurança Institucional

Em um cenário crescente de novas ameaças os controles de segurança da informação foram aperfeiçoados, notadamente os referentes à criptografia de discos e de acesso para o trabalho remoto.

Em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais–LGPD, o Banco mantém sua Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, aprovada no âmbito do Conselho de Administração, e aplica os melhores esforços para que seus processos, produtos e serviços observem os princípios e deveres estabelecidos pela legislação. Exemplo disso, foi o atendimento de mais de 6,7 milhões de titulares de dados nos últimos 12 meses.

O processo de gestão de continuidade de negócios se mostrou eficaz e resiliente aos desafios enfrentados durante a pandemia. Mesmo assim evoluímos nossa metodologia para atender novos cenários de

No contexto da eficiência e experiência do cliente, promovemos ações de assessoria aos gestores na otimização dos processos por meio do Projeto Simplifique, cujas melhorias realizadas tornam os processos mais simples, propiciando maior agilidade no atendimento ao cliente. Além disso, nossa estratégia de ressarcimento de prejuízos decorrentes de falhas em processos, produtos e serviços, denominada Solução Imediata (SIM) recebeu premiação máxima da Revista Cliente S.A.

Para mais informações sobre o Sistema de Controles Internos, Programas e Políticas, consulte o Formulário de Referência e o Programa de *Compliance*, disponível no sítio de Relações com Investidores (bb.com.br/ri).

estratégias corporativas do Banco. Também foram ampliadas as trilhas de capacitação e elevados os níveis de desenvolvimento dos times internos, objetivando a proteção das operações, dos negócios e das informações dos nossos clientes.

Quanto ao ambiente regulatório foram promovidos aprimoramentos e adequações na Política de Segurança Cibernética do Banco, em atendimento à Resolução CMN nº 4.893/2021. Um dos principais pontos de avanço foi a inclusão da Resolução BCB nº 85/2021 como referência normativa, devido à necessidade de também contemplar as instituições de pagamento que integram o Conglomerado Prudencial, considerando a obrigatoriedade da adesão dessas instituições à política.

O BB continua valorizando o fortalecimento de parcerias e cooperação com outras instituições financeiras, órgãos de governo e empresas do setor cibernético, com participação em eventos nacionais e internacionais de relevância em segurança cibernética, além do aprimoramento do programa de disseminação de cultura e capacitação em segurança e riscos cibernéticos.

ameaças, priorizando os três pilares bases: pessoas, negócios e tecnologias.

No âmbito da prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento ao terrorismo e à corrupção - PLD/FT-C, o Banco revisou a sua metodologia de avaliação de riscos, visando a adequação às principais regulamentações sobre o tema. O relatório de risco de LD/FT-C foi aprovado pela vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos e dado ciência ao Conselho de Administração e aos Comitês de Auditoria e de Risco e de Capital.

O aperfeiçoamento dos recursos de segurança física, a crescente automação dos processos e o emprego de novas tecnologias na mitigação dos riscos contribuíram para a redução do número de ataques às dependências do Banco, mantendo a elevada disponibilidade dos canais físicos de atendimento.

9. Informações Legais

Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

Conforme critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa – Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006), 95,4% de nossos clientes pessoa jurídica do segmento varejo são classificados como micro e pequenas empresas. O volume de recursos utilizado por essas empresas atingiu R\$ 40,9 bilhões em dezembro/2021. O saldo das operações de capital de giro contratadas pelas microempresas totalizou R\$ 4,1 bilhões e das pequenas empresas R\$ 30,8 bilhões. As operações de investimento destinadas às microempresas atingiram R\$ 381,6 milhões e para as pequenas empresas R\$ 5,6 bilhões.

Auditoria Independente – Instrução CVM nº 381

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a fim de evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes, adotamos procedimentos fundamentados nas legislações e normas aplicáveis e nos melhores princípios internacionalmente aceitos relacionados ao tema. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais em seu cliente e (iii) o auditor não deve promover interesses do cliente. Ademais, no Banco do Brasil, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

Tabela 5. Contratos de Não-Auditoria com o Auditor Independente

Empresa Contratante	Data de Contratação	Duração ¹	Descrição dos Serviços
Banco Patagonia S.A.	01/07/2020	11 meses	Consultoria tributária sobre transfer pricing
Banco Patagonia S.A.	01/10/2021	8 meses	Consultoria tributária sobre transfer pricing
BB Seguridade Participações S.A.	16/12/2020	1 mês	Treinamento EAD sobre a Lei 13.303 – Lei das Estatais

(1) Duração estimada em meses com base na data esperada de encerramento dos contratos.

Contratamos a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. para prestação de serviços não relacionados à auditoria externa em patamar inferior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Para esta avaliação, foram considerados todos os contratos vigentes entre janeiro/2021 e dezembro/2021.

Justificativa dos Auditores Independentes

Em cumprimento à Instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. não prestou serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio da aderência de seus profissionais aos pertinentes padrões éticos e de independência, que cumpram ou excedam os padrões promulgados por *International Federation of Accountants* (IFAC), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (Bacen), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e pelas demais agências reguladoras. Estas políticas e procedimentos que abrangem áreas como a independência pessoal, as relações pós-emprego, rotação de profissionais, bem como a aprovação de serviços de auditoria e outros serviços, estão sujeitos a monitoramento constante.

Títulos e Valores Mobiliários

Em conformidade com o art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, afirmamos possuir a intenção e a capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos. A abertura dos títulos por categoria e a reclassificação de títulos e valores mobiliários podem ser consultadas na nota explicativa 10 – Títulos e Valores Mobiliários. Os valores referentes a ganhos e perdas não realizados no período, relativos a títulos e valores mobiliários, estão divulgados na nota explicativa 30 – Gerenciamento de Riscos e de Capital.

Informações de Coligadas e Controladas

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/1976, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 – Investimentos.



Esclarecimentos Adicionais

Os investimentos fixos somaram o valor de R\$ 1,8 bilhão em 2021, destacando o investimento em pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R\$ 606,6 milhões), sistemas de segurança e informação (R\$ 143,6 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 1,0 bilhão).

Possuímos R\$ 1,3 bilhão (individual e consolidado) de créditos tributários não ativados apresentados na nota explicativa 22 - Tributos das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (subitem "f") em decorrência dos requisitos estabelecidos pelas Resoluções CMN 3.059/2002 e 3.355/2006.

Mantivemos registrado em contas de compensação, conforme regras dispostas no Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o montante de R\$ 17,1 bilhões decorrentes de obrigações e riscos em garantias prestadas a clientes e empresas integrantes do Conglomerado Banco do Brasil.

Publicamos anualmente, em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível em nosso sítio (ri.bb.com.br), os investimentos realizados em decorrência do exercício de políticas públicas.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Para mais informações, disponibilizamos no sítio de Relações com Investidores (ri.bb.com.br) o Formulário de Referência, o relatório de Análise do Desempenho e a Apresentação Institucional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Índice das Notas Explicativas

1. Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.
2. Notas explicativas às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

1. Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.

Notas Explicativas



Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício de 2021

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Índice**Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Demonstração do Resultado Consolidado	2
Demonstração do Resultado Abrangente Consolidado	3
Balanço Patrimonial Consolidado	4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado	6

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

1 – O Banco e suas operações	8	25 – Ativos não circulantes mantidos para venda	84
2 – Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas	9	26 – Investimentos em coligadas e joint ventures	85
3 – Principais práticas contábeis	11	27 – Envolvimento com entidades estruturadas não consolidadas	89
4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis	31	28 – Imobilizado	92
5 – Demonstrações contábeis consolidadas	35	29 – Ativos intangíveis	94
6 – Aquisições, vendas e reestruturações Societárias	38	30 – Outros ativos e outros passivos	95
7 – Informações por segmento	40	31 – Depósitos de clientes	96
8 – Receita líquida de juros	49	32 – Valores a pagar a instituições financeiras	96
9 – Receita líquida de tarifas e comissões	50	33 – Obrigações por operações compromissadas	97
10 – Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros ao valor justo	50	34 – Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	97
11 – Resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em	51	35 – Provisões, ativos e passivos contingentes	105
moedas estrangeiras	51	36 – Impostos	109
12 – Outras receitas e outras despesas operacionais	52	37 – Patrimônio líquido	111
13 – Despesas com pessoal	53	38 – Valor justo dos instrumentos financeiros	118
14 – Despesas administrativas	53	39 – Garantias financeiras e outros compromissos	125
15 – Classificação dos ativos e passivos financeiros	54	40 – Capital regulatório e limite de imobilização	126
16 – Caixa e equivalentes de caixa	56	41 – Gestão de riscos	134
17 – Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	56	42 – Transferência de ativos financeiros	159
18 – Empréstimos a instituições financeiras	56	43 – Compensação de ativos e passivos financeiros	161
19 – Aplicações em operações compromissadas	57	44 – Benefícios a empregados	164
20 – Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	57	45 – Partes relacionadas	175
21 – Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	63	46 – Ativos e passivos circulantes e não circulantes	179
22 – Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	65	47 – Outras informações	181
23 – Empréstimos a clientes	68	48 – Eventos subsequentes	190
24 – Perdas esperadas com empréstimos a clientes	76		
Membros da Administração	192		

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

	Nota	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2019
Receitas de juros		125.947.217	98.659.704	123.105.325
Despesas de juros		(66.273.138)	(43.232.120)	(69.306.296)
Receita líquida de juros	[8]	59.674.079	55.427.584	53.799.029
(Perda)/reversão líquida esperada com:		(12.863.436)	(19.687.420)	(19.947.570)
Empréstimos a instituições financeiras	[18]	(5.437)	1.299.121	(1.274.326)
Empréstimos a clientes	[24]	(13.334.457)	(19.922.771)	(16.959.338)
Outros ativos financeiros	[19],[21],[22],[39]	476.458	(1.063.770)	(1.713.906)
Receita líquida de juros após provisão para perdas		46.810.643	35.740.164	33.851.459
Receitas não de juros		33.914.991	26.370.441	38.895.616
Receita líquida de tarifas e comissões	[9]	22.668.819	22.666.341	23.716.793
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros:	[10]	199.415	1.886.264	511.375
Ao valor justo por meio do resultado		1.781.000	3.621.737	668.038
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(1.581.585)	(1.735.473)	(156.663)
Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures	[26]	3.086.744	2.321.921	4.044.413
Resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras	[11]	(1.286.536)	(7.082.412)	(703.251)
Outras receitas operacionais	[12]	9.246.549	6.578.327	11.326.286
Despesas não de juros		(56.735.843)	(50.533.602)	(61.607.563)
Despesas com pessoal	[13]	(23.524.659)	(21.688.312)	(22.797.977)
Despesas administrativas	[14]	(7.535.192)	(7.421.859)	(7.523.051)
Contribuições, taxas e outros impostos		(5.722.627)	(5.168.082)	(5.002.706)
Amortização de ativos intangíveis	[29]	(1.420.318)	(1.807.612)	(1.627.247)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	[35]	(7.515.682)	(5.742.025)	(11.805.233)
Depreciação	[28]	(2.574.102)	(2.406.382)	(2.359.154)
Outras despesas operacionais	[12]	(8.443.263)	(6.299.330)	(10.492.195)
Lucro antes dos impostos		23.989.791	11.577.003	11.139.512
Impostos	[36]	(4.266.920)	1.715.880	7.748.806
Correntes		(3.544.398)	(3.591.017)	(4.989.835)
Diferidos		(722.522)	5.306.897	12.738.641
Lucro líquido do período		19.722.871	13.292.883	18.888.318
Atribuível aos acionistas controladores		18.344.326	11.851.616	16.396.896
Atribuível às participações de acionistas não controladores		1.378.545	1.441.267	2.491.422
Lucro por ação				
Lucro por ação básico e diluído (R\$)		6,43	4,16	5,86
Média ponderada das ações em circulação – básico		2.853.577.258	2.852.522.381	2.799.325.330
Média ponderada das ações em circulação – diluído		2.853.359.901	2.852.322.673	2.799.054.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADO

	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2019
Lucro líquido do período	19.722.871	13.292.883	18.888.318
Itens que podem ser reclassificados para a demonstração do resultado consolidado			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(2.889.511)	842.116	1.407.766
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(5.543.864)	(1.104.547)	1.729.397
(Ganhos)/perdas realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – reclassificados para o resultado	1.581.585	1.735.473	156.663
Efeito tributário	1.072.768	211.190	(478.294)
Participação no resultado abrangente de investimentos em coligadas e joint ventures	56.231	(113.342)	200.770
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(381.266)	(258.047)	442.989
Ganhos/(perdas) não realizados sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa	474.077	23.968	(50.970)
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	(4.411)	10.608	(6.786)
Efeito tributário	(32.169)	110.129	(184.463)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(173.198)	99.848	(559.593)
Itens que não podem ser reclassificados para a demonstração do resultado consolidado			
Planos de benefícios definidos	9.066.087	8.397.347	(8.076.793)
Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	16.936.729	15.269.708	(16.820.887)
Efeito tributário	(7.870.642)	(6.872.361)	8.744.094
Total de outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	6.059.609	9.225.969	(7.027.850)
Resultado abrangente do período	25.782.480	22.518.852	11.860.468
Atribuível aos acionistas controladores	24.378.704	21.141.791	9.492.277
Atribuível às participações de acionistas não controladores	1.403.776	1.377.061	2.368.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	[16]	18.023.001	16.784.560
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	[17]	75.504.036	60.308.542
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos		1.344.538.282	1.219.130.246
Empréstimos a instituições financeiras	[18]	42.842.588	49.317.455
Aplicações em operações compromissadas	[19]	487.472.927	466.344.581
Empréstimos a clientes	[23],[24]	734.290.606	633.402.350
Títulos e valores mobiliários	[22]	33.107.809	24.946.064
Outros ativos financeiros	[30]	46.824.352	45.119.796
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	11.739.070	15.670.822
Instrumentos de dívida e patrimônio		9.604.035	12.143.486
Derivativos		2.135.035	3.527.336
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	[21]	305.490.911	256.553.310
Ativos não circulantes mantidos para venda	[25]	417.340	500.059
Investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	[26]	19.446.188	17.906.810
Ativo imobilizado	[28]	13.401.651	11.275.605
De uso		8.982.146	8.545.213
De direito de uso		4.419.505	2.730.392
Ativos intangíveis	[29]	7.035.270	6.225.067
Ativos fiscais		65.009.496	65.956.124
Correntes		7.345.674	7.153.007
Diferidos	[36]	57.663.822	58.803.117
Outros ativos	[30]	38.735.266	23.482.858
Total		1.899.340.511	1.693.794.003
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado		1.679.166.834	1.500.172.488
Depósitos de clientes	[31]	671.269.541	601.984.265
Valores a pagar a instituições financeiras	[32]	26.167.697	25.945.382
Obrigações por operações compromissadas	[33]	621.836.755	503.722.822
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	[34]	292.677.975	298.176.293
Outros passivos financeiros	[30]	67.214.866	70.343.726
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	2.053.161	3.098.315
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	[35]	16.726.539	14.519.222
Provisões para perdas esperadas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	[39]	2.762.281	2.375.398
Passivos fiscais		12.197.350	6.417.506
Correntes		2.617.588	2.698.362
Diferidos	[36]	9.579.762	3.719.144
Outros passivos	[30]	40.324.113	39.349.790
Total		1.753.230.278	1.565.932.719
Patrimônio líquido	[37]		
Capital social		90.000.023	90.000.023
Instrumento elegível a capital principal		8.100.000	8.100.000
Ações em tesouraria		(276.913)	(280.642)
Reserva de capital		6.627.633	6.625.608
Reservas de lucros		51.180.290	39.198.468
Outros resultados abrangentes acumulados		(8.061.991)	(14.096.369)
Resultados acumulados não apropriados		(4.817.560)	(4.447.316)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		142.751.482	125.099.772
Participações de acionistas não controladores		3.358.751	2.761.512
Total do patrimônio líquido		146.110.233	127.861.284
Total do passivo e patrimônio líquido		1.899.340.511	1.693.794.003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

	Atribuível aos acionistas controladores												
	Outros resultados abrangentes								Resultados acumulados não apropriados	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores			
	Capital social	Instrumento elegível a capital principal	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reservas de lucros	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Remensurações de planos de benefícios definidos	Conversão de investimentos no exterior			Ganhos/ (perdas) com hedge		
Saldos em 31.12.2019	67.000.000	8.100.000	(339.636)	6.592.899	53.814.656	770.330	(22.167.321)	(1.891.612)	(97.941)	(4.046.637)	107.734.738	2.236.641	109.971.379
Lucro líquido	--	--	--	--	--	--	--	--	--	11.851.616	11.851.616	1.441.267	13.292.883
Outros resultados abrangentes	--	--	--	--	--	712.027	8.406.149	158.817	13.182	--	9.290.175	(64.206)	9.225.969
Total do resultado abrangente	--	--	--	--	--	712.027	8.406.149	158.817	13.182	11.851.616	21.141.791	1.377.061	22.518.852
Aumento de capital - capitalização de reservas	23.000.000	--	--	--	(23.000.000)	--	--	--	--	--	--	--	--
Aumento de capital – incorporação de coligadas e controladas	23	--	--	--	--	--	--	--	--	--	23	--	23
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	45.158	31.890	--	--	--	--	--	--	77.048	--	77.048
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	--	4.508	4.508	30.443	34.951
Alienação de ações em tesouraria (follow on)	--	--	13.836	819	--	--	--	--	--	--	14.655	--	14.655
Constituição de reservas de lucros	--	--	--	--	11.571.023	--	--	--	--	(11.571.023)	--	--	--
Juros sobre instrumento elegível a capital principal (Nota 37.c)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(236.577)	(236.577)	--	(236.577)
Juros sobre capital próprio e dividendos	--	--	--	--	(3.187.211)	--	--	--	--	(1.009.678)	(4.196.889)	(1.031.874)	(5.228.763)
Ajustes de hiperinflação na Argentina	--	--	--	--	--	--	--	--	--	560.475	560.475	149.241	709.716
Saldos em 31.12.2020	90.000.023	8.100.000	(280.642)	6.625.608	39.198.468	1.482.357	(13.761.172)	(1.732.795)	(84.759)	(4.447.316)	125.099.772	2.761.512	127.861.284
Lucro líquido	--	--	--	--	--	--	--	--	--	18.344.326	18.344.326	1.378.545	19.722.871
Outros resultados abrangentes	--	--	--	--	--	(3.147.093)	9.061.520	(140.791)	260.742	--	6.034.378	25.231	6.059.609
Total do resultado abrangente	--	--	--	--	--	(3.147.093)	9.061.520	(140.791)	260.742	18.344.326	24.378.704	1.403.776	25.782.480
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	3.720	2.025	--	--	--	--	--	--	5.745	--	5.745
Incorporação de coligadas e controladas - cancelamento de ações em tesouraria	--	--	9	--	(9)	--	--	--	--	--	--	--	--
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(10.266)	(10.266)	(1.832)	(12.098)
Constituição de reservas de lucros	--	--	--	--	17.371.259	--	--	--	--	(17.371.259)	--	--	--
Juros sobre instrumento elegível a capital principal (Nota 37.c)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(121.748)	(121.748)	--	(121.748)
Juros sobre capital próprio e dividendos	--	--	--	--	(5.389.428)	--	--	--	--	(2.137.048)	(7.526.476)	(1.057.071)	(8.583.547)
Ajustes de hiperinflação na Argentina	--	--	--	--	--	--	--	--	--	925.751	925.751	252.366	1.178.117
Saldos em 31.12.2021	90.000.023	8.100.000	(276.913)	6.627.633	51.180.290	(1.664.736)	(4.699.652)	(1.873.586)	175.983	(4.817.560)	142.751.482	3.358.751	146.110.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2019
Atividades operacionais			
Lucro líquido do período	19.722.871	13.292.883	18.888.318
Ajustado por:	32.887.833	30.039.986	26.109.474
Perda líquida esperada com empréstimos a clientes	19.501.811	25.671.827	22.178.613
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	7.515.682	5.742.025	11.805.233
Impostos sobre a renda	4.266.920	(1.715.880)	(7.748.806)
Depreciação de ativo imobilizado	2.574.102	2.406.382	2.359.154
Perdas líquidas sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.581.585	1.735.473	156.663
Amortização de ativos intangíveis	1.420.318	1.807.612	1.627.247
Perdas líquidas em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras	1.286.536	7.082.412	703.251
Perdas por impairment sobre direitos de gestão de folhas de pagamento	959.192	19.617	987.172
(Ganhos)/perdas líquidos de capital em outros ativos	66.024	12.017	53.891
Provisão para desvalorização de valores e bens	27.708	58.108	35.487
Perda/(reversão) líquida esperada com empréstimos a instituições financeiras	5.437	(1.299.121)	1.274.326
(Ganhos)/perdas líquidas na alienação de investimentos em coligadas e joint	--	(10.995)	108.995
Ganhos líquidos na alienação de valores ou bens	(256.884)	(281.184)	(3.992.357)
Efeito da mudança da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	(1.553.477)	(10.320.668)	158.785
Atualização de ativo/passivo atuarial e dos fundos de destinação do superávit	(1.754.070)	1.063.216	1.500.444
Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures	(3.086.744)	(2.321.921)	(4.044.413)
Outros	333.693	391.066	(1.054.211)
Variação nos ativos e passivos operacionais	(97.390.586)	167.299.826	11.705.587
Variação líquida em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	(15.195.494)	4.815.565	(6.008.752)
Variação líquida em empréstimos a instituições financeiras	(2.518.070)	1.322.771	(757.169)
Variação líquida em aplicações em operações compromissadas	(135.074.114)	14.286.094	3.457.921
Variação líquida em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.931.752	(11.865.274)	3.072.071
Variação líquida em empréstimos a clientes	(120.381.990)	(79.828.845)	31.443
Variação líquida de ativos não correntes disponíveis para venda	182.363	88.695	193
Variação líquida em outros ativos	(26.034.002)	(17.553.581)	(17.034.467)
Variação líquida em depósitos de clientes	69.285.276	116.981.960	32.634.129
Variação líquida em valores a pagar a instituições financeiras	222.315	(3.513.619)	(4.614.438)
Variação líquida de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(1.045.154)	2.136.679	152.335
Variação líquida em obrigações por operações compromissadas	118.113.933	99.367.495	1.454.125
Variação líquida em obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	11.134.522	9.219.355	(2.736.053)
Variação líquida em outros passivos	3.677.212	35.102.830	6.586.832
Caixa pago em impostos sobre a renda	(3.689.135)	(3.260.299)	(4.532.583)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(44.779.882)	210.632.695	56.703.379

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Continuação	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2019
Atividades de investimento			
Compra de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(262.770.205)	(213.784.964)	(150.372.171)
Venda de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	219.830.370	125.617.520	116.287.254
Compra de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	(9.117.924)	(6.133.568)	(1.477.342)
Resgate de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	2.011.536	346.477	2.348.583
Compra de ativo imobilizado	(1.769.472)	(1.715.251)	(1.729.581)
Venda de ativo imobilizado	4.901	287	4.209
Aquisição de investimentos em coligadas e joint ventures	--	(35.018)	--
Alienação de investimentos em coligadas e joint ventures	--	2.625	--
Aquisição de ativos intangíveis	(3.180.951)	(2.738.234)	(4.576.455)
Alienação de ativos intangíveis	--	662.828	1.885.064
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	2.031.955	2.265.323	1.473.059
Aporte de capital social - Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	(449.969)	(899.939)	--
Aporte de capital social - Brasilcap Capitalização S.A.	(66.664)	--	--
Aporte de capital social - Quod	(9.849)	--	--
Resgate de ações Cateno	--	559.313	--
Resgate de ações preferenciais da UBS BB	--	145.000	--
Caixa líquido na alienação do IRB S.A.	--	--	4.181.779
Caixa líquido na alienação da Neoenergia S.A.	--	--	1.732.689
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(53.486.272)	(95.707.601)	(30.242.912)
Atividades de financiamento			
Liquidação de passivos de longo prazo	(16.653.580)	(12.787.630)	(7.284.291)
Juros de instrumento elegível a capital principal pagos	(121.748)	(236.577)	(209.494)
Liquidação de arrendamentos	(1.102.942)	(1.004.572)	(985.133)
Dividendos ou juros sobre capital próprio pagos aos acionistas controladores	(6.454.965)	(4.199.577)	(7.121.003)
Dividendos ou juros sobre capital próprio pagos aos acionistas não controladores	(669.655)	(1.871.080)	(1.876.305)
Captação de passivos de longo prazo	20.740	--	--
Efeito líquido na alienação de ações em tesouraria	--	15.268	2.805.364
Caixa pago aos acionistas não controladores na redução de capital da BB Seguridade	--	(908.109)	--
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(24.982.150)	(20.992.277)	(14.670.862)
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	(123.248.304)	93.932.817	11.789.605
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	176.189.508	71.936.023	60.305.203
Efeito da mudança da taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	1.553.477	10.320.668	(158.785)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	54.494.681	176.189.508	71.936.023
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(123.248.304)	93.932.817	11.789.605
Informações complementares	58.144.354	58.218.470	60.743.663
Caixa pago em juros	(55.029.199)	(36.879.203)	(67.548.013)
Caixa recebido em juros	113.173.553	95.097.673	128.291.676
Movimentações contábeis que não envolvem caixa e equivalentes de caixa			
Ativos reclassificados para ativos não circulantes mantidos para venda	99.643	220.991	191.136
Empréstimos a clientes transferidos para bens não de uso (outros ativos)	(7.944)	88.538	26.317
Dividendos declarados e não pagos	2.311.334	1.239.823	1.242.511

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1 – O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil", "Banco", "Grupo" ou "Conglomerado") é uma companhia aberta de direito privado regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações, controlada pelo Governo Federal, e sua matriz está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (*American Depositary Receipts*) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco tem por objeto, em conjunto com suas controladas:

- a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias;
- a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas; e
- o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, sob a supervisão do Conselho Monetário Nacional (CMN):

- (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional;
- (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias;
- (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis;
- (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo CMN, por conta do Banco Central do Brasil (Bacen);
- (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Bacen;
- (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural;
- (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de Pessoas Jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

No processo de gestão do Banco do Brasil são utilizados mecanismos expressos em sistema normativo, que detalham os procedimentos operacionais necessários à implementação das decisões organizacionais relativas aos negócios e atividades da Empresa e ao atendimento de exigências legais e de órgãos reguladores e fiscalizadores.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Banco mantém sistema de autorregulação que disciplina a negociação com valores mobiliários de sua emissão e de suas Controladas ou ainda com cotas de fundos exclusivos referenciados nesses valores mobiliários por quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Empresa, tenham acesso à informação de ato ou fato relevante antes de sua publicação ao mercado.

Estão sujeitos à autorregulação, no Banco, além do acionista controlador, dos estatutários, do auditor geral e do ouvidor geral, todas as pessoas que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com o Banco que detenham conhecimento sobre informação contábil, estratégica ou qualquer outra informação sobre negócios do Banco que possa ensejar ato ou fato relevante.

Em relação às suas políticas de divulgação de informações ao mercado, o Banco do Brasil pauta a sua atuação com base nas necessidades de usuários externos para fins de decisões de natureza econômica, em aderência às exigências dos órgãos reguladores e fiscalizadores. As informações são prestadas com qualidade, transparência, veracidade, completeza, consistência, equidade e tempestividade, respeitados os mais altos padrões de governança corporativa.

No Banco do Brasil, o Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores é o responsável pela divulgação de informações referentes a atos ou fatos relevantes e demais informações ao mercado investidor, embora os demais administradores respondam solidariamente nos casos de descumprimento das normas que disciplinam a divulgação de informações ao mercado.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera, estão relacionadas nas Notas 5 e 7, respectivamente.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho Diretor do Banco do Brasil em 22.03.2022.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Grupo (com exceção do BB Américas e do Banco Patagonia). Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade de o Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Embora o desaquecimento econômico decorrente da adoção de medidas de isolamento social para conter a pandemia da Covid-19 tenha atingido diversas empresas no Brasil e no mundo, o Banco possui capital e liquidez suficientes para suportar eventuais perdas projetadas para os negócios nesse período e nos que se seguem. Entre outros motivos, isso está fundamentado no fato de que grande parte de suas operações negociais continua a ser conduzida em plataformas digitais com acesso e atendimento remotos, além de possuir uma assessoria de qualidade e condições especiais para crédito.

Apesar da gravidade e ineditismo da atual conjuntura na história recente, considerando a experiência do Banco no gerenciamento e monitoramento de riscos, do capital e da liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. Cabe acrescentar que as políticas econômicas anticíclicas adotadas por praticamente todos países ao redor do globo estão contribuindo para reduzir a incerteza, bem como os efeitos adversos sobre as empresas e as famílias.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31.12.2020, exceto pela aplicação das Alterações à IFRS 4 – Contratos de Seguro, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 – Arrendamentos e IAS 39 – Instrumentos Financeiros, que entraram em vigor em 01.01.2021.

Alterações à IFRS 4 – Contratos de Seguro, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros (Divulgações), IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 – Arrendamentos e IAS 39 – Instrumentos Financeiros (Reconhecimento e Mensuração) – Em agosto de 2020, o IASB emitiu alterações às IFRS 4, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 39 que tratam de questões oriundas da “Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2” (*IBOR Reform*).

A *IBOR Reform* está relacionada à previsão de descontinuidade do uso da LIBOR (*London Interbank Offered Rate*).

Para os casos de modificação de ativos e passivos financeiros em decorrência da *IBOR Reform*, as emendas criam o expediente prático que permite substituir a taxa de juros efetiva de um ativo ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente, sem desreconhecimento do contrato.

Em relação à *hedge accounting*, as emendas abordam o reconhecimento no resultado da parcela inefetiva com o fim das isenções previstas na Fase 1, a criação de subcarteiras para segregação dos contratos com as taxas alteradas para hedges de grupo de itens, prazo de 24 meses para identificação e segregação de novo risco baseado na alteração das taxas de juros e atualizações nas documentações de *hedge*.

Quanto à divulgação, as emendas estabelecem requerimentos acerca dos riscos aos quais a entidade está exposta pela reforma, do gerenciamento destes riscos, da evolução na transição para a taxa de referência alternativa e da respectiva gestão.

No contexto da *IBOR Reform*, o Banco possui operações indexadas à Libor cujos contratos em ser serão atualizados, até a data prevista para o fim de divulgação do referido indexador, para uma taxa alternativa equivalente a constante nos contratos originais.

Nesse sentido, serão adotados os seguintes indexadores em substituição às *IBORs*: SOFR para a Libor em USD; ESTR para a Libor em EUR; SONIA para a Libor em GBP; e TONAR para a Libor em JPY.

Destacamos que o Banco é signatário da ISDA (*International Swaps and Derivatives Association*) e adotará o seu protocolo nas cláusulas de *fallback*.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Dessa forma, o Banco não espera impactos relevantes decorrentes da *IBOR Reform*.

Alterações à IFRS 16 – Arrendamentos – Em maio de 2020, o IASB promoveu alterações à IFRS 16, em resposta às concessões em pagamentos de arrendamento decorrentes da pandemia da Covid-19. As alterações possibilitam a utilização de um expediente prático pelos arrendatários, para a não contabilização dessas concessões como uma modificação de contrato. Essa alteração é efetiva para períodos anuais iniciados a partir de 1º de junho de 2020.

Em março de 2021, o IASB estendeu o uso do expediente prático permitido pelas alterações de maio de 2020 para os pagamentos efetuados até junho de 2022.

O Banco optou por não utilizar o expediente prático.

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis consolidadas e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

a) Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas do Grupo refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas.

Os saldos e transações intragrupo, assim como quaisquer receitas ou despesas não realizadas nas transações entre o Banco e suas controladas, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Banco na investida.

As participações de acionistas não controladores são apresentadas no balanço patrimonial como um componente segregado do patrimônio líquido. O resultado atribuível a acionistas não controladores é evidenciado separadamente na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.

Subsidiárias – São empresas sobre as quais o Banco exerce controle. O controle é determinado quando há poder para tomada de decisões sobre a investida, está exposto ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar o lucro através de seu poder sobre a investida. As subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades relevantes até o momento em que esse controle cessa.

A IAS 29 – Relatório Financeiro em Economias Hiperinflacionárias é aplicável para as entidades cuja moeda funcional é o peso argentino, para períodos iniciados a partir de 1º de julho de 2018. Como resultado, o Banco passou a ajustar as demonstrações contábeis de sua subsidiária Banco Patagonia S.A. para refletir os efeitos da hiperinflação do país.

Devido à desvalorização do peso argentino e do incremento do nível geral de preços observado nesse período, a inflação acumulada nos últimos três anos superou a marca de 100%. As demonstrações contábeis da entidade foram ajustadas para refletir as mudanças no poder aquisitivo geral da moeda funcional (foram expressas na unidade de medida corrente) em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O índice utilizado na atualização monetária foi o “Índice de preços ao consumidor com cobertura nacional” publicado pelo INDEC (*Instituto Nacional de Estadística y Censos de Argentina*), abaixo descritos:

- 582,5 em 31 de dezembro de 2021;
- 385,9 em 31 de dezembro de 2020; e
- 283,4 em 31 de dezembro de 2019.

Combinação de negócios – A aquisição de uma subsidiária por meio de combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo, aplicando o método de aquisição. De acordo com este método, os ativos identificados (inclusive ativos intangíveis não reconhecidos previamente), passivos assumidos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Eventuais diferenças positivas entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são reconhecidas como ágio (*goodwill*). No caso de apuração de diferença negativa (ganho por compra vantajosa), o valor identificado é reconhecido no resultado do período em outras receitas operacionais.

Os custos de transação que o Banco incorre em uma combinação de negócios, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, são registrados no resultado do período quando incorridos. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

Os resultados das subsidiárias adquiridas durante o período contábil são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas desde a data de aquisição até o fim do exercício. Por sua vez, os resultados das subsidiárias alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas desde o início do exercício até a data da alienação, ou até a data em que o Banco deixou de exercer o controle.

Combinação de negócios de entidades sob controle comum – Uma combinação de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum é uma combinação de negócios em que todas as entidades ou negócios da combinação são controlados pelo Banco, antes e depois da combinação, e esse controle não é transitório.

Nessa situação, o Banco incorpora os valores contábeis dos ativos e passivos pré-combinação sem qualquer mensuração a valor justo.

O Banco não reconhece ágio derivado dessas combinações. Qualquer diferença entre o custo da operação e o valor contábil dos ativos líquidos é registrada diretamente no patrimônio líquido.

Mudança de participação societária em subsidiárias – As alterações na participação societária em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais (ou seja, transações com proprietários em sua condição de proprietários). Consequentemente, nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

Perda de controle – Caso ocorra a perda de controle de uma subsidiária, o Banco deixa de reconhecer, na data em que o controle é perdido:

- os ativos, inclusive o ágio, e os passivos da subsidiária pelo seu valor contábil; e
- o valor contábil de quaisquer participações não-controladoras na ex-subsidiária, inclusive quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a ela.

Além disso, o Banco reconhece na data da perda do controle:

- o valor justo da contrapartida recebida, se houver, proveniente da transação, evento ou circunstâncias que resultaram na perda de controle;
- a distribuição de ações da subsidiária aos proprietários, caso a transação que resultou na perda do controle envolva uma distribuição de ações;
- qualquer investimento retido na ex-subsidiária pelo seu valor justo; e
- qualquer diferença resultante como um ganho ou perda no resultado atribuível à controladora.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Entidades estruturadas – O Banco patrocina a formação de entidades estruturadas, que envolvem fundos de investimento, grupo de consórcios e veículos de securitização, as quais podem ser ou não controladas. Previamente à consolidação de uma entidade estruturada, o Banco avalia os critérios estabelecidos na IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas.

O Banco reavalia o processo de consolidação de uma entidade estruturada caso determinados fatos e circunstâncias indiquem que há uma mudança em um ou mais elementos que configuram o controle.

Empreendimento em conjunto (*joint venture*) – É um negócio por meio do qual as partes que detêm o controle conjunto têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. O Banco possui controle conjunto quando esse fato é contratualmente convencionado, sendo as decisões sobre as atividades relevantes tomadas com o consentimento unânime das partes que partilham o controle.

Os investimentos do Grupo em *joint ventures* são inicialmente registrados pelo custo e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial, sendo os seus valores contábeis aumentados (ou diminuídos) para refletir a participação do Banco nos resultados da investida após a data de aquisição. A participação nos resultados da investida é reconhecida na demonstração do resultado do Banco, nos períodos em que estes são apurados. O Banco promove ajustes ao valor contábil de seus investimentos pelo reconhecimento de sua participação proporcional nas variações de saldo de componentes dos outros resultados abrangentes da investida. A participação do Banco nessas variações é reconhecida de forma reflexa diretamente em seu patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes acumulados.

Na aquisição de investimentos em *joint ventures*, qualquer diferença positiva entre o custo e a parcela do Banco do valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é contabilizada como ágio, o qual é incluído no valor contábil do investimento. O Banco não realiza a amortização desse ágio. Qualquer valor que exceda a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento é incluído como receita na demonstração do resultado.

Quando a participação do Banco nos prejuízos do período da entidade controlada em conjunto se igualar ou exceder ao saldo contábil de sua participação, o Banco descontinua o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil de sua participação, as perdas adicionais são consideradas, e um passivo é reconhecido, somente na extensão em que o Banco tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o Banco retoma o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o momento em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

Todos os investimentos do Banco em *joint ventures* são estruturados por meio de veículos separados.

Coligadas – Entidades sobre a qual o Banco exerce influência significativa sobre as suas políticas financeiras e/ou operacionais, embora não detenha o controle ou o controle compartilhado. O Banco poderá exercer influência significativa por meio de participação na gestão da coligada ou na composição dos órgãos de administração com poderes executivos.

Os investimentos do Grupo em coligadas são inicialmente registrados pelo custo e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial.

Contribuições não monetárias a entidades coligadas e a controladas em conjunto – Quando o Banco contribui com ativos não-monetários em troca de uma participação societária em uma entidade coligada ou controlada em conjunto, o ganho ou a perda na transação é reconhecido na medida das participações de investidores não relacionados na coligada ou empreendimento em conjunto. Nenhum ganho ou perda é reconhecido se a transação não tiver substância comercial.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Compensação de ativos e passivos

O Banco não compensa quaisquer ativos ou passivos pela dedução de outros passivos ou ativos, ou qualquer receita ou despesa pela dedução de outras despesas ou receitas, exceto se existir um direito legal de compensação e esta compensação refletir a essência da transação.

Ativos e passivos financeiros – Ativos e passivos financeiros são apresentados pelos seus valores líquidos se houver um direito legal de compensar os valores reconhecidos e se houver uma intenção de liquidar em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impostos sobre renda – Os ativos e passivos por impostos diferidos são compensados se:

- (i) a empresa tiver um direito legal de compensar os ativos fiscais correntes contra passivos fiscais correntes; e
- (ii) os ativos e passivos fiscais diferidos estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária:
 - (a) na mesma entidade tributável; ou
 - (b) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

c) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação – As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Grupo (com exceção do BB Américas e do Banco Patagônia).

Transações e saldos – As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos do Banco denominados em moeda estrangeira, a maior parte dos quais de natureza monetária, são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças de conversão são reconhecidas na demonstração do resultado do período em que surgirem, como parte integrante do resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras.

Conversão para a moeda de apresentação – As demonstrações contábeis de entidades domiciliadas no exterior (nenhuma das quais tem a moeda de uma economia hiperinflacionária, com exceção do Banco Patagônia) são convertidas para a moeda de apresentação de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ativos e passivos pela taxa de câmbio vigente no final do período; e
- (ii) receitas e despesas pela média das taxas de câmbio do período.

As diferenças de câmbio geradas com base na conversão das demonstrações contábeis de entidades no exterior, cuja moeda funcional é o Real, são reconhecidas na demonstração do resultado consolidado, como parte integrante do resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações no exterior. Para aquelas entidades cuja moeda funcional é diferente do Real, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, até a eventual alienação da subsidiária no exterior ou perda do controle. Nesse momento, as diferenças de câmbio acumuladas são reclassificadas de outros resultados abrangentes para receita ou despesa do período. O montante das diferenças de câmbio atribuíveis a acionistas não controladores é alocado e reconhecido como parte de participações de acionistas não controladores no balanço patrimonial.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são reportadas nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem. As receitas de juros e de tarifas e comissões são reconhecidas quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados. Esse conceito é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades do Banco, a saber:

Receita líquida de juros – Receitas e despesas decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros são reconhecidas no resultado do período de acordo com o regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros para a parte significativa dos instrumentos financeiros detidos pelo Banco.

O método da taxa efetiva de juros é um método para o cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro (ou de um grupo de ativos ou passivos financeiros) e para a alocação da receita ou da despesa de juros ao longo do prazo do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. É estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. Ao efetuar o cálculo, o Banco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro. Inclui as comissões, os custos de transação e os descontos ou prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação correspondem a custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração do resultado incluem, principalmente:

- (i) os juros sobre os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros;
- (ii) os rendimentos de ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado; e
- (iii) a realização dos rendimentos de ativos financeiros registrados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Receita líquida de tarifas e comissões – O reconhecimento é determinado de acordo com a finalidade das tarifas e a existência de instrumentos financeiros a elas associados. Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas provenientes das tarifas forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, estas são consideradas no cálculo dos juros, exceto nos casos em que o instrumento financeiro for registrado na categoria ao valor justo por meio do resultado. Caso contrário, estas receitas são reconhecidas à medida em que as respectivas obrigações de desempenho são cumpridas.

O reconhecimento destas receitas deve ser por um valor que reflita a contrapartida que se espera ter direito em troca da transferência de serviços para um cliente. Em consonância com o método de saída e com as características intrínsecas das obrigações de desempenho envolvidas, as receitas de tarifas recebidas por serviços que são fornecidos sobre um período específico são reconhecidas ao longo desse período em função do próprio tempo transcorrido. As receitas de tarifas recebidas para prestação de um serviço específico ou sobre um evento significativo são reconhecidas quando o serviço for prestado ou o evento incorrido.

Neste sentido, as principais carteiras de contrato do Banco se referem aos seguintes serviços: conta corrente, cartões, cobrança, administração de recursos de terceiros, comissão de corretagem e arrecadações.

Por sua vez, as obrigações de desempenho gerais envolvem, respectivamente: viabilizar a movimentação de recursos por meio de depósitos, cheques, saques, ordens de pagamento e/ou transferências; viabilizar a compra de bens e serviços em estabelecimentos credenciados bem como saques em moeda nacional/estrangeira; receber valores por meio da liquidação de boletos de pagamento que podem ser pagos em qualquer banco; administrar recursos aplicados em fundos de investimento; realizar operações com títulos em bolsa de valores; arrecadar tributos e demais receitas a favor de instituições públicas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Quanto ao preço de transação destes contratos, identificam-se tarifas, anuidades, taxas e comissões com expectativa de recebimento em até doze meses.

O principal expediente prático adotado se refere à existência de componente de financiamento significativo. O componente financeiro não foi considerado significativo quando o período entre o momento em que o serviço prometido é transferido para o cliente e o momento no qual o cliente paga por esse serviço é de um ano ou menos.

Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures – A receita oriunda da aplicação do método de equivalência patrimonial é reconhecida na proporção da participação acionária detida pelo Banco nos resultados gerados pelas investidas.

Receita de dividendos – É reconhecida no resultado do período quando o Banco adquire o direito de receber o pagamento. Os dividendos são apresentados em receita líquida de juros, baseado na classificação do respectivo instrumento patrimonial que os originou.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades e os investimentos financeiros imediatamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor. Foram considerados os saldos das aplicações financeiras de alta liquidez registrados nos itens do balanço patrimonial consolidado: caixa e depósitos bancários, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em operações compromissadas, exceto recursos de uso restrito.

f) Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil

Os depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil referem-se a uma proporção dos depósitos à vista, a prazo e de poupança que são recolhidos de forma compulsória conforme determinação do Conselho Monetário Nacional. Estão sujeitos, de forma substancial, à remuneração definida pelo órgão regulador.

g) Instrumentos financeiros

O Banco classifica seus instrumentos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Classificação e mensuração subsequente

Modelo de negócios: Refere-se a como a entidade gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. A Administração do Banco avaliou, dentre outros fatores:

- como o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros são reportados ao pessoal-chave da administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a forma como esses riscos são gerenciados; e
- como os gestores do negócio são remunerados.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Após observação, o Banco determinou o modelo de negócios para seus ativos financeiros, a fim de verificar se os fluxos de caixa resultam de:

- recebimento de fluxos de caixa contratuais;
- venda de ativos financeiros; ou
- ambos.

Características contratuais dos fluxos de caixa: O Banco analisa as características contratuais dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, a fim de verificar se esses fluxos representam somente pagamento de capital e juros sobre o valor do principal em aberto. Se os termos contratuais expõem o Banco a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa não relacionados a um acordo de empréstimo básico, o fluxo de caixa não representa somente pagamento de principal e juros. Qualquer desenquadramento nessa característica, o instrumento financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros

Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo, acrescido do custo da transação (com exceção dos ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado) e posteriormente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. As políticas contábeis aplicadas a cada classe de instrumentos financeiros são apresentadas a seguir:

Custo amortizado – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter apenas os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos mensurados nessa categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período, sendo o valor do ativo reduzido pelas amortizações de principal, além de reduções ao valor recuperável. As receitas financeiras geradas são registradas em receita de juros.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Empréstimos a instituições financeiras – São constituídos por operações de aquisição de carteiras de crédito com coobrigação do cedente e por aplicações em depósitos interfinanceiros. Esses ativos são apresentados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros, incluindo juros, ágios ou deságios, diminuído pela perda esperada.

Empréstimos a clientes – São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis.

O valor contábil de empréstimos a clientes é reduzido por uma conta redutora de perda esperada, sendo esse valor reconhecido no resultado como "(Perda)/reversão líquida esperada com empréstimos a clientes", que representa a estimativa da Administração quanto a perdas esperadas na carteira.

Aplicações em operações compromissadas – O Banco realiza aplicações em títulos e valores mobiliários com compromisso de revenda, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de revenda são considerados operações financeiras com garantia. O ativo de operações compromissadas encontra-se subdividido em:

- (i) revendas a liquidar – posição bancada, a qual é formada pelos títulos adquiridos com compromisso de revenda e não repassados, ou seja, não vendidos com compromisso de recompra; e
- (ii) revendas a liquidar – posição financiada, a qual compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Banco acompanha e avalia permanentemente o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários comprados com compromisso de revenda e ajusta o valor da garantia, quando necessário.

Valor justo por meio do resultado – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais não possuírem característica de somente pagamento de principal e juros ou quando a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja a sua venda.

Os instrumentos financeiros registrados nessa categoria são reconhecidos inicialmente ao valor justo e os seus rendimentos (juros e dividendos) são reconhecidos como receita de juros. Ganhos e perdas realizados e não realizados em função das variações de valor justo desses instrumentos são reconhecidos no resultado do período.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular, o direito de receber o valor de capital e juros, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos de governos estrangeiros, títulos públicos federais, aplicações em fundos mútuos de investimento, dentre outros.

Instrumentos de patrimônio – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos. Incluem ações ordinárias sem opção de venda, instrumentos com opção de venda, instrumentos que impõem à entidade uma obrigação de entregar a uma outra parte uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade apenas na liquidação, alguns tipos de ações preferenciais, dentre outros.

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos tais como:

- (i) *swaps*, contratos futuros, contratos a termo, opções e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, na taxa de câmbio, no preço de ações e commodities e no risco de crédito. Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo;
- (ii) derivativos não qualificados para *hedge accounting*, mas que são utilizados para administrar exposição a riscos de mercado, principalmente taxa de juros, moedas e crédito; e
- (iii) derivativos contratados por solicitação de seus clientes, com o único objetivo de proteção contra os riscos inerentes às suas atividades econômicas.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja tanto para obter seus fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

Esses ativos são inicialmente contabilizados ao valor justo, incluindo os custos diretos e incrementais de transação. A mensuração subsequente desses instrumentos também é registrada ao valor justo, sendo as variações reconhecidas no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. Na mensuração subsequente, esses ativos também serão passíveis de cálculo de perdas esperadas, sendo as perdas reconhecidas no resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, sem efeito no valor contábil do ativo.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular, o direito de receber o valor de capital e juros, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos de governos estrangeiros, títulos públicos federais, aplicações em fundos mútuos de investimento, dentre outros.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Passivos financeiros (incluem dívidas emitidas de curto e de longo prazos) são inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao valor justo ou ao custo amortizado.

Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado – São mensurados e registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos.

Passivos subsequentemente mensurados ao custo amortizado – São inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

Os principais passivos mensurados nessa categoria são:

Depósitos de clientes – Formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam em sua maior parte, em produtos sem maturidade definida, representando uma importante fonte de captação de recursos do Banco.

Títulos emprestados e tomados por empréstimos – São geralmente garantidos por outros títulos ou por outras disponibilidades. A transferência do título para terceiros é refletida no balanço patrimonial somente se os riscos e benefícios de posse são também transferidos. Caixa pago ou recebido como garantia é registrado como um ativo ou passivo.

Títulos tomados por empréstimos não são reconhecidos no balanço patrimonial, a menos que tenham sido vendidos para terceiros. Nesse caso, a obrigação de retornar o título é registrada como passivo financeiro de negociação e mensurado ao valor justo, com qualquer ganho ou perda contabilizado no resultado.

Obrigações por operações compromissadas – O Banco realiza captações de recursos mediante venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de recompra são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de venda, acrescido dos juros incorridos.

Títulos vendidos com contrato de recompra não são baixados, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade. O correspondente caixa recebido, incluindo os juros apropriados, é reconhecido como um passivo mensurado ao custo amortizado, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco. O passivo de operações compromissadas encontra-se subdividido em:

- (i) carteira própria, a qual é composta pelos títulos com compromisso de recompra não vinculados a vendas, ou seja, os títulos da carteira própria do Banco vinculados ao mercado aberto e;
- (ii) carteira de terceiros, que compreende os títulos adquiridos com compromisso de venda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

Outros ativos e outros passivos financeiros – São instrumentos financeiros que não se enquadram em qualquer das categorias supracitadas e estão evidenciados na Nota 30. Esses ativos e passivos são mensurados ao custo amortizado.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Baixa de ativos financeiros e de passivos financeiros**Ativos financeiros** – São baixados quando:

- (i) não houver expectativas razoáveis de recuperação, com base nas curvas históricas observadas de perdas;
- (ii) os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem;
- (iii) o Banco transferir para terceiros a maioria dos riscos e benefícios associados à operação; ou
- (iv) quando o controle sobre o ativo é transferido, mesmo o Banco tendo retido parte dos riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, o Banco continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

Passivos financeiros – São baixados quando a respectiva obrigação é eliminada, cancelada ou prescrita. Se um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes ou modificados, tal modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

O Banco considera que os termos são substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa de acordo com os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas líquidas de quaisquer taxas recebidas e descontadas usando a taxa de juros efetiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original. Se uma troca de passivos financeiros ou modificação de termos for contabilizada como uma extinção, quaisquer custos ou taxas incorridos são reconhecidos como parte do ganho ou perda sobre a extinção. Se a troca ou modificação não for contabilizada como uma extinção, quaisquer custos ou taxas incorridos ajustam o valor contábil do passivo e são amortizados ao longo do prazo restante do passivo modificado.

i) Instrumentos financeiros para proteção (*hedge*)

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposições aos riscos de taxa de juros, de variação cambial e de crédito, inclusive exposição gerada de transações futuras e compromissos firmes. Para administrar um risco específico, o Banco aplica *hedge accounting* para transações que se enquadram nos critérios específicos.

O Banco designa certos derivativos mantidos para gestão de riscos como instrumentos de *hedge* na qualificação de um relacionamento de *hedge*. No início do relacionamento de *hedge*, o Banco formaliza o processo por meio de documentação do relacionamento entre o item objeto de *hedge* e o instrumento de *hedge*, incluindo a natureza do risco, o objetivo, a estratégia de designar o *hedge* e o método que será utilizado para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*.

No início do relacionamento de *hedge* e de forma contínua, o Banco efetua uma avaliação formal para garantir que o instrumento de *hedge* seja altamente efetivo em compensar as variações no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuídos aos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período estabelecido para o relacionamento de *hedge*, e se os resultados observados estão dentro do intervalo de 80% a 125%. Nas situações em que o item objeto de *hedge* é uma transação futura, o Banco avalia se a transação é altamente provável e apresenta uma exposição a variações de fluxos de caixa que possam, por fim, afetar a demonstração de resultado.

O Banco, atualmente, não possui instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados para *hedge accounting*.

Derivativos não qualificados para *hedge accounting* – Os contratos derivativos celebrados como *hedges* econômicos, que não se qualificam para *hedge accounting*, são classificados como ao valor justo por meio do

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

resultado (Nota 3.g). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para esses fins são os contratos futuros, swaps, opções e contratos a termo, mantidos principalmente para proteção aos riscos de taxas de juros e variação cambial.

j) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perda esperada de crédito, assim, todas as operações possuem previsão de perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.

O modelo para cálculo da perda esperada, no Banco do Brasil, engloba a avaliação dos ativos financeiros em três estágios:

Estágio 1 – Operações em normalidade – Os ativos enquadrados nesse estágio são considerados operações em situação de normalidade, com atraso inferior ou igual a 30 dias, e não incorrendo em aumento significativo do risco de crédito. Neste caso, é calculada a perda esperada para os próximos 12 meses.

Estágio 2 – Operações com aumento significativo de risco de crédito – Os ativos enquadrados nesse estágio estão com atraso superior a 30 dias, ou apresentaram aumento significativo no risco de crédito. São incluídos também os créditos renegociados. Neste caso, é calculada a perda esperada até o final da vida do ativo.

Estágio 3 – Operações em descumprimento – Os ativos enquadrados nesse estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação, enquadrando-se, ou em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos que o cliente não honrará integralmente a operação de crédito. Neste caso, é calculada a perda esperada até o final da vida do ativo.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto periodicamente considerando os processos de sensoramento de risco do Banco, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira do cliente, bem como cenários econômicos prospectivos. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação.

Determinação de aumento significativo no risco de crédito – A migração do estágio 1 para o estágio 2 ocorre quando há um aumento significativo do risco de crédito de um instrumento financeiro desde o reconhecimento inicial. O Banco avalia as características do instrumento para determinação do aumento significativo do risco de crédito. Quantitativamente, após 30 dias de atraso nos pagamentos contratuais essa condição é atingida e, qualitativamente, para as operações renegociadas.

Descumprimento dos pagamentos contratuais – Em geral, a migração para o estágio 3 ocorre quando o ativo possui atraso em seus pagamentos contratuais há mais de 90 dias e esta classificação somente se altera quando o ativo é contabilizado como prejuízo ou após 12 meses da regularização deste atraso, em que a operação é considerada curada. Em complemento à avaliação quantitativa, utiliza-se o conceito qualitativo de antecipação do descumprimento através de características do cliente que indiquem alta probabilidade de sua ocorrência, como exemplo os indicativos de insolvência civil, falência e recuperação judicial.

Cálculo da perda esperada – O cálculo da perda esperada realizado pelo Banco do Brasil é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizado uma combinação de três parâmetros:

- (i) Probabilidade de Descumprimento – PD;
- (ii) Perda Dado o Descumprimento – LGD; e
- (iii) Exposição no momento de Descumprimento – EAD.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O cálculo da perda esperada considera a ponderação de cenários prospectivos, de modo a antecipar potencial aumento no nível de perdas nos piores momentos do ciclo econômico, fornecendo os insumos necessários para uma gestão proativa dos riscos e negócios. A estimativa de perda esperada considera os históricos de dados disponíveis (obtidos sem custo ou esforço indevido na data de relatório sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras), aspectos financeiros (valor do dinheiro no tempo) e considera também a probabilidade de diferentes cenários macroeconômicos.

Probability of Default (PD) ou Probabilidade de Descumprimento – É a probabilidade de o instrumento não ser honrado pela contraparte (descumprimento) no horizonte de tempo observado. Para instrumentos financeiros que não tiverem um aumento significativo de risco de crédito, é observado o descumprimento ao longo de 12 meses (PD 12 meses). Para aqueles que tiverem aumento significativo de risco de crédito, caracterizados pela alocação nos estágios 2 e 3, a PD é ajustada para considerar o comportamento do descumprimento pelo período contratual máximo do ativo (PD *lifetime*). Além disso, as PD são ajustadas, a partir de ponderações de cenários econômicos, para melhor refletir o comportamento de descumprimentos no período do exercício subsequente.

Loss Given Default (LGD) ou Perda dado o Descumprimento – A perda dado o descumprimento é uma estimativa baseada no histórico de perdas contábeis observadas ponderadas pelas respectivas taxas de descumprimento dos diferentes portfólios. Representa a proporção do valor não recuperado pelo credor frente ao valor exposto ao risco no momento do descumprimento.

Exposure at Default (EAD) ou Exposição no momento de Descumprimento – É a estimativa de exposição da operação (saldo) no caso de o cliente entrar em situação de descumprimento. No caso de limites não canceláveis unilateralmente, atualmente relacionados à cheque especial e cartão de crédito, o Banco utiliza a metodologia de Fator de Conversão em Crédito (FCC), que corresponde a uma estimativa com base em observação histórica da utilização dos limites até o momento do eventual descumprimento, como forma de obter uma projeção do saldo que estará sendo utilizado pelo cliente no momento em que o descumprimento ocorrer.

A provisão para perda esperada de crédito é determinada com base na expectativa de risco dos contratos com características semelhantes (agrupamentos de risco) e a estimativa de perda futura. A visão do Banco do Brasil sobre as condições econômicas atuais e futuras é incorporada na estimativa de perdas de crédito, mediante a aplicação de cenários macroeconômicos ponderados.

O Banco utiliza pontualmente análises individualizadas para avaliar o risco de crédito em certas exposições monitoradas pela Administração, que consideram aspectos relevantes do conhecimento de especialistas, com base em indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros.

Maiores informações sobre política de crédito, mecanismos de mitigação do risco de crédito, sistemas de mensuração, deterioração do crédito, cenários econômicos, exposições, dentre outras, constam na Nota 41.e.

Passivos – O Banco possui cálculo de perda esperada para exposições *off-balance*, como compromissos de empréstimos, saldos a liberar, prestação de garantias e exposições contingentes. Nesses casos, o Banco avalia a expectativa de utilização desses saldos pelo tomador. Uma conta de provisão é criada no passivo, sendo a contrapartida reconhecida no resultado do período.

O Banco presta garantia financeira a clientes perante terceiros em contratos de empréstimos. Contratos de garantia financeira são os que requerem pagamentos a um credor em nome de um terceiro devedor quando este não os fizer de acordo com os termos do instrumento de dívida.

No ato da concessão de uma garantia financeira, um passivo é constituído pelo valor justo relativo ao prêmio recebido na operação, que é reconhecido como receita ao longo da duração do contrato. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os passivos do Banco para tais garantias são mensurados ao maior entre o valor inicialmente reconhecido, deduzido de amortização, e a melhor estimativa da obrigação financeira surgida.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

k) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, é contabilizado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

O encargo de depreciação é calculado utilizando o método linear para alocar o valor depreciável do imobilizado sistematicamente ao longo de sua vida útil estimada, sendo que os terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas pelo Banco (revistas ao final de cada exercício) para os itens do imobilizado de uso são apresentadas como segue:

	Vida útil estimada
Edificações ⁽¹⁾	10 a 25 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10 a 25 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 a 10 anos
Veículos	10 anos
Outros	10 anos

(1) Para depreciação das edificações próprias, o Banco considera a vida útil dos diversos componentes de um edifício.

O imobilizado é baixado quando os benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso ou quando é alienado. Qualquer ganho ou perda gerado na alienação do ativo é reconhecido em outras receitas operacionais, impactando o resultado do período.

l) Ágio e outros ativos intangíveis

O ágio gerado na aquisição de investimentos em participações societárias é contabilizado considerando a avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos da adquirida na data-base da aquisição e, em conformidade com as normas aplicáveis, não é amortizado. No entanto, ele é testado, no mínimo anualmente, para fins de redução ao valor recuperável. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do ágio quando são separáveis ou surgem de direitos contratuais ou outros direitos legais, o valor justo pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados fluirão para o Banco. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios é o seu valor justo na data de aquisição. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados ao custo.

A vida útil dos ativos intangíveis é considerada definida ou indefinida. Ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. São registrados inicialmente ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados e são registrados ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os custos incorridos relacionados com a aquisição, produção e desenvolvimento de *softwares* são capitalizados e registrados como ativos intangíveis. Gastos realizados na fase de pesquisa são registrados em despesa. Os gastos com pessoal que são capitalizados referem-se aos proventos, encargos sociais e benefícios dos empregados diretamente envolvidos no desenvolvimento de *softwares*.

A despesa de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado do período, em amortização de ativos intangíveis. As perdas por redução ao valor recuperável são registradas como despesas de ajuste ao valor recuperável (outras despesas) na demonstração do resultado consolidado.

As vidas úteis estimadas pelo Banco para os ativos intangíveis são apresentadas como segue.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Vida útil estimada	Gerados internamente	Adquiridos
Software	10 anos	10 anos
Direitos de gestão de folhas de pagamento	--	5 a 10 anos
Outros ⁽¹⁾	--	2 a 10 anos

(1) Inclui, principalmente, combinações de negócios relativas a marcas adquiridas, carteiras de clientes e contratos.

m) Bens não de uso

São principalmente os ativos recebidos pelo Banco na liquidação de empréstimos a clientes. São registrados em outros ativos no ato da efetiva execução da garantia ou quando sua posse física é obtida, independentemente de um processo de execução.

O registro é efetuado inicialmente pelo menor valor entre:

- (i) o valor justo do ativo, descontados os custos estimados para sua venda; ou
- (ii) o valor contábil do empréstimo concedido objeto de recuperação.

Subsequentemente, esses ativos são registrados pelo menor valor entre o seu custo e o valor justo deduzidos dos custos de vendê-los e não são depreciados.

Na medida em que os bens não de uso reúnam as condições necessárias para sua alienação, em conformidade com a IFRS 5 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, são reclassificados para o grupamento de ativos não circulantes mantidos para venda.

A IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo trata a mensuração do valor justo prevista pela IFRS 5 como uma mensuração não recorrente, pois somente ocorre quando o valor justo de um ativo não circulante mantido para venda, menos os custos para vendê-lo, é inferior ao seu valor contábil líquido.

As informações sobre os bens não de uso classificados como mantidos para venda são detalhadas na Nota 25.

Ganhos ou perdas líquidos sobre a venda dos bens não de uso são registrados em outras receitas e outras despesas operacionais.

n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável do ativo é o maior entre o seu valor justo menos os custos para vendê-lo ou o seu valor em uso.

Independentemente de haver qualquer indicação de redução ao valor recuperável, o Banco efetua anualmente o teste de redução ao valor recuperável de um ativo intangível de vida útil indefinida.

Quanto aos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto, o Banco aplica os requerimentos da IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*) para determinar se é necessário reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total.

Como o ágio que compõe o valor contábil dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto não é reconhecido separadamente, ele não é testado em separado com relação ao seu valor recuperável conforme requerimentos da IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é testado quanto à redução ao valor recuperável como um único ativo, pela comparação de

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

seu valor contábil com seu valor recuperável, sempre que houver indicação que o investimento tem problemas de recuperação.

Na hipótese do valor recuperável de um ativo não financeiro ser menor que o seu valor contábil, este é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma conta redutora de perda por redução ao valor recuperável, cuja contrapartida é reconhecida no resultado do período em que ocorrer, em outras despesas operacionais.

O Banco também avalia, ao final de cada período de reporte, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo não financeiro, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável desse ativo. A reversão de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo é reconhecida no resultado do período, como retificadora do saldo de outras despesas operacionais.

Os principais ativos não financeiros sujeitos a terem seus valores recuperáveis testados são apresentados a seguir:

Ativo imobilizado

Terrenos e edificações – Na apuração do valor recuperável, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a qual estabelece os conceitos, métodos e procedimentos gerais de utilização compulsória em serviços técnicos de avaliação de imóveis urbanos.

Equipamentos de processamento de dados – Na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os equipamentos de processamento de dados é considerado o valor de mercado para os componentes cujo valor de mercado é disponível e, para os demais itens, o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, ajustada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Outros itens de imobilizado – Embora sejam passíveis de análise de indicativo de perda, os demais itens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente com o intuito de, entre outras finalidades, efetuar a baixa dos registros contábeis dos bens perdidos ou deteriorados.

Investimentos em coligadas e *joint ventures*

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos em coligadas e *joint ventures*, incluindo o ágio incorporado ao saldo desses investimentos, consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em:

- projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas;
- cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e
- metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo *Capital Asset Pricing Model* (CAPM).

Ágios sobre investimentos adquiridos em combinação de negócios

A metodologia de apuração ao valor recuperável dos ágios adquiridos em combinação de negócios consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em:

- projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas;
- cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e
- metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo CAPM.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Outros ativos intangíveis

Direitos por gestão de folhas de pagamento – O modelo de avaliação ao valor recuperável está relacionado ao desempenho dos contratos calculado a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem ao desempenho observado.

Softwares – Substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* entra em desuso, seu valor é baixado.

Adquiridos por combinação de negócios – Representados essencialmente por marcas e direitos relacionados a clientes e contratos, são avaliados ao final de cada período de reporte. A metodologia de apuração ao valor recuperável consiste em determinar o valor presente dos fluxos de caixa estimados para esses intangíveis, descontados por uma taxa que reflita a avaliação corrente do mercado e os riscos específicos de cada ativo.

Outros ativos

Bens não de uso – Independentemente de haver indicativo de perda, os bens não de uso têm seu valor recuperável avaliado semestralmente, mediante formalização dos seus valores de mercado em laudos de avaliação, preparados segundo as normas da ABNT.

o) Operações de arrendamento mercantil

Banco como arrendador – Os ativos arrendados a clientes sob contratos com transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade, com ou sem título de propriedade no final, são classificados como arrendamentos financeiros. Em um arrendamento financeiro, o ativo arrendado é baixado e um empréstimo a clientes é reconhecido a um valor igual ao valor presente dos pagamentos mínimos e, se relevante, o valor residual ao ativo arrendado, descontado a uma taxa de juros implícita. A receita de arrendamento financeiro é reconhecida ao longo do prazo do contrato com base numa taxa de retorno sobre o investimento líquido.

Banco como arrendatário – O Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que se referem essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática de suas operações administrativas e bancárias. De maneira geral, esses contratos são elaborados em condições e termos usuais de mercado, incluindo opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação utilizando-se como principais parâmetros de reajuste, os índices oficiais de inflação do País. As cláusulas não impõem ao Banco nenhuma restrição para pagamento de dividendos, contratação de dívidas ou celebração de contratos de arrendamentos adicionais.

No cálculo do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, foram considerados os fatos e as circunstâncias relevantes para exercer ou não as opções de renovação e/ou rescisão antecipada. O direito de uso dos imóveis alugados é reconhecido no balanço patrimonial como ativo imobilizado – ativos de direito de uso e o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento constam em outros passivos – passivos de arrendamento.

As parcelas contratualmente definidas são projetadas até os seus termos. Os pagamentos variáveis, atrelados a índices serão remensurados quando da alteração do valor da parcela, por ocasião dos reajustes anuais nas datas de aniversário dos contratos. O prazo médio remanescente dos contratos é de 34 meses (36 meses em 31.12.2020).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A taxa de desconto é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo e garantia semelhantes, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. O Banco utilizou a taxa incremental que representa o custo de suas captações institucionais equivalente à uma Letra Financeira Subordinada. Foram utilizadas taxas de descontos unificadas, considerando uma carteira de prazos e contratos semelhantes. A taxa de desconto média para os contratos celebrados no Exercício/2021 foi de 10,43% a.a. (6,04% a.a. para os contratos reconhecidos no Exercício/2020).

A despesa de juros sobre os passivos de arrendamento está evidenciada na Nota 8. A Nota 28 evidencia a movimentação do ativo de direito de uso. As saídas de caixa totais para arrendamentos estão informadas na demonstração consolidada dos fluxos de caixa.

Os demais itens arrendados, além dos imóveis utilizados na prática de suas operações administrativas e bancárias, são essencialmente equipamentos, cujos contratos possuem duração de até 12 meses. Para esses itens foi adotado o expediente prático, sendo reconhecidos como uma despesa numa base linear ao longo do prazo do arrendamento. As despesas decorrentes desses arrendamentos de curto prazos estão evidenciadas na Nota 14.

p) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na IAS 19 – Benefícios aos Empregados. As avaliações são realizadas no mínimo semestralmente, podendo ser em periodicidade inferior quando aplicável.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos na IAS 19, sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido. Geralmente, essas obrigações fiscais são apresentadas pelo seu efeito líquido em relação aos depósitos judiciais, reconhecidos em outros ativos.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

q) Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e obrigações legais

O Banco constitui provisões quando as condições mostram que:

- (i) o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- (ii) for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- (i) sua natureza e complexidade;
- (iii) o andamento dos processos;
- (iv) a opinião dos advogados do Banco; e
- (v) a experiência do Banco com processos similares.

Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera:

- (i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- (ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

O Banco também reconhece as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade de leis que as tiverem instituído, até a efetiva extinção dos créditos tributários correspondentes. Nessas situações, o Banco considera que existe, de fato, uma obrigação legal a pagar ao governo e reconhece, simultaneamente, uma obrigação e um depósito judicial pelo mesmo montante. Nenhum pagamento é feito até a decisão final ser proferida pela corte julgadora.

r) Impostos sobre os lucros

O imposto de renda e a contribuição social (IRPJ e CSLL) são tributos sobre os lucros aplicáveis às instituições financeiras no Brasil. O imposto de renda é um tributo devido pelo contribuinte (pessoa física ou jurídica) ao estado a partir da ocorrência de um fato gerador, calculado mediante a aplicação de uma alíquota a uma base de cálculo.

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	25,00%

(1) Alíquota alterada de 20% para 25% para o Banco do Brasil e Banco de Investimentos no período de 01.07.2021 a 31.12.2021, de acordo com o art. 1º da Lei nº 14.183, de 14.07.2021. A citada Lei também altera, no mesmo período, a alíquota de 15% para 20% nas demais empresas financeiras do Conglomerado e nas não financeiras de seguros, previdência e capitalização. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido permanece em 9%.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são reconhecidos no resultado, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes acumulados. Os impostos reconhecidos no patrimônio líquido são posteriormente registrados no resultado na medida em que os ganhos e perdas que lhes deram origem forem reconhecidos.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Impostos correntes – A despesa com impostos correntes é o montante do imposto de renda e da contribuição social a pagar ou a recuperar com relação ao resultado tributável do período.

Ativos por impostos correntes são valores de imposto de renda e de contribuição social a serem recuperados nos próximos 12 meses. Os tributos correntes relativos a períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se o valor já pago relacionado aos períodos atual e anteriores exceder o valor devido para aqueles períodos, o excesso deve ser reconhecido como ativo.

Os ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o órgão tributário. As taxas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos – São valores de ativos e passivos fiscais a serem recuperados e pagos em períodos futuros, respectivamente. Os passivos fiscais diferidos decorrem de diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias dedutíveis e da compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aquele decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

O valor contábil de um imposto diferido ativo é revisado no final de cada período de relatório. Uma entidade reduz o valor contábil de um imposto diferido ativo na medida em que não seja mais provável que ela irá obter lucro tributável suficiente para permitir que o benefício de parte ou totalidade desse imposto diferido ativo seja utilizado. Qualquer redução é revertida na medida em que se tornar provável que a entidade irá obter lucro tributável suficiente.

Os ativos e os passivos tributários diferidos são mensurados às taxas de imposto que são esperados serem aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, baseado nas taxas de imposto (ou na lei tributária) que estão em vigor na data do balanço.

Os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Diante da majoração da contribuição social sobre o lucro líquido estabelecida no artigo 1º da Lei n.º 14.183, de 14 de julho de 2021, e do disposto no artigo 10, parágrafo único, da Resolução CMN n.º 4.842/2020, foi considerada a alíquota de 25% para os ativos e passivos fiscais diferidos desse tributo com expectativa de realização até 31.12.2021. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 4.842/2020, não conflitante com as IFRS, suportados por estudo de capacidade de realização.

Diferenças temporárias – Diferenças que impactam ou podem impactar a apuração do imposto de renda e da contribuição social decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial.

As diferenças temporárias podem ser tributáveis ou dedutíveis. Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias que resultarão em valores tributáveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil de um ativo ou passivo for recuperado ou liquidado. Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias que resultarão em valores dedutíveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

A base fiscal de um ativo é o valor que será dedutível para fins fiscais contra quaisquer benefícios econômicos tributáveis que fluirão para a entidade quando ela recuperar o valor contábil desse ativo. Caso aqueles benefícios econômicos não sejam tributáveis, a base fiscal do ativo será igual ao seu valor contábil.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A base fiscal de um passivo é o seu valor contábil, menos qualquer valor que será dedutível para fins fiscais relacionado àquele passivo em períodos futuros. No caso da receita que é recebida antecipadamente, a base fiscal do passivo resultante é o seu valor contábil, menos qualquer valor da receita que não será tributável em períodos futuros.

s) Divulgação por segmentos

A IFRS 8 – Segmentos Operacionais requer a divulgação de informações financeiras de segmentos operacionais da entidade tendo como base as divulgações internas que são utilizadas pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos e para avaliar a sua performance. Uma divulgação detalhada dos resultados por segmentos é apresentada na Nota 7.

t) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas:

- (i) lucro por ação básico; e
- (ii) lucro por ação diluído.

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluíveis.

u) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Os juros sobre o capital próprio e os dividendos distribuídos pelo Banco são calculados sobre o lucro líquido apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras e são pagos com atualização por encargos financeiros equivalentes à taxa Selic (taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos públicos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia) a partir do encerramento do exercício até a data do efetivo pagamento.

A cada início de exercício, em conformidade com o Estatuto do Banco, o Conselho de Administração decide sobre o percentual do lucro líquido que será distribuído aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio e dividendos (*payout*). A política atual do Banco consiste em pagar juros sobre o capital próprio e dividendos de 40% sobre o lucro líquido acima mencionado, em base trimestral. Juros sobre o capital próprio e dividendos são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido assim que aprovados pelo Conselho de Administração.

v) Pronunciamentos emitidos a serem aplicados em período futuro

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas, alterações e interpretações relevantes que foram emitidas pelo IASB, a serem adotadas pelo Banco em data posterior à 31.12.2021:

IFRS 17 – Contratos de Seguro – Em maio de 2017, o IASB publicou uma nova norma que substituirá a IFRS 4. A norma vigente permite ampla variedade de práticas contábeis para contratos de seguro. A IFRS 17 modificará a contabilidade para as entidades emissoras de contratos de seguro e de contratos de investimento com características de participação discricionária.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A IFRS 17 é efetiva para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida, desde que a entidade já tenha aplicado os requerimentos da IFRS 9 e IFRS 15.

Alterações à IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto – Em setembro de 2014, o IASB promoveu alterações à IFRS 10 e à IAS 28 que abordam as inconsistências geradas pelas duas normas quanto à contabilização de transações entre investidores e suas coligadas e *joint ventures*.

A data para adoção destas alterações à IFRS 10 e à IAS 28 foi adiada, ainda sem uma data definida pelo IASB.

Alterações à IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras – Em fevereiro de 2020, o IASB promoveu alterações à IAS 1, com o objetivo de esclarecer as definições de passivos como circulante e não circulante.

Essa alteração é efetiva para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022.

O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos pronunciamentos. Eventuais impactos decorrentes da adoção dessas normas, alterações ou interpretações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de vigência de cada normativo.

4 – PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com as IFRS requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros (inclusive derivativos)

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. As metodologias consideradas para avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são detalhadas na Nota 38.

b) Perdas esperadas em ativos financeiros

Periodicamente, o Banco do Brasil revisa a composição da carteira de ativos financeiros de forma a avaliar se perdas esperadas devem ser reconhecidas. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

julgamentos. Esse processo inclui a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perda esperada de crédito, assim, todas as operações possuem perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.

A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando visão prospectiva, englobando a avaliação dos instrumentos financeiros em 3 estágios, sendo sujeitos a análises quantitativas e qualitativas para o devido enquadramento. Instrumentos financeiros enquadrados no primeiro estágio são identificados sob a ótica de perdas nos próximos 12 meses, para os enquadrados nos demais estágios, durante a vida da operação.

O estágio de enquadramento é revisto sistematicamente considerando os processos de sensoramento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças das características dos instrumentos e suas garantias e das informações comportamentais do cliente, que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito, realizado por meio de cenários econômicos prospectivos. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros, assim como os valores quantitativos registrados a título de perda esperada, podem ser obtidas nas Notas 3.j, 18, 19, 21, 22 e 24.

c) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – *impairment*

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o Banco utiliza estimativas para definição do valor recuperável do ativo. A perda reconhecida por *impairment* é sujeita a reversão em períodos futuros, com exceção da perda reconhecida em ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

Independentemente de haver qualquer indicação de perda no valor recuperável, o Banco efetua anualmente o teste de *impairment* de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso.

A determinação do valor recuperável na avaliação de *impairment* de ativos não financeiros requer estimativas baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas, exigindo que a Administração faça julgamentos e adote premissas.

Uma discussão mais detalhada sobre o tema pode ser observada nas Notas 3.n e 29.

d) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pelo Banco estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nas demonstrações contábeis consolidadas.

e) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual (Nota 36).

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- (ii) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- (iii) alterações nas taxas de juros;
- (iv) mudanças nos índices de inflação;
- (v) processos ou disputas judiciais adversas;
- (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;
- (vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

f) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com a IAS 19. A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam:

- (i) taxas de juros assumidas;
- (ii) tábuas de mortalidade;
- (iii) índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- (iv) índice de inflação de preços;
- (v) índice anual de reajustes salariais; e
- (vi) método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

g) Provisões (para compromissos de empréstimos, garantias prestadas e demandas judiciais), passivos contingentes e ativos contingentes

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas da prestação de garantias de contratos não registrados no balanço patrimonial (*off-balance*), além de compromissos de crédito firmados (limites concedidos e ainda não utilizados pelos clientes), o Banco constitui provisão para perdas esperadas, sendo este valor reconhecido como passivo em contrapartida com o resultado do período.

A metodologia de cálculo para perdas esperadas em compromissos de empréstimos e prestação de garantias utilizam os mesmos parâmetros da perda esperada para ativos financeiros.

As provisões para demandas judiciais, são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na natureza das ações, na opinião de assessores jurídicos e da Administração, e na complexidade e experiência de transações semelhantes, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Individualizados: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Massificados: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista, movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

5 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas do Banco abrangem as agências e subsidiárias no país e no exterior e suas controladas. Os saldos significativos das contas e operações entre as companhias consolidadas foram eliminados. Apresentam-se no quadro a seguir as participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios.

	Atividade	País de constituição	% Participação total	
			31.12.2021	31.12.2020
Segmento Bancário				
Banco do Brasil AG	Bancária	Áustria	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	100,00%	100,00%
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	Singapura	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Estados Unidos	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Inglaterra	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Estados Unidos	100,00%	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Ilhas Cayman	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Estados Unidos	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Argentina	80,39%	80,39%
Segmento Investimentos				
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Brasil	100,00%	100,00%
Segmento Gestão de Recursos				
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	Brasil	100,00%	100,00%
BB Asset Management Ireland Limited	Administração de Ativos	Irlanda	100,00%	100,00%
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização				
BB Seguridade Participações S.A. (1)	Holding	Brasil	66,36%	66,36%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (1)	Corretora	Brasil	66,36%	66,36%
BB Seguros Participações S.A. (1)	Holding	Brasil	66,36%	66,36%
Segmento Meios de Pagamento				
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Brasil	100,00%	100,00%
Outros Segmentos				
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de créditos	Brasil	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Aquisição de créditos	Brasil	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Brasil	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	Turismo	Brasil	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços (1)	Informática	Brasil	99,99%	99,99%
BB Asset Ações Agro Fundo de Investimento (2)	Fundos de Investimento	Brasil	99,99%	--
BB Asset Ações Nordea Global Disruption ESG IE FIC FI (2)	Fundos de Investimento	Brasil	95,95%	--
FIP Aventures II Multiestratégias (3)	Fundos de Investimento	Brasil	64,48%	--
Compesa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cia. Pernambucana de Saneamento (FI Compesa) (4)	Fundos de Investimento	Brasil	43,13%	75,41%
BB Asset Ações Nordea Global Climate and Enviroment (2)	Fundos de Investimento	Brasil	--	100,00%
BB Asset Multimercado Nordea Alpha 15 (2)	Fundos de Investimento	Brasil	--	99,55%
BB Asset Ações US Biotech BDR Nível I Fundo de Investimento (2)	Fundos de Investimento	Brasil	--	97,03%
BB Espelho Multimercado Canvas Vector (2)	Fundos de Investimento	Brasil	--	90,32%
BB Espelho Multimercado Occam Equity Hedge (2)	Fundos de Investimento	Brasil	--	84,87%
BB Espelho Ações Leblon (2)	Fundos de Investimento	Brasil	--	82,20%
BB Renda Fixa Longo Prazo Tesouro Inflação Curta (2)	Fundos de Investimento	Brasil	--	61,87%
BB Renda Fixa Longo Prazo Tesouro Prefixado (2)	Fundos de Investimento	Brasil	--	60,61%
BB Renda Fixa Longo Prazo Tesouro Inflação (2)	Fundos de Investimento	Brasil	--	59,42%
Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE)	Securitização	Ilhas Cayman	--	--
Loans Finance Company Limited (EPE)	Securitização	Ilhas Cayman	--	--

(1) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(2) Fundos não exclusivos e abertos a partir de aplicação inicial de recursos próprios da BB DTVM, destinados a comercialização a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimentos de forma indefinida, sendo consolidados apenas nos meses em que a maioria das cotas ainda está em poder da BB DTVM.

(3) Fundo de investimento no qual o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

(4) Fundo controlado por meio de acordo entre os cotistas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Envolvimento com entidades estruturadas consolidadas

Os veículos de securitização e os fundos de investimentos controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, são classificados como entidades estruturadas consolidadas. Nestas entidades, os direitos de voto ou similares não são os fatores determinantes ao decidir quem controla a entidade.

O Banco consolida as entidades estruturadas quando tem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os retornos das entidades.

EPE Dollar

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos:

- (i) emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional;
- (ii) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e
- (iii) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

O seu capital social subscrito é de US\$ 1 mil dividido em 1.000 ações ordinárias de US\$ 1,00 cada. Todas as 1.000 ações ordinárias foram emitidas para o BNP Paribas Private Bank & Trust Cayman Limited, na qualidade de curador de uma entidade das Ilhas Cayman. Dessa forma, BNP Paribas Private Bank & Trust Cayman Limited é o único acionista da EPE. O Banco é o titular dos "Direitos sobre Remessa" e único beneficiário dos recursos captados pela EPE, além de ser o responsável por enviar recursos financeiros para pagamento periódico de principal e juros dos valores mobiliários.

EPE Loans

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos:

- (i) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional;
- (ii) contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e
- (iii) contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de *basis swap*, que é acionável somente em caso de *default* de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas àquelas das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O capital integralizado da Loans é de US\$ 250 dividido em 250 ações ordinárias de US\$ 1,00 cada. Todas as 250 ações ordinárias foram emitidas para a empresa Maples Corporate Services e, em seguida, transferidas para a MaplesFS Limited, que é uma empresa de responsabilidade limitada constituída nas Ilhas Cayman. A MaplesFS Limited é uma provedora independente de serviços fiduciários especializados e única acionista da EPE. O Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, é a única contraparte da EPE nas operações compromissadas.

Compesa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cia. Pernambucana de Saneamento (FI Compesa)

O FI Compesa foi constituído sob a forma de condomínio fechado e com prazo determinado de 96 meses a partir da data de subscrição inicial, com possibilidade de liquidação antecipada.

Tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas, valorização de suas cotas por meio da aquisição de: (i) direitos creditórios do segmento de serviços de saneamento básico prestados pela Companhia Pernambucana de Saneamento (cedente); e (ii) ativos financeiros. Os direitos de crédito adquiridos pelo fundo são oriundos das contas de água e esgoto, arrecadados de acordo com os contratos de arrecadação do cedente.

O patrimônio do Fundo está representado por 300 cotas seniores e 15 cotas subordinadas. As cotas subordinadas não têm parâmetro de remuneração definido, sendo que o pagamento de resgate está sujeito ao pagamento de resgate das cotas seniores.

Em 31.12.2021, o Banco detinha a totalidade das 300 cotas seniores, sem participação em cotas subordinadas.

b) Informações resumidas de controladas com participação de acionistas não controladores

31.12.2021	BB Seguridade Participações S.A.	Banco Patagonia S.A.	BB Tecnologia e Serviços S.A.
Ativo circulante	1.956.442	22.499.930	526.404
Ativo não circulante	7.352.434	2.114.286	167.363
Passivo circulante	1.843.132	20.203.835	432.573
Passivo não circulante	28	89.886	--
Receitas	3.956.444	5.476.698	1.132.830
Resultado líquido	3.930.713	286.813	67.164
Resultado abrangente total	3.746.485	415.891	67.164
Dividendos pagos a acionistas não controladores	965.855	91.216	--
Participação de acionistas não controladores	33,64%	19,61%	0,01%
Lucro líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	1.322.292	56.244	9
Participações acumuladas de acionistas não controladores	2.511.467	847.249	35

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31.12.2020	BB Seguridade Participações S.A.	Banco Patagonia S.A.	BB Tecnologia e Serviços S.A.
Ativo circulante	1.364.515	16.475.869	537.149
Ativo não circulante	6.169.311	2.084.016	117.871
Passivo circulante	957.602	15.640.747	364.360
Passivo não circulante	106	118.128	--
Receitas	3.866.035	4.585.544	999.434
Resultado líquido	3.813.374	808.062	(119.881)
Resultado abrangente total	3.797.805	787.757	(119.881)
Dividendos pagos a acionistas não controladores	906.749	125.125	--
Participação de acionistas não controladores	33,64%	19,61%	0,01%
Lucro líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	1.282.819	158.461	(13)
Participações acumuladas de acionistas não controladores	2.212.206	549.278	28

O Banco também possui participação indireta nas controladas BB Seguros Participações S.A. e BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. É de propriedade da BB Seguridade Participações S.A. a totalidade das ações emitidas por tais empresas. As informações financeiras resumidas dessas controladas são apresentadas a seguir.

31.12.2021	BB Seguros Participações S.A.	BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.
Ativo circulante	691.892	4.111.849
Ativo não circulante	7.434.520	962.467
Passivo circulante	527.431	3.225.098
Passivo não circulante	339.980	1.843.210
Receitas	1.864.420	4.174.370
Resultado líquido	1.772.110	2.162.039
Resultado abrangente total	1.587.716	2.161.873

31.12.2020	BB Seguros Participações S.A.	BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.
Ativo circulante	119.907	3.986.438
Ativo não circulante	6.371.530	439.302
Passivo circulante	39.766	2.950.822
Passivo não circulante	339.980	1.428.011
Receitas	1.937.369	3.734.684
Resultado líquido	1.873.423	1.969.105
Resultado abrangente total	1.857.854	1.969.105

6 – AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Parceria estratégica com UBS A.G.

Em 23.09.2019, o Banco comunicou ao mercado que firmou Memorando de Entendimentos de caráter não vinculante com o UBS A.G. (UBS), com vistas ao estabelecimento de parceria estratégica para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em 06.11.2019, o Banco publicou Fato Relevante informando a celebração do Acordo de Associação com o UBS de caráter vinculante para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de títulos e valores mobiliários no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.

Em 27.12.2019, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica aprovou sem restrições a parceria estratégica por meio do Ato de Concentração nº 08700.005886/2019-11, sendo essa parceria autorizada pelo Bacen em 24.08.2020.

Em 30.09.2020, o Banco comunicou que o BB-Banco de Investimento S.A. (BB-BI), sua subsidiária integral, e o UBS formalizaram os documentos definitivos que estabelecem o início da parceria estratégica para atuação em atividades de banco de investimento e de corretora de valores mobiliários no segmento institucional no Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, após cumpridas todas as condições precedentes para o fechamento da transação (*closing*), sob os aspectos regulatórios e contratuais.

A parceria estratégica consolida-se em uma nova companhia e suas controladas, iniciando suas operações como uma plataforma de banco de investimentos completa, combinando a rede de relacionamentos do Banco no Brasil e sua forte capacidade de distribuição para pessoas físicas, com a expertise e capacidade de distribuição global do UBS.

A governança e a gestão da nova companhia estão amparadas em um Acordo de Acionistas e um Acordo Operacional, observando as boas práticas globais de governança corporativa e gestão de negócios. Cada acionista indica três membros para o Conselho de Administração, sendo o Presidente apontado pelo Banco e o Vice-Presidente pelo UBS. A diretoria executiva também é formada por profissionais das duas empresas e o UBS indica o Diretor Presidente da companhia.

Com o lançamento da parceria, os clientes corporativos do Banco, além do atendimento e da oferta completa de soluções de *corporate banking*, por meio da rede de agências e escritórios especializados, passam a contar com a plataforma de alcance global do UBS, proporcionando acesso diferenciado a produtos e serviços de *investment banking* e com a ampliação da oferta de soluções integradas nesses mercados.

Já os clientes investidores do Banco, além do atual portfólio de produtos e serviços, também passam a ter acesso a uma crescente variedade de instrumentos de captação e investimento vinculados ao mercado de capitais.

O capital social total da companhia está dividido na proporção de 50,01% para o UBS e 49,99% para o BB-BI. O Banco, por meio do BB-BI, integralizou o direito de acesso aos clientes corporativos para prospecção e originação de negócios típicos de banco de investimento e o UBS aportou sua plataforma operacional de banco de investimento na região e corretora de títulos e valores mobiliários no segmento institucional no país.

O aporte do intangível ao patrimônio líquido da UBS Serviços representou R\$ 829.726 mil, conforme laudo técnico realizado por empresa independente. Em contrapartida, bem como para fins de equalização das participações societárias pretendidas, a UBS Serviços entregou ao BB-BI o montante de R\$ 145.000 mil, em moeda corrente, referente ao resgate, pelo valor contábil, de 100% das ações preferenciais pelo BB-BI, de modo que o investimento atual do BB-BI represente 49,99% do patrimônio líquido da nova empresa, ou seja, R\$ 684.726 mil.

Na conclusão da operação não houve impacto no resultado do Banco, uma vez que concomitantemente ao reconhecimento do ganho de capital em contrapartida ao registro do investimento inicial no BB-BI, foi registrado resultado não realizado no mesmo montante, por existir também um compromisso contratual de acesso exclusivo à base de clientes que deve ser cumprido pelo BB-BI ao longo dos 15 anos da associação, de modo que o impacto no resultado observe o regime de competência, conforme quadro a seguir:

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	30.09.2020
1) Ganho de capital do BB-BI	829.726
2) Tributos	(373.377)
3) Resultado no BB-BI, líquido de efeitos tributários (1+2)	456.349
4) Resultado não realizado (100% do item 3)	(456.349)
5) Impacto no Resultado Consolidado (3+4)	--

Dessa forma, o valor reconhecido como resultado não realizado corresponde ao valor integral do ativo intangível aportado na UBS Serviços, líquido dos efeitos tributários, e será realizado no mesmo cronograma de amortização daquele ativo, que equivale ao prazo da associação. Outras informações estão relacionadas na Nota 26.

b) Bescval – Incorporação

Em 09.12.2020, conforme Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs) realizadas na mesma data pelos acionistas do Banco do Brasil e da Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Bescval), foi incorporada pelo Banco a controlada Bescval.

A incorporação teve por objetivo a racionalização e a simplificação da estrutura societária do Banco e, consequentemente, consolidação e redução de custos e despesas operacionais combinadas.

Como resultado da incorporação, a Bescval extinguiu-se pleno *jure*, a partir daquela data, com versão da totalidade de seu patrimônio para o Banco, que a sucede e absorve, a título universal e para todos os fins de direito, todos os bens, direitos, haveres, obrigações e responsabilidades da incorporada.

Em consequência, o capital social do Banco foi aumentado em R\$ 23 mil, devido à emissão de 425 novas ações ordinárias, sem valor nominal, já contemplando o grupamento das frações cabíveis, a serem atribuídas aos acionistas minoritários da Bescval, correspondente a suas participações acionárias no patrimônio líquido da incorporada, calculado pelo valor contábil da incorporada na data base de 30.06.2020.

A emissão das novas ações será precedida pelo cancelamento de igual quantidade de ações de emissão do Banco mantidas em tesouraria, de modo a evitar a diluição das participações dos atuais acionistas do Banco e a alteração no número total de ações representativas do capital social do Banco informadas em seu Estatuto Social.

As ações da Bescval de propriedade do Banco foram extintas. A incorporação foi submetida, nos termos da legislação em vigor, à aprovação do Banco Central do Brasil, cuja homologação foi comunicada em 01.06.2021.

Saldos incorporados

	09.12.2020
Total de ativos	5.925
Total de passivos	1
Total de patrimônio líquido	5.924

7 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor, na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As operações do Banco estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e suporte operacional, que foram agregadas em "Outros Segmentos".

As diversas informações contábeis utilizadas pela Administração na avaliação do desempenho e no processo decisório são preparadas de acordo com as leis, normas e práticas contábeis de reconhecimento e mensuração aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, conforme determinado pelo Banco Central do Brasil. O Consolidado Gerencial do Banco apresenta os resultados por segmento de acordo com esse arcabouço normativo, uma vez que esses resultados são reportados ao principal gestor das operações para fins de tomada de decisão sobre a alocação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais reportáveis diferem daquelas descritas no resumo das principais políticas contábeis em IFRS principalmente em função de:

- o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes é baseado em um modelo de perda esperada, com a utilização de limites regulatórios definidos pelo Banco Central do Brasil. Os empréstimos a clientes são classificados em ordem crescente de níveis de risco, que variam do risco AA (menor risco) ao risco H (maior risco). O montante de perdas em empréstimos a clientes é constituído mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação de percentuais mínimos, os quais variam de 0% para as operações de nível AA a 100% para as operações classificadas no nível H;
- as receitas de tarifas e comissões cobradas pela originação de empréstimos a clientes são reconhecidas como receita no ato do recebimento;
- o montante do ágio ou deságio resultante da aquisição de controle de uma companhia é mensurado pela diferença entre o valor da contraprestação paga e o valor patrimonial das ações, o qual é amortizado, caso ele seja baseado em expectativa de rentabilidade futura; e
- mudanças na proporção de capital detido por acionistas não controladores, que resultam em ganhos ou perdas na alienação de participações societárias.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas que compõem cada segmento, conforme distribuição apresentada nas Notas 5 e 26. Não há receitas ou despesas comuns alocadas entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da sua receita líquida total.

a) Segmento bancário

O segmento bancário é responsável pela parcela mais significativa do resultado do Banco, preponderantemente obtido no Brasil, e compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo realizados pela rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal realizados por correspondentes bancários.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento são realizados negócios no mercado doméstico de capitais, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas nos mercados primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

A receita líquida de juros do segmento é obtida pelas receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável e da prestação de serviços a entidades ligadas.

c) Segmento de gestão de recursos

Esse segmento é responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras, instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguridade

Nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado desse segmento provém principalmente de tarifas e comissões e das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de meios de pagamento

Esse segmento é responsável principalmente pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico (cartões de crédito e débito), os quais geram receitas de taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários.

f) Outros segmentos

Compreendem os segmentos de suporte operacional e consórcios, que foram agregados por não serem individualmente representativos. Esses segmentos geram receitas oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Demonstração do resultado gerencial por segmento

	Exercício/2021									
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado gerencial	Ajustes	Consolidado IFRS
Receitas de juros	123.831.728	189.149	139.783	138.535	207.131	1.116.637	(556.933)	125.066.030	881.187	125.947.217
Despesas de juros	(63.338.423)	(92.893)	--	--	--	(196.508)	555.980	(63.071.844)	(3.201.294)	(66.273.138)
Receita líquida de juros	60.493.305	96.256	139.783	138.535	207.131	920.129	(953)	61.994.186	(2.320.107)	59.674.079
Perda líquida esperada	(11.571.098)	--	--	--	--	--	--	(11.571.098)	(1.292.338)	(12.863.436)
Receita líquida de juros após provisão para perdas	48.922.207	96.256	139.783	138.535	207.131	920.129	(953)	50.423.088	(3.612.445)	46.810.643
Receitas não de juros	18.718.356	743.079	3.052.862	5.933.375	807.630	3.047.169	(1.533.733)	30.768.738	3.146.253	33.914.991
Receita líquida de tarifas e comissões	12.830.552	393.965	3.044.218	4.054.917	36.170	2.924.692	(995.202)	22.289.312	379.507	22.668.819
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros	(471.863)	215.635	(64)	--	313	(3.613)	--	(259.592)	459.007	199.415
Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures	803.328	44.352	--	1.840.910	556.915	--	--	3.245.505	(158.761)	3.086.744
Outras receitas operacionais	5.556.339	89.127	8.708	37.548	214.232	126.090	(538.531)	5.493.513	2.466.500	7.960.013
Despesas não de juros	(53.350.660)	(90.804)	(418.921)	(981.227)	(40.040)	(2.087.645)	1.534.686	(55.434.611)	(1.301.232)	(56.735.843)
Despesas com pessoal	(22.921.586)	(23.734)	(111.760)	(63.102)	(5.675)	(380.501)	3.235	(23.503.123)	(21.536)	(23.524.659)
Despesas administrativas	(8.912.577)	(32.923)	(53.203)	(303.037)	(2.294)	(655.268)	1.093.763	(8.865.539)	1.330.347	(7.535.192)
Contribuições, taxas e outros impostos	(4.507.323)	(42.707)	(210.175)	(480.522)	(34.016)	(433.628)	--	(5.708.371)	(14.256)	(5.722.627)
Amortização de ativos intangíveis	(1.415.839)	--	--	(414)	--	(3.926)	--	(1.420.179)	(139)	(1.420.318)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(8.496.399)	(73)	3.362	2.281	10	(6.641)	--	(8.497.460)	981.778	(7.515.682)
Depreciação	(1.360.921)	--	--	(10)	--	(26.314)	--	(1.387.245)	(1.186.857)	(2.574.102)
Outras despesas operacionais	(5.736.015)	8.633	(47.145)	(136.423)	1.935	(581.367)	437.688	(6.052.694)	(2.390.569)	(8.443.263)
Lucro antes dos impostos	14.289.903	748.531	2.773.724	5.090.683	974.721	1.879.653	--	25.757.215	(1.767.424)	23.989.791
Impostos	(938.547)	(336.040)	(1.182.261)	(1.146.208)	(197.233)	(641.011)	--	(4.441.300)	174.380	(4.266.920)
Correntes	(123.517)	(371.190)	(1.180.917)	(1.165.220)	(110.833)	(592.238)	--	(3.543.915)	(483)	(3.544.398)
Diferidos	(815.030)	35.150	(1.344)	19.012	(86.400)	(48.773)	--	(897.385)	174.863	(722.522)
Lucro líquido do período	13.351.356	412.491	1.591.463	3.944.475	777.488	1.238.642	--	21.315.915	(1.593.044)	19.722.871
Atribuível aos acionistas controladores	13.072.539	412.491	1.591.463	2.617.788	777.488	1.238.633	--	19.710.402	(1.366.076)	18.344.326
Atribuível às participações de acionistas não controladores	278.817	--	--	1.326.687	--	9	--	1.605.513	(226.968)	1.378.545
Ativo	1.932.885.980	5.743.056	3.710.787	12.499.665	10.138.878	10.525.362	(42.970.749)	1.932.532.979	(33.192.468)	1.899.340.511
Passivo	1.789.633.279	4.893.224	2.410.607	5.858.914	1.004.831	8.550.133	(24.675.195)	1.787.675.793	(34.445.515)	1.753.230.278
Patrimônio líquido	143.252.701	849.832	1.300.180	6.640.751	9.134.047	1.975.229	(18.295.554)	144.857.186	1.253.047	146.110.233

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Exercício/2020									
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes	Consolidado IFRS
Receitas de juros	96.115.799	61.230	33.551	124.293	113.602	1.116.950	(384.782)	97.180.643	1.479.061	98.659.704
Despesas de juros	(41.017.443)	(49.139)	--	--	--	(225.248)	384.125	(40.907.705)	(2.324.415)	(43.232.120)
Receita líquida de juros	55.098.356	12.091	33.551	124.293	113.602	891.702	(657)	56.272.938	(845.354)	55.427.584
Perda líquida esperada	(20.027.089)	--	--	--	--	--	(49)	(20.027.138)	339.718	(19.687.420)
Receita líquida de juros após provisão para perdas	35.071.267	12.091	33.551	124.293	113.602	891.702	(706)	36.245.800	(505.636)	35.740.164
Receitas não de juros	15.430.844	612.960	2.936.214	5.604.018	937.374	2.534.796	(1.351.581)	26.704.625	(334.184)	26.370.441
Receita líquida de tarifas e comissões	13.908.197	326.304	2.971.891	3.692.039	38.129	2.421.886	(856.469)	22.501.977	164.364	22.666.341
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros	3.437.677	249.112	(52.361)	--	131	(441)	--	3.634.118	(1.747.854)	1.886.264
Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures	518.734	16.729	--	1.889.634	685.304	--	--	3.110.401	(788.480)	2.321.921
Outras receitas operacionais	(2.433.764)	20.815	16.684	22.345	213.810	113.351	(495.112)	(2.541.871)	2.037.786	(504.085)
Despesas não de juros	(47.823.890)	(155.618)	(392.679)	(826.330)	(31.973)	(2.251.180)	1.352.287	(50.129.383)	(404.219)	(50.533.602)
Despesas com pessoal	(21.339.110)	(47.441)	(110.357)	(63.871)	(5.039)	(356.862)	4.320	(21.918.360)	230.048	(21.688.312)
Despesas administrativas	(8.909.289)	(35.080)	(29.941)	(245.915)	(1.550)	(547.566)	1.034.364	(8.734.977)	1.313.118	(7.421.859)
Contribuições, taxas e outros impostos	(4.097.242)	(49.122)	(215.001)	(438.252)	(22.017)	(358.426)	--	(5.180.060)	11.978	(5.168.082)
Amortização de ativos intangíveis	(1.804.604)	--	--	--	--	(3.168)	--	(1.807.772)	160	(1.807.612)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(5.777.823)	20	(963)	(361)	3	(268.342)	56.278	(5.991.188)	249.163	(5.742.025)
Depreciação	(1.300.602)	--	--	(8)	--	(19.096)	--	(1.319.706)	(1.086.676)	(2.406.382)
Outras despesas operacionais	(4.595.220)	(23.995)	(36.417)	(77.923)	(3.370)	(697.720)	257.325	(5.177.320)	(1.122.010)	(6.299.330)
Lucro antes dos impostos	2.678.221	469.433	2.577.086	4.901.981	1.019.003	1.175.318	--	12.821.042	(1.244.039)	11.577.003
Impostos	4.270.683	(201.791)	(1.032.409)	(1.041.867)	(137.439)	(404.312)	--	1.452.865	263.015	1.715.880
Correntes	(695.497)	(264.036)	(1.031.644)	(1.044.161)	(51.973)	(526.404)	--	(3.613.715)	22.698	(3.591.017)
Diferidos	4.966.180	62.245	(765)	2.294	(85.466)	122.092	--	5.066.580	240.317	5.306.897
Lucro líquido do período	6.948.904	267.642	1.544.677	3.860.114	881.564	771.006	--	14.273.907	(981.024)	13.292.883
Atribuível aos acionistas controladores	6.670.781	267.642	1.544.677	2.561.703	881.564	771.018	--	12.697.385	(845.769)	11.851.616
Atribuível às participações de acionistas não controladores	278.123	--	--	1.298.411	--	(12)	--	1.576.522	(135.255)	1.441.267
Ativo	1.724.278.700	3.320.400	2.690.311	10.046.867	10.046.244	9.744.402	(34.455.036)	1.725.671.888	(31.877.885)	1.693.794.003
Passivo	1.598.764.392	2.495.260	1.477.012	4.308.482	653.168	7.842.889	(16.840.424)	1.598.700.779	(32.768.060)	1.565.932.719
Patrimônio líquido	125.514.308	825.140	1.213.299	5.738.385	9.393.076	1.901.513	(17.614.612)	126.971.109	890.175	127.861.284

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Exercício/2019									
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes	Consolidado IFRS
Receitas de juros	125.985.121	44.104	59.925	16.758.671	190.296	968.225	(704.381)	143.301.961	(20.196.636)	123.105.325
Despesas de juros	(70.555.291)	(149.667)	--	--	(32.829)	(205.572)	705.270	(70.238.089)	931.793	(69.306.296)
Receita líquida de juros	55.429.830	(105.563)	59.925	16.758.671	157.467	762.653	889	73.063.872	(19.264.843)	53.799.029
Perda líquida esperada	(18.850.488)	--	--	--	--	--	(4.339)	(18.854.827)	(1.092.743)	(19.947.570)
Receita líquida de juros após provisão para perdas	36.579.342	(105.563)	59.925	16.758.671	157.467	762.653	(3.450)	54.209.045	(20.357.586)	33.851.459
Receitas não de juros	23.424.524	1.211.190	2.564.652	10.942.075	4.416.764	2.226.802	(1.607.996)	43.178.011	(4.282.395)	38.895.616
Receita líquida de tarifas e comissões	15.340.582	1.061.342	2.553.190	3.228.567	3.430.117	2.294.490	(1.397.587)	26.510.701	(2.793.908)	23.716.793
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros	1.191.851	16.315	(5.015)	(170.840)	12.367	--	135.494	1.180.172	(668.797)	511.375
Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures	180.948	107.555	--	86.080	75.517	--	--	450.100	3.594.313	4.044.413
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	--	--	--	4.089.735	--	--	228.275	4.318.010	(4.318.010)	--
Outras receitas operacionais	6.711.143	25.978	16.477	3.708.533	898.763	(67.688)	(574.178)	10.719.028	(95.993)	10.623.035
Despesas não de juros	(60.520.201)	(411.921)	(345.754)	(17.781.106)	(2.928.486)	(1.689.039)	1.611.446	(82.065.061)	20.457.498	(61.607.563)
Despesas com pessoal	(23.223.629)	(60.221)	(103.322)	(368.504)	(208.986)	(365.500)	6.636	(24.323.526)	1.525.549	(22.797.977)
Despesas administrativas	(11.347.114)	(35.512)	(24.868)	(591.785)	(668.691)	(611.290)	1.393.542	(11.885.718)	4.362.667	(7.523.051)
Contribuições, taxas e outros impostos	(4.113.880)	(91.295)	(176.884)	(810.425)	(479.046)	(338.990)	27	(6.010.493)	1.007.787	(5.002.706)
Amortização de ativos intangíveis	(1.652.891)	--	--	(47.472)	(35.096)	(3.843)	--	(1.739.302)	112.055	(1.627.247)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(11.523.939)	93	(185)	(10.889)	(24.991)	(27.998)	--	(11.587.909)	(217.324)	(11.805.233)
Depreciação	(1.240.718)	--	--	(15.110)	(63.050)	(19.786)	231	(1.338.433)	(1.020.721)	(2.359.154)
Outras despesas operacionais ⁽¹⁾	(7.418.030)	(224.986)	(40.495)	(15.936.921)	(1.448.626)	(321.632)	211.010	(25.179.680)	14.687.485	(10.492.195)
Lucro antes dos impostos	(516.335)	693.706	2.278.823	9.919.640	1.645.745	1.300.416	--	15.321.995	(4.182.483)	11.139.512
Impostos	10.820.797	(256.485)	(901.393)	(3.388.902)	(500.741)	(451.337)	--	5.321.939	2.426.867	7.748.806
Correntes	(996.992)	(294.674)	(901.662)	(3.388.630)	(452.346)	(442.931)	--	(6.477.235)	1.487.400	(4.989.835)
Diferidos	11.817.789	38.189	269	(272)	(48.395)	(8.406)	--	11.799.174	939.467	12.738.641
Lucro líquido do período	10.304.462	437.221	1.377.430	6.530.738	1.145.004	849.079	--	20.643.934	(1.755.616)	18.888.318
Atribuível aos acionistas controladores	10.059.992	437.221	1.377.430	4.293.348	1.145.004	849.072	--	18.162.067	(1.765.171)	16.396.896
Atribuível às participações de acionistas não controladores	244.470	--	--	2.237.390	--	7	--	2.481.867	9.555	2.491.422
Total dos ativos	1.511.586.824	2.864.288	2.143.640	248.292.253	35.483.416	7.715.727	(41.784.728)	1.766.301.420	(314.034.613)	1.452.266.807
Total dos passivos	1.403.953.252	2.409.171	2.003.996	243.703.864	26.449.532	6.127.021	(26.910.310)	1.657.736.526	(315.441.098)	1.342.295.428
Total do patrimônio líquido	107.633.572	455.117	139.644	4.588.389	9.033.884	1.588.706	(14.874.418)	108.564.894	1.406.485	109.971.379

(1) Inclui principalmente provisões técnicas no segmento Seguridade.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Operações internacionais**Segmentação por área geográfica, operações no Brasil e no exterior**

	Brasil	Outros países			Total
	Exercício/2021	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	Exercício/2021
Ativo	1.784.162.954	328.529.841	(213.352.284)	115.177.557	1.899.340.511
Receitas	150.753.930	19.608.244	(10.499.966)	9.108.278	159.862.208
Despesas (inclui impostos)	(128.401.158)	(17.333.198)	5.595.019	(11.738.179)	(140.139.337)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	26.685.106	2.209.632	(4.904.947)	(2.695.315)	23.989.791
Lucro/(prejuízo) líquido	22.352.772	2.275.046	(4.904.947)	(2.629.901)	19.722.871

	Brasil	Outros países			Total
	Exercício/2020	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	Exercício/2020
Ativo	1.574.577.762	321.544.464	(202.328.223)	119.216.241	1.693.794.003
Receitas	119.104.820	20.077.447	(14.152.122)	5.925.325	125.030.145
Despesas (inclui impostos)	(103.377.752)	(15.734.730)	7.375.220	(8.359.510)	(111.737.262)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	15.411.214	2.942.691	(6.776.902)	(3.834.211)	11.577.003
Lucro/(prejuízo) líquido	15.727.068	4.342.717	(6.776.902)	(2.434.185)	13.292.883

	Brasil	Outros países			Total
	Exercício/2019	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	Exercício/2019
Ativo	1.363.572.695	290.799.122	(202.105.010)	88.694.112	1.452.266.807
Receitas	152.344.726	21.032.003	(11.375.788)	9.656.215	162.000.941
Despesas (inclui impostos)	(131.200.267)	(16.547.162)	4.634.806	(11.912.356)	(143.112.623)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	12.825.446	5.055.048	(6.740.982)	(1.685.934)	11.139.512
Lucro/(prejuízo) líquido	21.144.459	4.484.841	(6.740.982)	(2.256.141)	18.888.318

As receitas compreendem receitas de juros e receitas não de juros. As despesas compreendem despesa de juros, perdas esperadas com instrumentos financeiros, despesas não de juros e impostos.

Em relação às operações no exterior, as principais contribuições para as receitas e ativos foram provenientes das dependências localizadas na América do Sul e América Central. Os ativos localizados em outros países são substancialmente de natureza monetária, principalmente relacionados a Empréstimos a clientes e Empréstimos a instituições financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

i) Investimentos em coligadas e *joint ventures* e ativos não circulantes

	31.12.2021						
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Consolidado
Investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	6.806.402	153.371	--	7.330.921	5.155.494	--	19.446.188
Ativos não circulantes ⁽¹⁾	20.261.571	--	--	4.998	--	170.352	20.436.921
Ativo imobilizado	13.245.410	--	--	39	--	156.202	13.401.651
Intangíveis	7.016.161	--	--	4.959	--	14.150	7.035.270

	31.12.2020						
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Consolidado
Investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	6.142.631	66.188	--	6.280.534	5.417.457	--	17.906.810
Ativos não circulantes ⁽¹⁾	17.371.816	--	--	5.535	--	123.321	17.500.672
Ativo imobilizado	11.167.829	--	--	54	--	107.722	11.275.605
Intangíveis	6.203.987	--	--	5.481	--	15.599	6.225.067

(1) Exceto instrumentos financeiros, ativo fiscal diferido, benefícios a empregados e direitos decorrentes de contratos de seguros.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Receitas por segmento

	Exercício/2021					
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos
Receita de juros	123.831.728	189.149	139.783	138.535	207.131	1.116.637
Receitas de clientes externos	123.732.075	187.669	50.221	13.486	158.438	924.141
Receitas de transações intersegmentos	99.653	1.480	89.562	125.049	48.693	192.496
Receita não de juros	18.718.356	743.079	3.052.862	5.933.375	807.630	3.047.169
Receitas de clientes externos	17.920.869	741.514	3.052.412	5.933.375	807.630	1.874.021
Receitas de transações intersegmentos	797.487	1.565	450	--	--	1.173.148

	Exercício/2020					
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos
Receita de juros	96.115.799	61.230	33.551	124.293	113.602	1.116.950
Receitas de clientes externos	96.066.218	60.546	371	20.985	101.450	931.025
Receitas de transações intersegmentos	49.581	684	33.180	103.308	12.152	185.925
Receita não de juros	15.430.844	612.960	2.936.214	5.604.018	937.374	2.534.796
Receitas de clientes externos	14.929.817	608.863	2.935.763	5.604.018	937.374	1.454.299
Receitas de transações intersegmentos	501.027	4.097	451	--	--	1.080.497

	Exercício/2019					
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos
Receita de juros	125.985.121	44.104	59.925	16.758.671	190.296	968.225
Receitas de clientes externos	125.833.190	42.309	395	16.491.338	173.136	758.296
Receitas de transações intersegmentos	151.931	1.795	59.530	267.333	17.160	209.929
Receita não de juros	23.424.524	1.211.190	2.564.652	10.942.075	4.416.764	2.226.802
Receitas de clientes externos	22.493.989	960.490	2.529.250	10.934.343	4.416.640	1.129.453
Receitas de transações intersegmentos	930.535	250.700	35.402	7.732	124	1.097.349

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

8 – RECEITA LÍQUIDA DE JUROS

	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2019
Receitas de juros	125.947.217	98.659.704	123.105.325
Empréstimos a clientes	75.759.025	69.213.609	73.597.648
Aplicações em operações compromissadas	25.389.564	13.248.440	27.657.735
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	15.515.637	8.541.053	11.412.939
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	1.966.214	1.324.262	2.371.998
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	1.765.262	1.402.845	1.126.959
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	446.102	507.818	247.628
Empréstimos a instituições financeiras	267.346	737.090	842.650
Outras receitas de juros ⁽¹⁾	4.838.067	3.684.587	5.847.768
Despesas de juros	(66.273.138)	(43.232.120)	(69.306.296)
Obrigações por operações compromissadas	(27.495.682)	(13.847.742)	(27.514.858)
Depósitos de clientes	(22.221.794)	(13.785.459)	(22.584.933)
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	(15.230.724)	(14.496.151)	(17.751.135)
Obrigações com instituições financeiras	(981.690)	(805.493)	(1.119.769)
Passivos de arrendamento	(343.248)	(297.275)	(335.601)
Receita líquida de juros	59.674.079	55.427.584	53.799.029

(1) Inclui receitas com juros sobre depósitos de garantias e com títulos e créditos do Tesouro Nacional.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9 – RECEITA LÍQUIDA DE TARIFAS E COMISSÕES

	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2019
Receita de tarifas e comissões	27.820.391	27.250.172	28.068.109
Prestação de serviços a clientes	12.053.879	13.200.559	14.481.931
Conta corrente	5.811.828	7.208.387	7.466.858
Rendas de cartões	2.146.757	2.021.661	2.089.295
Cobrança	1.459.551	1.392.807	1.332.179
Arrecadações	988.052	967.107	1.108.186
Operações de crédito e cadastro	760.512	641.383	1.004.394
Rendas do mercado de capitais	436.342	505.314	974.894
Interbancária e transferência de recursos	135.230	127.586	149.748
Câmbio	117.468	157.167	223.763
Outros	198.139	179.147	132.614
Administração de recursos de terceiros	9.636.150	8.644.682	8.017.700
Comissões	4.411.996	3.985.103	3.802.332
Comercialização de seguros	3.766.746	3.344.068	3.136.661
Comercialização de produtos de capitalização	403.330	428.922	444.089
Comercialização de produtos de previdência	241.920	212.113	221.582
Garantias prestadas	89.927	93.933	111.173
Outros serviços	1.628.439	1.325.895	1.654.973
Despesa de tarifas e comissões	(5.151.572)	(4.583.831)	(4.351.316)
Prestação de serviços	(4.815.555)	(4.310.466)	(4.069.682)
Despesas de comissões	(391)	(1.765)	(6.663)
Outros serviços	(335.626)	(271.600)	(274.971)
Receita líquida de tarifas e comissões	22.668.819	22.666.341	23.716.793

10 – GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO

	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2019
Ao valor justo por meio do resultado	1.781.000	3.621.737	668.038
Instrumentos financeiros derivativos	2.204.799	3.302.448	536.175
Outros instrumentos financeiros	(423.799)	319.289	131.863
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(1.581.585)	(1.735.473)	(156.663)
Instrumentos de dívida	(1.581.585)	(1.735.473)	(156.663)
Total	199.415	1.886.264	511.375

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11 – RESULTADO LÍQUIDO EM OPERAÇÕES DE CÂMBIO E EM CONVERSÃO DE TRANSAÇÕES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2019
Variação cambial sobre operações financeiras ativas reconhecidas no resultado	4.844.336	16.747.181	2.146.770
Empréstimos a instituições financeiras	1.689.040	6.042.209	656.217
Empréstimos a clientes	3.155.296	10.704.972	1.490.553
Variação cambial sobre operações financeiras passivas reconhecidas no resultado	(6.098.603)	(28.500.790)	(3.915.606)
Depósitos de clientes	421.680	(222.889)	(37.490)
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	(6.520.283)	(28.277.901)	(3.878.116)
Variação cambial sobre operações com cartão de crédito	25.341	193.857	209.103
Variação cambial sobre investimentos no exterior	692.338	4.317.851	520.181
Variação cambial sobre operações de câmbio	(608.150)	458.623	646.367
Ganhos/(perdas) líquidos em operações de câmbio	(141.798)	(299.134)	(310.066)
Resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras	(1.286.536)	(7.082.412)	(703.251)

Resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras ajustado, para melhor apresentação do resultado efetivo

	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2019
Resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras	(1.286.536)	(7.082.412)	(703.251)
Ajustes:			
Impostos – correntes ⁽¹⁾	530.723	3.851.359	457.179
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ⁽²⁾	1.337.701	3.952.912	687.370
Ganhos/(perdas) líquidos em operações de câmbio	141.798	299.134	310.066
Resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras ajustado	723.686	1.020.993	751.364

(1) Refere-se aos efeitos fiscais sobre os instrumentos de *hedge* utilizados para proteção cambial das participações societárias no exterior.(2) Refere-se à variação cambial proveniente de instrumentos financeiros derivativos (*swap* cambial, mercado futuro, opções e termo de moedas e de mercadorias).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12 – OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**a) Outras receitas operacionais**

	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2019
Títulos e créditos a receber	2.312.436	2.076.991	2.029.416
Recuperação de encargos e despesas	1.693.262	1.808.261	2.110.410
Atualização de ativo atuarial	1.653.175	13.819	186.747
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1	1.481.564	961.847	893.382
Clube de Benefícios	464.528	253.563	--
Ganhos/(perdas) na alienação de valores e bens	256.884	281.184	3.992.357
Reversão de provisões para pagamentos diversos	194.051	347.248	705.815
Operações com cartões	174.558	153.413	457.333
Ganhos/(perdas) derivados de investimentos societários	160.575	52.907	59.043
Ganhos/(perdas) na alienação de investimentos permanentes	83.249	10.995	(108.995)
Outras	772.267	618.099	1.000.778
Total	9.246.549	6.578.327	11.326.286

b) Outras despesas operacionais

	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2019
Bônus de relacionamento negocial	(1.566.599)	(1.246.651)	(1.656.474)
Perdas na posição monetária líquida ⁽¹⁾	(1.323.472)	(701.793)	(823.891)
Atualização de obrigações atuariais	(1.172.648)	(1.707.594)	(1.394.073)
Perdas por impairment sobre direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽²⁾	(959.192)	(19.617)	(987.172)
Falhas em serviço e perdas operacionais	(442.386)	(186.351)	(146.547)
Remuneração de correspondentes bancários e parceiros comerciais	(385.594)	(373.591)	(396.994)
Atualização de obrigações fiscais objeto de discussão judicial	(340.040)	(212.623)	(1.453.668)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(222.062)	(189.176)	(150.242)
Comissões por recebimento de créditos	(96.366)	(120.545)	(116.398)
(Perdas)/ganhos de capital	(55.663)	(41.326)	(100.375)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(38.333)	(32.578)	(23.289)
Constituição de perdas por desvalorização de valores e bens	(27.708)	(58.108)	(35.487)
Atualização de valores a liberar	(25.627)	(18.962)	(35.139)
Obrigações por operações vinculadas a cessão	(20.622)	(26.740)	(33.487)
Atualização de recursos ao Tesouro Nacional	(10.566)	(6.573)	(14.459)
Despesas com Proagro	(2.893)	(5.007)	(4.142)
Remuneração pelas transações do Banco Postal	--	(17.580)	(143.320)
Provisão para perdas com o Fundo de Compensação de Variação Salarial-FCVS	--	--	(604.215)
Perdas na alienação de ativos financeiros	--	--	(283.845)
Despesa de ajuste ao valor recuperável do imobilizado	31.977	(15.115)	(4.084)
Outras	(1.785.469)	(1.319.400)	(2.084.894)
Total	(8.443.263)	(6.299.330)	(10.492.195)

(1) Refere-se aos ajustes de hiperinflação incidentes sobre os itens não monetários e de resultado do Banco Patagonia em conformidade com a IAS 29.

(2) No Exercício/2021, houve perda por redução ao valor recuperável, no valor de R\$ 959.194 mil, relativa aos ativos intangíveis (Nota 29).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13 – DESPESAS COM PESSOAL

	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2019
Proventos	(12.712.809)	(11.834.067)	(11.907.614)
Encargos sociais	(3.870.241)	(3.865.074)	(3.897.360)
Benefícios	(3.414.132)	(3.431.400)	(3.651.069)
Participação nos lucros ⁽¹⁾	(2.538.071)	(1.571.034)	(2.340.318)
Previdência complementar	(880.840)	(895.049)	(880.032)
Honorários de diretores e conselheiros	(53.837)	(49.597)	(46.321)
Treinamentos	(54.729)	(42.091)	(75.263)
Total	(23.524.659)	(21.688.312)	(22.797.977)

(1) Inclui o montante de R\$ 10.938 mil no Exercício/2021 (R\$ 11.138 mil no Exercício/2020 e R\$ 12.190 mil no Exercício/2019) relativo ao programa de pagamento baseado em ações para a Diretoria Executiva (Nota 37.I).

14 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2019
Serviços de vigilância e segurança	(1.166.173)	(1.162.311)	(1.153.500)
Serviços contratados de terceiros	(1.081.951)	(942.666)	(898.918)
Manutenção e conservação de bens	(777.412)	(756.993)	(764.842)
Transporte	(625.660)	(815.493)	(843.910)
Processamento de dados	(601.746)	(488.433)	(476.451)
Propaganda e publicidade	(500.274)	(433.154)	(479.088)
Água, energia e gás	(488.232)	(464.324)	(514.264)
Serviços técnicos especializados	(479.575)	(472.692)	(499.206)
Comunicações	(465.407)	(652.257)	(736.637)
Promoções e relações públicas	(209.046)	(153.687)	(151.926)
Contribuições filantrópicas	(108.728)	(133.322)	(65.017)
Aluguéis e arrendamentos operacionais	(76.977)	(57.831)	(62.800)
Material de escritório e similar	(58.730)	(86.485)	(96.776)
Viagens	(38.221)	(45.812)	(115.631)
Outras	(857.060)	(756.399)	(664.085)
Total	(7.535.192)	(7.421.859)	(7.523.051)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15 – CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A tabela seguinte fornece uma conciliação entre os itens do balanço patrimonial e as categorias de instrumentos financeiros.

Saldo em 31.12.2021	Nota	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Total
Ativo					
Caixa e depósitos bancários	[16]	--	--	18.023.001	18.023.001
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	[17]	--	--	75.504.036	75.504.036
Empréstimos a instituições financeiras líquidos	[18]	--	--	42.842.588	42.842.588
Aplicações em operações compromissadas líquidas	[19]	--	--	487.472.927	487.472.927
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	11.739.070	--	--	11.739.070
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	[21]	--	305.490.911	--	305.490.911
Títulos e valores mobiliários líquidos ao custo amortizado	[22]	--	--	33.107.809	33.107.809
Empréstimos a clientes líquidos	[23]	--	--	734.290.606	734.290.606
Outros ativos financeiros	[30]	--	--	46.824.352	46.824.352
Total		11.739.070	305.490.911	1.438.065.319	1.755.295.300
Passivo					
Depósitos de clientes	[31]	--	--	671.269.541	671.269.541
Valores a pagar a instituições financeiras	[32]	--	--	26.167.697	26.167.697
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	2.053.161	--	--	2.053.161
Obrigações por operações compromissadas	[33]	--	--	621.836.755	621.836.755
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	[34]	--	--	292.677.975	292.677.975
Outros passivos financeiros	[30]	--	--	67.214.866	67.214.866
Total		2.053.161	--	1.679.166.834	1.681.219.995

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Saldo em 31.12.2020	Nota	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Total
Ativo					
Caixa e depósitos bancários	[16]	--	--	16.784.560	16.784.560
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	[17]	--	--	60.308.542	60.308.542
Empréstimos a instituições financeiras líquidos	[18]	--	--	49.317.455	49.317.455
Aplicações em operações compromissadas líquidas	[19]	--	--	466.344.581	466.344.581
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	15.670.822	--	--	15.670.822
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	[21]	--	256.553.310	--	256.553.310
Títulos e valores mobiliários líquidos ao custo amortizado	[22]	--	--	24.946.064	24.946.064
Empréstimos a clientes líquidos	[23]	--	--	633.402.350	633.402.350
Outros ativos financeiros	[30]	--	--	45.119.796	45.119.796
Total		15.670.822	256.553.310	1.296.223.348	1.568.447.480
Passivo					
Depósitos de clientes	[31]	--	--	601.984.265	601.984.265
Valores a pagar a instituições financeiras	[32]	--	--	25.945.382	25.945.382
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	3.098.315	--	--	3.098.315
Obrigações por operações compromissadas	[33]	--	--	503.722.822	503.722.822
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	[34]	--	--	298.176.293	298.176.293
Outros passivos financeiros	[30]	--	--	70.343.726	70.343.726
Total		3.098.315	--	1.500.172.488	1.503.270.803

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários	18.023.001	16.784.560
Disponibilidades em moeda nacional	10.264.615	9.697.457
Disponibilidades em moeda estrangeira	7.758.386	7.087.103
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	36.471.680	159.404.948
Aplicações em depósitos interfinanceiros	31.042.275	40.029.775
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	5.429.405	119.375.173
Total de caixa e equivalentes de caixa	54.494.681	176.189.508

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

17 – DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

	31.12.2021	31.12.2020
Com remuneração	57.886.611	47.399.794
Sem remuneração ⁽¹⁾	17.617.425	12.908.748
Total	75.504.036	60.308.542

(1) Recolhimento compulsório sobre depósitos à vista no Brasil, referentes ao saldo mínimo que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central do Brasil, com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros, considerados como recursos de uso restrito.

18 – EMPRÉSTIMOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	31.12.2021	31.12.2020
Aplicações em depósitos interfinanceiros	36.236.003	43.763.387
Perdas esperadas em aplicações em depósitos interfinanceiros	(3.806)	(4.017)
Carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	6.619.777	5.561.823
Perdas esperadas em carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	(9.386)	(3.738)
Total	42.842.588	49.317.455

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31.12.2020	(Constituição) / reversão	Saldo em 31.12.2021
Perdas esperadas em aplicações em depósitos interfinanceiros	(4.017)	211	(3.806)
Perdas esperadas em carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	(3.738)	(5.648)	(9.386)
Total	(7.755)	(5.437)	(13.192)

	Saldo em 31.12.2019	(Constituição) / reversão	Saldo em 31.12.2020
Perdas esperadas em aplicações em depósitos interfinanceiros	(1.305.974)	1.301.957	(4.017)
Perdas esperadas em carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	(902)	(2.836)	(3.738)
Total	(1.306.876)	1.299.121	(7.755)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19 – APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

	31.12.2021	31.12.2020
Re vendas a liquidar - posição bancada	5.457.861	119.375.453
Notas do Tesouro Nacional	396.296	266.499
Letras do Tesouro Nacional	372.300	117.989.892
Letras Financeiras do Tesouro	52.750	350.757
Outros títulos	4.636.515	768.305
Re vendas a liquidar - posição financiada ⁽¹⁾	482.015.066	346.969.128
Letras Financeiras do Tesouro	180.945.706	173.148.914
Notas do Tesouro Nacional	153.883.790	161.715.081
Letras do Tesouro Nacional	145.523.122	8.532.956
Outros títulos	1.662.610	3.573.076
Perdas esperadas em outros títulos	(162)	(899)
Total	487.472.927	466.344.581

(1) Refere-se a aplicações em operações compromissadas efetuadas e repassadas a outros tomadores, com obrigação de recompra. Os passivos correspondentes a estas operações encontram-se evidenciados na Nota 33, subgrupo carteira de terceiros.

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31.12.2020	(Constituição)/ Reversão	Saldo em 31.12.2021
Perdas esperadas em outros títulos	(899)	737	(162)

	Saldo em 31.12.2019	(Constituição)/ Reversão	Saldo em 31.12.2020
Perdas esperadas em outros títulos	(69.767)	68.868	(899)

20 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO**a) Títulos e valores mobiliários****Valor justo dos ativos financeiros**

Saldo em 31.12.2021	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Instrumentos de dívida	9.452.901	(85.617)	9.367.284
Títulos públicos federais brasileiros	4.318.394	(6.448)	4.311.946
Títulos emitidos por empresas não financeiras	3.782.003	(70.158)	3.711.845
Aplicações em fundos mútuos de investimento	418.699	4.847	423.546
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	349.876	(11.363)	338.513
Títulos emitidos por empresas financeiras	313.345	(2.416)	310.929
Títulos de governos estrangeiros	270.584	(79)	270.505
Instrumentos de patrimônio	280.506	(43.755)	236.751
Ações negociáveis	280.506	(43.755)	236.751
Total	9.733.407	(129.372)	9.604.035

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Saldo em 31.12.2020	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Instrumentos de dívida	11.639.323	136.110	11.775.433
Títulos públicos federais brasileiros	9.750.870	131.023	9.881.893
Títulos emitidos por empresas não financeiras	688.156	1.542	689.698
Aplicações em fundos mútuos de investimento	603.802	368	604.170
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	62.982	46	63.028
Títulos emitidos por empresas financeiras	58.753	2.123	60.876
Títulos de governos estrangeiros	474.760	1.008	475.768
Instrumentos de patrimônio	371.579	(3.526)	368.053
Ações negociáveis	371.579	(3.526)	368.053
Total	12.010.902	132.584	12.143.486

Em 2021, não foram reclassificados ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

No período de 2020, houve reclassificação de ativos financeiros “ao valor justo por meio do resultado” para “ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”, motivada pela redução na frequência de vendas, cujos valores não são significativos (da ordem de R\$ 346,2 milhões) e sua mensuração continua a ser ao valor justo.

b) Derivativos

Instrumentos financeiros derivativos ativos

Saldo em 31.12.2021	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Operações a termo	1.394.366	228.804	1.623.170
Swaps	177.410	95.487	272.897
Opções	112.500	(18.445)	94.055
Outros ⁽¹⁾	142.331	2.582	144.913
Total	1.826.607	308.428	2.135.035

Saldo em 31.12.2020	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Operações a termo	1.213.145	(9.974)	1.203.171
Swaps	2.158.220	66.650	2.224.870
Opções	--	--	--
Outros ⁽¹⁾	108.028	(8.733)	99.295
Total	3.479.393	47.943	3.527.336

(1) Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (*Non Deliverable Forward*).

Instrumentos financeiros derivativos passivos

Saldo em 31.12.2021	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Operações a termo	(1.993.185)	1.044.480	(948.705)
Swaps	(831.006)	112.413	(718.593)
Opções	(125.952)	(214.372)	(340.324)
Outros	(36.683)	(8.856)	(45.539)
Total	(2.986.826)	933.665	(2.053.161)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Saldo em 31.12.2020	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Operações a termo	(1.734.345)	264.952	(1.469.393)
Swaps	(1.383.874)	(157.733)	(1.541.607)
Opções	(8.047)	(393)	(8.440)
Outros	(77.409)	(1.466)	(78.875)
Total	(3.203.675)	105.360	(3.098.315)

Os derivativos são instrumentos financeiros que atendem cumulativamente às seguintes características:

- (i) seus valores se alteram em decorrência das mudanças de uma variável subjacente (taxa de câmbio, taxa de juros, índices de preços, preço de uma *commodity* etc.);
- (ii) não é necessário qualquer desembolso inicial ou o desembolso inicial é menor do que seria exigido para outros tipos de contratos onde seria esperada uma resposta semelhante às mudanças nos fatores de mercado; e
- (iii) o instrumento financeiro é liquidado numa data futura.

Os instrumentos financeiros derivativos detidos ou mantidos pelo Banco são, essencialmente, transacionados com o propósito de negociação, sendo essas transações associadas, em sua maior parte, a acordos com seus clientes. O Banco pode também tomar posições com a expectativa de lucro, levando-se em consideração variações favoráveis em preços, taxas ou índices.

Dessa forma, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 41.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos.

As estratégias são elaboradas com base em: análise de cenários econômicos; análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista; simulação de resultados esperados; simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco utiliza derivativo de crédito, na gestão proprietária de suas carteiras, posições e operações, tal como operações de *credit linked notes*, com o objetivo de captar recursos e administrar risco de crédito. Para isto, as agências externas fazem uso da modalidade *credit default swap* em mercado de balcão no exterior. Esta modalidade se refere ao acordo entre duas partes para compra ou venda de proteção de crédito em troca de pagamento de taxa de juros periódica.

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para *hedge* de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de *hedge* são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de *hedge* com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado, no fluxo de caixa ou na variação cambial do item objeto de *hedge*.

O Banco documenta a identificação do item objeto de *hedge* das operações realizadas com a finalidade de compensar seus riscos desde a sua concepção.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Os quadros a seguir demonstram a composição da carteira de derivativos por tipo de risco com seus valores de referência, assim como os seus respectivos valores de mercado, e a composição da carteira de derivativos por prazos de vencimento de seus valores de referência.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Composição da carteira de derivativos para negociação por tipo de risco

Contratos de futuros	31.12.2021	31.12.2020
	Valor de referência	Valor de referência
Compromissos de compra	24.758.387	28.590.657
Risco de taxa de juros	13.764.867	11.501.501
Risco de moedas	1.220.446	16.985.942
Outros riscos	9.773.074	103.214
Compromissos de venda	37.049.525	22.411.530
Risco de taxa de juros	14.027.060	15.962.609
Risco de moedas	9.766.187	6.221.277
Outros riscos	13.256.278	227.644

Os contratos de futuros são acordos contratuais em que comprador e vendedor se comprometem a comprar ou vender um instrumento financeiro por um preço estipulado, numa data futura. Os contratos de futuros são negociados somente em bolsas e de forma padronizada, conforme regulamentação específica, tendo seus valores ajustados diariamente a valor de mercado e são sujeitos a depósitos de margem em caixa para garantia das operações.

Contratos de operações a termo	31.12.2021		31.12.2020	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Posição ativa	29.227.919	1.623.170	14.421.418	1.203.171
Risco de taxa de juros	441.780	441.780	--	--
Risco de moedas	27.396.333	968.023	14.223.086	1.178.888
Outros riscos	1.389.806	213.367	198.332	24.283
Posição passiva	20.983.009	(948.705)	22.238.742	(1.469.393)
Risco de taxa de juros	441.780	(441.780)	--	--
Risco de moedas	19.946.574	(471.755)	21.927.251	(1.434.933)
Outros riscos	594.655	(35.170)	311.491	(34.460)

Os contratos de operações a termo são acordos contratuais customizados em que o comprador e o vendedor se comprometem a comprar ou vender, em data futura, um instrumento financeiro, a um preço fixado na própria data da celebração do contrato. Os contratos a termo somente são liquidados integralmente na data de vencimento, podendo ser negociados em bolsa e no mercado de balcão.

Contratos de opções	31.12.2021		31.12.2020	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Posição comprada	2.411.429	94.055	--	--
Risco de moedas	2.411.429	94.055	--	--
Posição vendida	2.899.227	(340.324)	360.983	(8.440)
Risco de taxa de juros	6.498	(24)	9.842	(728)
Risco de moedas	2.613.125	(103.335)	180.092	5.034
Outros riscos	279.604	(236.965)	171.049	(12.746)

Os contratos de opções são acordos contratuais que oferecem o direito para o comprador da opção, mediante pagamento de um prêmio ao vendedor, de comprar ou vender um montante específico de um instrumento financeiro a um preço fixo, em uma data futura fixa ou a qualquer data dentro de um período predeterminado. O Banco compra e vende opções por meio de um mercado regulamentado.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Contratos de swap	31.12.2021		31.12.2020	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Posição ativa	14.037.905	272.897	22.294.063	2.224.870
Risco de taxa de juros	10.776.292	117.030	17.454.012	985.030
Risco de moedas	3.261.613	155.867	4.840.051	1.239.840
Posição passiva	8.463.302	(718.593)	21.068.694	(1.541.607)
Risco de taxa de juros	559.966	486.893	12.257.936	(348.845)
Risco de moedas	7.035.219	(1.132.351)	8.789.458	(1.189.782)
Outros riscos	868.117	(73.135)	21.300	(2.980)

Os **contratos de swap** são acordos contratuais entre duas partes para trocar fluxos de pagamentos ao longo do tempo baseado em valores de referência específicos, relacionados a variações de um índice específico do qual é derivado, tais como taxa de juros, variação cambial ou índices patrimoniais.

Os *swaps* de taxa de juros são contratos feitos pelo Banco com outras instituições financeiras em que o Banco recebe ou paga uma taxa variável de juros em troca do recebimento ou pagamento, respectivamente, de uma taxa fixa de juros.

Nos *swaps* de moedas, o Banco paga um montante específico de um tipo de moeda e recebe um montante específico de outro tipo de moeda.

Outros contratos de derivativos	31.12.2021		31.12.2020	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Posição ativa	4.138.886	144.913	2.704.318	99.295
Risco de moedas	4.138.886	144.913	2.704.318	99.295
Posição passiva	2.942.642	(45.539)	2.911.175	(78.875)
Risco de moedas	2.942.642	(45.539)	2.537.013	(77.446)
Títulos de dívida pública brasileira	--	--	374.162	(1.429)

Os outros contratos derivativos referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (*Non Deliverable Forward*). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

d) Composição da carteira de derivativos para negociação por prazo de vencimento

Valor de referência - posição ativa	Vencimento em dias					
	0-30	31-180	181-360	Após 360	31.12.2021	31.12.2020
Contratos de swap	1.919.591	1.946.483	1.243.362	8.928.469	14.037.905	22.294.063
Contratos de operações a termo	6.452.402	13.950.848	5.214.341	3.610.328	29.227.919	14.421.418
Contratos de futuros	2.206.236	15.709.415	3.445.092	3.397.644	24.758.387	28.590.657
Contratos de opções	--	9.023	27.903	2.374.503	2.411.429	--
Outros contratos de derivativos	1.308.531	2.639.744	108.032	82.579	4.138.886	2.704.318

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Valor de referência - posição passiva	Vencimento em dias					
	0-30	31-180	181-360	Após 360	31.12.2021	31.12.2020
Contratos de swap	434.509	1.205.793	695.184	6.127.816	8.463.302	21.068.694
Contratos de operações a termo	5.720.477	10.085.726	3.166.166	2.010.640	20.983.009	22.238.742
Contratos de futuros	4.072.986	12.869.640	7.947.763	12.159.136	37.049.525	22.411.530
Contratos de opções	119.981	299.227	97.526	2.382.493	2.899.227	360.983
Outros contratos de derivativos	887.640	1.743.356	296.209	15.437	2.942.642	2.911.175

e) Composição da carteira de derivativos para hedge

Como parte do seu processo de gerenciamento de ativos e passivos, o Banco utiliza derivativos com o propósito de proteção, para reduzir sua exposição aos riscos de crédito e mercado.

O Banco utiliza um *swap* (*Cross Currency Interest Rate Swap*) como instrumento de *hedge*, com o objetivo de proteger uma captação externa contra oscilações de taxa de juros e de variação cambial.

	31.12.2021	31.12.2020
Instrumentos de hedge		
Passivo	(12.478.652)	(7.056.258)
Swap	(7.225.117)	(7.011.639)
Futuros	(5.253.535)	(44.619)
Itens objeto de hedge		
Ativo	15.017.170	9.196.249
Empréstimos a instituições financeiras	2.763.329	2.577.894
Títulos e valores mobiliários	11.808.372	6.618.355
Empréstimos a clientes	45.533	--
Investimento no exterior	399.936	--
Passivo	(2.178.314)	(2.258.086)
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	(2.178.314)	(2.258.086)

21 – ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Saldo em 31.12.2021	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor justo
Instrumentos de dívida				
Títulos públicos federais brasileiros	234.725.975	(2.318.880)	--	232.407.095
Títulos emitidos por empresas não financeiras	48.575.174	(1.681.956)	(288.601)	46.604.617
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	10.954.836	(111.545)	(3.604)	10.839.687
Títulos de governos estrangeiros	10.025.144	801.597	(247.410)	10.579.331
Fundos mútuos de investimento	2.717.053	1.389.245	(54)	4.106.244
Títulos emitidos por empresas financeiras	941.712	12.424	(199)	953.937
Total	307.939.894	(1.909.115)	(539.868)	305.490.911

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Saldo em 31.12.2020	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor justo
Instrumentos de dívida				
Títulos públicos federais brasileiros	201.888.162	(37.577)	--	201.850.585
Títulos emitidos por empresas não financeiras	27.810.252	(558.841)	(396.877)	26.854.534
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	11.177.576	1.229.200	(3.163)	12.403.613
Títulos de governos estrangeiros	10.259.249	470.649	(133.058)	10.596.840
Fundos mútuos de investimento	3.064.490	894.872	(461)	3.958.901
Títulos emitidos por empresas financeiras	836.026	54.861	(2.050)	888.837
Total	255.035.755	2.053.164	(535.609)	256.553.310

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31.12.2020	(Constituição) / reversão	Saldo em 31.12.2021
Perdas esperadas			
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(396.877)	108.276	(288.601)
Títulos de governos estrangeiros	(133.058)	(114.352)	(247.410)
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	(3.163)	(441)	(3.604)
Títulos emitidos por empresas financeiras	(2.050)	1.851	(199)
Fundos mútuos de investimento	(461)	407	(54)
Total	(535.609)	(4.259)	(539.868)

	Saldo em 31.12.2019	(Constituição) / reversão	Baixas	Saldo em 31.12.2020
Perdas esperadas				
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(601.873)	183.181	21.815	(396.877)
Títulos de governos estrangeiros	(8.663)	(124.395)	--	(133.058)
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	--	(3.163)	--	(3.163)
Títulos emitidos por empresas financeiras	(253.864)	(1.956)	253.770	(2.050)
Fundos mútuos de investimento	(12.197)	11.736	--	(461)
Total	(876.597)	65.403	275.585	(535.609)

Valor justo dos ativos financeiros vinculados a

	31.12.2021	31.12.2020
Compromissos de recompra	139.598.111	158.774.894
Prestação de garantia	9.123.148	13.211.079
Total	148.721.259	171.985.973

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes que se encontram vinculados à prestação de garantias referem-se principalmente a títulos públicos federais que estão depositados como margem de garantia nas operações envolvendo derivativos, troca de títulos e troca de moedas na *clearing* da B3 (BM&FBOVESPA e Cetip), bem como garantindo as operações envolvendo ações na *clearing* da Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Em 2021, não foram reclassificados ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

No período de 2020, houve reclassificação de ativos financeiros “ao valor justo por meio do resultado” para “ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”, motivada pela redução na frequência de vendas, cujos valores não são significativos (da ordem de R\$ 346,2 milhões) e sua mensuração continua a ser ao valor justo.

Movimentação entre os estágios de perdas esperadas de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31.12.2020	(83.202)	(18.119)	(434.288)	(535.609)
Transferidos para o estágio 2	6.866	--	--	6.866
Transferidos para o estágio 3	--	--	--	--
Oriundos do estágio 1	--	(6.866)	--	(6.866)
Ativos comprados/ ativos liquidados/ reforço/ reversão	(209.826)	(228.296)	433.863	(4.259)
Saldo em 31.12.2021	(286.162)	(253.281)	(425)	(539.868)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31.12.2019	(102.746)	(8.556)	(765.295)	(876.597)
Transferidos para o estágio 2	13.639	--	--	13.639
Transferidos para o estágio 3	14.236	--	--	14.236
Oriundos do estágio 1	--	(13.639)	(14.236)	(27.875)
Ativos comprados/ ativos liquidados/ reforço/ reversão	(8.331)	4.076	345.243	340.988
Saldo em 31.12.2020	(83.202)	(18.119)	(434.288)	(535.609)

A segregação da carteira por estágios consta na Nota 41.e.

22 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO

	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	31.12.2021
Instrumentos de dívida					
Títulos emitidos por empresas não financeiras	9.489.041	5.432.667	2.393.776	--	17.315.484
Títulos públicos federais brasileiros	--	12.011.257	--	--	12.011.257
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	--	1.414.272	1.440.654	--	2.854.926
Títulos emitidos por empresas financeiras	837.403	--	--	3	837.406
Títulos de governos estrangeiros	--	582.122	--	--	582.122
Subtotal	10.326.444	19.440.318	3.834.430	3	33.601.195
Perda esperada em títulos e valores mobiliários	(267.272)	(155.828)	(70.286)	--	(493.386)
Total	10.059.172	19.284.490	3.764.144	3	33.107.809

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	31.12.2020
Instrumentos de dívida					
Títulos emitidos por empresas não financeiras	6.467.759	4.824.643	3.400.611	89.075	14.782.088
Títulos públicos federais brasileiros	--	6.573.995	--	--	6.573.995
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	--	1.358.127	1.327.877	--	2.686.004
Títulos emitidos por empresas financeiras	973.965	204.449	389.939	3	1.568.356
Títulos de governos estrangeiros	108.692	594.005	--	--	702.697
Subtotal	7.550.416	13.555.219	5.118.427	89.078	26.313.140
Perda esperada em títulos e valores mobiliários	(626.491)	(414.606)	(318.764)	(7.215)	(1.367.076)
Total	6.923.925	13.140.613	4.799.663	81.863	24.946.064

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31.12.2020	(Constituição) / reversão	Saldo em 31.12.2021
Perdas esperadas			
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(1.197.259)	709.544	(487.715)
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	(4.534)	(1.137)	(5.671)
Títulos emitidos por empresas financeiras	(165.283)	165.283	--
Total	(1.367.076)	873.690	(493.386)

	Saldo em 31.12.2019	(Constituição) / reversão	Baixas	Saldo em 31.12.2020
Perdas esperadas				
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(1.468.632)	207.645	63.728	(1.197.259)
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	--	(4.534)	--	(4.534)
Títulos emitidos por empresas financeiras	(248.617)	83.334	--	(165.283)
Títulos de governos estrangeiros	(73)	73	--	--
Total	(1.717.322)	286.518	63.728	(1.367.076)

Nos períodos encerrados em 31.12.2021 e 31.12.2020 não foram reclassificados instrumentos financeiros da categoria títulos e valores mobiliários ao custo amortizado.

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31.12.2020	(239.788)	(210.863)	(916.425)	(1.367.076)
Transferidos para o estágio 2	104.597	--	--	104.597
Transferidos para o estágio 3	20.258	60.474	--	80.732
Oriundos do estágio 1	--	(104.597)	(20.258)	(124.855)
Oriundos do estágio 2	--	--	(60.474)	(60.474)
Ativos comprados/ ativos liquidados/ reforço/ reversão	44.761	(85.034)	913.963	873.690
Saldo em 31.12.2021	(70.172)	(340.020)	(83.194)	(493.386)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31.12.2019	(62.152)	(954.568)	(700.602)	(1.717.322)
Transferidos para o estágio 2	109.142	--	--	109.142
Transferidos para o estágio 3	6.760	606.984	--	613.744
Oriundos do estágio 1	--	(109.142)	(6.760)	(115.902)
Oriundos do estágio 2	--	--	(606.984)	(606.984)
Ativos comprados/ ativos liquidados/ reforço/ reversão	(293.538)	245.863	397.921	350.246
Saldo em 31.12.2020	(239.788)	(210.863)	(916.425)	(1.367.076)

A segregação da carteira por estágios consta na Nota 41.e.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

23 – EMPRÉSTIMOS A CLIENTES**a) Carteira por modalidades**

	Prazo médio (meses)	31.12.2021	31.12.2020
Operações de crédito		703.226.465	623.657.749
Empréstimos e direitos creditórios descontados ⁽¹⁾	41	292.282.764	260.104.300
- Pessoas jurídicas		128.898.965	120.659.501
- Pessoas físicas		163.383.799	139.444.799
Financiamentos ⁽²⁾	55	125.477.838	121.933.503
- Pessoas jurídicas		120.198.985	117.130.218
- Pessoas físicas		5.278.853	4.803.285
Financiamentos rurais e agroindustriais	88	235.574.358	190.139.242
- Pessoas jurídicas		16.687.561	16.593.388
- Pessoas físicas		218.886.797	173.545.854
Financiamentos imobiliários	347	49.692.392	51.221.982
- Pessoas jurídicas		1.560.197	2.557.876
- Pessoas físicas		48.132.195	48.664.106
Operações de crédito vinculadas a cessão	264	199.113	258.722
- Pessoas físicas		199.113	258.722
Outros créditos com características de concessão de crédito		73.873.583	51.625.393
Operações com cartão de crédito	4	45.882.572	32.936.390
- Pessoas jurídicas		2.655.114	2.043.770
- Pessoas físicas		43.227.458	30.892.620
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	12	17.716.604	13.438.613
- Pessoas jurídicas		17.574.527	13.404.351
- Pessoas físicas		142.077	34.262
Aquisição de recebíveis	7	8.581.879	4.269.049
- Pessoas jurídicas		8.581.879	4.269.049
Avais e fianças honrados	3	87.256	223.307
- Pessoas jurídicas		85.174	223.307
- Pessoas físicas		2.082	--
Outros	260	1.605.272	758.034
- Pessoas jurídicas		1.604.815	757.532
- Pessoas físicas		457	502
Operações de arrendamento mercantil	44	280.971	172.478
- Pessoas jurídicas		271.275	169.881
- Pessoas físicas		9.696	2.597
Total dos empréstimos a clientes		777.381.019	675.455.620
Perdas esperadas com empréstimos a clientes		(43.090.413)	(42.053.270)
Perdas esperadas com operações de crédito		(40.707.832)	(40.184.607)
Perdas esperadas com outros créditos com características de concessão de crédito		(2.378.163)	(1.864.228)
Perdas esperadas com arrendamento mercantil		(4.418)	(4.435)
Total de empréstimos a clientes líquido		734.290.606	633.402.350

(1) O saldo de "Empréstimos e direitos creditórios descontados" a pessoas jurídicas é composto principalmente por operações de capital de giro e desconto de recebíveis. O saldo de "Empréstimos e direitos creditórios descontados" a pessoas físicas é composto principalmente por empréstimos pessoais (crédito direto ao consumidor e cheque especial) e operações com cartão de crédito (crédito rotativo).

(2) O saldo de "Financiamentos" a pessoas jurídicas é composto principalmente por operações de financiamentos à importação e exportação e outros financiamentos de médio prazo com recursos oriundos de repasses. O saldo de "Financiamentos" a pessoas físicas é composto principalmente por financiamentos de veículos.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Carteira por setores de atividade econômica

	31.12.2021	%	31.12.2020	%
Setor público	65.440.127	8,3%	71.632.396	10,6%
Administração pública	58.029.671	7,4%	55.596.464	8,2%
Energia elétrica	3.751.654	0,5%	3.346.430	0,5%
Petroleiro	2.785.512	0,4%	12.009.390	1,8%
Serviços	342.436	--	393.291	0,1%
Demais atividades	530.854	--	286.821	--
Setor privado	711.940.892	91,7%	603.823.224	89,4%
Pessoas físicas	479.262.527	61,7%	397.646.747	58,9%
Pessoas jurídicas	232.678.365	30,0%	206.176.477	30,5%
Agronegócio de origem vegetal	36.341.500	4,6%	31.730.654	4,8%
Serviços	28.572.295	3,7%	25.298.128	3,8%
Transportes	14.591.773	1,9%	16.767.186	2,6%
Mineração e metalurgia	14.097.821	1,8%	13.760.773	2,0%
Comércio varejista	13.795.842	1,8%	11.814.949	1,7%
Automotivo	13.394.912	1,7%	13.016.570	1,9%
Agronegócio de origem animal	13.137.982	1,7%	9.749.250	1,4%
Instituições e serviços financeiros	11.337.137	1,5%	5.693.995	0,8%
Insumos agrícolas	10.237.059	1,3%	7.560.925	1,1%
Comércio atacadista e indústrias diversas	8.666.861	1,1%	6.949.717	1,0%
Combustíveis	8.279.490	1,1%	7.410.164	1,1%
Eletroeletrônico	8.237.309	1,1%	6.656.646	1,0%
Químico	8.170.306	1,1%	6.862.817	1,0%
Energia elétrica	7.867.503	1,0%	8.187.291	1,2%
Atividades específicas da construção	7.848.492	1,0%	6.984.339	1,0%
Têxtil e confecções	6.816.772	0,9%	6.474.714	1,0%
Imobiliário	5.877.849	0,8%	7.050.108	1,0%
Madeireiro e moveleiro	4.424.540	0,6%	4.043.707	0,6%
Papel e celulose	3.458.752	0,4%	2.876.369	0,4%
Telecomunicações	3.151.109	0,4%	2.423.001	0,4%
Construção pesada	2.370.675	0,3%	2.690.989	0,4%
Demais atividades	2.002.386	0,2%	2.174.185	0,3%
Total dos empréstimos a clientes	777.381.019	100,0%	675.455.620	100,0%

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Escalonamento dos empréstimos a clientes por prazos de vencimento

Os empréstimos concedidos pelo Banco são majoritariamente de natureza parcelada, com pagamentos de encargos financeiros e principal em base mensal, trimestral, semestral ou anual. A tabela a seguir apresenta o saldo contábil das parcelas de operações de crédito vincendas e vencidas, de acordo com os prazos pactuados. Para os empréstimos liquidados em uma única parcela, o saldo total da operação de crédito é apresentado na data de vencimento.

	31.12.2021	31.12.2020
Parcelas vincendas		
01 a 30 dias	59.166.474	44.096.238
31 a 60 dias	29.768.556	20.832.732
61 a 90 dias	27.360.332	21.094.767
91 a 180 dias	74.971.994	57.208.833
181 a 360 dias	127.201.774	97.704.671
361 a 1080 dias	192.742.531	182.248.549
1081 a 1800 dias	103.430.954	95.359.754
Acima de 1800 dias	154.406.756	149.962.512
Subtotal	769.049.371	668.508.056
Parcelas vencidas		
01 a 14 dias	901.296	659.275
15 a 30 dias	674.779	466.472
31 a 60 dias	1.061.331	553.177
61 a 90 dias	872.919	534.742
91 a 180 dias	2.013.489	1.788.560
181 a 360 dias	2.319.852	2.126.983
Acima de 360 dias	487.982	818.355
Subtotal	8.331.648	6.947.564
Total	777.381.019	675.455.620

d) Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazos de vencimento

	31.12.2021			31.12.2020		
	Pagamentos mínimos	Juros a apropriar	Valor presente	Pagamentos mínimos	Juros a apropriar	Valor presente
Até um ano ⁽¹⁾	135.265	(28.480)	106.785	117.710	(29.584)	88.126
Entre um e cinco anos	220.435	(46.412)	174.023	112.668	(28.316)	84.352
Após cinco anos	206	(43)	163	--	--	--
Total	355.906	(74.935)	280.971	230.378	(57.900)	172.478

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Carteira classificada por estágios

	31.12.2021			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito	612.113.210	48.269.730	42.843.525	703.226.465
Empréstimos e direitos creditórios descontados	242.359.312	24.361.629	25.561.823	292.282.764
Financiamentos	113.488.995	7.792.822	4.196.021	125.477.838
Financiamentos rurais e agroindustriais	216.162.150	11.026.263	8.385.945	235.574.358
Financiamentos imobiliários	39.918.258	5.077.130	4.697.004	49.692.392
Operações de crédito vinculadas a cessão	184.495	11.886	2.732	199.113
Outros créditos com características de concessão de crédito	70.997.783	2.006.426	869.374	73.873.583
Operações com cartão de crédito	43.655.217	1.884.101	343.254	45.882.572
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	17.157.352	116.737	442.515	17.716.604
Aquisição de recebíveis	8.577.426	4.453	--	8.581.879
Avais e fianças honrados	2.742	978	83.536	87.256
Outros	1.605.046	157	69	1.605.272
Operações de arrendamento mercantil	272.688	7.763	520	280.971
Total dos empréstimos a clientes	683.383.681	50.283.919	43.713.419	777.381.019
Perdas esperadas com empréstimos a clientes	(10.890.791)	(5.418.447)	(26.781.175)	(43.090.413)
Total de empréstimos a clientes líquido	672.492.890	44.865.472	16.932.244	734.290.606

	31.12.2020			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito	488.478.384	90.704.720	44.474.645	623.657.749
Empréstimos e direitos creditórios descontados	189.938.212	45.690.460	24.475.628	260.104.300
Financiamentos	95.002.925	22.360.239	4.570.339	121.933.503
Financiamentos rurais e agroindustriais	168.478.157	11.884.826	9.776.259	190.139.242
Financiamentos imobiliários	34.817.009	10.755.746	5.649.227	51.221.982
Operações de crédito vinculadas a cessão	242.081	13.449	3.192	258.722
Outros créditos com características de concessão de crédito	47.874.573	2.633.103	1.117.717	51.625.393
Operações com cartão de crédito	31.236.272	1.499.593	200.525	32.936.390
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	11.694.217	1.050.632	693.764	13.438.613
Aquisição de recebíveis	4.186.422	82.627	--	4.269.049
Avais e fianças honrados	79	48	223.180	223.307
Outros	757.583	203	248	758.034
Operações de arrendamento mercantil	158.894	12.531	1.053	172.478
Total dos empréstimos a clientes	536.511.851	93.350.354	45.593.415	675.455.620
Perdas esperadas com empréstimos a clientes	(9.197.881)	(5.310.483)	(27.544.906)	(42.053.270)
Total de empréstimos a clientes líquido	527.313.970	88.039.871	18.048.509	633.402.350

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Créditos renegociados

	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2019
Créditos renegociados no período	100.958.096	100.068.113	84.834.620
Renegociados por atraso ⁽¹⁾	13.315.425	20.382.492	11.070.010
- Pessoas jurídicas	7.434.295	11.935.366	5.985.732
- Pessoas físicas	5.881.130	8.447.126	5.084.278
Renovados ⁽²⁾	87.642.671	79.685.621	73.764.610
- Pessoas jurídicas	17.385.395	8.236.180	4.309.744
- Pessoas físicas	70.257.276	71.449.441	69.454.866
Movimentação dos créditos renegociados por atraso			
Saldo inicial	29.641.629	23.657.317	22.874.209
Contratações ⁽¹⁾	13.315.425	20.382.492	11.070.010
Recebimento e apropriação de juros	(8.492.695)	(9.686.123)	(5.024.508)
Baixas para prejuízo	(5.951.517)	(4.712.057)	(5.262.394)
Saldo final ⁽³⁾	28.512.842	29.641.629	23.657.317
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso	2.125.771	2.663.242	3.156.472
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	7,5%	9,0%	13,3%

(1) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(2) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(3) Inclui o valor de R\$ 8.682 mil (R\$ 18.903 mil em 31.12.2020 e R\$ 32.624 mil em 31.12.2019) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 10.201.297 mil (R\$ 8.905.430 mil em 31.12.2020 e R\$ 8.364.833 mil em 31.12.2019) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Movimentação entre os estágios dos empréstimos a clientes por modalidades**Estágio 1**

	31.12.2020	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31.12.2021
Operações de crédito	488.478.384	106.807.884	20.521.345	(3.694.403)	--	612.113.210
Empréstimos e direitos creditórios descontados	189.938.212	48.418.169	7.204.295	(3.201.364)	--	242.359.312
Financiamentos	95.002.925	8.314.528	10.239.559	(68.017)	--	113.488.995
Financiamentos rurais e agroindustriais	168.478.157	49.150.352	(989.151)	(477.208)	--	216.162.150
Financiamentos imobiliários	34.817.009	981.438	4.067.625	52.186	--	39.918.258
Operações de crédito vinculadas a cessão	242.081	(56.603)	(983)	--	--	184.495
Outros créditos com características de concessão de crédito	47.874.573	23.242.590	(70.603)	(48.777)	--	70.997.783
Operações com cartão de crédito	31.236.272	12.535.802	(77.035)	(39.822)	--	43.655.217
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	11.694.217	5.465.658	6.432	(8.955)	--	17.157.352
Aquisição de recebíveis	4.186.422	4.391.004	--	--	--	8.577.426
Avais e fianças honrados	79	2.663	--	--	--	2.742
Outros	757.583	847.463	--	--	--	1.605.046
Operações de arrendamento mercantil	158.894	112.086	1.949	(241)	--	272.688
Total dos empréstimos a clientes	536.511.851	130.162.560	20.452.691	(3.743.421)	--	683.383.681

	31.12.2019	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31.12.2020
Operações de crédito	503.183.891	33.523.236	(39.162.792)	(9.065.951)	--	488.478.384
Empréstimos e direitos creditórios descontados	183.884.013	17.951.582	(8.953.564)	(2.943.819)	--	189.938.212
Financiamentos	109.751.780	6.120.744	(18.242.749)	(2.626.850)	--	95.002.925
Financiamentos rurais e agroindustriais	163.501.218	11.595.714	(4.329.834)	(2.288.941)	--	168.478.157
Financiamentos imobiliários	45.716.412	(2.072.873)	(7.623.196)	(1.203.334)	--	34.817.009
Operações de crédito vinculadas a cessão	330.468	(71.931)	(13.449)	(3.007)	--	242.081
Outros créditos com características de concessão de crédito	48.543.577	686.282	(1.195.287)	(159.999)	--	47.874.573
Operações com cartão de crédito	30.877.554	1.566.245	(1.122.565)	(84.962)	--	31.236.272
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	11.389.735	452.241	(72.722)	(75.037)	--	11.694.217
Aquisição de recebíveis	5.737.671	(1.551.249)	--	--	--	4.186.422
Avais e fianças honrados	419	(340)	--	--	--	79
Outros	538.198	219.385	--	--	--	757.583
Operações de arrendamento mercantil	185.710	(18.317)	(8.350)	(149)	--	158.894
Total dos empréstimos a clientes	551.913.178	34.191.201	(40.366.429)	(9.226.099)	--	536.511.851

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 2

	31.12.2020	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31.12.2021
Operações de crédito	90.704.720	(18.312.888)	(20.521.345)	(3.600.757)	--	48.269.730
Empréstimos e direitos creditórios descontados	45.690.460	(11.778.633)	(7.204.295)	(2.345.903)	--	24.361.629
Financiamentos	22.360.239	(4.170.925)	(10.239.559)	(156.933)	--	7.792.822
Financiamentos rurais e agroindustriais	11.884.826	(1.298.326)	989.151	(549.388)	--	11.026.263
Financiamentos imobiliários	10.755.746	(1.062.458)	(4.067.625)	(548.533)	--	5.077.130
Operações de crédito vinculadas a cessão	13.449	(2.546)	983	--	--	11.886
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.633.103	(687.075)	70.603	(10.205)	--	2.006.426
Operações com cartão de crédito	1.499.593	316.522	77.035	(9.049)	--	1.884.101
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.050.632	(926.307)	(6.432)	(1.156)	--	116.737
Aquisição de recebíveis	82.627	(78.174)	--	--	--	4.453
Avais e fianças honrados	48	930	--	--	--	978
Outros	203	(46)	--	--	--	157
Operações de arrendamento mercantil	12.531	(2.819)	(1.949)	--	--	7.763
Total dos empréstimos a clientes	93.350.354	(19.002.782)	(20.452.691)	(3.610.962)	--	50.283.919

	31.12.2019	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31.12.2020
Operações de crédito	30.454.984	27.397.708	39.162.792	(6.310.764)	--	90.704.720
Empréstimos e direitos creditórios descontados	14.359.098	24.288.379	8.953.564	(1.910.581)	--	45.690.460
Financiamentos	889.484	3.435.426	18.242.749	(207.420)	--	22.360.239
Financiamentos rurais e agroindustriais	9.280.367	(142.768)	4.329.834	(1.582.607)	--	11.884.826
Financiamentos imobiliários	5.926.034	(183.328)	7.623.196	(2.610.156)	--	10.755.746
Operações de crédito vinculadas a cessão	1	(1)	13.449	--	--	13.449
Outros créditos com características de concessão de crédito	549.410	1.099.537	1.195.287	(211.131)	--	2.633.103
Operações com cartão de crédito	108.542	276.863	1.122.565	(8.377)	--	1.499.593
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	427.430	752.986	72.722	(202.506)	--	1.050.632
Aquisição de recebíveis	--	82.627	--	--	--	82.627
Avais e fianças honrados	12.695	(12.647)	--	--	--	48
Outros	743	(292)	--	(248)	--	203
Operações de arrendamento mercantil	2.941	1.354	8.350	(114)	--	12.531
Total dos empréstimos a clientes	31.007.335	28.498.599	40.366.429	(6.522.009)	--	93.350.354

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 3

	31.12.2020	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31.12.2021
Operações de crédito	44.474.645	9.230.495	3.694.403	3.600.757	(18.156.775)	42.843.525
Empréstimos e direitos creditórios descontados	24.475.628	7.490.220	3.201.364	2.345.903	(11.951.292)	25.561.823
Financiamentos	4.570.339	891.734	68.017	156.933	(1.491.002)	4.196.021
Financiamentos rurais e agroindustriais	9.776.259	540.655	477.208	549.388	(2.957.565)	8.385.945
Financiamentos imobiliários	5.649.227	308.346	(52.186)	548.533	(1.756.916)	4.697.004
Operações de crédito vinculadas a cessão	3.192	(460)	--	--	--	2.732
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.117.717	(269)	48.777	10.205	(307.056)	869.374
Operações com cartão de crédito	200.525	110.235	39.822	9.049	(16.377)	343.254
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	693.764	(244.986)	8.955	1.156	(16.374)	442.515
Aquisição de recebíveis	--	10.141	--	--	(10.141)	--
Avais e fianças honrados	223.180	111.689	--	--	(251.333)	83.536
Outros	248	12.652	--	--	(12.831)	69
Operações de arrendamento mercantil	1.053	(70)	241	--	(704)	520
Total dos empréstimos a clientes	45.593.415	9.230.156	3.743.421	3.610.962	(18.464.535)	43.713.419

	31.12.2019	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31.12.2020
Operações de crédito	32.316.681	16.773.074	9.065.951	6.310.764	(19.991.825)	44.474.645
Empréstimos e direitos creditórios descontados	16.050.180	14.935.516	2.943.819	1.910.581	(11.364.468)	24.475.628
Financiamentos	2.898.329	709.399	2.626.850	207.420	(1.871.659)	4.570.339
Financiamentos rurais e agroindustriais	10.584.750	198.845	2.288.941	1.582.607	(4.878.884)	9.776.259
Financiamentos imobiliários	2.783.140	929.411	1.203.334	2.610.156	(1.876.814)	5.649.227
Operações de crédito vinculadas a cessão	282	(97)	3.007	--	--	3.192
Outros créditos com características de concessão de crédito	904.776	278.143	159.999	211.131	(436.332)	1.117.717
Operações com cartão de crédito	82.973	40.012	84.962	8.377	(15.799)	200.525
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	388.027	42.927	75.037	202.506	(14.733)	693.764
Aquisição de recebíveis	--	139	--	--	(139)	--
Avais e fianças honrados	433.748	194.822	--	--	(405.390)	223.180
Outros	28	243	--	248	(271)	248
Operações de arrendamento mercantil	2.660	(712)	149	114	(1.158)	1.053
Total dos empréstimos a clientes	33.224.117	17.050.505	9.226.099	6.522.009	(20.429.315)	45.593.415

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

24 – PERDAS ESPERADAS COM EMPRÉSTIMOS A CLIENTES**a) Perdas líquidas esperadas com empréstimos a clientes**

	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2019
Constituição	(19.501.811)	(25.671.827)	(22.178.613)
Recuperação ⁽¹⁾	6.167.354	5.749.056	5.219.275
Perdas líquidas esperadas com empréstimos a clientes	(13.334.457)	(19.922.771)	(16.959.338)

(1) Refere-se apenas à recuperação de principal.

b) Movimentação

	Exercício/2021				
	Saldo inicial	Constituição/ (reversão) de perdas	Baixas	Variação cambial	Saldo final
Operações de crédito	40.184.607	18.673.007	(18.156.775)	6.993	40.707.832
Empréstimos e direitos creditórios descontados	24.023.233	12.811.928	(11.951.292)	568	24.884.437
Financiamentos	4.055.232	2.296.357	(1.491.002)	6.425	4.867.012
Financiamentos rurais e agroindustriais	9.086.390	2.243.437	(2.957.565)	--	8.372.262
Financiamentos imobiliários	3.015.913	1.322.183	(1.756.916)	--	2.581.180
Operações de crédito vinculadas a cessão	3.839	(898)	--	--	2.941
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.864.228	828.000	(307.056)	(7.009)	2.378.163
Operações com cartão de crédito	1.315.676	797.092	(16.377)	(7.009)	2.089.382
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	400.862	(130.019)	(16.374)	--	254.469
Aquisição de recebíveis	47.253	(27.930)	(10.141)	--	9.182
Avais e fianças honrados	99.211	174.602	(251.333)	--	22.480
Outros	1.226	14.255	(12.831)	--	2.650
Operações de arrendamento mercantil	4.435	804	(704)	(117)	4.418
Total	42.053.270	19.501.811	(18.464.535)	(133)	43.090.413

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Exercício/2020				
	Saldo inicial	Constituição/ (reversão) de perdas	Baixas	Variação cambial	Saldo final
Operações de crédito	35.212.839	24.780.257	(19.991.825)	183.336	40.184.607
Empréstimos e direitos creditórios descontados	17.056.111	18.176.246	(11.364.468)	155.344	24.023.233
Financiamentos	4.182.148	1.716.715	(1.871.659)	28.028	4.055.232
Financiamentos rurais e agroindustriais	9.597.417	4.367.857	(4.878.884)	--	9.086.390
Financiamentos imobiliários	4.374.021	518.742	(1.876.814)	(36)	3.015.913
Operações de crédito vinculadas a cessão	3.142	697	--	--	3.839
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.410.485	890.494	(436.332)	(419)	1.864.228
Operações com cartão de crédito	508.476	823.418	(15.799)	(419)	1.315.676
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	645.298	(229.703)	(14.733)	--	400.862
Aquisição de recebíveis	2.139	45.253	(139)	--	47.253
Avais e fianças honrados	245.645	258.956	(405.390)	--	99.211
Outros	8.927	(7.430)	(271)	--	1.226
Operações de arrendamento mercantil	4.520	1.076	(1.158)	(3)	4.435
Total	36.627.844	25.671.827	(20.429.315)	182.914	42.053.270

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Perdas esperadas com empréstimos a clientes classificada por modalidades e estágios

	31.12.2021							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	612.113.210	(9.127.242)	48.269.730	(5.194.107)	42.843.525	(26.386.483)	703.226.465	(40.707.832)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	242.359.312	(4.947.870)	24.361.629	(2.847.064)	25.561.823	(17.089.503)	292.282.764	(24.884.437)
Financiamentos	113.488.995	(752.625)	7.792.822	(1.058.158)	4.196.021	(3.056.229)	125.477.838	(4.867.012)
Financiamentos rurais e agroindustriais	216.162.150	(3.048.028)	11.026.263	(910.454)	8.385.945	(4.413.780)	235.574.358	(8.372.262)
Financiamentos imobiliários	39.918.258	(377.033)	5.077.130	(378.246)	4.697.004	(1.825.901)	49.692.392	(2.581.180)
Operações de crédito vinculadas a cessão	184.495	(1.686)	11.886	(185)	2.732	(1.070)	199.113	(2.941)
Outros créditos com características de concessão de crédito	70.997.783	(1.759.776)	2.006.426	(224.008)	869.374	(394.379)	73.873.583	(2.378.163)
Operações com cartão de crédito	43.655.217	(1.638.497)	1.884.101	(222.177)	343.254	(228.708)	45.882.572	(2.089.382)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	17.157.352	(109.411)	116.737	(1.468)	442.515	(143.590)	17.716.604	(254.469)
Aquisição de recebíveis	8.577.426	(9.108)	4.453	(74)	--	--	8.581.879	(9.182)
Avais e fianças honrados	2.742	(164)	978	(288)	83.536	(22.028)	87.256	(22.480)
Outros	1.605.046	(2.596)	157	(1)	69	(53)	1.605.272	(2.650)
Operações de arrendamento mercantil	272.688	(3.773)	7.763	(332)	520	(313)	280.971	(4.418)
Total	683.383.681	(10.890.791)	50.283.919	(5.418.447)	43.713.419	(26.781.175)	777.381.019	(43.090.413)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.12.2020							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	488.478.384	(8.030.491)	90.704.720	(5.184.773)	44.474.645	(26.969.343)	623.657.749	(40.184.607)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	189.938.212	(4.275.748)	45.690.460	(3.380.157)	24.475.628	(16.367.328)	260.104.300	(24.023.233)
Financiamentos	95.002.925	(742.256)	22.360.239	(247.703)	4.570.339	(3.065.273)	121.933.503	(4.055.232)
Financiamentos rurais e agroindustriais	168.478.157	(2.663.148)	11.884.826	(1.087.996)	9.776.259	(5.335.246)	190.139.242	(9.086.390)
Financiamentos imobiliários	34.817.009	(346.855)	10.755.746	(468.666)	5.649.227	(2.200.392)	51.221.982	(3.015.913)
Operações de crédito vinculadas a cessão	242.081	(2.484)	13.449	(251)	3.192	(1.104)	258.722	(3.839)
Outros créditos com características de concessão de crédito	47.874.573	(1.164.106)	2.633.103	(125.108)	1.117.717	(575.014)	51.625.393	(1.864.228)
Operações com cartão de crédito	31.236.272	(1.064.539)	1.499.593	(115.025)	200.525	(136.112)	32.936.390	(1.315.676)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	11.694.217	(51.805)	1.050.632	(9.561)	693.764	(339.496)	13.438.613	(400.862)
Aquisição de recebíveis	4.186.422	(46.755)	82.627	(498)	--	--	4.269.049	(47.253)
Avais e fianças honrados	79	--	48	(22)	223.180	(99.189)	223.307	(99.211)
Outros	757.583	(1.007)	203	(2)	248	(217)	758.034	(1.226)
Operações de arrendamento mercantil	158.894	(3.284)	12.531	(602)	1.053	(549)	172.478	(4.435)
Total	536.511.851	(9.197.881)	93.350.354	(5.310.483)	45.593.415	(27.544.906)	675.455.620	(42.053.270)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Perdas esperadas com empréstimos a clientes classificada por modalidades e tipo de pessoa

	31.12.2021	31.12.2020
Operações de crédito	40.707.832	40.184.607
Empréstimos e direitos creditórios descontados	24.884.437	24.023.233
- Pessoas jurídicas	13.078.888	14.459.794
- Pessoas físicas	11.805.549	9.563.439
Financiamentos	4.867.012	4.055.232
- Pessoas jurídicas	4.629.044	3.839.674
- Pessoas físicas	237.968	215.558
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.372.262	9.086.390
- Pessoas jurídicas	74.647	119.606
- Pessoas físicas	8.297.615	8.966.784
Financiamentos imobiliários	2.581.180	3.015.913
- Pessoas jurídicas	17.160	710.616
- Pessoas físicas	2.564.020	2.305.297
Operações de crédito vinculadas a cessão	2.941	3.839
- Pessoas físicas	2.941	3.839
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.378.163	1.864.228
Operações com cartão de crédito	2.089.382	1.315.676
- Pessoas jurídicas	110.936	103.182
- Pessoas físicas	1.978.446	1.212.494
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	254.469	400.862
- Pessoas jurídicas	234.986	400.529
- Pessoas físicas	19.483	333
Aquisição de recebíveis	9.182	47.253
- Pessoas jurídicas	9.182	47.253
Avais e fianças honrados	22.480	99.211
- Pessoas jurídicas	21.764	99.211
- Pessoas físicas	716	--
Outros	2.650	1.226
- Pessoas jurídicas	2.649	1.224
- Pessoas físicas	1	2
Operações de arrendamento mercantil	4.418	4.435
- Pessoas jurídicas	4.164	4.364
- Pessoas físicas	254	71
Total	43.090.413	42.053.270

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Movimentação entre os estágios das perdas esperadas com empréstimos a clientes por modalidades**Estágio 1**

	31.12.2020	Constituição/ (reversão)	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	Varição cambial	31.12.2021
Operações de crédito	8.030.491	4.967.502	(1.060.758)	(2.811.100)	--	1.107	9.127.242
Empréstimos e direitos creditórios descontados	4.275.748	2.791.029	(10.913)	(2.108.107)	--	113	4.947.870
Financiamentos	742.256	1.045.918	(920.880)	(115.663)	--	994	752.625
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.663.148	1.018.564	(125.477)	(508.207)	--	--	3.048.028
Financiamentos imobiliários	346.855	112.767	(3.466)	(79.123)	--	--	377.033
Operações de crédito vinculadas a cessão	2.484	(776)	(22)	--	--	--	1.686
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.164.106	708.456	(32.165)	(75.124)	--	(5.497)	1.759.776
Operações com cartão de crédito	1.064.539	680.532	(32.203)	(68.874)	--	(5.497)	1.638.497
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	51.805	63.818	38	(6.250)	--	--	109.411
Aquisição de recebíveis	46.755	(37.647)	--	--	--	--	9.108
Avais e fianças honrados	--	164	--	--	--	--	164
Outros	1.007	1.589	--	--	--	--	2.596
Operações de arrendamento mercantil	3.284	751	(39)	(124)	--	(99)	3.773
Total	9.197.881	5.676.709	(1.092.962)	(2.886.348)	--	(4.489)	10.890.791

	31.12.2019	Constituição/ (reversão)	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	Varição cambial	31.12.2020
Operações de crédito	9.216.359	5.807.822	(1.191.780)	(5.834.685)	--	32.775	8.030.491
Empréstimos e direitos creditórios descontados	4.045.423	2.502.029	(478.110)	(1.821.243)	--	27.649	4.275.748
Financiamentos	2.245.374	795.077	(163.289)	(2.140.036)	--	5.130	742.256
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.922.389	2.425.374	(239.715)	(1.444.900)	--	--	2.663.148
Financiamentos imobiliários	1.000.272	84.458	(310.415)	(427.456)	--	(4)	346.855
Operações de crédito vinculadas a cessão	2.901	884	(251)	(1.050)	--	--	2.484
Outros créditos com características de concessão de crédito	748.712	576.056	(56.503)	(103.820)	--	(339)	1.164.106
Operações com cartão de crédito	434.250	741.828	(53.792)	(57.408)	--	(339)	1.064.539
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	303.581	(202.653)	(2.711)	(46.412)	--	--	51.805
Aquisição de recebíveis	2.139	44.616	--	--	--	--	46.755
Avais e fianças honrados	23	(23)	--	--	--	--	--
Outros	8.719	(7.712)	--	--	--	--	1.007
Operações de arrendamento mercantil	2.180	1.343	(148)	(89)	--	(2)	3.284
Total	9.967.251	6.385.221	(1.248.431)	(5.938.594)	--	32.434	9.197.881

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 2

	31.12.2020	Constituição/ (reversão)	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	Varição cambial	31.12.2021
Operações de crédito	5.184.773	1.419.740	1.060.758	(2.472.626)	--	1.462	5.194.107
Empréstimos e direitos creditórios descontados	3.380.157	1.018.665	10.913	(1.562.736)	--	65	2.847.064
Financiamentos	247.703	(21.321)	920.880	(90.501)	--	1.397	1.058.158
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.087.996	189.703	125.477	(492.722)	--	--	910.454
Financiamentos imobiliários	468.666	232.781	3.466	(326.667)	--	--	378.246
Operações de crédito vinculadas a cessão	251	(88)	22	--	--	--	185
Outros créditos com características de concessão de crédito	125.108	78.559	32.165	(11.079)	--	(745)	224.008
Operações com cartão de crédito	115.025	86.204	32.203	(10.510)	--	(745)	222.177
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	9.561	(7.486)	(38)	(569)	--	--	1.468
Aquisição de recebíveis	498	(424)	--	--	--	--	74
Avais e fianças honrados	22	266	--	--	--	--	288
Outros	2	(1)	--	--	--	--	1
Operações de arrendamento mercantil	602	(299)	39	--	--	(10)	332
Total	5.310.483	1.498.000	1.092.962	(2.483.705)	--	707	5.418.447

	31.12.2019	Constituição/ (reversão)	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	Varição cambial	31.12.2020
Operações de crédito	5.302.646	1.895.051	1.191.780	(3.228.267)	--	23.563	5.184.773
Empréstimos e direitos creditórios descontados	2.668.620	1.507.715	478.110	(1.296.145)	--	21.857	3.380.157
Financiamentos	145.772	79.018	163.289	(142.088)	--	1.712	247.703
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.268.949	465.835	239.715	(886.503)	--	--	1.087.996
Financiamentos imobiliários	1.219.305	(157.517)	310.415	(903.531)	--	(6)	468.666
Operações de crédito vinculadas a cessão	--	--	251	--	--	--	251
Outros créditos com características de concessão de crédito	146.319	(5.180)	56.503	(72.497)	--	(37)	125.108
Operações com cartão de crédito	24.996	41.897	53.792	(5.623)	--	(37)	115.025
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	117.440	(43.933)	2.711	(66.657)	--	--	9.561
Aquisição de recebíveis	--	498	--	--	--	--	498
Avais e fianças honrados	3.690	(3.668)	--	--	--	--	22
Outros	193	26	--	(217)	--	--	2
Operações de arrendamento mercantil	760	(208)	148	(97)	--	(1)	602
Total	5.449.725	1.889.663	1.248.431	(3.300.861)	--	23.525	5.310.483

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 3

	31.12.2020	Constituição/ (reversão)	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	Varição cambial	31.12.2021
Operações de crédito	26.969.343	12.285.765	2.811.100	2.472.626	(18.156.775)	4.424	26.386.483
Empréstimos e direitos creditórios descontados	16.367.328	9.002.234	2.108.107	1.562.736	(11.951.292)	390	17.089.503
Financiamentos	3.065.273	1.271.760	115.663	90.501	(1.491.002)	4.034	3.056.229
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.335.246	1.035.170	508.207	492.722	(2.957.565)	--	4.413.780
Financiamentos imobiliários	2.200.392	976.635	79.123	326.667	(1.756.916)	--	1.825.901
Operações de crédito vinculadas a cessão	1.104	(34)	--	--	--	--	1.070
Outros créditos com características de concessão de crédito	575.014	40.985	75.124	11.079	(307.056)	(767)	394.379
Operações com cartão de crédito	136.112	30.356	68.874	10.510	(16.377)	(767)	228.708
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	339.496	(186.351)	6.250	569	(16.374)	--	143.590
Aquisição de recebíveis	--	10.141	--	--	(10.141)	--	--
Avais e fianças honrados	99.189	174.172	--	--	(251.333)	--	22.028
Outros	217	12.667	--	--	(12.831)	--	53
Operações de arrendamento mercantil	549	352	124	--	(704)	(8)	313
Total	27.544.906	12.327.102	2.886.348	2.483.705	(18.464.535)	3.649	26.781.175

	31.12.2019	Constituição/ (reversão)	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	Varição cambial	31.12.2020
Operações de crédito	20.693.834	17.077.384	5.834.685	3.228.267	(19.991.825)	126.998	26.969.343
Empréstimos e direitos creditórios descontados	10.342.068	14.166.502	1.821.243	1.296.145	(11.364.468)	105.838	16.367.328
Financiamentos	1.791.002	842.620	2.140.036	142.088	(1.871.659)	21.186	3.065.273
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.406.079	1.476.648	1.444.900	886.503	(4.878.884)	--	5.335.246
Financiamentos imobiliários	2.154.444	591.801	427.456	903.531	(1.876.814)	(26)	2.200.392
Operações de crédito vinculadas a cessão	241	(187)	1.050	--	--	--	1.104
Outros créditos com características de concessão de crédito	515.454	319.618	103.820	72.497	(436.332)	(43)	575.014
Operações com cartão de crédito	49.230	39.693	57.408	5.623	(15.799)	(43)	136.112
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	224.277	16.883	46.412	66.657	(14.733)	--	339.496
Aquisição de recebíveis	--	139	--	--	(139)	--	--
Avais e fianças honrados	241.932	262.647	--	--	(405.390)	--	99.189
Outros	15	256	--	217	(271)	--	217
Operações de arrendamento mercantil	1.580	(59)	89	97	(1.158)	--	549
Total	21.210.868	17.396.943	5.938.594	3.300.861	(20.429.315)	126.955	27.544.906

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

25 – ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

Os ativos não circulantes mantidos para venda referem-se a imóveis não de uso arrematados, adjudicados ou recebidos em dação em pagamento na liquidação de empréstimos a clientes e bens oriundos do imobilizado que foram retirados do uso.

Quando aplicável, a mensuração do valor justo não recorrente desses bens é baseada em laudos de avaliação elaborados em conformidade com as metodologias estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Estes laudos são elaborados por profissionais legalmente habilitados pelos sistemas Confea (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia) e Crea (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia). Por envolverem fundamentalmente informações observáveis, essas mensurações de valor justo são classificadas como informações de Nível 2.

Em consonância com a recomendação da ABNT, a metodologia de avaliação comumente utilizada é o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado (MCDDM), seguida do Método Evolutivo.

O MCDDM consiste em analisar uma amostra de bens no mercado, cujas características sejam as mais semelhantes possíveis as do bem em avaliação e através dessa amostra obter o respectivo valor. Os elementos considerados neste tipo de avaliação estão atrelados às características econômicas, físicas e de localização do bem em análise. Exemplos desses elementos: negociações efetivamente realizadas, preços de bens em oferta, padrão construtivo, estado de conservação, idade da edificação, relevo, consistência de solo, utilização, situação no contexto urbano, infraestrutura urbana, atividades existentes no entorno – comércio, indústria e serviços etc.

O Método Evolutivo é aquele em que o valor do bem é obtido através da composição do valor do terreno com o custo de reprodução das benfeitorias (devidamente depreciado), ou seja, pelo somatório dos valores de seus componentes multiplicado pelo fator de comercialização. Este método é indicado no caso de inexistência de dados amostrais semelhantes em número suficiente para a aplicação unicamente do MCDDM. Por este método, o valor do terreno normalmente é determinado pelo MCDDM e as benfeitorias são apropriadas com base em uma amostra composta por imóveis de projetos semelhantes ou com base no custo unitário básico de construção ou orçamento.

	31.12.2021	31.12.2020
Imóveis não de uso	417.340	494.426
Imobilizado retirado do uso	--	5.633
Total	417.340	500.059

No Exercício/2021, o Banco reconheceu ganhos na alienação de ativos não circulantes em R\$ 44.572 mil (R\$ 68.872 mil no Exercício/2020).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

26 – INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E JOINT VENTURES**a) Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial**

Empresa	% de participação				Patrimônio líquido ajustado da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial			Dividendos	
	31.12.2021		31.12.2020										
	Total	ON	Total	ON	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2019	Exercício/2021	Exercício/2020
Coligadas ⁽¹⁾ e joint ventures ⁽²⁾													
Banco Votorantim S.A. ⁽³⁾	50,00	49,99	50,00	49,99	13.424.866	12.142.564	6.710.035	6.067.234	815.628	716.710	762.759	350.000	170.364
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	74,99	49,99	74,99	49,99	5.972.510	4.619.653	4.479.084	3.464.509	597.249	635.557	1.014.378	31.404	636.508
Cielo S.A. ⁽⁵⁾	28,81	28,81	28,75	28,75	10.098.340	10.939.958	3.273.341	3.509.625	(70.434)	(796.652)	453.146	132.369	47.821
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ⁽⁶⁾	30,00	22,22	30,00	22,22	10.317.548	10.382.789	3.095.264	3.114.837	188.036	139.305	203.337	193.519	133.426
BB Mapfre Participações S.A. ⁽⁷⁾	74,99	49,99	74,99	49,99	2.290.487	2.169.902	2.406.059	2.315.633	1.066.073	1.085.320	1.071.799	897.034	858.035
Elo Participações Ltda.	49,99	49,99	49,99	49,99	2.940.057	3.183.931	1.469.734	1.591.647	427.926	430.440	288.835	548.616	336.061
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A. ⁽⁸⁾	49,99	49,99	49,99	49,99	1.438.178	1.374.885	718.943	687.304	31.493	4.556	--	--	--
Brasilcap Capitalização S.A. ⁽⁹⁾	66,66	49,99	66,66	49,99	475.687	539.423	427.842	470.328	2.341	105.781	67.265	19.998	63.638
Neoenergia S.A. ⁽¹⁰⁾	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	92.584	--	--
Outros ⁽¹¹⁾							176.397	157.659	28.432	904	90.310	19.556	15.000
Resultado não realizado ⁽¹²⁾							(3.310.511)	(3.471.966)					
Total							19.446.188	17.906.810	3.086.744	2.321.921	4.044.413	2.192.496	2.260.853

(1) O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.

(2) O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.

(3) Excluído resultado não realizado com a Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros referente a cessão de direitos creditórios, no valor de R\$ 2.398 mil (R\$ 4.049 mil em 31.12.2020).

(4) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 49,77%.

(5) Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 364.332 mil. O valor do investimento considerando o preço de mercado cotado é de R\$ 1.774.570 mil (R\$ 3.113.280 mil em 31.12.2020).

(6) Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua subsidiária integral BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,16%, em virtude de a Cielo S.A. deter 70% de participação direta na Cateno.

(7) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 49,77%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 688.423 mil.

(8) Companhia oriunda da parceria estratégica entre o BB-Banco de Investimentos S.A. e o UBS A.G. para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores mobiliários.

(9) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 44,24%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 110.749 mil.

(10) Investimento alienado em junho de 2019.

(11) Incluem as participações nas seguintes empresas: Brasil dental Operadora de Planos Odontológicos S.A., Cadam S.A., Ciclic Corretora de Seguros S.A., Gestora de Inteligência de Crédito S.A. – QUOD, Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP, Galgo Sistemas de Informações S.A. e Tecnologia Bancária S.A. – Tecban. O valor contábil dos investimentos contemplam perda por *impairment* acumulada no valor de R\$ 3.657 mil (R\$ 3.669 mil em 31.12.2020).

(12) Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões Participações S.A. e a Cielo S.A., constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS A.G.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Informações qualitativas das coligadas e joint ventures relevantes

Empresa	Localização		Descrição	Segmento	Participação estratégica ⁽¹⁾
	Pais de constituição	Sede			
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de pagamento	Sim
BB Mapfre Participações S.A. – Brasilseg	Brasil	São Paulo (SP)	<i>Holding</i> de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Elo Participações Ltda.	Brasil	Barueri (SP)	<i>Holding</i> que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Atua em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.	Investimentos	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Seguridade	Sim

(1) Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do Banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Informações financeiras resumidas das coligadas e joint ventures não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

	31.12.2021								
	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.	Outros
Ativos circulantes	54.196.533	302.399.384	86.947.285	2.395.709	10.835.734	744.678	253.432	6.130.957	987.084
Caixa e equivalentes de caixa	2.935.119	601.280	1.824.713	90	1.975	334.610	1.546	37	337.973
Outros ativos circulantes	51.261.414	301.798.104	85.122.572	2.395.619	10.833.759	410.068	251.886	6.130.920	649.111
Ativos não circulantes	65.594.183	18.325.141	11.752.257	8.944.125	7.315.139	2.720.033	2.039.570	3.541.228	3.275.565
Passivos circulantes	72.340.627	35.631.094	81.160.003	1.022.286	10.003.179	313.386	195.862	8.107.689	1.024.999
Passivos financeiros	70.546.425	397.864	109.993	--	293.541	--	--	205.599	567.791
Outros passivos circulantes	1.794.202	35.233.230	81.050.010	1.022.286	9.709.638	313.386	195.862	7.902.090	457.208
Passivos não circulantes	34.025.223	279.120.921	7.441.200	--	5.857.207	211.268	658.962	1.088.809	2.058.839
Passivos financeiros	33.586.150	--	3.924.453	--	--	7.773	--	--	1.775.658
Outros passivos não circulantes	439.073	279.120.921	3.516.747	--	5.857.207	203.495	658.962	1.088.809	283.181
Receitas	12.340.828	8.516.731	4.992.009	3.810.414	2.664.740	1.049.949	412.985	1.089.700	3.221.572
Receita de juros	12.340.828	5.381.791	123.630	--	21.719	--	--	620.178	4.987
Despesa de juros	(5.944.779)	(2.231.100)	(615.742)	--	(42.161)	(3.739)	(2.926)	(408.323)	(85.401)
Despesa líquida com perdas esperadas em empréstimos a clientes	(1.033.786)	--	--	--	--	--	--	--	--
Depreciação e amortização	(230.927)	(45.453)	(497.831)	(387.557)	(36.826)	--	(71.689)	(576)	(270.128)
IR e CSLL	(655.087)	(578.677)	(41.068)	(326.588)	(455.915)	(138.354)	9.274	(5.124)	(60.315)
Lucro ou (prejuízo) do período	1.631.257	796.385	(244.502)	626.785	1.421.621	856.023	62.999	3.512	195.759
Outros resultados abrangentes	178.367	(447)	--	--	(78.613)	--	147	(90.927)	--
Resultado abrangente total	1.809.624	795.938	(244.502)	626.785	1.343.008	856.023	63.146	(87.415)	195.759
Patrimônio líquido ajustado	13.424.866	5.972.510	10.098.339	10.317.548	2.290.487	2.940.057	1.438.178	475.687	1.178.811
% de participação	50,00%	74,99%	28,81%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,66%	--
Saldo do investimento ⁽¹⁾	6.710.035	4.479.084	2.909.009	3.095.264	1.717.636	1.469.734	718.943	317.093	176.397
Ágio sobre investimentos	--	--	364.332	--	688.423	--	--	110.749	--
Resultado não realizado	(2.398)	--	--	(2.682.846)	--	--	(627.665)	--	--

(1) Não inclui os saldos de ágios incorporados aos valores contábeis dos investimentos.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.12.2020								
	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.	Outros
Ativos circulantes	45.123.907	299.893.358	75.023.188	1.743.107	7.624.617	893.735	219.936	5.952.543	1.031.338
Caixa e equivalentes de caixa	4.808.466	14.201	2.841.278	2.130	9.540	892.035	14.444	413	457.297
Outros ativos circulantes	40.315.441	299.879.157	72.181.910	1.740.977	7.615.077	1.700	205.492	5.952.130	574.041
Ativos não circulantes	68.729.662	13.552.475	11.911.645	9.339.595	9.411.395	2.704.326	1.282.880	3.957.892	3.031.333
Passivos circulantes	72.412.350	35.083.159	67.258.943	699.913	9.073.773	262.501	22.877	8.351.928	1.222.751
Passivos financeiros	70.050.105	266.586	40.214	--	--	--	--	526	716.778
Outros passivos circulantes	2.362.245	34.816.573	67.218.729	699.913	9.073.773	262.501	22.877	8.351.402	505.973
Passivos não circulantes	29.298.654	273.743.021	8.735.933	--	5.792.337	151.629	105.054	1.019.084	1.860.221
Passivos financeiros	1.046.272	--	6.901.822	--	--	9.513	--	--	1.538.025
Outros passivos não circulantes	28.252.382	273.743.021	1.834.111	--	5.792.337	142.116	105.054	1.019.084	322.196
Receitas	11.154.395	11.847.874	4.675.573	3.049.829	3.148.765	900.574	289.095	1.474.815	2.900.888
Receita de juros	11.154.395	4.517.529	52.816	--	372.000	--	--	630.578	25.404
Despesa de juros	(5.855.640)	(1.695.581)	(339.048)	--	--	(4.039)	(10)	--	(70.748)
Despesa líquida com perdas esperadas em empréstimos a clientes	(984.100)	--	--	--	--	--	--	--	--
Depreciação e amortização	(176.867)	(42.495)	(483.510)	(387.885)	(43.744)	--	(19.490)	--	(331.997)
IR e CSLL	101.892	(537.168)	(177.197)	(241.433)	(520.584)	(193)	92.295	(101.144)	(28.625)
Lucro ou (prejuízo) do período	1.433.420	847.465	(2.770.912)	464.349	1.447.286	861.052	9.114	158.688	47.146
Outros resultados abrangentes	20.898	(566)	--	--	34.013	--	--	46.327	(166)
Resultado abrangente total	1.454.319	846.899	(2.770.912)	464.349	1.481.299	861.052	9.114	205.015	46.980
Patrimônio líquido ajustado	12.142.565	4.619.653	10.939.957	10.382.789	2.169.902	3.183.931	1.374.885	539.423	979.699
% de participação	50,00%	74,99%	28,75%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,66%	--
Saldo do investimento ⁽¹⁾	6.067.234	3.464.509	3.145.293	3.114.837	1.627.210	1.591.647	687.304	359.580	157.659
Ágio sobre investimentos	--	--	364.332	--	688.423	--	--	110.749	--
Resultado não realizado	(4.049)	--	--	(2.798.652)	--	--	(673.314)	--	--

(1) Não inclui os saldos de ágios incorporados aos valores contábeis dos investimentos.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Movimentação

Empresa	Saldo inicial	Movimentações			Saldo final
	31.12.2020	Resultado de equivalência	Dividendos	Demais ⁽¹⁾	31.12.2021
Banco Votorantim S.A.	6.067.234	815.628	(350.000)	177.173	6.710.035
Brasileprev Seguros e Previdência S.A.	3.464.509	597.249	(31.404)	448.730	4.479.084
Cielo S.A.	3.509.625	(70.434)	(132.369)	(33.481)	3.273.341
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	3.114.837	188.036	(193.519)	(14.090)	3.095.264
BB Mapfre Participações S.A.	2.315.633	1.066.073	(897.034)	(78.613)	2.406.059
Elo Participações Ltda.	1.591.647	427.926	(548.616)	(1.223)	1.469.734
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	687.304	31.493	--	146	718.943
Brasilcap Capitalização S.A.	470.328	2.341	(19.998)	(24.829)	427.842
Outros	157.659	28.432	(19.556)	9.862	176.397
Subtotal	21.378.776	3.086.744	(2.192.496)	483.675	22.756.699
Resultado não realizado	(3.471.966)	--	--	161.455	(3.310.511)
Total	17.906.810	3.086.744	(2.192.496)	645.130	19.446.188

(1) Refere-se principalmente aos ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variação cambial sobre investimento no exterior e ajustes de exercícios anteriores realizados pelas investidas.

e) Outras informações

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* não possuem passivos contingentes significativos aos quais o Banco esteja exposto.

Nenhum dos investimentos em coligadas e *joint ventures* apresentou restrições significativas para a transferência de recursos na forma de dividendos em caixa ou de restituição de empréstimos ou adiantamentos nos períodos apresentados.

Não há operações descontinuadas de investimentos em coligadas e *joint ventures* nas quais o Banco tenha parte.

Não há nenhuma parcela de perdas relacionadas aos investimentos em coligadas e *joint ventures* não reconhecidas nas demonstrações contábeis do período, nem cumulativamente.

27 – ENVOLVIMENTO COM ENTIDADES ESTRUTURADAS NÃO CONSOLIDADAS

Entidades estruturadas são entidades projetadas de modo que os direitos de voto ou similares não são os fatores determinantes ao decidir quem controla a entidade. Normalmente, os direitos de voto referem-se somente a tarefas administrativas, e as atividades relevantes são dirigidas por meio de acordos contratuais.

Uma entidade estruturada frequentemente tem algumas ou todas as características abaixo:

- atividades restritas;
- objeto social restrito e bem definido;
- patrimônio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie suas atividades sem suporte financeiro subordinado; e
- financiamento sob a forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de riscos de crédito ou outros riscos (*tranches*).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Entidades estruturadas usualmente não realizam atividades comerciais e, normalmente, não possuem empregados. Os principais propósitos de uma entidade estruturada são oferecer aos clientes o acesso a carteiras específicas de ativos e fornecer liquidez por meio de securitização de ativos financeiros.

As participações em entidades estruturadas referem-se a um envolvimento contratual e não contratual que expõem o Banco à variabilidade de retornos oriundos do desempenho da outra entidade. Essas participações normalmente são comprovadas pela posse de instrumentos de patrimônio ou de dívida, bem como outras formas de envolvimento, tais como, o recebimento de taxas pela gestão de ativos, o fornecimento de recursos como fonte de financiamento (*funding*), suporte de liquidez, melhoria de crédito e/ou garantias. A extensão da participação do Banco em entidades estruturadas irá variar dependendo da finalidade para a qual a entidade foi constituída.

Entidades estruturadas geralmente financiam a compra de ativos por meio da emissão de títulos e valores mobiliários que são garantidos e/ou indexados aos ativos detidos pelas entidades estruturadas. Os títulos de dívida e de patrimônio emitidos por entidades estruturadas podem incluir *tranches* com diferentes níveis de subordinação.

Fundos de investimentos

O Banco administra diversos fundos de investimentos, os quais são considerados como entidades estruturadas não consolidadas. O Banco mantém participações nesses fundos por meio do recebimento de taxas de administração entre outras e, em algumas situações, participação direta por meio de aquisição de cotas.

Os fundos de investimentos possuem diferentes objetivos e políticas de investimento, porém todos eles aplicam o capital recebido com o objetivo de proporcionar aos investidores retornos a partir da apreciação do capital investido, rendimentos sobre os ativos ou ambos. Os fundos de investimentos têm sido financiados por meio de capital fornecido pelos investidores e, em algumas circunstâncias, temporariamente pelo Banco (*seed capital*).

O Banco não consolida um fundo de investimento quando atua exclusivamente como um agente ou quando a outra parte investidora do fundo tem a capacidade de dirigir suas atividades relevantes.

Grupos de consórcios

O Banco organiza e administra grupos de consórcios destinados a facilitar o acesso a bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes. O Banco mantém participações nesses grupos por meio de recebimento de taxas de administração de cotas de consórcio.

Os ativos *off-balance*, que representam os recursos dos grupos de consórcios, referem-se principalmente a:

- (i) aplicações dos recursos disponíveis, ainda não utilizados pelos grupos, em fundos de investimentos;
- (ii) direitos junto a consorciados contemplados;
- (iii) previsão mensal de recursos a receber de consorciados;
- (iv) contribuições devidas aos grupos e
- (v) bens a contemplar.

Gestão sobre os ativos detidos por entidades estruturadas

A tabela a seguir demonstra os tipos, natureza e propósitos das entidades estruturadas não consolidadas em que o Banco detenha participação, assim como o valor total de ativos mantidos pelas entidades.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Tipo	Natureza e propósito	Participações detidas	Total de ativos	
			31.12.2021	31.12.2020
Fundos de investimentos	• gerar taxas e comissões pela administração de ativos em nome dos investidores. • estes veículos são financiados mediante a emissão de cotas para os investidores.	• investimento em cotas emitidas pelos fundos. • taxas de administração e outras.	1.460.958.463	1.262.501.406
Grupos de consórcios	• administração de grupos de consórcios destinados a facilitar o acesso de bens e serviços.	• taxas de administração de cotas de consórcios e outras.	79.599.460	54.991.653
Total			1.540.557.923	1.317.493.059

Exposição máxima à perda

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis das participações detidas pelo Banco nas entidades estruturadas não consolidadas. A exposição máxima a perdas está limitada aos valores apresentados na tabela.

	31.12.2021	31.12.2020
Fundos de investimentos	3.598.935	3.425.854

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

28 – IMOBILIZADO

	De uso								De direito de uso
	Edificações	Móveis e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Terrenos	Veículos	Outros	Total	
Custo de aquisição									
Saldo em 31.12.2019	5.940.640	3.766.739	4.122.917	3.995.888	330.577	11.127	638.608	18.806.496	4.539.255
Aquisições	267.327	416.536	737.780	215.752	21	248	77.710	1.715.374	741.452
Baixas	(9.201)	(195.974)	(91.384)	(65.975)	(346)	(475)	(59.696)	(423.051)	(517.987)
Variação cambial	(384)	12.307	10.599	27.935	(518)	(133)	10.543	60.349	--
Outras movimentações ⁽¹⁾	65.972	68.400	142	(40.751)	62.135	1.100	25.820	182.818	114.853
Saldo em 31.12.2020	6.264.354	4.068.008	4.780.054	4.132.849	391.869	11.867	692.985	20.341.986	4.877.573
Aquisições	261.848	570.368	658.344	185.580	--	4	93.328	1.769.472	503.820
Baixas	(3.932)	(291.185)	(648.657)	(79.949)	--	(553)	(53.704)	(1.077.980)	(376.188)
Variação cambial	(5.495)	(4.141)	(757)	5.450	(718)	(254)	(874)	(6.789)	--
Outras movimentações ⁽¹⁾	29.307	44.936	2.145	6.678	17.852	(110)	50	100.858	2.463.287
Saldo em 31.12.2021	6.546.082	4.387.986	4.791.129	4.250.608	409.003	10.954	731.785	21.127.547	7.468.492
Depreciação acumulada									
Saldo em 31.12.2019	(3.116.967)	(2.059.564)	(2.739.713)	(2.363.450)	--	(6.843)	(443.380)	(10.729.917)	(1.107.010)
Despesa de depreciação	(169.691)	(301.411)	(520.446)	(266.777)	--	(1.173)	(61.176)	(1.320.674)	(1.085.708)
Baixas	5.948	178.943	91.271	45.504	--	403	27.214	349.283	39.018
Variação cambial	859	(9.671)	(12.134)	(21.746)	--	96	(1.981)	(44.577)	--
Outras movimentações ⁽¹⁾	7.971	(69.964)	(1.414)	44.726	--	(768)	12.324	(7.125)	6.519
Saldo em 31.12.2020	(3.271.880)	(2.261.667)	(3.182.436)	(2.561.743)	--	(8.285)	(466.999)	(11.753.010)	(2.147.181)
Despesa de depreciação	(177.560)	(330.223)	(549.933)	(278.335)	--	(1.016)	(53.339)	(1.390.406)	(1.183.696)
Baixas	2.342	268.931	648.320	63.185	--	539	41.389	1.024.706	281.890
Variação cambial	1.413	931	(1.592)	(4.594)	--	124	324	(3.394)	--
Outras movimentações ⁽¹⁾	29.211	(26.382)	(8.705)	(5.725)	--	(50)	140	(11.511)	--
Saldo em 31.12.2021	(3.416.474)	(2.348.410)	(3.094.346)	(2.787.212)	--	(8.688)	(478.485)	(12.133.615)	(3.048.987)
Perdas por redução ao valor recuperável									
Saldo em 31.12.2019	(32.738)	(419)	(69)	(188)	(325)	--	(5)	(33.744)	--
Perdas	(15.154)	--	--	--	--	--	--	(15.154)	--
Reversões	4.390	198	33	188	325	--	1	5.135	--
Saldo em 31.12.2020	(43.502)	(221)	(36)	--	--	--	(4)	(43.763)	--
Perdas	(128)	--	--	--	--	--	--	(128)	--
Reversões	31.921	154	30	--	--	--	--	32.105	--
Saldo em 31.12.2021	(11.709)	(67)	(6)	--	--	--	(4)	(11.786)	--
Valor contábil									
Saldo em 31.12.2020	2.948.972	1.806.120	1.597.582	1.571.106	391.869	3.582	225.982	8.545.213	2.730.392
Saldo em 31.12.2021	3.117.899	2.039.509	1.696.777	1.463.396	409.003	2.266	253.296	8.982.146	4.419.505

(1) No imobilizado de uso, inclui o ajuste de R\$ 232.851 mil nas Edificações e Benfeitorias em propriedades de terceiros, do Banco Patagonia, decorrente da hiperinflação na Argentina (R\$ 171.588 mil em 31.12.2020).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O imobilizado de uso inclui imóveis dados em garantia de penhora no valor de R\$ 135.316 mil (R\$ 96.014 mil em 31.12.2020).

Os valores das perdas e reversões de perdas por desvalorização são registrados em outras despesas e outras receitas na demonstração do resultado consolidado, respectivamente.

As taxas de depreciação estimadas pelo Banco para os itens do imobilizado de uso são apresentadas na Nota 3.k. A vida útil média do imobilizado de direito de uso está apresentada na Nota 3.o.

IFRS 16

Como arrendatário, o Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que se referem essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática de suas operações administrativas e bancárias. De maneira geral, esses contratos possuem opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação.

Os imóveis arrendados são reconhecidos no balanço como Ativo imobilizado – De direito de uso e o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento consta em Outros passivos – Passivos de arrendamento.

Outras informações sobre os arrendamentos estão evidenciadas na Nota 3.o.

Ativos de direito de uso – Direito de uso de ativos decorrentes de acordos de arrendamentos operacionais do Banco que referem-se essencialmente aos imóveis utilizados na prática de suas operações administrativas e bancárias.

Passivos de arrendamento – Passivos decorrentes do direito de uso dos ativos mencionados acima. As cláusulas não impõem ao Banco nenhuma restrição para pagamento de dividendos, contratação de dívidas ou celebração de contratos de arrendamentos adicionais.

Análise de vencimento dos passivos de arrendamento – O quadro abaixo apresenta os fluxos de caixa contratuais não descontados dos passivos de arrendamento por prazo de vencimento:

	31.12.2021	31.12.2020
Até um ano	1.331.536	965.912
Entre um e cinco anos	3.242.460	1.928.735
Após cinco anos	1.497.891	1.090.038
Total ⁽¹⁾	6.071.887	3.984.685

(1) Valores não descontados a valor presente.

Outras informações – A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) orientou as companhias arrendatárias quanto a aspectos relevantes a serem observados na adoção da IFRS 16, considerando o ambiente econômico brasileiro.

De acordo com a IFRS 16, os fluxos de caixa devem ser projetados (sem a utilização de índices ou taxas projetadas na determinação dos pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento) e descontados a uma taxa nominal, sendo esse o método utilizado pelo Banco para mensuração do passivo de arrendamento.

Segundo as orientações da CVM, as companhias arrendatárias devem projetar a inflação futura nesses fluxos de caixa a serem descontados, de modo a não haver a impropriedade técnica do cálculo, em adequação ao ambiente econômico brasileiro.

O Banco avaliou as duas possibilidades e identificou que os modelos não apresentam diferenças materiais.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

29 – ATIVOS INTANGÍVEIS

	Software gerado internamente	Software adquirido	Direitos por gestão de folhas de pagamento	Outros ⁽¹⁾	Total
Custo de aquisição					
Saldo em 31.12.2019	2.258.173	2.640.899	7.796.429	3.917.076	16.612.577
Gerado internamente	665.620	--	--	--	665.620
Aquisições	--	337.294	1.735.320	--	2.072.614
Baixas	(12.046)	(375.908)	(1.654.679)	--	(2.042.633)
Variação cambial	--	91.255	--	--	91.255
Outras movimentações ⁽²⁾	--	13.104	--	--	13.104
Saldo em 31.12.2020	2.911.747	2.706.644	7.877.070	3.917.076	17.412.537
Gerado internamente	718.123	--	--	--	718.123
Aquisições	--	261.977	2.378.586	--	2.640.563
Baixas	(72.959)	(135.039)	(470.647)	--	(678.645)
Variação cambial	--	10.837	--	--	10.837
Outras movimentações ⁽²⁾	--	6.398	--	--	6.398
Saldo em 31.12.2021	3.556.911	2.850.817	9.785.009	3.917.076	20.109.813
Amortização acumulada					
Saldo em 31.12.2019	(758.568)	(1.508.023)	(3.498.679)	(3.917.076)	(9.682.346)
Amortizações	(160.932)	(231.437)	(1.415.243)	--	(1.807.612)
Baixas	--	119.917	1.259.888	--	1.379.805
Variação cambial	--	(46.197)	--	--	(46.197)
Outras movimentações ⁽²⁾	--	(9.456)	--	--	(9.456)
Saldo em 31.12.2020	(919.500)	(1.675.196)	(3.654.034)	(3.917.076)	(10.165.806)
Amortizações	(193.673)	(221.848)	(1.004.797)	--	(1.420.318)
Baixas	--	33.744	467.166	--	500.910
Variação cambial	--	(1.291)	--	--	(1.291)
Outras movimentações ⁽²⁾	--	(7.182)	--	--	(7.182)
Saldo em 31.12.2021	(1.113.173)	(1.871.773)	(4.191.665)	(3.917.076)	(11.093.687)
Perdas por redução ao valor recuperável⁽³⁾					
Saldo em 31.12.2019	--	(21)	(1.009.661)	--	(1.009.682)
Perdas	--	--	(19.636)	--	(19.636)
Reversões	--	19	7.635	--	7.654
Saldo em 31.12.2020	--	(2)	(1.021.662)	--	(1.021.664)
Perdas	--	--	(959.194)	--	(959.194)
Reversões	--	2	--	--	2
Saldo em 31.12.2021	--	--	(1.980.856)	--	(1.980.856)
Valor contábil					
Saldo em 31.12.2020	1.992.247	1.031.446	3.201.374	--	6.225.067
Saldo em 31.12.2021	2.443.738	979.044	3.612.488	--	7.035.270

(1) Inclui, principalmente, combinações de negócios relativas a marcas adquiridas, carteira de clientes e contratos.

(2) Inclui o valor referente aos ajustes de hiperinflação na Argentina.

(3) Os valores de constituição e de reversão de perdas são registrados em outras receitas/despesas operacionais (Nota 12).

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de acordo com os prazos estabelecidos na Nota 3.I.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Despesas estimadas com amortização de ativos intangíveis para os próximos exercícios

	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Valores a amortizar	1.090.533	1.170.868	1.138.893	878.571	2.756.405	7.035.270

30 – OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS**a) Financeiros**

Outros ativos	31.12.2021	31.12.2020
Depósitos judiciais para fins de impostos e questões trabalhistas e cíveis	34.953.612	34.374.788
Rendas a receber	4.249.513	3.875.174
Fundo de compensação de variações salariais - Incorporadas	2.736.020	2.577.555
Negociação e intermediação de valores	2.636.320	1.514.945
Títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (1)	2.077.072	2.605.865
Direitos por aquisição de royalties e créditos governamentais	108.724	--
Relações interfinanceiras/interdependências	37.847	114.776
Títulos e créditos a receber	25.244	56.693
Total	46.824.352	45.119.796

(1) Inclui o saldo de R\$ 938.107 mil (R\$ 698.835 mil em 31.12.2020) relativo à equalização de taxas – safra agrícola – Lei nº 8.427/1992 e o saldo de R\$ 392.414 mil em 31.12.2020 relativo ao alongamento de crédito rural.

Outros passivos	31.12.2021	31.12.2020
Obrigações por transações de pagamento	40.740.801	30.063.462
Adiantamentos recebidos por contrato de câmbio	15.820.533	28.645.733
Passivos de arrendamento	4.635.666	2.907.381
Recebimentos por conta de terceiros	4.113.405	3.498.791
Obrigações por negociação e intermediação de valores	1.374.870	1.196.408
Carteira de câmbio líquida	341.137	3.720.343
Depósitos vinculados a garantias	188.454	311.608
Total	67.214.866	70.343.726

b) Não financeiros

Outros ativos	31.12.2021	31.12.2020
Planos de benefícios pós-emprego (Nota 44.e)	20.584.754	6.080.658
Superávit Previ - Fundos Previdenciais (Nota 44.f)	10.795.343	9.912.387
Devedores diversos no país	3.508.302	3.647.491
Impostos pagos antecipadamente	1.493.207	1.398.600
Despesas pagas antecipadamente	416.246	342.311
Bens não de uso próprio, líquido de provisão para desvalorização	342.972	253.836
Adiantamentos a empregados	180.652	195.415
Outros	1.413.790	1.652.160
Total	38.735.266	23.482.858

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Outros passivos	31.12.2021	31.12.2020
Planos de benefícios pós-emprego (Nota 44.e)	11.609.890	16.033.678
Credores diversos no país	5.481.078	4.871.941
Encargos e obrigações trabalhistas	4.891.455	4.149.589
Dividendos, gratificações e bonificações a pagar	3.119.925	1.700.836
Provisão para pagamentos diversos a efetuar	1.872.997	1.697.298
Credores diversos no exterior	1.159.702	468.557
Impostos	1.102.492	892.100
Obrigações por convênios oficiais e serviços de pagamento	1.049.788	1.292.395
Receitas antecipadas ⁽¹⁾	192.174	203.990
Outros	9.844.612	8.039.406
Total	40.324.113	39.349.790

(1) Refere-se, principalmente, a prêmios recebidos em contratos de prestação de garantia, os quais estão sendo gradualmente reconhecidos como receita.

31 – DEPÓSITOS DE CLIENTES

	31.12.2021	31.12.2020
Brasil	624.716.498	558.716.550
Depósitos à vista	105.072.759	84.510.931
Sem remuneração	104.747.800	84.237.596
Com remuneração ⁽¹⁾	324.959	273.335
Depósitos de poupança	225.452.750	219.396.331
Depósitos a prazo	294.190.989	254.809.288
Exterior	46.553.043	43.267.715
Depósitos à vista	14.103.943	14.257.403
Sem remuneração	14.103.943	14.257.403
Depósitos a prazo	32.449.100	29.010.312
Total	671.269.541	601.984.265

(1) Referem-se a "special accounts", cuja finalidade é registrar a movimentação de contas em moedas estrangeiras abertas no país em nome de embaixadas, legações estrangeiras, organismos internacionais, assim como entidades da administração pública beneficiárias de créditos ou mutuárias de empréstimos concedidos por organismos financeiros internacionais ou agências governamentais estrangeiras.

32 – VALORES A PAGAR A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	31.12.2021	31.12.2020
Depósitos de instituições financeiras	25.968.818	25.686.889
Carteiras de crédito cedidas com coobrigação	198.879	258.493
Total	26.167.697	25.945.382

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

33 – OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

	31.12.2021	31.12.2020
Carteira própria	141.484.140	160.325.871
Letras Financeiras do Tesouro	125.961.113	145.274.215
Títulos privados	13.608.117	13.675.125
Outros títulos	1.914.910	1.376.531
Carteira de terceiros	480.352.615	343.396.951
Letras Financeiras do Tesouro	180.945.703	173.148.914
Notas do Tesouro Nacional	153.883.790	161.715.081
Letras do Tesouro Nacional	145.523.122	8.532.956
Total	621.836.755	503.722.822

34 – OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31.12.2021	31.12.2020
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários	132.169.463	124.339.730
Obrigações por repasses	50.844.697	58.331.324
Dívidas subordinadas	37.357.778	49.963.306
Bônus perpétuos	30.388.712	28.338.655
Fundos financeiros e de desenvolvimento	27.029.673	21.650.544
Outros	14.887.652	15.552.734
Total	292.677.975	298.176.293

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários

Captações	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Vencimento	31.12.2021	31.12.2020
Programa "Global medium-term notes"						20.380.835	15.421.429
	USD	750.000	4,88%	2018	2023	4.224.448	3.932.664
	BRL	293.085	10,15%	2017	2027	294.411	293.840
	USD	750.000	3,25%	2021	2026	4.058.333	--
	USD	750.000	4,75%	2019	2024	4.237.444	3.944.455
	BRL	398.000	9,50%	2019	2026	404.455	404.770
	COP	520.000.00	6,50%	2019	2027	720.189	799.748
	USD	1.000.000	4,63%	2017	2025	5.682.296	5.286.224
	COP	160.000.00	8,51%	2018	2025	221.039	245.500
	MXN	1.900.000	8,50%	2019	2026	538.220	514.228
"Senior notes"						6.097.753	9.448.593
	USD	1.085.133	3,88%	2012	2022	6.097.753	9.448.593
Notas estruturadas						--	305.850
	EUR	18.400	2,22% a 3,55%		2021	--	118.508
	USD	36.000	2,21% a 4,10%		2021	--	187.342
Certificados de depósitos⁽²⁾						5.210.122	5.748.485
Curto Prazo			0,00% a 3,08%			5.073.202	4.334.395
Longo Prazo			1,35% a 1,57%		2024	136.920	1.414.090
Certificado de operações						9.694	2.563
Curto Prazo			5,42% a 11,80% do DI			8.063	1.084
Longo Prazo			3,93% a 11,81% do DI		2023	1.631	1.479
Letras de crédito imobiliário						12.547.846	12.437.868
			70,00% a 100,00% do DI ou TR + 7,7151%				
Curto Prazo						3.632.368	1.863.775
Longo Prazo					2026	8.915.478	10.574.093
Letras de crédito do agronegócio						81.396.088	74.210.446
			80,00% a 103,50% do DI Pré 2,09% a 10,81%				
Curto Prazo						37.489.728	25.537.358
Longo Prazo					2024	43.906.360	48.673.088
Letras financeiras						1.047	377.540
			98,25% do DI				
Curto Prazo					2022	1.047	376.529
Longo Prazo						--	1.011
Banco Patagonia						33.903	60.287
			Pré 38,50% Badlar + 500 pto				
Curto Prazo	ARS					33.903	60.287
Entidade de propósitos específicos no exterior (EPE)							
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior⁽³⁾							
	USD	200.000	Libor 3m + 1,20%	2019	2024	925.372	1.033.053
	USD	200.000	3,70%	2019	2026	1.005.851	1.040.718
Notas estruturadas⁽³⁾							
	USD	500.000	Libor 6m + 2,50%	2014-2015	2034	2.802.777	2.610.030
	USD	320.000	Libor 6m + 3,20%	2015	2030	1.788.534	1.665.493
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários, em poder de controlada no exterior						(30.359)	(22.625)
Total						132.169.463	124.339.730

(1) Em setembro de 2021, foi realizada troca de papéis envolvendo a recompra de "Senior Notes" e nova emissão compreendida no Programa "Global Medium - Term Notes". As emissões estão apresentadas por seu valor *outstanding*, uma vez que ocorreram recompras parciais.

(2) Títulos no exterior em USD.

(3) Informações relativas às EPEs podem ser encontradas na Nota 5.

Notas:

Libor - Taxa interbancária do mercado de Londres.

Badlar - Taxa interbancária do mercado de Buenos Aires.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Obrigações por repasses

As obrigações por repasses são fontes de captação junto a outras instituições financeiras ou órgãos governamentais nacionais, predominantemente de longo prazo, para incentivo à produção nacional. Os recursos são provenientes do Tesouro Nacional, Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF), dentre outros órgãos.

Desta forma, o Banco atua como agente financeiro dos programas governamentais de incentivo a determinados setores da economia. Na agricultura, por meio dos repasses, com destaque:

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
- Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira (Cacau);
- Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop);
- Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé); e
- Poupança Rural.

Na indústria, por meio dos repasses oriundos, principalmente, dos programas do BNDES e da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame).

	31.12.2021	31.12.2020
Obrigações por repasses		
Do país - instituições oficiais	50.844.697	58.331.324
Total	50.844.697	58.331.324

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Do país – Instituições oficiais

Programas	Taxa de atualização	31.12.2021	31.12.2020
Tesouro Nacional - crédito rural		142.969	172.994
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a.a. a 4,00% a.a. (se aplicado)	10.698	13.605
Cacau	IGP-M + 8,00% a.a. ou TJLP + 0,60% a.a. ou Pré 6,35% a.a.	116.963	144.272
Recoop	Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. ou IGP-DI + 1,00% a.a. ou IGP-DI + 2,00% a.a.	10.770	10.770
Outros		4.538	4.347
BNDES ⁽¹⁾	Pré 0,00% a.a. a 8,00% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 4,00% a.a. IPCA + 4,20% a.a. a 9,41% a.a. Selic + 2,08% a.a. Var. Cambial + 1,40% a.a. a 3,00% a.a. TLP + 1,30% a.a. a 2,10% a.a.	16.638.212	19.161.196
Caixa Econômica Federal ⁽²⁾	Pré 4,87% a.a. (média)	28.303.957	30.259.319
Finame ⁽³⁾	Pré 0,00% a.a. a 8,00% a.a. TJLP + 0,90% a.a. a 4,00% a.a. Selic + 2,08% a.a. a 2,45% a.a. Var. Cambial + 4,20% a.a. TLP + 1,42% a.a. a 2,25% a.a.	5.558.800	8.587.353
Outras instituições oficiais		200.759	150.462
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 7,00% a.a.	200.731	150.434
Outros		28	28
Total		50.844.697	58.331.324

(1) Prazo médio da maturidade das operações com BNDES é de 66 meses.

(2) Prazo médio da maturidade das operações com a Caixa Econômica Federal é de 346 meses.

(3) Prazo médio da maturidade das operações com Finame é de 16 meses.

Notas:

TMS - Taxa média SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil.

TJLP - Taxa de juros de longo prazo fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

TR - Taxa referencial de juros divulgada pelo Banco Central do Brasil.

IGP-DI - Índice geral de preços - disponibilidade interna.

IGP-M - Índice geral de preços - mercado.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Dívidas subordinadas

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Vencimento	31.12.2021	31.12.2020
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste					23.469.518	26.403.208
Dívidas subordinadas no exterior					12.765.196	15.387.511
USD	660.000	5,38%	2010	2021	--	3.514.727
USD	1.490.000	5,88%	2011	2022	8.524.497	7.927.674
USD	741.115	5,88%	2012	2023	4.240.699	3.945.110
Letras financeiras subordinadas					1.138.973	8.218.331
	68.732	113,0% a 115,0% do CDI	2014	2021	--	7.283.702
	934.630	8,08% + IPCA	2014	2022	1.118.233	934.629
	20.000	100,0% do CDI + 2,75%	2021	Perpétuo	20.740	--
Dívidas subordinadas emitidas pelo Banco, em poder de controlada no exterior					(15.909)	(45.744)
Total das dívidas subordinadas ⁽¹⁾					37.357.778	49.963.306

(1) O montante R\$ 23.469.518 mil (R\$ 29.676.974 mil, em 31.12.2020) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR), de acordo com as regras aplicadas às instituições financeiras no Brasil.

Notas:

CDI – Taxa média dos depósitos interbancários.

IPCA – Índice de preços ao consumidor amplo.

d) Bônus perpétuos

Captações	Moeda	Valor emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a.	Data captação	31.12.2021	31.12.2020
Bônus perpétuos						
	USD	1.285.950	9,25%	01 e 03/2012	7.378.278	6.915.600
	USD	1.950.000	6,25%	01/2013	11.012.865	10.250.286
	USD	2.150.000	9,00%	06/2014	12.021.780	11.189.199
Total					30.412.923	28.355.085
Bônus perpétuos emitidos pelo Banco, em poder de controlada no exterior					(24.211)	(16.430)
Total					30.388.712	28.338.655

(1) Refere-se ao *outstanding value*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

Esta seção pode ser lida em conjunto com a Nota 40 – Capital regulatório e limite de imobilização.

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 30.015.187 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 27.932.263 mil em 31.12.2020).

O Banco do Brasil exerceu em 20.10.2020 a opção de recompra total do título de dívida perpétuo emitido em 2009 no valor de USD 1.500.000 mil (*outstanding value* USD 851.012 mil), vigente sob as regras de Basileia II. A recompra foi realizada por 100% do seu valor de face, acrescido dos juros contabilizados e não pagos até a data, totalizando R\$ 4,953 bilhões.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.750.000 mil (*outstanding value* USD 1.285.950 mil) e o bônus emitido em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (*outstanding value* USD

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1.950.000 mil), tiveram, em 27 de setembro de 2013, seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN nº 4.192/2013, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 1º de outubro de 2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30 de outubro de 2013.

O bônus emitido em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil (*outstanding value* USD 2.150.000 mil), tem opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18 de junho de 2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Bacen. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o *spread* inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e a abril de 2024 para o bônus emitido em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o *Make-whole amount*;
- (iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 contam com mecanismos de “absorção de perdas” (*loss absorption*). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim, estes bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, estabelecer por escrito a extinção dos títulos para viabilizar a continuidade do Banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	31.12.2021	31.12.2020
Fundo Constitucional do Centro Oeste - FCO ⁽¹⁾	16.344.785	9.771.373
Marinha Mercante	7.317.190	8.103.425
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	2.010.777	1.719.753
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	204.780	258.860
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	165.704	756.060
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pasep	28	314.982
Outros	986.409	726.091
Total	27.029.673	21.650.544

(1) A Resolução CMN n.º 4.679/2018 passou a limitar a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência - PR (Nota 40). O montante divulgado se refere ao que excede esse valor, sendo R\$ 16.086.966 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzidos o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R\$ 257.819 mil de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil - Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).

O Fundo da Marinha Mercante (FMM) tem como objetivo prover recursos para a renovação, ampliação e recuperação da frota mercante nacional e para o desenvolvimento da indústria de construção naval do país. Os recursos recebidos são remunerados pela variação da Taxa Média Selic (TMS). A remuneração dos recursos aplicados em operações ativas é de 0,1% ou 0,5% ao ano mais Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para financiamentos de itens nacionais ou mais variação cambial (dólar americano) para financiamentos de itens importados. O risco de crédito das operações contratadas é do Banco. No acordo entre o provedor dos recursos e o Banco não há cláusula aplicável para cancelamento ou pagamento antecipado dos recursos por parte do Banco. Qualquer alteração deve ser promovida por meio de aditivos ao acordo firmado entre as partes.

O Programa de Formação do Servidor Público - Pasep é um programa governamental brasileiro que tem o objetivo de promover a distribuição de renda entre a população. Além disso, os recursos podem ser aplicados em favor do desenvolvimento econômico-social. Enquanto não utilizados em operações de crédito, os recursos são remunerados com base na taxa de rentabilidade das aplicações realizadas no Banco Central do Brasil - Taxa extramercado (DEDIP). Quando aplicados em operações de crédito, a remuneração é a Taxa Referencial - TR adicionada a juros de 6% ao ano. O risco de crédito das operações contratadas é assumido integralmente pelo Banco. No acordo entre o provedor dos recursos e o Banco não há cláusula aplicável para cancelamento ou pagamento antecipado dos recursos por parte do Banco. Qualquer alteração deve ser promovida por meio de aditivos ao acordo firmado entre as partes.

Os Fundos do Governo do Estado de São Paulo tem como objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social daquele Estado, através da geração de *funding* para operações de crédito ou repasses, subvenções, subsídios e equalização de taxas de juros. Enquanto não utilizados em operações de crédito, os recursos são remunerados pelas taxas praticadas pelo Fundo de Investimento BB Nossa Caixa Renda Fixa Governos. Excetuando-se os repasses, subvenções, subsídios e equalização de taxas de juros, por não serem reembolsáveis, à medida que são aplicados os recursos passam a ser remunerados pelas taxas de juros praticadas pelas operações de crédito. O Banco administra o fundo na qualidade de agente financeiro do tesouro estadual. O risco de crédito das operações é integralmente assumido pelos Fundos. Se os recursos não são concedidos sob a forma de empréstimos, o resgate é feito, aleatoriamente, mediante pedido formal do alocador, ou quando do seu encerramento. Caso sejam concedidos sob a forma de empréstimos, o resgate é realizado no dia útil subsequente ao pagamento das parcelas realizados pelos mutuários.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Outras obrigações

	31.12.2021	31.12.2020
Obrigações por empréstimos	14.486.166	15.373.357
Financiamentos à importação	401.486	179.377
Total	14.887.652	15.552.734

Em 31.12.2021, a taxa média ponderada de juros aplicável às obrigações por empréstimos no exterior era de 1,56% a.a. (1,59% a.a. em 31.12.2020).

g) Obrigações por prazo de exigibilidade

	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Sem vencimento	Total
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários	46.238.311	54.939.529	11.853.249	6.351.855	6.463.245	6.323.274	--	132.169.463
Obrigações por repasses	34.825.254	4.383.003	2.138.532	1.287.287	1.126.239	7.084.382	--	50.844.697
Dívidas subordinadas	9.679.695	4.240.699	23.416.644	--	--	--	20.740	37.357.778
Bônus perpétuos	322.547	--	--	--	--	--	30.066.165	30.388.712
Fundos financeiros e de desenvolvimento	7.711.219	3.863.685	3.863.685	3.863.685	3.863.685	3.863.714	--	27.029.673
Outras	12.779.321	747.940	747.940	306.226	306.225	--	--	14.887.652
Total	111.556.347	68.174.856	42.020.050	11.809.053	11.759.394	17.271.370	30.086.905	292.677.975

h) Conciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento

	31.12.2020	Movimentações caixa		Movimentações não caixa		31.12.2021
		Captações	Liquidação / Pagamento	Alterações nas taxas de câmbio	Outros	
Instrumentos de dívida	81.209.341	20.740	(17.756.522)	3.094.951	5.813.645	72.382.155
Dívida subordinada	49.963.306	20.740	(14.359.434)	1.003.377	729.789	37.357.778
Bônus perpétuo	28.338.655	--	(2.294.146)	2.091.574	2.252.629	30.388.712
Passivo de arrendamento	2.907.380	--	(1.102.942)	--	2.831.227	4.635.665
Instrumentos de patrimônio	4.659.162	--	(7.246.368)	(32.407)	7.546.572	4.926.959
Ações em tesouraria / reserva de capital	6.344.966	--	--	--	5.754	6.350.720
Resultados acumulados não apropriados ⁽¹⁾	(4.447.316)	--	(6.576.713)	--	6.350.285	(4.673.744)
Participação de acionistas não controladores ⁽²⁾	2.761.512	--	(669.655)	(32.407)	1.190.533	3.249.983
Total - movimentação		20.740	(25.002.890)	3.062.544	13.360.217	
Movimentação líquida			(24.982.150)		16.422.761	

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.12.2019	Movimentações caixa		Movimentações não caixa		31.12.2020
		Captações	Liquidação / Pagamento	Alterações nas taxas de câmbio	Outros	
Instrumentos de dívida	80.003.219	--	(13.792.202)	11.092.509	3.905.815	81.209.341
Dívida subordinada	50.487.374	--	(4.854.332)	3.453.703	876.561	49.963.306
Bônus perpétuo	25.957.614	--	(7.933.298)	7.638.806	2.675.533	28.338.655
Passivo de arrendamento	3.558.231	--	(1.004.572)	--	353.721	2.907.380
Instrumentos de patrimônio	3.948.921	15.268	(7.215.343)	(58.969)	7.969.285	4.659.162
Ações em tesouraria / reserva de capital	6.253.263	15.268	--	--	76.435	6.344.966
Resultados acumulados não apropriados ⁽¹⁾	(4.540.983)	--	(4.436.154)	--	4.529.821	(4.447.316)
Participação de acionistas não controladores ⁽²⁾	2.236.641	--	(2.779.189)	(58.969)	3.363.029	2.761.512
Total - movimentação		15.268	(21.007.545)	11.033.540	11.875.100	
Movimentação líquida			(20.992.277)		22.908.640	

(1) Inclui os juros sobre instrumento elegível a capital principal e dividendos ou juros sobre capital próprio de acionistas controladores.

(2) Inclui dividendos ou juros sobre capital próprio de acionistas não controladores, bem como a variação de participações societárias em controladas.

35 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros e ações de exigir contas propostas por clientes para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.

As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos. Em 31.12.2021, o salário mínimo era R\$ 1.100,00.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança da diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II), bem como a repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a Febraban e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo em relação às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, que já foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo, por meio de ferramenta disponibilizada pela Febraban. Em 12.03.2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 meses, prorrogáveis por mais 30 meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, conforme acórdão homologatório proferido pelo Plenário do STF em 29.05.2020, publicado em 18.06.2020.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do STF, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e Febraban (RE n.º 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 11.09.2019.

Em relação ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários cobram a diferença entre o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos e o que eles consideram correta. Sobre esse tema, no final de 2015, foi julgado RESP 1.319.232-DF nos autos da ACP 94.008514-1, onde foi imposta condenação solidária da União, do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32%) e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A ação ainda não transitou em julgado, em razão da interposição de recursos extraordinários pelo Banco Central, pela União e pelo Banco do Brasil. Foi atribuído efeito suspensivo ao Recurso Extraordinário interposto pelo Banco do Brasil até o julgamento, pelo STF, do Recurso Extraordinário 1.101.937/SP, que versa sobre a extensão territorial da sentença coletiva. Considerando a conclusão do julgamento do RE 1.101.937/SP com a fixação da tese de inconstitucionalidade do art. 16, da Lei 7.347/1985, e a consequente possibilidade de abrangência nacional da sentença coletiva, em 24.03.2021, a Vice-Presidência do STJ revogou o efeito suspensivo anteriormente atribuído ao Recurso Extraordinário interposto pelo Banco do Brasil e o inadmitiu em 22.06.2021, sendo interpostos os recursos cabíveis, os quais aguardam julgamento.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações fiscais

O Banco, a despeito de seu perfil conservador, está sujeito – em fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais tributárias – a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – dedutibilidades; e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores. A maioria das ações judiciais oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua Certidão de Regularidade Fiscal.

a) Provisões

Em conformidade com a IAS 37, o Banco constitui provisão para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável), de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A Administração do Banco considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas cíveis, trabalhistas e fiscais.

Movimentações nas provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2019
Demandas cíveis			
Saldo inicial	9.579.206	8.851.582	6.997.444
Constituição	5.339.495	3.547.535	11.385.383
Reversão da provisão	(475.140)	(326.014)	(3.043.552)
Baixa por pagamento	(3.372.074)	(2.714.146)	(6.709.848)
Atualização monetária e variação cambial	337.777	220.249	222.155
Saldo final	11.409.264	9.579.206	8.851.582
Demandas trabalhistas			
Saldo inicial	4.499.477	3.663.769	2.520.968
Constituição	1.987.572	2.410.796	3.421.168
Reversão da provisão	(241.631)	(440.413)	(794.202)
Baixa por pagamento	(1.812.577)	(1.382.776)	(1.715.528)
Atualização monetária e variação cambial	314.078	248.101	231.363
Saldo final	4.746.919	4.499.477	3.663.769
Demandas fiscais			
Saldo inicial	440.539	415.396	262.724
Constituição	295.824	211.523	467.063
Reversão da provisão	(54.141)	(136.246)	(95.818)
Baixa por pagamento	(123.714)	(56.628)	(230.246)
Atualização monetária e variação cambial	11.848	6.494	11.673
Saldo final	570.356	440.539	415.396
Total das demandas cíveis, trabalhistas e fiscais	16.726.539	14.519.222	12.930.747

Despesas com demandas cíveis, trabalhistas e fiscais

	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2019
Demandas cíveis	(5.202.132)	(3.441.770)	(8.563.986)
Demandas trabalhistas	(2.060.019)	(2.218.484)	(2.858.329)
Demandas fiscais	(253.531)	(81.771)	(382.918)
Total	(7.515.682)	(5.742.025)	(11.805.233)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Cronograma esperado de desembolsos

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	9.936.164	4.312.922	336.387
Acima de 5 anos	1.473.100	433.997	233.969
Total	11.409.264	4.746.919	570.356

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

b) Passivos contingentes

As demandas cíveis, trabalhistas e fiscais são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão, com base na IAS 37.

Saldo dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2021	31.12.2020
Demandas fiscais ⁽¹⁾	13.021.018	14.000.019
Demandas cíveis	2.530.401	2.527.303
Demandas trabalhistas	124.622	155.729
Total	15.676.041	16.683.051

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 296.785 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 1.292.963 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 1.817.885 mil.

c) Ativos contingentes

Em conformidade com a IAS 37, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

d) Depósitos em garantia de recursos

Os depósitos em garantia são depósitos de quantias em dinheiro efetuados no Banco ou em outra instituição financeira oficial, como meio de pagamento ou como meio de garantir o pagamento de condenações, indenizações, acordos e demais despesas decorrentes de processos judiciais. Os valores estão apresentados no balanço patrimonial em Outros ativos financeiros.

Saldo dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2021	31.12.2020
Demandas cíveis	18.621.596	18.687.428
Demandas fiscais	9.566.584	9.411.760
Demandas trabalhistas	6.765.433	6.275.600
Total	34.953.613	34.374.788

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

36 – IMPOSTOS**a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) apresentados na demonstração do resultado consolidado**

	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2019
Impostos correntes			
Do exercício	(3.512.020)	(3.585.727)	(4.994.225)
Ajustes de exercícios anteriores	(32.378)	(5.290)	4.390
Total	(3.544.398)	(3.591.017)	(4.989.835)
Impostos diferidos			
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	(845.363)	--	--
Ajustes decorrentes de perda esperada para demais ativos financeiros	(389.303)	(829.325)	1.120.174
Atualização de depósitos judiciais	(153.018)	(95.680)	(791.072)
Decorrente de resultado não realizado (Cateno)	(77.543)	(77.543)	(77.543)
Ajustes de marcação a mercado de ativos financeiros	(77.276)	(136.032)	(119.101)
Ajuste da carteira de arrendamento mercantil	(6.016)	(3.486)	6.607
Ajustes de combinação de negócios	(3.627)	(14.713)	68.018
Ajustes decorrentes de perda esperada em empréstimos a clientes	754.804	(1.130.986)	(365.664)
Prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL	1.337.926	(61.533)	1.162.570
Outras diferenças temporárias/encargos diferidos	(1.263.106)	7.656.195	11.734.652
Total	(722.522)	5.306.897	12.738.641
Total do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido	(4.266.920)	1.715.880	7.748.806

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2019
Lucro antes dos impostos	23.989.791	11.577.003	11.139.512
Despesa de IR (25%) e de CSLL (25% a partir de jul/2021 até dez/2021, 20% em 2020 até jun/2021 e 15% em 2019) pelas alíquotas legais	(11.584.161)	(5.209.651)	(4.455.805)
Encargos dos juros sobre o capital próprio	3.006.873	1.888.600	2.693.016
Encargos sobre as receitas do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO	2.277.123	1.897.563	1.550.496
Encargos sobre o resultado de participação em coligadas e joint ventures	1.468.510	1.044.865	1.617.765
Encargos sobre o resultado de empresas consolidadas com alíquota diferenciada	754.908	510.791	542.472
Encargos sobre o resultado com conversão de investimentos no exterior	383.276	1.943.033	208.072
Encargos sobre as receitas não tributáveis/despesas não dedutíveis ⁽¹⁾	(573.449)	(359.321)	5.592.790
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.266.920)	1.715.880	7.748.806
Alíquota efetiva	17,79%	--	--

(1) Inclui, no Exercício/2019, efeito da majoração da alíquota de CSLL de 15% para 20%, conforme Art. 32 da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

c) IR e CSLL sobre o resultado abrangente

	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2019
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido	(4.266.920)	1.715.880	7.748.806
IR e CSLL sobre outros resultados abrangentes	(6.830.043)	(6.551.042)	8.081.338
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o resultado abrangente	(11.096.963)	(4.835.162)	15.830.144

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) IR e CSLL diferidos apresentados no balanço patrimonial consolidado**Ativos**

	31.12.2020	Constituições	Baixas	31.12.2021
Ativos fiscais diferidos				
Perda esperada em empréstimos a clientes	30.657.211	10.256.146	(11.965.376)	28.947.981
Provisão com planos de benefícios pós-emprego	8.588.718	3.666.786	(3.697.510)	8.557.994
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	6.533.650	1.034.714	(41.421)	7.526.943
Prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL	2.347.562	3.303.433	(1.987.211)	3.663.784
Combinação de negócios	2.383.620	695	--	2.384.315
Marcação a mercado negativa de ativos financeiros	763.340	1.943.550	(362.876)	2.344.014
Perda esperada com garantias prestadas e compromissos por empréstimos	859.386	48.092	(2.470)	905.008
Contribuição social a compensar	636.538	--	--	636.538
Diferimento de tarifas para adequação à taxa efetiva de juros	341.099	16.553	--	357.652
Outras provisões	5.691.993	2.387.251	(5.739.651)	2.339.593
Total	58.803.117	22.657.220	(23.796.515)	57.663.822

Passivos

	31.12.2021	31.12.2020
Passivos fiscais diferidos		
Decorrentes de ganhos atuariais	(5.622.516)	(520.945)
Marcação a mercado positiva de ativos financeiros	(1.666.342)	(987.094)
Ganhos por compras vantajosas	(895.841)	(895.841)
Créditos recuperados a prazo	(762.298)	(534.788)
Atualização de depósitos judiciais	(134.144)	(361.318)
Ajuste da carteira de arrendamento mercantil	(24.858)	(18.842)
Outras diferenças temporárias	(473.763)	(400.316)
Total	(9.579.762)	(3.719.144)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As dependências no exterior possuem créditos tributários não reconhecidos em virtude da inexistência de probabilidade de sua realização, segundo avaliação da Administração, no montante de R\$ 927.225 mil, sendo R\$ 844.800 mil referente a prejuízos fiscais e R\$ 82.425 mil referente a diferenças temporárias. No Brasil, há créditos tributários não reconhecidos de R\$ 26.815 mil, sendo R\$ 22.050 mil referente a prejuízos fiscais e R\$ 4.765 mil referente a diferenças temporárias.

e) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	Ativos fiscais diferidos
Em 2022	14.198.634
Em 2023	16.894.358
Em 2024	17.086.124
Em 2025	6.377.564
Em 2026	1.275.724
Em 2027	868.819
Em 2028	438.557
Em 2029	97.783
Em 2030	14.768
Em 2031	374.822
Em 2032	36.669
Total	57.663.822

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2021.

No Exercício de 2021, observou-se a realização de créditos tributários no montante de R\$ 23.796.515 mil, correspondentes a 111,95% da respectiva projeção de utilização para o período de 2021, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2020.

37 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	31.12.2021	31.12.2020
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	142.751.482	125.099.772
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	50,03	43,84
Valor de mercado por ação ordinária (R\$)	28,85	38,80

(1) O valor patrimonial por ação é calculado pela divisão do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores pelo número total de ações ordinárias, excluindo as ações em tesouraria.

b) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 90.000.023 mil (R\$ 90.000.023 mil em 31.12.2020), está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o capital social até o limite de R\$ 120.000.000 mil, mediante a

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas, preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário. Em 28.08.2014, através de termo aditivo, nos termos da Lei n.º 12.793/2013, o instrumento cumpriu os requisitos de elegibilidade ao capital principal, conforme definido no art. 16 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Desde a assinatura do termo aditivo, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Conforme Comunicado ao Mercado, de 08 de abril de 2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029. O cronograma foi julgado adequado pelo Tribunal de Contas da União, em sessão do Plenário de 15.12.2021.

d) Reserva de capital

O saldo da conta reserva de capital de R\$ 6.627.633 mil (R\$ 6.625.608 mil em 31.12.2020) refere-se principalmente à alteração de participação societária na BB Seguridade decorrente de oferta pública de ações, ao aumento na participação societária no Banco Patagonia decorrente do exercício de opção de venda, por acionistas minoritários, conforme previsto no Acordo de Acionistas celebrado em 12.04.2011, entre o Banco e os minoritários, bem como à alienação de ações em tesouraria, ocorrido em 23.10.2019.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Reservas de lucros

	31.12.2021	31.12.2020
Reservas de lucros	51.180.290	39.198.468
Reserva legal	10.237.793	9.259.072
Reservas estatutárias	40.942.497	29.939.396
Margem operacional	32.636.497	21.225.998
Equalização de remuneração do capital	8.306.000	8.713.398

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento de remuneração de capital, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido, apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

f) Outros resultados abrangentes acumulados

O saldo da conta outros resultados abrangentes acumulados refere-se ao efeito da marcação a mercado dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos ajustes de conversão em investimentos no exterior, ao efeito líquido de operações de *hedge* e ao efeito das remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos. O Banco reconheceu em outros resultados abrangentes todas as diferenças de câmbio resultantes da conversão dos resultados de entidades cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação do Banco.

g) Resultados acumulados não apropriados

O saldo apresentado nesta conta contempla o efeito das diferenças entre as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade, bem como os ajustes decorrentes da adoção inicial da IFRS 9. O lucro líquido apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil é totalmente destinado, semestralmente, na forma de dividendos, juros sobre capital próprio e de constituição de reservas de lucros.

h) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995, n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O total dos juros sobre o capital próprio no Exercício/2021 foi de R\$ 6.299.065 mil (R\$ 4.196.889 mil no Exercício/2020), proporcionando redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 2.834.579 mil (R\$ 1.888.600 mil no Exercício/2020).

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2021				
Dividendos	212.107	0,074	21.05.2021	28.05.2021
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	415.758	0,146	11.03.2021	31.03.2021
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	970.473	0,340	21.05.2021	28.05.2021
2º Trimestre/2021				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	480.852	0,169	11.06.2021	30.06.2021
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	986.104	0,346	23.08.2021	31.08.2021
3º Trimestre/2021				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	527.136	0,185	13.09.2021	30.09.2021
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.123.392	0,394	22.11.2021	30.11.2021
4º Trimestre/2021				
Dividendos	1.015.304	0,356	02.03.2022	11.03.2022
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	499.320	0,175	13.12.2021	30.12.2021
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.296.030	0,454	02.03.2022	11.03.2022
Total destinado aos acionistas	7.526.476	2,639		
Dividendos	1.227.411	0,430		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	6.299.065	2,209		

(1) Valores sujeitos à retenção de imposto de renda retido na fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2020				
Juros sobre o capital próprio ^{(1) (2)}	517.440	0,181	11.03.2020	31.03.2020
2º Trimestre/2020				
Juros sobre o capital próprio ^{(1) (2)}	1.256.723	0,441	21.08.2020	31.08.2020
3º Trimestre/2020				
Juros sobre o capital próprio ^{(1) (2)}	293.382	0,103	11.09.2020	30.09.2020
Juros sobre o capital próprio complementares ^{(1) (2)}	555.736	0,195	16.11.2020	27.11.2020
4º Trimestre/2020				
Juros sobre o capital próprio ^{(1) (2)}	333.785	0,117	11.12.2020	30.12.2020
Juros sobre o capital próprio complementares ^{(1) (2)}	1.239.823	0,435	22.02.2021	03.03.2021
Total destinado aos acionistas	4.196.889	1,472		

(1) Valores sujeitos à retenção de imposto de renda retido na fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

(2) No Exercício/2020, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.820/2020, alterada pela Resolução CMN n.º 4.885/2020, a Administração decidiu remunerar o capital em 35,29% do lucro líquido ajustado, apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, sendo a base de cálculo do payout a mesma do dividendo mínimo obrigatório estabelecido pela legislação societária.

i) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações, bem como do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Acionistas	31.12.2021		31.12.2020	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal – Tesouro Nacional	1.432.708.542	50,0	1.432.708.542	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	133.689.414	4,7	134.751.214	4,7
Ações em tesouraria ⁽¹⁾	12.017.619	0,4	12.175.335	0,4
Outros acionistas	1.287.001.445	44,9	1.285.781.929	44,9
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Em 31.12.2021, inclui 42.983 ações do Banco do Brasil mantidas em tesouraria pela controlada BB DTVM (31.496 em 31.12.2020).

	Ações ON ⁽¹⁾	
	31.12.2021	31.12.2020
Conselho de Administração (exceto o Presidente do Banco)	3.599	4.628
Diretoria Executiva (inclui o Presidente do Banco)	95.341	114.966
Conselho Fiscal	1.000	--
Comitê de Auditoria	2.015	57

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,004% do capital do Banco.

j) Quantidade de ações emitidas e quantidade de ações em circulação (free float)

	Quantidade de ações	
	Ações Ordinárias	Ações em Tesouraria
Saldos em 31.12.2020	2.865.417.020	12.175.335
Movimentação	--	(157.716)
Saldos em 31.12.2021	2.865.417.020	12.017.619

	31.12.2021		31.12.2020	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação (free float) no início do período	1.420.413.540	49,6	1.397.382.845	48,8
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – FND	--		20.785.200	
Outras movimentações ⁽¹⁾	178.370		2.245.495	
Ações em circulação (free float) no fim do período ⁽²⁾	1.420.591.910	49,6	1.420.413.540	49,6

(1) Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

k) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Ações	% Total	Ações	% Total
Ações em tesouraria	12.017.619	100,0	12.175.335	100,0
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN)	8.075.350	67,2	8.075.350	66,3
Programas de recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	3.570.196	29,7	3.764.352	30,9
Programa de remuneração variável	372.010	3,1	335.570	2,8
Incorporações	63	--	63	--
Valor contábil	(276.913)		(280.642)	

l) Pagamento baseado em ações**Programa de remuneração variável**

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921/2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a ativação do programa de participação nos lucros e resultados e o atingimento de lucro contábil positivo pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento. No momento da apuração das parcelas diferidas, caso ocorram frações, estas são acumuladas na primeira parcela a ser disponibilizada.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido pelo prazo de quatro anos, sendo: 20% no prazo de um ano, 20% no prazo de dois anos, 20% no prazo de três anos e 20% no prazo de quatro anos.

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco foram de R\$ 21.875 mil no Exercício/2021 (R\$ 22.276 mil no Exercício/2020).

A BB DTVM, em decorrência dessa resolução, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de ações do programa	Custo médio	Ações distribuídas	Ações a distribuir ⁽¹⁾	Cronograma estimado de transferências
Programa 2017					
Banco do Brasil	193.976	42,65	154.039	38.762	03/2022
Total de ações a distribuir				39.937	
BB DTVM	20.270	42,65	16.218	4.052	03/2022
Total de ações a distribuir				4.052	
Programa 2018					
Banco do Brasil	127.860	53,44	75.945	25.556	03/2022
				25.556	03/2023
Total de ações a distribuir				51.915	
BB DTVM	14.218	53,44	8.534	2.842	03/2022
				2.842	03/2023
Total de ações a distribuir				5.684	
Programa 2019					
Banco do Brasil	162.641	46,05	57.848	32.509	03/2022
				32.509	03/2023
				32.509	03/2024
Total de ações a distribuir				104.793	
BB DTVM	15.998	46,07	6.407	3.197	03/2022
				3.197	03/2023
				3.197	03/2024
Total de ações a distribuir				9.591	
Programa 2020					
Banco do Brasil	164.146	29,65	32.193	32.809	03/2022
				32.809	03/2023
				32.809	03/2024
				32.809	03/2025
Total de ações a distribuir				131.953	
BB DTVM	29.585	29,65	5.929	5.914	03/2022
				5.914	03/2023
				5.914	03/2024
				5.914	03/2025
Total de ações a distribuir				23.656	

(1) Eventual diferença entre o total de ações a distribuir e o cronograma de transferências decorre de casos pontuais de ações pendentes de transferência/reversão.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

38 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	31.12.2021		31.12.2020	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e depósitos bancários	18.023.001	18.023.001	16.784.560	16.784.560
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	75.504.036	75.504.036	60.308.542	60.308.542
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.344.538.282	1.374.507.849	1.219.130.246	1.245.980.339
Empréstimos a instituições financeiras	42.842.588	42.909.565	49.317.455	48.398.647
Aplicações em operações compromissadas	487.472.927	487.473.230	466.344.581	466.344.274
Empréstimos a clientes	734.290.606	766.183.670	633.402.350	662.166.942
Títulos e valores mobiliários	33.107.809	31.117.032	24.946.064	23.950.680
Outros ativos financeiros	46.824.352	46.824.352	45.119.796	45.119.796
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	11.739.070	11.739.070	15.670.822	15.670.822
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	305.490.911	305.490.911	256.553.310	256.553.310
Passivo				
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.679.166.834	1.681.905.704	1.500.172.488	1.501.436.774
Depósitos de clientes	671.269.541	671.319.029	601.984.265	601.882.881
Valores a pagar a instituições financeiras	26.167.697	26.575.930	25.945.382	26.092.184
Obrigações por operações compromissadas	621.836.755	623.953.354	503.722.822	504.761.242
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	292.677.975	292.842.525	298.176.293	298.356.741
Outros passivos financeiros	67.214.866	67.214.866	70.343.726	70.343.726
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.053.161	2.053.161	3.098.315	3.098.315

O valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento financeiro, o valor justo é calculado com base nesse preço. Na ausência de um mercado ativo para um instrumento financeiro, seu valor justo é calculado por uma estimativa, objetivando assim uma avaliação justa e equânime dos instrumentos financeiros.

Metodologias de mensuração utilizadas para estimar o valor justo dos diferentes tipos de instrumentos financeiros:

a) Caixa e depósitos bancários

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado na rubrica caixa e depósitos bancários equivalem a ativos de alta liquidez. Dessa forma, o valor contábil representa substancialmente o valor justo.

b) Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado no grupamento depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil equivalem aproximadamente a seus valores justos.

c) Empréstimos a instituições financeiras e aplicações em operações compromissadas

O valor justo dos empréstimos a instituições financeiras e das aplicações em operações compromissadas com taxas pré-fixadas foi determinado mediante o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas por títulos, o apreçamento das operações compromissadas não considera no seu valor justo quaisquer mensurações de risco de crédito.

d) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e demais ativos financeiros ao custo amortizado

Essas contas são constituídas basicamente por instrumentos de dívida e patrimônio e derivativos. Considerando o conceito de valor justo apresentado anteriormente, caso não exista preço cotado em um mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, o Banco define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de avaliação normalmente utilizadas pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado (para *swaps*, futuros e termo de moedas) e o modelo *Black-Scholes* (para opções).

De acordo com o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os prazos e curvas de desconto.

As curvas de rentabilidade consideradas dependem do ativo objeto da avaliação a valor justo, por exemplo: para títulos cuja rentabilidade é atrelada ao IPCA, utiliza-se a curva do IPCA mais o cupom praticado na data referente ao valor justo.

O modelo *Black-Scholes* é utilizado para avaliar as opções europeias. O preço da opção pode ser calculado a partir de uma fórmula 'fechada', sendo as variáveis de entrada diretamente observáveis em mercado.

O Banco do Brasil escolheu este modelo sem pagamento de dividendos para a obtenção tanto de prêmios de opções quanto das respectivas superfícies de volatilidade, devido a sua vasta utilização pelo mercado, e sendo frequentemente utilizado pelas bolsas de valores para o cálculo de preços de ajuste de opções europeias. Nas opções de compra que serão utilizadas para a obtenção da superfície, há equivalência entre os modelos americano e europeu, o que permite a utilização do modelo citado mesmo no caso de opções de compra do tipo americano.

As fontes primárias utilizadas para cada classe de ativos financeiros são as seguintes: títulos públicos (Anbima/Bacen), títulos privados (B3, SND – Sistema Nacional de Debêntures, Anbima e Cetip) e derivativos (B3, *Broadcast* e *Reuters*).

As fontes alternativas de informações (fontes secundárias) funcionam em regime de contingência, na hipótese de não haver disponibilidade de informação nas fontes primárias ou uma situação de crise sistêmica, na ocorrência de falta de liquidez para determinados ativos ou classe de ativos e diferenças significativas entre informações de provedores de mercado. Como fonte alternativa é utilizada a *Bloomberg* e, em casos críticos de ausência de informação, poderão ser utilizadas informações dos servidores primários do dia anterior.

e) Empréstimos a clientes

Os valores justos são estimados para grupos de empréstimos a clientes similares com base no tipo de empréstimo, qualidade de crédito e prazo de vencimento. Os fluxos de caixa futuros dos empréstimos a clientes são calculados com base nas taxas de juros contratuais e datas de pagamento, enquanto que o valor justo é determinado mediante o desconto desses fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

O *spread* de risco de crédito é calculado por uma metodologia baseada no índice de perda esperada ponderado pelo prazo da operação. Além de índices de perdas e severidade observados nas várias linhas de crédito, esta metodologia também considera as informações do cliente no momento da contratação da operação, como o segmento de negócios ao qual pertence e o risco de crédito a ele atribuído.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros) podem ser comparadas às taxas de juros praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas de juros embutem todos os custos e riscos (inclusive risco de crédito) inerentes ao ativo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de captação de recursos, custos administrativos, impostos, perdas de crédito e ganho da instituição financeira.

Há também um grupo de produtos cujo valor contábil representa aproximadamente o seu valor justo. Esse grupo é composto por operações de crédito rotativo (por exemplo, cheque especial e crédito rotativo de cartões de crédito) ou com prazo igual ou inferior a um mês.

f) Depósitos de clientes

O valor justo dos depósitos pré-fixados com vencimentos pré-estabelecidos é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas embutem todos os custos e riscos inerentes ao passivo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de oportunidade, custos administrativos, impostos e ganho da instituição financeira.

Para os depósitos pós-fixados e com vencimentos até 30 dias, o valor contábil é considerado aproximadamente o equivalente ao valor justo.

g) Obrigações por operações compromissadas

O valor justo das obrigações por operações compromissadas com taxas pré-fixadas é determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro.

Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis são considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas em títulos, os preços dos contratos de recompra não considera qualquer medição de risco de crédito em seu valor justo.

h) Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações

Essas obrigações têm seus valores justos atribuídos mediante cálculo do fluxo de caixa descontado, que considera as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

i) Outros ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos outros ativos e outros passivos equivalem aproximadamente a seus valores justos.

j) Níveis de informação relativos a ativos e passivos financeiros

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

O Banco utiliza prioritariamente valores obtidos diretamente em mercado ativo, e, caso não haja tais dados, valores gerados com base em referência de mercado ou, em último caso, modelo que considera ativos semelhantes. Diariamente, o processo produtivo da geração de informações para marcação a mercado dos ativos financeiros do Banco é executado, sendo feita a verificação da existência ou não de preços transacionados em mercado para ativos em carteira.

Em referência à política de transferência entre níveis, para cada instrumento financeiro, analisa-se a liquidez de mercado e define-se o tipo de mensuração a valor justo (no caso, marcação a mercado ou a modelo). A política no momento do reconhecimento da transferência é a mesma para transferência entre os níveis.

O modelo utilizado tanto para a marcação a mercado quanto para a marcação a modelo de títulos privados é aplicado utilizando-se a hierarquia de dados de mercado, e todos estes instrumentos têm o seu modelo de avaliação definido a cada dia.

Caso um título privado apresente negócios em um determinado dia, o valor marcado a mercado será dado pelo preço de fechamento. Entretanto, se o título privado não apresentar negócios no dia, e houver preço indicativo divulgado pela Anbima, este preço é utilizado.

Caso não haja negócios e nem preços divulgados pela Anbima, é verificada a existência de negociação nos últimos 30 dias. Caso tenha havido, é aplicado o modelo matemático que considera a relação entre o último preço de negócio registrado e o valor atualizado para a data em questão.

Não satisfazendo nenhuma das condições acima, é aplicado o critério de agregação por *rating*. Este critério é subdividido em outros dois conforme abaixo e aplicados nesta ordem:

1º critério – Caso haja curva de risco de crédito divulgada pela Anbima para o *rating* do instrumento, são utilizados os *spreads* desta curva para a obtenção do valor marcado a modelo.

2º critério – Não havendo curva de crédito divulgada pela Anbima para o *rating* do instrumento, é utilizado modelo baseado em regressão linear, calculada utilizando-se painéis de 30 dias de preços indicativos e taxas de juros divulgados pela Anbima. As variáveis explicativas para tal modelo são os *ratings*, as *durations* e as taxas indicativas dos papéis da amostra.

Tendo em vista que o Banco do Brasil busca sempre o conservadorismo em seus preços marcados a mercado, os valores obtidos tanto por preços de mercado quanto por modelos matemáticos são comparados com os preços obtidos por meio da utilização dos *spreads* de risco de crédito fornecidos por nossa Diretoria de Gestão de Riscos, e o preço mais baixo é utilizado.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Desta forma, os critérios expostos acima (preço de mercado, preço indicativo, relação matemática de preços históricos e, por fim, modelo de agregação por *rating*), que são todos baseados em dados de mercado, podem resultar em preços superiores aos obtidos por meio do uso do nosso *spread* de crédito. Por conservadorismo, os preços obtidos por estes *spreads* são comparados com os demais preços obtidos e o de valor mais baixo é utilizado.

No último período apresentado, não houve mudança entre os níveis informados no quadro de hierarquia de níveis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31.12.2021	Distribuição por nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial de forma recorrente				
Ativo	317.229.981	262.983.098	51.783.334	2.463.549
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	11.739.070	5.284.237	6.102.645	352.188
Instrumentos de dívida e patrimônio	9.604.035	5.284.237	4.240.507	79.291
Títulos públicos	4.920.964	4.920.964	--	--
Títulos privados	4.683.071	363.273	4.240.507	79.291
Derivativos	2.135.035	--	1.862.138	272.897
Operações a termo	1.623.170	--	1.623.170	--
Swaps	272.897	--	--	272.897
Opções	94.055	--	94.055	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	144.913	--	144.913	--
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	305.490.911	257.698.861	45.680.689	2.111.361
Títulos públicos	253.826.113	253.762.223	63.890	--
Títulos privados	51.664.798	3.936.638	45.616.799	2.111.361
Passivo	2.053.161	--	1.334.568	718.593
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.053.161	--	1.334.568	718.593
Derivativos	2.053.161	--	1.334.568	718.593
Operações a termo	948.705	--	948.705	--
Swaps	718.593	--	--	718.593
Opções	340.324	--	340.324	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	45.539	--	45.539	--
Ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo no balanço patrimonial				
Ativo	1.374.507.849	19.878.183	11.238.849	1.343.390.817
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.374.507.849	19.878.183	11.238.849	1.343.390.817
Empréstimos a instituições financeiras	42.909.565	--	--	42.909.565
Aplicações em operações compromissadas	487.473.230	--	--	487.473.230
Empréstimos a clientes	766.183.670	--	--	766.183.670
Títulos e valores mobiliários	31.117.032	19.878.183	11.238.849	--
Outros ativos financeiros	46.824.352	--	--	46.824.352
Passivo	1.681.905.704	--	--	1.681.905.704
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.681.905.704	--	--	1.681.905.704
Depósitos de clientes	671.319.029	--	--	671.319.029
Valores a pagar a instituições financeiras	26.575.930	--	--	26.575.930
Obrigações por operações compromissadas	623.953.354	--	--	623.953.354
Obrigações por emissão de títulos e valor mobiliários e outras obrigações	292.842.525	--	--	292.842.525
Outros passivos financeiros	67.214.866	--	--	67.214.866

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31.12.2020	Distribuição por nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial de forma recorrente				
Ativo	272.224.132	239.112.507	29.055.049	4.056.576
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	15.670.822	10.573.093	2.871.673	2.226.056
Instrumentos de dívida e patrimônio	12.143.486	10.573.093	1.569.207	1.186
Títulos públicos	10.420.689	10.420.689	--	--
Títulos privados	1.722.797	152.404	1.569.207	1.186
Derivativos	3.527.336	--	1.302.466	2.224.870
Swaps	2.224.870	--	--	2.224.870
Operações a termo	1.203.171	--	1.203.171	--
Opções	--	--	--	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	99.295	--	99.295	--
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	256.553.310	228.539.414	26.183.376	1.830.520
Títulos públicos	224.851.038	224.765.319	85.719	--
Títulos privados	31.702.272	3.774.095	26.097.657	1.830.520
Passivo	3.098.315	--	1.556.708	1.541.607
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.098.315	--	1.556.708	1.541.607
Derivativos	3.098.315	--	1.556.708	1.541.607
Swaps	1.541.607	--	--	1.541.607
Operações a termo	1.469.393	--	1.469.393	--
Opções	8.440	--	8.440	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	78.875	--	78.875	--
Ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo no balanço patrimonial				
Ativo	1.245.980.339	11.141.094	12.809.586	1.222.029.659
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.245.980.339	11.141.094	12.809.586	1.222.029.659
Empréstimos a instituições financeiras	48.398.647	--	--	48.398.647
Aplicações em operações compromissadas	466.344.274	--	--	466.344.274
Empréstimos a clientes	662.166.942	--	--	662.166.942
Títulos e valores mobiliários	23.950.680	11.141.094	12.809.586	--
Outros ativos financeiros	45.119.796	--	--	45.119.796
Passivo	1.501.436.774	--	--	1.501.436.774
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.501.436.774	--	--	1.501.436.774
Depósitos de clientes	601.882.881	--	--	601.882.881
Valores a pagar a instituições financeiras	26.092.184	--	--	26.092.184
Obrigações por operações compromissadas	504.761.242	--	--	504.761.242
Obrigações por emissão de títulos e valor mobiliários e outras obrigações	298.356.741	--	--	298.356.741
Outros passivos financeiros	70.343.726	--	--	70.343.726

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

39 – GARANTIAS FINANCEIRAS E OUTROS COMPROMISSOS

	31.12.2021	31.12.2020
Créditos contratados a liberar	170.148.951	127.849.028
Garantias prestadas	11.256.217	9.569.192
Créditos abertos para importação contratados	705.686	570.402
Créditos de exportação confirmados	598.396	390.200

Os créditos contratados a liberar destinam-se ao registro do saldo de valores a liberar de empréstimos a clientes e de arrendamento mercantil, tais como cheque especial, crédito rotativo e assemelhados. Garantias prestadas, tais como as cartas de crédito em aberto ("standby") e as garantias financeiras por avais e fianças, são compromissos condicionais, geralmente para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro em contratos de empréstimo. As informações referentes as práticas de gerenciamento de risco e exposição máxima estão descritas na Nota 41.d.

Nos instrumentos financeiros relacionados a crédito, o montante contratual do instrumento financeiro representa o potencial máximo de risco de crédito no caso de a contraparte não cumprir os termos do contrato. A maioria desses compromissos vence sem que sejam sacados. Como resultado, o montante contratual total não é representativo da efetiva exposição futura a riscos de crédito ou necessidades de liquidez oriundas desses compromissos. Para diminuir o risco de crédito, o Banco requer que o contratado entregue como garantia, recursos em dinheiro, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as operações de crédito.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos das espécies acima especificadas, o Banco constituiu provisão para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos.

a) Provisões para perdas esperadas classificadas por estágios

	31.12.2021			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Provisões para perdas esperadas com				
Garantias financeiras prestadas	(214.422)	(77.456)	(225.245)	(517.123)
Compromissos de empréstimos	(2.162.721)	(82.437)	--	(2.245.158)
Total	(2.377.143)	(159.893)	(225.245)	(2.762.281)

	31.12.2020			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Provisões para perdas esperadas com				
Garantias financeiras prestadas	(269.856)	(22.628)	(274.771)	(567.255)
Compromissos de empréstimos	(1.729.030)	(79.113)	--	(1.808.143)
Total	(1.998.886)	(101.741)	(274.771)	(2.375.398)

b) Movimentação das provisões para perdas esperadas

As provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos, são registradas na Demonstração do Resultado Consolidado, em "(Perda)/reversão líquida esperada com outros ativos financeiros".

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31.12.2020	(Constituição)/ reversão	Baixas	Saldo em 31.12.2021
Provisões para perdas esperadas com				
Garantias financeiras prestadas	(567.255)	43.305	6.827	(517.123)
Compromissos de empréstimos	(1.808.143)	(437.015)	--	(2.245.158)
Total	(2.375.398)	(393.710)	6.827	(2.762.281)

	Saldo em 31.12.2019	(Constituição)/ reversão	Baixas	Saldo em 31.12.2020
Provisões para perdas esperadas com				
Garantias financeiras prestadas	(463.813)	(124.952)	21.510	(567.255)
Compromissos de empréstimos	(448.536)	(1.359.607)	--	(1.808.143)
Total	(912.349)	(1.484.559)	21.510	(2.375.398)

40 – CAPITAL REGULATÓRIO E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

Gerenciamento de capital

Objetivos e políticas

A Resolução CMN n.º 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração (CA) do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o Chief Risk Officer (CRO), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

A gestão de capital visa assegurar a solvência futura da Instituição concomitante à implementação das estratégias de negócios.

O gerenciamento de capital é realizado por meio de estrutura organizacional adequada à natureza das operações, à complexidade dos negócios e à dimensão da exposição aos riscos relevantes.

São definidas e documentadas estratégias para o gerenciamento de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Além disso, o Banco conta com políticas específicas, aprovadas pelo CA, que visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionadores estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento de capital. Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco.

Elementos compreendidos pela gestão do capital

Os planos estratégicos, as metas negociais e os orçamentos respeitam o apetite e tolerância a riscos e os indicadores de adequação de capital e de retorno ajustado a risco.

O Plano de Capital é elaborado de forma consistente com a estratégia negocial, buscando manter os indicadores de capital em níveis adequados. Esse Plano evidencia o planejamento de capital do Banco do Brasil e a avaliação prospectiva de eventual necessidade de aporte de capital.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A elaboração do Plano de Capital é referenciada nos direcionadores e limites constantes da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e do Orçamento do Conglomerado Banco do Brasil (Orçamento BB), considerando que este representa a materialização das diretrizes da ECBB, do Plano Diretor (PD), do Plano de Investimentos Fixos e do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação.

Os valores orçados devem corresponder às metas e objetivos definidos pela Alta Administração para o Conglomerado Banco do Brasil. Desta forma, premissas como o crescimento dos negócios, o crescimento do crédito em operações de maior rentabilidade, as restrições da atuação em segmentos de menor rentabilidade, entre outros, estão contidas no Orçamento BB.

Além disso, o Orçamento BB considera o cenário macroeconômico elaborado pela Unidade Tesouraria Global (Tesou) e a legislação aplicada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A revisão da ECBB e do PD resulta da aplicação de um conjunto de metodologias de planejamento estratégico, observadas as melhores práticas de mercado. Destaca-se que a revisão da ECBB e do PD ocorre de forma integrada ao processo orçamentário, à RAS e aos demais documentos da arquitetura estratégica, o que garante o alinhamento entre tais documentos, dando maior consistência interna ao processo de planejamento estratégico.

O Orçamento BB segue as diretrizes definidas na ECBB, respeita a RAS e visa atender aos pisos e tetos definidos nos indicadores aprovados no PD. O Orçamento BB possibilita a quantificação em valores financeiros dos objetivos estratégicos definidos na ECBB.

A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas e aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

A RAS define limites mínimos prudenciais que têm o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o apetite a riscos do Banco e tem vigência a partir de janeiro de cada ano.

A meta de capital é o nível de capital desejado pelo Banco, por isso suas ações de gestão devem nortear-se por esse direcionador. As metas distinguem-se da tolerância e do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Integração

Adotando postura prospectiva, o Banco avalia o estado de capital, classificado em Crítico, Alerta ou de Vigilância, em função do horizonte temporal que antecede ao prazo projetado para início do descumprimento dos limites mínimos prudenciais de capital definidos pela Alta Administração e detalhados na RAS, conforme figura a seguir:

Indicadores de Capital		Quando as projeções indicarem prazo de descumprimento dos limites (em meses)					
		0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	acima de 31
Meta ¹	ICP	ALERTA			VIGILÂNCIA		
Apetite ²	ICP Prudencial	CRÍTICO			ALERTA		VIGILÂNCIA
	ICN I Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	
	IB Prudencial	CRÍTICO	ALERTA		VIGILÂNCIA		

¹ nível de capital desejado pela Instituição

² nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos

A identificação do estado de capital do Banco é de responsabilidade do Fórum de Capital e ocorre por meio do controle do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível I (ICN I) e do Índice de Basileia Prudencial (IBP) projetados para o horizonte temporal de, no mínimo, 36 meses. Quando as projeções indicarem potencial descumprimento dos limites mínimos prudenciais de capital (Apetite a Riscos), a Instituição terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

A avaliação da suficiência do capital mantido pelo Banco contempla horizonte temporal de 3 anos e considera:

- os tipos de riscos e respectivos níveis a que o Banco está exposto e disposto a assumir;
- a capacidade do Banco gerenciar riscos de forma efetiva e prudente;
- os objetivos estratégicos do Banco; e
- as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.

Em observância ao disposto na Circular Bacen n.º 3.846/2017, essa análise também faz parte do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e deve abranger, no mínimo:

I – A avaliação e a mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de concentração e de crédito da contraparte), de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e operacional;

II – A avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a Instituição está exposta, considerando, no mínimo, os riscos de estratégia, de reputação e socioambiental; e

III – A avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse.

O Icaap, implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013, segue o disposto na Resolução CMN n.º 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do Icaap foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do Icaap. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Processos

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital. Subsidia a Alta Administração na tomada de decisões que levam a Instituição a adotar postura capaz de absorver eventuais perdas decorrentes dos riscos nos negócios ou de alterações no ambiente financeiro.

São realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em cenários macroeconômicos e/ou idiossincráticos. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

É realizado acompanhamento mensal das variáveis utilizadas na elaboração do Plano de Capital decorrente da revisão do comportamento projetado na elaboração do Orçamento BB, com base nos números observados, nas expectativas de mercado e na dinâmica dos negócios. Os desvios relevantes são apresentados e discutidos, pelas diretorias participantes do processo, nas reuniões mensais do Fórum de Capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A adoção de postura prospectiva, mediante a realização de avaliações contínuas da necessidade de capital, viabiliza a identificação, de forma proativa, de eventos com probabilidade não nula de ocorrência ou de mudanças nas condições do mercado que possam exercer efeito adverso sobre a adequação de capital, inclusive em cenários de estresse.

Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A partir de outubro/2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – Nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos ajustes prudenciais) e Capital Complementar;

II – Nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal (ACP).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- investimentos significativos (superiores a 10% do capital social) em: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que não componham o Conglomerado Prudencial;
- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor de R\$ 8.100.000 mil, foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de elemento patrimonial.

De acordo com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e 4.193/2013, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.12.2021	31.12.2020
PR – Patrimônio de Referência	165.648.211	161.924.480
Nível I	141.352.779	132.247.506
Capital Principal (CP)	111.337.592	104.315.243
Patrimônio líquido	134.523.198	116.940.782
Instrumento elegível a capital principal	8.100.000	8.100.000
Ajustes prudenciais	(31.285.606)	(20.725.539)
Capital Complementar	30.015.187	27.932.263
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	29.995.187	27.932.263
Letra financeira subordinada perpétua	20.000	--
Nível II	24.295.432	29.676.974
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	24.295.432	29.676.974
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 – letras financeiras	--	186.926
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	24.295.432	29.490.048
Recursos captados do FCO ⁽¹⁾	23.469.518	26.403.208
Recursos captados com letras financeiras e CDB ⁽²⁾	825.914	3.086.840
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	932.460.697	766.064.658
Risco de crédito (RWA _{CPAD})	789.739.180	677.256.134
Risco de mercado (RWA _{MPAD})	36.079.847	21.125.396
Risco operacional (RWA _{OPAD})	106.641.670	67.683.128
Patrimônio de referência mínimo requerido (PRMR) ⁽³⁾	74.596.856	61.285.173
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido (PR-PRMR) ⁽⁴⁾	91.051.355	100.639.307
Índice de capital Nível I (Nível I / RWA) ⁽⁴⁾	15,16%	17,26%
Índice de capital principal (CP / RWA) ⁽⁴⁾	11,94%	13,62%
Índice de Basileia (PR / RWA) ⁽⁴⁾	17,76%	21,14%

(1) Em cumprimento ao disposto no artigo 29-A da Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 80% ao montante computado no Nível II em 30.06.2018.

(2) Em 31.12.2021, considerou-se o saldo corrente dos instrumentos de Dívida Subordinada aplicando-se os redutores, conforme determina o Art. 29 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(3) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%.

(4) Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(11.184.840)	(4.588.635)
Investimentos significativos e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%)	(7.558.089)	(6.702.085)
Ativos intangíveis	(7.021.479)	(6.211.770)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ⁽¹⁾	(2.911.502)	(1.609.596)
Investimentos significativos (excesso dos 10%) ⁽²⁾	(1.748.071)	(1.375.048)
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%)	(649.886)	--
Participação de não controladores ⁽³⁾	(160.215)	(112.462)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(26.756)	(35.026)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação	(21.560)	(34.399)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013	(3.208)	(56.518)
Total	(31.285.606)	(20.725.539)

(1) Aplica-se o disposto no §13º, artigo 5º da Resolução CMN n.º 4.192/2013, que determina a não dedução dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar *hedge* para participação em investimentos no exterior, reconhecidos no período de 01.01.2018 a 31.12.2020.

(2) Refere-se, principalmente, a investimentos significativos em assemelhadas a instituições financeiras e em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, não consolidadas, em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

(3) A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, artigo 9º da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Índice de imobilização e margem

	31.12.2021	31.12.2020
Índice de imobilização	14,09%	14,12%
Margem em relação ao limite de imobilização	59.476.255	58.099.596

Conforme definido pelo Bacen, o índice de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente imobilizado. O índice máximo permitido é de 50%, conforme determina a Resolução CMN n.º 2.669/1999.

A margem se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

Indicadores regulatórios versus indicadores observados

A Resolução CMN n.º 4.783/2020 reduziu, por prazos determinados, percentuais a serem aplicados ao montante RWA, para fins de apuração da parcela ACP Conservação de que trata a Resolução CMN n.º 4.193/2013. Entre 01.10.2021 e 31.03.2022, aplica-se 2,00% ao RWA na apuração do ACP Conservação. Essa redução impactou a exigência mínima regulatória, conforme quadro a seguir:

	Regulatório	31.12.2021
Índice de Capital Principal (ICP) ⁽¹⁾	7,50%	11,94%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1) ⁽¹⁾	9,00%	15,16%
Índice de Basileia (IB) ⁽¹⁾	11,00%	17,76%
Índice de imobilização	Até 50%	14,09%

(1) Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em 31.12.2021, observa-se o cumprimento dos indicadores regulatórios. O Banco, por meio das estratégias de gerenciamento de capital já elencadas, visa superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em patamares capazes de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, o Banco define os limites mínimos prudenciais de indicadores de capital e a meta de capital principal a serem atingidos em cada período. Seguindo a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos e o Plano de Capital, a meta para 2022 é manter no mínimo 11% de Índice de Capital Principal.

Instrumentos elegíveis a capital

Os instrumentos elegíveis a capital estão descritos nas Notas Explicativas 34 e 37.

Para as letras financeiras subordinadas vigentes até a presente data, existem as seguintes possibilidades, conforme definido em suas emissões:

- (i) sem opção de recompra ou resgate, total ou parcial, pelo detentor do título e os fluxos de caixa esperados ocorrerão apenas no vencimento ou no exercício da opção de recompra pelo Banco, conforme aplicável; e
- (ii) na modalidade perpétua, há opção de recompra ou resgate, atentando para os seguintes requisitos:
 - intervalo mínimo de cinco anos entre a data da emissão e a primeira data de exercício de opção de recompra ou resgate;
 - o exercício de opção de recompra ou resgate está condicionado, na data do exercício, à autorização do Banco Central do Brasil;
 - inexistência de características que acarretem a expectativa de que a opção de recompra ou resgate será exercida, constituindo-se faculdade da Emitente; e
 - o intervalo entre as datas de exercício das opções deve ser de, no mínimo, 180 dias.

Para os títulos emitidos no exterior não há, até o momento, possibilidade de o detentor do título solicitar a recompra ou o resgate, total ou parcial. Os fluxos de caixa esperados ocorrerão quando do pagamento de cupom, no vencimento ou no exercício da opção de recompra pelo Banco, conforme aplicável.

O Instrumento elegível ao Capital Principal não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Os fluxos de caixa esperados ocorrem apenas pelo pagamento dos juros remuneratórios anuais. Conforme Comunicado ao Mercado, de 08 de abril de 2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029. O cronograma foi julgado adequado pelo Tribunal de Contas da União, em sessão do Plenário de 15.12.2021.

Em relação à dinâmica do FCO, os fluxos mensais contemplam, de um lado, as entradas/origens, como os repasses do Tesouro Nacional decorrentes da arrecadação de impostos (efetuados a cada decêndio do mês), retornos originários de pagamentos de operações de crédito e remuneração sobre os recursos disponíveis e, de outro lado, as saídas, como os ressarcimentos de bônus de adimplência/rebate, as despesas de auditoria, de *del credere*, de provisão e de remuneração na operacionalização do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. A utilização dos recursos do FCO como instrumento elegível a capital obedece aos limites estabelecidos no Art. 29-A da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

41 – GESTÃO DE RISCOS

a) Governança dos riscos e capital

O modelo de governança definido para o gerenciamento integrado de riscos e de capital do Banco envolve estrutura de Comitês Estratégicos, com a participação de diversas áreas do Banco, e contempla os seguintes aspectos:

- (i) segregação de funções: negócio *versus* risco;
- (ii) estrutura específica de gestão de riscos;
- (iii) processo de gestão definido;
- (iv) decisões em diversos níveis hierárquicos;
- (v) normas claras e estrutura de alçadas; e
- (vi) referência às melhores práticas de gestão.

Todas as decisões relacionadas à gestão e/ou assunção de riscos são tomadas de forma colegiada e de acordo com as diretrizes e normas internas do Banco do Brasil.

O Banco promove, continuamente, a avaliação da estrutura, da governança, dos processos, dos sistemas e das metodologias aplicadas ao gerenciamento de riscos e de capital. Essa avaliação, que objetiva identificar oportunidades de melhoria, pode resultar em modificações na estrutura de governança presente, com vistas ao aprimoramento da gestão.

A diretoria de gestão de riscos (Diris), vinculada à vice-presidência de controles internos e gestão de riscos (VICRI) é a área do Banco responsável pela regulação e supervisão corporativa da gestão de riscos, ou seja, responde pela gestão de todos os riscos relevantes, em 2ª linha de defesa, incluindo aqueles que forem definidos relevantes no futuro. À diretoria de controles internos (Dicoi) cabe a regulação e supervisão do sistema de controles internos e *compliance*.

A auditoria interna (Audit) efetua avaliações periódicas nos processos de gerenciamento dos riscos, com a finalidade de verificar se estão de acordo com as orientações estratégicas, as políticas específicas e as normas internas e regulatórias.

A gestão do capital do Banco consiste em processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes, para suportar os requerimentos de capital exigidos pelo regulador e para alcançar os objetivos estratégicos e orçamentários definidos internamente com objetivo de otimizar a alocação de capital.

b) Processo de gestão de riscos e de capital

O Banco do Brasil considera a gestão integrada de riscos e de capital como um instrumento fundamental para a sustentabilidade do sistema bancário. Os métodos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle, mitigação e aprimoramento dos riscos salvaguardam as instituições financeiras em momentos adversos e proporcionam suporte para a geração de resultados positivos e recorrentes ao longo do tempo.

O processo de gerenciamento integrado de riscos e capital atende aos aspectos e padrões previstos nas normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (Bacen). É realizado com base nas políticas e estratégias da Alta Administração do Banco e permeia diversas áreas, em diferentes níveis de governança do Banco, compreendendo o Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento, o Conselho Diretor (CD), Comitês Estratégicos, Diretorias e os Fóruns.

O gerenciamento corporativo de riscos e de capital do Banco do Brasil baseia-se em processo de avaliação capaz de identificar os riscos que representam oportunidades ou ameaças ao atingimento dos objetivos estratégicos do

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Banco, compreendendo, sob visão abrangente, a identificação e gestão dos riscos relevantes, a definição do apetite e tolerância a riscos e a avaliação da suficiência de capital.

Identificação e gestão dos riscos relevantes

O Banco do Brasil possui processo para identificação dos riscos que devem fazer parte do inventário de riscos e para a definição do conjunto corporativo de riscos relevantes. Este processo tem elevada importância para a gestão de riscos e de capital, bem como para a gestão dos negócios.

Definição do apetite e da tolerância a riscos

A Declaração de apetite e tolerância a riscos - RAS (*Risk Appetite Statement*), é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade do Banco de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover a disseminação da cultura de riscos.

O Banco define apetite a riscos como o nível máximo de risco que a instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos. Para a definição desses níveis, são utilizados indicadores de gestão, que possibilitam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

Para o estabelecimento dos limites, são consideradas informações relevantes, como por exemplo, premissas internas, possíveis cenários internos, externos e idiossincráticos, com suas probabilidades de ocorrência, além dos objetivos estratégicos do Banco, desempenho de concorrentes de mesmo porte, orientações do controlador, expectativa de resultados, cenários corporativos (inclusive de estresse), inter-relação entre os riscos relevantes do Banco do Brasil e a relação risco x retorno dos portfólios.

Políticas de gerenciamento de riscos e de capital

As políticas específicas voltadas para o gerenciamento de riscos e de capital aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital e visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionamentos estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento dos riscos e do capital.

c) Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

O risco de mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

O risco de taxa de juros na carteira bancária é conceituado como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Políticas

As políticas de riscos de mercado, risco de taxa de juros da carteira bancária, utilização de instrumentos financeiros derivativos e de classificação e reclassificação de operações na carteira de negociação, aprovadas pelo Conselho de Administração, compõem os documentos estratégicos relativos à gestão do risco de mercado e IRRBB do Banco.

Esses documentos estabelecem as diretrizes a serem seguidas nas decisões negociais do Banco. Eles envolvem a

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

avaliação de riscos, tratando tanto de aspectos quantitativos, tais como métricas utilizadas, quanto de aspectos qualitativos, tais como abrangência da gestão e segregação de funções.

No âmbito das políticas e estratégias de gestão dos riscos de mercado e IRRBB do Banco do Brasil, adota-se como princípio geral que o modelo de gestão tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar, mitigar o risco de mercado, bem como, aprimorar a gestão no âmbito do Conglomerado Prudencial e das respectivas instituições integrantes, individualmente, bem como identificar e acompanhar o risco de mercado das demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado Prudencial.

No que tange à utilização de instrumentos financeiros derivativos, o Banco estipula, entre as suas políticas e estratégias, que são realizadas operações para atendimento das necessidades de seus clientes e para o gerenciamento de posições próprias, considerando as diversas categorias de riscos e adotando visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

Destaca-se, ainda, que a negociação com instrumentos financeiros derivativos é condicionada à prévia avaliação da natureza e da dimensão dos riscos envolvidos.

Sistemas de mensuração e metodologias para avaliação dos riscos

O Banco utiliza métodos estatísticos e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se: sensibilidade, valor em risco (VaR) e estresse.

Por meio das métricas de sensibilidade são simulados os efeitos no valor das exposições resultantes de variações no patamar dos fatores de risco de mercado.

O desempenho da métrica de VaR é avaliado periodicamente mediante a aplicação de testes de aderência (*backtests*).

O risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB) compreende todas as operações não classificadas na carteira de negociação. O escopo de abrangência do IRRBB é composto, majoritariamente, por operações de crédito, captações de varejo e títulos e valores mobiliários (TVM) e apresenta como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, à exceção de alguns títulos que, mesmo compondo a carteira bancária, podem apresentar oportunidades de negociação.

A gestão do IRRBB compartilha das metodologias de construção de curvas e marcação a mercado utilizadas na gestão do risco de mercado.

A gestão do IRRBB tem como principais componentes as posições ativas em instrumentos prefixados, que agregadas ao conjunto das demais exposições, formam o montante sujeito ao risco de taxas de juros.

Um importante aspecto na gestão do IRRBB é a incorporação do risco de opcionalidades no cálculo das métricas de risco. As opcionalidades presentes em um instrumento podem ser classificadas como explícitas ou embutidas e são subdivididas em:

- a) opções automáticas: de bolsa, balcão ou explícitas em produtos, permitem ao Banco alterar a taxa ofertada dos produtos; e
- b) opções comportamentais: permitem ao cliente o direito de efetuar resgates antecipados e pré-pagamentos.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Banco utiliza métodos estatísticos e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se:

- (i) Análise de sensibilidade;
- (ii) Valor em Risco (VaR); e
- (iii) Teste de estresse.

(i) Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

- (i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos mensurados a valor justo e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco ou no seu patrimônio líquido; e
- (ii) operações classificadas na carteira de não negociação, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com a intenção de manutenção até os respectivos vencimentos – empréstimos a clientes, captações no varejo, e títulos públicos mensurados ao custo amortizado – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados dois cenários eventuais, nos quais a taxa básica de juros sofreria choques paralelos, um aumento ou uma redução da ordem de 100 *basis points* (+/- 1 ponto percentual).

Resultados da análise de sensibilidade

As tabelas abaixo apresentam os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e de não negociação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação

Fatores de risco	Exposição	31.12.2021		31.12.2020	
		+100 bps	-100 bps	+100 bps	-100 bps
Taxa pré-fixada	Taxas pré-fixadas de juros	(20.520)	21.000	(12.236)	12.535
Cupons de taxas de juros	Cupons de taxas de juros	(30)	30	(13)	13
Cupons de índices de preços	Cupons de índices de preços	(266.841)	293.880	(5.836)	6.252
Cupons de moedas estrangeiras	Cupons de moedas estrangeiras	(21.142)	23.165	(2.995)	(8.618)
Total		(308.533)	338.075	(21.080)	10.182

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e carteira bancária

Fatores de risco	Exposição	31.12.2021		31.12.2020	
		+100 bps	-100 bps	+100 bps	-100 bps
Taxa pré-fixada	Taxas pré-fixadas de juros	(7.078.783)	7.334.666	(8.106.722)	8.461.191
Cupons de taxas de juros	Cupons de taxas de juros	5.892.391	(6.138.354)	5.019.081	(5.261.041)
Cupons de índices de preços	Cupons de índices de preços	(439.075)	470.669	(249.939)	259.248
Cupons de moedas estrangeiras	Cupons de moedas estrangeiras	(1.221.984)	1.659.978	(1.796.993)	2.511.999
Total		(2.847.451)	3.326.959	(5.134.573)	5.971.397

(ii) Valor em Risco (VaR)**Metodologia**

Para mensuração do VaR Total, o Banco adota a técnica de Simulação Histórica, com os seguintes parâmetros:

a) VaR Total: (VaR + VaR Estressado) x Multiplicador, onde:

- VaR: a perda potencial esperada utilizando-se série histórica de choques com 252 dias úteis, nível de confiança de 99% e *holding period* de 10 dias (Circular Bacen n.º 3.646/2013);
- VaR Estressado (SVaR): a perda potencial esperada utilizando-se série histórica de choques diários contidos em 12 meses de estresse da carteira, a partir de 02/01/2004, nível de confiança de 99% e *holding period* de 10 dias (Circular Bacen n.º 3.646/2013); e
- Multiplicador: M=3, conforme previsto pela Circular Bacen n.º 3.646/2013.

O método de simulação histórica assume como relevante a possibilidade de ocorrência futura de eventos registrados na série histórica (cenários retrospectivos). Logo, cada cenário retrospectivo corresponde a um possível "estado do mercado" sob o horizonte temporal de simulação. Uma das grandes vantagens do método de VaR por simulação histórica reside no fato de se mitigar o risco de modelagem, haja vista que a utilização da distribuição empírica de retornos torna desnecessária a assunção da hipótese de normalidade para a série temporal de retornos, comumente assumida por outros métodos, tais como o paramétrico.

Os fatores de riscos utilizados para mensuração da métrica do VaR das exposições sujeitas a riscos de mercado são classificados nas seguintes categorias: (i) taxas de juros: risco da variação dos cupons de taxas de juros praticados no mercado. Exemplo: prefixado, cupom de dólar, cupom de IPCA (Índice de preços ao consumidor amplo), cupom de TR (taxa referencial); (ii) taxas de câmbio: risco da variação das taxas de câmbio praticadas no mercado. Exemplo: real versus dólar, real versus euro, real versus iene; (iii) preços de ações: risco da variação dos preços de ações praticados no mercado. Exemplo: PETR4 (Petrobras-PN), VALE5 (Vale-PNA); e (iv) preços de mercadorias (*commodities*): risco da variação dos preços de mercadorias no mercado. Exemplo: boi gordo, soja, milho.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Processo de *backtesting*

O objetivo do *backtesting*, executado mensalmente, é avaliar a acurácia do modelo de risco de mercado. Esta avaliação está segregada dos processos de desenvolvimento e de utilização da métrica de VaR.

A metodologia utilizada pelo Banco consiste em verificar se o número de extrapolações (quantidade de vezes em que os retornos negativos excederam as perdas estimadas pelo VaR) está compatível com aquele previsto pelo modelo (sob o ponto de vista estatístico), bem como se ocorreram de forma independente ao longo do tempo.

De forma complementar, visando oferecer um comparativo entre modelos, realiza-se a avaliação de magnitude de valores extremos e, ainda, o ordenamento dos modelos de VaR.

O *backtesting* é realizado com periodicidade mensal, comparando-se as variações negativas ocorridas nas posições (perdas) com as estimativas do valor em risco (VaR).

Os modelos de *backtesting* utilizam métodos estatísticos de avaliação baseados em testes de hipóteses (Kupiec, Christoffersen e de Basileia), com nível de significância de 99%.

Todos os métodos consistem em verificar se o número de extrapolações (quantidade de vezes em que os retornos negativos excederam as perdas estimadas pelo modelo de VaR) está compatível com aquele previsto pelo modelo de *backtesting*, que preveem faixas de aceitação que dependem do tamanho da série.

Nos testes de Kupiec e Christoffersen, existe um limite inferior e um limite superior da faixa, rejeitando eventos quando estes estiverem fora da faixa e não rejeitando caso estejam dentro da faixa. O teste de Christoffersen também verifica se as extrapolações ocorreram de forma independente ao longo do tempo, situação de não rejeição.

Para o teste de Basileia (*traffic lights*), há uma faixa verde, abaixo de um número definido de extrapolações, em que o modelo está acurado; uma faixa amarela, entre dois valores de limite que coloca o modelo sob observação e uma faixa vermelha, acima de um número definido de extrapolações, em que o modelo é considerado não acurado.

Para o período de 2020, ocorreram extrapolações, pois as perdas observadas foram superiores às perdas estimadas, as quais são mensuradas conforme modelo de Var descrito acima.

Data	% Em comparação ao VaR
12/03/2020	183,94%
19/03/2020	175,76%
02/06/2020	117,99%
05/10/2020	126,45%

Para o período de 2021, não ocorreram extrapolações, pois as perdas observadas foram inferiores às perdas estimadas.

O modelo de VaR se mostrou consistente, dado que os testes realizados indicaram que os resultados adversos (quantidade de extrapolações) ficaram dentro dos limites estabelecidos pelos testes estatísticos e pelo nível de confiança (99%).

Não existiram posições ou instrumentos financeiros que não foram considerados no cálculo do VaR para os períodos apresentados.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

(iii) Teste de estresse

O Banco utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições ao risco de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Esses testes objetivam simular o tamanho dos impactos nos requerimentos de capital regulatório e econômico, MtM e no Patrimônio Líquido de eventos plausíveis, improváveis de ocorrer.

O programa de testes de estresse do Banco do Brasil tem os seguintes objetivos:

- (i) estar integrado à estrutura de gerenciamento de riscos do Banco;
- (ii) associar potenciais perdas a eventos plausíveis;
- (iii) ser considerado no desenvolvimento das estratégias de mitigação de riscos e nos planos de contingência do Banco;
- (iv) ser realizado individualmente por fator de risco e de forma conjunta; e
- (v) considerar a concentração em determinados fatores de risco os instrumentos não lineares e a quebra das premissas do modelo de VaR.

Para exigência de capital, impacto no MtM e no Patrimônio Líquido, o programa de testes de estresse de risco de mercado faz uso de métodos de avaliação baseados em:

- (i) Testes retrospectivos – carteira de negociação, para as parcelas RWAjurs (1, 2, 3 e 4) e RWAacs, bem como, para risco cambial e risco de *commodities* da carteira de negociação e carteira bancária do Conglomerado Prudencial;
- (ii) Testes prospectivos – realizado tendo como escopo os Títulos e Valores Mobiliários, Categorias 1 e 2 e Derivativos, no âmbito do Teste Integrado de Estresse; e
- (iii) Testes de análise de sensibilidade – mesmo escopo dos testes retrospectivos.

Teste retrospectivo – carteira de negociação

O método do teste retrospectivo de estresse estima o percentual da variação do valor de mercado das exposições, mediante a aplicação de choques compatíveis com cenários específicos capazes de reproduzir períodos históricos de estresse do mercado ou de maiores perdas do Banco, considerando os seguintes parâmetros:

- (i) métricas: mínimo (pior perda) e máximo (maior ganho) da série histórica de retornos diários da carteira de negociação;
- (ii) extensão da série histórica: de 1º de abril de 2000 até a data-base;
- (iii) período de manutenção: um mês (21 dias úteis); e
- (iv) periodicidade do teste: mensal.

O controle, o monitoramento e o acompanhamento diário dos limites de estresse para a carteira de negociação do Banco e para os seus grupos e livros são realizados com base nas métricas do teste retrospectivo de estresse.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos do Banco. Seguem os resultados dos testes retrospectivos de estresse da carteira de negociação de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estimativas de perdas do teste retrospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2021	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	4.921.785	(15.671.201)
Moedas estrangeiras	6.525.047	(7.863.386)
Commodities	(60.299)	(299.008)
Total	11.386.533	

Fator de risco	31.12.2020	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	1.425.208	(4.483.981)
Moedas estrangeiras	5.055.955	(1.273.005)
Commodities	82.541	(132.060)
Total	6.563.704	

Estimativas de ganhos do teste retrospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2021	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	4.921.785	16.097.598
Moedas estrangeiras	6.525.047	10.063.785
Commodities	(60.299)	228.075
Total	11.386.533	

Fator de risco	31.12.2020	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	1.425.208	6.593.175
Moedas estrangeiras	5.055.955	1.251.593
Commodities	82.541	660.541
Total	6.563.704	

Conclusões – piores perdas:

- (i) RWACAM: Nas exposições das moedas ARS: R\$ (6.813,9) milhões e USD: R\$ (659,5) milhões, referente aos cenários históricos de 28/10/2008 e 01/08/2002, respectivamente, e RWAJUR: fatores de risco Prefixado: R\$ (2.673,0) milhões e Cupom IPCA: R\$ (12.616,5) milhões, referente aos cenários históricos de 05/11/2002 e 02/07/2020, respectivamente; e
- (ii) Impacto sobre o Capital Principal: (21,40%).

Conclusões – maiores ganhos:

- (i) RWACAM: Nas exposições das moedas ARS: R\$ 9.076,7 milhões e USD: R\$ 646,7 milhões, referente aos cenários históricos de 22/04/2003 e 18/05/2017, respectivamente, e RWAJUR: fatores de risco Prefixado: R\$ 3.221,6 milhões e Cupom IPCA: R\$ 12.467,3 milhões, referente aos cenários históricos de 16/10/2002 e 05/10/2020, respectivamente; e
- (ii) Impacto sobre o Capital Principal: 23,70%.

A coluna “exposição líquida” é o resultado líquido das exposições ativas e passivas em valor presente, consideradas no cálculo da exigência de capital de risco de mercado, apresentado nas tabelas abaixo por fator de risco:

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Detalhamento das exposições líquidas para o teste de estresse retrospectivo

Fator de risco	Exposição líquida	
	31.12.2021	31.12.2020
Moeda estrangeira	6.525.047	5.055.956
CHF	6.120	20.673
CAD	10.945	10.683
EUR	538.514	1.586.722
GBP	143.925	5.303
JPY	239.196	(619.735)
USD	2.883.842	1.646.292
XAU	31.189	--
Outras moedas	2.671.316	2.406.018
Commodities	(60.299)	82.541
Commodities	(60.299)	82.541
Taxas de juros	4.921.785	1.425.207
Prefixado	1.122.707	813.810
Cupom de índices de preço	3.378.710	103.718
Cupom de moeda estrangeira	420.368	507.679
Total	11.386.533	6.563.704

Dentre os instrumentos que formam os valores das exposições líquidas acima, estão: títulos emitidos pelo governo brasileiro, títulos emitidos por empresas privadas e instrumentos financeiros derivativos. Os testes de estresse são aplicados para todos os instrumentos da carteira de negociação, conforme exigido pelo Banco Central do Brasil. Portanto, todos os instrumentos sensíveis ao risco de mercado incluídos em nossa carteira de negociação estão dentro do escopo do teste de estresse para risco de mercado.

As piores perdas e os maiores ganhos calculados por metodologia retrospectiva referem-se a perdas e ganhos calculados por simulações históricas. Neste tipo de metodologia, obtemos os resultados para cada fator de risco (posições curtas ou longas) de acordo com as mudanças históricas positivas ou negativas nas curvas corporativas utilizadas para testes de estresse.

Consequentemente, no pior cenário de perdas, calculamos as piores perdas obtidas com a simulação histórica para cada fator de risco, independentemente de sua exposição líquida curta ou longa, e de forma semelhante para os maiores ganhos. Há o impacto de um período de retenção de 21 dias sobre os resultados no cenário de estresse, que representa a multiplicação do ganho ou perda diária por raiz quadrada de 21, conforme definido por nossa alta administração. As tabelas abaixo mostram os ganhos e perdas por fator de risco, computados por simulação histórica com dados de 1º de janeiro de 2000 e observando o período de manutenção de 21 dias.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Detalhamento das perdas e ganhos para o teste de estresse retrospectivo

Fator de risco	31.12.2021		31.12.2020	
	Perda	Ganho	Perda	Ganho
Moeda estrangeira	(7.863.385)	10.063.784	(1.273.004)	1.251.592
CHF	(2.785)	3.876	(9.114)	12.677
CAD	(2.701)	2.446	(2.817)	2.564
EUR	(131.737)	109.019	(380.960)	348.944
GBP	(56.881)	50.488	(2.065)	1.844
JPY	(81.220)	71.519	(180.396)	193.747
USD	(659.528)	646.740	(404.310)	396.470
Outras moedas	(6.928.533)	9.179.696	(293.342)	295.346
Commodities	(299.008)	228.075	(132.060)	660.541
Commodities	(299.008)	228.075	(132.060)	660.541
Taxas de juros	(15.671.201)	16.097.598	(4.483.981)	6.593.175
Prefixado	(2.677.923)	3.227.906	(4.109.108)	4.862.982
Cupom de índices de preço	(12.616.506)	12.467.342	(320.485)	1.655.056
Cupom de moeda estrangeira	(376.772)	402.350	(54.388)	75.137
Total	(23.833.594)	26.389.457	(5.889.045)	8.505.308

A partir da análise da tabela anterior, conclui-se que o cálculo de ganhos e perdas em condições de estresse, obtido através da simulação histórica de exposições curtas e longas que compõem a exposição líquida, pode gerar valores superiores à exposição líquida real.

Teste prospectivo – Carteira de negociação

O método de teste de estresse prospectivo estima a variação percentual no valor de mercado resultante da aplicação de choques correspondentes a fatores de risco de mercado atrelados aos Títulos e Valores Mobiliários (ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes) e Derivativos. Esses choques são estimados com base em cenários de estresse gerados por nossos departamentos de estratégia e organização e finanças.

Os testes prospectivos de estresse buscam simular adversidades com base nas características de nosso portfólio e no ambiente macroeconômico, em condições severas e plausíveis. Existem dois cenários macroeconômicos que consideram os seguintes pressupostos:

- Cenário 1: "aterrissagem forte" da economia chinesa e deterioração fiscal brasileira; e
- Cenário 2: "aterrissagem forte" da economia chinesa e aumentos da taxa de juros na economia dos EUA.

Os resultados do teste de estresse prospectivo são apresentados no relatório de Icaap, divulgados no site: <https://ri.bb.com.br>.

Exposição cambial e exposição ao ouro

O Banco do Brasil adota política de gerenciar a exposição cambial de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado do Banco.

A exposição cambial líquida, para 31.12.2021, é passiva no valor de US\$ 393,6 milhões e, para o período de 31.12.2020, é passiva no valor de US\$ 1.399,9 milhões.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanco em moedas estrangeiras e ouro

Moeda	Contas patrimoniais			
	31.12.2021		31.12.2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Dólar dos EUA	199.197.527	221.070.724	198.710.522	226.973.411
Euro	15.259.508	9.097.907	17.139.446	16.845.410
Libra Esterlina	321.235	456.908	165.327	239.971
Iene	2.568.416	2.523.335	3.347.847	2.177.404
Franco Suíço	24.039	17.918	38.236	17.462
Dólar Canadense	48.983	40.971	17.520	12.986
Ouro	31.189	--	28.124	--
Demais moedas	21.763.829	20.615.670	16.113.777	15.613.113
Total	239.214.726	253.823.433	235.560.799	261.879.757
Posição líquida – contas patrimoniais		(14.608.707)		(26.318.958)

Moeda	Derivativos			
	31.12.2021		31.12.2020	
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Dólar dos EUA	60.015.597	41.332.772	59.946.012	38.390.075
Euro	1.707.511	8.427.585	2.694.202	3.152.712
Libra Esterlina	274.423	976.796	42.994	1.326.039
Iene	314.446	688.755	--	2.656.813
Franco Suíço	--	--	--	--
Dólar Canadense	2.933	--	6.127	--
Demais moedas	1.523.169	--	1.880.048	--
Total	63.838.079	51.425.908	64.569.383	45.525.639
Posição líquida – derivativos	12.412.171		19.043.744	

Moeda	31.12.2021	31.12.2020
	Posição líquida	Posição líquida
Dólar dos EUA	(3.190.372)	(6.706.952)
Euro	(558.473)	(164.474)
Libra Esterlina	(838.046)	(1.357.689)
Iene	(329.228)	(1.486.370)
Franco Suíço	6.121	20.774
Dólar Canadense	10.945	10.661
Ouro	31.189	28.124
Demais moedas	2.671.328	2.380.712
Posição líquida total	(2.196.536)	(7.275.214)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Resumo	31.12.2021		31.12.2020	
Totais – contas patrimoniais e derivativos	303.052.805	305.249.341	300.130.182	307.405.396
Posição líquida total		(2.196.536)		(7.275.214)
Posição líquida total – em US\$ ⁽¹⁾		(393.609)		(1.399.968)

(1) Cotação do dólar em 31.12.2021 – 1 US\$ = R\$ 5,5805. Cotação do dólar em 31.12.2020 – 1 US\$ = R\$ 5,1967.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fins de gestão de riscos, a liquidez é avaliada em valores monetários segundo composição de ativos e passivos estabelecida pelo gestor da liquidez.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os pagamentos e recebimentos.

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez do Banco segrega a liquidez em moeda nacional da liquidez em moedas estrangeiras. As visões gerenciais para gestão do risco de liquidez contribuem para a gestão adequada do risco nas jurisdições onde o Banco opera e nas moedas para as quais há exposição. Para tanto, são utilizados os seguintes instrumentos:

- Projeções de liquidez: as projeções de liquidez em cenário base e de estresse permitem a avaliação prospectiva, em um horizonte temporal de 90 dias, do efeito do descasamento entre captações e aplicações, com objetivo de identificar situações que possam comprometer a liquidez do Banco. Adicionalmente cabe mencionar que a projeção de liquidez em cenário base é utilizada como indicador no plano de recuperação do Banco;
- Teste de estresse: o teste de estresse é realizado mensalmente a partir da projeção de liquidez, em cenário base e de estresse, frente à reserva de liquidez, avaliando se o volume potencial de medidas de contingência de liquidez (MCL) atende às necessidades de liquidez, quando a projeção em qualquer cenário ficar abaixo da reserva de liquidez;
- Indicador de Exigência Máxima de Liquidez Intradia – EMLI (apenas para liquidez em moeda nacional): a EMLI é a maior diferença, ocorrida durante um dia útil, entre o valor dos pagamentos e recebimentos em qualquer momento do dia; e
- Limites de risco: utilizados para garantir a manutenção do nível de exposição ao risco de liquidez nos patamares desejados pelo Banco. Os indicadores utilizados no processo de gestão de risco de liquidez são:
 - Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR);
 - Indicador de Liquidez de Médio e Longo Prazo (NSFR);
 - Reserva de Liquidez;
 - Colchão de Liquidez;
 - Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL); e
 - Indicador de Concentração de Captações.

O Banco do Brasil possui Plano de Contingência de Liquidez – PCL, que consiste em um conjunto de procedimentos, estratégias e responsabilidades para identificar, administrar e reportar estado de estresse de liquidez do Banco do Brasil, de forma a assegurar a manutenção do fluxo de caixa e restaurar o nível de liquidez ao patamar desejado.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os estados de estresse de liquidez são utilizados como parâmetro para acionamento do PCL e podem ocorrer quando a liquidez observada ficar abaixo da reserva de liquidez ou quando o indicador LCR ficar abaixo do limite estabelecido pela RAS (*Risk Appetite Statement*) vigente.

A estratégia para enfrentar o estado de estresse de liquidez consiste no acionamento das Medidas de Contingência de Liquidez (MCL), visando reestabelecer a Reserva de Liquidez ou o limite do indicador LCR.

Os instrumentos utilizados na gestão do risco de liquidez são reportados periodicamente ao Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) e ao Comitê de Administração do Banco.

Análise do risco de liquidez

Os limites de risco de liquidez são utilizados para monitorar o nível de exposição ao risco de liquidez do Banco. O controle desses limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazos do Banco, permitiu situação favorável da liquidez no período, sem necessidade de acionamento do plano de contingência de liquidez ou implementação de ações emergenciais no planejamento orçamentário que visem a adequação da liquidez estrutural.

Gerenciamento das captações

A composição das captações em uma ampla e diversificada base de clientes constitui elemento importante da gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil. A principal captação é representada pelos depósitos de clientes, formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam em produtos sem maturidade definida, tendo os seus vencimentos para fins de gestão dos riscos de mercado e de liquidez definidos segundo modelos internos.

Outros passivos com participações relevantes são os depósitos judiciais, que também se caracterizam por elevada estabilidade e maturidade indefinida, as captações no mercado externo destinadas ao financiamento de exportações e importações, e outras captações comerciais representadas por outros recursos à vista, como cobrança, ordem de pagamento, pagamento e recebimento por conta de terceiros. Destacam-se, entre outras captações comerciais, as emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e de Letras de Crédito Imobiliário (LCI) que, após o período de carência de 90 dias, têm disponibilidade diária para o poupador.

As captações por meio de operações compromissadas lastreadas em títulos e captações efetuadas pela tesouraria do Banco são realizadas para a gestão de curto prazo da liquidez operacional e em implementações de estratégias de mercado de capitais em captações de médio e longo prazos.

Tendo em vista apresentar o perfil de maturidade das captações de acordo com os critérios da IFRS 7, outras captações comerciais e depósitos sem maturidade definida (SMD), depósitos à vista, depósitos de poupança, depósitos a prazo com liquidez diária e os depósitos judiciais terão seus vencimentos alocados no primeiro vértice das tabelas a seguir. As demais captações são apresentadas pelo fluxo futuro nos seus respectivos intervalos de vencimento.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Composição das captações

Passivo	31.12.2021						
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part %
Depósitos a prazo fixo	6.821.669	1.281.755	1.066.163	3.173.008	--	12.342.595	0,8%
Captação de tesouraria	14.755.110	1.191.349	8.954	1.791	8.291.570	24.248.774	1,5%
Depósitos judiciais	182.994.208	--	--	--	--	182.994.208	11,6%
Captação no mercado externo	5.129.541	11.773.709	8.398.193	23.947.748	52.188.031	101.437.222	6,4%
Outras captações comerciais	15.525.888	36.903	--	--	--	15.562.791	1,0%
Depósitos comerciais SMD	399.238.275	--	--	--	--	399.238.275	25,3%
Outras captações comerciais SMD	93.943.934	--	--	--	--	93.943.934	5,9%
Fundos e repasses	6.080.984	10.913.041	9.479.304	42.043.247	59.288.058	127.804.634	8,1%
Operações compromissadas	571.084.740	31.242.967	8.667.906	10.841.142	--	621.836.755	39,4%
Total	1.295.574.349	56.439.724	27.620.520	80.006.936	119.767.659	1.579.409.188	100,0%

Passivo	31.12.2020						
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part %
Depósitos a prazo fixo	620.653	11.746.852	11.286.214	46.373.559	--	70.027.278	4,6%
Captação de tesouraria	4.226.166	4.743.857	3.008.549	1.143.066	8.180.875	21.302.513	1,4%
Depósitos judiciais	164.224.096	--	--	--	--	164.224.096	10,9%
Captação no mercado externo	1.541.829	15.118.741	4.784.103	53.881.284	96.678.905	172.004.862	11,4%
Outras captações comerciais	13.909.539	28.986	--	--	--	13.938.525	0,9%
Depósitos comerciais SMD	365.773.946	--	--	--	--	365.773.946	24,2%
Outras captações comerciais SMD	86.648.314	--	--	--	--	86.648.314	5,7%
Fundos e repasses	6.393.847	9.166.713	7.921.601	39.885.464	46.987.940	110.355.565	7,3%
Operações compromissadas	471.793.953	21.236.481	8.399.041	6.029.906	--	507.459.381	33,6%
Total	1.115.132.343	62.041.630	35.399.508	147.313.279	151.847.720	1.511.734.480	100,0%

Contratos de garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são compromissos condicionais de crédito emitidos pelo Banco para garantir o desempenho de clientes pessoas físicas, pessoas jurídicas e outras instituições financeiras perante terceiros.

A natureza contingente desses passivos é considerada para fins de gestão do risco de liquidez do Banco na composição dos cenários utilizados no teste de estresse de liquidez realizado mensalmente, bem como no cálculo do LCR e NSFR.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Seguem quadros com a distribuição dos vencimentos contratuais dos contratos de garantias financeiras realizados pelo Banco, posição de 31.12.2021 e 31.12.2020:

Descrição	31.12.2021				
	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Avais e fianças	4.913.260	1.926.048	4.087.153	225.735	11.152.196
Coobrigações em cessões de crédito	1	--	1.393	--	1.394
Demais coobrigações	483.672	--	--	--	483.672
Total	5.396.933	1.926.048	4.088.546	225.735	11.637.262

Descrição	31.12.2020				
	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Avais e fianças	4.869.709	1.200.507	3.697.145	243.351	10.010.712
Coobrigações em cessões de crédito	--	--	1.876	--	1.876
Demais coobrigações	891.562	--	--	--	891.562
Total	5.761.271	1.200.507	3.699.021	243.351	10.904.150

Compromisso de empréstimos

O Banco do Brasil oferece linhas de crédito que impactam a mensuração do risco de liquidez, cheque especial e o limite do cartão de crédito.

Nessas linhas o Banco mantém um limite de crédito aprovado destinado a clientes com conta corrente e pode ser utilizado sempre que houver necessidade.

A seguir, os quadros representam a distribuição dos vencimentos contratuais dos compromissos de empréstimos realizados pelo Banco, posição de 31.12.2021 e 31.12.2020:

Passivo		31.12.2021			
		1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
	Utilizado	1.103.519	924.539	--	2.028.058
Cheque especial	Não utilizado	11.439.087	10.756.599	--	22.195.686
	Utilizado	27.008.931	24.745.728	--	51.754.659
Cartão de crédito	Não utilizado	57.127.586	28.650.521	--	85.778.107
Total		96.679.123	65.077.387	--	161.756.510

Passivo		31.12.2020			
		1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
	Utilizado	844.081	716.191	--	1.560.272
Cheque especial	Não utilizado	11.210.922	10.418.679	--	21.629.601
	Utilizado	17.151.652	17.514.904	--	34.666.556
Cartão de crédito	Não utilizado	34.347.429	12.670.047	--	47.017.476
Total		63.554.084	41.319.821	--	104.873.905

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para *hedge* de posições próprias, para atendimento de necessidades de nossos clientes e para tomada de posições intencionais. A estratégia de

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

hedge está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez e com a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos e utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de suas posições, por meio de modelos de Valor em Risco, de análise de sensibilidade e de teste de estresse.

As operações com derivativos financeiros, com destaque para aqueles sujeitos a chamadas de margem e ajustes diários, são consideradas na mensuração dos limites de riscos de liquidez adotados no Banco e na composição dos cenários utilizados nos testes de estresse de liquidez realizados mensalmente.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é definido como o risco de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito (decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador), à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito inclui o risco de crédito de contraparte (RCC), o risco país, o risco soberano, o risco de transferência, o risco de concentração de crédito e a efetividade de instrumentos mitigadores ou de transferência de riscos utilizados nas exposições que geram os riscos designados.

O gerenciamento do risco de crédito do Banco é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária do Bacen. Sua estrutura tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco das exposições, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão.

Em conformidade com a Resolução Bacen n.º 54/2020, o Banco do Brasil divulga as informações referentes à gestão de riscos alinhadas às diretrizes do Pilar 3 de Basileia II. O relatório pode ser visualizado no site www.bb.com.br/ri.

Política de crédito

A política específica de crédito do Banco do Brasil contém orientações de caráter estratégico que norteiam as ações de gerenciamento do crédito e do risco de crédito no Conglomerado. É aprovada pelo CA, revisada anualmente, aplicando-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e encontra-se disponível para todos os funcionários. Espera-se que as empresas controladas, coligadas e participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

A política específica de crédito orienta sobre o gerenciamento contínuo, integrado e prospectivo do risco de crédito, compreende todas as etapas do processo de crédito, a gestão dos ativos sujeitos a esse risco, assim como o processo de cobrança e recuperação de créditos, inclusive daqueles realizados por conta e risco de terceiros.

Mecanismos de mitigação do risco de crédito

A utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito está declarada na política de crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da organização e abrangendo todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito.

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o Banco do Brasil adota, como regra geral, a

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

vinculação de mecanismo que proporcione cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela Alta Administração, o Banco tem a prerrogativa de transferir ou compartilhar o risco de crédito.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente, abordando, entre outros aspectos, a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

Sistemas de mensuração

A quantidade e a natureza das operações, a diversidade e a complexidade dos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que a mensuração do risco de crédito no Banco do Brasil seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos para efetuar a mensuração do risco de crédito de forma abrangente, avaliando, de forma prospectiva, o comportamento do portfólio sujeito ao risco de crédito considerado em diversos cenários, corporativamente definidos, inclusive estresse.

No Banco as estimativas de perda esperada (PE), associadas ao risco de crédito, consideram o ambiente macroeconômico, a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático e a recuperação do crédito, incluindo concessões de vantagens, custos de execução e prazos. Alinhada às diretrizes das IFRS, periodicamente, o Banco do Brasil revisa a composição da carteira de ativos financeiros de forma a avaliar se as perdas esperadas por *impairment* devam ser reconhecidas. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos, com a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perda esperada de crédito, assim, todas as operações possuem perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.

Deterioração do crédito

A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando a visão prospectiva. Os instrumentos financeiros são avaliados em 3 estágios e sujeitos a análises quantitativas e qualitativas.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto sistematicamente e considera os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças nas características dos instrumentos e nas suas garantias que venham impactar a capacidade financeira do cliente.

A migração dos ativos financeiros entre estágios é sensibilizada após análises que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas por redução ao valor recuperável nos ativos financeiros, assim como os valores quantitativos registrados a título de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, podem ser obtidas nas Notas 3.j, 18, 19, 21, 22, 23, 24 e 39.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Cenários econômicos

A perda esperada busca identificar a expectativa das perdas em crédito, ao longo de um dado horizonte de tempo, que influenciam o valor dos seus ativos, numa visão prospectiva, para que a instituição constitua provisões para fazer frente a essas perdas. No cálculo das provisões de crédito para instrumentos financeiros, de acordo com a perda esperada, o Banco do Brasil relaciona variáveis de risco sistêmico (variáveis macroeconômicas). A relação dessas variáveis torna a estimação da perda esperada mais dinâmica, principalmente quando considera as condições macroeconômicas atuais.

Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima em 31.12.2021 e 31.12.2020.

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.344.538.282	1.219.130.246
Empréstimos a instituições financeiras	42.842.588	49.317.455
Aplicações em operações compromissadas	487.472.927	466.344.581
Empréstimos a clientes	734.290.606	633.402.350
Títulos e valores mobiliários	33.107.809	24.946.064
Outros ativos financeiros	46.824.352	45.119.796
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	11.739.070	15.670.822
Instrumentos de dívida e patrimônio	9.604.035	12.143.486
Derivativos	2.135.035	3.527.336
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	305.490.911	256.553.310
Itens não registrados no balanço	182.709.250	138.378.822

As exposições incluem os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito, conforme descrição a seguir.

Empréstimos a instituições financeiras

Os empréstimos a instituições financeiras referem-se às aplicações em depósitos interfinanceiros e às carteiras de crédito adquiridas com coobrigação da instituição cedente.

Esses créditos seguem a análise de risco da Instituição, sendo classificados por *rating* interno.

Operações compromissadas

As operações compromissadas são realizadas principalmente com o Banco Central do Brasil e com outras instituições financeiras. Os títulos e valores mobiliários utilizados como lastro dessas operações são, em regra, títulos públicos federais. Essas operações não apresentam créditos vencidos.

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários avaliados ao custo amortizado são aqueles nos quais os seus fluxos de caixa contratuais possuem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração os mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter apenas os fluxos de caixa contratuais.

Os títulos mensurados nessa categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros são

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período, sendo o valor do ativo reduzido pelas amortizações de principal, além de reduções ao valor recuperável (perdas esperadas).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais não possuírem característica de somente pagamento de principal e juros ou quando a Administração os mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja a sua venda.

Os instrumentos financeiros registrados nessa categoria são reconhecidos inicialmente ao valor justo e os seus rendimentos (juros e dividendos) são reconhecidos como receita de juros. Ganhos e perdas realizados e não realizados em função das variações de valor justo desses instrumentos são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são geridos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno tanto pelo reconhecimento dos fluxos de caixas contratuais quanto pela negociação com transferência substancial de riscos e benefícios.

Itens não registrados no balanço patrimonial

As operações não registradas no balanço patrimonial seguem os mesmos critérios de classificação de risco para operações de crédito típicas, impactam o limite de crédito dos clientes e referem-se aos limites de crédito, crédito a liberar e às garantias prestadas.

Os limites de crédito são limites disponibilizados aos clientes, tais como cartão de crédito e cheque especial. Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos às operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionados ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas.

As garantias prestadas são operações de aval ou fiança bancária, ou outra forma de garantia fidejussória, normalmente contratadas com clientes classificados como de baixo risco, cujo desembolso só é efetivado na ocorrência de eventual inadimplência do cliente junto ao seu credor, convertendo-se a exposição em operação de crédito.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Empréstimos a clientes

As tabelas a seguir representam a exposição máxima dos ativos financeiros segregados por tipo de carteiras e pela classificação de risco de crédito.

	31.12.2021															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	420.487.340	97.451.232	789.140	518.727.712	34.945.433	3.330.540	3.263	38.279.236	23.829.754	174.367	80.173	24.084.294	479.262.527	100.956.139	872.576	581.091.242
Varejo PF	216.271.089	88.182.651	687.480	305.141.220	25.869.116	3.218.140	3.263	29.090.519	18.248.899	138.951	74.771	18.462.621	260.389.104	91.539.742	765.514	352.694.360
Produtor rural	204.216.251	9.268.581	101.660	213.586.492	9.076.317	112.400	--	9.188.717	5.580.855	35.416	5.402	5.621.673	218.873.423	9.416.397	107.062	228.396.882
Pessoas jurídicas	262.896.341	66.983.901	9.577.679	339.457.921	15.338.486	1.415.701	234.213	16.988.400	19.883.665	793.210	571.749	21.248.624	298.118.492	69.192.812	10.383.641	377.694.945
Atacado	208.751.529	46.587.524	9.269.212	264.608.265	11.265.763	640.329	231.438	12.137.530	14.686.001	231.169	118.688	15.035.858	234.703.293	47.459.022	9.619.338	291.781.653
Varejo MPE	54.129.135	20.395.254	308.467	74.832.856	4.067.864	775.337	2.775	4.845.976	5.171.561	561.956	453.061	6.186.578	63.368.560	21.732.547	764.303	85.865.410
Produtor rural	15.677	1.123	--	16.800	4.859	35	--	4.894	26.103	85	--	26.188	46.639	1.243	--	47.882
Total	683.383.681	164.435.133	10.366.819	858.185.633	50.283.919	4.746.241	237.476	55.267.636	43.713.419	967.577	651.922	45.332.918	777.381.019	170.148.951	11.256.217	958.786.187
%	79,63%	19,16%	1,21%	100,00%	90,98%	8,59%	0,43%	100,00%	96,43%	2,13%	1,44%	100,00%	81,08%	17,75%	1,17%	100,00%

	31.12.2020															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	320.998.602	57.877.749	668.116	379.544.467	54.606.882	2.547.204	15.000	57.169.086	22.041.263	119.352	95.117	22.255.732	397.646.747	60.544.305	778.233	458.969.285
Varejo PF	167.617.947	52.119.214	505.819	220.242.980	45.152.202	2.484.700	566	47.637.468	15.440.396	102.119	86.756	15.629.271	228.210.545	54.706.033	593.141	283.509.719
Produtor rural	153.380.655	5.758.535	162.297	159.301.487	9.454.680	62.504	14.434	9.531.618	6.600.867	17.233	8.361	6.626.461	169.436.202	5.838.272	185.092	175.459.566
Pessoas jurídicas	215.513.249	63.174.657	7.196.905	285.884.811	38.743.472	3.383.407	927.137	43.054.016	23.552.152	746.659	666.917	24.965.728	277.808.873	67.304.723	8.790.959	353.904.555
Atacado	177.081.556	44.980.203	7.167.022	229.228.781	31.241.104	1.496.003	924.362	33.661.469	19.906.799	294.191	245.015	20.446.005	228.229.459	46.770.397	8.336.399	283.336.255
Varejo MPE	38.424.221	18.193.868	29.883	56.647.972	7.498.723	1.887.351	2.775	9.388.849	3.627.527	452.446	421.902	4.501.875	49.550.471	20.533.665	454.560	70.538.696
Produtor rural	7.472	586	--	8.058	3.645	53	--	3.698	17.826	22	--	17.848	28.943	661	--	29.604
Total	536.511.851	121.052.406	7.865.021	665.429.278	93.350.354	5.930.611	942.137	100.223.102	45.593.415	866.011	762.034	47.221.460	675.455.620	127.849.028	9.569.192	812.873.840
%	80,63%	18,19%	1,18%	100,00%	93,14%	5,92%	0,94%	100,00%	96,55%	1,83%	1,62%	100,00%	83,09%	15,73%	1,18%	100,00%

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demais ativos financeiros**Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Saldo em 31.12.2021	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Instrumentos de dívida				
Títulos públicos federais brasileiros	232.407.095	--	--	232.407.095
Títulos emitidos por empresas não financeiras	44.744.418	568.648	1.291.551	46.604.617
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	10.839.687	--	--	10.839.687
Títulos de governos estrangeiros	10.579.331	--	--	10.579.331
Fundos mútuos de investimento	4.106.244	--	--	4.106.244
Títulos emitidos por empresas financeiras	953.937	--	--	953.937
Total	303.630.712	568.648	1.291.551	305.490.911

Saldo em 31.12.2020	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Instrumentos de dívida				
Títulos públicos federais brasileiros	201.850.585	--	--	201.850.585
Títulos emitidos por empresas não financeiras	25.010.846	193.546	1.650.142	26.854.534
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	12.403.613	--	--	12.403.613
Títulos de governos estrangeiros	10.596.840	--	--	10.596.840
Fundos mútuos de investimento	3.958.901	--	--	3.958.901
Títulos emitidos por empresas financeiras	888.837	--	--	888.837
Total	254.709.622	193.546	1.650.142	256.553.310

Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado

Saldo em 31.12.2021	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Instrumentos de dívida				
Títulos emitidos por empresas não financeiras	13.836.790	2.693.828	784.866	17.315.484
Títulos públicos federais brasileiros	12.011.257	--	--	12.011.257
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	2.854.926	--	--	2.854.926
Títulos emitidos por empresas financeiras	837.406	--	--	837.406
Títulos emitidos por governos estrangeiros	582.122	--	--	582.122
Subtotal	30.122.501	2.693.828	784.866	33.601.195
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários	(70.172)	(340.021)	(83.193)	(493.386)
Total	30.052.329	2.353.807	701.673	33.107.809

Saldo em 31.12.2020	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Instrumentos de dívida				
Títulos emitidos por empresas não financeiras	11.272.011	947.932	2.562.145	14.782.088
Títulos públicos federais brasileiros	6.573.995	--	--	6.573.995
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	2.686.004	--	--	2.686.004
Títulos emitidos por empresas financeiras	1.178.417	--	389.939	1.568.356
Títulos emitidos por governos estrangeiros	702.697	--	--	702.697
Subtotal	22.413.124	947.932	2.952.084	26.313.140
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários	(239.788)	(210.863)	(916.425)	(1.367.076)
Total	22.173.336	737.069	2.035.659	24.946.064

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos recebidos em garantia

	31.12.2021	31.12.2020
Contratadas com garantias	512.335.083	450.690.446
Contratadas sem garantias	137.673.565	116.893.510
Contratadas outros mitigadores	127.372.371	107.871.664
Total	777.381.019	675.455.620

As garantias vinculadas aos empréstimos a clientes são apresentadas abaixo:

- (i) imóveis rurais (terrenos e edificações);
- (ii) imóveis urbanos – imóveis localizados em área urbana (casas, apartamentos, armazéns, galpões, edifícios comerciais ou industriais, lotes urbanos, lojas etc.);
- (iii) lavouras – colheita pendente dos produtos financiados (colheita de abacate, colheita de arroz, colheita de feijão etc.); quando se trata de produto perecível (hortaliças, frutas, flores etc.) são exigidas garantias complementares;
- (iv) móveis – bens que possam ser facilmente movidos ou removidos, e, caso fixados no solo, possam ser removidos sem qualquer dano à sua integridade material ou ao imóvel onde estão instalados (máquinas, equipamentos, veículos etc.);
- (v) operações do Banco do Brasil – aplicações financeiras existentes no Banco (poupança, Certificado de Depósito Bancário – CDB, fundos de renda fixa etc.);
- (vi) pessoais – garantias fidejussórias (aval ou fiança, inclusive de fundos de aval a exemplo do Fundo de Garantia de Operações – FGO, Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – Fampe, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger etc.);
- (vii) produtos agropecuário-extrativos – produto agropecuário-extrativo, tais como: abacaxi, açaí, arroz, café, cacau, uva etc.;
- (viii) produtos industrializados – matéria-prima, mercadorias ou os produtos industrializados (bobinas de aço, calçados, chapa de aço inox etc.);
- (ix) recebíveis – recebíveis representados por cartão de crédito, cobrança ou cheque custodiado;
- (x) semoventes – animais de rebanho (bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos etc.);
- (xi) títulos e direitos – títulos de crédito ou direitos em garantia (Cédulas de Crédito Comercial – CCC, Cédulas de Crédito Industrial – CCI, Cédulas de Crédito à Exportação – CCE, Cédulas do Produtor Rural – CPR, cédulas rurais, recursos internalizados no Banco, recebíveis e outros documentos de crédito representativos de direitos creditórios decorrentes de serviços já prestados ou mercadorias entregues); e
- (xii) seguros de crédito – Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, Seguradora de Crédito do Brasil – Secreb etc.

Nos empréstimos a clientes, é dada preferência às garantias que ofereçam auto liquidez à operação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O valor máximo considerado para efeito de comprometimento da garantia é obtido pela aplicação de determinado percentual sobre o valor do referido bem ou direito, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Percentual de adiantamento de cobertura dos ativos recebidos em garantia

Ativo	% de cobertura
Direitos creditórios	
Recibo de depósito bancário	100%
Certificado de depósito bancário ⁽¹⁾	100%
Poupança	100%
Fundo de investimento de renda fixa	100%
<i>Pledge Agreement – cash collateral</i> ⁽²⁾	100%
Carta de crédito <i>standby</i>	100%
Outros direitos creditórios	80%
Fundos de aval	
Fundo de aval para geração de emprego e renda	100%
Fundo de aval às micro e pequenas empresas	100%
Fundo de garantia de operações	100%
Fundo garantidor para investimento	100%
Outros	100%
Fiança ou aval ⁽³⁾	100%
Seguro de crédito	100%
<i>Pledge Agreement – securities</i> ⁽⁴⁾	77%
Fundos offshore – BB Fund ⁽⁵⁾	77%
Semoventes bovinos ⁽⁶⁾	70%
<i>Pledge Agreement – cash collateral</i> ⁽⁷⁾	70%
Demais garantias ⁽⁸⁾	50%

(1) Exceto os que possuam contrato de *swap*.

(2) Mesma moeda da operação.

(3) Prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação.

(4) Contrato de caução/cessão de recursos de clientes em títulos e papéis.

(5) Exclusivo ou varejo.

(6) Exceto em operações de Cédula do Produtor Rural (CPR).

(7) Celebrado em moeda diversa à das operações a serem amparadas e que não disponha de mecanismo de *hedge* cambial.

(8) Em função de determinadas características, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios representadas por aplicações financeiras devem ser internalizadas no Banco e são bloqueadas pela Instituição, permanecendo assim até a liquidação da operação. O Banco poderá, por ocasião do vencimento da aplicação financeira, lançar mão da garantia para quitação dos saldos referentes às parcelas vencidas, independentemente de aviso ou notificação ao cedente/financiado.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.

Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do apetite e tolerância ao risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. São considerados também os limites de concentração impostos pelo Banco Central do Brasil.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Banco possui sistemática de gerenciamento do risco de concentração da carteira de crédito. Além do acompanhamento dos indicadores de níveis de concentração de diferentes segmentos da carteira, apurados com base no Índice de *Herfindahl-Hirshman*, é avaliado o impacto da concentração na alocação de capital para o risco de crédito.

Empréstimos a clientes – Exposições por região geográfica

	31.12.2021	31.12.2020
Banco do Brasil		
Mercado interno	742.141.827	644.498.620
Sudeste	306.586.459	285.607.430
Sul	139.276.680	117.649.594
Centro-Oeste	143.964.522	115.622.387
Nordeste	104.281.946	86.915.236
Norte	48.032.220	38.703.973
Mercado externo	35.239.192	30.957.000
Total	777.381.019	675.455.620

Empréstimos a clientes – Concentração das operações de crédito

A tabela a seguir apresenta o nível de concentração dos clientes e grupos empresariais com os quais o Banco do Brasil se relaciona em relação à carteira de crédito interna e externa:

	31.12.2021	31.12.2020
Maior cliente	1,5%	1,8%
2º ao 20º	7,9%	10,2%
21º ao 100º	6,5%	6,7%
100 Maiores clientes	15,9%	18,7%

As informações relativas às exposições por atividade econômica foram incluídas na Nota 23 – Empréstimos a clientes.

Operações de crédito renegociadas

Operações de crédito renegociadas são aquelas com evidências de problemas de recuperabilidade do crédito, por dificuldade financeira significativa do devedor, que tenham sido compostas ou renegociadas e com alteração das condições originalmente pactuadas.

Essas operações visam fornecer ao cliente uma situação de viabilidade financeira ao longo do tempo, adaptando o reembolso do empréstimo junto ao Banco, à nova situação de geração de fundos do cliente.

As renegociações são realizadas de acordo a viabilidade das operações com base na disposição e capacidade de pagamento do cliente, para esse fim é realizada uma análise atualizada de sua situação econômico-financeira e capacidade de gerar receitas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos que o Banco adquiriu na liquidação de operações de crédito

	31.12.2021	31.12.2020
Imóveis	353.809	263.516
Máquinas e equipamentos	260	1.121
Veículos e afins	365	336
Outros	1.000	3.340
Total	355.434	268.313

Os bens móveis e imóveis obtidos em razão da recuperação de créditos inadimplidos são periodicamente ofertados ao mercado, por meio de processos licitatórios, na modalidade de leilão, não sendo política do Banco sua utilização para obtenção de receita financeira ou no desempenho de sua atividade fim.

f) Risco operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

Com o objetivo de cumprir as estratégias e políticas definidas para risco operacional e atendendo aos requisitos regulatórios, as atividades referentes às fases de gestão, estão sintetizadas na tabela a seguir.

Fases do processo de gestão do risco operacional

Fase de gestão	Síntese das atividades
Identificação	Consiste em reconhecer e classificar os eventos de risco operacional a que o Banco está exposto e que podem afetar o alcance de seus objetivos, especificando a origem e forma de ocorrência.
Mensuração	Consiste na quantificação das perdas operacionais, agrupadas por limites específicos dentro das categorias de risco operacional e direcionadas aos gestores de produtos, serviços ou processos. Também abrange o impacto das perdas na forma de indicadores que constam do acordo de trabalho das unidades afetadas.
Avaliação	Consiste em qualificar o resultado da mensuração do risco operacional com o objetivo de avaliar o impacto nos negócios do Banco. Visa atribuir grau de criticidade aos riscos operacionais, considerando seu impacto e o resultado da eficácia dos controles, contribuindo para a gestão e tomada de decisões.
Mitigação	Consiste em implementar e executar controles que mitiguem os riscos operacionais. Os controles visam modificar o risco buscando reduzir as perdas operacionais por meio da remoção da causa do risco, alteração da probabilidade de ocorrência ou alteração das consequências do evento de risco.
Controle	Consiste em registrar o comportamento dos riscos operacionais, limites, indicadores e eventos de perda operacional, bem como implementar mecanismos de forma a garantir que os limites e indicadores de risco operacional permaneçam dentro dos níveis desejados.
Monitoramento	É a ação que tem por objetivo identificar as deficiências do processo de gestão do risco operacional de forma que as fragilidades detectadas sejam levadas ao conhecimento da Alta Administração. É a fase de retroalimentação do processo de gerenciamento de risco operacional, onde é possível detectar fragilidades nas fases anteriores.
Reporte	Consiste na geração de informações aos gestores, Alta Administração, Auditoria Interna, contendo os níveis de perda, suas causas e consumo dos limites aprovados, no sentido de informar e subsidiar as estratégias para correção tempestiva das deficiências e fragilidades apontadas.
Aprimoramento	É a ação que envolve melhoria contínua no tratamento dos eventos de perda operacional, além de atuação junto aos gestores envolvidos no sentido de orientação na busca de mitigadores desses eventos.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Política de risco operacional

A política de risco operacional, aprovada e revisada anualmente pelo Conselho de Administração, contém orientações às áreas do Banco, que visam garantir a efetividade do modelo de gestão do risco operacional, esperando-se que as empresas Entidades Ligadas ao Banco do Brasil definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN n.º 4.557/2017 a política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com objetivo de identificar, mensurar, avaliar, mitigar, controlar, monitorar, reportar e aprimorar o risco associado ao Conglomerado Prudencial e a cada instituição individualmente, bem como identificar e acompanhar os riscos associados às demais entidades controladas por seus integrantes ou das quais estes participem.

Monitoramento

O monitoramento das perdas operacionais, para produção dos devidos reportes, ocorre por intermédio da ferramenta Painel de Risco Operacional, o qual é acompanhado também pelas áreas gestoras de processos, sistemas, produtos ou serviços, com apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o limite global de perdas operacionais e limites específicos de perdas operacionais.

Com o objetivo de tornar o monitoramento ainda mais eficiente, foram adotados limites específicos que detalham as seguintes categorias de eventos de risco operacional:

- práticas trabalhistas e condições do ambiente de trabalho;
- práticas inadequadas relativas aos negócios, produtos e clientes;
- fraudes e roubos externos;
- fraudes e roubos internos;
- falhas em sistemas;
- danos a ativos físicos e lesões a pessoas;
- falhas na execução e gerenciamento de processos;
- interrupção das atividades.

O acompanhamento sistemático dos eventos de perda operacional é realizado por intermédio da análise das informações constantes do Painel de Riscos, dentre elas o acompanhamento dos limites global e específicos e decisões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital – CEGRC. A partir do monitoramento dos limites estabelecidos, os gestores responsáveis pelo processo, produto ou serviço poderão ser acionados para esclarecer os motivos da extrapolação e propor ações de mitigação dos riscos.

42 – TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS

No curso de suas atividades, o Banco efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros, representados principalmente por instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e empréstimos a clientes. Ao aplicar a prática contábil para a transferência de ativos financeiros, o Banco avalia o nível de envolvimento contínuo com os ativos transferidos para determinar se continua o seu reconhecimento na totalidade, na extensão da continuidade do seu envolvimento ou se realiza a baixa do ativo financeiro transferido.

As transações de transferências de ativos financeiros realizadas pelo Banco são representadas principalmente pela venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra e pela cessão de carteiras de empréstimos a clientes com retenção substancial de riscos e benefícios, cujos passivos associados estão registrados em obrigações por operações compromissadas e em valores a pagar a instituições financeiras, respectivamente.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial e seus respectivos passivos associados

	31.12.2021		31.12.2020	
	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados
Ativos financeiros vinculados ao compromisso de recompra				
Ativos financeiros ao custo amortizado – Títulos e valores mobiliários	5.141.660	5.420.304	8.667.388	8.962.223
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	139.598.111	136.063.836	158.774.894	151.363.855
Total	144.739.771	141.484.140	167.442.282	160.326.078

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial cujos passivos associados são recursos apenas para os ativos transferidos

	31.12.2021		31.12.2020	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Operações de crédito cedidas com coobrigação ⁽¹⁾				
Ativos financeiros transferidos	199.113	276.063	258.722	389.335
Passivos financeiros associados	198.879	198.879	258.493	258.493
Posição líquida	234	77.184	229	130.842

(1) Os ativos financeiros transferidos e os passivos financeiros associados às operações de crédito cedidas com coobrigação são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos "Empréstimos a clientes" e "Valores a pagar a instituições financeiras", respectivamente.

Venda com compromisso de recompra

Vendas com compromisso de recompra são transações nas quais o Banco vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Banco continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de valor de mercado e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como uma obrigação a pagar pelo preço de recompra. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos títulos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O Banco transfere o direito de receber o fluxo financeiro futuro dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, ao cessionário, mediante recebimento de uma quantia em caixa, calculada na data da transferência. Contudo, o Banco continua reconhecendo em seu balanço patrimonial os saldos dos ativos financeiros em rubricas destacadas, porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer situação de inadimplência ocorrida nos recebíveis transferidos é de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como valores a pagar a instituições financeiras. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos empréstimos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

43 – COMPENSAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As informações apresentadas a seguir referem-se a ativos e passivos financeiros que:

- são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial consolidado; ou
- estão sujeitos a um contrato máster de compensação executável ou acordos similares, independentemente de serem apresentados de forma líquida no balanço patrimonial consolidado.

Em conformidade com a IAS 32, um ativo financeiro e um passivo financeiro são compensados e o seu valor líquido apresentado no balanço patrimonial consolidado quando, e somente quando, existe um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e o Banco pretende liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

De acordo com a IFRS 7, o Banco deve também apresentar os valores relativos a instrumentos financeiros sujeitos a acordos máster de compensação ou acordos similares, os quais não cumprem alguns ou todos os critérios de compensação definidos na IAS 32. Os acordos similares incluem os contratos globais de derivativos (CGD/ISDA) e os contratos globais de operações compromissadas (GMRA).

Parte das operações com instrumentos financeiros derivativos são firmadas por meio de contratos CGD e ISDA (*International Swap and Derivatives Agreement*), no Brasil e no exterior, respectivamente. Tais contratos contemplam cláusulas de compensação, tais como:

- *netting of payments*: compensação no curso normal das operações, processada sempre que houver quantias a serem pagas entre as partes na mesma moeda e em relação à mesma operação;
- *multiple transaction payment netting*: compensação no curso normal das operações, processada sempre que houver quantias a serem pagas entre as partes na mesma moeda e na mesma data;
- *set off*: compensação no término antecipado das operações, processada caso a parte que não está em *default* opte por exercer o direito de compensação.

Também são firmadas por meio de contratos máster de compensação algumas operações compromissadas realizadas pelo Banco no exterior. Os contratos GMRA (*Global Master Repurchase Agreement*) são firmados com cláusulas de compensação similares às aquelas dos contratos CGD/ISDA.

A compensação de ativos e passivos financeiros firmados por meio de acordos máster de compensação e acordos similares pode ocorrer no curso normal das operações (*netting of payments* ou *multiple transaction payment netting*) e em caso de inadimplência, insolvência ou falência de quaisquer das contrapartes (*set off*).

Os instrumentos financeiros recebidos ou oferecidos em garantia incluem depósitos em dinheiro e/ou instrumentos financeiros reconhecidos como de alta liquidez. Essas garantias estão sujeitas às condições normais de mercado e incluem, quando apropriado, um ISDA *Credit Support Annex* (CSA). Isto significa que os títulos recebidos como garantia podem ser oferecidos como garantia ou vendidos durante o prazo da operação, com a obrigação de serem devolvidos no vencimento. As garantias somente serão exercidas em caso de inadimplência, insolvência ou falência de quaisquer das contrapartes e poderão ser utilizadas para abater saldo devedor ao final da operação.

As garantias são aceitas e recebidas na forma de caixa ou de títulos negociáveis tanto para os contratos de operações compromissadas quanto para os contratos com derivativos.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

31.12.2021	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados				Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾	Saldo contábil
	Valores brutos ⁽¹⁾	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impactos dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas		Valores líquidos		
					Caixa	Títulos			
Derivativos	6.075.751	(4.938.841)	1.136.910	(119.545)	--	--	1.017.365	998.125	2.135.035
Aplicações em operações compromissadas	1.862.231	--	1.862.231	--	--	(1.662.595)	199.636	485.610.696	487.472.927
Total	7.937.982	(4.938.841)	2.999.141	(119.545)	--	(1.662.595)	1.217.001	486.608.821	489.607.962

31.12.2020	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados				Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾	Saldo contábil
	Valores brutos ⁽¹⁾	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impactos dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas		Valores líquidos		
					Caixa	Títulos			
Derivativos	6.869.047	(3.909.673)	2.959.374	(806.345)	--	--	2.153.029	567.962	3.527.336
Aplicações em operações compromissadas	3.946.112	--	3.946.112	--	--	(3.593.397)	352.715	462.398.469	466.344.581
Total	10.815.159	(3.909.673)	6.905.486	(806.345)	--	(3.593.397)	2.505.744	462.966.431	469.871.917

(1) Inclui o montante das operações com acordos máster de compensação e similares executáveis.

(2) Inclui o total das operações sem vinculação a acordos máster de compensação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

31.12.2021	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados				Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾	Saldo contábil
	Valores brutos ⁽¹⁾	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impactos dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas		Valores líquidos		
					Caixa	Títulos			
Derivativos	(6.518.746)	4.938.841	(1.579.905)	393.670	--	--	(1.186.235)	(473.256)	(2.053.161)
Obrigações por operações compromissadas	(2.099.173)	--	--	--	--	1.909.391	(189.782)	(619.737.582)	(621.836.755)
Total	(8.617.919)	4.938.841	(3.679.078)	393.670	--	1.909.391	(1.376.017)	(620.210.838)	(623.889.916)

31.12.2020	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados				Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾	Saldo contábil
	Valores brutos ⁽¹⁾	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impactos dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas		Valores líquidos		
					Caixa	Títulos			
Derivativos	(6.544.913)	3.909.673	(2.635.240)	2.553.177	--	--	(82.063)	(463.075)	(3.098.315)
Obrigações por operações compromissadas	(1.673.147)	--	(1.673.147)	--	--	1.400.210	(272.937)	(502.049.675)	(503.722.822)
Total	(8.218.060)	3.909.673	(4.308.387)	2.553.177	--	1.400.210	(355.000)	(502.512.750)	(506.821.137)

(1) Inclui o montante das operações com acordos máster de compensação e similares executáveis.

(2) Inclui o total das operações sem vinculação a acordos máster de compensação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

44 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc – Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM – Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	31.12.2021			31.12.2020		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de aposentadoria e pensão	86.620	123.411	210.031	94.026	119.972	213.998
Plano de Benefícios 1 – Previ	4.124	101.186	105.310	6.722	99.812	106.534
Plano Previ Futuro	71.765	3.447	75.212	74.760	2.344	77.104
Plano Informal	--	2.231	2.231	--	2.480	2.480
Outros Planos	10.731	16.547	27.278	12.544	15.336	27.880
Planos de assistência médica	87.785	108.307	196.092	94.704	106.104	200.808
Cassi	78.880	102.327	181.207	84.523	99.885	184.408
Outros Planos	8.905	5.980	14.885	10.181	6.219	16.400

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2019
Planos de aposentadoria e pensão	1.813.181	1.791.030	1.928.021
Plano de Benefícios 1 – Previ ⁽¹⁾	598.607	621.846	832.757
Plano Previ Futuro	807.075	762.023	713.942
Plano Informal	144.088	150.480	157.629
Outros Planos	263.411	256.681	223.693
Planos de assistência médica	1.840.605	2.625.470	1.394.079
Cassi ⁽²⁾	1.663.483	2.461.292	1.211.275
Outros Planos	177.122	164.178	182.804
Total	3.653.786	4.416.500	3.322.100

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 44.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

(2) No Exercício/2020, inclui contribuições retroativas a janeiro/2019, referentes à taxa de administração temporária e contribuição patronal sobre dependentes, bem como a liquidação antecipada do Banco para com o Grupo dos Dependentes Indiretos (GDI) (Nota 47.a).

As contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) foram estimadas em R\$ 891.076 mil para os próximos 6 meses e R\$ 1.899.428 mil para os próximos 12 meses.

Valores reconhecidos no resultado

	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2019
Planos de aposentadoria e pensão	490.556	(1.735.210)	(1.167.595)
Plano de Benefícios 1 – Previ	1.541.705	(664.008)	(115.593)
Plano Previ Futuro	(807.075)	(762.023)	(713.942)
Plano Informal	(96.630)	(105.788)	(106.856)
Outros Planos	(147.444)	(203.391)	(231.204)
Planos de assistência médica	(2.075.588)	(2.087.397)	(1.701.107)
Cassi	(1.882.428)	(1.914.613)	(1.512.293)
Outros Planos	(193.160)	(172.784)	(188.814)
Total	(1.585.032)	(3.822.607)	(2.868.702)

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 44.d.4.

a) Planos de aposentadoria e pensão**Previ Futuro (Previ)**

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

complementos de aposentadoria.

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

- pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967;
- pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e
- aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Grupo de funcionários e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01 a 13.05.1974 e seus assistidos. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

b) Planos de assistência médica

Plano de Associados (Cassi)

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além de 3% por dependente de funcionário da ativa (até três dependentes), mais uma taxa de administração temporária, correspondente a 10% sobre o somatório das contribuições patronais e pessoais (titulares em atividade), até 2021.

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 4% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, coparticipação em alguns procedimentos, além de contribuição por dependente, seguindo as regras previstas no Estatuto da Cassi e no regulamento do plano.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31.12.2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01.01.2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no Estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” (Regulamento Complementar 1) e “C” (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fusesc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 4,55% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 11,72%, e dos patrocinadores 7,17%. Os beneficiários também contribuem com 0,99% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para as entidades patrocinadas, o que pode afetar negativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido do Banco.

Do ponto de vista do ativo, o risco atuarial está associado à possibilidade de perdas resultantes da flutuação (redução) no valor justo dos ativos do plano. Do ponto de vista do passivo atuarial, por sua vez, o risco está associado à possibilidade de perdas decorrentes da flutuação (aumento) no valor presente das obrigações atuariais dos planos da categoria Benefício Definido.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31.12.2021 e 31.12.2020.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2021	Exercício/2020
Saldo inicial	(197.181.895)	(211.164.640)	(1.058.846)	(1.100.658)	(12.359.453)	(13.234.231)	(11.411.961)	(11.833.607)
Custo de juros	(14.713.266)	(14.289.666)	(71.830)	(68.305)	(931.048)	(907.097)	(855.549)	(813.178)
Custo do serviço corrente	(171.048)	(275.589)	--	--	(94.349)	(94.355)	(6.698)	(9.911)
Custo do serviço passado	--	--	(24.800)	(37.482)	--	(56.700)	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	14.054.028	13.117.049	144.088	150.481	806.452	763.559	773.089	725.222
Reduções/liquidações ⁽¹⁾	--	--	--	--	--	450.920	--	--
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	45.607.459	15.430.951	165.363	(2.882)	3.365.957	718.451	2.525.905	519.513
Ajuste de experiência	(12.926.137)	(3.704.965)	(52.900)	(36.898)	(68.299)	(499.419)	(566.119)	(265.968)
Alterações premissas biométricas/demográficas	25.031	--	--	--	(10.078)	--	(78.445)	(48.938)
Alterações premissas financeiras	58.508.565	19.135.916	218.263	34.016	3.444.334	1.217.870	3.170.469	834.419
Saldo final	(152.404.722)	(197.181.895)	(846.025)	(1.058.846)	(9.212.441)	(12.359.453)	(8.975.214)	(11.411.961)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(152.404.722)	(197.181.895)	--	--	--	(80.750)	(7.590.710)	(7.922.125)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	(846.025)	(1.058.846)	(9.212.441)	(12.278.703)	(1.384.504)	(3.489.836)

(1) Liquidação da obrigação contratual do Banco para com o Grupo dos Dependentes Indiretos (GDI), pertencente ao Plano de Associados, administrado pela Cassi.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos ⁽¹⁾	
	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2021	Exercício/2020
Saldo inicial	208.906.421	194.700.370	--	--	80.750	161.500	7.922.125	7.416.701
Receita de juros	17.967.725	13.237.239	--	--	--	--	673.786	529.344
Antecipação de contraprestação ⁽²⁾	--	--	--	--	(80.750)	(80.750)	--	--
Contribuições recebidas	1.195.417	1.209.842	144.088	150.480	806.452	763.559	409.667	398.249
Participantes	596.810	587.996	--	--	--	--	159.412	152.858
Empregador ⁽³⁾	598.607	621.846	144.088	150.480	806.452	763.559	250.255	245.391
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(14.054.028)	(13.117.049)	(144.088)	(150.480)	(806.452)	(763.559)	(773.090)	(725.221)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	(21.144.702)	12.876.019	--	--	--	--	(641.778)	303.052
Saldo final	192.870.833	208.906.421	--	--	--	80.750	7.590.710	7.922.125

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmias (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

(2) Refere-se ao adiantamento de contribuições patronais incidentes sobre a gratificação de natal (13º salário) correspondente ao período de 2018 a 2021.

(3) No Plano 1 – Previ, inclui o valor de R\$ 1.797 mil (R\$ 33.850 mil no Exercício/2020), referente ao Contrato 97 e Grupo Especial.

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
1) Valor justo dos ativos do plano	192.870.833	208.906.421	--	--	--	80.750	7.590.710	7.922.125
2) Valor presente das obrigações atuariais	(152.404.722)	(197.181.895)	(846.025)	(1.058.846)	(9.212.441)	(12.359.453)	(8.975.214)	(11.411.961)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	40.466.111	11.724.526	(846.025)	(1.058.846)	(9.212.441)	(12.278.703)	(1.384.504)	(3.489.836)
4) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado ⁽¹⁾	20.233.055	5.862.263	(846.025)	(1.058.846)	(9.212.441)	(12.278.703)	(1.199.726)	(2.477.735)

(1) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 – Previ			Plano Informal – Previ			Plano de Associados – Cassi			Outros planos		
	Exerc/2021	Exerc/2020	Exerc/2019	Exerc/2021	Exerc/2020	Exerc/2019	Exerc/2021	Exerc/2020	Exerc/2019	Exerc/2021	Exerc/2020	Exerc/2019
Custo do serviço corrente	(85.524)	(137.795)	(166.011)	--	--	--	(94.349)	(94.355)	(92.545)	(3.349)	(4.956)	(8.388)
Custo dos juros	(7.356.633)	(7.144.832)	(7.904.141)	(71.830)	(68.305)	(80.681)	(931.048)	(907.096)	(954.301)	(479.799)	(456.141)	(501.982)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	8.983.862	6.618.619	7.954.559	--	--	--	--	--	--	335.976	263.981	279.221
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	--	(24.800)	(37.483)	(26.175)	--	(56.700)	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	--	--	(857.031)	(856.462)	(465.447)	(196.620)	(182.682)	(193.609)
Outros ajustes/reversões	--	--	--	--	--	--	--	--	--	3.188	3.623	4.740
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	1.541.705	(664.008)	(115.593)	(96.630)	(105.788)	(106.856)	(1.882.428)	(1.914.613)	(1.512.293)	(340.604)	(376.175)	(420.018)

d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	(9.715.783)	(17.490.891)	(227.609)	(226.025)	(2.813.815)	(3.208.963)	(1.007.952)	(1.236.627)
Ajustes de avaliação patrimonial	12.230.480	14.136.560	165.363	(2.880)	3.365.956	718.451	1.174.930	417.576
Efeitos fiscais	(5.750.249)	(6.361.452)	(74.413)	1.296	(1.514.681)	(323.303)	(531.299)	(188.901)
Saldo final	(3.235.552)	(9.715.783)	(136.659)	(227.609)	(962.540)	(2.813.815)	(364.321)	(1.007.952)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	9,39	15.751.309	15.490.420	15.184.665	309.149.628	355.576.022
Plano Informal (Previ)	5,68	153.458	136.240	120.597	925.762	1.336.057
Plano de Associados (Cassi)	10,44	906.351	894.684	881.236	22.479.423	25.161.694
Regulamento Geral (Economus)	9,50	637.572	637.445	636.021	13.564.409	15.475.447
Regulamento Complementar 1 (Economus)	11,72	3.186	3.334	3.522	135.838	145.880
Plus I e II (Economus)	13,05	40.900	42.504	44.059	2.136.951	2.264.414
Grupo B' (Economus)	9,08	21.657	21.523	21.370	416.455	481.005
Prevmais (Economus)	11,44	24.922	25.314	25.647	853.848	929.731
Multifuturo I (Fusesc)	11,69	7.988	8.083	8.177	290.722	314.970
Plano I (Fusesc)	8,01	49.843	48.879	47.862	724.375	870.959
Plano BEP (Prevbep)	9,63	6.844	7.056	7.107	153.271	174.278

(1) Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.7) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 – Previ		Outros planos	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Renda fixa	111.151.461	95.762.703	6.434.495	6.431.346
Renda variável ⁽¹⁾	63.685.949	95.240.437	589.127	719.745
Investimentos imobiliários	10.627.183	11.239.165	240.632	312.911
Empréstimos e financiamentos	5.168.938	5.368.895	162.835	172.841
Outros ⁽²⁾	2.237.302	1.295.221	163.621	366.032
Total	192.870.833	208.906.421	7.590.710	8.002.875
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	9.952.135	7.510.061	--	30.554
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	1.215.086	82.975	34.606	38.701

(1) No Plano 1 – Previ, inclui o valor de R\$ 5.641.967 mil (R\$ 41.919.306 mil em 31.12.2020), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

(2) Em Outros Planos, no Exercício/2020, inclui o valor de R\$ 80.750 mil referente aos ativos da Cassi.

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Taxa de inflação (a.a.)	3,29%	3,31%	3,43%	3,36%	3,27%	3,31%	3,28%	3,29%
Taxa real de desconto (a.a.)	7,53%	4,24%	7,25%	3,58%	7,59%	4,33%	7,54%	4,25%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	11,07%	7,69%	--	--	--	--	11,07%	7,69%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,67%	0,93%	--	--	--	--	0,92%	0,92%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		AT-2000 / AT-83	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A norma internacional IAS 19 e a interpretação IFRIC 14 detalham a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Economia, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.9) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 31.12.2021.

	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(2.999.357)	3.115.893	2.375.184	(2.427.526)	19.324	(19.211)
Plano Informal (Previ)	(10.220)	10.493	25.743	(25.439)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(173.155)	180.229	109.132	(110.859)	580	(567)
Regulamento Geral (Economus)	(140.207)	145.466	108.014	(112.390)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(1.413)	1.472	(1.811)	1.868	--	--
Plus I e II (Economus)	(16.656)	17.485	26.424	(25.901)	--	--
Grupo B' (Economus)	(4.163)	4.305	4.403	(4.576)	--	--
Prevmais (Economus)	(7.612)	7.941	1.266	(1.224)	1.251	(1.237)
Multifuturo I (Fusesc)	(2.790)	2.982	898	(925)	794	(731)
Plano I (Fusesc)	(7.627)	7.878	8.518	(8.680)	1	(1)
Plano BEP (Prevbep)	(1.551)	1.612	1.002	(1.033)	9	(9)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo atuarial		Passivo atuarial	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Plano 1 (Previ)	20.233.055	5.862.263	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(846.025)	(1.058.846)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(9.212.441)	(12.278.703)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	(702.369)	(1.364.974)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	6.197	--	--	(3.578)
Plus I e II (Economus)	--	--	(623.285)	(1.052.895)
Grupo B' (Economus)	--	--	(225.770)	(274.683)
Prevmais (Economus)	117.373	69.947	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	97.879	67.904	--	--
Plano I (Fusesc)	103.332	63.645	--	--
Plano BEP (Prevbep)	26.917	16.899	--	--
Total	20.584.753	6.080.658	(11.609.890)	(16.033.679)

f) Destinações do Superávit do Plano 1 – Previ

	Exercício/2021	Exercício/2020
Fundo de Utilização ⁽¹⁾		
Saldo inicial	9.912.387	9.572.386
Contribuições ao Plano 1	(598.607)	(621.846)
Atualização	1.481.563	961.847
Saldo final	10.795.343	9.912.387

(1) Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75% a.a.).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

45 – PARTES RELACIONADAS**a) Pessoal-chave da administração**

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2019
Benefícios de curto prazo	47.005	51.521	53.636
Honorários e encargos sociais	31.533	32.259	34.191
Diretoria Executiva	31.181	31.868	33.807
Conselho de Administração	352	391	384
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	11.844	14.955	16.056
Outros ⁽¹⁾	3.628	4.307	3.389
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	2.268	834	741
Remuneração baseada em ações	5.719	10.801	15.290
Total	54.992	63.156	69.667

(1) Inclui, principalmente, contribuições patronais aos planos de saúde e de benefício pós-emprego, auxílio moradia, auxílio mudança, seguro de grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 37.L).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei n.º 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos,

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;

- disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;
- contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. No Exercício/2021, o banco foi ressarcido em R\$ 528.860 mil (R\$ 500.615 mil no Exercício/2020), referente aos custos com empregados cedidos sem ônus;
- aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A.;
- contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de *software*, suporte e operação em data center, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, *outsourcing* e monitoria de sistemas de segurança física e *outsourcing* de telefonia; e
- valores a receber decorrente das honras solicitadas pelo Banco aos Fundos Garantidores, nos quais a União detém participação, conforme prazos e condições estabelecidos pelo regulamento de cada programa de garantia. Os Fundos Garantidores são instrumentos de natureza pública ou privada destinados a garantir projetos e operações de crédito, com a finalidade, dentre outras, de viabilizar empreendimentos estruturados do Poder Público e auxiliar a inclusão de pessoas físicas e jurídicas no mercado de crédito.

Em 2021, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R\$ 457.193 mil (de até R\$ 4.100.200 mil em 2020).

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro “Sumário das transações com partes relacionadas”, segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais, estão relacionados nas Notas 20, 21 e 22; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas na Nota 34; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 44.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No Exercício/2021, o Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 72.632 mil (R\$ 82.976 mil no Exercício/2020).

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	Exercício/2021	Exercício/2020
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	5.852.020	7.856.098

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Sumário das transações com partes relacionadas

	31.12.2021				
	Controlador ⁽¹⁾	Coligadas e joint ventures ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativo					
Empréstimos a instituições financeiras	--	8.045.572	--	1.999.640	10.045.212
Ativos financeiros	--	3.603.062	--	523.136	4.126.198
Empréstimos a clientes ⁽⁵⁾	--	233.275	7.017	5.360.190	5.600.482
Outros ativos ⁽⁶⁾	2.209.638	997.946	--	290.978	3.498.562
Total	2.209.638	12.879.855	7.017	8.173.944	23.270.454
Garantias recebidas ⁽⁷⁾	--	3.701	--	555.596	559.297
Passivo					
Depósitos de clientes	2.371.910	711.292	1.775	9.912.592	12.997.569
Obrigações por operações compromissadas	--	--	--	4.361.701	4.361.701
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	142.969	--	--	50.701.728	50.844.697
Outros passivos ⁽⁸⁾	1.489.903	15.087.882	15.586	2.063.979	18.657.350
Total	4.004.782	15.799.174	17.361	67.040.000	86.861.317
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽⁹⁾	--	5.009.367	--	183.706	5.193.073
Demonstração do Resultado Consolidado					
	Exercício/2021				
Receitas de juros	2.416.957	617.739	725	559.169	3.594.590
Despesas de juros	(136.654)	(30.159)	(795)	(3.217.911)	(3.385.519)
Receitas de prestação de serviços	129.844	5.335.633	--	768.293	6.233.770
Outras receitas ⁽¹⁰⁾	69.813	764.638	--	9.340	843.791
Outras despesas	(964.326)	(766.240)	--	(785.778)	(2.516.344)
Total líquido	1.515.634	5.921.611	(70)	(2.666.887)	4.770.288

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal).

(2) Compreendem as empresas listadas na Nota 26.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) Os empréstimos a clientes possuem R\$ 47 mil de perdas esperadas. Houve reversão de R\$ 128 mil no Exercício/2021.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(7) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, cobrança com registro, dentre outras.

(8) Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "coligadas e joint ventures" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(9) Inclui o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(10) Inclui o montante de R\$ 378.706 mil no Exercício/2021 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.12.2020				
	Controlador ⁽¹⁾	Coligadas e joint ventures ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativo					
Empréstimos a instituições financeiras	--	7.508.400	--	2.634.986	10.143.386
Ativos financeiros	--	3.487.007	--	493.943	3.980.950
Empréstimos a clientes ⁽⁵⁾	--	21.061	5.209	14.713.767	14.740.037
Outros ativos ⁽⁶⁾	2.728.800	459.237	--	286.444	3.474.481
Total	2.728.800	11.475.705	5.209	18.129.140	32.338.854
Garantias recebidas ⁽⁷⁾	--	6.921	--	1.262.402	1.269.323
Passivo					
Depósitos de clientes	6.156.493	783.169	2.596	13.554.375	20.496.633
Obrigações por operações compromissadas	43.510	1.041.700	--	1.542.650	2.627.860
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	172.995	--	--	58.158.330	58.331.325
Outros passivos ⁽⁸⁾	1.578.002	13.319.585	19.532	1.445.773	16.362.892
Total	7.951.000	15.144.454	22.128	74.701.128	97.818.710
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽⁹⁾	--	5.010.636	--	716.003	5.726.639
Demonstração do Resultado Consolidado					
	Exercício/2020				
Receitas de juros	1.611.195	491.439	471	917.510	3.020.615
Despesas de juros	(242.655)	(18.661)	(432)	(3.278.989)	(3.540.737)
Receitas de prestação de serviços	37.643	4.760.591	--	512.505	5.310.739
Outras receitas ⁽¹⁰⁾	16.322	684.632	--	7.768	708.722
Outras despesas	(953.172)	(666.447)	--	(645.923)	(2.265.542)
Total líquido	469.333	5.251.554	39	(2.487.129)	3.233.797

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal).

(2) Compreendem as empresas listadas na Nota 26.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) Os empréstimos a clientes possuem R\$ 175 mil de perdas esperadas. Houve reversão de R\$ 995 mil no Exercício/2020.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional, equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(7) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, cobrança com registro, dentre outras.

(8) Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "coligadas e joint ventures" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(9) Inclui o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(10) Inclui o montante de R\$ 320.986 mil no Exercício/2020 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

46 – ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	31.12.2021		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	18.023.001	--	18.023.001
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	75.504.036	--	75.504.036
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	858.439.797	486.098.485	1.344.538.282
Empréstimos a instituições financeiras	37.278.227	5.564.361	42.842.588
Aplicações em operações compromissadas	487.444.472	28.455	487.472.927
Empréstimos a clientes	315.909.987	418.380.619	734.290.606
Títulos e valores mobiliários	10.059.172	23.048.637	33.107.809
Outros ativos financeiros	7.747.939	39.076.413	46.824.352
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	11.739.070	--	11.739.070
Instrumentos de dívida e patrimônio	9.604.035	--	9.604.035
Derivativos	2.135.035	--	2.135.035
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	59.842.305	245.648.606	305.490.911
Ativos não circulantes mantidos para venda	417.340	--	417.340
Investimentos em coligadas e joint ventures	--	19.446.188	19.446.188
Ativo imobilizado	--	13.401.651	13.401.651
De uso	--	8.982.146	8.982.146
De direito de uso	--	4.419.505	4.419.505
Ativos intangíveis	--	7.035.270	7.035.270
Ativos fiscais	7.345.674	57.663.822	65.009.496
Correntes	7.345.674	--	7.345.674
Diferidos	--	57.663.822	57.663.822
Outros ativos	6.409.452	32.325.814	38.735.266
Total	1.037.720.675	861.619.836	1.899.340.511
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.393.582.575	285.584.259	1.679.166.834
Depósitos de clientes	590.316.047	80.953.494	671.269.541
Valores a pagar a instituições financeiras	19.140.052	7.027.645	26.167.697
Obrigações por operações compromissadas	611.762.362	10.074.393	621.836.755
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	111.556.347	181.121.628	292.677.975
Outros passivos financeiros	60.807.767	6.407.099	67.214.866
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.053.161	--	2.053.161
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	5.618.405	11.108.134	16.726.539
Provisões para perdas esperadas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	2.377.143	385.138	2.762.281
Passivos fiscais	2.617.588	9.579.762	12.197.350
Correntes	2.617.588	--	2.617.588
Diferidos	--	9.579.762	9.579.762
Outros passivos	36.480.311	3.843.802	40.324.113
Patrimônio líquido	--	146.110.233	146.110.233
Total	1.442.729.183	456.611.328	1.899.340.511

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.12.2020		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	16.784.560	--	16.784.560
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	60.308.542	--	60.308.542
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	761.809.186	457.321.060	1.219.130.246
Empréstimos a instituições financeiras	44.588.690	4.728.765	49.317.455
Aplicações em operações compromissadas	463.201.621	3.142.960	466.344.581
Empréstimos a clientes	238.686.924	394.715.426	633.402.350
Títulos e valores mobiliários	6.923.925	18.022.139	24.946.064
Outros ativos financeiros	8.408.026	36.711.770	45.119.796
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	15.670.822	--	15.670.822
Instrumentos de dívida e patrimônio	12.143.486	--	12.143.486
Derivativos	3.527.336	--	3.527.336
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	31.588.803	224.964.507	256.553.310
Ativos não circulantes mantidos para venda	500.059	--	500.059
Investimentos em coligadas e joint ventures	--	17.906.810	17.906.810
Ativo imobilizado	--	11.275.605	11.275.605
De uso	--	8.545.213	8.545.213
De direito de uso	--	2.730.392	2.730.392
Ativos intangíveis	--	6.225.067	6.225.067
Ativos fiscais	7.153.007	58.803.117	65.956.124
Correntes	7.153.007	--	7.153.007
Diferidos	--	58.803.117	58.803.117
Outros ativos	4.376.005	19.106.853	23.482.858
Total	898.190.984	795.603.019	1.693.794.003
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.211.456.547	288.715.941	1.500.172.488
Depósitos de clientes	527.711.085	74.273.180	601.984.265
Valores a pagar a instituições financeiras	19.079.862	6.865.520	25.945.382
Obrigações por operações compromissadas	497.004.107	6.718.715	503.722.822
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	102.457.344	195.718.949	298.176.293
Outros passivos financeiros	65.204.149	5.139.577	70.343.726
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.098.315	--	3.098.315
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	4.241.703	10.277.519	14.519.222
Provisões para perdas esperadas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	1.998.886	376.512	2.375.398
Passivos fiscais	2.698.362	3.719.144	6.417.506
Correntes	2.698.362	--	2.698.362
Diferidos	--	3.719.144	3.719.144
Outros passivos	36.474.746	2.875.044	39.349.790
Patrimônio líquido	--	127.861.284	127.861.284
Total	1.259.968.559	433.825.444	1.693.794.003

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

47 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Cassi

Em 22.07.2019, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicou a Resolução Operacional n.º 2.439, que instaura a direção fiscal na Cassi. A ANS esclarece que o regime de direção fiscal não é uma intervenção. A agência nomeou um diretor fiscal, sem poderes de gestão na operadora, para avaliar presencialmente a situação da Cassi. Cabe ao diretor analisar as medidas saneadoras propostas pela operadora e subsidiar a ANS em suas decisões. A direção fiscal tem duração de até 365 dias, podendo ser renovado o regime.

Após 90 dias de auditoria contábil financeira, a ANS emitiu a Instrução Diretiva n.º 12, datada de 23.10.2019, ratificando que a Caixa de Assistência cumpre os preceitos exigidos pelos normativos de controle contábil e recomendando dois ajustes pontuais. Além disso, a Diretora Fiscal deu o prazo de 30 dias para que seja apresentado um Programa de Saneamento, que deve conter ações e metas para reverter todos os indicadores que estão em desconformidade.

Em 31.10.2019, o Banco comunicou que o Conselho Diretor aprovou nova proposta de reforma estatutária apresentada pelo Conselho Deliberativo da Cassi. Em 28.11.2019, o Banco comunicou que a reforma foi aprovada pelos associados. Assim, no Exercício/2019, houve despesa adicional de R\$ 549 milhões, referente ao custeio do novo modelo, sendo reconhecida em Despesas de Pessoal.

Em 17.01.2020, o Banco divulgou Comunicação sobre Transações entre Partes Relacionadas informando a liquidação antecipada do Banco para com o Grupo dos Dependentes Indiretos (GDI), pertencente ao Plano de Associados, administrado pela Cassi, pelo valor de R\$ 451 milhões. A liquidação desta obrigação representa baixa nas provisões do Banco, decorrentes da Deliberação CVM n.º 695/2012, não gerando, dessa forma, impacto no resultado do Banco.

Em 20.01.2020, o Banco divulgou Comunicação sobre Transações entre Partes Relacionadas informando a realização dos seguintes pagamentos, retroativos a janeiro de 2019: R\$ 124 milhões da Taxa de Administração e R\$ 425 milhões da Contribuição Patronal sobre Dependentes. O aumento destas despesas não impacta o passivo atuarial, calculado de acordo com a Deliberação CVM n.º 695/2012.

Em 15.06.2020, a ANS publicou a Resolução Operacional n.º 2.556, anunciando o encerramento do regime especial de direção fiscal na CASSI. A decisão atesta que a CASSI regularizou todos os indicadores econômico-financeiros que levaram à instauração da direção em julho de 2019 e cumpre as projeções que compõem o Programa de Saneamento, apresentado à ANS em dezembro do mesmo ano.

b) BB Seguridade – Proposta de redução do capital

Em 25.09.2019, o Conselho de Administração da BB Seguridade Participações S.A. (BB Seguridade), empresa controlada do Banco do Brasil, aprovou a submissão de proposta à Assembleia Geral Extraordinária de acionistas para redução do capital social no montante de R\$ 2,7 bilhões, sem cancelamento de ações, por considerá-lo excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei n.º 6.404/1976.

Em 30.10.2019, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da BB Seguridade a proposta submetida para redução do capital social, que se tornou efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação da ata da Assembleia.

Em 30.04.2020, o Banco recebeu, a título de restituição de parte do valor de suas ações, o montante de R\$ 1,8 bilhão. O referido montante não impactou o resultado do Banco do Brasil.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Cessão de carteira de crédito

Em 01.07.2020, o Banco realizou cessão de carteira de créditos, majoritariamente em perdas, a Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizado e Exclusivo (FIDC-NP), administrado pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM.

A carteira cedida possuía valor contábil de R\$ 2,9 bilhões e o impacto financeiro da transação foi de R\$ 371 milhões, antes dos impostos, contabilizados no resultado do Exercício/2020.

d) Opção de recompra total de título de dívida perpétuo

O Banco do Brasil exerceu em 20.10.2020 a opção de recompra total do título de dívida perpétuo emitido em 2009 (Banbra 8,5%), vigente sob as regras de Basileia II. A recompra foi realizada por 100% do seu valor de face, acrescido dos juros contabilizados e não pagos até aquela data, totalizando R\$ 4,953 bilhões (Nota 34.d).

A operação de recompra foi realizada com recursos provenientes do caixa do Banco e não trouxe impactos relevantes para os níveis de liquidez e de capital da instituição.

e) Revisão e redimensionamento da estrutura organizacional e desligamento incentivado

Conforme divulgado no Fato Relevante ao mercado em 11.01.2021, o Banco aprovou um conjunto de medidas relacionadas à revisão e ao redimensionamento de sua estrutura organizacional, em linha com os objetivos estratégicos de centralidade no cliente e incremento da eficiência operacional.

A implementação plena das medidas ocorreu a partir do 1º Semestre/2021 proporcionando ganhos de eficiência e otimização em 870 pontos de atendimento do país, incluindo:

- i) desativação de unidades;
- ii) conversão de agências em PA e PA transformados em agências;
- iii) transformação de unidades de negócios em Lojas BB, sem a oferta de guichês de caixa, com maior vocação para assessoria e relacionamento;
- iv) realocação compartilhada de unidades de negócios; e
- v) criação de Agências Especializadas Agro e Escritórios Leve Digital (unidades de negócio especializadas no atendimento a clientes com maturidade digital).

A reorganização da rede de atendimento objetiva a sua adequação ao novo perfil e comportamento dos clientes e compreende, além das medidas de otimização de estrutura descritas acima, outros movimentos de revisão e redimensionamento nas diretorias, áreas de apoio e rede, privilegiando a especialização do atendimento e a ampliação da oferta de soluções digitais.

Além disso, com as medidas, o Banco expande sua capacidade de assessoramento gerenciado aos clientes, ampliando o relacionamento e os negócios e potencializando a satisfação e a fidelização.

Foram aprovadas ainda, duas modalidades de desligamento incentivado voluntário aos funcionários: o Programa de Adequação de Quadros (PAQ), a fim de otimizar a distribuição da força de trabalho, equacionando as situações de vagas e excessos nas Unidades do banco, e o Programa de Desligamento Extraordinário (PDE), disponível a todos os funcionários do Banco que atenderem aos pré-requisitos. Os Programas possuem regulamentos específicos que estabelecem as regras para adesão.

Finalizadas as etapas de manifestação voluntária de interesse por desligamento incentivado, foram validados os desligamentos de 5.533 funcionários no PAQ e no PDE, cujos impactos financeiros foram de R\$ 795 milhões, no Exercício/2021.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Majoração de alíquota de tributo

Em 14.07.2021, a Medida Provisória n.º 1.034 foi convertida na Lei n.º 14.183/2021 que alterou a Lei n.º 7.689/1988 para majorar a alíquota da CSLL devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, referidas no inciso I do parágrafo 1º do art. 1º da Lei Complementar n.º 105/2001, em 25%, no período de julho a dezembro de 2021, com reestabelecimento da alíquota de 20% a partir de 01.01.2022.

g) Pandemia Coronavírus (Covid-19)

Desde o 1º Trimestre/2020, a economia mundial vem sendo impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Conglomerado Banco do Brasil adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas, pelo Ministério da Saúde e pelas autoridades dos países onde atua, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos funcionários, colaboradores, clientes e a sociedade.

Ao mesmo tempo, o Banco do Brasil tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às demandas, conforme comunicado ao mercado em 24.03.2020.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

Acordo Coletivo de Trabalho

O Banco assinou o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) com as Entidades Sindicais no dia 16.07.2020, tendo por finalidade minimizar os impactos decorrentes da pandemia da Covid-19. As novas regras são específicas para este período e temporárias e passam a ter validade de 2 (dois) anos a contar da sua assinatura. Principais temas celebrados no presente Acordo Coletivo:

- home office, teletrabalho ou trabalho à distância: prioriza a utilização para os funcionários pertencentes ao grupo de risco.
- férias: passam a ser comunicadas com 5 dias de antecedência, serão preservados 15 dias do período em aquisição para utilização futura quando houver antecipação; e abono dos dias 7, 8, 9, 28 e 29 de abril para os funcionários que receberam comunicado de férias por iniciativa da empresa e encontravam-se em situação diferente de força de trabalho real.
- banco de horas negativo: aplica-se a todos os funcionários sujeitos a controle de jornada, sem necessidade de adesão; prazo de 18 meses para compensação das horas negativas realizadas desde o dia 07.04.2020; para o uso do banco de horas, permanece a necessidade de negociação entre o funcionário e o gestor; desconto de 10% sobre o saldo das horas negativas acumuladas até julho e, sobre o saldo mês a mês a partir de agosto até dezembro de 2020.
- demais compromissos decorrentes da negociação: não descomissionamento por desempenho durante a pandemia; possibilidade de utilização do saldo positivo do banco de horas, juntamente com outras situações de ausências, para descanso pós-pandemia, prioritariamente para os funcionários que se encontram no atendimento presencial; manutenção da possibilidade, mesmo que em rodízio, de o gestor abonar 1 ou 2 horas para os funcionários que estão em atendimento presencial nas agências.

Além da assinatura do acordo, destacam-se as seguintes ações adotadas pelo Banco:

Funcionários e colaboradores

- comunicação com os funcionários, visando a constante orientação específica para o trabalho e atendimento, conforme a evolução da doença no País.
- criação de Grupo Estratégico de Gestão de Crise para tratar do assunto de forma adequada, garantindo unicidade e tempestividade na disseminação de informações para o público interno e externo.
- suspensão de viagens internacionais e nacionais.
- substituição de reuniões físicas por videoconferências e audioconferências.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- reforço da higienização dos ambientes e espaços.
- afastamento por 14 dias de funcionários que tenham sintomas e que tiveram contato com casos confirmados ou suspeitos (isolamento social).
- afastamento por sete dias dos funcionários oriundos de qualquer país a contar da data de saída do exterior (isolamento social).
- priorização do trabalho remoto (home office) de acordo com a criticidade do processo e natureza do trabalho e para funcionários considerados como grupo de risco.
- flexibilização dos horários de trabalho, de alteração de período de férias e da utilização de licenças.

Clientes e usuários

- manutenção dos serviços bancários essenciais à população, priorizando a abertura das salas de autoatendimento, abastecimento e funcionamento dos caixas eletrônicos.
- atendimento presencial para os serviços considerados essenciais, que serão prestados excepcionalmente nas agências.
- horário especial (das 9h00 às 10h00) exclusivo para atendimento dos aposentados do INSS e público de maior risco.
- estímulo ao uso de ferramentas e canais digitais para serviços e relacionamento pela internet e celular, com ampliação do acesso para diversos perfis de clientes com atendimento por mensagem, além de realização de operações bancárias diretamente por aplicativo de mensagens para todos os clientes.
- disponibilidade de até R\$ 100 bilhões para linhas de crédito voltados para pessoas físicas, empresas, agronegócio, além de suprimentos na área de saúde por prefeituras e governos. Os recursos referem-se a linhas de crédito já existentes, principalmente as voltadas para crédito pessoal e capital de giro.
- em linha com nota emitida pela Febraban, em 16.03.2020, e com o objetivo de minimizar os impactos momentâneos dessa situação, o Banco disponibilizou opção para prorrogação das parcelas vincendas nos próximos 60 dias, mediante manifestação do cliente que poderá ser realizada pelos canais digitais do Banco. Os clientes também puderam readequar seus compromissos financeiros a partir da repactuação de operações de crédito, com carência para pagamento da primeira parcela entre 60 e 180 dias, a depender da linha de crédito, e alongamento do prazo de pagamento. Este processo de repactuação também poderá ser realizado pelos canais digitais do Banco do Brasil.

Sociedade

- doação de recursos por empresas do Conglomerado para fomentar as ações de combate à pandemia.
- atuação da Fundação Banco do Brasil em ações de implementação de projetos assistenciais e de conscientização junto às comunidades.

O Banco do Brasil continua avaliando e monitorando os potenciais impactos na carteira de crédito, considerando os diversos segmentos e setores e tem adotado medidas proativas para a gestão do risco.

Adicionalmente, o Banco está trabalhando para preservar a regularidade de suas atividades e a continuidade de suas operações.

Implicações contábeis e de capital relacionadas aos efeitos da Covid-19

A pandemia está ocasionando impactos significativos no ambiente econômico dos países afetados pelo vírus. Apesar das ações mitigadoras adotadas até o presente momento, são esperadas implicações sobre as demonstrações contábeis do Conglomerado. Os principais reflexos e medidas são apresentados a seguir.

g.1) Principais julgamentos e incertezas

Como resultado das incertezas ocasionadas pelo cenário de pandemia, alguns julgamentos e estimativas adotados historicamente pelo Banco do Brasil foram revisados para que as informações contábeis originadas desses julgamentos e estimativas refletissem com maior nível de confiabilidade a posição patrimonial e o resultado do período divulgados pelo Banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g.2) Consolidação

Apesar do cenário econômico desafiador oriundo do enfrentamento da pandemia, o Conglomerado Banco do Brasil não realizou reestruturações societárias ou aumentou transações intragrupo significativas que não estavam inicialmente previstas pela Administração do Banco, de forma que não ocorreram alterações no processo de consolidação do Conglomerado.

g.3) Distribuição de lucros

Conforme fato relevante divulgado em 25.01.2021, o Conselho de Administração (CA) aprovou, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.885, de 23.12.2020, que alterou a Resolução CMN n.º 4.820 de 29.05.2020, o percentual de 35,29 % do lucro líquido a ser distribuído referente ao Exercício/2020. O CA também aprovou a revisão de sua Política e estabeleceu o *payout* de 40 % para o Exercício/2021, via dividendos e/ou juros sobre o capital próprio.

g.4) Gerenciamento de riscos e capital

- capitalização – suficiência para proteção em um evento de estresse.

Redução do adicional de conservação de capital principal dos bancos – Resolução CMN n.º 4.783/2020 (revogada pela Resolução CMN n.º 4.958/2021 a partir de 03.01.2022)

A alíquota do Adicional de Conservação de Capital Principal (ACCP) caiu de 2,5% para 1,25% pelo prazo de um ano, com reversão gradual até março de 2022. Essa medida também melhora as condições para realização de eventuais renegociações, ajudando as instituições financeiras a manter, ou mesmo ampliar, o fluxo de concessão de crédito. A redução da alíquota amplia a folga de capital do SFN, o que permite uma expansão na concessão de crédito. A Resolução CMN n.º 4.958 de 21.10.2021, vigente a partir de 03.01.2022, revoga a Resolução CMN n.º 4.783/2020, contudo mantém o cronograma de reversão gradual do ACCP ao seu patamar original.

Overhedge de investimentos em participações no exterior – Resolução n.º 4.192/2013 (alterada pela Resolução CMN n.º 4.851/2020 e será revogada totalmente pela Resolução CMN n.º 4.955/2021)

Os bancos deixam de ser obrigados a deduzir do seu capital os efeitos tributários das operações de *hedge* de moeda estrangeira para sua participação em investimentos no exterior, um dos mecanismos usados pelos bancos para se protegerem das variações cambiais. A medida dará segurança para as instituições financeiras implementarem, ou mesmo para ampliarem, seus planos de concessão de crédito. A Resolução CMN n.º 4.955 de 21.10.2021 entra em vigor em 03.01.2022 e define um cronograma para que os bancos voltem a deduzir de seu capital os efeitos tributários acima descritos, sendo 50% até 30.06.2022 e 100% até 31.12.2022.

- liquidez – suficiência para suportar longos períodos de estresse.

Aperfeiçoamento nas regras do *liquidity coverage ratio* – Circular Bacen n.º 3.986/2020

A medida reduziu com segurança os requerimentos de liquidez para as instituições brasileiras. A redução na necessidade de as instituições financeiras carregarem outros ativos líquidos de alta qualidade permitirá que se amplie a capacidade de conceder crédito.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- crédito, mercado e negócios – estratégia para mitigar aumento na volatilidade no resultado (como limites de concentração e estímulos a diversificação de receitas).
- risco operacional – identificação e mitigação de eventos de riscos operacionais (trabalho remoto, monitoramento de ocorrências, prevenção de fraudes).
- reputação – acompanhamento da assertividade das medidas e de seus impactos de forma a mitigar eventuais consequências negativas no valor de marca e reputação.
- risco de crédito – monitoramento, provisionamento, revisão de políticas e apetite ao risco.

g.5) Redução ao valor recuperável dos ativos

O Banco do Brasil realizou estudos para identificar se seus ativos não financeiros apresentavam indícios de desvalorização pela redução do seu valor em uso ou pelos fluxos de caixa descontados, os quais podem indicar redução no valor recuperável do ativo.

No Exercício/2021, foi reconhecida perda por redução ao valor recuperável da ordem de R\$ 959 milhões, relativa aos contratos de verba de relacionamento negocial registrados no ativo intangível (Nota 29). Não foram identificados impactos relevantes nos valores recuperáveis de ativos imobilizados e investimentos.

g.6) Valor justo dos instrumentos financeiros

Conforme estabelecido no item de gerenciamento de riscos e capital, o Banco do Brasil adequou seus procedimentos para monitoramento diário do mercado financeiro, realizando simulações e projeções que visavam identificar variações significativas no valor justo dos instrumentos financeiros.

Os modelos de marcação a mercado existentes no Banco foram revisados para que observassem os possíveis impactos da Covid-19 nos indicadores econômico-financeiros utilizados na projeção de cenários, especialmente no cálculo de valor justo de instrumentos financeiros classificados no nível 2 e nível 3 na hierarquia de valor justo.

As alterações no valor justo dos instrumentos financeiros, identificadas até o momento em decorrência da pandemia já impactaram as presentes demonstrações contábeis.

Não houve alteração nos modelos de negócios dos títulos e valores mobiliários do Conglomerado que venha a ensejar mudança na classificação desses instrumentos financeiros.

g.7) Perdas esperadas em empréstimos a clientes

A pandemia ocasionada pela Covid-19 gerou um agravamento no risco de crédito de clientes localizados nos principais países afetados, nos quais ocorreu perceptível redução na atividade econômica e, portanto, possivelmente na capacidade de que esses clientes honrem seus contratos.

Contudo, no âmbito da regulação, o CMN, por meio do Bacen, tem estabelecido medidas para mitigar os impactos sobre o funding de recursos, as operações crédito, provisão de crédito e capital regulatório.

O banco monitora o ambiente macroeconômico por meio da análise de cenários e testes de estresse, ponderando-os nas estimativas de perda esperada e objetivando antecipar possíveis impactos no resultado e capital.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ao longo de 2021, com o arrefecimento da pandemia de Covid-19 para um contexto de menor volatilidade e impactos mais previsíveis, considera-se que a estimativa de provisão esteja retornando a um cenário de normalidade.

g.8) Aproveitamento dos créditos tributários ativados

Foram realizados estudos para aproveitamento dos créditos tributários ativados, tendo em vista as projeções de resultado do Banco ou de suas subsidiárias.

O estudo realizado concluiu que não haverá alteração na expectativa de realização dos créditos tributários.

g.9) Impactos na taxa de desconto e no valor justo dos ativos garantidores de planos de benefícios definidos

No período, foram identificadas oscilações importantes nas premissas utilizadas nos cálculos atuariais, especialmente no que diz respeito a alterações na taxa de desconto e no valor justo de certos ativos garantidores dos planos de benefícios. Tais efeitos geraram em conjunto ajustes nos ativos e passivos atuariais, com impacto no patrimônio líquido, no Exercício/2021, da ordem de R\$ 9,1 bilhões (R\$ 8,4 bilhões no Exercício/2020) líquido de tributos (vide DRA). No entanto, dada a situação de incerteza do momento econômico presente, observamos que essas duas premissas permanecem apresentando volatilidade as quais são continuamente monitoradas.

g.10) Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais

Foram reavaliados os riscos envolvidos, especialmente no que se refere às demandas cíveis e trabalhistas, não tendo sido identificados impactos relevantes, até o momento, em face das provisões existentes.

g.11) Planos de reorganização

Não há expectativa de que ocorram reestruturações como a venda ou fechamento de parte do negócio ou a redução de operações em decorrência da crise ocasionada pela Covid-19.

g.12) Outros possíveis efeitos identificados/esperados

Assistência governamental

Durante o período de enfrentamento da pandemia, ocorreram medidas governamentais e regulatórias que proporcionaram apoio aos negócios e melhoria na performance do Banco. Relacionamos algumas dessas medidas e seus impactos no âmbito do sistema financeiro nacional:

Tributos próprios

Postergação de recolhimento de tributos, conforme Portaria n.º 139/2020 do Ministério da Economia. O Conglomerado não adotou a faculdade concedida.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Apoio aos negócios

Redução da alíquota do IOF cobrado dos tomadores de operações de crédito (Decretos n.º 10.305, 10.414, 10.504, 10.551 e 10.572/2020). Foram reduzidas a zero as alíquotas do IOF incidentes sobre as operações de crédito especificadas nos Decretos, contratadas entre 03.04.2020 e 26.11.2020 e entre 15.12.2020 e 31.12.2020.

Programa Emergencial de Suporte a Empregos oferece financiamento emergencial de folha de pagamento de pequenas e médias empresas – Resolução CMN n.º 4.846/2020

O Programa foi instituído pela Lei n.º 14.043, de 19 de agosto de 2020. O valor total do crédito passou para R\$ 29 bilhões, sendo R\$ 12 bilhões para concessão de garantias a empréstimos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e R\$ 17 bilhões a ser injetado pelo governo federal no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para custeio da linha de crédito em questão (PESE). Os recursos continuam sendo 85% provenientes do BNDES e o restante das instituições financeiras participantes. A medida prevê devolução, ao Governo Federal, de até 50% dos recursos não repassados pelos bancos a partir de 30 de setembro de 2020. No Exercício/2020, o Banco liberou R\$ 8,0 bilhões pelo programa. A Resolução determinou que as operações para uso dos recursos fossem contratadas até 31.10.2020.

Redução adicional do compulsório – Resolução Bacen n.º 78, de 10.03.2021 (revogada pela Resolução BCB n.º 145/2021)

A Resolução n.º 78 revogou a Resolução n.º 21/2020 e alterou a Circular Bacen n.º 3.916/ 2018 reduzindo o recolhimento compulsório dos recursos a prazo para 17% de março/2020 a novembro/2021 e de 20% até dezembro/2021. A medida mantém a estratégia de aumento da liquidez para a economia. As liberações se somam ao montante de R\$ 50 bilhões já liberados a partir de 16 de março.

A Resolução BCB n.º 145 de 24.09.2021 entrou em vigor a partir 01.11.2021, definindo e consolidando as regras do recolhimento compulsório sobre recursos a prazo, sem alterar o percentual vigente de 20%.

Repos de títulos soberanos em dólar – Resolução Bacen n.º 76, de 23.02.2021

A Resolução revogou a Circular Bacen n.º 3.990/2020 entre outras. Essa medida tem como propósito revisar, atualizar, simplificar e consolidar os atos normativos, a fim de racionalizar o estoque regulatório. Com isso, o Banco Central parou de fazer operações de oferta de liquidez em dólares por meio da compra com compromisso de revenda (repos) de títulos soberanos do Brasil denominados em dólar (*global bonds*) de posse de instituições financeiras nacionais. A medida regula a compra ou venda definitiva de moeda estrangeira nos mercados à vista, com liquidação em data futura e a termo, inclusive com compromisso de revenda conjuntamente com compromisso de recompra, assumido pela contraparte, para liquidação em data preestabelecida, no prazo de até 360 dias.

Novo Depósito a Prazo com Garantias Especiais – Resolução CMN n.º 4.785/2020

O Novo Depósito a Prazo com Garantias Especiais (NDPGE) é uma opção a mais de captação de recursos acessível a todas as instituições financeiras associadas ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Trata-se da possibilidade de essas instituições captarem depósitos garantidos pelo FGC, o que também contribui para a continuidade da oferta de crédito para o setor real. A cobertura do FGC, antes limitada a R\$ 20 milhões, foi ampliada para R\$ 40 milhões por titular. Essa garantia não envolve recursos públicos, pois o FGC é uma entidade 100% privada.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Flexibilização nas Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) – Manual do Crédito Rural (MCR)

Para permitir que mais instituições possam captar recursos com as LCAs, aumentando sua liquidez, a base de cálculo foi ajustada. Assim, foram flexibilizadas as regras para aplicação dos recursos provenientes da captação nas atividades do agronegócio. Tal flexibilização estava prevista na Resolução CMN n.º 4.787/2020, a qual foi revogada pela Resolução CMN n.º 4.903/2021, após a edição do MCR, em cumprimento à determinação de consolidação de atos normativos preconizada pelo Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Empréstimo com lastro em debêntures – Resolução CMN n.º 4.786/2020 (revogada pela Resolução CMN n.º 4.953/2021)

O Banco Central passa a ter a possibilidade de realizar empréstimos para as instituições financeiras com lastro em debêntures (títulos privados). Essas operações têm também a garantia dos recursos que as instituições financeiras mantêm compulsoriamente em suas contas de reservas no próprio Banco Central, eliminando o risco para a autoridade monetária. Trata-se de uma Linha Temporária Especial de Liquidez que visa garantir a liquidez e o normal funcionamento do mercado de crédito corporativo privado durante a crise. Essa prerrogativa foi descontinuada a partir de 01.11.2021 pela Resolução CMN n.º 4.953 de 30.09.2021.

Maior possibilidade de os bancos recomprarem suas próprias letras financeiras – Resolução CMN n.º 4.788/2020

Os maiores bancos poderão recomprar um volume maior de suas próprias letras financeiras. Com isso, os detentores desses papéis (em sua maioria, fundos de investimento) terão maior facilidade para resgatar os recursos aplicados, caso necessário. O percentual de recompra permitido passou de 5% para 20%.

Empréstimo com lastro em letras financeiras garantidas por operações de crédito – Resolução CMN n.º 4.795/2020 (revogada pela Resolução n.º 4.953/2021)

A Resolução CMN n.º 4.795/2020 autorizou o Banco Central a conceder empréstimos às instituições financeiras tendo como garantia as carteiras de crédito das instituições. A medida visava dar liquidez e garantir o normal funcionamento do mercado de crédito no país. Essa prerrogativa foi descontinuada a partir de 01.11.2021 pela Resolução CMN n.º 4.953 de 30.09.2021.

Injeção de recursos de prazos mais longos pelo Banco Central via operações compromissadas com lastro em Títulos Públicos Federais (TPFs)

Em momentos de crise, as instituições podem ter dificuldades de acessar recursos líquidos por prazos mais longos. Para prover liquidez para o SFN, o Banco Central passou a ofertar operações compromissadas mais longas na ponta doadora de recursos, por meio de suas operações de mercado aberto. Com isso, as instituições podem obter recursos líquidos por prazos mais longos em contraposição à demanda por liquidez de curtíssimo prazo por parte dos agentes de mercado. A medida também facilita a gestão da liquidez em seus balanços, pois provê a redução do custo de manter uma carteira de mais longa duração (custo de *duration*).

Linha de swap de liquidez em dólares americanos

O Banco Central estabeleceu uma linha de swap de liquidez em dólares americanos no valor de US\$ 60 bilhões em cooperação com o *Federal Reserve* (Fed), o banco central dos Estados Unidos. A linha amplia a oferta potencial de dólares no mercado doméstico e não implica condicionalidades de política econômica; caso necessário, poderá ser utilizada para incrementar os fundos disponíveis para as atuações no mercado de câmbio pelo Banco Central. O acordo de swap entre o BC e o FED vigorou até 31 de março de 2021.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE)

Em 16.07.2020, foi publicada a Medida Provisória n.º 992 que dispõe, entre outras finalidades, sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte no âmbito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE). Além disso, prevê a utilização de crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias e o compartilhamento de alienação fiduciária. Em 21.07.2020, foi publicada a Resolução CMN n.º 4.838, que dispõe sobre operações de crédito contratadas no âmbito do CGPE. A Medida Provisória teve eficácia até 12.11.2020 e, até a data, o Banco registrou o montante de R\$ 10,2 bilhões em operações do programa.

Programa de Estímulo ao Crédito (PEC)

O Programa foi instituído pela Medida Provisória n.º 1.057, de 06 de julho de 2021, que também dispõe sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias. A MP permitirá a contratação de operações de crédito, até 31.12.2021, por microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte e produtores rurais, com receita bruta anual de até R\$ 4,8 milhões, em contrapartida ao aproveitamento de créditos presumidos relativos a diferenças temporárias, que atendam ao enquadramento dessa MP, e que ainda não tenham sido utilizados para contratação de operações no âmbito da MP n.º 992/2020.

h) Alienação de participação societária indireta

Em 08.10.2021, o Conselho de Administração aprovou a alienação da totalidade da participação societária indireta detida no Banco Digio S.A., pela BB Elo Cartões Participações S.A., subsidiária integral do Banco do Brasil. O contrato que formaliza a compra e venda dos 49,99% de participação, pelo valor de R\$ 625 milhões, foi assinado naquela data com a Bradescard Elo Participações S.A., empresa pertencente ao Banco Bradesco S.A.

A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica em 24.11.2021, e pelo Banco Central do Brasil em 04.02.2022, sendo concluída no dia 25.02.2022, pelo valor final de R\$ 645 milhões, com a consequente liquidação financeira. O impacto previsto no resultado do 1º Trimestre/2022 do Banco do Brasil, via equivalência patrimonial, será de aproximadamente R\$ 213 milhões.

48 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Emissão Social Bond

Em 11.01.2022, o Banco informou que, por meio de sua Agência de Grand Cayman, precificou, em 06.01.2022, captação internacional sustentável de dívida sênior, do tipo *social bond*, no montante de US\$ 500 milhões, com vencimento em 11.01.2029 e cupom de 4,875% a.a. A liquidação financeira da operação ocorreu em 11.01.2022.

Este é o primeiro *social bond* emitido pelo Banco.

A emissão aconteceu no escopo do *Framework* de Finanças Sustentáveis (*Framework*) do Banco que está alinhado com padrões e taxonomias internacionais, como os *Social Bond Principles 2021* da ICMA, e as melhores práticas mundiais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da ONU.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Conflito Rússia e Ucrânia

Após algumas semanas de intensificação da tensão no leste europeu, em 24 de fevereiro de 2022 as tropas russas avançaram em território ucraniano. Em resposta a essa ação, governos de diversos países impuseram sanções econômicas à Rússia e algumas empresas privadas anunciaram espontaneamente a descontinuação de suas atividades no país e a cessação das operações com empresas e o governo russo.

De imediato, o conflito promoveu o deslocamento de grande parte da população ucraniana, que foge para outras regiões, e parte da estrutura do país foi destruída. Setores como o petrolífero e agrícola têm sido afetados mundialmente dada a relevância da Rússia no fornecimento de petróleo e fertilizantes, e de ambos os países na produção de cereais.

O Banco do Brasil e suas subsidiárias, no Brasil e no exterior, não possuem exposição direta ao conflito haja vista a região não ser área de atuação e não haver operações relevantes com os governos e empresas oriundas dos dois países. Inevitavelmente, o impacto da guerra na economia mundial traz efeitos sistêmicos à indústria financeira no Brasil, que por hora não ensejam reflexos em nossos Demonstrativos Contábeis. O Banco continua monitorando atentamente o desenrolar dos fatos, com vistas a mitigar potenciais impactos financeiros sobre suas operações.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**PRESIDENTE**

Fausto de Andrade Ribeiro

VICE-PRESIDENTES

Ana Paula Teixeira de Sousa
 Antônio José Barreto de Araújo Júnior
 Carlos Motta dos Santos
 Ênio Mathias Ferreira
 João Carlos de Nobrega Pecego
 José Ricardo Fagonde Forni
 Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima
 Renato Luiz Bellinetti Naegele

DIRETORES

Adelar Valentim Dias
 Antonio Carlos Wagner Chiarello
 Daniel Alves Maria
 Daniela de Avelar Gonçalves
 Eduardo Cesar Pasa
 Felipe Guimarães Geissler Prince
 Francisco Augusto Lassalvia
 Guilherme Alexandre Rossi
 Gustavo Garcia Lellis
 Jayme Pinto Junior
 João Leocir Dal Rosso Frescura
 João Vagnes de Moura Silva
 Lucinéia Possar
 Marco Túlio de Oliveira Mendonça
 Márvio Melo Freitas
 Neudson Peres de Freitas
 Paula Sayão Carvalho Araujo
 Paulo Augusto Ferreira Bouças
 Pedro Bramont
 Rodrigo Felipe Afonso
 Rodrigo Mulinari
 Thiago Affonso Borsari
 Thompson Soares Pereira César

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aramis Sá de Andrade
 Ariosto Antunes Culau
 Débora Cristina Fonseca
 Fausto de Andrade Ribeiro
 Iêda Aparecida de Moura Cagni
 Paulo Roberto Evangelista de Lima
 Rachel de Oliveira Maia
 Walter Eustáquio Ribeiro

CONSELHO FISCAL

Aloisio Macário Ferreira de Souza
 Carlos Alberto Rechelo Neto
 Lucas Pedreira do Couto Ferraz
 Rafael Cavalcanti de Araújo
 Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita

COMITÊ DE AUDITORIA

Aramis Sá de Andrade
 Egídio Otmar Ames
 Marcos Tadeu de Siqueira
 Rachel de Oliveira Maia
 Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
 Contador Geral
 Contador CRC-DF 017601/O-5
 CPF 541.035.920-87

Pedro Henrique Duarte Oliveira
 Contador CRC-DF 023407/O-3
 CPF 955.476.143-00

Notas Explicativas

2. Notas explicativas às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas



Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.818/2020, o Banco optou por elaborar suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e respectivas notas explicativas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Na elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas houve a reclassificação do instrumento elegível a capital principal - IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial e em IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Dessa forma, os quadros da DFP relativos às demonstrações contábeis consolidadas não foram preenchidos, uma vez que tal procedimento aplica-se somente quando da elaboração dessas demonstrações em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), as quais serão divulgadas até o prazo limite previsto na regulamentação vigente.

Os quadros da DFP relativos às demonstrações contábeis individuais foram preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), com a apresentação do Balanço Patrimonial exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade, conforme a Resolução BCB nº 2/2020, sendo necessário adequações à forma de apresentação dos grupamentos exigidos pela CVM.

Assim, nessas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo sob o título contábil "Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários" e seus encargos financeiros reconhecidos no título contábil "Despesas com recursos de emissões de títulos e valores mobiliários".



Índice	1
Demonstrações Contábeis.....	2
BALANÇO PATRIMONIAL	2
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	9
Notas Explicativas	10
1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES	10
2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	11
3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	18
4 - PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS	26
5 - AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	29
6 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	31
7 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	35
8 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS EM BANCOS CENTRAIS	35
9 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ.....	36
10 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	37
11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	43
12 - CARTEIRA DE CRÉDITO	50
13 - OUTROS ATIVOS	61
14 - INVESTIMENTOS	63
15 - IMOBILIZADO DE USO.....	70
16 - INTANGÍVEL	71
17 - RECURSOS DE CLIENTES.....	72
18 - RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	75
19 - RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	78
20 - OUTROS PASSIVOS.....	82
21 - PROVISÕES	83
22 - TRIBUTOS	88
23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	91
24 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	98
25 - DESPESAS DE PESSOAL	98
26 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	99
27 - OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS	100
28 - PARTES RELACIONADAS	101
29 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	107
30 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	118
31 - RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE	130
32 - OUTRAS INFORMAÇÕES.....	131
33 - EVENTOS SUBSEQUENTES.....	142
Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras	143
Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	144
Membros da Administração	145



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Disponibilidades	7	15.285.225	14.239.838	18.023.001	16.784.560
Ativos Financeiros		1.882.350.755	1.693.389.093	1.837.970.158	1.647.636.148
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	8	75.504.036	60.308.542	75.504.036	60.308.542
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9	599.811.932	583.328.103	524.066.172	510.645.791
Títulos e valores mobiliários	10	330.952.227	282.416.189	348.046.231	294.912.849
Instrumentos financeiros derivativos	11	2.100.853	3.531.425	2.135.035	3.527.336
Carteira de crédito	12	770.469.717	669.332.086	784.795.568	681.776.452
Outros ativos financeiros	13	103.511.990	94.472.748	103.423.116	96.465.178
(Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito)		(47.406.891)	(47.314.670)	(47.912.546)	(47.781.060)
(Carteira de crédito)	12	(44.470.150)	(44.966.048)	(44.665.729)	(45.170.370)
(Outros ativos financeiros)	13	(2.936.741)	(2.348.622)	(3.246.817)	(2.610.690)
Ativos Fiscais		63.678.242	64.737.934	65.427.722	66.694.029
Correntes		8.329.577	7.812.278	8.807.717	8.551.454
Diferidos (créditos tributários)	22	55.348.665	56.925.656	56.620.005	58.142.575
Investimentos	14	34.366.666	32.363.137	17.521.269	16.290.239
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto		34.216.278	32.197.480	17.276.096	16.051.488
Outros investimentos		216.898	210.821	322.966	305.772
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(66.510)	(45.164)	(77.793)	(67.021)
Imobilizado de Uso	15	8.262.594	8.023.960	8.541.236	8.230.854
Imobilizações de uso		20.016.624	19.515.238	20.532.856	19.938.808
(Depreciação acumulada)		(11.752.276)	(11.457.731)	(11.989.831)	(11.674.188)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(1.754)	(33.547)	(1.789)	(33.766)
Intangível	16	6.990.611	6.155.723	7.031.258	6.220.666
Ativos intangíveis		16.404.185	13.693.901	16.520.929	13.830.738
(Amortização acumulada)		(7.432.718)	(6.516.516)	(7.508.815)	(6.588.408)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(1.980.856)	(1.021.662)	(1.980.856)	(1.021.664)
Outros Ativos	13	25.118.372	10.944.189	25.930.881	11.596.452
TOTAL DO ATIVO		1.988.645.574	1.782.539.204	1.932.532.979	1.725.671.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Passivos Financeiros		1.775.659.479	1.594.916.801	1.700.540.600	1.520.202.850
Recursos de clientes	17	647.616.550	583.654.485	671.269.541	601.984.265
Recursos de instituições financeiras	18	809.149.735	691.691.613	713.736.801	603.552.262
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19	201.772.537	204.967.358	200.158.495	203.192.140
Instrumentos financeiros derivativos	11	4.108.597	5.213.967	2.603.927	3.049.843
Outros passivos financeiros	20	113.012.060	109.389.378	112.771.836	108.424.340
Provisões	21	36.029.723	32.993.546	36.810.311	34.036.170
Cíveis, fiscais e trabalhistas		29.628.159	26.807.922	29.835.993	27.288.400
Outras provisões		6.401.564	6.185.624	6.974.318	6.747.770
Passivos Fiscais		16.218.773	10.285.268	19.238.848	13.191.621
Correntes		7.785.387	7.795.599	10.661.686	10.541.252
Diferidos	22	8.433.386	2.489.669	8.577.162	2.650.369
Outros Passivos	20	26.511.701	27.620.367	31.086.034	31.270.138
Patrimônio Líquido	23	134.225.898	116.723.222	144.857.186	126.971.109
Capital	23.b	90.000.023	90.000.023	90.000.023	90.000.023
Instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	--	8.100.000	8.100.000
Reservas de capital	23.e	1.399.561	1.397.697	1.401.177	1.399.152
Reservas de reavaliação	23.d	--	2.040	--	2.040
Reservas de lucros	23.e	51.511.170	39.454.038	51.180.290	39.198.468
Outros resultados abrangentes	23.i	(8.409.559)	(13.851.389)	(8.409.559)	(13.851.389)
(Ações em tesouraria)	23.m	(275.297)	(279.187)	(276.913)	(280.642)
Participação dos não controladores	23.j	--	--	2.862.168	2.403.457
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.988.645.574	1.782.539.204	1.932.532.979	1.725.671.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
		2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Receitas da Intermediação Financeira		83.016.751	130.254.642	121.738.381	84.843.524	133.055.578	122.337.424
Resultado da carteira de crédito	12.b	48.695.652	84.166.739	84.258.803	50.088.652	86.959.784	87.190.081
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	9.b	19.722.439	28.569.495	18.767.747	18.299.319	25.408.243	13.814.500
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	10.b	10.847.698	14.217.298	13.089.010	12.590.704	17.172.917	15.527.576
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	11.b	1.684.704	1.257.206	3.244.271	1.787.191	1.402.787	3.407.521
Resultado das aplicações compulsórias	8.b	1.352.811	1.966.213	1.324.262	1.352.811	1.966.213	1.324.262
Resultado de outros ativos financeiros	13.e	713.447	77.691	1.054.288	724.847	145.634	1.073.484
Despesas da Intermediação Financeira		(54.887.603)	(72.472.030)	(74.817.208)	(52.500.670)	(69.832.083)	(66.478.724)
Recursos de instituições financeiras	18.d	(34.851.104)	(42.791.095)	(51.079.590)	(30.824.805)	(37.102.540)	(41.006.451)
Recursos de clientes	17.c	(13.559.123)	(19.757.286)	(13.490.834)	(15.233.078)	(22.795.749)	(15.103.224)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19.e	(4.730.149)	(7.845.532)	(7.469.840)	(4.836.062)	(8.066.459)	(7.712.738)
Outras despesas de captação	20.c	(1.747.227)	(2.078.117)	(2.776.944)	(1.606.725)	(1.867.335)	(2.656.311)
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		(10.999.407)	(18.385.379)	(25.919.228)	(11.064.436)	(18.535.029)	(26.077.431)
Carteira de crédito	12.f	(10.721.375)	(17.808.268)	(25.533.679)	(10.757.447)	(17.883.937)	(25.560.796)
Outros ativos financeiros	13.c	(278.032)	(577.111)	(385.549)	(306.989)	(651.092)	(516.635)
Resultado da Intermediação Financeira		17.129.741	39.397.233	21.001.945	21.278.418	44.688.466	29.781.269
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(1.762.135)	(9.950.241)	(6.991.731)	(2.963.475)	(10.187.164)	(10.465.390)
Receitas de prestação de serviços	24	9.727.392	18.986.389	19.230.759	15.259.784	29.343.335	28.701.888
Despesas de pessoal	25	(9.446.459)	(19.416.802)	(18.655.899)	(10.260.826)	(21.004.981)	(20.162.515)
Outras despesas administrativas	26	(6.411.595)	(12.646.642)	(12.863.669)	(6.539.095)	(12.842.130)	(13.053.188)
Despesas tributárias	22.c	(1.858.212)	(3.969.483)	(3.737.449)	(2.794.880)	(5.691.374)	(5.128.568)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14.a	6.060.030	9.422.952	12.191.532	1.700.758	3.245.505	3.110.401
Outras receitas/despesas	27	166.709	(2.326.655)	(3.157.005)	(329.216)	(3.237.519)	(3.933.408)
Provisões	21.e	(2.897.445)	(6.368.277)	(4.775.524)	(2.944.530)	(6.454.311)	(5.081.167)
Cíveis, fiscais e trabalhistas		(2.971.624)	(6.302.931)	(3.870.486)	(3.020.764)	(6.391.020)	(4.176.118)
Outras		74.179	(65.346)	(905.038)	76.234	(63.291)	(905.049)
Resultado Operacional		12.470.161	23.078.715	9.234.690	15.370.413	28.046.991	14.234.712
Resultado Não Operacional		(47.935)	(88.553)	(11.523)	75.547	246.057	154.901
Resultado Antes dos Tributos e Participações		12.422.226	22.990.162	9.223.167	15.445.960	28.293.048	14.389.613
Imposto de Renda e Contribuição Social	22.a	(1.297.251)	(892.335)	4.851.328	(3.313.886)	(4.441.300)	1.452.865
Participação de Empregados e Administradores no Lucro		(1.274.989)	(2.523.408)	(1.562.340)	(1.279.660)	(2.535.833)	(1.568.571)
Participação dos Não Controladores	23.j	--	--	--	(891.613)	(1.605.513)	(1.576.522)
Lucro Líquido		9.849.986	19.574.419	12.512.155	9.960.801	19.710.402	12.697.385
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas							
Controladores		9.849.986	19.574.419	12.512.155	9.960.801	19.710.402	12.697.385
Não controladores		--	--	--	891.613	1.605.513	1.576.522
Lucro por Ação	23.f						
Número médio ponderado de ações - básico		2.853.771.411	2.853.577.258	2.852.522.381			
Número médio ponderado de ações - diluído		2.853.399.401	2.853.359.901	2.852.322.673			
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		3,45	6,86	4,39			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores	9.849.986	19.574.419	12.512.155	9.960.801	19.710.402	12.697.385
Participação dos acionistas não controladores	--	--	--	891.613	1.605.513	1.576.522
Lucro líquido atribuível aos acionistas	9.849.986	19.574.419	12.512.155	10.852.414	21.315.915	14.273.907
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado						
Ativos financeiros disponíveis para venda	(1.702.880)	(3.166.537)	1.073.684	(1.778.878)	(3.341.460)	1.004.225
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(3.523.180)	(6.435.277)	(608.341)	(3.636.050)	(6.687.274)	(762.483)
(Ganhos)/(perdas) realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda – reclassificados para o resultado	711.849	1.622.708	1.708.921	680.846	1.581.585	1.735.471
Efeito tributário	1.108.451	1.646.032	(26.896)	1.176.326	1.764.229	31.237
Participação no resultado abrangente de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	38.438	47.703	(5.796)	118.880	164.985	59.872
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(147.958)	(316.409)	(9.422)	(4.755)	(127.432)	110.888
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	209.752	426.042	19.703	209.752	426.042	19.703
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	416	(4.411)	10.608	416	(4.411)	10.608
Efeito tributário	(23.772)	(57.519)	(26.685)	(86.533)	(129.214)	(81.327)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(122.238)	(505.423)	(35.676)	(104.142)	(568.492)	(75.727)
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado						
Planos de benefício definido	(4.824.723)	9.066.087	8.397.347	(4.824.723)	9.066.087	8.397.347
Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	(8.972.344)	16.936.729	15.269.708	(8.972.344)	16.936.729	15.269.708
Efeito tributário	4.147.621	(7.870.642)	(6.872.361)	4.147.621	(7.870.642)	(6.872.361)
Outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	(6.611.403)	5.441.830	9.429.559	(6.588.863)	5.321.120	9.385.717
Resultado abrangente do período	3.238.583	25.016.249	21.941.714	4.263.551	26.637.035	23.659.624
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	3.238.583	25.016.249	21.941.714	3.349.398	25.152.232	22.128.390
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	--	--	--	914.153	1.484.803	1.531.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

BB Banco Múltiplo	Nota	Capital	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
					Reserva Legal	Reservas Estatutárias				
Saldos em 31.12.2019		67.000.000	1.365.081	2.169	8.633.464	45.500.671	(23.280.948)	(324.438)	--	98.895.999
Aumento de capital - capitalização de reservas		23.000.000	--	--	--	(23.000.000)	--	--	--	--
Aumento de capital - incorporação de coligadas e controladas	5.d	23	--	--	--	--	--	--	--	23
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	1.052.022	--	--	1.052.022
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	8.397.347	--	--	8.397.347
Variação cambial de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	(35.676)	--	--	(35.676)
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	7.064	--	--	7.064
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	8.802	--	--	8.802
Transações com pagamento baseado em ações		--	31.797	--	--	--	--	45.251	--	77.048
Oferta subsequente de ações (follow on)		--	819	--	--	--	--	--	--	819
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	4.508	4.508
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	(129)	--	--	--	--	129	--
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	12.512.155	12.512.155
Destinações: - Reservas		--	--	--	625.608	10.881.506	--	--	(11.507.114)	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	(3.187.211)	--	--	(1.009.678)	(4.196.889)
Saldos em 31.12.2020		90.000.023	1.397.697	2.040	9.259.072	30.194.966	(13.851.389)	(279.187)	--	116.723.222
Mutações do período		23.000.023	32.616	(129)	625.608	(15.305.705)	9.429.559	45.251	--	17.827.223
Saldos em 30.06.2021		90.000.023	1.399.561	2.005	9.745.293	36.370.565	(1.798.156)	(275.297)	--	135.443.994
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	(1.783.631)	--	--	(1.783.631)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	(4.824.723)	--	--	(4.824.723)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	(122.238)	--	--	(122.238)
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	118.929	--	--	118.929
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	260	--	--	260
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	4.503	4.503
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	(2.005)	--	--	--	--	2.005	--
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	9.849.986	9.849.986
Destinações: - Reservas		--	--	--	492.500	7.743.191	--	--	(8.235.691)	--
- Dividendos	23.g	--	--	--	--	--	--	--	(1.015.304)	(1.015.304)
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	(2.840.379)	--	--	(605.499)	(3.445.878)
Saldos em 31.12.2021		90.000.023	1.399.561	--	10.237.793	41.273.377	(8.409.559)	(275.297)	--	134.225.898
Mutações do período		--	--	(2.005)	492.500	4.902.812	(6.611.403)	--	--	(1.218.096)
Saldos em 31.12.2020		90.000.023	1.397.697	2.040	9.259.072	30.194.966	(13.851.389)	(279.187)	--	116.723.222
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	(3.352.216)	--	--	(3.352.216)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	9.066.087	--	--	9.066.087
Variação cambial de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	(505.423)	--	--	(505.423)
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	237.949	--	--	237.949
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	(4.567)	--	--	(4.567)
Transações com pagamento baseado em ações		--	1.864	--	--	--	--	3.881	--	5.745
Incorporação de coligadas e controladas - cancelamento de ações em tesouraria		--	--	--	--	(9)	--	9	--	--
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	7.158	7.158
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	(2.040)	--	--	--	--	2.040	--
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	19.574.419	19.574.419
Destinações: - Reservas		--	--	--	978.721	16.467.848	--	--	(17.446.569)	--
- Dividendos	23.g	--	--	--	--	(212.107)	--	--	(1.015.304)	(1.227.411)
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	(5.177.321)	--	--	(1.121.744)	(6.299.065)
Saldos em 31.12.2021		90.000.023	1.399.561	--	10.237.793	41.273.377	(8.409.559)	(275.297)	--	134.225.898
Mutações do período		--	1.864	(2.040)	978.721	11.078.411	5.441.830	3.890	--	17.502.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BB Consolidado	Nota	Capital	Instrumento Elegível ao Capital Principal	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Participação dos não Controladores	Total
						Reserva Legal	Reservas Estatutárias					
Saldos em 31.12.2019		67.000.000	8.100.000	1.366.443	2.169	8.633.464	45.181.192	(23.282.394)	(339.636)	--	1.903.656	108.564.894
Aumento de capital - capitalização de reservas		23.000.000	--	--	--	--	(23.000.000)	--	--	--	--	--
Aumento de capital - incorporação de coligadas e controladas		23	--	--	--	--	--	--	--	--	--	23
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	1.053.468	--	--	--	1.053.468
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	8.397.347	--	--	--	8.397.347
Variação cambial de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	(35.676)	--	--	--	(35.676)
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	--	7.064	--	--	--	7.064
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	8.802	--	--	--	8.802
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	31.890	--	--	--	--	45.158	--	--	77.048
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	4.508	--	4.508
Alienação de ações em tesouraria (follow on)		--	--	819	--	--	--	--	13.836	--	--	14.655
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(129)	--	--	--	--	129	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.076.721)	(1.076.721)
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	12.697.385	1.576.522	14.273.907
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	(121.321)	--	(121.321)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	63.909	--	--	(63.909)	--	--
Destinações: - Reservas		--	--	--	--	625.608	10.881.506	--	--	(11.507.114)	--	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	(3.187.211)	--	--	(1.009.678)	--	(4.196.889)
Saldos em 31.12.2020		90.000.023	8.100.000	1.399.152	2.040	9.259.072	29.939.396	(13.851.389)	(280.642)	--	2.403.457	126.971.109
Mutações do período		23.000.023	--	32.709	(129)	625.608	(15.241.796)	9.431.005	58.994	--	499.801	18.406.215
Saldos em 30.06.2021		90.000.023	8.100.000	1.401.177	2.005	9.745.293	36.069.604	(1.798.156)	(276.913)	--	2.564.049	145.807.082
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	(1.783.631)	--	--	--	(1.783.631)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	(4.824.723)	--	--	--	(4.824.723)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	(122.238)	--	--	--	(122.238)
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	--	118.929	--	--	--	118.929
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	260	--	--	--	260
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	4.503	--	4.503
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(2.005)	--	--	--	--	2.005	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(593.494)	(593.494)
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	9.960.801	891.613	10.852.414
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	(140.734)	--	(140.734)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	(29.919)	--	--	29.919	--	--
Destinações: - Reservas		--	--	--	--	492.500	7.743.191	--	--	(8.235.691)	--	--
- Dividendos	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.015.304)	--	(1.015.304)
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	(2.840.379)	--	--	(605.499)	--	(3.445.878)
Saldos em 31.12.2021		90.000.023	8.100.000	1.401.177	--	10.237.793	40.942.497	(8.409.559)	(276.913)	--	2.862.168	144.857.186
Mutações do período		--	--	--	(2.005)	492.500	4.872.893	(6.611.403)	--	--	298.119	(949.896)
Saldos em 31.12.2020		90.000.023	8.100.000	1.399.152	2.040	9.259.072	29.939.396	(13.851.389)	(280.642)	--	2.403.457	126.971.109
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	(3.352.216)	--	--	--	(3.352.216)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	9.066.087	--	--	--	9.066.087
Variação cambial de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	(505.423)	--	--	--	(505.423)
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	--	237.949	--	--	--	237.949
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	(4.567)	--	--	--	(4.567)
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	2.025	--	--	--	--	3.720	--	--	5.745
Incorporação de coligadas e controladas - cancelamento de ações em tesouraria		--	--	--	--	--	(9)	--	9	--	--	--
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	7.158	--	7.158
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(2.040)	--	--	--	--	2.040	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.146.802)	(1.146.802)
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	19.710.402	1.605.513	21.315.915
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	(211.293)	--	(211.293)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	(75.310)	--	--	75.310	--	--
Destinações: - Reservas		--	--	--	--	978.721	16.467.848	--	--	(17.446.569)	--	--
- Dividendos	23.g	--	--	--	--	--	(212.107)	--	--	(1.015.304)	--	(1.227.411)
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	(5.177.321)	--	--	(1.121.744)	--	(6.299.065)
Saldos em 31.12.2021		90.000.023	8.100.000	1.401.177	--	10.237.793	40.942.497	(8.409.559)	(276.913)	--	2.862.168	144.857.186
Mutações do período		--	--	2.025	(2.040)	978.721	11.003.101	5.441.830	3.729	--	458.711	17.886.077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
		2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações							
Lucro antes dos Tributos e Participações		12.422.226	22.990.162	9.223.167	15.445.960	28.293.048	14.389.613
Ajustes ao lucro antes dos tributos e participações		11.535.786	19.111.643	32.703.011	14.450.753	24.249.546	34.684.847
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	12 e 13	10.999.407	18.385.379	25.919.228	11.064.436	18.535.029	26.077.431
Depreciações e amortizações		1.244.875	2.742.451	3.068.528	1.275.859	2.807.423	3.127.536
(Ganho) Perda cambial na conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira		7.419.014	4.093.177	21.648.464	6.458.996	2.695.424	14.185.930
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		(42.426)	916.768	50.627	(42.587)	916.582	49.455
Resultado de participação em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14.a	(6.060.030)	(9.422.952)	(12.191.532)	(1.700.758)	(3.245.505)	(3.110.401)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens		(27.741)	(39.861)	(47.088)	(30.910)	(127.206)	(79.448)
(Ganho) Perda de capital		68.684	116.817	57.884	(65.028)	(156.667)	(171.025)
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens		--	--	16.181	--	--	16.205
Amortização de ágios em investimentos	14.d	10.256	21.271	27.670	10.256	21.271	27.670
Despesas com provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outras	21.e	2.897.445	6.368.277	4.775.524	2.944.530	6.454.311	5.081.167
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	29.d,4/f	(1.598.012)	(1.754.070)	1.063.216	(1.598.012)	(1.754.070)	1.063.216
Comissões de corretagem diferidas		--	--	--	239.379	(92.485)	(324.596)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(3.506.276)	(2.306.688)	(10.741.051)	(4.000.013)	(1.553.477)	(10.320.668)
Outros ajustes		130.590	(8.926)	(944.640)	(105.395)	(251.084)	(937.625)
Lucro Ajustado antes dos Tributos e Participações		23.958.012	42.101.805	41.926.178	29.896.713	52.542.594	49.074.460
Variações Patrimoniais		22.561.794	(91.815.364)	153.267.437	13.737.908	(98.734.546)	160.255.898
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		(3.480.527)	(15.195.494)	4.815.565	(3.480.527)	(15.195.494)	4.815.565
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		37.162.964	(139.391.627)	20.889.841	42.046.871	(136.353.649)	16.471.679
(Aumento) Redução em títulos para negociação		(3.257.695)	(1.360.849)	2.042.738	(6.264.975)	(6.012.744)	2.217.427
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos		337.494	325.203	(545.019)	251.146	946.384	(618.170)
(Aumento) Redução na carteira de créditos, líquida de provisões		(79.391.475)	(116.085.773)	(67.365.973)	(82.907.198)	(118.077.645)	(69.407.259)
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros		(1.487.522)	(7.022.227)	6.782.248	3.518.583	1.258.405	5.192.848
(Aumento) Redução em outros ativos		12.022.527	(10.160.231)	(8.075.516)	10.169.133	(12.399.380)	(5.788.048)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(83.683)	(412.780)	(79.682)	(618.758)	(3.689.135)	(3.260.299)
(Redução) Aumento em recursos de clientes		7.398.845	65.899.060	113.720.252	10.258.628	71.222.271	120.858.630
(Redução) Aumento em recursos de instituições financeiras		43.434.842	112.154.842	62.445.821	35.513.607	105.570.240	88.033.571
(Redução) Aumento em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários		12.885.812	10.496.519	(2.702.251)	13.429.545	10.230.288	(1.647.281)
(Redução) Aumento em outros passivos financeiros		15.350.637	1.127.497	19.847.707	10.207.958	(4.190.795)	1.877.901
(Redução) Aumento em outros passivos		(18.330.425)	7.810.496	1.491.706	(18.386.105)	7.956.708	1.509.334
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) OPERAÇÕES		46.519.806	(49.713.559)	195.193.615	43.634.621	(46.191.952)	209.330.358
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento							
Aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(127.042.770)	(238.730.884)	(196.055.292)	(143.844.834)	(262.770.205)	(213.784.964)
Alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		83.362.775	195.730.916	110.276.495	99.939.451	219.830.370	125.617.520
Aquisição de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(7.161.329)	(8.903.746)	(4.955.070)	(7.236.236)	(9.117.924)	(6.133.568)
Resgate de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		539.291	1.561.986	346.477	988.841	2.011.536	346.477
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		2.081.882	3.741.008	7.016.288	1.453.824	2.031.955	2.265.323
Aquisição de imobilizado de uso		(1.203.493)	(1.621.993)	(1.654.437)	(1.289.874)	(1.755.593)	(1.700.104)
Alienação de imobilizado de uso		--	77.057	40.907	--	89.943	22.221
Aquisição de investimentos		(912)	(912)	--	(912)	(912)	(25.599)
Alienação de investimentos		--	--	--	--	72.990	11.207
Aquisição de intangíveis		(2.829.181)	(3.174.802)	(2.068.206)	(2.798.902)	(3.153.679)	(2.069.300)
Aporte de capital social na Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	14.a	--	--	--	--	(449.969)	(899.939)
Aporte de capital social na Brasilcap Capitalização S.A.	14.a	--	--	--	(66.664)	(66.664)	--
Caixa recebido na redução de capital da BB Seguridade		--	--	1.791.795	--	--	--
Resgate de ações preferenciais da UBS BB		--	--	--	--	--	145.000
Resgate de ações Cateno		--	--	--	--	--	559.313
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(52.253.737)	(51.321.370)	(85.261.043)	(52.855.306)	(53.278.152)	(95.646.413)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento							
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada		(3.212.034)	(14.391.465)	(4.861.276)	(3.220.281)	(14.359.434)	(4.854.332)
(Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida		(1.060.431)	(2.287.741)	(7.925.255)	(1.080.536)	(2.294.146)	(7.933.298)
(Aquisição) alienação de ações em tesouraria		--	--	--	--	--	15.268
Dividendos pagos aos acionistas não controladores		--	--	--	(349.890)	(669.655)	(1.871.080)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(3.135.952)	(6.454.965)	(4.199.577)	(3.135.952)	(6.454.965)	(4.199.577)
Caixa pago aos acionistas não controladores na redução de capital da BB Seguridade		--	--	--	--	--	(908.109)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(7.408.417)	(23.134.171)	(16.986.108)	(7.786.659)	(23.778.200)	(19.751.128)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa							
Início do período		61.174.413	173.400.753	69.713.238	67.502.012	176.189.508	71.936.023
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		3.506.276	2.306.688	10.741.051	4.000.013	1.553.477	10.320.668
Fim do período		51.538.341	51.538.341	173.400.753	54.494.681	54.494.681	176.189.508
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(13.142.348)	(124.169.100)	92.946.464	(17.007.344)	(123.248.304)	93.932.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
		2º Semestre/2021		Exercício/2021		Exercício/2020		2º Semestre/2021		Exercício/2021		Exercício/2020	
Receitas		79.380.727		123.853.332		108.266.628		86.179.290		136.101.452		117.137.526	
Receitas da intermediação financeira		83.016.751		130.254.642		121.738.381		84.843.524		133.055.578		122.337.424	
Receitas de prestação de serviços		9.727.392		18.986.389		19.230.759		15.259.784		29.343.335		28.701.888	
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(10.999.407)		(18.385.379)		(25.919.228)		(11.064.436)		(18.535.029)		(26.077.431)	
Ganhos de capital		18.142		24.720		13.236		151.976		300.405		246.493	
Outras receitas/(despesas)		(2.382.151)		(7.027.040)		(6.796.520)		(3.011.558)		(8.062.837)		(8.070.848)	
Despesas da Intermediação Financeira		(54.887.603)		(72.472.030)		(74.817.208)		(52.500.670)		(69.832.083)		(66.478.724)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(3.852.545)		(8.325.310)		(7.501.150)		(3.818.109)		(8.249.655)		(7.403.982)	
Materiais, água, energia e gás	26	(261.542)		(526.047)		(524.198)		(271.977)		(545.748)		(551.818)	
Serviços de terceiros	26	(530.808)		(990.474)		(877.477)		(587.295)		(1.092.635)		(973.115)	
Comunicações	26	(209.350)		(439.934)		(653.945)		(237.002)		(498.247)		(714.701)	
Processamento de dados	26	(444.979)		(842.501)		(811.600)		(306.961)		(558.363)		(458.260)	
Transporte	26	(299.146)		(572.904)		(768.092)		(331.772)		(635.600)		(827.139)	
Serviços de vigilância e segurança	26	(580.542)		(1.134.400)		(1.131.762)		(598.934)		(1.168.126)		(1.163.425)	
Serviços do sistema financeiro	26	(476.833)		(928.084)		(836.279)		(512.926)		(1.021.043)		(926.286)	
Propaganda e publicidade	26	(290.999)		(487.678)		(432.413)		(306.648)		(508.814)		(442.826)	
Manutenção e conservação de bens	26	(525.543)		(1.027.543)		(961.089)		(388.719)		(753.117)		(737.076)	
Reversão/(Perdas) por redução ao valor recuperável		42.555		(916.639)		--		68.206		(891.025)		--	
Outras		(275.358)		(459.106)		(504.295)		(344.081)		(576.937)		(609.336)	
Valor Adicionado Bruto		20.640.579		43.055.992		25.948.270		29.860.511		58.019.714		43.254.820	
Despesas de amortização/depreciação	26	(1.255.131)		(2.763.722)		(3.096.198)		(1.286.115)		(2.828.694)		(3.155.206)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		19.385.448		40.292.270		22.852.072		28.574.396		55.191.020		40.099.614	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		6.060.030		9.422.952		12.191.532		1.700.758		3.245.505		3.110.401	
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		6.060.030		9.422.952		12.191.532		1.700.758		3.245.505		3.110.401	
Valor Adicionado a Distribuir		25.445.478	100,00%	49.715.222	100,00%	35.043.604	100,00%	30.275.154	100,00%	58.436.525	100,00%	43.210.015	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		25.445.478	100,00%	49.715.222	100,00%	35.043.604	100,00%	30.275.154	100,00%	58.436.525	100,00%	43.210.015	100,00%
Pessoal		10.484.446	41,20%	21.493.600	43,23%	20.024.149	57,14%	11.276.540	37,25%	23.038.336	39,42%	21.480.210	49,71%
Salários e honorários		6.266.649		13.191.371		12.040.962		6.865.876		14.369.165		13.146.641	
Participação de empregados e administradores no lucro		1.274.989		2.523.408		1.562.340		1.279.660		2.535.833		1.568.571	
Benefícios e treinamentos		1.695.394		3.320.060		3.364.363		1.776.691		3.469.022		3.517.493	
FGTS		392.344		776.213		729.769		403.595		799.559		755.015	
Outros encargos		855.070		1.682.548		2.326.715		950.718		1.864.757		2.492.490	
Impostos, Taxas e Contribuições		4.442.373	17,46%	7.312.192	14,71%	1.229.127	3,51%	7.436.417	24,56%	12.661.893	21,67%	6.100.184	14,12%
Federais		3.900.378		6.247.636		153.876		6.451.152		10.773.328		4.423.787	
Estaduais		281		906		737		281		906		737	
Municipais		541.714		1.063.650		1.074.514		984.984		1.887.659		1.675.660	
Remuneração de Capitais de Terceiros		668.673	2,63%	1.335.011	2,69%	1.278.173	3,65%	709.783	2,34%	1.420.381	2,43%	1.355.714	3,14%
Aluguéis	26	668.673		1.335.011		1.278.173		709.783		1.420.381		1.355.714	
Remuneração de Capitais Próprios		9.849.986	38,71%	19.574.419	39,37%	12.512.155	35,70%	10.852.414	35,85%	21.315.915	36,48%	14.273.907	33,03%
Juros sobre capital próprio da União		1.722.939		3.149.533		2.098.445		1.722.939		3.149.533		2.098.445	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		1.722.939		3.149.532		2.098.444		1.722.939		3.149.532		2.098.444	
Dividendos da União		507.652		613.706		--		507.652		613.706		--	
Dividendos de outros acionistas		507.652		613.705		--		507.652		613.705		--	
Dividendos de acionistas não controladores		--		--		--		616.039		1.026.603		1.031.840	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		--		--		--		140.734		211.293		121.321	
Lucro retido		5.388.804		12.047.943		8.315.266		5.358.885		11.972.633		8.379.175	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		--		--		--		275.574		578.910		544.682	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" ou "Banco") é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, controlada pelo Governo Federal, que explora atividade econômica, na forma do art. 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações e pelas Leis n.º 4.595/1964, n.º 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz tem sede e domicílio localizados no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco do Brasil é um banco múltiplo com atuação em todo o território nacional, desenvolvendo também atividades em importantes centros financeiros mundiais. Tem por objeto, em conjunto com suas controladas, a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei n.º 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por conta do Bacen; (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

Com 213 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de pessoas jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 2 e 6, respectivamente.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

O Banco apresenta como demonstração financeira obrigatória a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).

Em cumprimento à Resolução BCB n.º 2/2020, o Banco está apresentando as operações de arrendamento mercantil financeiro pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, incluindo a provisão para perdas associadas ao risco de crédito. O Banco observou também o requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação para o cálculo do lucro por ação.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho Diretor do Banco do Brasil em 10.02.2022.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Embora o desaquecimento econômico decorrente da adoção de medidas de isolamento social para conter a pandemia da Covid-19 tenha atingido diversas empresas no Brasil e no mundo, o Banco possui capital e liquidez suficientes para suportar eventuais perdas projetadas para os negócios nesse período e nos que se seguem. Entre outros motivos, isso está fundamentado no fato de que grande parte de suas operações negociais continua a ser conduzida em plataformas digitais com acesso e atendimento remotos, além de possuir uma assessoria de qualidade e condições especiais para crédito.

Apesar da gravidade e ineditismo da atual conjuntura na história recente, considerando a experiência do Banco no gerenciamento e monitoramento de riscos, do capital e da liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. Cabe acrescentar que as políticas econômicas anticíclicas adotadas por praticamente todos os países contribuíram para reduzir a incerteza, bem como os efeitos adversos sobre as empresas e as famílias.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31.12.2020, exceto nos casos indicados no item "g" desta Nota.

e) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior e as operações de suas controladas. Refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado foram destacadas nas demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os investimentos no exterior são apresentados no grupamento de Recursos de instituições financeiras, com o objetivo de anular o efeito da proteção para as oscilações cambiais desses investimentos.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal - IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Participações societárias e fundos de investimento incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

	Atividade	Moeda funcional	31.12.2021	31.12.2020
			% de Participação	
Segmento Bancário				
Banco do Brasil AG	Bancária	Real	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Real	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Real	100,00%	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Dólar Americano	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Peso Argentino	80,39%	80,39%
Segmento Investimentos				
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Real	100,00%	100,00%
Segmento Gestão de Recursos				
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	Real	100,00%	100,00%
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização				
BB Seguridade Participações S.A. ⁽¹⁾	Holding	Real	66,36%	66,36%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ⁽¹⁾	Corretora	Real	66,36%	66,36%
BB Seguros Participações S.A. ⁽¹⁾	Holding	Real	66,36%	66,36%
Segmento Meios de Pagamento				
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Real	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Real	100,00%	100,00%
Outros Segmentos				
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Real	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	Turismo	Real	100,00%	100,00%
BB Asset Management Ireland Limited	Administração de Ativos	Real	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços ⁽¹⁾	Informática	Real	99,99%	99,99%
Fundos de Investimento				
FIP Agventures II Multiestratégias ⁽²⁾	Fundos de Investimento	Real	64,48%	--
Compesa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cia. Pernambucana de Saneamento (FI Compesa) ⁽³⁾	Fundos de Investimento	Real	43,13%	75,41%
BB Asset Ações Nordea Global Disruption ESG IE FIC FI ⁽⁴⁾	Fundos de Investimento	Real	95,95%	--
BB Asset Ações Agro Fundo de Investimento ⁽⁴⁾	Fundos de Investimento	Real	99,99%	--
BB Asset Ações US Biotech BDR Nível I Fundo de Investimento ⁽⁴⁾	Fundos de Investimento	Real	--	97,03%
BB Espelho Ações Leblon ⁽⁴⁾	Fundos de Investimento	Real	--	82,20%
BB Asset Ações Nordea Global Climate and Enviroment ⁽⁴⁾	Fundos de Investimento	Real	--	100,00%
BB Asset Multimercado Nordea Alpha 15 ⁽⁴⁾	Fundos de Investimento	Real	--	99,55%
BB Espelho Multimercado Canvas Vector ⁽⁴⁾	Fundos de Investimento	Real	--	90,32%
BB Espelho Multimercado Occam Equity Hedge ⁽⁴⁾	Fundos de Investimento	Real	--	84,87%
BB Renda Fixa Longo Prazo Tesouro Inflação Curta ⁽⁴⁾	Fundos de Investimento	Real	--	61,87%
BB Renda Fixa Longo Prazo Tesouro Inflação ⁽⁴⁾	Fundos de Investimento	Real	--	59,42%
BB Renda Fixa Longo Prazo Tesouro Prefixado ⁽⁴⁾	Fundos de Investimento	Real	--	60,61%

(1) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(2) Fundo de investimento no qual o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

(3) Fundo controlado por meio de acordo entre os cotistas.

(4) Fundos não exclusivos e abertos a partir de aplicação inicial de recursos próprios da BB DTVM, destinados a comercialização a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimentos de forma indefinida, sendo consolidados apenas nos meses em que a maioria das cotas ainda está em poder da BB DTVM.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As demonstrações contábeis consolidadas incluem também os veículos de securitização controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, descritos a seguir.

Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE Dollar)

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos:

- emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional;
- uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país (“Direitos sobre Remessa”); e
- realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

Loans Finance Company Limited (EPE Loans)

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos:

- captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional;
- contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e
- contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de basis swap, que é acionável somente em caso de default de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas às das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

Outras informações

Apesar do cenário econômico desafiador oriundo do enfrentamento da pandemia da Covid-19, o Conglomerado Banco do Brasil não realizou reestruturações societárias ou aumentou transações intragrupo significativas que não estavam inicialmente previstas pela Administração, de forma que não ocorreram alterações no processo de consolidação do Conglomerado.

f) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável:

Pronunciamento CPC	Resoluções
CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	Resolução CMN n.º 4.144/2012
CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN n.º 3.566/2008
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN n.º 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN n.º 4.007/2011
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN n.º 3.823/2009
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN n.º 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução BCB n.º 2/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN n.º 4.748/2019

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN n.º 4.524/2016 – Reconhecimento dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações financeiras de investidas no exterior e às operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.	CPC 02 (R2)
Res. CMN n.º 4.534/2016 – Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. CMN n.º 4.535/2016 – Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27

Além disso, foi editada a Resolução CMN n.º 3.533/2008, cuja adoção iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o art. 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976:

Pronunciamento CPC
CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
CPC 12 – Ajuste a Valor Presente
CPC 22 – Informações por Segmento
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas

g) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas aplicáveis a partir de 01.01.2021

Resolução CMN n.º 4.747, de 29 de agosto de 2019. Estabelece critérios para reconhecimento e mensuração de ativos não financeiros mantidos para venda pelas Instituições Financeiras. Caracteriza-se como ativo não financeiro mantido para venda o ativo não abrangido no conceito de ativo financeiro que atenda às seguintes condições:

I – seja realizado pela sua venda, esteja disponível para venda imediata em suas condições atuais e sua alienação seja altamente provável no período máximo de um ano; ou

II – tenha sido recebido pela instituição em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

O Banco aplicou a referida norma a partir de 01.01.2021 (Nota 3.p).

Resolução CMN n.º 4.877, de 23 de dezembro de 2020. A norma estabelece os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas pelas instituições financeiras, estabelecendo que as instituições devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, na mensuração, reconhecimento e divulgação de benefícios a empregados.

A norma permitiu a determinação da taxa de desconto de que tratam os itens 83 a 86 do Pronunciamento CPC 33 (R1) com base no rendimento médio de mercado apurado nos seis meses anteriores à data a que se referem as demonstrações financeiras, observados os demais dispositivos previstos no pronunciamento. Ao utilizar essa faculdade, as instituições deverão (i) aplicá-la de forma prospectiva; (ii) evidenciar, em nota explicativa, o valor do efeito no Patrimônio Líquido caso fosse utilizada a taxa de que trata o item 83 do CPC 33 (R1); e (iii) aplicar a taxa de desconto média de forma consistente ao longo do tempo.

O Banco avaliou a referida Resolução e concluiu que adota os procedimentos indicados. Com relação à taxa de desconto, para estas demonstrações contábeis, o Banco não fez uso da prerrogativa acima.

Resolução CMN n.º 4.818, de 29 de maio de 2020. A norma consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A referida Resolução entrou em vigor a partir de 01.01.2021, exceto para o disposto nos artigos 10 e 11, que somente produzirão efeitos a partir de 01.01.2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

O Banco avaliou a referida Resolução e concluiu que adota os procedimentos indicados. Com relação aos artigos 10 e 11, o Banco irá adotar o padrão contábil internacional na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias, a partir do 1º Trimestre/2022, informando em notas explicativas as diferenças existentes entre as práticas contábeis aplicadas nessas demonstrações contábeis e àquelas aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, elaboradas de acordo com o Cosif.

Adicionalmente, conforme permitido pela Resolução CMN n.º 4.966/2021, o Banco continuará elaborando e divulgando trimestralmente demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil Cosif.

Normas a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução CMN n.º 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

O Banco avaliou os impactos da adoção da norma e não identificou efeitos significativos.

A Resolução CMN n.º 4.817/2020 entra em vigor em 01.01.2022.

Resolução CMN n.º 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Dentre as disposições normativas, essa norma recepcionou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, norma que especifica como e quando serão reconhecidas as receitas de contratos, assim como requer que as entidades forneçam dados mais relevantes aos usuários das informações contábeis.

O Banco avaliou a norma e concluiu que as práticas atuais adotadas quanto à mensuração e ao reconhecimento são consistentes com o arcabouço normativo de princípios relacionados a receitas proposto pelo pronunciamento CPC 47. Portanto, embora o reconhecimento e mensuração não possuam alterações relevantes, os requerimentos de evidenciação possuem maiores detalhes do que o arcabouço normativo anterior.

Em função da extensão dos novos requerimentos, o Banco está avaliando os possíveis impactos para o processo de evidenciação contábil.

A Resolução CMN n.º 4.924/2021 entra em vigor em 01.01.2022.

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021. A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

A Resolução n.º 4.966/2021 entra em vigor em 01.01.2025, exceto para alguns itens normativos, cuja vigência é a partir de 01.01.2022.

Os itens normativos vigentes a partir de 01.01.2022 contemplam os seguintes aspectos, aplicáveis às instituições sujeitas à norma:

- determinou a elaboração e remessa ao Bacen de plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida nessa Resolução (art. 76), até 30.06.2022;

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- facultou a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil Cosif, adicionalmente às demonstrações no padrão contábil internacional, conforme o disposto na Resolução CMN n.º 4.818/2020;
- determinou que a mensuração de investimentos mantidos para venda ocorra pelo valor contábil deduzido de provisões para redução ao valor recuperável ou pelo valor justo deduzido das despesas para venda, dos dois o menor (art. 24).

O Banco não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis decorrentes dos itens normativos vigentes a partir de 01.01.2022, e iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 01.01.2025, os quais serão concluídos até a data de sua vigência.

Resolução CMN n.º 4.975, de 16 de dezembro de 2021. A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendadora e de arrendatária, devendo essas instituições observarem o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica.

O CPC 06 (R2) abandona a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento. A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de baixos valores e de curto prazo.

Para os arrendadores, haverá mudança na contabilização das operações de arrendamento mercantil financeiro, porém sem alterar a forma de apresentação, uma vez que essas operações já são apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, incluindo a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, em cumprimento à Resolução BCB n.º 2/2020.

A Resolução CMN n.º 4.975/2021 entra em vigor em 01.01.2025.

O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção do novo normativo, os quais serão concluídos até a data de sua vigência.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos disponíveis para venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido; e

Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, perspectiva interna de perda esperada, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados pro rata die, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos financeiros derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, a moeda ou indexador, e o risco de crédito associado à contraparte.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Hedge de investimento no exterior: os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria têm como objetivo compensar os riscos decorrentes da exposição à variação cambial de investimentos no exterior cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional e devem ser registrados conforme procedimentos contábeis definidos para o hedge de fluxo de caixa.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para perdas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como de risco nível H são baixadas contra a provisão existente, após decorridos seis meses de classificação nesse nível de risco, desde que apresente atraso superior a 180 dias.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver fatos novos relevantes que justifiquem a mudança do nível de risco, conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	25,00%
PIS/Pasep ⁽²⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins ⁽²⁾	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5,00%

(1) Alíquota alterada de 20% para 25% para o Banco do Brasil e Banco de Investimentos no período de 01.07.2021 a 31.12.2021, de acordo com o art. 1º da Lei n.º 14.183, de 14.07.2021. A citada Lei também altera, no mesmo período, a alíquota de 15% para 20% nas demais empresas financeiras do Conglomerado e nas não financeiras de seguros, previdência e capitalização. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido permanece em 9%.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Diante da majoração da contribuição social sobre o lucro líquido estabelecida no artigo 1º da Lei n.º 14.183, de 14 de julho de 2021, e do disposto no artigo 10, parágrafo único, da Resolução CMN n.º 4.842/2020, foi considerada a alíquota de 25% para os ativos e passivos fiscais diferidos desse tributo realizados até 31.12.2021. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

i) Despesas antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo permanente

Investimentos: os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Os fluxos de caixa referentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos são apresentados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa, sendo classificados de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades de investimento.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Os ágios correspondentes ao valor pago excedente ao valor justo dos investimentos adquiridos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, estão sustentados pelas avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, são amortizados com base nas projeções de resultado anual constantes nos respectivos estudos econômico-financeiros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (impairment), quando aplicável.

Imobilizado de uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado de uso é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; e softwares, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (impairment), quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (impairment), reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de Uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são utilizados dados de índices de mercado, testes estatísticos com base em dados de vendas de imóveis próprios e avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Sistemas de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os sistemas de processamento de dados, são considerados o valor de mercado para itens com valor de mercado disponível ou o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco para os demais itens, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, descontada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Investimentos e Ágio na Aquisição de Investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

Intangível

Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável.

Softwares – os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

l) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM n.º 695/2012 e pela Resolução CMN n.º 4.877/2020. As avaliações são realizadas no mínimo semestralmente, podendo ser em periodicidade inferior quando aplicável.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1), sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

m) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O Banco constitui provisões quando as condições mostram que:

- (i) o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- (ii) for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- (i) sua natureza e complexidade;
- (ii) o andamento dos processos;
- (iii) a opinião dos advogados do Banco; e
- (iv) a experiência do Banco com processos similares.

Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera:

- (i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- (ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

O Banco também reconhece as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade de leis que as tiverem instituído, até a efetiva extinção dos créditos tributários correspondentes. Nessas situações, o Banco considera que existe, de fato, uma obrigação legal a pagar ao governo e reconhece, simultaneamente, uma obrigação e um depósito judicial pelo mesmo montante. Nenhum pagamento é feito até a decisão final ser proferida pela corte julgadora.

o) Despesas associadas a captações de recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

p) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

São aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se principalmente aos imóveis não de uso recebidos em liquidação de operações de créditos de difícil ou duvidosa solução.

São reconhecidos inicialmente nas adequadas rubricas contábeis, conforme o prazo esperado de venda, na data do seu recebimento pelo Banco, sendo avaliados pelo menor valor entre:

- (i) o valor contábil bruto da respectiva operação de crédito de difícil ou duvidosa solução; e
- (ii) o valor justo do bem, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução, líquido de provisões, e o valor justo é reconhecida no resultado do período.

q) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

r) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

s) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Grupo (exceto para o BB Américas e o Banco Patagonia).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme previsto na Circular Bacen n.º 2.397/1993 e na Resolução CMN n.º 4.524/2016, e seus efeitos são reconhecidos no resultado, por meio da equivalência patrimonial para as que possuem moeda funcional igual a moeda nacional, e na conta de Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido, para as que possuem moeda funcional diferente da moeda nacional.

t) Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 31.

4 - PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando da impossibilidade de atribuição do valor justo de ativos e passivos financeiros por meio de derivações de preço de um mercado ativo, esse é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são provenientes de dados observáveis no mercado, sempre que disponíveis. Caso não existam informações suficientes para a aplicação dos critérios mencionados, são adotados outros parâmetros técnicos e julgamentais, devidamente aprovados na Governança de Riscos da Organização.

As metodologias utilizadas na avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros constam na Nota 30.a.

b) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito da carteira de crédito (operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com característica de concessão de crédito e garantias prestadas)

A carteira de crédito é classificada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco. Para tanto, leva-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco (rating), sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A provisão para perdas é constituída ou revertida de acordo com os níveis de risco estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, considerando-se os níveis de risco atribuídos às operações.

A provisão é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

c) Perda permanente de títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são objeto de avaliação periódica pelo Fórum de Avaliação de Perda Permanente, colegiado responsável por identificar ativos problemáticos, nos termos da Resolução CMN n.º 4.557/2017, propor a marcação de novos ativos problemáticos, avaliar a necessidade do ativo ser submetido à avaliação de redução ao valor recuperável e o impacto de eventual perda no âmbito do Conglomerado.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Caracteriza-se um ativo problemático quando houver pendência de liquidação há mais de noventa dias ou existirem indicativos de que o ativo não será realizado sem que seja necessário recorrer a garantias e colaterais. Constituem indicativos de que o ativo não será realizado quando o Banco considera que o devedor já não possui capacidade financeira para honrar sua obrigação, se o Banco reconhece contabilmente deterioração significativa da qualidade do crédito do devedor, se a operação é objeto de renegociação que implique concessão de vantagens ao devedor em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou de seus mitigadores (reestruturação de dívida), se o Banco pede a falência ou outra atitude similar em relação ao devedor, ou se o devedor solicita qualquer tipo de medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento de suas obrigações nas condições pactuadas.

Os ativos problemáticos podem ser revertidos à condição de ativos em curso normal desde que exista evidência de que o devedor retomou sua capacidade de honrar suas obrigações nas condições pactuadas. Para tanto, é analisado se o devedor não é responsável por qualquer pendência em atraso há mais de noventa dias, se o ativo já não atende aos critérios de caracterização de ativos problemáticos, se ocorreram pagamentos contínuos e efetivos em período não inferior a 3 meses e se a situação financeira do devedor melhorou de tal modo que a realização do ativo seja provável.

d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização.

A determinação do valor recuperável na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros requer que a Administração exerça julgamentos e adote premissas. Essas estimativas são baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.

e) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pelo Banco estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

f) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- (ii) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- (iii) alterações nas taxas de juros;
- (iv) mudanças nos índices de inflação;
- (v) processos ou disputas judiciais adversas;
- (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;
- (vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

g) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com o CPC 33 (R1). A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam:

- (i) taxas de juros assumidas;
- (ii) tábuas de mortalidade;
- (iii) índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- (iv) índice de inflação de preços;
- (v) índice anual de reajustes salariais; e
- (vi) método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

Alterações nesses pressupostos podem ter um impacto significativo sobre os valores determinados.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão.

Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, cujos valores em discussão são reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

5 - AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Parceria estratégica com UBS A.G.

Em 23.09.2019, o Banco comunicou ao mercado que firmou Memorando de Entendimentos de caráter não vinculante com o UBS A.G. (UBS), com vistas ao estabelecimento de parceria estratégica para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.

Em 06.11.2019, o Banco publicou Fato Relevante informando a celebração do Acordo de Associação com o UBS de caráter vinculante para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de títulos e valores mobiliários no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.

Em 27.12.2019, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica aprovou, sem restrições, a parceria estratégica, por meio do Ato de Concentração n.º 08700.005886/2019-11, sendo essa parceria autorizada pelo Bacen em 24.08.2020.

Em 30.09.2020, o Banco comunicou que o BB-Banco de Investimento S.A. (BB-BI), sua subsidiária integral, e o UBS formalizaram os documentos definitivos que estabelecem o início da parceria estratégica para atuação em atividades de banco de investimento e de corretora de valores mobiliários no segmento institucional no Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, após cumpridas todas as condições precedentes para o fechamento da transação (closing), sob os aspectos regulatórios e contratuais.

A parceria estratégica consolida-se em uma nova companhia e suas controladas, iniciando suas operações como uma plataforma de banco de investimentos completa, combinando a rede de relacionamentos do Banco no Brasil e sua forte capacidade de distribuição para pessoas físicas, com a expertise e capacidade de distribuição global do UBS.

A governança e a gestão da nova companhia estão amparadas em um Acordo de Acionistas e um Acordo Operacional, observando as boas práticas globais de governança corporativa e gestão de negócios. Cada acionista indica três membros para o Conselho de Administração, sendo o Presidente apontado pelo Banco e o Vice-Presidente pelo UBS. A diretoria executiva também é formada por profissionais das duas empresas e o UBS indicará o Diretor Presidente da companhia.

Com o lançamento da parceria, os clientes corporativos do Banco, além do atendimento e da oferta completa de soluções de corporate banking, por meio da rede de agências e escritórios especializados, passam a contar com a plataforma de alcance global do UBS, proporcionando acesso diferenciado a produtos e serviços de investment banking e com a ampliação da oferta de soluções integradas nesses mercados.

Já os clientes investidores do Banco, além do atual portfólio de produtos e serviços, também passam a ter acesso a uma crescente variedade de instrumentos de captação e investimento vinculados ao mercado de capitais.

O capital social total da companhia está dividido na proporção de 50,01% para o UBS e 49,99% para o BB-BI. O Banco, por meio do BB-BI, integralizou o direito de acesso aos clientes corporativos para prospecção e originação de negócios típicos de banco de investimento e o UBS aportou sua plataforma operacional de banco de investimento na região e corretora de títulos e valores mobiliários no segmento institucional no país.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O aporte do intangível ao patrimônio líquido da UBS Serviços representou R\$ 829.726 mil, conforme laudo técnico realizado por empresa independente. Em contrapartida, bem como para fins de equalização das participações societárias pretendidas, a UBS Serviços entregou ao BB-BI o montante de R\$ 145.000 mil, em moeda corrente, referente ao resgate, pelo valor contábil, de 100% das ações preferenciais pelo BB-BI, de modo que o investimento do BB-BI represente 49,99% do patrimônio líquido da nova empresa, ou seja R\$ 684.726 mil.

A conclusão da operação não gerou impacto no resultado do Banco, na data-base 30.09.2020, uma vez que, concomitantemente ao reconhecimento do ganho de capital em contrapartida ao registro do investimento inicial no BB-BI, foi registrado resultado não realizado no mesmo montante, por existir também um compromisso contratual de acesso exclusivo à base de clientes que deve ser cumprido pelo BB-BI ao longo dos 15 anos da associação, de modo que o impacto no resultado observe o regime de competência, conforme quadro a seguir:

	30.09.2020
1) Ganho de capital do BB-BI	829.726
2) Tributos	(373.377)
3) Resultado no BB-BI, líquido de efeitos tributários (1+2)	456.349
4) Resultado não realizado (100% do item 3)	(456.349)
5) Impacto no Resultado Consolidado (3+4)	--

Dessa forma, o valor reconhecido como resultado não realizado corresponde ao valor integral do ativo intangível aportado na UBS Serviços, líquido dos efeitos tributários, e será realizado no mesmo cronograma de amortização daquele ativo, que equivale ao prazo da associação. Outras informações estão relacionadas na Nota 14.

b) Bescval - Incorporação

Em 09.12.2020, conforme Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs) realizadas na mesma data pelos acionistas do Banco do Brasil e da Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Bescval), foi incorporada pelo Banco a controlada Bescval.

A incorporação teve por objetivo a racionalização e a simplificação da estrutura societária do Banco e, consequentemente, consolidação e redução de custos e despesas operacionais combinadas.

Como resultado da incorporação, a Bescval extinguiu-se pleno jure, a partir daquela data, com versão da totalidade de seu patrimônio para o Banco, que a sucede e absorve, a título universal e para todos os fins de direito, todos os bens, direitos, haveres, obrigações e responsabilidades da incorporada.

Em consequência, o capital social do Banco foi aumentado em R\$ 23 mil, devido à emissão de 425 novas ações ordinárias, sem valor nominal, já contemplando o grupamento das frações cabíveis, a serem atribuídas aos acionistas minoritários da Bescval, correspondente a suas participações acionárias no patrimônio líquido da incorporada, calculado pelo valor contábil da incorporada na data base de 30.06.2020.

A emissão das novas ações foi precedida pelo cancelamento de igual quantidade de ações de emissão do Banco mantidas em tesouraria, de modo a evitar a diluição das participações dos atuais acionistas do Banco e a alteração no número total de ações representativas do capital social do Banco informadas em seu Estatuto Social.

As ações da Bescval de propriedade do Banco foram extintas. A incorporação foi submetida, nos termos da legislação em vigor, à aprovação do Banco Central do Brasil, cuja homologação foi comunicada em 01.06.2021.

Saldos incorporados

	09.12.2020
Total de ativos	5.925
Total de passivos	1
Total de Patrimônio Líquido	5.924

6 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros Segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 2). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações Intersegmentos e são realizadas em condições e taxas compatíveis com os praticados com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável.

c) Segmento de gestão de recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Segmento de seguros, previdência e capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de meios de pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática.

g) Informações sobre clientes externos por região geográfica

	Exercício/2021		Exercício/2020	
	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
Receitas com Clientes Externos	165.657.285	8.722.698	151.221.694	8.774.700
Receitas da Intermediação Financeira	125.823.939	7.231.639	115.032.818	7.304.606
Resultado da carteira de crédito	84.330.564	2.629.220	84.418.382	2.771.699
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	24.214.143	1.194.100	13.197.291	617.209
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	13.875.676	3.297.241	12.213.012	3.314.564
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	1.215.848	186.939	3.120.969	286.552
Resultado das aplicações compulsórias	1.966.213	--	1.324.262	--
Resultado de outros ativos financeiros	221.495	(75.861)	758.902	314.582
Outras Receitas	39.833.346	1.491.059	36.188.876	1.470.094
Receitas de prestação de serviços	28.112.367	1.230.968	27.518.951	1.182.937
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	3.245.505	--	3.110.401	--
Demais receitas	8.475.474	260.091	5.559.524	287.157
Ativo Não-Circulante⁽¹⁾	32.692.026	401.737	30.354.856	386.903

(1) Exceto instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos e ativos de benefício pós-emprego.

As receitas auferidas no exterior foram originadas principalmente em operações realizadas pelas dependências localizadas na América do Sul no Exercício/2021 (América do Sul e América Central no Exercício/2020).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Informações gerenciais por segmento reconciliadas com o contábil

	Exercício/2021							
	Informações Gerenciais por Segmento							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	BB Consolidado
Receitas da Intermediação Financeira	132.567.157	368.996	140.444	7.784	158.588	195.808	(383.199)	133.055.578
Resultado da carteira de crédito	86.966.583	--	--	--	--	--	(6.799)	86.959.784
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	25.501.063	1.480	89.562	--	--	192.536	(376.398)	25.408.243
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	16.584.876	367.516	50.882	7.784	158.588	3.271	--	17.172.917
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	1.402.787	--	--	--	--	--	--	1.402.787
Resultado das aplicações compulsórias	1.966.213	--	--	--	--	--	--	1.966.213
Resultado de outros ativos financeiros	145.635	--	--	--	--	1	(2)	145.634
Despesas da Intermediação Financeira	(70.098.193)	(92.893)	--	--	--	(190.184)	549.187	(69.832.083)
Recursos de instituições financeiras	(37.558.831)	(92.893)	--	--	--	--	549.184	(37.102.540)
Recursos de clientes	(22.795.752)	--	--	--	--	--	3	(22.795.749)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(7.876.745)	--	--	--	--	(189.714)	--	(8.066.459)
Outras despesas de captação	(1.866.865)	--	--	--	--	(470)	--	(1.867.335)
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	(18.482.302)	(18.737)	150	--	(40)	(34.100)	--	(18.535.029)
Carteira de crédito	(17.883.937)	--	--	--	--	--	--	(17.883.937)
Outros ativos financeiros	(598.365)	(18.737)	150	--	(40)	(34.100)	--	(651.092)
Outras Receitas	28.441.862	625.519	3.063.585	6.065.572	864.224	4.141.939	(1.878.296)	41.324.405
Receitas de prestação de serviços	20.025.581	405.080	3.047.253	4.055.958	36.213	2.939.288	(1.166.038)	29.343.335
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	803.328	44.352	--	1.840.910	556.915	--	--	3.245.505
Demais receitas	7.612.953	176.087	16.332	168.704	271.096	1.202.651	(712.258)	8.735.565
Outras Despesas	(49.205.520)	(134.155)	(417.919)	(984.639)	(48.062)	(2.187.525)	1.712.308	(51.265.512)
Despesas de pessoal	(20.435.860)	(23.610)	(104.640)	(63.114)	(5.674)	(375.321)	3.238	(21.004.981)
Outras despesas administrativas	(10.460.779)	(44.038)	(56.236)	(115.394)	(2.241)	(494.667)	1.159.919	(10.013.436)
Amortização	(1.437.109)	--	--	(414)	--	(3.926)	--	(1.441.449)
Depreciação	(1.360.921)	--	--	(10)	--	(26.314)	--	(1.387.245)
Despesas tributárias	(4.489.814)	(42.707)	(209.761)	(480.522)	(34.016)	(434.554)	--	(5.691.374)
Demais despesas	(11.021.037)	(23.800)	(47.282)	(325.185)	(6.131)	(852.743)	549.151	(11.727.027)
Provisões	(6.409.694)	(199)	(9.720)	1.966	11	(36.675)	--	(6.454.311)
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(6.346.403)	(199)	(9.720)	1.966	11	(36.675)	--	(6.391.020)
Outras	(63.291)	--	--	--	--	--	--	(63.291)
Resultado Antes dos Tributos e Participações	16.813.310	748.531	2.776.540	5.090.683	974.721	1.889.263	--	28.293.048
Imposto de renda e contribuição social	(938.547)	(336.040)	(1.182.261)	(1.146.208)	(197.233)	(641.011)	--	(4.441.300)
Participação de empregados e administradores no lucro	(2.523.407)	--	(2.816)	--	--	(9.610)	--	(2.535.833)
Participação dos não controladores	(278.817)	--	--	(1.326.687)	--	(9)	--	(1.605.513)
Lucro Líquido	13.072.539	412.491	1.591.463	2.617.788	777.488	1.238.633	--	19.710.402
Saldo Patrimoniais								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	527.710.108	20.553	2.608.433	4.086.952	1.479.568	6.320.767	(18.160.209)	524.066.172
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	342.143.040	3.872.845	453.345	14.011	3.294.321	569.460	(165.756)	350.181.266
Carteira de crédito líquida de provisões	740.271.089	--	--	--	--	--	(141.250)	740.129.839
Investimentos	23.490.675	870.305	2.000	6.128.262	4.665.637	25	(17.635.635)	17.521.269
Demais Ativos	299.271.068	979.353	647.009	2.270.440	699.352	3.635.110	(6.867.899)	300.634.433
Total do Ativo	1.932.885.980	5.743.056	3.710.787	12.499.665	10.138.878	10.525.362	(42.970.749)	1.932.532.979
Passivo	1.789.633.279	4.893.224	2.410.607	5.858.914	1.004.831	8.550.133	(24.675.195)	1.787.675.793
Recursos de clientes	671.493.584	--	--	--	--	--	(224.043)	671.269.541
Recursos de instituições financeiras	728.091.707	3.805.303	--	--	--	141.250	(18.301.459)	713.736.801
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	193.635.962	--	--	--	--	6.522.533	--	200.158.495
Provisões	36.476.614	1.550	13.906	19.929	42	301.536	(3.266)	36.810.311
Demais Passivos	159.935.412	1.086.371	2.396.701	5.838.985	1.004.789	1.584.814	(6.146.427)	165.700.645
Patrimônio Líquido	143.252.701	849.832	1.300.180	6.640.751	9.134.047	1.975.229	(18.295.554)	144.857.186
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.932.885.980	5.743.056	3.710.787	12.499.665	10.138.878	10.525.362	(42.970.749)	1.932.532.979

Banco do Brasil S.A. – Demonstrações Contábeis Exercício/2021

Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Exercício/2020							
	Informações Gerenciais por Segmento							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	BB Consolidado
Receitas da Intermediação Financeira	121.983.976	285.671	36.707	12.435	101.067	187.607	(270.039)	122.337.424
Resultado da carteira de crédito	87.191.233	--	--	--	--	--	(1.152)	87.190.081
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	13.863.441	684	33.128	--	--	186.116	(268.869)	13.814.500
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	15.124.052	284.987	3.579	12.435	101.067	1.456	--	15.527.576
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	3.407.521	--	--	--	--	--	--	3.407.521
Resultado das aplicações compulsórias	1.324.262	--	--	--	--	--	--	1.324.262
Resultado de outros ativos financeiros	1.073.467	--	--	--	--	35	(18)	1.073.484
Despesas da Intermediação Financeira	(66.587.814)	(49.140)	--	--	--	(225.456)	383.658	(66.478.724)
Recursos de instituições financeiras	(41.340.969)	(49.140)	--	--	--	--	383.658	(41.006.451)
Recursos de clientes	(15.103.252)	--	--	--	--	--	28	(15.103.224)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(7.487.929)	--	--	--	--	(224.809)	--	(7.712.738)
Outras despesas de captação	(2.655.664)	--	--	--	--	(647)	--	(2.656.311)
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	(25.966.053)	(15.400)	60	--	--	(96.038)	--	(26.077.431)
Carteira de crédito	(25.560.796)	--	--	--	--	--	--	(25.560.796)
Outros ativos financeiros	(405.257)	(15.400)	60	--	--	(96.038)	--	(516.635)
Outras Receitas	25.702.828	452.853	2.987.804	5.716.702	954.049	3.534.275	(1.689.541)	37.658.970
Receitas de prestação de serviços	20.260.306	380.722	2.974.277	3.692.866	38.154	2.435.802	(1.080.239)	28.701.888
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	518.734	16.729	--	1.889.634	685.304	--	--	3.110.401
Demais receitas	4.923.788	55.402	13.527	134.202	230.591	1.098.473	(609.302)	5.846.681
Outras Despesas	(46.073.451)	(204.865)	(440.245)	(826.966)	(36.286)	(1.963.540)	1.575.894	(47.969.459)
Despesas de pessoal	(19.580.681)	(47.744)	(104.079)	(63.894)	(5.039)	(365.398)	4.320	(20.162.515)
Outras despesas administrativas	(10.243.810)	(89.498)	(32.327)	(247.364)	(1.668)	(412.587)	1.129.272	(9.897.982)
Amortização	(1.832.275)	--	--	--	--	(3.225)	--	(1.835.500)
Depreciação	(1.300.602)	--	--	(8)	--	(19.096)	--	(1.319.706)
Despesas tributárias	(4.057.310)	(49.122)	(200.744)	(438.252)	(22.017)	(361.123)	--	(5.128.568)
Demais despesas	(9.058.773)	(18.501)	(103.095)	(77.448)	(7.562)	(802.111)	442.302	(9.625.188)
Provisões	(4.818.926)	314	(4.927)	(190)	173	(257.611)	--	(5.081.167)
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(3.913.878)	314	(4.927)	(190)	174	(257.611)	--	(4.176.118)
Outras	(905.048)	--	--	--	(1)	--	--	(905.049)
Resultado Antes dos Tributos e Participações	4.240.560	469.433	2.579.399	4.901.981	1.019.003	1.179.237	--	14.389.613
Imposto de renda e contribuição social	4.270.683	(201.791)	(1.032.409)	(1.041.867)	(137.439)	(404.312)	--	1.452.865
Participação de empregados e administradores no lucro	(1.562.339)	--	(2.313)	--	--	(3.919)	--	(1.568.571)
Participação dos não controladores	(278.123)	--	--	(1.298.411)	--	12	--	(1.576.522)
Lucro Líquido	6.670.781	267.642	1.544.677	2.561.703	881.564	771.018	--	12.697.385
Saldos Patrimoniais								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	512.315.519	18.675	2.174.306	2.191.960	1.063.835	5.465.073	(12.583.577)	510.645.791
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	292.736.070	1.464.913	16.776	454.336	3.200.245	727.681	(159.836)	298.440.185
Carteira de crédito líquida de provisões	636.606.082	--	--	--	--	--	--	636.606.082
Investimentos	22.360.624	841.514	2.000	5.064.809	5.114.253	27	(17.092.988)	16.290.239
Demais Ativos	260.260.405	995.298	497.229	2.335.762	667.911	3.551.621	(4.618.635)	263.689.591
Total do Ativo	1.724.278.700	3.320.400	2.690.311	10.046.867	10.046.244	9.744.402	(34.455.036)	1.725.671.888
Passivo	1.598.764.392	2.495.260	1.477.012	4.308.482	653.168	7.842.889	(16.840.424)	1.598.700.779
Recursos de clientes	602.172.335	--	--	--	--	--	(188.070)	601.984.265
Recursos de instituições financeiras	614.452.535	1.683.303	--	--	--	--	(12.583.576)	603.552.262
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	196.842.846	--	--	--	--	6.349.294	--	203.192.140
Provisões	33.443.898	1.325	8.568	21.454	53	573.333	(12.461)	34.036.170
Demais Passivos	151.852.778	810.632	1.468.444	4.287.028	653.115	920.262	(4.056.317)	155.935.942
Patrimônio Líquido	125.514.308	825.140	1.213.299	5.738.385	9.393.076	1.901.513	(17.614.612)	126.971.109
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.724.278.700	3.320.400	2.690.311	10.046.867	10.046.244	9.744.402	(34.455.036)	1.725.671.888

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Disponibilidades	15.285.225	14.239.838	18.023.001	16.784.560
Disponibilidades em moeda nacional	10.263.402	9.696.140	10.264.615	9.697.457
Disponibilidades em moeda estrangeira	5.021.823	4.543.698	7.758.386	7.087.103
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	36.253.116	159.160.915	36.471.680	159.404.948
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	1.479.018	118.776.694	5.429.405	119.375.173
Aplicações em depósitos interfinanceiros	34.774.098	40.384.221	31.042.275	40.029.775
Total	51.538.341	173.400.753	54.494.681	176.189.508

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

8 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS EM BANCOS CENTRAIS**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Depósitos de poupança	37.410.448	32.383.686	37.410.448	32.383.686
Depósitos à vista	17.617.425	12.908.748	17.617.425	12.908.748
Depósitos a prazo	17.979.148	13.465.192	17.979.148	13.465.192
Conta de pagamento instantâneo	1.925.886	990.249	1.925.886	990.249
Depósitos de moeda eletrônica	464.784	422.356	464.784	422.356
Recursos de microfinanças	106.345	138.311	106.345	138.311
Ativo circulante	75.504.036	60.308.542	75.504.036	60.308.542
Ativo não circulante	--	--	--	--
Total	75.504.036	60.308.542	75.504.036	60.308.542

b) Resultado das aplicações compulsórias

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Depósitos de poupança	871.148	1.305.892	974.451	871.148	1.305.892	974.451
Exigibilidade sobre recursos a prazo	481.663	660.321	349.811	481.663	660.321	349.811
Total	1.352.811	1.966.213	1.324.262	1.352.811	1.966.213	1.324.262

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Aplicações no Mercado Aberto	483.943.292	465.746.721	487.473.089	466.345.480
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	1.479.018	118.776.694	5.457.861	119.375.453
Notas do Tesouro Nacional	--	266.499	396.296	266.499
Letras do Tesouro Nacional	372.300	117.989.892	372.300	117.989.892
Letras Financeiras do Tesouro	--	350.757	52.750	350.757
Outros títulos	1.106.718	169.546	4.636.515	768.305
Re vendas a Liquidar - Posição Financiada	482.464.274	346.970.027	482.015.228	346.970.027
Letras Financeiras do Tesouro	181.323.750	173.148.915	180.945.706	173.148.914
Notas do Tesouro Nacional	153.954.792	161.715.081	153.883.790	161.715.081
Letras do Tesouro Nacional	145.523.122	8.532.956	145.523.122	8.532.956
Outros títulos	1.662.610	3.573.075	1.662.610	3.573.076
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	115.868.640	117.581.382	36.593.083	44.300.311
Total	599.811.932	583.328.103	524.066.172	510.645.791
Ativo circulante	526.706.892	509.622.409	522.211.794	505.900.976
Ativo não circulante	73.105.040	73.705.694	1.854.378	4.744.815

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	17.465.188	24.155.878	13.056.115	18.226.909	25.335.833	13.234.319
Posição financiada	17.368.400	23.880.581	12.524.630	17.368.400	23.880.581	12.524.630
Posição bancada	96.788	275.297	531.485	858.509	1.455.252	709.689
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.257.251	4.413.617	5.711.632	72.410	72.410	580.181
Total	19.722.439	28.569.495	18.767.747	18.299.319	25.408.243	13.814.500



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composições:

a.1) Resumo da carteira por categoria e prazo de realização

Categoria de Classificação	BB Banco Múltiplo							
	31.12.2021				31.12.2020			
	Circulante	Não Circulante	Total	Participação na Carteira	Circulante	Não Circulante	Total	Participação na Carteira
1 - Títulos para negociação ⁽¹⁾	4.922.226	--	4.922.226	5 %	9.999.449	--	9.999.449	4 %
2 - Títulos disponíveis para venda	58.128.953	241.246.980	299.375.933	89 %	29.490.601	220.155.700	249.646.301	88 %
3 - Mantidos até o vencimento	3.175.073	23.478.995	26.654.068	6 %	3.217.803	19.552.636	22.770.439	8 %
Valor Contábil da Carteira	66.226.252	264.725.975	330.952.227	100 %	42.707.853	239.708.336	282.416.189	100 %
Marcação a mercado da categoria 3	(562.133)	(1.208.780)	(1.770.913)		(680.198)	(521.976)	(1.202.174)	
Valor de Mercado da Carteira	65.664.119	263.517.195	329.181.314		42.027.655	239.186.360	281.214.015	

(1) Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.2) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo									
	31.12.2021							31.12.2020		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para Negociação	42.792	21.911	42.914	4.814.609	4.944.070	4.922.226	(21.844)	9.866.442	9.999.449	133.007
Títulos Públicos	42.694	21.782	42.270	4.208.514	4.321.792	4.315.260	(6.532)	9.752.845	9.884.516	131.671
Letras do tesouro nacional	42.694	18.473	13.198	3.312.683	3.388.641	3.387.048	(1.593)	8.716.947	8.832.068	115.121
Notas do tesouro nacional	--	--	--	890.839	895.709	890.839	(4.870)	718.985	735.388	16.403
Letras financeiras do tesouro	--	--	29.072	4.992	34.044	34.064	20	314.938	314.436	(502)
Títulos de governos estrangeiros	--	3.309	--	--	3.398	3.309	(89)	1.975	2.624	649
Títulos Privados	98	129	644	606.095	622.278	606.966	(15.312)	113.597	114.933	1.336
Debêntures	--	--	316	423.178	436.199	423.494	(12.705)	66.414	67.641	1.227
Certificados recebíveis do agronegócio	--	129	302	106.900	108.983	107.331	(1.652)	47.165	46.940	(225)
Certificados de recebíveis imobiliários	--	--	26	76.017	77.093	76.043	(1.050)	--	--	--
Outros	98	--	--	--	3	98	95	18	352	334
2 - Títulos Disponíveis para Venda	4.007.599	22.910.533	31.210.821	241.246.980	302.771.829	299.375.933	(3.395.896)	248.225.766	249.646.301	1.420.535
Títulos Públicos	791.736	19.118.682	27.942.395	197.113.125	247.423.849	244.965.938	(2.457.911)	216.603.634	217.916.826	1.313.192
Letras financeiras do tesouro	--	13.019.619	23.015.165	164.452.701	200.705.757	200.487.485	(218.272)	180.233.573	179.697.760	(535.813)
Letras do tesouro nacional	599.789	5.513.268	4.926.211	11.247.123	23.060.939	22.286.391	(774.548)	10.754.400	11.058.017	303.617
Títulos da dívida externa brasileira	--	--	--	10.444.719	10.578.016	10.444.719	(133.297)	10.880.279	12.076.518	1.196.239
Notas do tesouro nacional	--	--	1.005	9.126.635	10.462.106	9.127.640	(1.334.466)	10.818.747	11.011.356	192.609
Títulos de governos estrangeiros	191.947	585.438	--	1.780.279	2.550.399	2.557.664	7.265	3.837.454	3.989.721	152.267
Títulos da dívida agrária	--	357	14	94	524	465	(59)	882	858	(24)
Outros	--	--	--	61.574	66.108	61.574	(4.534)	78.299	82.596	4.297
Títulos Privados	3.215.863	3.791.851	3.268.426	44.133.855	55.347.980	54.409.995	(937.985)	31.622.132	31.729.475	107.343
Debêntures	20.636	16.891	132.423	28.386.996	29.767.062	28.556.946	(1.210.116)	18.442.601	17.670.504	(772.097)
Certificados de direitos creditórios do agronegócio	--	709.200	76.522	7.091.869	8.152.076	7.877.591	(274.485)	926.671	934.412	7.741
Cédulas de produto rural - commodities	624.893	3.043.541	2.823.771	913.972	7.699.815	7.406.177	(293.638)	4.453.303	4.535.550	82.247
Eurobonds	--	9.687	210.509	4.032.505	4.570.702	4.252.701	(318.001)	4.254.709	4.048.496	(206.213)
Notas promissórias	--	--	--	2.111.601	2.239.409	2.111.601	(127.808)	254.728	256.691	1.963
Cotas de fundos de investimentos	2.570.294	12.532	25.201	818.477	2.205.670	3.426.504	1.220.834	2.494.916	3.315.795	820.879
Ações	40	--	--	--	218	40	(178)	218	43	(175)
Certificados de recebíveis imobiliários	--	--	--	--	--	--	--	22.788	26.365	3.577
Outros	--	--	--	778.435	713.028	778.435	65.407	772.198	941.619	169.421

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo									
	31.12.2021							31.12.2020		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
3 - Mantidos até o Vencimento	583.070	1.738.250	853.753	21.708.082	26.654.068	24.883.155	(1.770.913)	22.770.439	21.568.265	(1.202.174)
Títulos Públicos	--	--	--	14.351.135	14.866.182	14.351.135	(515.047)	9.259.997	9.696.863	436.866
Letras do tesouro nacional	--	--	--	11.205.642	12.011.257	11.205.642	(805.615)	6.573.995	6.573.995	--
Títulos da dívida externa brasileira	--	--	--	3.145.493	2.854.925	3.145.493	290.568	2.686.002	3.122.868	436.866
Títulos Privados	583.070	1.738.250	853.753	7.356.947	11.787.886	10.532.020	(1.255.866)	13.510.442	11.871.402	(1.639.040)
Debêntures	583.070	50.593	339.404	7.356.945	9.581.618	8.330.012	(1.251.606)	12.391.636	10.904.667	(1.486.969)
Eurobonds	--	596.667	514.349	--	1.116.899	1.111.016	(5.883)	--	--	--
Certificados de depósitos bancários	--	838.378	--	--	837.402	838.378	976	728.864	730.873	2.009
Certificados de recebíveis imobiliários	--	--	--	2	3	2	(1)	389.942	235.862	(154.080)
Outros	--	252.612	--	--	251.964	252.612	648	--	--	--
Total	4.633.461	24.670.694	32.107.488	267.769.671	334.369.967	329.181.314	(5.188.653)	280.862.647	281.214.015	351.368

a.3) Composição da carteira por tipo e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo									
	31.12.2021							31.12.2020		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	4.633.461	24.670.694	32.107.488	267.769.671	334.369.967	329.181.314	(5.188.653)	280.862.647	281.214.015	351.368
Carteira própria	4.633.461	17.526.761	11.231.198	124.644.716	162.709.736	158.036.136	(4.673.600)	88.879.963	89.284.372	404.409
Vinculados a compromissos de recompra	--	5.772.768	20.876.290	134.957.702	161.725.824	161.606.760	(119.064)	178.049.626	178.005.788	(43.838)
Vinculados à prestação de garantias	--	1.371.165	--	8.167.253	9.934.407	9.538.418	(395.989)	13.933.058	13.923.855	(9.203)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.4) Resumo da carteira por categoria e prazo de realização

Categoria de Classificação	BB Consolidado							
	31.12.2021				31.12.2020			
	Circulante	Não Circulante	Total	Participação na Carteira	Circulante	Não Circulante	Total	Participação na Carteira
1 - Títulos para negociação ⁽¹⁾	16.626.979	--	16.626.979	5 %	17.774.838	--	17.774.838	6 %
2 - Títulos disponíveis para venda	58.955.295	246.562.578	305.517.873	88 %	30.135.348	225.079.103	255.214.451	88 %
3 - Mantidos até o vencimento	3.175.077	22.726.302	25.901.379	7 %	3.571.801	18.351.759	21.923.560	6 %
Valor Contábil da Carteira	78.757.351	269.288.880	348.046.231	100 %	51.481.987	243.430.862	294.912.849	100 %
Marcação a mercado da categoria 3	(562.133)	(1.135.005)	(1.697.138)		(679.993)	(397.635)	(1.077.628)	
Valor de Mercado da Carteira	78.195.218	268.153.875	346.349.093		50.801.994	243.033.227	293.835.221	

(1) Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.5) Composição da carteira consolidada por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Consolidado									
	31.12.2021							31.12.2020		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para Negociação	5.602.455	1.534.680	544.801	8.945.043	16.149.934	16.626.979	477.045	17.306.281	17.774.838	468.557
Títulos Públicos	4.944.331	1.513.472	539.919	4.950.936	11.485.968	11.948.658	462.690	15.871.523	16.271.480	399.957
Títulos de governos estrangeiros	4.901.637	1.494.999	497.649	403.913	6.817.698	7.298.198	480.500	6.057.671	6.326.559	268.888
Letras do tesouro nacional	42.694	18.473	13.198	3.312.681	3.388.641	3.387.046	(1.595)	8.716.947	8.832.069	115.122
Notas do tesouro nacional	--	--	--	890.838	895.709	890.838	(4.871)	718.985	735.388	16.403
Títulos da dívida externa brasileira	--	--	--	338.513	349.876	338.513	(11.363)	62.982	63.028	46
Letras financeiras do tesouro	--	--	29.072	4.991	34.044	34.063	19	314.938	314.436	(502)
Títulos Privados	658.124	21.208	4.882	3.994.107	4.663.966	4.678.321	14.355	1.434.758	1.503.358	68.600
Debêntures	--	--	316	2.428.907	2.473.816	2.429.223	(44.593)	511.398	521.240	9.842
Certificados recebíveis do agronegócio	--	129	302	963.979	997.950	964.410	(33.540)	47.165	46.940	(225)
Cotas de fundos de investimento	424.157	--	--	--	415.283	424.157	8.874	610.212	604.184	(6.028)
Eurobonds	--	21.079	3.611	327.070	358.846	351.760	(7.086)	132.457	132.928	471
Certificados de recebíveis imobiliários	--	--	26	274.151	276.940	274.177	(2.763)	41.957	44.115	2.158
Ações	11.145	--	--	--	10.879	11.145	266	5	31	26
Outros	222.822	--	627	--	130.252	223.449	93.197	91.564	153.920	62.356
2 - Títulos Disponíveis para Venda	4.063.785	23.350.006	31.541.504	246.562.578	308.919.704	305.517.873	(3.401.831)	253.824.141	255.214.451	1.390.310
Títulos Públicos	791.736	19.506.748	28.006.349	198.166.325	248.895.125	246.471.158	(2.423.967)	217.565.843	218.910.264	1.344.421
Letras financeiras do tesouro	--	13.407.684	23.015.165	164.508.178	201.136.299	200.931.027	(205.272)	180.233.573	179.697.759	(535.814)
Letras do tesouro nacional	599.789	5.513.268	4.926.211	11.247.121	23.060.939	22.286.389	(774.550)	10.754.400	11.058.015	303.615
Títulos da dívida externa brasileira	--	--	--	10.839.687	10.954.836	10.839.687	(115.149)	11.177.576	12.403.613	1.226.037
Notas do tesouro nacional	--	--	1.005	9.126.635	10.462.106	9.127.640	(1.334.466)	10.818.747	11.011.356	192.609
Títulos de governos estrangeiros	191.947	585.439	63.954	2.383.036	3.214.313	3.224.376	10.063	4.502.366	4.656.067	153.701
Títulos da dívida agrária	--	357	14	94	524	465	(59)	882	858	(24)
Outros	--	--	--	61.574	66.108	61.574	(4.534)	78.299	82.596	4.297
Títulos Privados	3.272.049	3.843.258	3.535.155	48.396.253	60.024.579	59.046.715	(977.864)	36.258.298	36.304.187	45.889
Debêntures	20.636	16.891	227.157	31.837.198	33.444.730	32.101.882	(1.342.848)	22.130.542	21.190.459	(940.083)
Certificados de direitos creditórios do agronegócio	--	709.200	76.522	7.091.869	8.152.076	7.877.591	(274.485)	926.671	934.412	7.741
Cédulas de produto rural - commodities	624.893	3.043.541	2.823.771	913.972	7.699.815	7.406.177	(293.638)	4.453.303	4.535.550	82.247
Eurobonds	--	9.687	210.509	4.263.278	4.791.801	4.483.474	(308.327)	4.436.878	4.263.129	(173.749)
Cotas de fundos de investimento	2.610.803	52.959	197.196	1.101.060	2.634.905	3.962.018	1.327.113	2.981.815	3.882.354	900.539
Notas promissórias	--	--	--	2.111.601	2.239.409	2.111.601	(127.808)	254.728	256.692	1.964
Ações	15.717	--	--	--	32.110	15.717	(16.393)	60.838	58.941	(1.897)
Certificados de depósito bancário	--	10.980	--	--	10.980	10.980	--	2.694	2.694	--
Certificados de recebíveis imobiliários	--	--	--	3.612	3.862	3.612	(250)	26.424	29.899	3.475
Outros	--	--	--	1.073.663	1.014.891	1.073.663	58.772	984.405	1.150.057	165.652

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Vencimento em Dias	BB Consolidado									
	31.12.2021							31.12.2020		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
3 - Mantidos até o Vencimento	583.071	1.738.250	853.756	21.029.164	25.901.379	24.204.241	(1.697.138)	21.923.560	20.845.932	(1.077.628)
Títulos Públicos	--	--	--	14.927.629	15.448.307	14.927.629	(520.678)	9.962.696	10.399.952	437.256
Letras do tesouro nacional	--	--	--	11.205.642	12.011.257	11.205.642	(805.615)	6.573.995	6.573.995	--
Títulos da dívida externa brasileira	--	--	--	3.145.493	2.854.928	3.145.493	290.565	2.686.004	3.122.869	436.865
Títulos de governos estrangeiros	--	--	--	576.494	582.122	576.494	(5.628)	702.697	703.088	391
Títulos Privados	583.071	1.738.250	853.756	6.101.535	10.453.072	9.276.612	(1.176.460)	11.960.864	10.445.980	(1.514.884)
Debêntures	583.071	50.593	339.404	6.101.533	8.246.803	7.074.601	(1.172.202)	10.392.508	9.029.694	(1.362.814)
Eurobonds	--	596.667	514.352	--	1.116.899	1.111.019	(5.880)	--	--	--
Certificados de depósito bancário	--	838.378	--	--	837.403	838.378	975	728.864	730.873	2.009
Certificados de recebíveis imobiliários	--	--	--	2	3	2	(1)	389.942	235.863	(154.079)
Notas promissórias	--	--	--	--	--	--	--	449.550	449.550	--
Outros	--	252.612	--	--	251.964	252.612	648	--	--	--
Total	10.249.311	26.622.936	32.940.061	276.536.785	350.971.017	346.349.093	(4.621.924)	293.053.982	293.835.221	781.239

a.6) Composição da carteira consolidada por tipo e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Consolidado									
	31.12.2021							31.12.2020		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	10.249.311	26.622.936	32.940.061	276.536.785	350.971.017	346.349.093	(4.621.924)	293.053.982	293.835.221	781.239
Carteira própria	10.249.311	19.478.896	12.023.658	151.894.851	197.786.851	193.646.716	(4.140.135)	117.582.700	118.336.509	753.809
Vinculados a compromissos de recompra	--	5.772.769	20.916.378	116.446.810	143.234.628	143.135.957	(98.671)	161.521.387	161.556.759	35.372
Vinculados à prestação de garantias	--	1.371.271	25	8.195.124	9.949.538	9.566.420	(383.118)	13.949.895	13.941.953	(7.942)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Títulos de renda fixa	9.012.697	12.446.689	6.821.032	10.714.984	15.419.120	9.232.355
Títulos de renda variável	1.835.001	1.770.609	6.267.978	1.875.720	1.753.797	6.295.221
Total	10.847.698	14.217.298	13.089.010	12.590.704	17.172.917	15.527.576

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários no Exercício findo em 31.12.2021.

No Exercício/2020, ocorreram as seguintes reclassificações, em virtude do critério de alocação de papéis na categoria “Títulos para Negociação”, que estabelece prazo máximo para negociação de 270 dias:

- Títulos (debêntures) da categoria “Títulos para Negociação” para categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, no montante R\$ 23.315 mil (valor de custo) e R\$ 21.438 mil (valor de mercado). A marcação a mercado negativa de R\$ 1.877 mil manteve-se no resultado do 1º Semestre/2020.

- Títulos (debêntures e certificado de recebíveis do agronegócio) da categoria “Títulos para Negociação” para categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, no montante de R\$ 331.416 mil (valor de custo) e R\$ 324.802 mil (valor de mercado). A marcação a mercado negativa de R\$ 6.614 mil manteve-se no resultado do 2º Semestre/2020.

11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições, administrar risco de crédito e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de risco de mercado e de investimento no exterior) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Banco são compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 30.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos.

As estratégias são elaboradas com base em:

- análise de cenários econômicos;
- análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista;
- simulação de resultados esperados;
- simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco utiliza derivativo de crédito, na gestão proprietária de suas carteiras, posições e operações, tal como operações de credit linked notes, com o objetivo de captar recursos e administrar risco de crédito. Para isto as agências externas fazem uso da modalidade credit default swap em mercado de balcão no exterior. Esta modalidade se refere ao acordo entre duas partes para compra ou venda de proteção de crédito em troca de pagamento de taxa de juros periódica.

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado, no fluxo de caixa ou na variação cambial do item objeto de hedge.

O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge das operações realizadas com a finalidade de compensar seus riscos desde a sua concepção.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Dessa forma, o valor em risco calculado para a carteira de derivativos do Banco Múltiplo, em 31.12.2021, foi de R\$ 446.059 mil (R\$ 266.309 mil em 31.12.2020).

A exposição de crédito em swap totalizou R\$ 587.687 mil em 31.12.2021 (R\$ 169.409 mil em 31.12.2020).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Composições

a.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	31.12.2021			31.12.2020			31.12.2021			31.12.2020		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros												
Compromissos de Compra	23.760.147	--	--	27.929.239	--	--	24.758.387	--	--	28.590.657	--	--
DI	13.764.867	--	--	11.501.501	--	--	13.764.867	--	--	11.501.501	--	--
Moedas	222.206	--	--	16.324.524	--	--	1.220.446	--	--	16.985.942	--	--
Índice Bovespa	529	--	--	56.043	--	--	529	--	--	56.043	--	--
Cupom cambial	9.620.707	--	--	43.231	--	--	9.620.707	--	--	43.231	--	--
Commodities	151.838	--	--	3.940	--	--	151.838	--	--	3.940	--	--
Compromissos de Venda	36.601.075	--	--	22.145.083	--	--	37.049.525	--	--	22.411.530	--	--
DI	7.976.286	--	--	11.304.962	--	--	7.976.286	--	--	11.304.962	--	--
Moedas	9.317.737	--	--	5.954.830	--	--	9.766.187	--	--	6.221.277	--	--
Índice Bovespa	--	--	--	134	--	--	--	--	--	134	--	--
Cupom cambial	11.361.806	--	--	14.005	--	--	11.361.806	--	--	14.005	--	--
Libor	6.050.774	--	--	4.657.647	--	--	6.050.774	--	--	4.657.647	--	--
Commodities	1.894.472	--	--	213.505	--	--	1.894.472	--	--	213.505	--	--
Operações a Termo												
Posição Ativa	28.624.204	1.359.033	1.587.838	13.889.806	1.195.704	1.185.729	29.227.919	1.394.366	1.623.170	14.421.418	1.213.145	1.203.171
Termo de título	441.780	441.780	441.780	--	--	--	441.780	441.780	441.780	--	--	--
Termo de moeda	26.792.618	645.762	932.691	13.691.474	1.164.054	1.161.446	27.396.333	681.095	968.023	14.223.086	1.181.495	1.178.888
Termo de mercadoria	1.389.806	271.491	213.367	198.332	31.650	24.283	1.389.806	271.491	213.367	198.332	31.650	24.283
Posição Passiva	20.943.359	(1.990.345)	(945.864)	22.238.742	(1.734.345)	(1.469.393)	20.983.009	(1.993.185)	(948.705)	22.238.742	(1.734.345)	(1.469.393)
Termo de título	441.780	(441.780)	(441.780)	--	--	--	441.780	(441.780)	(441.780)	--	--	--
Termo de moeda	19.906.924	(1.514.884)	(468.914)	21.927.251	(1.710.453)	(1.434.933)	19.946.574	(1.517.724)	(471.755)	21.927.251	(1.710.453)	(1.434.933)
Termo de mercadoria	594.655	(33.681)	(35.170)	311.491	(23.892)	(34.460)	594.655	(33.681)	(35.170)	311.491	(23.892)	(34.460)
Contrato de Opções												
De Compra - Posição Comprada	2.411.429	112.500	94.055	--	--	--	2.411.429	112.500	94.055	--	--	--
Moeda estrangeira	2.411.429	112.500	94.055	--	--	--	2.411.429	112.500	94.055	--	--	--
De Compra - Posição Vendida	1.560.705	(17.118)	(47.202)	2.213.895	(33.075)	(65.413)	75.452	(1.940)	(13.569)	48.912	(2.069)	(12.494)
Moeda estrangeira	50.559	(363)	(801)	22.632	(683)	(538)	50.559	(363)	(801)	22.632	(683)	(538)
Pré-fixados	1.485.253	(15.178)	(33.633)	2.164.983	(31.006)	(52.919)	--	--	--	--	--	--
Índice Bovespa	7.303	(740)	(597)	51	(3)	(6)	7.303	(740)	(597)	51	(3)	(6)
Índice IPCA	2.467	(323)	(555)	3.415	(446)	(416)	2.467	(323)	(555)	3.415	(446)	(416)
Commodities	15.123	(514)	(11.616)	22.814	(937)	(11.534)	15.123	(514)	(11.616)	22.814	(937)	(11.534)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Por Indexador	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	31.12.2021			31.12.2020			31.12.2021			31.12.2020		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
De Venda - Posição Vendida	4.309.028	(1.615.752)	(1.800.635)	2.477.054	(2.138.914)	(2.107.130)	2.823.775	(124.012)	(326.755)	312.071	(5.978)	4.054
Moeda estrangeira	2.562.566	(117.265)	(102.534)	157.460	(2.093)	5.572	2.562.566	(117.265)	(102.534)	157.460	(2.093)	5.572
Pré-fixados	1.485.253	(1.491.740)	(1.473.880)	2.164.983	(2.132.936)	(2.111.184)	--	--	--	--	--	--
Índice Bovespa	4.765	(275)	(217)	11	--	--	4.765	(275)	(217)	11	--	--
Índice DI	6.498	(52)	(24)	9.842	(146)	(728)	6.498	(52)	(24)	9.842	(146)	(728)
Commodities	249.946	(6.420)	(223.980)	144.758	(3.739)	(790)	249.946	(6.420)	(223.980)	144.758	(3.739)	(790)
Contratos de Swap												
Posição Ativa	15.544.823	177.246	272.917	22.294.063	2.158.220	2.224.870	14.037.905	177.410	272.897	22.294.063	2.158.220	2.224.870
DI	10.324.124	40.449	109.212	17.056.269	954.934	979.075	10.324.124	40.449	109.212	17.056.269	954.934	979.075
Moeda estrangeira	3.261.613	130.426	155.867	4.840.051	1.199.918	1.239.840	3.261.613	130.426	155.867	4.840.051	1.199.918	1.239.840
Pré-fixado	1.959.086	6.371	7.838	397.743	3.368	5.955	452.168	6.535	7.818	397.743	3.368	5.955
Posição Passiva	8.463.302	(831.006)	(1.269.359)	23.232.636	(1.383.922)	(1.493.156)	8.463.302	(831.006)	(1.269.359)	21.068.694	(1.383.874)	(1.493.135)
DI	358.598	(7.032)	(57.928)	7.693.435	(270.443)	(274.708)	358.598	(7.032)	(57.928)	5.529.493	(270.395)	(274.687)
Moeda estrangeira	7.035.219	(809.240)	(1.132.351)	8.789.458	(1.090.491)	(1.189.782)	7.035.219	(809.240)	(1.132.351)	8.789.458	(1.090.491)	(1.189.782)
Pré-fixado	201.368	(3.273)	(5.945)	6.728.443	(21.882)	(25.686)	201.368	(3.273)	(5.945)	6.728.443	(21.882)	(25.686)
IPCA	868.117	(11.461)	(73.135)	21.300	(1.106)	(2.980)	868.117	(11.461)	(73.135)	21.300	(1.106)	(2.980)
Derivativos de Crédito												
Posição Ativa												
Título dívida pública brasileira ⁽¹⁾	27.903	3.045	2.739	--	--	--	27.903	3.045	2.739	--	--	--
Posição Passiva												
Título dívida pública brasileira ⁽²⁾	--	--	--	374.162	(1.429)	(1.429)	--	--	--	374.162	(1.429)	(1.429)
Outros Derivativos ⁽³⁾												
Posição Ativa												
Moeda estrangeira	4.391.270	141.224	143.304	2.960.888	129.548	120.826	4.110.983	139.286	142.174	2.704.318	108.028	99.295
Posição Passiva												
Moeda estrangeira	2.942.642	(36.681)	(45.537)	2.537.013	(75.980)	(77.446)	2.942.642	(36.681)	(45.539)	2.537.013	(75.980)	(77.446)

(1) Refere-se a operações de CDS (Credit Default Swap) cujo risco transferido totaliza o montante do valor de referência do contrato da operação. No Exercício/2021 esta operação gerou impacto negativo no Patrimônio de Referência de R\$ 305 mil e não ocorreram eventos de crédito previstos no contrato.

(2) Refere-se a derivativos de crédito oriundos de estrutura envolvendo operações de CDS (Credit Default Swap) e CLN (Credit Linked Notes), cujo risco recebido e transferido se compensam. No Exercício/2020, essas operações não geraram impacto no Patrimônio de Referência e não ocorreram eventos de crédito previstos no contrato.

(3) Referem-se, essencialmente, a operações realizadas no mercado Forex no exterior, registradas como contratos de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward - NDF). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor nocional)

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2021	31.12.2020	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2021	31.12.2020
Contratos de Futuros	4.832.532	28.579.055	11.392.855	15.556.780	60.361.222	50.074.322	6.279.222	28.579.055	11.392.855	15.556.780	61.807.912	51.002.187
Contratos a Termo	11.529.515	24.036.573	8.380.507	5.620.968	49.567.563	36.128.548	12.172.879	24.036.574	8.380.507	5.620.968	50.210.928	36.660.160
Contratos de Opções	119.981	3.278.756	125.429	4.756.996	8.281.162	4.690.949	119.981	308.250	125.429	4.756.996	5.310.656	360.983
Contratos de Swap	2.354.100	4.659.194	1.938.546	15.056.285	24.008.125	45.526.699	2.354.100	3.152.276	1.938.546	15.056.285	22.501.207	43.362.757
Derivativos de Crédito	--	--	--	27.903	27.903	374.162	--	--	--	27.903	27.903	374.162
Outros	2.476.458	4.383.100	404.241	70.113	7.333.912	5.497.901	2.196.171	4.383.100	404.241	70.113	7.053.625	5.241.331

a.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor nocional em 31.12.2021)

	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Derivativos de Crédito	Outros	Futuros	Termo	Opções	Swap	Derivativos de Crédito	Outros
Bolsa												
B3	54.310.448	--	265.069	--	--	--	55.757.138	--	265.069	--	--	--
Exterior	6.050.774	--	--	--	--	--	6.050.774	--	--	--	--	--
Balcão												
Instituições Financeiras	--	883.560	2.970.506	18.757.873	27.903	7.333.912	--	1.526.924	--	17.250.955	27.903	7.053.625
Clientes	--	48.684.003	5.045.587	5.250.252	--	--	--	48.684.004	5.045.587	5.250.252	--	--

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Letras Financeiras do Tesouro	1.921.705	4.717.046	1.921.705	4.717.046

a.5) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Hedge de risco de mercado				
Instrumentos de Hedge				
Passivo	(12.626.404)	(7.007.786)	(12.626.404)	(7.007.786)
Futuro	(4.850.521)	(44.619)	(4.850.521)	(44.619)
Swap	(7.775.883)	(6.963.167)	(7.775.883)	(6.963.167)
Itens Objeto de Hedge				
Ativo	14.972.551	9.733.434	14.972.551	9.733.434
Títulos e valores mobiliários	11.808.372	6.618.355	11.808.372	6.618.355
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.120.690	3.115.079	3.120.690	3.115.079
Operações de crédito	43.489	--	43.489	--
Passivo	(2.209.564)	(2.687.214)	(2.209.564)	(2.687.214)
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(2.209.564)	(2.687.214)	(2.209.564)	(2.687.214)
Hedge de investimentos no exterior				
Instrumentos de Hedge				
Passivo	(403.014)	--	(403.014)	--
Futuro	(403.014)	--	(403.014)	--
Itens Objeto de Hedge				
Ativo	399.936	--	399.936	--
Investimento no exterior	399.936	--	399.936	--

O Banco, em suas dependências no exterior, utiliza swap (Cross Currency Interest Rate Swap) para hedge de captações externas como proteção de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros. No Brasil, foram designadas como hedge de valor justo estratégias cujos objetos são títulos públicos federais (Letras do Tesouro Nacional) das categorias disponível para venda e mantidos até o vencimento, além de operações de Crédito Direto ao Consumidor (CDC), tendo como objetivo a proteção do risco de mercado pré-fixado, trocando a exposição para pós-fixada. Contratos futuros de juros protegem os títulos da categoria disponível para venda e as operações de CDC, ao passo que swaps protegem os títulos da categoria mantidos até o vencimento. Há, ainda, a estratégia de hedge de investimento no exterior, utilizando contratos futuros de dólar, para proteção das oscilações cambiais em relação ao investimento do Banco no BB Américas (EUA).

As operações de hedge citadas foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen n.º 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do hedge corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.6) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Perdas dos itens objeto de hedge	(39.909)	(168.636)	(489.778)	(39.909)	(168.636)	(489.778)
Ganhos dos instrumentos de hedge	36.455	162.439	482.379	36.455	162.439	482.379
Efeito líquido	(3.454)	(6.197)	(7.399)	(3.454)	(6.197)	(7.399)
Ganhos dos itens objeto de hedge	446.996	1.017.175	786.671	446.996	1.017.175	786.671
Perda dos instrumentos de hedge	(343.780)	(844.869)	(784.289)	(343.780)	(844.869)	(784.289)
Efeito líquido	103.216	172.306	2.382	103.216	172.306	2.382

a.7) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	31.12.2021		31.12.2020		31.12.2021		31.12.2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo								
Operações a Termo	1.350.170	237.668	1.074.333	111.396	1.385.502	237.668	1.091.775	111.396
Contratos de Opções	805	93.250	--	--	805	93.250	--	--
Contratos de Swap	121.437	151.480	1.933.799	291.071	121.417	151.480	1.933.799	291.071
Derivativos de Crédito	--	2.739	--	--	--	2.739	--	--
Outros Derivativos	137.818	5.486	115.961	4.865	136.688	5.486	94.430	4.865
Total	1.610.230	490.623	3.124.093	407.332	1.644.412	490.623	3.120.004	407.332
Passivo								
Operações a Termo	(890.085)	(55.779)	(1.180.689)	(288.704)	(892.926)	(55.779)	(1.180.689)	(288.704)
Contratos de Opções	(1.747.486)	(100.351)	(2.172.168)	(375)	(239.973)	(100.351)	(8.065)	(375)
Contratos de Swap	(158.890)	(1.110.469)	(931.138)	(562.018)	(158.890)	(1.110.469)	(931.117)	(562.018)
Derivativos de Crédito	--	--	(1.429)	--	--	--	(1.429)	--
Outros Derivativos	(45.162)	(375)	(77.446)	--	(45.163)	(376)	(77.446)	--
Total	(2.841.623)	(1.266.974)	(4.362.870)	(851.097)	(1.336.952)	(1.266.975)	(2.198.746)	(851.097)

b) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Contratos de Futuro	1.114.567	1.327.324	1.283.453	1.086.298	1.264.229	1.252.801
Operações a Termo	875.468	1.215.103	1.885.517	942.323	1.347.117	1.962.963
Contratos de Opções	(278.161)	(293.883)	(49.390)	(232.486)	(227.691)	9.971
Contratos de Swap	(48.057)	(1.029.141)	(6.922)	(48.304)	(1.029.282)	(7.684)
Derivativos de Crédito	23	1.501	1.901	23	1.501	1.901
Outros Derivativos	20.864	36.302	129.712	39.337	46.913	187.569
Total	1.684.704	1.257.206	3.244.271	1.787.191	1.402.787	3.407.521

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12 - CARTEIRA DE CRÉDITO**a) Carteira de crédito por modalidade**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Operações de Crédito	691.575.606	613.470.272	704.021.237	624.416.758
Empréstimos e direitos creditórios descontados	283.542.393	252.596.535	292.280.951	260.104.534
Financiamentos	128.025.860	130.915.360	128.740.533	131.721.007
Financiamentos rurais	233.108.248	181.110.513	233.108.248	181.110.513
Financiamentos imobiliários	46.699.992	48.589.142	49.692.392	51.221.982
Operações de crédito vinculadas a cessão ⁽¹⁾	199.113	258.722	199.113	258.722
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	78.894.111	55.861.814	80.493.360	57.187.216
Operações com cartão de crédito	44.283.323	31.610.988	45.882.572	32.936.390
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 13.d)	17.716.604	13.438.613	17.716.604	13.438.613
Aquisição de recebíveis	8.581.879	4.269.049	8.581.879	4.269.049
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ⁽²⁾	6.619.777	5.561.823	6.619.777	5.561.823
Avais e fianças honrados	87.256	223.307	87.256	223.307
Diversos	1.605.272	758.034	1.605.272	758.034
Operações de Arrendamento Mercantil	--	--	280.971	172.478
Total da Carteira de Crédito	770.469.717	669.332.086	784.795.568	681.776.452
Ativo circulante	322.650.497	157.272.039	331.004.791	164.223.867
Ativo não circulante	447.819.220	512.060.047	453.790.777	517.552.585
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	(44.470.150)	(44.966.048)	(44.665.729)	(45.170.370)
(Provisão para operações de crédito)	(42.135.142)	(42.788.058)	(42.301.950)	(42.968.298)
(Provisão para outros créditos com características de concessão de crédito)	(2.335.008)	(2.177.990)	(2.361.141)	(2.198.371)
(Provisão para arrendamento mercantil)	--	--	(2.638)	(3.701)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	725.999.567	624.366.038	740.129.839	636.606.082

(1) Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

(2) Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Resultado da carteira de crédito

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Resultado de Operações de Crédito	48.582.444	84.254.592	84.021.801	49.954.826	87.012.788	86.921.878
Empréstimos e direitos creditórios descontados	25.324.148	47.255.278	42.531.068	26.227.428	49.047.532	44.225.111
Financiamentos rurais	6.495.066	12.486.302	11.287.086	6.495.066	12.486.302	11.287.086
Financiamentos	8.228.152	9.551.557	16.404.358	8.241.436	9.572.780	16.445.547
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	3.815.732	7.085.409	6.390.830	4.163.330	7.808.351	7.359.412
Financiamentos imobiliários	1.627.691	3.247.513	3.735.514	1.723.493	3.445.743	3.915.267
Equalização de taxas – safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	1.558.836	2.410.496	1.611.119	1.558.836	2.410.496	1.611.119
Financiamentos à exportação	831.046	1.249.115	880.035	831.046	1.249.115	880.035
Aquisição de recebíveis	280.744	391.061	225.133	280.744	391.061	225.133
Financiamentos em moedas estrangeiras	262.873	303.670	721.321	263.263	306.732	719.012
Adiantamentos a depositantes	106.842	190.701	169.473	118.870	211.186	188.292
Avais e fianças honrados	11.230	16.039	28.231	11.230	16.039	28.231
Demais	40.084	67.451	37.633	40.084	67.451	37.633
Resultado de Arrendamento Mercantil	--	--	--	19.829	33.191	28.069
Resultado de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros ⁽²⁾	113.208	(87.853)	237.002	113.997	(86.195)	240.134
Total	48.695.652	84.166.739	84.258.803	50.088.652	86.959.784	87.190.081

(1) Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 388.570 mil no 2º Semestre/2021 (com impacto no resultado de R\$ 194.285 mil, líquido de tributos) R\$ 614.589 mil no Exercício/2021 (com impacto no resultado de R\$ 318.595 mil, líquido de tributos) e R\$ 241.171 mil no Exercício/2020 (com impacto no resultado de R\$ 126.476 mil, líquido de tributos). Os valores contábeis dessas operações eram de R\$ 1.336.486 mil, R\$ 1.729.719 mil e R\$ 485.425 mil respectivamente.

(2) Inclui despesas no montante de R\$ 125.556 mil (R\$ 62.469 mil, líquido de tributos) no 2º Semestre/2021 e despesas no montante de R\$ 475.159 mil (R\$ 245.810 mil, líquido de tributos) no Exercício/2021, oriundas de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001. As referidas cessões geraram impacto positivo de R\$ 12.175 mil no 2º Semestre/2021 e R\$ 458.726 mil no Exercício/2021, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Os valores contábeis dessas operações eram de R\$ 149.289 mil e R\$ 1.530.248 mil respectivamente.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	31.12.2021	%	31.12.2020	%	31.12.2021	%	31.12.2020	%
Setor Público	65.185.414	8,5	71.361.303	10,7	65.440.127	8,3	71.632.396	10,6
Administração pública	57.774.933	7,5	55.325.371	8,3	58.029.671	7,4	55.596.464	8,2
Energia elétrica	3.751.655	0,5	3.346.430	0,5	3.751.654	0,5	3.346.430	0,5
Petroleiro	2.914.198	0,4	12.009.390	1,8	2.785.512	0,4	12.009.390	1,8
Serviços	342.436	--	393.291	0,1	342.436	--	393.291	0,1
Demais atividades	402.192	0,1	286.821	--	530.854	--	286.821	--
Setor Privado	705.284.303	91,5	597.970.783	89,3	719.355.441	91,7	610.144.056	89,4
Pessoa Física	481.064.438	62,4	399.013.143	59,6	484.779.288	61,8	402.336.537	59,0
Pessoa Jurídica	224.219.865	29,1	198.957.640	29,7	234.576.153	29,9	207.807.519	30,4
Agronegócio de origem vegetal	34.676.471	4,5	30.823.713	4,6	36.341.500	4,6	31.730.654	4,7
Serviços	27.379.804	3,5	23.951.018	3,6	28.572.295	3,6	25.298.128	3,7
Transportes	14.407.742	1,9	16.617.630	2,5	14.591.773	1,9	16.767.186	2,5
Mineração e metalurgia	13.615.799	1,8	13.380.615	2,0	14.097.821	1,8	13.760.773	2,0
Comércio varejista	13.542.406	1,8	11.579.915	1,7	13.795.842	1,8	11.814.949	1,7
Automotivo	12.850.558	1,7	12.398.571	1,9	13.394.912	1,7	13.016.570	1,9
Agronegócio de origem animal	12.599.328	1,6	9.495.065	1,4	13.137.982	1,7	9.749.250	1,4
Instituições e serviços financeiros	11.370.948	1,5	5.069.010	0,8	12.131.910	1,5	6.453.003	0,9
Insumos agrícolas	10.124.523	1,3	7.471.646	1,1	10.237.059	1,3	7.560.925	1,1
Comércio atacadista e indústrias diversas	7.793.217	1,0	6.221.437	0,9	8.666.861	1,1	6.949.717	1,0
Combustíveis	7.899.806	1,0	6.980.355	1,0	8.279.490	1,1	7.410.164	1,1
Eletroeletrônico	8.157.560	1,1	6.622.077	1,0	8.237.309	1,1	6.656.646	1,0
Químico	7.217.047	0,9	6.445.198	1,0	8.170.306	1,0	6.862.817	1,0
Energia elétrica	7.729.959	1,0	8.077.112	1,2	7.867.503	1,0	8.187.291	1,2
Atividades específicas da construção	7.558.808	1,0	6.726.150	1,0	7.848.492	1,0	6.984.339	1,0
Têxtil e confecções	6.717.601	0,9	6.414.886	1,0	6.816.772	0,9	6.474.714	1,0
Imobiliário	4.981.560	0,6	6.331.230	0,9	5.877.849	0,7	7.050.108	1,0
Madeireiro e moveleiro	4.399.177	0,6	4.019.401	0,6	4.424.540	0,6	4.043.707	0,6
Papel e celulose	3.203.703	0,4	2.670.623	0,4	3.458.752	0,4	2.876.369	0,4
Telecomunicações	2.830.787	0,4	2.306.937	0,3	3.151.109	0,4	2.423.001	0,4
Construção pesada	2.060.519	0,2	2.387.953	0,4	2.370.675	0,3	2.690.989	0,4
Demais atividades	3.102.542	0,4	2.967.098	0,4	3.105.401	0,4	3.046.219	0,4
Total	770.469.717	100,0	669.332.086	100,0	784.795.568	100,0	681.776.452	100,0

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Carteira de crédito por níveis de risco e prazos de vencimento

	BB Banco Múltiplo										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2021	31.12.2020
	Operações em Curso Normal										
Parcelas Vincendas											
01 a 30	15.589.312	6.475.033	16.564.074	13.206.078	1.974.411	85.981	19.390	28.481	822.889	54.765.649	40.118.996
31 a 60	14.046.931	3.255.602	6.345.209	4.264.320	530.782	92.022	14.063	19.327	243.668	28.811.924	20.425.024
61 a 90	11.630.341	2.481.268	4.885.929	3.193.187	576.888	98.413	30.007	41.606	4.147.236	27.084.875	20.639.674
91 a 180	39.925.790	7.918.945	15.245.688	8.263.684	973.370	568.710	86.157	60.897	594.442	73.637.683	56.231.953
181 a 360	69.274.504	9.680.990	30.298.413	13.471.080	1.476.565	599.341	99.872	120.895	1.118.917	126.140.577	97.295.803
Acima de 360	219.500.032	43.484.255	97.638.221	47.770.575	9.999.642	4.589.987	912.077	2.089.360	10.509.214	436.493.363	413.121.242
Parcelas Vencidas											
Até 14 dias	179.795	25.191	88.151	178.654	69.523	15.176	2.362	9.886	16.350	585.088	453.394
Subtotal	370.146.705	73.321.284	171.065.685	90.347.578	15.601.181	6.049.630	1.163.928	2.370.452	17.452.716	747.519.159	648.286.086
	Operações em Curso Anormal										
Parcelas Vincendas											
01 a 30	--	--	41.365	419.306	373.564	37.047	22.130	14.505	376.198	1.284.115	508.753
31 a 60	--	--	19.458	92.031	87.884	38.215	20.373	14.023	140.315	412.299	263.594
61 a 90	--	--	14.332	67.544	69.273	26.872	16.204	9.683	111.652	315.560	230.678
91 a 180	--	--	42.506	177.937	184.832	94.055	49.999	50.871	324.149	924.349	631.910
181 a 360	--	--	94.811	286.635	301.795	172.485	91.508	61.126	601.202	1.609.562	1.292.771
Acima de 360	--	--	1.060.197	1.699.787	1.669.968	1.052.037	460.965	592.136	4.409.883	10.944.973	11.967.788
Parcelas Vencidas											
01 a 14	--	--	4.206	19.845	20.985	12.534	8.027	4.408	66.207	136.212	80.216
15 a 30	--	--	72.457	240.837	139.801	64.049	15.774	9.296	89.895	632.109	392.752
31 a 60	--	--	14.410	431.728	338.609	49.475	25.185	17.461	173.122	1.049.990	541.715
61 a 90	--	--	3	18.695	592.865	41.385	24.037	16.276	175.025	868.286	460.128
91 a 180	--	--	--	11.100	48.551	134.296	167.275	142.101	1.501.688	2.005.011	1.778.402
181 a 360	--	--	--	1.792	1	23.825	19.307	18.672	2.242.495	2.306.092	2.113.652
Acima de 360	--	--	476	76	178	126	2.990	201	457.953	462.000	783.641
Subtotal	--	--	1.364.221	3.467.313	3.828.306	1.746.401	923.774	950.759	10.669.784	22.950.558	21.046.000
Total	370.146.705	73.321.284	172.429.906	93.814.891	19.429.487	7.796.031	2.087.702	3.321.211	28.122.500	770.469.717	669.332.086



Banco do Brasil S.A. – Demonstrações Contábeis Exercício/2021

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Consolidado										31.12.2021	31.12.2020
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
	Operações em Curso Normal											
Parcelas Vincendas												
01 a 30	15.576.441	8.575.364	18.330.170	13.223.716	1.995.445	86.316	19.669	28.796	827.147	58.663.064	44.165.753	
31 a 60	14.340.743	3.837.355	6.398.663	4.284.386	530.875	92.112	14.159	19.339	243.844	29.761.476	20.864.346	
61 a 90	11.660.826	2.750.097	4.916.052	3.193.950	589.029	98.533	30.114	41.628	4.147.427	27.427.656	21.161.046	
91 a 180	40.300.016	8.919.144	15.280.224	8.265.804	973.937	569.060	86.223	61.009	595.317	75.050.734	57.404.032	
181 a 360	69.503.342	10.489.780	30.455.955	13.474.723	1.477.665	599.955	100.499	121.069	1.120.631	127.343.619	97.855.660	
Acima de 360	221.227.187	44.556.153	100.858.837	47.782.698	10.155.642	4.593.382	913.907	2.106.786	10.521.804	442.716.396	418.475.032	
Parcelas Vencidas												
Até 14 dias	181.347	33.730	258.080	178.906	69.708	15.276	2.430	9.911	16.423	765.811	579.643	
Subtotal	372.789.902	79.161.623	176.497.981	90.404.183	15.792.301	6.054.634	1.167.001	2.388.538	17.472.593	761.728.756	660.505.512	
	Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vincendas												
01 a 30	--	--	41.365	419.306	373.569	37.055	22.131	14.507	376.196	1.284.129	508.778	
31 a 60	--	--	19.458	92.031	87.887	38.224	20.373	14.023	140.315	412.311	263.619	
61 a 90	--	--	14.332	67.544	69.277	26.880	16.204	9.683	111.652	315.572	230.703	
91 a 180	--	--	42.506	177.937	184.843	94.080	49.999	50.871	324.149	924.385	631.971	
181 a 360	--	--	94.811	286.635	301.802	172.532	91.508	61.126	601.202	1.609.616	1.292.869	
Acima de 360	--	--	1.060.197	1.699.787	1.669.968	1.052.153	460.965	592.136	4.409.883	10.945.089	11.967.986	
Parcelas Vencidas												
01 a 14	--	--	4.207	19.845	20.986	12.534	8.026	4.408	66.209	136.215	80.220	
15 a 30	--	--	113.964	241.403	140.457	64.276	15.956	9.388	90.137	675.581	466.908	
31 a 60	--	--	14.410	442.946	339.148	49.723	25.390	17.687	173.360	1.062.664	553.775	
61 a 90	--	--	3	18.695	597.356	41.687	24.269	16.507	175.504	874.021	535.255	
91 a 180	--	--	--	11.100	48.551	137.196	169.617	144.523	1.505.048	2.016.035	1.790.470	
181 a 360	--	--	--	1.792	1	23.825	19.307	18.672	2.259.181	2.322.778	2.129.207	
Acima de 360	--	--	476	76	178	126	2.990	201	484.369	488.416	819.179	
Subtotal	--	--	1.405.729	3.479.097	3.834.023	1.750.291	926.735	953.732	10.717.205	23.066.812	21.270.940	
Total	372.789.902	79.161.623	177.903.710	93.883.280	19.626.324	7.804.925	2.093.736	3.342.270	28.189.798	784.795.568	681.776.452	



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Constituição da provisão para perdas com a carteira de crédito por níveis de risco

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	BB Banco Múltiplo							
		31.12.2021				31.12.2020			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total
AA		370.146.705	--	--	--	301.098.321	--	--	--
A	0,5	73.321.284	366.606	49.717	416.323	60.566.146	302.831	42.150	344.981
B	1	172.429.906	1.724.299	720.608	2.444.907	151.983.519	1.519.835	625.182	2.145.017
C	3	93.814.891	2.814.447	2.502.037	5.316.484	96.204.176	2.886.125	2.667.037	5.553.162
D	10	19.429.487	1.942.949	393.982	2.336.931	15.982.367	1.598.237	207.319	1.805.556
E	30	7.796.031	2.338.809	182	2.338.991	9.063.556	2.719.067	143	2.719.210
F	50	2.087.702	1.043.851	--	1.043.851	3.137.358	1.568.679	--	1.568.679
G	70	3.321.211	2.324.848	125.315	2.450.163	1.557.333	1.090.133	--	1.090.133
H	100	28.122.500	28.122.500	--	28.122.500	29.739.310	29.739.310	--	29.739.310
Total		770.469.717	40.678.309	3.791.841	44.470.150	669.332.086	41.424.217	3.541.831	44.966.048

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	BB Consolidado							
		31.12.2021				31.12.2020			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total
AA		372.789.902	--	--	--	303.830.220	--	--	--
A	0,5	79.161.623	395.808	49.786	445.594	65.026.705	325.134	42.219	367.353
B	1	177.903.710	1.779.037	720.737	2.499.774	156.701.836	1.567.018	625.322	2.192.340
C	3	93.883.280	2.816.498	2.504.015	5.320.513	96.381.043	2.891.431	2.670.593	5.562.024
D	10	19.626.324	1.962.632	393.986	2.356.618	16.225.097	1.622.510	207.337	1.829.847
E	30	7.804.925	2.341.478	182	2.341.660	9.067.476	2.720.243	143	2.720.386
F	50	2.093.736	1.046.868	--	1.046.868	3.144.336	1.572.168	--	1.572.168
G	70	3.342.270	2.339.589	125.315	2.464.904	1.578.289	1.104.802	--	1.104.802
H	100	28.189.798	28.189.798	--	28.189.798	29.821.450	29.821.450	--	29.821.450
Total		784.795.568	40.871.708	3.794.021	44.665.729	681.776.452	41.624.756	3.545.614	45.170.370

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Saldo inicial	42.614.175	44.966.048	39.592.667	42.802.797	45.170.370	39.799.866
Constituição/(reversão)	10.721.375	17.808.268	25.533.679	10.757.447	17.883.937	25.560.796
Provisão mínima requerida	10.312.654	17.558.258	24.171.409	10.350.460	17.635.530	24.195.161
Provisão complementar ⁽¹⁾	408.721	250.010	1.362.270	406.987	248.407	1.365.635
Variação cambial - provisões no exterior	40.692	14.696	132.568	46.248	614	183.660
Baixas para prejuízo	(8.906.092)	(18.318.862)	(20.292.866)	(8.940.763)	(18.389.192)	(20.373.952)
Saldo final	44.470.150	44.470.150	44.966.048	44.665.729	44.665.729	45.170.370

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazo de vencimento

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Até 1 ano ⁽¹⁾	--	--	106.785	88.126
De 1 a 5 anos	--	--	174.023	84.352
Acima de 5 anos	--	--	163	--
Total a Valor Presente	--	--	280.971	172.478

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

h) Concentração das operações de crédito

	31.12.2021	% da Carteira	31.12.2020	% da Carteira
Maior devedor	11.901.057	1,5	12.140.090	1,8
10 Maiores devedores	53.937.164	6,9	62.413.919	9,2
20 Maiores devedores	73.769.602	9,4	81.548.565	12,0
50 Maiores devedores	104.686.691	13,3	109.019.299	16,0
100 Maiores devedores	125.085.801	15,9	127.563.170	18,7



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

i) Créditos renegociados

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Créditos Renegociados no Período	53.159.172	100.958.096	100.066.681	53.159.172	100.958.096	100.068.113
Renegociados por atraso ⁽¹⁾	6.820.057	13.315.425	20.382.492	6.820.057	13.315.425	20.382.492
Renovados ⁽²⁾	46.339.115	87.642.671	79.684.189	46.339.115	87.642.671	79.685.621
Movimentação dos Créditos Renegociados por Atraso						
Saldo inicial	28.751.940	29.641.629	23.657.317	28.751.940	29.641.629	23.657.317
Contratações ⁽¹⁾	6.820.057	13.315.425	20.382.492	6.820.057	13.315.425	20.382.492
(Recebimento) e apropriação de juros	(4.175.956)	(8.492.695)	(9.686.123)	(4.175.956)	(8.492.695)	(9.686.123)
Baixas para prejuízo	(2.883.199)	(5.951.517)	(4.712.057)	(2.883.199)	(5.951.517)	(4.712.057)
Saldo final ⁽³⁾	28.512.842	28.512.842	29.641.629	28.512.842	28.512.842	29.641.629
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso		16.399.726	17.738.543		16.399.726	17.738.543
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso		57,5%	59,8%		57,5%	59,8%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso		2.125.771	2.663.242		2.125.771	2.663.242
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso		7,5%	9,0%		7,5%	9,0%

(1) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(2) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(3) Inclui o valor de R\$ 8.682 mil (R\$ 18.903 mil em 31.12.2020) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 10.201.297 mil (R\$ 8.905.430 mil em 31.12.2020) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Informações complementares

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Créditos contratados a liberar	169.854.685	127.265.525	170.148.951	127.849.028
Garantias prestadas ⁽¹⁾	12.427.862	9.868.714	11.256.217	9.569.192
Créditos abertos para importação contratados	682.911	545.722	705.686	570.402
Créditos de exportação confirmados	598.396	388.151	598.396	390.200
Recursos vinculados	188.359	296.602	188.454	311.779

(1) O Banco mantém provisão para garantias financeiras prestadas registrada em Provisões (Nota 21.d).

k) Operações de crédito por linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

Linhas do FAT	TADE ⁽¹⁾	31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		3.814	32.485
Proger Urbano Capital de Giro	01/2016 e 01/2020	3.814	32.209
FAT Turismo - Capital de Giro	02/2012	--	276
Financiamentos		539.736	944.872
Proger Urbano Investimento	18/2005	491.978	839.264
FAT Taxista	02/2009	47.682	101.234
FAT Turismo - Investimento	01/2012	24	4.098
Proger Exportação	27/2005	52	276
Financiamentos Rurais		2.303	2.841
Pronaf Investimento	05/2005	2.024	2.276
Proger Rural Investimento	13/2005	95	352
Pronaf Custeio	04/2005	184	211
Proger Rural Custeio	02/2006	--	2
Total		545.853	980.198

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

l) Programas instituídos para enfrentamento dos efeitos da Covid-19

Por meio da Resolução CMN n.º 4.846/2020, o Banco Central permitiu a participação das instituições financeiras no Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), nos termos da Lei n.º 14.043/2020.

As instituições financeiras participantes do Pese podem financiar a folha salarial de empresários, sociedades empresárias e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, sendo 15% do valor de cada financiamento custeado com recursos próprios das instituições financeiras participantes e 85% do valor de cada financiamento custeado com recursos da União. O risco de inadimplemento das operações de crédito e as eventuais perdas financeiras decorrentes serão suportados na mesma proporção da participação.

Instituído pela Lei n.º 14.042/2020, o Programa Emergencial de Acesso ao Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac-Maquinhinhas) é destinado à concessão de empréstimo garantido por cessão fiduciária de recebíveis. Nesta modalidade as operações serão realizadas integralmente com recursos da União.

Conforme Resolução CMN n.º 4.855/2020, apresentamos os saldos das operações de crédito contratadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19, cujo risco de crédito seja parcial ou integralmente assumido pela União, assim como a classificação por nível de risco das operações e o montante de provisão constituída para cada nível.

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	31.12.2021				31.12.2020			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total
AA ⁽²⁾		1.896.504	--	--	--	884.964	--	--	--
A	0,5	7.548	38	--	38	1.134	6	--	6
B	1	39.893	399	275	674	40.742	407	388	795
C	3	48.985	1.470	1.923	3.393	112.574	3.377	5.060	8.437
D	10	1.083	108	30	138	281	28	13	41
E	30	526	158	--	158	497	149	--	149
F	50	551	276	--	276	34	17	--	17
G	70	506	354	--	354	--	--	--	--
H	100	2.697	2.697	--	2.697	37	37	--	37
Total		1.998.293	5.500	2.228	7.728	1.040.263	4.021	5.461	9.482

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

(2) Refere-se basicamente às operações cujo risco de crédito é assumido pela União.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13 - OUTROS ATIVOS**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Financeiros	103.511.990	94.472.748	103.423.116	96.465.178
Devedores por depósitos em garantia	53.971.840	53.088.467	54.692.142	53.761.258
Carteira de câmbio (Nota 13.d)	22.435.327	18.707.062	22.491.382	18.759.182
Fundos de Destinação do Superávit - Previ (Nota 29.f)	10.795.343	9.912.387	10.795.343	9.912.387
Rendas a receber	6.958.863	4.109.986	4.657.333	4.296.619
Títulos e créditos a receber ⁽¹⁾	2.670.130	2.986.613	3.296.378	3.496.564
Fundo de Compensação de Variações Salariais	2.736.020	2.577.555	2.736.020	2.577.555
Demais	3.944.467	3.090.678	4.754.518	3.661.613
Ativo circulante	50.897.151	43.791.588	48.987.151	44.855.609
Ativo não circulante	52.614.839	50.681.160	54.435.965	51.609.569
Não financeiros	25.118.372	10.944.189	25.930.881	11.596.452
Ativos atuariais (Nota 29.e)	20.584.753	6.080.658	20.584.753	6.080.658
Devedores diversos	2.784.237	2.841.717	3.130.318	3.234.211
Mantidos para venda - Recebidos ⁽²⁾	740.370	--	742.858	--
Despesas antecipadas	343.040	296.026	406.211	339.601
Bens não de uso próprio e materiais em estoque ⁽²⁾	12.069	786.566	60.683	848.127
Mantidos para venda - Próprios ⁽²⁾	42.363	--	43.217	--
Créditos específicos ⁽³⁾	--	392.414	494	392.908
Demais	611.540	546.808	962.347	700.947
Ativo circulante	4.445.836	4.389.111	5.204.637	5.021.779
Ativo não circulante	20.672.536	6.555.078	20.726.244	6.574.673

(1) Inclui títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 474.357 mil (R\$ 855.196 mil em 31.12.2020), provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de Resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN n.º 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE e FDCO). Em 31.12.2020, o Banco detinha créditos a receber da União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei n.º 9.138/1995, cedidos por meio da MP n.º 2.196/2001, regularizados no 1º Trimestre/2021. Também estão incluídos recursos do Tesouro Nacional, referentes a equalização de taxas da safra agrícola Lei n.º 8.427/1992, R\$ 938.107 mil (R\$ 698.835 mil em 31.12.2020).

(2) A partir de 01.01.2021, os bens não de uso próprio foram reclassificados para ativos não financeiros mantidos para venda, conforme Resolução CMN n.º 4.747/2019 (Nota 3.p).

(3) Em 31.12.2020, existiam créditos a receber da União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei n.º 9.138/1995, cedidos por meio da MP n.º 2.196/2001, regularizados no 1º Trimestre/2021, juntamente com as obrigações a pagar à União registradas em Outros Passivos Não Financeiros - Credores Diversos no País (Nota 20.a).

b) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Títulos e créditos a receber	(1.516.632)	(1.168.214)	(1.826.500)	(1.430.084)
Devedores diversos	(727.752)	(878.833)	(727.960)	(879.031)
Rendas a receber	(673.496)	(171.676)	(673.496)	(171.676)
Demais	(18.861)	(129.899)	(18.861)	(129.899)
Total	(2.936.741)	(2.348.622)	(3.246.817)	(2.610.690)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Saldo inicial	(2.654.774)	(2.348.622)	(1.965.878)	(2.929.695)	(2.610.690)	(2.195.153)
(Constituição)/ reversão	(278.032)	(577.111)	(385.549)	(306.989)	(651.092)	(516.635)
Variação cambial – provisões no exterior	--	--	--	(6.369)	10.163	3.920
Baixas para prejuízo/outros ajustes	(3.935)	(11.008)	2.805	(3.764)	4.802	97.178
Saldo final	(2.936.741)	(2.936.741)	(2.348.622)	(3.246.817)	(3.246.817)	(2.610.690)

d) Carteira de câmbio

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Posição ativa				
Câmbio comprado a liquidar	21.842.685	17.880.523	21.865.031	17.927.393
Direitos sobre vendas de câmbio	16.343.332	29.407.245	16.377.041	29.412.495
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	68.894	64.155	68.894	64.155
Valores em moedas estrangeiras a receber	950	872	950	872
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(15.820.534)	(28.645.733)	(15.820.534)	(28.645.733)
Total	22.435.327	18.707.062	22.491.382	18.759.182
Ativo circulante	20.644.292	18.611.696	20.700.347	18.663.816
Ativo não circulante	1.791.035	95.366	1.791.035	95.366
Posição passiva				
Obrigações por compras de câmbio	21.121.384	17.209.178	21.149.475	17.261.661
Câmbio vendido a liquidar	17.659.571	34.049.369	17.687.503	34.049.369
Valores em moedas estrangeiras a pagar	1.565	1.897	68.730	65.906
Subtotal (Nota 20.a)	38.782.520	51.260.444	38.905.708	51.376.936
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio) (Nota 12.a)	(17.716.604)	(13.438.613)	(17.716.604)	(13.438.613)
Total	21.065.916	37.821.831	21.189.104	37.938.323
Passivo circulante	15.569.275	33.943.389	15.692.463	34.059.881
Passivo não circulante	5.496.641	3.878.442	5.496.641	3.878.442
Carteira de câmbio líquida	1.369.411	(19.114.769)	1.302.278	(19.179.141)
Contas de compensação				
Créditos abertos para importação	1.166.586	887.011	1.189.362	911.691
Créditos de exportação confirmados	598.396	388.151	598.396	390.200

e) Resultado de outros ativos financeiros

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Resultado de operações de câmbio	629.569	(84.759)	903.789	640.969	(16.816)	922.985
Demais	83.878	162.450	150.499	83.878	162.450	150.499
Total	713.447	77.691	1.054.288	724.847	145.634	1.073.484



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14 - INVESTIMENTOS**a) Movimentações nas participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto**

BB Banco Múltiplo	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/(Prejuízo) líquido	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação de Capital Social %	Saldo contábil	Movimentações - Exercício/2021			Saldo contábil	Resultado de equivalência
			Exercício/2021	Ordinárias	Preferenciais		31.12.2020	Dividendos/JCP	Outros eventos ⁽¹⁾	Resultado de equivalência	31.12.2021	Exercício/2020
No País							26.358.058	(6.167.861)	(141.910)	7.478.981	27.527.268	6.528.206
BB Elo Cartões Participações S.A. ⁽²⁾	7.734.513	9.109.713	752.303	17.703	--	100,00%	9.368.728	(793.266)	(218.134)	752.385	9.109.713	853.764
BB Seguridade Participações S.A. ⁽³⁾⁽⁴⁾	3.396.767	6.640.751	3.943.773	1.325.000	--	66,36%	3.808.088	(1.905.375)	(113.703)	2.617.788	4.406.798	2.561.703
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	3.261.860	4.782.805	113.080	3.000	--	100,00%	4.777.151	(107.426)	--	113.080	4.782.805	59.517
Banco Votorantim S.A. ⁽⁵⁾	8.130.372	11.928.549	1.563.838	1.065.794	584.042	50,00%	5.372.810	(350.000)	161.496	783.569	5.967.875	533.735
BB Banco de Investimento S.A.	417.788	849.832	649.037	3.790	--	100,00%	825.140	(633.298)	8.953	649.037	849.832	501.749
BB Tecnologia e Serviços ⁽⁵⁾	218.635	268.996	64.028	248.458	248.586	99,99%	210.813	(15.689)	--	66.162	261.286	(87.440)
BB Administradora de Consórcios S.A.	363.783	725.509	868.768	14	--	100,00%	682.070	(825.329)	--	868.768	725.509	545.670
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	1.191.207	1.300.180	1.591.888	100.000	--	100,00%	1.213.299	(1.512.293)	7.286	1.591.888	1.300.180	1.545.012
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	24.333	25.185	398.158	--	100,00%	24.333	(25.185)	--	25.185	24.333	27.799
Outras Participações							75.626	--	12.192	11.119	98.937	(13.303)
No Exterior							5.839.422	(248.824)	(845.559)	1.943.971	6.689.010	5.663.326
Banco Patagonia S.A.	39.100	3.203.268	1.421.769	578.117	--	80,39%	1.939.499	(248.824)	(258.537)	1.142.951	2.575.089	1.140.107
BB Cayman Islands Holding	1.345.029	1.732.596	76.409	241.023	--	100,00%	1.574.906	--	81.281	76.409	1.732.596	99.140
Banco do Brasil AG	403.143	1.258.892	(12.029)	638	--	100,00%	1.282.686	--	(11.765)	(12.029)	1.258.892	(2.531)
BB Securities LLC	27.903	463.471	(4.291)	5	--	100,00%	435.543	--	32.219	(4.291)	463.471	20.837
Banco do Brasil Americas ⁽⁶⁾	343.201	397.197	26.347	11.086	--	100,00%	322.352	--	22.846	51.999	397.197	16.213
BB USA Holding Company	--	917	(49)	--	--	100,00%	902	--	64	(49)	917	(48)
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							283.534	--	(22.686)	--	260.848	--
Ganhos/(perdas) cambiais nas agências							--	--	(667.782)	667.782	--	3.515.818
Ganhos/(perdas) cambiais nas coligadas e controladas							--	--	(15.089)	15.089	--	848.901
Ganhos/(perdas) cambiais em outras participações							--	--	(6.110)	6.110	--	24.889
Total das participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto							32.197.480	(6.416.685)	(987.469)	9.422.952	34.216.278	12.191.532
(Provisão para perdas)							(228)	--	(34.549)	--	(34.777)	--

(1) Referem-se basicamente a variação cambial sobre investimentos no exterior e a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

(2) Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

(3) Em 31.12.2021, o valor de mercado da ação da BB Seguridade S.A. foi de R\$ 20,75.

(4) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(5) Considera o resultado não realizado decorrente de transações com o Banco Múltiplo.

(6) Inclui, no Exercício/2020, provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre o investimento no Banco do Brasil Americas no valor de R\$ 25.651 mil, revertida no Exercício/2021.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BB Consolidado	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro líquido	Quantidade de Ações e Cotas (em milhares)		Participação do Capital Social %	Saldo contábil	Movimentações - Exercício/2021			Saldo contábil	Resultado de equivalência
			Exercício/2021	Ordinárias	Preferenciais		31.12.2020	Dividendos/ JCP	Outros eventos ⁽¹⁾	Resultado de equivalência	31.12.2021	Exercício/2020
No País							15.767.954	(2.347.250)	349.039	3.245.505	17.015.248	3.110.401
Banco Votorantim S.A. ⁽²⁾	8.130.372	11.928.549	1.563.838	1.065.794	584.042	50,00%	5.372.810	(350.000)	161.496	783.569	5.967.875	533.735
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ⁽³⁾	414.000	10.317.548	626.773	2.029.930	1.014.965	30,00%	3.114.837	(193.519)	(14.090)	188.036	3.095.264	139.305
Cielo S.A. ⁽⁴⁾	5.700.000	9.890.588	970.471	778.320	--	28,81%	3.272.950	(132.369)	(231.523)	(59.896)	2.849.162	115.559
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ^{(2)(5) (6)}	3.529.258	5.775.353	1.008.791	879	1.759	74,99%	3.319.682	(189.137)	448.731	751.950	4.331.226	681.785
BB Mapfre Participações S.A. ⁽⁵⁾	1.469.848	1.951.682	1.443.085	944.858	1.889.339	74,99%	1.357.044	(897.034)	(78.613)	1.082.169	1.463.566	1.100.281
Brasilcap Capitalização S.A. ^{(5) (6)}	354.398	475.800	3.512	107.989	158.877	66,66%	359.580	(19.998)	(24.830)	2.341	317.093	105.781
Elo Participações Ltda. ⁽⁷⁾	1.052.000	2.808.674	854.205	525.895	--	49,99%	1.525.119	(548.616)	(1.222)	428.775	1.404.056	430.440
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A. ⁽⁸⁾	1.425.605	1.438.175	62.999	1.954.245	--	49,99%	687.304	--	146	31.493	718.943	4.556
Outras Participações							232.155	(16.577)	(72.511)	37.068	180.135	(1.041)
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos							(1.561)	--	--	--	(1.561)	--
Resultado não realizado ⁽⁹⁾							(3.471.966)	--	161.455	--	(3.310.511)	--
No Exterior							283.534	--	(22.686)	--	260.848	--
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							283.534	--	(22.686)	--	260.848	--
Total das participações em coligadas e controladas em conjunto							16.051.488	(2.347.250)	326.353	3.245.505	17.276.096	3.110.401
(Provisão para perdas)							(21.316)	--	(23.976)	--	(45.292)	--

(1) Referem-se basicamente a ajustes de harmonização de práticas contábeis e de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

(2) Considera o resultado não realizado decorrente de transações com o Banco Múltiplo.

(3) Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,17 %, em virtude de a Cielo S.A. deter 70,00 % de participação direta na Cateno.

(4) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(5) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

(6) Houve aporte de capital social na Brasilprev (R\$ 449.969 mil) e na Brasilcap (R\$ 66.664 mil), por parte da controladora - BB Seguros.

(7) A equivalência patrimonial da Elo Participações Ltda é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01.11.2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradescard.

(8) Companhia oriunda da parceria estratégica entre o BB-Banco de Investimentos S.A. e o UBS A.G. para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores mobiliários (Nota 5).

(9) Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões e a Cielo, constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A, e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS A.G.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Informações financeiras resumidas das coligadas e controladas em conjunto e não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

Balço Patrimonial	31.12.2021						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Ativo Total	320.044.153	120.195.067	11.339.836	19.559.128	99.153.586	18.847.736	589.139.506
Disponibilidades	25.501	241.838	90	2.975	319.975	694.745	1.285.124
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	6.667.632	--	--	--	--	6.667.632
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	318.170.676	38.513.790	1.107.650	8.036.477	7.365.437	8.361.150	381.555.180
Operações de Crédito	--	52.843.611	--	--	--	--	52.843.611
Outros créditos e outros valores e bens	1.619.267	18.961.338	1.287.970	11.330.911	81.947.697	2.995.780	118.142.963
Permanente	228.709	2.966.858	8.944.126	188.765	9.520.477	6.796.061	28.644.996
Passivo Total	314.268.800	108.266.518	1.022.288	17.607.446	89.262.998	12.920.281	543.348.331
Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses	552.022	91.240.829	--	--	73.494.544	1.837	165.289.232
Outros passivos	313.716.778	17.025.689	1.022.288	17.607.446	15.768.454	12.918.444	378.059.099
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	313.217.128	--	--	13.040.855	--	7.872.886	334.130.869
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	93.651	--	--	--	--	93.651
Demais	499.650	16.932.038	1.022.288	4.566.591	15.768.454	5.045.558	43.834.579
Patrimônio Líquido	5.775.353	11.928.549	10.317.548	1.951.682	9.890.588	5.927.455	45.791.175
% de Participação	74,99 %	50,00 %	30,00 %	74,99 %	28,81 %	--	--
Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	4.331.226	5.964.275	3.095.264	1.463.566	2.841.427	2.644.199	20.339.957
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.561)	--	--	--	--	260.848	259.287
Outros valores ⁽¹⁾	--	3.600	(2.682.845)	--	7.735	(651.638)	(3.323.148)
Saldo do investimento	4.329.665	5.967.875	412.419	1.463.566	2.849.162	2.253.409	17.276.096

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados, ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.



Banco do Brasil S.A. – Demonstrações Contábeis Exercício/2021

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do Resultado	Exercício/2021						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Resultado bruto da intermediação financeira	(339.406)	4.841.721	--	269.320	22.008	(39.884)	4.753.759
Receitas de prestação de serviços	3.146.439	687.619	3.758.914	--	5.704.911	4.974.986	18.272.869
Outras despesas administrativas	(199.826)	(1.724.469)	(887.541)	(279.103)	(772.648)	(3.875.540)	(7.739.127)
Outras receitas/despesas operacionais	(1.006.464)	(1.627.871)	(1.918.012)	1.979.580	(3.663.203)	838.852	(5.397.118)
Resultado não operacional	(160)	17.213	--	1.872	(171.990)	(49.326)	(202.391)
Resultado antes da tributação	1.600.583	2.194.213	953.361	1.971.669	1.119.078	1.849.088	9.687.992
Tributação sobre o lucro e participações	(591.792)	(630.375)	(326.588)	(528.584)	(148.607)	(267.752)	(2.493.698)
Lucro Líquido	1.008.791	1.563.838	626.773	1.443.085	970.471	1.581.336	7.194.294
% de Participação	74,99 %	50,00 %	30,00 %	74,99 %	28,81 %	--	--
Lucro Líquido (proporcional à participação)	756.543	781.919	188.036	1.082.169	279.562	720.992	3.809.221
Outros valores ⁽¹⁾	(4.593)	1.650	--	--	(339.458)	(221.315)	(563.716)
Resultado de equivalência patrimonial	751.950	783.569	188.036	1.082.169	(59.896)	499.677	3.245.505

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados, ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanço Patrimonial	31.12.2020						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Ativo Total	312.871.595	117.928.511	11.082.701	17.137.752	89.724.921	19.723.475	568.468.955
Disponibilidades	3.782	491.165	2.130	9.540	206.958	1.180.233	1.893.808
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	9.856.237	4.001	--	--	14.404	9.874.642
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	311.171.234	38.063.112	840.743	7.249.134	4.482.695	8.889.849	370.696.767
Operações de Crédito	--	50.003.679	--	--	--	--	50.003.679
Outros créditos e outros valores e bens	1.454.805	17.143.891	896.233	9.664.528	73.658.576	5.376.740	108.194.773
Permanente	241.774	2.370.427	9.339.594	214.550	11.376.692	4.262.249	27.805.286
Passivo Total	308.543.128	107.146.286	699.912	15.328.118	78.340.948	13.398.891	523.457.283
Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses	--	92.269.129	--	--	68.098.100	526	160.367.755
Outros passivos	308.543.128	14.877.157	699.912	15.328.118	10.242.848	13.398.365	363.089.528
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	308.210.264	--	--	10.960.355	--	8.261.132	327.431.751
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	193.542	--	--	--	--	193.542
Demais	332.864	14.683.615	699.912	4.367.763	10.242.848	5.137.233	35.464.235
Patrimônio Líquido	4.328.467	10.782.225	10.382.789	1.809.634	11.383.973	6.324.584	45.011.672
% de Participação	74,99%	50,00%	30,00%	74,99%	28,75%	--	--
Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	3.246.134	5.391.113	3.114.837	1.357.044	3.270.456	3.012.117	19.391.701
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.561)	--	--	--	--	283.534	281.973
Outros valores ⁽¹⁾	73.548	(18.303)	(2.798.654)	--	2.494	(881.271)	(3.622.186)
Saldo do investimento	3.318.121	5.372.810	316.183	1.357.044	3.272.950	2.414.380	16.051.488

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados, ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.



Banco do Brasil S.A. – Demonstrações Contábeis Exercício/2021

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do Resultado	Exercício/2020						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Resultado bruto da intermediação financeira	(278.562)	3.416.738	--	288.542	493.617	238.844	4.159.179
Receitas de prestação de serviços	2.908.950	556.794	2.951.534	--	7.647.063	4.966.372	19.030.713
Outras despesas administrativas	(203.534)	(1.544.830)	(822.966)	(263.811)	(936.838)	(3.903.292)	(7.675.271)
Outras receitas/despesas operacionais	(968.064)	(1.629.445)	(1.422.735)	1.982.646	(6.202.063)	176.153	(8.063.508)
Resultado não operacional	(1.501)	(47.238)	--	1.812	(59.448)	(74.068)	(180.443)
Resultado antes da tributação	1.457.289	752.019	705.833	2.009.189	942.331	1.404.009	7.270.670
Tributação sobre o lucro e participações	(613.690)	312.601	(241.432)	(541.950)	(393.115)	(99.552)	(1.577.138)
Lucro Líquido	843.599	1.064.620	464.401	1.467.239	549.216	1.304.457	5.693.532
% de Participação	74,99%	50,00%	30,00%	74,99%	28,75%	--	--
Lucro Líquido (proporcional à participação)	632.658	532.311	139.320	1.100.281	157.881	591.621	3.154.072
Outros valores ⁽¹⁾	49.127	1.424	(15)	--	(42.322)	(51.885)	(43.671)
Resultado de equivalência patrimonial	681.785	533.735	139.305	1.100.281	115.559	539.736	3.110.401

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados, ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Outros investimentos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Investimentos por incentivos fiscais	9.754	9.882	10.423	10.551
Títulos patrimoniais	57	57	57	57
Ações e cotas	76.895	76.832	90.047	90.065
Outros investimentos	3.087	3.056	3.915	3.902
Outras participações no exterior	127.105	120.994	218.524	201.197
Total	216.898	210.821	322.966	305.772
(Provisão para perdas)	(31.733)	(44.936)	(32.501)	(45.705)

d) Ágios na aquisição de investimentos

Movimentação dos ágios	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Saldo inicial	229.591	283.534	333.720	229.591	283.534	333.720
Amortizações ⁽¹⁾	(10.256)	(21.271)	(27.670)	(10.256)	(21.271)	(27.670)
Variação cambial ⁽²⁾	9.305	(33.623)	(22.516)	9.305	(33.623)	(22.516)
Saldo final ⁽³⁾	228.640	228.640	283.534	228.640	228.640	283.534

(1) Registradas em Outras Despesas Administrativas.

(2) Incidente sobre o ágio do Banco Patagonia.

(3) Inclui provisão para perdas sobre o ágio na aquisição do BB Americas, no montante de R\$ 32.208 mil.

e) Expectativa de amortização dos ágios

	2022	2023	2024	Após 2024	Total
Banco Patagonia ⁽¹⁾	20.441	20.441	20.441	136.339	197.662
Efeitos tributários	(9.198)	(9.198)	(9.198)	(61.353)	(88.947)
Total Líquido	11.243	11.243	11.243	74.986	108.715

(1) O ágio a ser amortizado não considera o montante de R\$ 30.978 mil referente ao ativo intangível de vida útil indefinida e outros ativos não passíveis de amortização.

A expectativa de amortização dos ágios gerados nas aquisições de participações societárias respalda-se em projeções de resultado que fundamentaram os negócios, elaboradas por empresas especializadas ou por área técnica do Banco, contemplando os prazos das estimativas e taxas de desconto utilizadas na apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados.

f) Teste de Valor Recuperável dos Ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

O fluxo de caixa da empresa relacionada a seguir foi projetado pelo período de 5 anos, perpetuando-se a partir do último período, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pela empresa. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda de cada país.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a. ⁽¹⁾	Taxa de Desconto a.a. ⁽²⁾
Banco Patagonia	14,1%	38,71%

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica das projeções para o período 2022/2026.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

Nos períodos apresentados, não houve reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável sobre os ágios na aquisição dos investimentos.

15 - IMOBILIZADO DE USO

	BB Banco Múltiplo								
	Taxa anual de depreciação	31.12.2020	Exercício/2021			31.12.2021			
		Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Reversão de perdas	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Edificações	4 a 10%	3.449.148	346.506	(418.535)	31.793	8.614.674	(5.204.050)	(1.712)	3.408.912
Móveis e equipamentos	10%	1.714.969	463.638	(304.254)	--	4.030.064	(2.155.673)	(38)	1.874.353
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	1.571.018	608.578	(536.607)	--	4.655.163	(3.012.174)	--	1.642.989
Imobilizações em curso	--	608.539	35.691	--	--	644.230	--	--	644.230
Terrenos	--	322.124	(7.020)	--	--	315.104	--	--	315.104
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	227.583	83.452	(49.645)	--	729.667	(468.273)	(4)	261.390
Instalações	10%	127.608	14.117	(28.367)	--	1.018.607	(905.249)	--	113.358
Veículos	10%	2.089	(5)	(687)	--	8.254	(6.857)	--	1.397
Imobilizado em estoque	--	882	(21)	--	--	861	--	--	861
Total		8.023.960	1.544.936	(1.338.095)	31.793	20.016.624	(11.752.276)	(1.754)	8.262.594

	BB Consolidado								
	Taxa anual de depreciação	31.12.2020	Exercício/2021			31.12.2021			
		Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Reversão de perdas	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Edificações	4 a 10%	3.480.209	345.360	(424.258)	31.793	8.679.901	(5.245.085)	(1.712)	3.433.104
Móveis e equipamentos	10%	1.801.349	541.244	(323.554)	100	4.273.463	(2.254.261)	(63)	2.019.139
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	1.608.408	646.020	(556.212)	84	4.792.656	(3.094.346)	(10)	1.698.300
Imobilizações em curso	--	640.992	30.576	--	--	671.568	--	--	671.568
Terrenos	--	329.730	(7.737)	--	--	321.993	--	--	321.993
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	234.773	91.725	(53.259)	--	751.725	(478.482)	(4)	273.239
Instalações	10%	131.281	18.618	(28.953)	--	1.030.726	(909.780)	--	120.946
Veículos	10%	3.230	(135)	(1.009)	--	9.963	(7.877)	--	2.086
Imobilizado em estoque	--	882	(21)	--	--	861	--	--	861
Total		8.230.854	1.665.650	(1.387.245)	31.977	20.532.856	(11.989.831)	(1.789)	8.541.236

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16 - INTANGÍVEL**a) Movimentação e Composição**

	Taxa anual de amortização	BB Banco Múltiplo									
		31.12.2020	Exercício/2021					31.12.2021			
		Saldo contábil	Aquisições	Varição Cambial	Baixas	Amortização	Constituição de perdas ⁽¹⁾	Valor de custo	Amortização acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽²⁾	Contrato	3.201.374	2.378.586	--	(3.481)	(1.004.797)	(959.194)	9.746.413	(4.177.166)	(1.956.759)	3.612.488
Softwares	10%	2.954.349	876.010	23.636	(76.313)	(399.559)	--	6.619.176	(3.241.053)	--	3.378.123
Outros ativos intangíveis	Contrato	--	--	--	--	--	--	38.596	(14.499)	(24.097)	--
Total		6.155.723	3.254.596	23.636	(79.794)	(1.404.356)	(959.194)	16.404.185	(7.432.718)	(1.980.856)	6.990.611

	Taxa anual de amortização	BB Consolidado									
		31.12.2020	Exercício/2021					31.12.2021			
		Saldo contábil	Aquisições	Varição Cambial	Baixas	Amortização	(Constituição)/ reversão de perdas ⁽¹⁾	Valor de custo	Amortização acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽²⁾	Contrato	3.201.374	2.378.586	--	(3.481)	(1.004.797)	(959.194)	9.746.413	(4.177.166)	(1.956.759)	3.612.488
Softwares	10%	3.019.292	895.433	36.283	(116.859)	(415.381)	2	6.735.920	(3.317.150)	--	3.418.770
Outros ativos intangíveis	Contrato	--	--	--	--	--	--	38.596	(14.499)	(24.097)	--
Total		6.220.666	3.274.019	36.283	(120.340)	(1.420.178)	(959.192)	16.520.929	(7.508.815)	(1.980.856)	7.031.258

(1) Os valores de constituição e de reversão de perdas são registrados em outras receitas/despesas (Nota 27).

(2) Os valores de aquisições e baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

b) Estimativa de Amortização

	BB Banco Múltiplo					
	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Valores a amortizar	1.085.665	1.166.001	1.134.026	873.704	2.731.215	6.990.611

	BB Consolidado					
	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Valores a amortizar	1.089.729	1.170.066	1.138.091	877.769	2.755.603	7.031.258

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17 - RECURSOS DE CLIENTES**a) Depósitos**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Depósitos à vista	114.173.204	94.388.414	118.758.341	98.307.410
Pessoas físicas	53.049.681	52.131.205	54.485.579	53.213.887
Pessoas jurídicas	42.638.158	29.383.049	45.920.504	32.405.615
Vinculados ⁽¹⁾	6.994.702	6.849.446	7.104.786	6.864.873
Ligadas	3.307.277	751.053	3.158.481	630.451
Governos	2.635.508	2.511.563	2.635.508	2.511.563
Moedas estrangeiras	559.583	531.029	559.583	531.029
Instituições do sistema financeiro	648.437	1.277.128	558.947	1.199.708
Especiais do Tesouro Nacional	159.749	179.905	159.749	179.905
Domiciliados no exterior	84.505	81.246	79.600	77.589
Outros	4.095.604	692.790	4.095.604	692.790
Depósitos de poupança	225.452.750	219.396.331	225.452.750	219.396.331
Pessoas físicas	217.662.362	211.872.717	217.662.362	211.872.717
Pessoas jurídicas	7.347.145	7.120.911	7.347.145	7.120.911
Ligadas	426.845	386.187	426.845	386.187
Instituições do sistema financeiro	16.398	16.516	16.398	16.516
Depósitos a prazo	307.572.235	269.408.816	326.640.089	283.819.600
Judiciais	183.172.537	164.388.100	183.335.232	164.538.401
Moeda nacional	101.213.791	82.329.375	101.213.791	82.329.374
Moedas estrangeiras	13.202.917	14.435.524	32.108.076	28.696.008
Regime especial ⁽²⁾	5.253.919	2.800.973	5.253.919	2.800.973
Garantias de terceiros ⁽³⁾	1.985.887	1.832.849	1.985.887	1.832.849
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.d)	752.726	1.903.053	752.726	1.903.053
Funproger (Nota 17.e)	497.827	485.872	497.827	485.872
Outros	1.492.631	1.233.070	1.492.631	1.233.070
Outros depósitos	418.361	460.924	418.361	460.924
Total	647.616.550	583.654.485	671.269.541	601.984.265
Passivo circulante	567.612.220	510.122.688	590.316.047	527.711.085
Passivo não circulante	80.004.330	73.531.797	80.953.494	74.273.180

(1) Inclui o montante de R\$ 2.259.097 mil (R\$ 3.218.726 mil em 31.12.2020), referente à arrecadação de DAF - Demonstrativos da Distribuição de Arrecadação Federal e Ordens Bancárias do Tesouro. Em 31.12.2020, havia o valor de R\$ 55.316 mil referente a obrigações com a União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas no amparo da Lei n.º 9.138/95, cedidas por meio da MP n.º 2.196/01, regularizado no 1º Trimestre/2021.

(2) Valores depositados em conta especial dos Tribunais de Justiça, para atender aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme disposto na Emenda Constitucional n.º 99/2017.

(3) Correspondem a acordos de cooperação firmados entre os tribunais ou conselhos para atender às disposições da Resolução n.º 98/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade

	BB Banco Múltiplo						
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31.12.2021	31.12.2020
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	193.177.581	9.209.793	25.180.531	15.874.438	64.129.892	307.572.235	269.408.816
Depósitos de poupança	225.452.750	--	--	--	--	225.452.750	219.396.331
Depósitos à vista	114.173.204	--	--	--	--	114.173.204	94.388.414
Outros depósitos	418.361	--	--	--	--	418.361	460.924
Total	533.221.896	9.209.793	25.180.531	15.874.438	64.129.892	647.616.550	583.654.485

(1) Inclui o valor de R\$ 97.120.134 mil (R\$ 77.225.836 mil em 31.12.2020), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Consolidado						
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31.12.2021	31.12.2020
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	193.177.581	26.266.152	26.242.862	16.577.538	64.375.956	326.640.089	283.819.600
Depósitos de poupança	225.452.750	--	--	--	--	225.452.750	219.396.331
Depósitos à vista	118.758.341	--	--	--	--	118.758.341	98.307.410
Outros depósitos	418.361	--	--	--	--	418.361	460.924
Total	537.807.033	26.266.152	26.242.862	16.577.538	64.375.956	671.269.541	601.984.265

(1) Inclui o valor de R\$ 97.120.134 mil (R\$ 77.225.836 mil em 31.12.2020), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Despesas com recursos de clientes

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Depósitos de poupança	(5.687.434)	(8.966.475)	(6.629.194)	(5.687.434)	(8.966.475)	(6.629.194)
Depósitos a prazo	(7.871.689)	(10.790.811)	(6.861.640)	(9.545.644)	(13.829.274)	(8.474.030)
Judiciais	(4.984.837)	(7.234.529)	(4.587.759)	(4.987.506)	(7.239.534)	(4.591.360)
Demais	(2.886.852)	(3.556.282)	(2.273.881)	(4.558.138)	(6.589.740)	(3.882.670)
Total	(13.559.123)	(19.757.286)	(13.490.834)	(15.233.078)	(22.795.749)	(15.103.224)

d) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

	Resolução/ TADE ⁽¹⁾	Devolução de Recursos		31.12.2021			31.12.2020		
		Forma ⁽²⁾	Data inicial	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP e TLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP e TLP ⁽⁴⁾	Total
Proger Rural e Pronaf				310	1.639	1.949	419	11.571	11.990
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	14	98	112	10	127	137
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	285	916	1.201	283	10.734	11.017
Rural Custeio	02/2006	RA	11/2005	--	--	--	--	1	1
Rural Investimento	13/2005	RA	11/2005	11	625	636	126	709	835
Proger Urbano				142.833	540.812	683.645	868.766	885.941	1.754.707
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	131.733	535.310	667.043	444.683	853.032	1.297.715
Urbano Capital de Giro	01/2016	RA	06/2016	--	2.742	2.742	129.800	27.432	157.232
Urbano Capital de Giro 2020	01/2020	RA	04/2020	11.100	2.760	13.860	294.283	5.477	299.760
Outros				15.262	51.870	67.132	29.753	106.603	136.356
Proger Exportação	27/2005	RA	11/2005	--	--	--	1.022	98	1.120
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	14.907	51.785	66.692	25.299	102.593	127.892
FAT Turismo Investimento	01/2012	RA	08/2012	355	85	440	3.432	3.912	7.344
Total				158.405	594.321	752.726	898.938	1.004.115	1.903.053

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

(2) RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).

(3) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

(4) Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para recursos liberados até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para aqueles liberados a partir de 01.01.2018.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro, Empreendedor Popular, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além das linhas especiais tais como FAT taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) pro rata die. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela TLP (Taxa de Longo Prazo) a partir de 1º de janeiro de 2018 e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para os recursos liberados até 31 de dezembro de 2017, durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n.º 439/2005, 489/2006 e 801/2017.

e) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872/1999, alterada pela Lei n.º 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat.

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18 - RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Captações no mercado aberto (Nota 18.b)	640.665.239	519.049.785	621.836.755	503.722.822
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 18.c)	142.607.138	147.301.946	65.732.349	73.884.058
Depósitos interfinanceiros	25.678.479	25.081.389	25.968.818	25.686.889
Obrigações por operações vinculadas a cessão	198.879	258.493	198.879	258.493
Total	809.149.735	691.691.613	713.736.801	603.552.262
Passivo circulante	707.315.749	586.833.204	678.506.989	565.348.523
Passivo não circulante	101.833.986	104.858.409	35.229.812	38.203.739

b) Captações no mercado aberto

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Carteira própria	159.863.578	175.652.834	141.484.140	160.325.871
Letras Financeiras do Tesouro	139.754.500	156.326.238	125.961.113	145.274.215
Títulos privados	13.608.117	13.675.125	13.608.117	13.675.125
Títulos no exterior	6.500.961	5.651.471	1.914.910	1.376.531
Carteira de terceiros	480.801.661	343.396.951	480.352.615	343.396.951
Letras Financeiras do Tesouro	181.323.747	173.148.914	180.945.703	173.148.914
Notas do Tesouro Nacional	153.954.792	161.715.081	153.883.790	161.715.081
Letras do Tesouro Nacional	145.523.122	8.532.956	145.523.122	8.532.956
Total	640.665.239	519.049.785	621.836.755	503.722.822
Passivo circulante	625.999.536	508.055.826	611.762.362	497.004.107
Passivo não circulante	14.665.703	10.993.959	10.074.393	6.718.715

c) Obrigações por empréstimos e repasses**Obrigações por empréstimos**

	BB Banco Múltiplo					31.12.2021	31.12.2020
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos			
No Exterior	6.932.505	9.493.551	38.155.900	571.821		55.153.777	51.850.980
Tomados junto ao Grupo BB no exterior	3.735.855	931	36.822.203	--		40.558.989	36.674.498
Tomados junto a banqueiros no exterior	3.104.853	9.314.144	1.215.393	558.912		14.193.302	14.997.098
Importação	91.797	178.476	118.304	12.909		401.486	179.384
Total	6.932.505	9.493.551	38.155.900	571.821		55.153.777	51.850.980
Passivo circulante						16.426.056	12.641.428
Passivo não circulante						38.727.721	39.209.552

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Consolidado					
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	31.12.2021	31.12.2020
No Exterior	3.286.405	9.492.916	1.495.880	612.451	14.887.652	15.552.734
Tomados junto a banqueiros no exterior	3.194.608	9.314.440	1.377.576	599.542	14.486.166	15.373.357
Importação	91.797	178.476	118.304	12.909	401.486	179.377
Total	3.286.405	9.492.916	1.495.880	612.451	14.887.652	15.552.734
Passivo circulante					12.779.321	12.846.812
Passivo não circulante					2.108.331	2.705.922

Obrigações por repasses**Do país - instituições oficiais**

	Taxas de Atualização	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Tesouro Nacional - Crédito Rural		142.969	172.994	142.969	172.994
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50 % a.a. a 4,00% a.a. (se aplicado)	10.698	13.605	10.698	13.605
Cacau	IGP-M + 8,00 % a.a. ou TJLP + 0,60 % a.a. ou Pré 6,35 % a.a.	116.963	144.272	116.963	144.272
Recoop	Pré 5,75 % a.a. a 8,25 % a.a. ou IGP-DI + 1,00 % a.a. ou IGP-DI + 2,00 % a.a.	10.770	10.770	10.770	10.770
Outros		4.538	4.347	4.538	4.347
BNDES	Pré 0,00 % a.a. a 8,00 % a.a. TJLP + 0,50 % a.a. a 4,00 % a.a. IPCA + 4,20 % a.a. a 9,41 % a.a. Selic + 2,08 % a.a. Var. Camb. + 1,40 % a. a. a 3,00 % a.a. TLP + 1,30 % a.a. a 2,10 % a.a.	16.638.212	19.161.196	16.638.212	19.161.196
Caixa Econômica Federal	Pré 4,87 % a.a. (média)	28.303.957	30.259.319	28.303.957	30.259.319
Finame	Pré 0,00 % a.a. a 8,00 % a.a. TJLP + 0,90 % a.a. a 4,00 % a.a. Selic + 2,08 % a.a. a 2,45 % a.a. Var. Camb. + 4,20 a.a. TLP + 1,42 % a.a. a 2,25 % a.a.	5.558.800	8.587.353	5.558.800	8.587.353
Outras Instituições Oficiais		200.759	150.462	200.759	150.462
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 7,00 % a.a.	200.731	150.434	200.731	150.434
Outros		28	28	28	28
Total		50.844.697	58.331.324	50.844.697	58.331.324
Passivo circulante		34.825.254	36.417.742	34.825.254	36.417.742
Passivo não circulante		16.019.443	21.913.582	16.019.443	21.913.582

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Do Exterior

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Recursos livres – Resolução CMN n.º 3.844/2010	36.608.664	37.119.642	--	--
Total	36.608.664	37.119.642	--	--
Passivo circulante	9.857.621	9.982.115	--	--
Passivo não circulante	26.751.043	27.137.527	--	--

d) Despesas com recursos de instituições financeiras

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Captações no Mercado Aberto	(20.572.053)	(28.137.704)	(14.291.772)	(20.127.692)	(27.495.608)	(13.850.223)
Carteira de terceiros	(17.366.450)	(23.874.177)	(12.502.232)	(17.055.826)	(23.454.695)	(12.247.397)
Carteira própria	(3.205.603)	(4.263.527)	(1.789.540)	(3.071.866)	(4.040.913)	(1.602.826)
Depósitos interfinanceiros	(231.921)	(433.219)	(607.234)	(233.837)	(451.896)	(610.625)
Obrigações por empréstimos	(7.895.251)	(7.161.454)	(22.443.252)	(6.502.078)	(4.275.710)	(19.162.576)
Obrigações por repasses	(6.151.879)	(7.058.718)	(13.737.332)	(5.404.481)	(5.657.098)	(12.766.896)
Do exterior	(4.808.619)	(4.332.567)	(10.907.577)	(4.061.221)	(2.930.947)	(9.937.141)
Caixa Econômica Federal	(735.157)	(1.482.551)	(1.550.396)	(735.157)	(1.482.551)	(1.550.396)
BNDES	(485.638)	(997.778)	(985.588)	(485.638)	(997.778)	(985.588)
Finame	(89.109)	(192.921)	(247.700)	(89.109)	(192.921)	(247.700)
Tesouro Nacional	(16.494)	(28.783)	(22.090)	(16.494)	(28.783)	(22.090)
Outras	(16.862)	(24.118)	(23.981)	(16.862)	(24.118)	(23.981)
Ganhos/(perdas) cambiais sobre investimentos no exterior	--	--	--	1.443.283	777.772	5.383.869
Total	(34.851.104)	(42.791.095)	(51.079.590)	(30.824.805)	(37.102.540)	(41.006.451)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19 - RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 19.b)	125.674.635	118.381.903	132.200.713	124.768.859
Dívidas subordinadas (Nota 19.c)	37.373.687	50.009.050	37.357.778	49.963.306
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Nota 19.d)	38.724.215	36.576.405	30.600.004	28.459.975
Total	201.772.537	204.967.358	200.158.495	203.192.140
Passivo circulante	61.258.515	43.853.991	61.277.699	43.913.905
Passivo não circulante	140.514.022	161.113.367	138.880.796	159.278.235

b) Recursos de aceites e emissão de títulos

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	BB Consolidado	
						31.12.2021	31.12.2020
Banco Múltiplo						125.674.635	118.381.903
Programa "Global Medium - Term Notes"						20.412.085	15.850.558
	USD	1.000.000	4,63%	2017	2025	5.682.296	5.286.224
	BRL	293.085	10,15%	2017	2027	299.504	366.360
	USD	750.000	4,88%	2018	2023	4.224.448	3.932.664
	COL	160.000.000	8,51%	2018	2025	237.353	304.179
	USD	750.000	4,75%	2019	2024	4.237.444	3.944.455
	BRL	398.000	9,50%	2019	2026	392.202	469.785
	MXN	1.900.000	8,50%	2019	2026	556.370	604.458
	COL	520.000.000	6,50%	2019	2027	724.135	942.433
	USD	750.000 ⁽¹⁾	3,25%	2021	2026	4.058.333	--
"Senior Notes"						6.097.753	9.448.593
	USD	1.085.133 ⁽¹⁾	3,88%	2012	2022	6.097.753	9.448.593
Notas estruturadas							305.850
	EUR	18.400	2,22% a 3,55%		2021	--	118.508
	USD	36.000	2,21% a 4,10%		2021	--	187.342
Certificados de Depósitos ⁽²⁾						5.210.122	5.748.485
Curto prazo			0,00 a 3,80%			5.073.202	4.334.395
Longo prazo			1,35% a 1,57%		2024	136.920	1.414.090
Certificados de operações estruturadas						9.694	2.563
Curto prazo			5,42% a 11,80% do DI			8.063	1.084
Longo prazo			3,93 a 11,81% do DI		2023	1.631	1.479
Letras de Crédito Imobiliário			70,00 a 100,00 % do DI TR + 7,7151 %			12.547.846	12.437.868
Curto prazo						3.632.368	1.863.775
Longo prazo					2026	8.915.478	10.574.093
Letras de Crédito do Agronegócio			80,00 a 103,50% do DI Pré 2,09 a 10,81 %			81.396.088	74.210.446
Curto prazo						37.489.728	25.537.358
Longo prazo					2024	43.906.360	48.673.088
Letras financeiras			98,25% do DI			1.047	377.540
Curto prazo					2022	1.047	376.529
Longo prazo						--	1.011
Banco Patagonia			Pré 38,50% 500 pontos + Badlar			33.903	60.287
Curto prazo	ARS					33.903	60.287
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ⁽³⁾						6.522.534	6.349.294
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ⁽³⁾							
	USD	200.000	Libor 3m+1,20%	2019	2024	925.372	1.033.053
	USD	200.000	3,70%	2019	2026	1.005.851	1.040.718
Notas estruturadas ⁽³⁾							
	USD	500.000	Libor 6m + 2,50%	2014/2015	2034	2.802.777	2.610.030
	USD	320.000	Libor 6m + 3,20%	2015	2030	1.788.534	1.665.493
Valor eliminado na consolidação ⁽⁴⁾						(30.359)	(22.625)
Total						132.200.713	124.768.859
Passivo circulante						52.336.064	32.479.278
Passivo não circulante						79.864.649	92.289.581

(1) Em setembro de 2021, foi realizada troca de papéis envolvendo a recompra de "Senior Notes" e nova emissão compreendida no Programa "Global Medium - Term Notes". A emissões estão apresentadas por seu valor outstanding, considerando as ocorrências de recompras parciais.

(2) Títulos emitidos no exterior em USD.

(3) Informações sobre as EPEs podem ser obtidas na Nota 2.e.

(4) Referem-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Dívidas subordinadas

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2021	31.12.2020
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste						23.469.518	26.403.208
Dívidas Subordinadas no exterior						12.765.196	15.387.511
	USD	660.000	5,38%	2010	2021	--	3.514.727
	USD	1.490.000	5,88%	2011	2022	8.524.497	7.927.674
	USD	741.115	5,88%	2012	2023	4.240.699	3.945.110
Letras financeiras subordinadas						1.138.973	8.218.331
		68.732	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021	--	7.283.702
		934.630	8,08% + IPCA	2014	2022	1.118.233	934.629
		20.000	100,00% do CDI + 2,75%	2021	Perpétuo	20.740	--
Total das dívidas subordinadas – Banco Múltiplo						37.373.687	50.009.050
Valores eliminados na consolidação						(15.909)	(45.744)
Total das dívidas subordinadas – BB Consolidado ⁽¹⁾						37.357.778	49.963.306
Passivo circulante						9.679.695	11.134.396
Passivo não circulante						27.678.083	38.828.910

(1) O montante de R\$ 23.469.518 mil (R\$ 29.676.974 mil em 31.12.2020) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

d) Instrumentos híbridos de capital e dívida

Captações	Moeda	Valor Emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a.	Data Captação	31.12.2021	31.12.2020
Bônus perpétuos						
	USD	1.285.950	9,25%	2012	7.378.278	6.915.600
	USD	1.950.000	6,25%	2013	11.012.865	10.250.286
	BRL	8.100.000	5,50% ⁽²⁾	2012	8.311.292	8.221.320
	USD	2.150.000	9,00%	2014	12.021.780	11.189.199
Total – Banco Múltiplo					38.724.215	36.576.405
Valores eliminados na consolidação					(24.211)	(16.430)
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)					(8.100.000)	(8.100.000)
Total – BB Consolidado					30.600.004	28.459.975
Passivo circulante					322.547	300.231
Passivo não circulante					30.277.457	28.159.744

(1) Referem-se, nas captações em dólar, ao *outstanding value*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

(2) A partir de 28.08.2014 a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c).

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 30.015.187 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 27.932.263 mil em 31.12.2020), na qualidade de capital complementar, vide quadro de apuração do PR na Nota 30.c.

O Banco do Brasil exerceu em 20.10.2020 a opção de recompra total do título de dívida perpétuo emitido em 2009 no valor de USD 1.500.000 mil (outstanding value USD 851.012 mil), vigente sob as regras de Basileia II. A recompra foi realizada por 100% do seu valor de face, acrescido dos juros contabilizados e não pagos até a data, totalizando R\$ 4,953 bilhões.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.750.000 mil (outstanding value USD 1.285.950 mil) e os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (outstanding value USD 1.950.000 mil), tiveram, em 27.09.2013, seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN n.º 4.192/2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01.10.2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30.10.2013.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os bônus emitidos em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil (outstanding value USD 2.150.000 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18.06.2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o Make-whole amount;
- (iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014, contam com mecanismos de "absorção de perdas" (loss absorption). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Despesas com emissões de títulos e valores mobiliários

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Recursos de aceites e emissão de títulos	(3.043.864)	(4.541.110)	(3.909.797)	(3.290.510)	(4.973.330)	(4.274.015)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(2.178.124)	(3.047.658)	(1.862.263)	(2.178.124)	(3.047.658)	(1.862.263)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(377.796)	(701.413)	(1.307.688)	(624.442)	(1.133.633)	(1.671.906)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(343.879)	(489.783)	(345.068)	(343.879)	(489.783)	(345.068)
Letras financeiras	(143.869)	(301.967)	(394.434)	(143.869)	(301.967)	(394.434)
Certificados de operações estruturadas	(196)	(289)	(344)	(196)	(289)	(344)
Dívidas subordinadas	(361.799)	(729.788)	(876.561)	(361.799)	(729.788)	(876.561)
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(1.324.486)	(2.574.634)	(2.683.482)	(1.183.753)	(2.363.341)	(2.562.162)
Total	(4.730.149)	(7.845.532)	(7.469.840)	(4.836.062)	(8.066.459)	(7.712.738)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

20 - OUTROS PASSIVOS**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Outros Passivos Financeiros	113.012.060	109.389.378	112.771.836	108.424.340
Operações com cartão de crédito/débito	41.156.891	30.591.884	41.610.453	30.774.028
Carteira de câmbio (Nota 13.d)	38.782.520	51.260.444	38.905.708	51.376.936
Fundos financeiros e de desenvolvimento (Nota 20.b)	27.029.673	21.650.544	27.029.673	21.650.544
Demais	6.042.976	5.886.506	5.226.002	4.622.832
Passivo circulante	84.959.502	90.989.430	85.875.579	91.689.574
Passivo não circulante	28.052.558	18.399.948	26.896.257	16.734.766
Outros Passivos Não Financeiros	26.511.701	27.620.367	31.086.034	31.270.138
Passivos atuariais (Nota 29.e)	11.609.890	16.033.678	11.609.890	16.033.678
Credores diversos ⁽¹⁾	5.363.806	4.305.854	8.810.155	7.266.865
Obrigações sociais e estatutárias	3.693.737	2.065.789	4.460.298	2.486.199
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	3.285.778	2.861.625	3.285.778	2.861.625
Obrigações por convênios oficiais	868.432	893.291	868.432	893.291
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	454.433	388.859	487.987	392.242
Rendas antecipadas	--	--	132.917	142.583
Demais	1.235.625	1.071.271	1.430.577	1.193.655
Passivo circulante	26.391.448	27.489.087	29.116.143	29.705.397
Passivo não circulante	120.253	131.280	1.969.891	1.564.741

(1) Inclui o montante de R\$ 22.247 mil (R\$ 492.918 mil em 31.12.2020) referente a obrigações com a União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei n.º 9.138/1995, cedido por meio da MP n.º 2.196/2001.

b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fundo Constitucional do Centro Oeste - FCO ⁽¹⁾	16.344.785	9.771.373	16.344.785	9.771.373
Marinha Mercante	7.317.190	8.103.425	7.317.190	8.103.425
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	2.010.777	1.719.753	2.010.777	1.719.753
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	204.780	258.860	204.780	258.860
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	165.704	756.060	165.704	756.060
Pasep	28	314.982	28	314.982
Outros	986.409	726.091	986.409	726.091
Total	27.029.673	21.650.544	27.029.673	21.650.544
Passivo circulante	7.711.219	9.278.885	7.711.219	9.278.885
Passivo não circulante	19.318.454	12.371.659	19.318.454	12.371.659

(1) A Resolução CMN n.º 4.192/2013 passou a limitar a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência – PR (Nota 30.c). O montante divulgado refere-se ao que excede esse valor, sendo R\$ 16.086.966 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R\$ 257.819 mil de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Outras despesas de captação

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Resultado de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento ⁽¹⁾	(1.292.402)	(1.261.269)	(2.141.987)	(1.292.402)	(1.261.269)	(2.141.987)
Demais	(454.825)	(816.848)	(634.957)	(314.323)	(606.066)	(514.324)
Total	(1.747.227)	(2.078.117)	(2.776.944)	(1.606.725)	(1.867.335)	(2.656.311)

(1) Inclui a remuneração pelo agenciamento financeiro do FCO, conforme Lei n.º 7.827/1989 (Nota 20.b).

21 - PROVISÕES**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Cíveis, fiscais e trabalhistas	29.628.159	26.807.922	29.835.993	27.288.400
Demandas cíveis (Nota 21.b)	11.303.452	9.195.502	11.409.264	9.579.206
Demandas trabalhistas (Nota 21.b)	4.684.907	4.442.070	4.746.919	4.499.477
Demandas fiscais (Nota 21.b)	537.780	408.370	570.356	440.539
Provisão para riscos fiscais (atualização do depósito) (Nota 21.c) ⁽¹⁾	13.102.020	12.761.980	13.109.454	12.769.178
Outras Provisões	6.401.564	6.185.624	6.974.318	6.747.770
Pagamentos a efetuar	4.193.509	4.031.911	4.765.521	4.593.046
Garantias financeiras prestadas (Nota 21.d)	615.918	752.249	616.158	752.473
Outras	1.592.137	1.401.464	1.592.639	1.402.251
Total	36.029.723	32.993.546	36.810.311	34.036.170

(1) Inclui, no BB Consolidado, o montante de R\$ 7.434 mil (R\$ 7.198 mil em 31.12.2020) referente à BB Consórcios.

b) Provisões, ativos e passivos contingentes**Ativos contingentes**

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros e ações de exigir contas propostas por clientes para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.

As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança da diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II), bem como a repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a Febraban e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo em relação às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, que já foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo, por meio de ferramenta disponibilizada pela Febraban. Em 12.03.2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 meses, prorrogáveis por mais 30 meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, conforme acórdão homologatório proferido pelo Plenário do STF em 29.05.2020, publicado em 18.06.2020.

No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do STF, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e Febraban (RE n.º 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratam da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 11.09.2019.

Em relação ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários cobram a diferença entre o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos e o que eles consideram correta. Sobre esse tema, no final de 2015, foi julgado RESP 1.319.232-DF nos autos da ACP 94.008514-1, onde foi imposta condenação solidária da União, do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32%) e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A ação ainda não transitou em julgado, em razão da interposição de recursos extraordinários pelo Banco Central, pela União e pelo Banco do Brasil. Foi atribuído efeito suspensivo ao Recurso Extraordinário interposto pelo Banco do Brasil até o julgamento, pelo STF, do Recurso Extraordinário 1.101.937/SP, que versa sobre a extensão territorial da sentença coletiva. Considerando a conclusão do julgamento do RE 1.101.937/SP com a fixação da tese de inconstitucionalidade do art. 16, da Lei 7.347/1985, e a consequente possibilidade de abrangência nacional da sentença coletiva, em 24.03.2021, a Vice-Presidência do STJ revogou o efeito suspensivo anteriormente atribuído ao Recurso Extraordinário interposto pelo Banco do Brasil e o inadmitiu em 22.06.2021, sendo interpostos os recursos cabíveis, os quais aguardam julgamento.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações fiscais

O Banco, a despeito de seu perfil conservador, está sujeito – em fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais tributárias – a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – dedutibilidades; e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores. A maioria das ações judiciais oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua Certidão de Regularidade Fiscal.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais – prováveis

O Banco constitui provisão para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável), de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas cíveis, trabalhistas e fiscais.

Movimentações nas provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Demandas Cíveis						
Saldo inicial	10.619.079	9.195.502	8.697.684	10.787.957	9.579.206	8.851.582
Constituição	2.408.895	5.252.536	3.274.000	2.444.735	5.339.495	3.547.535
Reversão da provisão	(130.505)	(190.840)	(290.614)	(147.065)	(475.140)	(326.014)
Baixa por pagamento	(1.788.463)	(3.284.522)	(2.710.405)	(1.875.587)	(3.372.074)	(2.714.146)
Atualização monetária e variação cambial	194.446	330.776	224.837	199.224	337.777	220.249
Saldo final	11.303.452	11.303.452	9.195.502	11.409.264	11.409.264	9.579.206
Demandas Trabalhistas						
Saldo inicial	4.534.838	4.442.070	3.610.333	4.593.447	4.499.477	3.663.769
Constituição	1.032.464	1.970.061	2.392.065	1.043.327	1.987.572	2.410.796
Reversão da provisão	(116.206)	(228.004)	(427.202)	(125.319)	(241.631)	(440.413)
Baixa por pagamento	(929.491)	(1.810.097)	(1.377.661)	(930.140)	(1.812.577)	(1.382.776)
Atualização monetária e variação cambial	163.302	310.877	244.535	165.604	314.078	248.101
Saldo final	4.684.907	4.684.907	4.442.070	4.746.919	4.746.919	4.499.477
Demandas Fiscais						
Saldo inicial	478.256	408.370	382.388	506.306	440.539	415.396
Constituição	179.390	284.623	192.791	185.474	295.824	211.523
Reversão da provisão	(30.182)	(44.047)	(118.376)	(32.601)	(54.141)	(136.246)
Baixa por pagamento	(99.122)	(123.714)	(55.049)	(99.122)	(123.714)	(56.628)
Atualização monetária e variação cambial	9.438	12.548	6.616	10.299	11.848	6.494
Saldo final	537.780	537.780	408.370	570.356	570.356	440.539
Total das Demandas Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	16.526.139	16.526.139	14.045.942	16.726.539	16.726.539	14.519.222

Cronograma esperado de desembolsos

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	9.842.026	4.251.272	311.074	9.936.164	4.312.922	336.387
Acima de 5 anos	1.461.426	433.635	226.706	1.473.100	433.997	233.969
Total	11.303.452	4.684.907	537.780	11.409.264	4.746.919	570.356

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Passivos contingentes – possíveis

As demandas cíveis, trabalhistas e fiscais são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

Saldo dos passivos contingentes classificados como possíveis

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	12.192.801	13.115.848	13.021.018	14.000.019
Demandas Cíveis	2.248.542	2.351.648	2.530.401	2.527.303
Demandas Trabalhistas	87.689	98.276	124.622	155.729
Total	14.529.032	15.565.772	15.676.041	16.683.051

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 296.785 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 1.292.963 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 1.817.885 mil.

Depósitos em garantia de recursos**Saldo dos depósitos em garantia constituídos para as contingências**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Demandas Cíveis	18.558.641	18.643.924	18.621.596	18.687.428
Demandas Fiscais	8.989.897	8.852.638	9.566.584	9.411.760
Demandas Trabalhistas	6.734.105	6.242.101	6.765.433	6.275.600
Total	34.282.643	33.738.663	34.953.613	34.374.788

c) Obrigações legais

O Banco mantém registrado em Provisões – Cíveis, trabalhistas e fiscais e em Passivos Fiscais – Correntes o montante de R\$ 19.673.693 mil (R\$ 19.333.653 mil em 31.12.2020), relativo à seguinte ação:

Em 1998, o Banco pleiteou a compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases de cálculo negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Assim, passou a compensar integralmente prejuízos fiscais (até outubro/2005) e bases negativas (até fevereiro/2009) com o valor devido desses tributos. O Banco obteve, liminarmente, a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos, mediante depósito judicial (caução) do montante devido (70% do valor compensado).

Em 26.06.2019, o STF finalizou o julgamento de recurso extraordinário de terceiro (RE 591.340-SP) e concluiu que é constitucional a limitação (30%) do direito de compensação de prejuízos fiscais e de bases negativas, o que repercutirá no julgamento do Recurso Extraordinário do Banco.

Após o julgamento do Recurso Extraordinário do Banco, os valores depositados judicialmente serão convertidos em renda a favor da União Federal.

Valores relacionados às referidas ações

	31.12.2021	31.12.2020
Depósitos Judiciais	19.673.693	19.333.653
Montante realizado (70%)	7.817.011	7.817.011
Atualização monetária	11.856.682	11.516.642
Obrigação Legal – Provisão para Processo Judicial	19.673.693	19.333.653
Prejuízos fiscais de IRPJ (Passivos Fiscais – Correntes)	3.002.033	3.002.033
Bases negativas de CSSL/CSLL a compensar (Passivos Fiscais – Correntes)	3.569.640	3.569.640
Provisão para riscos fiscais (atualização do depósito)	13.102.020	12.761.980

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Garantias financeiras prestadas

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	31.12.2021		31.12.2020		31.12.2021		31.12.2020	
	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão
Outras garantias financeiras prestadas ⁽¹⁾	4.369.236	540.416	2.976.940	598.932	3.192.685	540.656	2.671.307	599.156
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	537.419	63.507	456.289	55.680	408.354	63.507	327.223	55.680
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	1.213.208	1.379	906.105	89.646	1.213.208	1.379	906.105	89.646
Outras fianças bancárias	6.083.017	10.224	5.320.997	7.883	6.214.700	10.224	5.453.866	7.883
Vinculadas ao comércio internacional de mercadorias	167.249	372	46.442	55	167.249	372	46.442	55
Vinculados ao fornecimento de mercadorias	57.733	20	161.941	53	57.733	20	161.941	53
Outros avais	--	--	--	--	2.288	--	2.308	--
Total	12.427.862	615.918	9.868.714	752.249	11.256.217	616.158	9.569.192	752.473

(1) Referem-se, principalmente, a garantias prestadas em moeda estrangeira.

As operações de garantias financeiras prestadas são avaliadas através dos modelos de classificação de risco de operações vigentes na instituição, no mesmo formato das operações de crédito, as quais seguem os preceitos das Resoluções CMN n.º 2.682 e n.º 2.697, divulgadas em 21.12.1999 e 24.02.2000, respectivamente, que estabelecem os critérios de classificação das operações de crédito e as regras para constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito.

A classificação de risco das operações é realizada mediante a aplicação de metodologias desenvolvidas que consideram as características dos clientes, das operações e garantias. O resultado final da classificação é a atribuição de risco conforme escala constante na Resolução CMN n.º 2.682/1999, que define o percentual de provisão que deve ser alocada à operação.

e) Resultado de provisões

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(2.971.624)	(6.302.931)	(3.870.486)	(3.020.764)	(6.391.020)	(4.176.118)
Cíveis	(1.492.654)	(3.656.833)	(1.367.435)	(1.533.051)	(3.737.194)	(1.663.055)
Trabalhistas	(1.079.560)	(2.052.934)	(2.209.398)	(1.083.612)	(2.060.019)	(2.218.484)
Fiscais	(158.646)	(253.124)	(81.031)	(163.172)	(253.531)	(81.771)
Provisão para riscos fiscais (atualização do depósito)	(240.764)	(340.040)	(212.622)	(240.929)	(340.276)	(212.808)
Outras	74.179	(65.346)	(905.038)	76.234	(63.291)	(905.049)
Garantias financeiras prestadas	80.127	137.265	(317.008)	82.182	139.320	(317.019)
Outras	(5.948)	(202.611)	(588.030)	(5.948)	(202.611)	(588.030)
Total	(2.897.445)	(6.368.277)	(4.775.524)	(2.944.530)	(6.454.311)	(5.081.167)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

22 - TRIBUTOS**a) Composição da receita (despesa) de IR e CSLL**

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Valores Correntes	356.098	11.462	(189.479)	(1.628.628)	(3.543.910)	(3.613.714)
IR e CSLL no país	383.430	76.354	(145.308)	(1.577.764)	(3.423.063)	(3.100.863)
Imposto de renda no exterior	(27.332)	(64.892)	(44.171)	(50.864)	(120.847)	(512.851)
Valores Diferidos	(1.653.349)	(903.797)	5.040.807	(1.685.258)	(897.390)	5.066.579
Passivos Fiscais Diferidos	(901.502)	(1.625.081)	(98.885)	(891.313)	(1.596.979)	(436.350)
Operações de leasing - ajuste da carteira e depreciação incentivada	--	--	--	(2.589)	(6.016)	(3.486)
Marcação a mercado	(154.291)	(399.190)	(111.886)	(151.784)	(385.614)	(142.874)
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	(845.363)	(845.363)	--	(845.363)	(845.363)	--
Atualização de depósitos judiciais fiscais	(108.344)	(153.018)	(95.680)	(108.344)	(153.018)	(95.680)
Lucros do exterior	370.231	--	--	370.231	--	--
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	--	--	5.835	--	--	5.835
Créditos recuperados a prazo	(163.735)	(227.510)	102.846	(163.735)	(227.510)	102.846
Resultado não realizado (BB-BI)	--	--	--	10.271	20.542	(302.991)
Ativos Fiscais Diferidos	(751.847)	721.284	5.139.692	(793.945)	699.589	5.502.929
Diferenças temporárias	(2.288.492)	(843.139)	5.303.345	(2.336.220)	(918.303)	5.665.067
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	1.464.277	1.337.926	(61.533)	1.464.277	1.337.926	(61.533)
Marcação a mercado	70.810	245.814	(124.450)	76.440	299.283	(122.935)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	1.558	(19.317)	22.330	1.558	(19.317)	22.330
Total	(1.297.251)	(892.335)	4.851.328	(3.313.886)	(4.441.300)	1.452.865

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Resultado Antes dos Tributos e Participações	12.422.226	22.990.162	9.223.167	15.445.960	28.293.048	14.389.613
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20% até jun/2021 e 25% a partir de jul/2021 até dez/2021)	(6.211.114)	(10.966.685)	(4.150.425)	(7.722.981)	(13.504.171)	(6.475.326)
Encargos JCP	1.722.939	3.006.873	1.888.600	1.722.939	3.006.873	1.888.600
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	3.017.190	4.530.505	5.486.189	851.584	1.546.721	1.399.680
Participação de empregados no lucro	632.126	1.188.902	693.029	633.409	1.192.215	693.720
Outros valores ⁽¹⁾ ⁽²⁾	(458.392)	1.348.070	933.935	1.201.163	3.317.062	3.946.191
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(1.297.251)	(892.335)	4.851.328	(3.313.886)	(4.441.300)	1.452.865

(1) Inclui, no BB Consolidado, no Exercício/2021, o montante de R\$ 191.103 mil referentes ao resultado cambial sobre investimentos no exterior (R\$ 1.975.324 mil no Exercício/2020).

(2) Inclui, no Exercício/2021, o montante de R\$ 2.277.123 mil referente a receitas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO (R\$ 1.897.563 mil no Exercício/2020).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Despesas tributárias

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Cofins	(1.132.116)	(2.498.677)	(2.290.932)	(1.543.140)	(3.243.976)	(2.948.731)
ISSQN	(448.466)	(880.717)	(910.658)	(605.430)	(1.175.039)	(1.176.039)
PIS/Pasep	(184.102)	(406.251)	(371.266)	(266.475)	(556.122)	(503.110)
Outras	(93.528)	(183.838)	(164.593)	(379.835)	(716.237)	(500.688)
Total	(1.858.212)	(3.969.483)	(3.737.449)	(2.794.880)	(5.691.374)	(5.128.568)

d) Passivos fiscais diferidos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.424.418	994.183	1.497.892	1.055.198
Atualização de depósitos judiciais fiscais	134.144	361.318	134.144	361.318
Créditos recuperados a prazo	762.298	534.788	762.298	534.788
Dependências no exterior	62.871	21.389	108.315	102.232
Ajuste da carteira de leasing	--	--	24.858	18.842
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	5.997.116	525.452	5.997.116	525.452
Outros	52.539	52.539	52.539	52.539
Total dos Passivos Fiscais Diferidos	8.433.386	2.489.669	8.577.162	2.650.369
Imposto de Renda	4.405.768	1.458.573	4.493.460	1.553.699
Contribuição Social	3.516.471	932.110	3.565.223	991.565
Cofins	439.277	84.730	445.584	89.994
PIS/Pasep	71.870	14.256	72.895	15.111

e) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	BB Banco Múltiplo			
	31.12.2020	Exercício/2021		31.12.2021
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	53.989.119	18.187.651	(21.050.593)	51.126.177
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	31.977.932	9.440.277	(11.956.972)	29.461.237
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	1.085.459	136.336	(228.137)	993.658
Provisões passivas - outras	13.066.486	5.035.761	(4.494.683)	13.607.564
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	4.065.523	817.618	(3.600.845)	1.282.296
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	807.542	2.068.455	(396.157)	2.479.840
Outras provisões	2.986.177	689.204	(373.799)	3.301.582
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	2.299.999	3.262.792	(1.976.841)	3.585.950
Total dos Ativos Fiscais Diferidos	56.925.656	21.450.443	(23.027.434)	55.348.665
Imposto de Renda	31.208.029	11.032.727	(11.657.537)	30.583.219
Contribuição Social	25.619.910	10.219.623	(11.331.162)	24.508.371
Cofins	84.058	170.402	(33.320)	221.140
PIS/Pasep	13.659	27.691	(5.415)	35.935

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Consolidado			
	31.12.2020	Exercício/2021		31.12.2021
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	55.158.475	18.539.753	(21.378.545)	52.319.683
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	32.060.635	9.464.250	(11.965.376)	29.559.509
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	1.094.553	138.221	(230.939)	1.001.835
Provisões passivas - outras	13.130.069	5.042.142	(4.496.405)	13.675.806
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	4.065.523	817.618	(3.600.845)	1.282.296
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	891.536	2.269.952	(573.008)	2.588.480
Outras provisões	3.916.159	807.570	(511.972)	4.211.757
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Superveniência de depreciação	34.399	--	(12.839)	21.560
Prejuízo fiscal/Base negativa	2.313.163	3.303.433	(1.974.372)	3.642.224
Total dos Ativos Fiscais Diferidos	58.142.575	21.843.186	(23.365.756)	56.620.005
Imposto de Renda	32.162.809	11.292.538	(11.881.248)	31.574.099
Contribuição Social	25.872.142	10.331.734	(11.426.793)	24.777.083
Cofins	92.580	188.313	(49.647)	231.246
PIS/Pasep	15.044	30.601	(8.068)	37.577

f) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários – não ativados)

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Créditos tributários no exterior	1.256.225	1.672.771	1.256.225	1.672.771
Prejuízo fiscal/Base negativa	--	--	22.050	19.530
Diferenças temporárias	--	--	4.765	3.734
Total dos Créditos Tributários	1.256.225	1.672.771	1.283.040	1.696.035
Imposto de Renda	697.903	929.317	717.620	946.423
Contribuição Social	558.322	743.454	565.420	749.612

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2021, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2022	13.697.649	15.191.382	13.941.614	15.297.806
Em 2023	16.319.433	15.619.173	16.588.540	15.695.932
Em 2024	16.536.801	15.263.189	16.776.834	15.276.418
Em 2025	6.178.479	5.563.097	6.262.119	5.614.128
Em 2026	1.227.480	1.079.593	1.252.631	1.088.447
Em 2027	829.146	712.082	853.092	721.444
Em 2028	414.664	347.735	430.618	354.818
Em 2029	84.070	68.841	96.013	75.159
Em 2030	3.305	2.643	14.501	8.577
Em 2031	22.010	17.184	368.038	187.717
Em 2032	35.628	27.162	36.005	27.223
Total de Créditos Tributários em 31.12.2021	55.348.665	53.892.081	56.620.005	54.347.669

No Exercício/2021, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 23.027.434 mil, correspondente a 108,33 % da respectiva projeção de utilização para o período de 2021, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2020.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados durante o trâmite da ação judicial (Nota 21.c), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 31.12.2021, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças temporárias ⁽²⁾	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças temporárias ⁽²⁾
Em 2022	17%	25%	18%	25%
Em 2023	8%	31%	9%	31%
Em 2024	12%	31%	12%	31%
A partir de 2025	63%	13%	61%	13%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	31.12.2021	31.12.2020
Patrimônio Líquido do Banco do Brasil	134.225.898	116.723.222
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	47,04	40,91
Valor de mercado por ação (R\$)	28,85	38,80
Patrimônio Líquido Consolidado	144.857.186	126.971.109

(1) Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 90.000.023 mil (R\$ 90.000.023 mil em 31.12.2020) está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R\$ 120.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas, preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário. Em 28.08.2014, através de termo aditivo, nos termos da Lei n.º 12.793, de 02.04.2013, o instrumento cumpriu os requisitos de elegibilidade ao capital principal, conforme definido no art. 16 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Desde a assinatura do termo aditivo, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Tendo em vista sua elegibilidade ao capital principal, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento é reclassificado para o patrimônio líquido.

Conforme Comunicado ao Mercado, de 08 de abril de 2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029. O cronograma foi julgado adequado pelo Tribunal de Contas da União, em sessão do Plenário de 15.12.2021.

d) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação referem-se às reavaliações de ativos efetuadas por empresas controladas/coligadas.

No Exercício/2021, foram realizadas reservas no montante de R\$ 2.040 mil (R\$ 129 mil no Exercício/2020) decorrentes de depreciação, transferidas para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, líquido de impostos. Não há saldo remanescente de reservas de reavaliação no Exercício/2021 (R\$ 2.040 mil em 31.12.2020).

e) Reservas de capital e de lucros

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Reservas de Capital	1.399.561	1.397.697	1.401.177	1.399.152
Reservas de Lucros	51.511.170	39.454.038	51.180.290	39.198.468
Reserva legal	10.237.793	9.259.072	10.237.793	9.259.072
Reservas Estatutárias	41.273.377	30.194.966	40.942.497	29.939.396
Margem operacional	33.108.626	21.581.142	32.636.497	21.225.998
Equalização de remuneração do capital	8.164.751	8.613.824	8.306.000	8.713.398

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento de remuneração de capital, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Lucro por ação

	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Lucro líquido (R\$ mil)	9.849.986	19.574.419	12.512.155
Número médio ponderado de ações (básico)	2.853.771.411	2.853.577.258	2.852.522.381
Número médio ponderado de ações (diluído) ⁽¹⁾	2.853.399.401	2.853.359.901	2.852.322.673
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	3,45	6,86	4,39

(1) A conciliação do número médio ponderado de ações é representada pela distribuição futura das ações aos Administradores do Banco em função do Programa de Remuneração Variável (Notas 23.m e 23.n), sendo respectivamente 372.010, 217.357 e 199.708 em cada um dos períodos da tabela acima.

g) Juros sobre o capital próprio/dividendos e destinação do resultado

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995, n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

O total dos juros sobre o capital próprio no Exercício/2021 foi de R\$ 6.299.065 mil (R\$ 4.196.889 mil no Exercício/2020), proporcionando redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 2.834.579 mil (R\$ 1.888.600 mil no Exercício/2020).

Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a destinação do resultado do período:

	Exercício/2021	Exercício/2020
1) Lucro Líquido – BB Banco Múltiplo	19.574.419	12.512.155
No País	17.748.322	9.864.941
No Exterior	1.826.097	2.647.214
(±) Lucros/Prejuízos acumulados	9.198	4.637
(-) Reserva legal	(978.721)	(625.608)
2) Lucro Líquido Ajustado ⁽¹⁾	18.604.896	11.891.184
3) Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	211.293	121.321
4) Base de cálculo dos dividendos (item 2 + item 3) ⁽¹⁾	18.816.189	11.891.184
5) Destinações		
Dividendos e juros sobre o capital próprio – Payout ⁽¹⁾	7.526.476	4.196.889
Dividendo mínimo obrigatório	4.651.224	2.972.796
Dividendo adicional	1.930.392	594.560
IRRF sobre JCP imputado aos dividendos ⁽²⁾	944.860	629.533
Reservas estatutárias	16.467.848	10.881.506
Utilização de reservas estatutárias para equalização de dividendos	(5.389.428)	(3.187.211)

(1) No Exercício/2020, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.820/2020, alterada pela Resolução CMN n.º 4.885/2020, a Administração decidiu remunerar o capital em 35,29% do lucro líquido ajustado, sendo a base de cálculo do *payout* a mesma do dividendo mínimo obrigatório estabelecido pela legislação societária.

(2) Imposto de renda retido na fonte incidente sobre o JCP imputado aos dividendos, com exceção aos acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2021				
Dividendos	212.107	0,074	21.05.2021	28.05.2021
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	415.758	0,146	11.03.2021	31.03.2021
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	970.473	0,340	21.05.2021	28.05.2021
2º Trimestre/2021				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	480.852	0,169	11.06.2021	30.06.2021
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	986.104	0,346	23.08.2021	31.08.2021
3º Trimestre/2021				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	527.136	0,185	13.09.2021	30.09.2021
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.123.392	0,394	22.11.2021	30.11.2021
4º Trimestre/2021				
Dividendos	1.015.304	0,356	02.03.2022	11.03.2022
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	499.320	0,175	13.12.2021	30.12.2021
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.296.030	0,454	02.03.2022	11.03.2022
Total destinado aos acionistas	7.526.476	2,639		
Dividendos	1.227.411	0,430		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	6.299.065	2,209		

(1) Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2020				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	517.440	0,181	11.03.2020	31.03.2020
2º Trimestre/2020				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	1.256.723	0,441	21.08.2020	31.08.2020
3º Trimestre/2020				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	293.382	0,103	11.09.2020	30.09.2020
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	555.736	0,195	16.11.2020	27.11.2020
4º Trimestre/2020				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	333.785	0,117	11.12.2020	30.12.2020
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.239.823	0,435	22.02.2021	03.03.2021
Total destinado aos acionistas	4.196.889	1,472		

(1) Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

h) Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido

	Lucro Líquido			Patrimônio Líquido	
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	31.12.2021	31.12.2020
BB Banco Múltiplo	9.849.986	19.574.419	12.512.155	134.225.898	116.723.222
Instrumento elegível a capital principal ⁽¹⁾	140.734	211.293	121.321	8.100.000	8.100.000
Resultado não realizado ⁽²⁾	(29.919)	(75.310)	63.909	(330.880)	(255.570)
Participação dos não controladores	--	--	--	2.862.168	2.403.457
BB Consolidado	9.960.801	19.710.402	12.697.385	144.857.186	126.971.109

(1) Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de operações de captação no mercado. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido. (Notas 2.f e 23.c).

(2) Refere-se a resultados não realizados decorrentes de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

i) Outros resultados abrangentes

	BB Banco Múltiplo e BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Banco do Brasil		
Títulos disponíveis para venda	(1.873.165)	1.293.372
Variação cambial de investimentos no exterior	(1.966.035)	(1.460.612)
Ganhos/(perdas) atuariais - planos de benefícios	(4.699.072)	(13.765.159)
Controladas, coligadas e controladas em conjunto		
Títulos disponíveis para venda	(52.197)	133.482
Hedge de fluxo de caixa	181.490	(56.459)
Ganhos/(perdas) atuariais - planos de benefícios	(580)	3.987
Total	(8.409.559)	(13.851.389)

j) Participação dos não controladores

	Lucro Líquido			Patrimônio Líquido	
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	31.12.2021	31.12.2020
Banco Patagonia S.A.	148.927	278.817	278.124	628.180	473.131
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	--	--	(1)	--	--
BB Tecnologia e Serviços	4	9	(12)	35	29
BB Seguridade S.A.	742.682	1.326.687	1.298.411	2.233.953	1.930.297
Participação dos não Controladores	891.613	1.605.513	1.576.522	2.862.168	2.403.457

k) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	31.12.2021		31.12.2020	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal - Tesouro Nacional	1.432.708.542	50,0	1.432.708.542	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	133.689.414	4,7	134.751.214	4,7
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	12.017.619	0,4	12.175.335	0,4
Outros acionistas	1.287.001.445	44,9	1.285.781.929	44,9
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0
Residentes no país	2.293.329.268	80,0	2.220.240.434	77,5
Residentes no exterior	572.087.752	20,0	645.176.586	22,5

(1) Inclui, em 31.12.2021, 42.983 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM (31.496 em 31.12.2020).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ⁽¹⁾	
	31.12.2021	31.12.2020
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco)	3.599	4.628
Diretoria Executiva (inclui o Presidente do Banco)	95.341	114.966
Conselho Fiscal	1.000	--
Comitê de Auditoria	2.015	57

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,004% do capital do Banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

l) Movimentação de ações em circulação/free float

	31.12.2021		31.12.2020	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação (free float) no início do período	1.420.413.540	49,6	1.397.382.845	48,8
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - FND	--		20.785.200	
Outras movimentações ⁽¹⁾	178.370		2.245.495	
Ações em circulação (free float) no fim do período ⁽²⁾	1.420.591.910	49,6	1.420.413.540	49,6
Total emitido	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Conforme Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da B3. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

m) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	31.12.2021		31.12.2020		31.12.2021		31.12.2020	
	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total
Ações em Tesouraria	11.974.636	100,0	12.143.839	100,0	12.017.619	100,0	12.175.335	100,0
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCM)	8.075.350	67,4	8.075.350	66,5	8.075.350	67,2	8.075.350	66,3
Programas de Recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	3.570.196	29,8	3.764.352	31,0	3.570.196	29,7	3.764.352	30,9
Programa de Remuneração Variável	329.027	2,8	304.074	2,5	372.010	3,1	335.570	2,8
Incorporações	63	--	63	--	63	--	63	--
Valor Contábil	(275.297)		(279.187)		(276.913)		(280.642)	

n) Pagamento baseado em ações**Programa de Remuneração Variável**

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921, de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil positivo pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie (CPC 33 - R1 - Benefícios a Empregados) e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento. No momento da apuração das parcelas diferidas, caso ocorram frações, estas são acumuladas na primeira parcela a ser disponibilizada.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido pelo prazo de quatro anos, sendo: 20% no prazo de um ano, 20% no prazo de dois anos, 20% no prazo de três anos e 20% no prazo de quatro anos.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco Múltiplo foram de R\$ 21.875 mil no Exercício/2021 (R\$ 22.276 mil no Exercício/2020).

A BB DTVM, em decorrência da resolução supracitada, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de Ações do Programa	Custo Médio	Ações Distribuídas	Ações a Distribuir ⁽¹⁾	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2017					
Banco do Brasil	193.976	42,65	154.039	38.762	03/2022
Total de ações a distribuir				39.937	
BB DTVM	20.270	42,65	16.218	4.052	03/2022
Total de ações a distribuir				4.052	
Programa 2018					
Banco do Brasil	127.860	53,44	75.945	25.556	03/2022
				25.556	03/2023
Total de ações a distribuir				51.915	
BB DTVM	14.218	53,44	8.534	2.842	03/2022
				2.842	03/2023
Total de ações a distribuir				5.684	
Programa 2019					
Banco do Brasil	162.641	46,05	57.848	32.509	03/2022
				32.509	03/2023
				32.509	03/2024
Total de ações a distribuir				104.793	
BB DTVM	15.998	46,07	6.407	3.197	03/2022
				3.197	03/2023
				3.197	03/2024
Total de ações a distribuir				9.591	
Programa 2020					
Banco do Brasil	164.146	29,65	32.193	32.809	03/2022
				32.809	03/2023
				32.809	03/2024
				32.809	03/2025
Total de ações a distribuir				131.953	
BB DTVM	29.585	29,65	5.929	5.914	03/2022
				5.914	03/2023
				5.914	03/2024
				5.914	03/2025
Total de ações a distribuir				23.656	

(1) Eventual diferença entre o total de ações a distribuir e o cronograma de transferências decorre de casos pontuais de ações pendentes de transferência/reversão.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

24 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Administração de fundos	2.369.922	4.444.743	3.913.491	3.968.421	7.459.647	6.858.915
Conta corrente	3.057.669	6.228.770	7.520.929	3.058.509	6.230.918	7.523.988
Comissões de seguros, previdência e capitalização	183.299	356.033	292.235	2.308.165	4.411.996	3.985.103
Rendas de cartões	960.573	1.850.975	1.744.359	1.110.073	2.136.208	2.033.302
Taxas de administração de consórcios	--	--	--	998.530	1.810.054	1.400.795
Operações de crédito e garantias prestadas	974.745	1.783.590	1.641.819	973.821	1.781.572	1.640.052
Cobrança	701.311	1.405.293	1.355.618	731.243	1.457.695	1.394.765
Arrecadações	522.044	1.022.632	992.041	502.789	988.052	967.107
Rendas do mercado de capitais	65.006	120.795	95.720	241.849	436.231	505.589
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais ⁽¹⁾	182.939	366.449	384.971	182.939	366.449	384.972
Interbancária	70.553	135.230	127.586	70.553	135.230	127.586
Outras	639.331	1.271.879	1.161.990	1.112.892	2.129.283	1.879.714
Total	9.727.392	18.986.389	19.230.759	15.259.784	29.343.335	28.701.888

(1) Inclui o montante de R\$ 24.188 mil no 2º Semestre/2021 e R\$ 40.852 mil no Exercício/2021 relativo às arrecadações de contribuições e tributos federais (R\$ 31.789 mil no Exercício/2020).

25 - DESPESAS DE PESSOAL

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Proventos	(4.715.752)	(9.218.449)	(9.228.198)	(5.302.727)	(10.372.514)	(10.307.431)
Benefícios	(1.620.353)	(3.176.093)	(3.218.573)	(1.698.332)	(3.319.631)	(3.366.649)
Encargos sociais	(1.558.455)	(3.023.252)	(2.928.874)	(1.690.574)	(3.281.568)	(3.175.671)
Provisões administrativas de pessoal	(1.031.179)	(3.041.545)	(2.328.799)	(1.031.177)	(3.041.544)	(2.328.800)
Previdência complementar	(467.233)	(869.751)	(880.200)	(473.026)	(880.840)	(892.026)
Treinamento	(34.315)	(49.624)	(37.284)	(37.633)	(55.047)	(42.341)
Honorários de diretores e conselheiros	(19.172)	(38.088)	(33.971)	(27.357)	(53.837)	(49.597)
Total	(9.446.459)	(19.416.802)	(18.655.899)	(10.260.826)	(21.004.981)	(20.162.515)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

26 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Amortização	(576.045)	(1.425.627)	(1.818.923)	(583.527)	(1.441.449)	(1.835.500)
Aluguéis	(668.673)	(1.335.011)	(1.278.173)	(709.783)	(1.420.381)	(1.355.714)
Depreciação	(679.086)	(1.338.095)	(1.277.275)	(702.588)	(1.387.245)	(1.319.706)
Serviços de vigilância e segurança	(580.542)	(1.134.400)	(1.131.762)	(598.934)	(1.168.126)	(1.163.425)
Serviços de terceiros	(530.808)	(990.474)	(877.477)	(587.295)	(1.092.635)	(973.115)
Serviços do sistema financeiro	(476.833)	(928.084)	(836.279)	(512.926)	(1.021.043)	(926.286)
Manutenção e conservação de bens	(525.543)	(1.027.543)	(961.089)	(388.719)	(753.117)	(737.076)
Transporte	(299.146)	(572.904)	(768.092)	(331.772)	(635.600)	(827.139)
Processamento de dados	(444.979)	(842.501)	(811.600)	(306.961)	(558.363)	(458.260)
Propaganda e publicidade	(290.999)	(487.678)	(432.413)	(306.648)	(508.814)	(442.826)
Comunicações	(209.350)	(439.934)	(653.945)	(237.002)	(498.247)	(714.701)
Água, energia e gás	(236.795)	(473.737)	(451.158)	(244.402)	(488.424)	(465.080)
Serviços técnicos especializados	(171.223)	(311.329)	(334.373)	(222.992)	(402.225)	(409.413)
Promoções e relações públicas	(91.993)	(129.947)	(144.125)	(99.071)	(138.712)	(156.871)
Material	(24.747)	(52.310)	(73.040)	(27.575)	(57.324)	(86.738)
Viagem no país	(12.142)	(17.830)	(25.797)	(22.018)	(36.000)	(43.052)
Outras	(592.691)	(1.139.238)	(988.148)	(656.882)	(1.234.425)	(1.138.286)
Total	(6.411.595)	(12.646.642)	(12.863.669)	(6.539.095)	(12.842.130)	(13.053.188)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

27 - OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS**a) Outras receitas operacionais**

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Recuperação de encargos e despesas	1.126.450	2.178.822	2.168.481	867.783	1.713.033	1.795.305
Atualização de ativo atuarial	1.413.736	1.653.175	13.819	1.413.736	1.653.175	13.819
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 29.f)	856.673	1.481.564	961.847	856.673	1.481.564	961.847
Atualização de depósitos em garantia	907.008	1.268.256	937.298	907.008	1.268.256	937.298
Clube de Benefícios BB	219.880	464.528	289.635	219.880	464.528	289.635
Reversão de provisões - outras	55.468	87.014	70.129	189.244	281.326	119.567
Operações com cartões	189.665	206.704	337.800	232.673	279.215	363.481
Reversão de provisões - despesas administrativas e de pessoal	144.319	195.265	203.322	144.319	195.265	203.322
Rendas de títulos e créditos a receber	83.847	113.921	52.109	83.847	113.921	52.109
Receitas das empresas controladas não financeiras	--	--	--	53.194	83.428	61.662
Atualização de impostos a compensar	47.808	55.717	28.496	47.808	55.717	28.496
Receitas decorrentes de condenações, custas e acordos judiciais	26.920	48.864	28.300	26.920	48.864	28.300
Dividendos recebidos	14.640	22.113	39.003	5.602	8.182	6.835
Outras	230.288	422.455	506.719	279.958	413.905	474.300
Total	5.316.702	8.198.398	5.636.958	5.328.645	8.060.379	5.335.976

b) Outras despesas operacionais

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Operações com cartões	(1.022.883)	(1.824.762)	(1.610.800)	(1.099.128)	(1.970.305)	(1.722.075)
Bônus de relacionamento negocial	(937.726)	(1.566.599)	(1.246.651)	(937.726)	(1.566.599)	(1.246.651)
Descontos concedidos em renegociação	(578.246)	(1.291.645)	(990.429)	(578.246)	(1.291.645)	(990.448)
Atualização das obrigações atuariais	(584.625)	(1.172.648)	(1.707.594)	(584.625)	(1.172.648)	(1.707.594)
Serviços de terceiros	(581.157)	(1.092.058)	(961.811)	(563.828)	(1.049.692)	(902.984)
Perda por redução ao valor recuperável ⁽¹⁾	--	(959.194)	--	--	(959.231)	--
Despesas das empresas controladas não financeiras	--	--	--	(417.794)	(674.374)	(459.651)
Falhas/fraudes e outras perdas	(279.463)	(431.991)	(172.787)	(285.402)	(442.069)	(183.592)
Autoatendimento	(191.378)	(360.414)	(449.124)	(191.378)	(360.414)	(449.124)
Convênio INSS	(194.089)	(315.667)	(247.351)	(194.089)	(315.667)	(247.351)
Remuneração pelas transações de correspondentes bancários	(113.879)	(250.042)	(226.413)	(113.879)	(250.042)	(226.413)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(114.636)	(222.062)	(189.176)	(114.636)	(222.062)	(189.176)
Outras despesas de provisões operacionais	(497)	(536)	(33.253)	(14.402)	(46.271)	(113.439)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(20.423)	(38.333)	(32.578)	(20.423)	(38.333)	(32.578)
Bônus de adimplência	(2.839)	(9.943)	(19.656)	(2.839)	(9.943)	(19.656)
Remuneração pelas transações do Banco Postal	--	--	(17.580)	--	--	(17.580)
Outras	(528.152)	(989.159)	(888.760)	(539.466)	(928.603)	(761.072)
Total	(5.149.993)	(10.525.053)	(8.793.963)	(5.657.861)	(11.297.898)	(9.269.384)

(1) No Exercício/2021, houve perda por redução ao valor recuperável, no valor de R\$ 959.194 mil, relativa aos ativos intangíveis (Nota 16).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

28 - PARTES RELACIONADAS**a) Pessoal-chave da administração**

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Benefícios de curto prazo	23.149	47.005	51.521
Honorários e encargos sociais	15.859	31.533	32.259
Diretoria Executiva	15.696	31.181	31.868
Conselho de Administração	163	352	391
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	5.187	11.844	14.955
Outros ⁽¹⁾	2.103	3.628	4.307
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	1.241	2.268	834
Remuneração baseada em ações	--	5.719	10.801
Total	24.390	54.992	63.156

(1) Inclui, principalmente, contribuições patronais aos planos de saúde e de benefício pós-emprego, auxílio moradia, auxílio mudança, seguro de grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.n).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- i. transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- ii. valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei n.º 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- iii. disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;
- iv. contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- v. disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. Informações complementares, com relação à cessão de pessoal, constam da Nota 32.d – Cessão de empregados a órgãos externos;
- vi. aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- vii. aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- viii. cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A;
- ix. contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de *software*, suporte e operação em *data center*, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, *outsourcing* e monitoria de sistemas de segurança física e *outsourcing* de telefonia; e
- x. valores a receber decorrente das honras solicitadas pelo Banco aos Fundos Garantidores, nos quais a União detém participação, conforme prazos e condições estabelecidos pelo regulamento de cada programa de garantia. Os Fundos Garantidores são instrumentos de natureza pública ou privada destinados a garantir projetos e operações de crédito, com a finalidade, dentre outras, de viabilizar empreendimentos estruturados do Poder Público e auxiliar a inclusão de pessoas físicas e jurídicas no mercado de crédito.

Em 2021, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R\$ 457.193 mil (de até R\$ 4.100.200 mil em 2020).

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro “Sumário das transações com partes relacionadas”, segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais, estão relacionados na Nota 10; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas na Nota 20; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 29.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No Exercício/2021, o Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 72.632 mil (R\$ 82.976 mil no Exercício/2020).

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	Exercício/2021	Exercício/2020
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	5.852.020	7.856.098

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Sumário das transações com partes relacionadas

	BB Banco Múltiplo					
	31.12.2021					
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Coligadas e controladas em conjunto ⁽³⁾	Pessoal-chave da administração ⁽⁴⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁵⁾	Total
Ativos						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	83.322.895	1.425.098	--	1.999.640	86.747.633
Títulos e valores mobiliários	--	1.335.965	309.440	--	521.864	2.167.269
Carteira de crédito ⁽⁶⁾	--	398.705	6.853.749	7.017	5.360.190	12.619.661
Valores a receber de ligadas	--	75.074	444.920	--	9.421	529.415
Outros ativos ⁽⁷⁾	2.209.638	745.475	350.782	--	266.775	3.572.670
Garantias recebidas ⁽⁸⁾	--	--	3.701	--	555.596	559.297
Passivos						
Depósitos à vista	748.015	245.892	59.619	955	477.596	1.532.077
Depósitos de poupança	297	--	--	279	245.859	246.435
Depósitos a prazo	1.613.726	1.214.613	651.673	541	9.189.138	12.669.691
Captações no mercado aberto	--	18.833.742	--	--	4.361.701	23.195.443
Obrigações por empréstimos e repasses	142.969	77.042.047	--	--	50.701.728	127.886.744
Outros passivos ⁽⁹⁾	9.589.902	3.695.107	12.129.979	15.586	2.063.980	27.494.554
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽¹⁰⁾	--	1.882.933	5.009.367	--	183.706	7.076.006
	2º Semestre/2021					
Receitas da intermediação financeira	1.565.266	2.398.193	252.469	349	239.117	4.455.394
Despesas da intermediação financeira	(199.490)	(2.615.127)	(21.063)	(560)	(1.656.915)	(4.493.155)
Receitas de prestação de serviços	63.256	28.201	285.735	--	356.874	734.066
Outras receitas ⁽¹¹⁾	61.020	269.740	284.018	--	6.883	621.661
Outras despesas	(502.667)	(603.683)	(407.573)	--	(421.484)	(1.935.407)
	Exercício/2021					
Receitas da intermediação financeira	2.416.957	4.770.774	455.236	725	551.315	8.195.007
Despesas da intermediação financeira	(347.947)	(4.969.585)	(30.159)	(795)	(3.217.911)	(8.566.397)
Receitas de prestação de serviços	118.505	52.730	574.659	--	705.129	1.451.023
Outras receitas ⁽¹¹⁾	69.813	483.505	497.012	--	9.340	1.059.670
Outras despesas	(964.326)	(1.170.677)	(766.210)	--	(778.943)	(3.680.156)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal).

(2) Empresas relacionadas na Nota 2.e.

(3) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban.

(4) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(5) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(6) A carteira de crédito possui R\$ 47 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de provisão de R\$ 155 mil no 2º Semestre/2021 (R\$ 128 mil no Exercício/2021).

(7) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(8) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, cobrança com registro, dentre outras.

(9) Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(10) Inclui o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(11) Inclui o montante de R\$ 469.207 mil no 2º Semestre/2021 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura (R\$ 847.668 mil no Exercício/2021).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Banco Múltiplo					
	31.12.2020					
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Coligadas e controladas em conjunto ⁽³⁾	Pessoal-chave da administração ⁽⁴⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁵⁾	Total
Ativos						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	76.983.784	1.946.378	--	2.634.986	81.565.148
Títulos e valores mobiliários	--	2.020.660	274.075	--	458.987	2.753.722
Carteira de crédito ⁽⁶⁾	--	--	5.583.083	5.209	14.713.767	20.302.059
Valores a receber de ligadas	--	55.014	258.956	--	9.414	323.384
Outros ativos ⁽⁷⁾	2.728.800	399.637	22.136	--	256.186	3.406.759
Garantias recebidas ⁽⁸⁾	--	--	6.921	--	1.262.402	1.269.323
Passivos						
Depósitos à vista	1.583.502	202.235	102.571	1.976	373.096	2.263.380
Depósitos de poupança	1.761	--	--	415	238.703	240.879
Depósitos a prazo	4.474.338	1.081.785	680.598	205	12.942.576	19.179.502
Captações no mercado aberto	43.510	15.327.267	1.041.700	--	1.542.650	17.955.127
Obrigações por empréstimos e repasses	172.995	73.752.434	--	--	58.158.330	132.083.759
Outros passivos ⁽⁹⁾	9.678.002	4.475.259	10.831.065	19.532	1.445.724	26.449.582
Garantias prestadas e outras obrigações ⁽¹⁰⁾	--	1.025.826	5.010.636	--	716.003	6.752.465
	Exercício/2020					
Receitas da intermediação financeira	1.611.195	5.327.282	389.638	471	911.351	8.239.937
Despesas da intermediação financeira	(363.976)	(5.652.498)	(18.661)	(432)	(3.278.989)	(9.314.556)
Receitas de prestação de serviços	37.156	41.714	480.435	--	469.852	1.029.157
Outras receitas ⁽¹¹⁾	16.322	431.566	456.705	--	7.768	912.361
Outras despesas	(953.172)	(1.079.081)	(666.280)	--	(644.132)	(3.342.665)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal).

(2) Empresas relacionadas na Nota 2.e.

(3) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban.

(4) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(5) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(6) A carteira de crédito possui R\$ 175 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de R\$ 995 mil no Exercício/2020.

(7) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional, equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(8) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, cobrança com registro, dentre outras.

(9) Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(10) Inclui o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(11) Inclui o montante de R\$ 718.944 mil no Exercício/2020 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Consolidado				
	31.12.2021				
	Controlador ⁽¹⁾	Coligadas e controladas em conjunto ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	1.425.098	--	1.999.640	3.424.738
Títulos e valores mobiliários	--	3.603.062	--	523.136	4.126.198
Carteira de crédito ⁽⁵⁾	--	6.853.749	7.017	5.360.190	12.220.956
Valores a receber de ligadas	--	463.091	--	12.566	475.657
Outros ativos ⁽⁶⁾	2.209.638	534.855	--	278.412	3.022.905
Garantias recebidas ⁽⁷⁾	--	3.701	--	555.596	559.297
Passivos					
Depósitos à vista	748.015	59.619	955	477.596	1.286.185
Depósitos de poupança	297	--	279	245.859	246.435
Depósitos a prazo	1.623.598	651.673	541	9.189.137	11.464.949
Captações no mercado aberto	--	--	--	4.361.701	4.361.701
Obrigações por empréstimos e repasses	142.969	--	--	50.701.728	50.844.697
Outros passivos ⁽⁸⁾	1.489.903	15.087.882	15.586	2.063.979	18.657.350
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽⁹⁾	--	5.009.367	--	183.706	5.193.073
2º Semestre/2021					
Receitas da intermediação financeira	1.565.266	366.173	349	243.479	2.175.267
Despesas da intermediação financeira	(58.757)	(21.063)	(560)	(1.656.915)	(1.737.295)
Receitas de prestação de serviços	69.937	2.795.235	--	375.852	3.241.024
Outras receitas ⁽¹⁰⁾	61.020	417.831	--	6.883	485.734
Outras despesas	(502.667)	(407.580)	--	(427.180)	(1.337.427)
Exercício/2021					
Receitas da intermediação financeira	2.416.957	617.739	725	559.169	3.594.590
Despesas da intermediação financeira	(136.654)	(30.159)	(795)	(3.217.911)	(3.385.519)
Receitas de prestação de serviços	129.844	5.335.633	--	768.293	6.233.770
Outras receitas ⁽¹⁰⁾	69.813	764.638	--	9.340	843.791
Outras despesas	(964.326)	(766.240)	--	(785.778)	(2.516.344)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal).

(2) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) A carteira de crédito possui R\$ 47 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de provisão de R\$ 155 mil no 2º Semestre/2021 (R\$ 128 mil no Exercício/2021).

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(7) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, cobrança com registro, dentre outras.

(8) Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(9) Inclui o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(10) Inclui o montante de R\$ 208.704 mil no 2º Semestre/2021 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura (R\$ 378.706 mil no Exercício/2021).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Consolidado				
	31.12.2020				
	Controlador ⁽¹⁾	Coligadas e controladas em conjunto ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	1.946.378	--	2.634.986	4.581.364
Títulos e valores mobiliários	--	3.487.007	--	493.943	3.980.950
Carteira de crédito ⁽⁵⁾	--	5.583.083	5.209	14.713.767	20.302.059
Valores a receber de ligadas	--	277.291	--	12.296	289.587
Outros ativos ⁽⁶⁾	2.728.800	181.946	--	274.148	3.184.894
Garantias recebidas ⁽⁷⁾	--	6.921	--	1.262.402	1.269.323
Passivos					
Depósitos à vista	1.583.502	102.571	1.976	373.096	2.061.145
Depósitos de poupança	1.761	--	415	238.703	240.879
Depósitos a prazo	4.571.230	680.598	205	12.942.576	18.194.609
Captações no mercado aberto	43.510	1.041.700	--	1.542.650	2.627.860
Obrigações por empréstimos e repasses	172.995	--	--	58.158.330	58.331.325
Outros passivos ⁽⁸⁾	1.578.002	13.319.585	19.532	1.445.773	16.362.892
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽⁹⁾	--	5.010.636	--	716.003	5.726.639
	Exercício/2020				
Receitas da intermediação financeira	1.611.195	491.439	471	917.510	3.020.615
Despesas da intermediação financeira	(242.655)	(18.661)	(432)	(3.278.989)	(3.540.737)
Receitas de prestação de serviços	37.643	4.760.591	--	512.505	5.310.739
Outras receitas ⁽¹⁰⁾	16.322	684.632	--	7.768	708.722
Outras despesas	(953.172)	(666.447)	--	(645.923)	(2.265.542)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal).

(2) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) A carteira de crédito possui R\$ 175 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de R\$ 995 mil no Exercício/2020.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional, equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(7) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, cobrança com registro, dentre outras.

(8) Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, a valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(9) Inclui o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(10) Inclui o montante de R\$ 320.986 mil no Exercício/2020 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

29 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc – Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM – Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de Participantes Abrangidos pelos Planos de Benefícios Patrocinados pelo Banco

	31.12.2021			31.12.2020		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	86.620	123.411	210.031	94.026	119.972	213.998
Plano de Benefícios 1 – Previ	4.124	101.186	105.310	6.722	99.812	106.534
Plano Previ Futuro	71.765	3.447	75.212	74.760	2.344	77.104
Plano Informal	--	2.231	2.231	--	2.480	2.480
Outros Planos	10.731	16.547	27.278	12.544	15.336	27.880
Planos de Assistência Médica	87.785	108.307	196.092	94.704	106.104	200.808
Cassi	78.880	102.327	181.207	84.523	99.885	184.408
Outros Planos	8.905	5.980	14.885	10.181	6.219	16.400

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Planos de Aposentadoria e Pensão	984.970	1.813.181	1.791.030
Plano de Benefícios 1 - Previ ⁽¹⁾	319.150	598.607	621.846
Plano Previ Futuro	447.450	807.075	762.023
Plano Informal	74.210	144.088	150.480
Outros Planos	144.160	263.411	256.681
Planos de Assistência Médica	955.472	1.840.605	2.625.470
Cassi ⁽²⁾	866.517	1.663.483	2.461.292
Outros Planos	88.955	177.122	164.178
Total	1.940.442	3.653.786	4.416.500

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 29.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

(2) No Exercício/2020, inclui contribuições retroativas a janeiro/2019, referentes à taxa de administração temporária e contribuição patronal sobre dependentes, bem como a liquidação antecipada do Banco para com o Grupo dos Dependentes Indiretos (GDI) (Nota 32.g).

As contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) estão estimadas em R\$ 891.076 mil para os próximos 6 meses e R\$ 1.899.428 mil para os próximos 12 meses.

Valores Reconhecidos no Resultado

	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Planos de Aposentadoria e Pensão	805.538	490.556	(1.735.210)
Plano de Benefícios 1 - Previ	1.364.157	1.541.705	(664.008)
Plano Previ Futuro	(447.450)	(807.075)	(762.023)
Plano Informal	(49.992)	(96.630)	(105.788)
Outros Planos	(61.177)	(147.444)	(203.391)
Planos de Assistência Médica	(1.064.253)	(2.075.588)	(2.087.397)
Cassi	(970.196)	(1.882.428)	(1.914.613)
Outros Planos	(94.057)	(193.160)	(172.784)
Total	(258.715)	(1.585.032)	(3.822.607)

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 29.d.4.

a) Planos de Aposentadoria e Pensão**Previ Futuro (Previ)**

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

- (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967;
- (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e
- (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio-doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Grupo de funcionários e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01 a 13.05.1974 e seus assistidos. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica**Plano de Associados (Cassi)**

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além de 3% por dependente de funcionário da ativa (até três dependentes), mais uma taxa de administração temporária, correspondente a 10% sobre o somatório das contribuições patronais e pessoais (titulares em atividade), até 2021.

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 4% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, coparticipação em alguns procedimentos, além de contribuição por dependente, seguindo as regras previstas no Estatuto da Cassi e no regulamento do plano.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31.12.2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01.01.2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” (Regulamento Complementar 1) e “C” (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fusesc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 4,55% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 11,72%, e dos patrocinadores 7,17%. Os beneficiários também contribuem com 0,99% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Fatores de Risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para as entidades patrocinadas, o que pode afetar negativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido do Banco.

Do ponto de vista do ativo, o risco atuarial está associado à possibilidade de perdas resultantes da flutuação (redução) no valor justo dos ativos do plano. Do ponto de vista do passivo atuarial, por sua vez, o risco está associado à possibilidade de perdas decorrentes da flutuação (aumento) no valor presente das obrigações atuariais dos planos da categoria Benefício Definido.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Avaliações Atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31.12.2021 e 31.12.2020.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	Exerc/2021	Exerc/2020	Exerc/2021	Exerc/2020	Exerc/2021	Exerc/2020	Exerc/2021	Exerc/2020
Saldo inicial	(197.181.895)	(211.164.640)	(1.058.846)	(1.100.658)	(12.359.453)	(13.234.231)	(11.411.961)	(11.833.607)
Custo de juros	(14.713.266)	(14.289.666)	(71.830)	(68.305)	(931.048)	(907.097)	(855.549)	(813.178)
Custo do serviço corrente	(171.048)	(275.589)	--	--	(94.349)	(94.355)	(6.698)	(9.911)
Custo do serviço passado	--	--	(24.800)	(37.482)	--	(56.700)	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	14.054.028	13.117.049	144.088	150.481	806.452	763.559	773.089	725.222
Reduções/liquidações ⁽¹⁾	--	--	--	--	--	450.920	--	--
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	45.607.459	15.430.951	165.363	(2.882)	3.365.957	718.451	2.525.905	519.513
Ajuste de experiência	(12.926.137)	(3.704.965)	(52.900)	(36.898)	(68.299)	(499.419)	(566.119)	(265.968)
Alterações premissas biométricas/demográficas	25.031	--	--	--	(10.078)	--	(78.445)	(48.938)
Alterações premissas financeiras	58.508.565	19.135.916	218.263	34.016	3.444.334	1.217.870	3.170.469	834.419
Saldo final	(152.404.722)	(197.181.895)	(846.025)	(1.058.846)	(9.212.441)	(12.359.453)	(8.975.214)	(11.411.961)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(152.404.722)	(197.181.895)	--	--	--	(80.750)	(7.590.710)	(7.922.125)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	(846.025)	(1.058.846)	(9.212.441)	(12.278.703)	(1.384.504)	(3.489.836)

(1) Liquidação da obrigação contratual do Banco para com o Grupo dos Dependentes Indiretos (GDI), pertencente ao Plano de Associados, administrado pela Cassi.

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos ⁽¹⁾	
	Exerc/2021	Exerc/2020	Exerc/2021	Exerc/2020	Exerc/2021	Exerc/2020	Exerc/2021	Exerc/2020
Saldo inicial	208.906.421	194.700.370	--	--	80.750	161.500	7.922.125	7.416.701
Receita de juros	17.967.725	13.237.239	--	--	--	--	673.786	529.344
Antecipação de contraprestação ⁽²⁾	--	--	--	--	(80.750)	(80.750)	--	--
Contribuições recebidas	1.195.417	1.209.842	144.088	150.480	806.452	763.559	409.667	398.249
Participantes	596.810	587.996	--	--	--	--	159.412	152.858
Empregador ⁽³⁾	598.607	621.846	144.088	150.480	806.452	763.559	250.255	245.391
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(14.054.028)	(13.117.049)	(144.088)	(150.480)	(806.452)	(763.559)	(773.090)	(725.221)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	(21.144.702)	12.876.019	--	--	--	--	(641.778)	303.052
Saldo final	192.870.833	208.906.421	--	--	80.750	80.750	7.590.710	7.922.125

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmals (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

(2) Refere-se ao adiantamento de contribuições patronais incidentes sobre a gratificação de Natal (13º salário) correspondente ao período de 2018 a 2021.

(3) No Plano 1 – Previ, inclui o valor de R\$ 1.797 mil (R\$ 33.850 mil no Exercício/2020), referente ao Contrato 97 e Grupo Especial.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
1) Valor justo dos ativos do plano	192.870.833	208.906.421	--	--	--	80.750	7.590.710	7.922.125
2) Valor presente das obrigações atuariais	(152.404.722)	(197.181.895)	(846.025)	(1.058.846)	(9.212.441)	(12.359.453)	(8.975.214)	(11.411.961)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	40.466.111	11.724.526	(846.025)	(1.058.846)	(9.212.441)	(12.278.703)	(1.384.504)	(3.489.836)
4) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado ⁽¹⁾	20.233.055	5.862.263	(846.025)	(1.058.846)	(9.212.441)	(12.278.703)	(1.199.726)	(2.477.735)

(1) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).

d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Custo do serviço corrente	(32.061)	(85.524)	(137.795)	--	--	--	(42.225)	(94.349)	(94.355)	(1.293)	(3.349)	(4.956)
Custo dos juros	(3.767.868)	(7.356.633)	(7.144.832)	(37.799)	(71.830)	(68.305)	(474.599)	(931.048)	(907.096)	(244.707)	(479.799)	(456.141)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	5.164.086	8.983.862	6.618.619	--	--	--	--	--	--	189.999	335.976	263.981
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	--	(12.193)	(24.800)	(37.483)	--	--	(56.700)	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	--	--	(453.372)	(857.031)	(856.462)	(101.021)	(196.620)	(182.682)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1.788	3.188	3.623
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	1.364.157	1.541.705	(664.008)	(49.992)	(96.630)	(105.788)	(970.196)	(1.882.428)	(1.914.613)	(155.234)	(340.604)	(376.175)

d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	(9.715.783)	(17.490.891)	(227.609)	(226.025)	(2.813.815)	(3.208.963)	(1.007.952)	(1.236.627)
Ajustes de avaliação patrimonial	12.230.480	14.136.560	165.363	(2.880)	3.365.956	718.451	1.174.930	417.576
Efeitos fiscais	(5.750.249)	(6.361.452)	(74.413)	1.296	(1.514.681)	(323.303)	(531.299)	(188.901)
Saldo final	(3.235.552)	(9.715.783)	(136.659)	(227.609)	(962.540)	(2.813.815)	(364.321)	(1.007.952)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	9,39	15.751.309	15.490.420	15.184.665	309.149.628	355.576.022
Plano Informal (Previ)	5,68	153.458	136.240	120.597	925.762	1.336.057
Plano de Associados (Cassi)	10,44	906.351	894.684	881.236	22.479.423	25.161.694
Regulamento Geral (Economus)	9,50	637.572	637.445	636.021	13.564.409	15.475.447
Regulamento Complementar 1 (Economus)	11,72	3.186	3.334	3.522	135.838	145.880
Plus I e II (Economus)	13,05	40.900	42.504	44.059	2.136.951	2.264.414
Grupo B' (Economus)	9,08	21.657	21.523	21.370	416.455	481.005
Prevmais (Economus)	11,44	24.922	25.314	25.647	853.848	929.731
Multifuturo I (Fusesc)	11,69	7.988	8.083	8.177	290.722	314.970
Plano I (Fusesc)	8,01	49.843	48.879	47.862	724.375	870.959
Plano BEP (Prevbep)	9,63	6.844	7.056	7.107	153.271	174.278

(1) Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.7) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 - Previ		Outros Planos	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Renda fixa	111.151.461	95.762.703	6.434.495	6.431.346
Renda variável ⁽¹⁾	63.685.949	95.240.437	589.127	719.745
Investimentos imobiliários	10.627.183	11.239.165	240.632	312.911
Empréstimos e financiamentos	5.168.938	5.368.895	162.835	172.841
Outros ⁽²⁾	2.237.302	1.295.221	163.621	366.032
Total	192.870.833	208.906.421	7.590.710	8.002.875
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	9.952.135	7.510.061	--	30.554
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	1.215.086	82.975	34.606	38.701

(1) No Plano 1 – Previ, inclui o valor de R\$ 5.641.967 mil (R\$ 41.919.306 mil em 31.12.2020), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

(2) Em Outros Planos, no Exercício/2020, inclui o valor de R\$ 80.750 mil referente aos ativos da Cassi.

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Taxa de inflação (a.a.)	3,29%	3,31%	3,43%	3,36%	3,27%	3,31%	3,28%	3,29%
Taxa real de desconto (a.a.)	7,53%	4,24%	7,25%	3,58%	7,59%	4,33%	7,54%	4,25%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	11,07%	7,69%	--	--	--	--	11,07%	7,69%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,67%	0,93%	--	--	--	--	0,92%	0,92%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		AT-2000 / AT-83	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Economia, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.9) Diferenças de premissas do Plano 1 - Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	7,53%	4,75%
Avaliação de ativos		
Títulos públicos	Valor de mercado	Custo Amortizado
Participações acionárias	Valor de mercado	Valor Ajustado ⁽¹⁾
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

(1) A Previ, na metodologia de avaliação para o seu investimento na Litel, utiliza como referência o preço médio de negociação da ação da Vale, principal ativo do grupo Litel, do último dia útil de cada mês, ajustado.

d.10) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit/(Déficit)	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Valor apurado - Previ ⁽¹⁾	198.228.555	185.396.375	(199.249.594)	(171.558.201)	(1.021.039)	13.838.174
Incorporação dos valores do contrato 97 ⁽¹⁾	--	12.531.309	--	(12.531.309)	--	--
Incorporação dos valores do Grupo Especial ⁽¹⁾	--	1.070.509	--	(1.070.509)	--	--
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽²⁾	(5.357.722)	9.908.228	--	--	(5.357.722)	9.908.228
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	46.844.872	(12.021.876)	46.844.872	(12.021.876)
Valor apurado - Banco	192.870.833	208.906.421	(152.404.722)	(197.181.895)	40.466.111	11.724.526

(1) A partir do Exercício/2021, os valores do contrato 97 e Grupo Especial estão incluídos no Valor apurado - Previ, em atendimento à Instrução Previc n.º 31/2020, tornando-se desnecessária a aplicação desses ajustes pelo Banco.

(2) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.11) Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 31.12.2021.

	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(2.999.357)	3.115.893	2.375.184	(2.427.526)	19.324	(19.211)
Plano Informal (Previ)	(10.220)	10.493	25.743	(25.439)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(173.155)	180.229	109.132	(110.859)	580	(567)
Regulamento Geral (Economus)	(140.207)	145.466	108.014	(112.390)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(1.413)	1.472	(1.811)	1.868	--	--
Plus I e II (Economus)	(16.656)	17.485	26.424	(25.901)	--	--
Grupo B' (Economus)	(4.163)	4.305	4.403	(4.576)	--	--
Prevmais (Economus)	(7.612)	7.941	1.266	(1.224)	1.251	(1.237)
Multifuturo I (Fusesc)	(2.790)	2.982	898	(925)	794	(731)
Plano I (Fusesc)	(7.627)	7.878	8.518	(8.680)	1	(1)
Plano BEP (Prevbep)	(1.551)	1.612	1.002	(1.033)	9	(9)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Plano 1 (Previ)	20.233.055	5.862.263	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(846.025)	(1.058.846)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(9.212.441)	(12.278.703)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	(702.369)	(1.364.974)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	6.197	--	--	(3.578)
Plus I e II (Economus)	--	--	(623.285)	(1.052.895)
Grupo B' (Economus)	--	--	(225.770)	(274.683)
Prevmaís (Economus)	117.373	69.947	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	97.879	67.904	--	--
Plano I (Fusesc)	103.332	63.645	--	--
Plano BEP (Prevbep)	26.917	16.899	--	--
Total	20.584.753	6.080.658	(11.609.890)	(16.033.679)

f) Destinações do Superávit do Plano 1 - Previ

	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Fundo de Utilização ⁽¹⁾			
Saldo inicial	10.257.821	9.912.387	9.572.386
Contribuição ao Plano 1	(319.150)	(598.607)	(621.846)
Atualização	856.672	1.481.563	961.847
Saldo final	10.795.343	10.795.343	9.912.387

(1) Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75 % a.a.).

30 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de gestão de riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos principais vetores para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para identificação dos riscos que compõem o conjunto corporativo de riscos relevantes, realizada a partir da análise dos segmentos de negócios explorados, direta ou indiretamente, incluídas as entidades ligadas ao Banco.

A definição dos riscos é realizada considerando critérios quantitativos e qualitativos, e resulta nos seguintes riscos relevantes:

- a) Risco de Crédito;
- b) Risco de Mercado;
- c) Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária;
- d) Risco de Liquidez;
- e) Risco Operacional;
- f) Risco Legal;
- g) Risco Socioambiental;
- h) Risco Climático;
- i) Risco de Estratégia;
- j) Risco de Reputação;
- k) Risco Atuarial;
- l) Risco de Modelo;
- m) Risco Cibernético;
- n) Risco de TI;
- o) Risco de Segurança;
- p) Risco de Contágio;
- q) Risco de Conformidade (Compliance);
- r) Risco de Conduta; e
- s) Risco de Fornecedor.

No Banco, a gestão dos riscos é realizada de forma segregada das unidades de negócios e de auditoria interna. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração, com parecer dos Comitês de Assessoramento. O gerenciamento dos riscos é realizado conforme as políticas e estratégias da Alta Administração do Banco.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos e de capital no Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e no Plano de Recuperação na seção Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Instrumentos financeiros - Valor justo

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	31.12.2021		31.12.2020		Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	No Resultado		No Patrimônio Líquido	
					31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ativos								
Disponibilidades	18.023.001	18.023.001	16.784.560	16.784.560	--	--	--	--
Depósitos compulsórios em bancos centrais	75.504.036	75.504.036	60.308.542	60.308.542	--	--	--	--
Aplicações interfinanceiras de liquidez	524.066.172	524.066.475	510.645.791	510.645.484	303	(307)	303	(307)
Títulos e valores mobiliários	348.046.231	346.349.091	294.912.849	293.835.221	(5.098.971)	312.682	(1.697.140)	(1.077.628)
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda (Nota 10.a)					(3.401.831)	1.390.310	--	--
Ajuste a mercado de títulos mantidos até o vencimento (Nota 10.a)					(1.697.140)	(1.077.628)	(1.697.140)	(1.077.628)
Instrumentos financeiros derivativos	2.135.035	2.135.035	3.527.336	3.527.336	--	--	--	--
Carteira de crédito	784.795.568	816.755.609	681.776.452	709.622.236	31.960.041	27.845.784	31.960.041	27.845.784
Outros ativos financeiros	103.423.116	103.423.116	96.465.178	96.465.178	--	--	--	--
Passivos								
Recursos de clientes	671.269.541	671.319.029	601.984.265	601.882.881	(49.488)	101.384	(49.488)	101.384
Recursos de instituições financeiras	713.736.801	716.426.183	603.552.262	604.917.932	(2.689.382)	(1.365.670)	(2.689.382)	(1.365.670)
Recursos de emissão de títulos e valores mobiliários	200.158.495	200.158.495	203.192.140	203.192.140	--	--	--	--
Instrumentos financeiros derivativos	2.603.927	2.603.927	3.049.843	3.049.843	--	--	--	--
Outros passivos financeiros	112.771.836	112.771.836	108.424.340	108.424.340	--	--	--	--
Ganho/(Perda) não Realizado(a) sem Efeitos Fiscais					24.122.503	26.893.873	27.524.334	25.503.563

Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e valores mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de crédito: Para as operações pós-fixadas, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil, devido à equivalência entre os mesmos. As operações remuneradas a taxas prefixadas de juros foram valorizadas à taxa de contratação, com seus fluxos futuros de caixa descontados a taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Depósitos interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente equivalente ao valor justo.

Depósitos a prazo: Na apuração do valor justo são utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por operações compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Obrigações por empréstimos e repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado, inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações é equivalente ao valor contábil.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Outras obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Demais instrumentos financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Níveis de informação referentes a ativos e passivos mensurados a valor justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no Balanço Consolidado

	Saldo em 31.12.2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	327.400.577	263.219.791	61.415.645	2.765.141
Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge	3.120.690	--	3.120.690	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	16.626.979	12.311.563	4.236.206	79.210
Instrumentos financeiros derivativos	2.135.035	--	1.862.138	272.897
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	305.517.873	250.908.228	52.196.611	2.413.034
Passivos	(4.813.491)	--	(3.544.132)	(1.269.359)
Captação com hedge	(2.209.564)	--	(2.209.564)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(2.603.927)	--	(1.334.568)	(1.269.359)

	Saldo em 31.12.2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	279.631.704	242.939.698	32.369.841	4.322.165
Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge	3.115.079	--	3.115.079	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	17.774.838	16.517.985	1.255.818	1.035
Instrumentos financeiros derivativos	3.527.336	--	1.302.466	2.224.870
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	255.214.451	226.421.713	26.696.478	2.096.260
Passivos	(5.737.058)	--	(4.243.923)	(1.493.135)
Captação com hedge	(2.687.215)	--	(2.687.215)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(3.049.843)	--	(1.556.708)	(1.493.135)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Análise de sensibilidade

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isso, o Banco considera os limites de riscos estabelecidos pelos Comitês Estratégicos e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Banco do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e com a Circular Bacen n.º 3.354/2007, visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

1) Carteira de Negociação (Trading Book): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

2) Carteira Bancária (Banking Book): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

Para determinar a sensibilidade do capital das posições do Banco do Brasil aos movimentos das variáveis de mercado, foram realizadas simulações com três possíveis cenários, sendo dois deles com resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de três meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (B3, Anbima, etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 5,58 e aumento da taxa Selic para 12,25% ao ano, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2021.

Cenário II: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2021, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2021, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2021		31.12.2020	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(60.162)	Manutenção	--
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	1.382	Aumento	(49)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(730.688)	Manutenção	--
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(403)	Aumento	10.401

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2021		31.12.2020	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	(53.162)	Aumento	(14.845)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(123)	Aumento	(10)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(336.471)	Aumento	(3.631)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(102.283)	Redução	(130.805)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2021		31.12.2020	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	(103.254)	Aumento	(29.352)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(246)	Aumento	(21)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(634.338)	Aumento	(7.092)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(204.567)	Redução	(261.609)

Para as operações classificadas na Carteira Bancária, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do período. Isso porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (crédito direto ao consumidor, agronegócios, capital de giro, etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessa carteira apresentar como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, com exceção dos títulos “disponíveis para venda”, não sofrendo, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros, ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (Trading) e da Carteira Bancária (Banking), das entidades financeiras e não financeiras controladas pelo Banco:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2021		31.12.2020	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(20.504.416)	Manutenção	--
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	17.843.777	Manutenção	--
Cupom de TBF		Redução	(665)	Aumento	874
Cupom de TJLP		Aumento	1.796.699	Aumento	173.053
Cupom de TMS e CDI		Redução	6.483.351	Aumento	(304.611)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(68.922)	Manutenção	--
Cupom de INPC		Aumento	(454.122)	Manutenção	--
Cupom de IPCA		Aumento	(712.221)	Manutenção	--
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	838.612	Aumento	1.118.634
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(7.835)	Aumento	113.302

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2021		31.12.2020	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(17.805.353)	Aumento	(10.330.984)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(18.577.041)	Redução	(6.960.855)
Cupom de TBF		Redução	(257)	Redução	(153)
Cupom de TJLP		Redução	(3.929.274)	Redução	(384.922)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(174.753)	Redução	(31.616)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(27.188)	Aumento	(34.437)
Cupom de INPC		Aumento	(132.684)	Aumento	(154.100)
Cupom de IPCA		Aumento	(328.182)	Aumento	(31.942)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(415.293)	Redução	(379.024)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(1.987.337)	Redução	(1.424.966)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2021		31.12.2020	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(34.146.163)	Aumento	(19.949.072)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(39.118.538)	Redução	(14.204.528)
Cupom de TBF		Redução	(514)	Redução	(307)
Cupom de TJLP		Redução	(9.535.273)	Redução	(784.332)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(346.638)	Redução	(63.269)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(53.893)	Aumento	(68.208)
Cupom de INPC		Aumento	(262.220)	Aumento	(304.213)
Cupom de IPCA		Aumento	(618.146)	Aumento	(62.398)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(837.572)	Redução	(764.112)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(3.974.675)	Redução	(2.849.932)

Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco, vista isoladamente. Logo, a análise conjunta dos resultados fica prejudicada. Por exemplo, choques simultâneos de aumento na taxa pré-fixada de juros e redução no cupom de TR não são consistentes do ponto de vista macroeconômico.

Especificamente com relação às operações de derivativos existentes na Carteira Bancária, as mesmas não representam risco de mercado relevante para o Banco do Brasil, haja vista que essas posições são originadas, principalmente, para atender às seguintes situações:

- Troca de indexador de remuneração de captações e aplicações de recursos realizadas para atender às necessidades dos clientes;
- *Hedge* de risco de mercado, cujo objeto e sua efetividade estão descritos na Nota 11.a.5. Também nessa operação, a variação na taxa de juros e na taxa de câmbio não produz efeito no resultado do Banco.

Em 31.12.2021, o Banco do Brasil não possuía qualquer operação classificada como derivativo exótico.

b) Gerenciamento de capital

Objetivos e políticas:

A Resolução CMN n.º 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração (CA) do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o Chief Risk Officer (CRO), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

A gestão de capital visa assegurar a solvência futura da Instituição concomitante à implementação das estratégias de negócios.

O gerenciamento de capital é realizado por meio de estrutura organizacional adequada à natureza das operações, à complexidade dos negócios e à dimensão da exposição aos riscos relevantes.

São definidas e documentadas estratégias para o gerenciamento de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Além disso, o Banco conta com políticas específicas, aprovadas pelo CA, que visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionadores estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento de capital. Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco.

Elementos compreendidos pela gestão do capital:

Os planos estratégicos, as metas negociais e os orçamentos respeitam o apetite e tolerância a riscos e os indicadores de adequação de capital e de retorno ajustado a risco.

O Plano de Capital é elaborado de forma consistente com a estratégia negocial, buscando manter os indicadores de capital em níveis adequados. Esse Plano evidencia o planejamento de capital do Banco do Brasil e a avaliação prospectiva de eventual necessidade de aporte de capital.

A elaboração do Plano de Capital é referenciada nos direcionadores e limites constantes da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e do Orçamento do Conglomerado Banco do Brasil (Orçamento BB), considerando que este representa a materialização das diretrizes da ECBB, do Plano Diretor (PD), do Plano de Investimentos Fixos e do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação.

Os valores orçados devem corresponder às metas e objetivos definidos pela Alta Administração para o Conglomerado Banco do Brasil. Desta forma, premissas como o crescimento dos negócios, o crescimento do crédito em operações de maior rentabilidade, as restrições da atuação em segmentos de menor rentabilidade, entre outros, estão contidas no Orçamento BB.

Além disso, o Orçamento BB considera o cenário macroeconômico elaborado pela Unidade Tesouraria Global (Tesou) e a legislação aplicada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A revisão da ECBB e do PD resulta da aplicação de um conjunto de metodologias de planejamento estratégico, observadas as melhores práticas de mercado. Destaca-se que a revisão da ECBB e do PD ocorre de forma integrada ao processo orçamentário, à RAS e aos demais documentos da arquitetura estratégica, o que garante o alinhamento entre tais documentos, dando maior consistência interna ao processo de planejamento estratégico.

O Orçamento BB segue as diretrizes definidas na ECBB, respeita a RAS e visa atender aos pisos e tetos definidos nos indicadores aprovados no PD. O Orçamento BB possibilita a quantificação em valores financeiros dos objetivos estratégicos definidos na ECBB.

A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas e aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

A RAS define limites mínimos prudenciais que têm o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o apetite a riscos do Banco e tem vigência a partir de janeiro de cada ano.

A meta de capital é o nível de capital desejado pelo Banco, por isso suas ações de gestão devem nortear-se por esse direcionador. As metas distinguem-se da tolerância e do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.

Integração:

Adotando postura prospectiva, o Banco avalia o estado de capital, classificado em Crítico, Alerta ou de Vigilância, em função do horizonte temporal que antecede ao prazo projetado para início do descumprimento dos limites mínimos prudenciais de capital definidos pela Alta Administração e detalhados na RAS, conforme figura a seguir:

Indicadores de Capital		Quando as projeções indicarem prazo de descumprimento dos limites (em meses)					
		0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	acima de 31
Meta ¹	ICP	ALERTA			VIGILÂNCIA		
Apetite ²	ICP Prudencial	CRÍTICO			ALERTA		VIGILÂNCIA
	ICN I Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	
	IB Prudencial	CRÍTICO	ALERTA		VIGILÂNCIA		

¹ nível de capital desejado pela Instituição

² nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos

A identificação do estado de capital do Banco é de responsabilidade do Fórum de Capital e ocorre por meio do controle do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível I (ICN I) e do Índice de Basileia Prudencial (IBP) projetados para o horizonte temporal de, no mínimo, 36 meses. Quando as projeções indicarem potencial descumprimento dos limites mínimos prudenciais de capital (Apetite a Riscos), a Instituição terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

A avaliação da suficiência do capital mantido pelo Banco contempla horizonte temporal de 3 anos e considera i) os tipos de riscos e respectivos níveis a que a Instituição está exposta e disposta a assumir; ii) a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; iii) os objetivos estratégicos da Instituição; e iv) as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.

Em observância ao disposto na Circular Bacen n.º 3.846, de 13.09.2017, essa análise também faz parte do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e deve abranger, no mínimo:

I – a avaliação e a mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de concentração e de crédito da contraparte), de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e operacional;

II – a avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a Instituição está exposta, considerando, no mínimo, os riscos de estratégia, de reputação e socioambiental; e

III – a avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Icaap, implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013, segue o disposto na Resolução CMN n.º 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do Icaap foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do Icaap. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Processos:

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital. Subsidia a Alta Administração na tomada de decisões que levam a Instituição a adotar postura capaz de absorver eventuais perdas decorrentes dos riscos nos negócios ou de alterações no ambiente financeiro.

São realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em cenários macroeconômicos e/ou idiossincráticos. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

É realizado acompanhamento mensal das variáveis utilizadas na elaboração do Plano de Capital decorrente da revisão do comportamento projetado na elaboração do Orçamento BB, com base nos números observados, nas expectativas de mercado e na dinâmica dos negócios. Os desvios relevantes são apresentados e discutidos, pelas diretorias participantes do processo, nas reuniões mensais do Fórum de Capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A adoção de postura prospectiva, mediante a realização de avaliações contínuas da necessidade de capital, viabiliza a identificação, de forma proativa, de eventos com probabilidade não nula de ocorrência ou de mudanças nas condições do mercado que possam exercer efeito adverso sobre a adequação de capital, inclusive em cenários de estresse.

c) Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A partir de outubro/2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos ajustes prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal (ACP).

Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- investimentos significativos (superiores a 10% do capital social) em: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que não componham o Conglomerado Prudencial;

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor de R\$ 8.100.000 mil, foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de elemento patrimonial, conforme descrito na Nota Explicativa 23.c.

De acordo com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e 4.193/2013, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

	31.12.2021	31.12.2020
PR - Patrimônio de Referência	165.648.211	161.924.480
Nível I	141.352.779	132.247.506
Capital Principal (CP)	111.337.592	104.315.243
Patrimônio Líquido	134.523.198	116.940.782
Instrumento elegível a Capital Principal	8.100.000	8.100.000
Ajustes prudenciais	(31.285.606)	(20.725.539)
Capital Complementar	30.015.187	27.932.263
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	29.995.187	27.932.263
Letra financeira subordinada perpétua	20.000	--
Nível II	24.295.432	29.676.974
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	24.295.432	29.676.974
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	--	186.926
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	24.295.432	29.490.048
Recursos captados do FCO ⁽¹⁾	23.469.518	26.403.208
Recursos captados com letras financeiras e CDB ⁽²⁾	825.914	3.086.840
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	932.460.697	766.064.658
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	789.739.180	677.256.134
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	36.079.847	21.125.396
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	106.641.670	67.683.128
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽³⁾	74.596.856	61.285.173
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR) ⁽⁴⁾	91.051.355	100.639.307
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA) ⁽⁴⁾	15,16%	17,26%
Índice de Capital Principal (CP/RWA) ⁽⁴⁾	11,94%	13,62%
Índice de Basileia (PR/RWA) ⁽⁴⁾	17,76%	21,14%

(1) Em cumprimento ao disposto no artigo 29-A da Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 80% ao montante computado no Nível II em 30.06.2018.

(2) Em 31.12.2021, considerou-se o saldo corrente dos instrumentos de Dívida Subordinada aplicando-se os redutores, conforme determina o art. 29 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(3) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%.

(4) Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(11.184.840)	(4.588.635)
Investimentos significativos e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%)	(7.558.089)	(6.702.085)
Ativos intangíveis	(7.021.479)	(6.211.770)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ⁽¹⁾	(2.911.502)	(1.609.596)
Investimentos significativos (excesso dos 10%) ⁽²⁾	(1.748.071)	(1.375.048)
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%)	(649.886)	--
Participação de não controladores ⁽³⁾	(160.215)	(112.462)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(26.756)	(35.026)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação	(21.560)	(34.399)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013	(3.208)	(56.518)
Total	(31.285.606)	(20.725.539)

(1) Aplica-se o disposto no §13º, artigo 5º da Resolução CMN n.º 4.192/2013, que determina a não dedução dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para participação em investimentos no exterior, reconhecidos no período de 01.01.2018 a 31.12.2020.

(2) Refere-se, principalmente, a investimentos significativos em assemblhadas a instituições financeiras e em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, não consolidadas, em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

(3) A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, artigo 9º da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

d) Índice de imobilização e Margem

	31.12.2021	31.12.2020
Índice de imobilização	14,09%	14,12%
Margem em relação ao limite de imobilização	59.476.255	58.099.596

Conforme definido pelo Bacen, o índice de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente imobilizado. O índice máximo permitido é de 50%, conforme determina a Resolução CMN n.º 2.669/1999.

A margem se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

e) Indicadores regulatórios versus indicadores observados

A Resolução CMN n.º 4.783/2020 reduziu, por prazos determinados, percentuais a serem aplicados ao montante RWA, para fins de apuração da parcela ACP Conservação de que trata a Resolução CMN n.º 4.193/2013. Entre 01.10.2021 e 31.03.2022, aplica-se 2,00% ao RWA na apuração do ACP Conservação. Essa redução impactou a exigência mínima regulatória, conforme quadro a seguir:

	Regulatório	31.12.2021
Índice de Capital Principal (ICP) ⁽¹⁾	7,50%	11,94%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1) ⁽¹⁾	9,00%	15,16%
Índice de Basileia (IB) ⁽¹⁾	11,00%	17,76%
Índice de imobilização	Até 50%	14,09%

(1) Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico

Em 31.12.2021, observa-se o cumprimento dos indicadores regulatórios. O Banco, por meio das estratégias de gerenciamento de capital já elencadas, visa superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em patamares capazes de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, o Banco define os limites mínimos prudenciais de indicadores de capital e a meta de capital principal a serem atingidos em cada período. Seguindo a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos e o Plano de Capital, a meta para 2022 é manter no mínimo 11% de Índice de Capital Principal.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Instrumentos elegíveis a capital

Os instrumentos elegíveis a capital estão descritos nas Notas Explicativas 19.c, 19.d e 23.c.

Para as letras financeiras subordinadas vigentes até a presente data, existem as seguintes possibilidades, conforme definido em suas emissões:

- 1) sem opção de recompra ou resgate, total ou parcial, pelo detentor do título e os fluxos de caixa esperados ocorrerão apenas no vencimento ou no exercício da opção de recompra pelo Banco, conforme aplicável; e
- 2) na modalidade perpétua, há opção de recompra ou resgate, atentando para os seguintes requisitos:
 - a. intervalo mínimo de cinco anos entre a data da emissão e a primeira data de exercício de opção de recompra ou resgate;
 - b. o exercício de opção de recompra ou resgate está condicionado, na data do exercício, à autorização do Banco Central do Brasil;
 - c. inexistência de características que acarretem a expectativa de que a opção de recompra ou resgate será exercida, constituindo-se faculdade da Emitente; e
 - d. o intervalo entre as datas de exercício das opções deve ser de, no mínimo, 180 dias.

Para os títulos emitidos no exterior não há, até o momento, possibilidade de o detentor do título solicitar a recompra ou o resgate, total ou parcial. Os fluxos de caixa esperados ocorrerão quando do pagamento de cupom, no vencimento ou no exercício da opção de recompra pelo Banco, conforme aplicável.

O Instrumento elegível ao Capital Principal não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Os fluxos de caixa esperados ocorrem apenas pelo pagamento dos juros remuneratórios anuais. Conforme Comunicado ao Mercado, de 08 de abril de 2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029. O cronograma foi julgado adequado pelo Tribunal de Contas da União, em sessão do Plenário de 15.12.2021.

Em relação à dinâmica do FCO, os fluxos mensais contemplam, de um lado, as entradas/origens, como os repasses do Tesouro Nacional decorrentes da arrecadação de impostos (efetuados a cada decêndio do mês), retornos originários de pagamentos de operações de crédito e remuneração sobre os recursos disponíveis e, de outro lado, as saídas, como os ressarcimentos de bônus de adimplência/rebate, as despesas de auditoria, de del credere, de provisão e de remuneração na operacionalização do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. A utilização dos recursos do FCO como instrumento elegível a capital obedece aos limites estabelecidos no art. 29-A da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31 - RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

Durante o período de divulgação, foram identificados os eventos registrados na tabela abaixo considerados "Itens não recorrentes", com o respectivo efeito tributário e na participação nos lucros e resultados, a seguir detalhados, quando necessário ao melhor entendimento:

Planos econômicos: Despesas com provisão oriundas de ações judiciais referentes aos planos econômicos.

Crédito tributário sobre CSLL: Ativação de crédito tributário em decorrência da majoração da alíquota de CSLL, de 20% para 25%, conforme Lei 14.183 de 14.07.2021.

Acordo coletivo 2020-2021 - Abono: Despesas decorrentes do acordo trabalhista coletivo firmado em setembro/2020, acordo coletivo 2020-2021.

Programas de Desligamento - PAQ e PDE: Despesas decorrentes do Programa de Adequação de Quadros – PAQ e do Programa de Desligamento Extraordinário – PDE, conforme Comunicado ao Mercado de 08.02.2021.

a) Desdobramento do Lucro Líquido do período em itens não recorrentes e resultado recorrente

	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Lucro Líquido ⁽¹⁾	9.960.801	19.710.402	12.697.385
Itens Não Recorrentes	(1.108.336)	(1.310.719)	(1.186.433)
Planos econômicos	(902.078)	(1.806.425)	(1.503.028)
Programas de Desligamento - PAQ e PDE	--	(794.829)	--
Provisão extraordinária para demandas contingentes	--	--	6.419
Crédito tributário sobre CSLL	(719.641)	--	--
Acordo coletivo 2020-2021 - Abono	--	--	(189.402)
Ajuste de fundos e programas	--	--	(585.472)
Efeito tributário e de PLR sobre os itens não recorrentes	513.383	1.290.535	1.085.050
Resultado Recorrente	11.069.137	21.021.121	13.883.818

(1) Lucro líquido constante na Demonstração do Resultado Consolidado. A conciliação do lucro líquido do BB Banco Múltiplo com o BB Consolidado está evidenciada na Nota 23.h.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

32 - OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Administração de fundos de investimentos**

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)		Saldo	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Patrimônio Administrado	1.060	983	1.362.452.921	1.177.122.743
Fundos de investimentos	1.053	976	1.339.513.238	1.155.405.598
Carteiras administradas	7	7	22.939.683	21.717.145

b) Informações de filiais, subsidiárias e controladas no exterior

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ativo				
Grupo BB	97.517.349	88.879.047	94.430.200	86.875.056
Terceiros	78.639.817	90.324.300	115.136.572	119.676.281
TOTAL DO ATIVO	176.157.166	179.203.347	209.566.772	206.551.337
Passivo				
Grupo BB	28.195.243	34.011.374	26.941.457	32.888.815
Terceiros	135.434.268	132.238.117	163.504.790	155.089.538
Patrimônio Líquido	12.527.655	12.953.856	19.120.525	18.572.984
Atribuível à controladora	12.527.655	12.953.856	18.492.345	18.099.853
Participação dos não controladores	--	--	628.180	473.131
TOTAL DO PASSIVO	176.157.166	179.203.347	209.566.772	206.551.337

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Lucro Líquido	332.385	589.243	1.350.381	1.145.541	2.101.691	2.881.385
Atribuível à controladora	332.385	589.243	1.350.381	996.613	1.822.874	2.603.261
Participações dos não controladores	--	--	--	148.928	278.817	278.124

c) Recursos de consórcios

	31.12.2021	31.12.2020
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	623.700	536.685
Obrigações do grupo por contribuições	33.837.004	23.225.234
Consorticiados - bens a contemplar	31.220.606	21.351.283
(Em Unidades)		
Quantidade de grupos administrados	283	218
Quantidade de consorciados ativos	1.381.969	1.115.774
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	133.661	86.616

	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	123.819	221.112	164.463

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Cessão de empregados a órgãos externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei n.º 10.470/2002 e pelo Decreto n.º 9.144/2017.

	2º Semestre/2021		Exercício/2021		Exercício/2020	
	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período
Com ônus para o Banco						
Entidades sindicais	209	22.831	209	44.221	217	43.396
Outros órgãos/entidades	5	1.067	5	1.491	2	906
Entidades controladas e coligadas	2	651	2	1.719	2	2.505
Sem ônus para o Banco⁽²⁾						
Governos Federal, Estadual e Municipal	166	--	166	--	175	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	599	--	599	--	532	--
Entidades dos funcionários	70	--	70	--	70	--
Entidades controladas e coligadas	592	--	592	--	569	--
Total	1.643	24.549	1.643	47.431	1.567	46.807

(1) Posição no último dia do período.

(2) No 2º Semestre/2021, o Banco foi ressarcido em R\$ 269.651 mil e, no Exercício/2021, em R\$ 528.860 mil (R\$ 500.615 mil no Exercício/2020), referente aos custos com empregados cedidos sem ônus.

e) Remuneração de empregados e dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração do Banco do Brasil (Em Reais):

	31.12.2021	31.12.2020
Menor salário	3.353,92	3.022,37
Maior salário	56.116,99	50.569,51
Salário médio	9.330,24	8.379,41
Presidente	68.781,86	68.781,86
Vice-presidente	61.564,83	61.564,83
Diretor	52.177,45	52.177,45
Conselho Fiscal	5.984,42	5.914,84
Conselho de Administração	5.984,42	5.914,84
Comitê de Auditoria - Titular	46.959,71	46.959,71
Comitê de Riscos e de Capital	46.959,71	46.959,71

f) Política de seguros de valores e bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 31.12.2021

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	1.055.139	4.305
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ⁽¹⁾	105.260	311
Demais	1.300	1
Total	1.161.699	4.617

(1) Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Cassi

Em 22.07.2019, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicou a Resolução Operacional n.º 2.439, que instaura a direção fiscal na Cassi. A ANS esclarece que o regime de direção fiscal não é uma intervenção. A agência nomeou um diretor fiscal, sem poderes de gestão na operadora, para avaliar presencialmente a situação da Cassi. Cabe ao diretor analisar as medidas saneadoras propostas pela operadora e subsidiar a ANS em suas decisões. A direção fiscal tem duração de até 365 dias, podendo ser renovado o regime.

Após 90 dias de auditoria contábil financeira, a ANS emitiu a Instrução Diretiva n.º 12, datada de 23.10.2019, ratificando que a Caixa de Assistência cumpre os preceitos exigidos pelos normativos de controle contábil e recomendando dois ajustes pontuais. Além disso, a Diretora Fiscal deu o prazo de 30 dias para que seja apresentado um Programa de Saneamento, que deve conter ações e metas para reverter todos os indicadores que estão em desconformidade.

Em 31.10.2019, o Banco comunicou que o Conselho Diretor aprovou nova proposta de reforma estatutária apresentada pelo Conselho Deliberativo da Cassi. Em 28.11.2019, o Banco comunicou que a reforma foi aprovada pelos associados. Assim, no Exercício/2019, houve despesa adicional de R\$ 549 milhões, referente ao custeio do novo modelo, sendo reconhecida em Despesas de Pessoal.

Em 17.01.2020, o Banco divulgou Comunicação sobre Transações entre Partes Relacionadas informando a liquidação antecipada do Banco para com o Grupo dos Dependentes Indiretos (GDI), pertencente ao Plano de Associados, administrado pela Cassi, pelo valor de R\$ 451 milhões. A liquidação desta obrigação representa baixa nas provisões do Banco, decorrentes da Deliberação CVM n.º 695/2012, não gerando, dessa forma, impacto no resultado do Banco.

Em 20.01.2020, o Banco divulgou Comunicação sobre Transações entre Partes Relacionadas informando a realização dos seguintes pagamentos, retroativos a janeiro de 2019: R\$ 124 milhões da Taxa de Administração e R\$ 425 milhões da Contribuição Patronal sobre Dependentes. O aumento destas despesas não impacta o passivo atuarial, calculado de acordo com a Deliberação CVM n.º 695/2012.

Em 15.06.2020, a ANS publicou a Resolução Operacional n.º 2.556, anunciando o encerramento do regime especial de direção fiscal na CASSI. A decisão atesta que a CASSI regularizou todos os indicadores econômico-financeiros que levaram à instauração da direção em julho de 2019 e cumpre as projeções que compõem o Programa de Saneamento, apresentado à ANS em dezembro do mesmo ano.

h) BB Seguridade - Proposta de redução do capital

Em 25.09.2019, o Conselho de Administração da BB Seguridade Participações S.A. (BB Seguridade), empresa controlada do Banco do Brasil, aprovou a submissão de proposta à Assembleia Geral Extraordinária de acionistas para redução do capital social no montante de R\$ 2,7 bilhões, sem cancelamento de ações, por considerá-lo excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei n.º 6.404/1976.

Em 30.10.2019, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da BB Seguridade a proposta submetida para redução do capital social, que se tornou efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação da ata da Assembleia.

Em 30.04.2020, o Banco recebeu, a título de restituição de parte do valor de suas ações, o montante de R\$ 1,8 bilhão. O referido montante não impactou o resultado do Banco do Brasil.

i) Cessão de carteira de crédito

Em 01.07.2020, o Banco realizou cessão de carteira de créditos, majoritariamente em perdas, a Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizado e Exclusivo (FIDC-NP), administrado pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM.

A carteira cedida possuía valor contábil de R\$ 2,9 bilhões e o impacto financeiro da transação foi de R\$ 371 milhões, antes dos impostos, contabilizados no resultado do Exercício/2020.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Opção de recompra total de título de dívida perpétuo

O Banco do Brasil exerceu em 20.10.2020 a opção de recompra total do título de dívida perpétuo emitido em 2009 (Banbra 8,5%), vigente sob as regras de Basileia II. A recompra foi realizada por 100% do seu valor de face, acrescido dos juros contabilizados e não pagos até aquela data, totalizando R\$ 4,953 bilhões (Nota 19.d).

A operação de recompra foi realizada com recursos provenientes do caixa do Banco e não trouxe impactos relevantes para os níveis de liquidez e de capital da instituição.

k) Revisão e redimensionamento da estrutura organizacional e desligamento incentivado

Conforme divulgado no Fato Relevante ao mercado em 11.01.2021, o Banco aprovou um conjunto de medidas relacionadas à revisão e ao redimensionamento de sua estrutura organizacional, em linha com os objetivos estratégicos de centralidade no cliente e incremento da eficiência operacional.

A implementação plena das medidas ocorreu a partir do 1º Semestre/2021 proporcionando ganhos de eficiência e otimização em 870 pontos de atendimento do país, incluindo: i) desativação de unidades; ii) conversão de agências em PA e PA transformados em agências; iii) transformação de unidades de negócios em Lojas BB, sem a oferta de guichês de caixa, com maior vocação para assessoria e relacionamento; iv) realocação compartilhada de unidades de negócios; e v) criação de Agências Especializadas Agro e Escritórios Leve Digital (unidades de negócio especializadas no atendimento a clientes com maturidade digital).

A reorganização da rede de atendimento objetiva a sua adequação ao novo perfil e comportamento dos clientes e compreende, além das medidas de otimização de estrutura descritas acima, outros movimentos de revisão e redimensionamento nas diretorias, áreas de apoio e rede, privilegiando a especialização do atendimento e a ampliação da oferta de soluções digitais.

Além disso, com as medidas, o Banco expande sua capacidade de assessoramento gerenciado aos clientes, ampliando o relacionamento e os negócios e potencializando a satisfação e a fidelização.

Foram aprovadas ainda, duas modalidades de desligamento incentivado voluntário aos funcionários: o Programa de Adequação de Quadros (PAQ), a fim de otimizar a distribuição da força de trabalho, equacionando as situações de vagas e excessos nas Unidades do banco, e o Programa de Desligamento Extraordinário (PDE), disponível a todos os funcionários do Banco que atenderem aos pré-requisitos. Os Programas possuem regulamentos específicos que estabelecem as regras para adesão.

Finalizadas as etapas de manifestação voluntária de interesse por desligamento incentivado, foram validados os desligamentos de 5.533 funcionários no PAQ e no PDE, cujos impactos financeiros foram de R\$ 795 milhões, no Exercício/2021.

l) Majoração de alíquota de tributo

Em 14.07.2021, a Medida Provisória n.º 1.034 foi convertida na Lei n.º 14.183/2021 que alterou a Lei n.º 7.689/1988 para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, referidas no inciso I do parágrafo 1º do art. 1º da Lei Complementar n.º 105/2001, em 25%, no período de julho a dezembro de 2021, com reestabelecimento da alíquota de 20% a partir de 01.01.2022.

m) Pandemia Coronavírus (Covid-19)

Desde o 1º Trimestre/2020, a economia mundial vem sendo impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Conglomerado Banco do Brasil adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas, pelo Ministério da Saúde e pelas autoridades dos países onde atua, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos funcionários, colaboradores, clientes e a sociedade.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ao mesmo tempo, o Banco do Brasil tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às demandas, conforme comunicado ao mercado em 24.03.2020.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

Acordo Coletivo de Trabalho

O Banco assinou o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) com as Entidades Sindicais no dia 16.07.2020, tendo por finalidade minimizar os impactos decorrentes da pandemia da Covid-19. As novas regras são específicas para este período e temporárias e passam a ter validade de 2 (dois) anos a contar da sua assinatura. Principais temas celebrados no presente Acordo Coletivo:

- Home office, teletrabalho ou trabalho à distância: prioriza a utilização para os funcionários pertencentes ao grupo de risco.
- Férias: passam a ser comunicadas com 5 dias de antecedência, serão preservados 15 dias do período em aquisição para utilização futura quando houver antecipação; e abono dos dias 7, 8, 9, 28 e 29.04.2020 para os funcionários que receberam comunicado de férias por iniciativa da empresa e encontravam-se em situação diferente de força de trabalho real.
- Banco de horas negativo: aplica-se a todos os funcionários sujeitos a controle de jornada, sem necessidade de adesão; prazo de 18 meses para compensação das horas negativas realizadas desde o dia 07.04.2020; para o uso do banco de horas, permanece a necessidade de negociação entre o funcionário e o gestor; desconto de 10% sobre o saldo das horas negativas acumuladas até julho e, sobre o saldo mês a mês a partir de agosto até dezembro de 2020.
- Demais compromissos decorrentes da negociação: não descomissionamento por desempenho durante a pandemia; possibilidade de utilização do saldo positivo do banco de horas, juntamente com outras situações de ausências, para descanso pós-pandemia, prioritariamente para os funcionários que se encontram no atendimento presencial; manutenção da possibilidade, mesmo que em rodízio, de o gestor abonar 1 ou 2 horas para os funcionários que estão em atendimento presencial nas agências.

Além da assinatura do acordo, destacam-se as seguintes ações adotadas pelo Banco:

Funcionários e colaboradores

- Comunicação com os funcionários, visando a constante orientação específica para o trabalho e atendimento, conforme a evolução da doença no País.
- Criação de Grupo Estratégico de Gestão de Crise para tratar do assunto de forma adequada, garantindo unicidade e tempestividade na disseminação de informações para o público interno e externo.
- Suspensão de viagens internacionais e nacionais.
- Substituição de reuniões físicas por videoconferências e audioconferências.
- Reforço da higienização dos ambientes e espaços.
- Afastamento por 14 dias de funcionários que tenham sintomas e que tiveram contato com casos confirmados ou suspeitos (isolamento social).
- Afastamento por sete dias dos funcionários oriundos de qualquer país a contar da data de saída do exterior (isolamento social).
- Priorização do trabalho remoto (home office) de acordo com a criticidade do processo e natureza do trabalho e para funcionários considerados como grupo de risco.
- Flexibilização dos horários de trabalho, de alteração de período de férias e da utilização de licenças.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Clientes e usuários

- Manutenção dos serviços bancários essenciais à população, priorizando a abertura das salas de autoatendimento, abastecimento e funcionamento dos caixas eletrônicos.
- Atendimento presencial para os serviços considerados essenciais, que serão prestados excepcionalmente nas agências.
- Horário especial (das 9h00 às 10h00) exclusivo para atendimento dos aposentados do INSS e público de maior risco.
- Estímulo ao uso de ferramentas e canais digitais para serviços e relacionamento pela internet e celular, com ampliação do acesso para diversos perfis de clientes com atendimento por mensagem, além de realização de operações bancárias diretamente por aplicativo de mensagens para todos os clientes.
- Disponibilidade de até R\$ 100 bilhões para linhas de crédito voltados para pessoas físicas, empresas, agronegócio, além de suprimentos na área de saúde por prefeituras e governos. Os recursos referem-se a linhas de crédito já existentes, principalmente as voltadas para crédito pessoal e capital de giro.
- Em linha com nota emitida pela Febraban, em 16.03.2020, e com o objetivo de minimizar os impactos momentâneos dessa situação, o Banco disponibilizou opção para prorrogação das parcelas vincendas nos próximos 60 dias, mediante manifestação do cliente que poderá ser realizada pelos canais digitais do Banco. Os clientes também puderam readequar seus compromissos financeiros a partir da repactuação de operações de crédito, com carência para pagamento da primeira parcela entre 60 e 180 dias, a depender da linha de crédito, e alongamento do prazo de pagamento. Este processo de repactuação também poderá ser realizado pelos canais digitais do Banco do Brasil.

Sociedade

- Doação de recursos por empresas do Conglomerado para fomentar as ações de combate à pandemia.
- Atuação da Fundação Banco do Brasil em ações de implementação de projetos assistenciais e de conscientização junto às comunidades.

O Banco do Brasil continua avaliando e monitorando os potenciais impactos na carteira de crédito, considerando os diversos segmentos e setores e tem adotado medidas proativas para a gestão do risco.

Adicionalmente, o Banco está trabalhando para preservar a regularidade de suas atividades e a continuidade de suas operações.

Implicações contábeis e de capital relacionadas aos efeitos da Covid-19

A pandemia está ocasionando impactos significativos no ambiente econômico dos países afetados pelo vírus. Apesar das ações mitigadoras adotadas até o presente momento, são esperadas implicações sobre as demonstrações contábeis do Conglomerado. Os principais reflexos e medidas são apresentados a seguir.

i) Principais julgamentos e incertezas

Como resultado das incertezas ocasionadas pelo cenário de pandemia, alguns julgamentos e estimativas adotados historicamente pelo Banco do Brasil foram revisados para que as informações contábeis originadas desses julgamentos e estimativas refletissem com maior nível de confiabilidade a posição patrimonial e o resultado do período divulgados pelo Banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

ii) Consolidação

Apesar do cenário econômico desafiador oriundo do enfrentamento da pandemia, o Conglomerado Banco do Brasil não realizou reestruturações societárias ou aumentou transações intragrupo significativas que não estavam inicialmente previstas pela Administração do Banco, de forma que não ocorreram alterações no processo de consolidação do Conglomerado.

iii) Distribuição de lucros

Conforme fato relevante divulgado em 25.01.2021, o Conselho de Administração (CA) aprovou, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.885, de 23.12.2020, que alterou a Resolução CMN n.º 4.820 de 29.05.2020, o percentual de 35,29% do lucro líquido a ser distribuído referente ao Exercício/2020. O CA também aprovou a revisão de sua Política e estabeleceu o payout de 40% para o Exercício/2021, via dividendos e/ou juros sobre o capital próprio.

iv) Gerenciamento de riscos e capital

- Capitalização – Suficiência para proteção em um evento de estresse.

Redução do Adicional de Conservação de Capital Principal dos bancos - Resolução CMN n.º 4.783/2020 (revogada pela Resolução CMN n.º 4.958/2021 a partir de 03.01.2022)

A alíquota do Adicional de Conservação de Capital Principal (ACCP) caiu de 2,5% para 1,25% pelo prazo de um ano, com reversão gradual até março de 2022. Essa medida também melhora as condições para realização de eventuais renegociações, ajudando as instituições financeiras a manter, ou mesmo ampliar, o fluxo de concessão de crédito. A redução da alíquota amplia a folga de capital do SFN, o que permite uma expansão na concessão de crédito (Nota 30.c). A Resolução CMN n.º 4.958 de 21.10.2021, vigente a partir de 03.01.2022, revoga a Resolução CMN n.º 4.783/2020, contudo mantém o cronograma de reversão gradual do ACCP ao seu patamar original.

Over hedge de investimentos em participações no exterior - Resolução n.º 4.192/2013 (alterada pela Resolução CMN n.º 4.851/2020 e será revogada totalmente pela Resolução CMN n.º 4.955/2021)

Os bancos deixam de ser obrigados a deduzir do seu capital os efeitos tributários das operações de hedge de moeda estrangeira para sua participação em investimentos no exterior, um dos mecanismos usados pelos bancos para se protegerem das variações cambiais. A medida dará segurança para as instituições financeiras implementarem, ou mesmo para ampliarem, seus planos de concessão de crédito. A Resolução CMN n.º 4.955 de 21.10.2021 entra em vigor em 03.01.2022 e define um cronograma para que os bancos voltem a deduzir de seu capital os efeitos tributários acima descritos, sendo 50% até 30.06.2022 e 100% até 31.12.2022.

- Liquidez – Suficiência para suportar longos períodos de estresse.

Aperfeiçoamento nas regras do *Liquidity Coverage Ratio* - Circular Bacen n.º 3.986/2020

A medida reduziu com segurança os requerimentos de liquidez para as instituições brasileiras. A redução na necessidade de as instituições financeiras carregarem outros ativos líquidos de alta qualidade permitirá que se amplie a capacidade de conceder crédito.

Crédito, Mercado e Negócios – Estratégia para mitigar aumento na volatilidade no resultado (como limites de concentração e estímulos a diversificação de receitas).

Risco Operacional – Identificação e mitigação de eventos de riscos operacionais (trabalho remoto, monitoramento de ocorrências, prevenção de fraudes).

Reputação – Acompanhamento da assertividade das medidas e de seus impactos de forma a mitigar eventuais consequências negativas no valor de marca e reputação.

Risco de crédito – Monitoramento, provisionamento, revisão de políticas e apetite ao risco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

v) Redução ao valor recuperável dos ativos

O Banco do Brasil realizou estudos para identificar se seus ativos não financeiros apresentavam indícios de desvalorização pela redução do seu valor em uso ou pelos fluxos de caixa descontados, os quais podem indicar redução no valor recuperável do ativo.

No Exercício/2021, foi reconhecida perda por redução ao valor recuperável da ordem de R\$ 959 milhões, relativa aos contratos de verba de relacionamento negocial registrados no ativo intangível (Nota 16). Não foram identificados outros impactos relevantes nos valores recuperáveis de ativos imobilizados e investimentos.

vi) Valor justo dos instrumentos financeiros

Conforme estabelecido no item de gerenciamento de riscos e capital, o Banco do Brasil adequou seus procedimentos para monitoramento diário do mercado financeiro, realizando simulações e projeções que visavam identificar variações significativas no valor justo dos instrumentos financeiros mantidos ou negociados pelo Banco.

Os modelos de marcação a mercado existentes no Banco foram revisados para que observassem os possíveis impactos da Covid-19 nos indicadores econômico-financeiros utilizados na projeção de cenários, especialmente no cálculo de valor justo de instrumentos financeiros classificados no nível 2 e nível 3 na hierarquia de valor justo.

As alterações no valor justo dos instrumentos financeiros, identificadas até o momento em decorrência da pandemia já impactaram as presentes demonstrações contábeis.

Não houve alteração na intenção de manter ou negociar títulos e valores mobiliários do Conglomerado que venha a ensejar mudança na categoria de instrumentos financeiros, conforme definido na Circular Bacen n.º 3.068/2001, que inicialmente seriam mantidos até o vencimento e contabilizados ao custo amortizado.

O Banco revisou o valor de mercado dos principais papéis registrados no ativo e identificou a necessidade de contabilização de uma redução ao valor recuperável na ordem de R\$ 953 milhões no Exercício/2021 (R\$ 2,7 bilhões no Exercício/2020) para alguns dos instrumentos.

vii) Cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

O modelo interno desenvolvido para cumprimento da Resolução CMN n.º 2.682/1999 implica na atribuição de um risco ao cliente, ao grupo econômico a qual este cliente pertença e o risco país em que o cliente conduz seus principais negócios.

A pandemia ocasionada pela Covid-19 gerou um agravamento no risco de crédito de clientes localizados nos principais países afetados, nos quais ocorreu perceptível redução na atividade econômica e, portanto, possivelmente na capacidade de que esses clientes honrem seus contratos.

Em março 2020, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução CMN n.º 4.782/2020, estabeleceu para fins de gerenciamento de risco de crédito, em função de eventuais impactos da Covid-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito, para aquelas realizadas até 30 de setembro de 2020.

Em setembro de 2020, foram publicadas a Resolução CMN n.º 4.856/2020, alterando os prazos previstos na Resolução CMN n.º 4.782/2020 para 31 dezembro de 2020, e a Resolução CMN n.º 4.855/2020, estabelecendo os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19 na economia.

Ao longo de 2021, diante do avanço da vacinação e retorno gradual da atividade econômica, o mercado de crédito seguiu em consonância com esse movimento. Nesse sentido, não houve constituição de provisão sob caráter prudencial, a exemplo de 2020, em que foi realizado aproximadamente R\$ 8,1 bilhões.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

viii) Aproveitamento dos créditos tributários ativados

Foram realizados estudos para aproveitamento dos créditos tributários ativados, tendo em vista as projeções de resultado do Banco ou de suas subsidiárias pelo período de 10 anos.

O estudo realizado concluiu que não haverá alteração na expectativa de realização dos créditos tributários.

ix) Impactos na taxa de desconto e no valor justo dos ativos garantidores de planos de benefícios definidos

No período, foram identificadas oscilações importantes nas premissas utilizadas nos cálculos atuariais, especialmente no que diz respeito a alterações na taxa de desconto e no valor justo de certos ativos garantidores dos planos de benefícios. Tais efeitos geraram em conjunto ajustes nos ativos e passivos atuariais, com impacto no patrimônio líquido, no Exercício/2021, da ordem de R\$ 9,1 bilhões (R\$ 8,4 bilhões no Exercício/2020) líquido de tributos (vide DRA). No entanto, dada a situação de incerteza do momento econômico presente, observamos que essas duas premissas permanecem apresentando volatilidade as quais são continuamente monitoradas.

x) Provisão para riscos por demandas contingentes

Foram reavaliados os riscos envolvidos, especialmente no que se refere às demandas cíveis e trabalhistas, não tendo sido identificados impactos relevantes, até o momento, em face das provisões existentes.

xi) Planos de reorganização

Não há expectativa de que ocorram reestruturações como a venda ou fechamento de parte do negócio ou a redução de operações em decorrência da crise ocasionada pela Covid-19.

xii) Outros possíveis efeitos identificados/esperados**Assistência governamental**

Durante o período de enfrentamento da pandemia, ocorreram medidas governamentais e regulatórias que proporcionaram apoio aos negócios e melhoria na performance do Banco. Relacionamos algumas dessas medidas e seus impactos no âmbito do sistema financeiro nacional.

Tributos próprios

Postergação de recolhimento de tributos, conforme Portaria n.º 139/2020 do Ministério da Economia. O Conglomerado não adotou a faculdade concedida.

Apoio aos negócios

Redução da alíquota do IOF cobrado dos tomadores de operações de crédito (Decretos n.º 10.305, 10.414, 10.504, 10.551 e 10.572/2020). Foram reduzidas a zero as alíquotas do IOF incidentes sobre as operações de crédito especificadas nos Decretos, contratadas entre 03.04.2020 e 26.11.2020 e entre 15.12.2020 e 31.12.2020.

Programa Emergencial de Suporte a Empregos oferece financiamento emergencial de folha de pagamento de pequenas e médias empresas – Resolução CMN n.º 4.846/2020

O Programa foi instituído pela Lei n.º 14.043, de 19 de agosto de 2020. O valor total do crédito passou para R\$ 29 bilhões, sendo R\$ 12 bilhões para concessão de garantias a empréstimos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e R\$ 17 bilhões a ser injetado pelo governo federal no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para custeio da linha de crédito em questão (PESE). Os recursos continuam sendo 85% provenientes do BNDES e o restante das instituições financeiras participantes. A medida prevê devolução, ao Governo Federal, de até 50% dos recursos não repassados pelos bancos a partir de 30 de setembro de 2020. No Exercício/2020, o Banco liberou R\$ 8,0 bilhões pelo programa. A Resolução determinou que as operações para uso dos recursos fossem contratadas até 31.10.2020.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Redução adicional do compulsório – Resolução BCB n.º 78, de 10.03.2021 (revogada pela Resolução BCB n.º 145/2021)

A Resolução BCB n.º 78/2021 revogou a Resolução BCB n.º 21/2020 e alterou a Circular Bacen n.º 3.916/2018 reduzindo o recolhimento compulsório dos recursos a prazo para 17% de março/2020 a novembro/2021 e de 20% até dezembro/2021. A medida mantém a estratégia de aumento da liquidez para a economia. As liberações se somam ao montante de R\$ 50 bilhões já liberados a partir de 16 de março.

A Resolução BCB n.º 145 de 24.09.2021 entrou em vigor a partir 01.11.2021 e definindo e consolidando as regras do recolhimento compulsório sobre recursos a prazo, sem alterar o percentual vigente de 20%.

Repos de títulos soberanos em dólar – Resolução BCB n.º 76, de 23.02.2021

A Resolução revogou a Circular Bacen n.º 3.990/2020 entre outras. Essa medida tem como propósito revisar, atualizar, simplificar e consolidar os atos normativos, a fim de racionalizar o estoque regulatório. Com isso, o Banco Central parou de fazer operações de oferta de liquidez em dólares por meio da compra com compromisso de revenda (repos) de títulos soberanos do Brasil denominados em dólar (global bonds) de posse de instituições financeiras nacionais. A medida regula a compra ou venda definitiva de moeda estrangeira nos mercados à vista, com liquidação em data futura e a termo, inclusive com compromisso de revenda conjuntamente com compromisso de recompra, assumido pela contraparte, para liquidação em data preestabelecida, no prazo de até 360 dias.

Novo Depósito a Prazo com Garantias Especiais - Resolução CMN n.º 4.785/2020

O Novo Depósito a Prazo com Garantias Especiais (NDPGE) é uma opção a mais de captação de recursos acessível a todas as instituições financeiras associadas ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Trata-se da possibilidade de essas instituições captarem depósitos garantidos pelo FGC, o que também contribui para a continuidade da oferta de crédito para o setor real. A cobertura do FGC, antes limitada a R\$ 20 milhões, foi ampliada para R\$ 40 milhões por titular. Essa garantia não envolve recursos públicos, pois o FGC é uma entidade 100% privada.

Flexibilização nas Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) – Manual do Crédito Rural (MCR)

Para permitir que mais instituições possam captar recursos com as LCAs, aumentando sua liquidez, a base de cálculo foi ajustada. Assim, foram flexibilizadas as regras para aplicação dos recursos provenientes da captação nas atividades do agronegócio. Tal flexibilização estava prevista na Resolução CMN n.º 4.787/2020, a qual foi revogada pela Resolução CMN n.º 4.903/2021, após a edição do Manual de Crédito Rural (MCR), em cumprimento à determinação de consolidação de atos normativos preconizada pelo Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Empréstimo com lastro em debêntures - Resolução CMN n.º 4.786/2020 (revogada pela Resolução CMN n.º 4.953/2021)

O Banco Central passa a ter a possibilidade de realizar empréstimos para as instituições financeiras com lastro em debêntures (títulos privados). Essas operações têm também a garantia dos recursos que as instituições financeiras mantêm compulsoriamente em suas contas de reservas no próprio Banco Central, eliminando o risco para a autoridade monetária. Trata-se de uma Linha Temporária Especial de Liquidez que visa garantir a liquidez e o normal funcionamento do mercado de crédito corporativo privado durante a crise. Essa prerrogativa foi descontinuada a partir de 01.11.2021 pela Resolução CMN n.º 4.953 de 30.09.2021.

Maior possibilidade de os bancos recomprarem suas próprias letras financeiras - Resolução CMN n.º 4.788/2020

Os maiores bancos poderão recomprar um volume maior de suas próprias letras financeiras. Com isso, os detentores desses papéis (em sua maioria, fundos de investimento) terão maior facilidade para resgatar os recursos aplicados, caso necessário. O percentual de recompra permitido passou de 5% para 20%.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Empréstimo com lastro em letras financeiras garantidas por operações de crédito – Resolução CMN n.º 4.795/2020 (revogada pela Resolução n.º 4.953/2021)

A Resolução CMN n.º 4.795/2020 autorizou o Banco Central a conceder empréstimos às instituições financeiras tendo como garantia as carteiras de crédito das instituições. A medida visava dar liquidez e garantir o normal funcionamento do mercado de crédito no país. Essa prerrogativa foi descontinuada a partir de 01.11.2021 pela Resolução CMN n.º 4.953 de 30.09.2021.

Injeção de recursos de prazos mais longos pelo Banco Central via operações compromissadas com lastro em Títulos Públicos Federais (TPFs)

Em momentos de crise, as instituições podem ter dificuldades de acessar recursos líquidos por prazos mais longos. Para prover liquidez para o SFN, o Banco Central passou a ofertar operações compromissadas mais longas na ponta doadora de recursos, por meio de suas operações de mercado aberto. Com isso, as instituições podem obter recursos líquidos por prazos mais longos em contraposição à demanda por liquidez de curtíssimo prazo por parte dos agentes de mercado. A medida também facilita a gestão da liquidez em seus balanços, pois provê a redução do custo de manter uma carteira de mais longa duração (custo de *duration*).

Linha de swap de liquidez em dólares americanos

O Banco Central estabeleceu uma linha de swap de liquidez em dólares americanos no valor de US\$ 60 bilhões em cooperação com o Federal Reserve (Fed), o banco central dos Estados Unidos. A linha amplia a oferta potencial de dólares no mercado doméstico e não implica condicionalidades de política econômica; caso necessário, poderá ser utilizada para incrementar os fundos disponíveis para as atuações no mercado de câmbio pelo Banco Central. O acordo de swap entre o BC e o FED vigorou até 31 de março de 2021.

Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE)

Em 16.07.2020, foi publicada a Medida Provisória n.º 992 que dispõe, entre outras finalidades, sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte no âmbito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE). Além disso, prevê a utilização de crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias e o compartilhamento de alienação fiduciária. Em 21.07.2020, foi publicada a Resolução CMN n.º 4.838, que dispõe sobre operações de crédito contratadas no âmbito do CGPE. A Medida Provisória teve eficácia até 12.11.2020 e, até a data, o Banco registrou o montante de R\$ 10,2 bilhões em operações do programa.

Programa de Estímulo ao Crédito (PEC)

O Programa foi instituído pela Medida Provisória n.º 1.057/2021, convertida na Lei n.º 14.257 de 01.12.2021, que também dispõe sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias. A MP permitiu a contratação de operações de crédito, até 31.12.2021, por microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte e produtores rurais, com receita bruta anual de até R\$ 4,8 milhões, em contrapartida ao aproveitamento de créditos presumidos relativos a diferenças temporárias, que atendam ao enquadramento dessa MP, e que ainda não tenham sido utilizados para contratação de operações no âmbito da MP n.º 992/2020.

n) Alienação de participação societária indireta

Em 08.10.2021, o Conselho de Administração aprovou a alienação da totalidade da participação societária indireta detida no Banco Digo S.A., pela BB Elo Cartões Participações S.A., subsidiária integral do Banco do Brasil. O contrato que formaliza a compra e venda dos 49,99% de participação, pelo valor de R\$ 625 milhões, foi assinado naquela data com a Bradescard Elo Participações S.A., empresa pertencente ao Banco Bradesco S.A.

A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica em 24.11.2021, e pelo Banco Central do Brasil em 04.02.2022, sendo que sua efetivação depende de outras formalidades posteriores.

Estima-se impacto no resultado do Banco do Brasil, via equivalência patrimonial, de aproximadamente R\$ 175 milhões e não há efeito material no capital.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

33 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 11 de janeiro de 2022, o Banco do Brasil S.A. (Banco) informou em Comunicado ao Mercado que, por meio de sua Agência de Grand Cayman, precificou, em 06 de janeiro de 2022, captação internacional sustentável de dívida sênior, do tipo social bond, no montante de US\$ 500 milhões, com vencimento em 11 de janeiro de 2029 e cupom de 4,875% a.a. A liquidação financeira da operação ocorreu em 11 de janeiro de 2022.

Este é o primeiro social bond emitido pelo Banco do Brasil.

A emissão aconteceu no escopo do Framework de Finanças Sustentáveis (“Framework”) do Banco que está alinhado com padrões e taxonomias internacionais, como os Social Bond Principles 2021 da International Capital Market Association (ICMA), e as melhores práticas mundiais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em conformidade com o artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 10 de fevereiro de 2022.

Fausto de Andrade Ribeiro
Presidente

Ana Paula Teixeira de Sousa
Vice-Presidência de Controles Internos e
Gestão de Riscos

Antônio José Barreto de Araújo Júnior
Vice-Presidência de Governo e
Sustentabilidade Empresarial

Carlos Motta dos Santos
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Ênio Mathias Ferreira
Vice-Presidência Corporativo

João Carlos de Nobrega Pecego
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

José Ricardo Fagonde Forni
Vice-Presidência de Gestão Financeira e
Relações com Investidores

Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima
Vice-Presidência de Negócios Digitais e
Tecnologia

Renato Luiz Bellinetti Naegle
Vice-Presidência de Agronegócios

Original assinado

**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE
O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com o artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 10 de fevereiro de 2022.

Fausto de Andrade Ribeiro
Presidente

Ana Paula Teixeira de Sousa
Vice-Presidência de Controles Internos e
Gestão de Riscos

Carlos Motta dos Santos
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

João Carlos de Nobrega Pecego
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima
Vice-Presidência de Negócios Digitais e
Tecnologia

Antônio José Barreto de Araújo Júnior
Vice-Presidência de Governo e Sustentabilidade
Empresarial

Ênio Mathias Ferreira
Vice-Presidência Corporativo

José Ricardo Fagonde Forni
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações
com Investidores

Renato Luiz Bellinetti Naegele
Vice-Presidência de Agronegócios

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**PRESIDENTE**

Fausto de Andrade Ribeiro

VICE-PRESIDENTES

Ana Paula Teixeira de Sousa
 Antônio José Barreto de Araújo Júnior
 Carlos Motta dos Santos
 Ênio Mathias Ferreira
 João Carlos de Nobrega Pecego
 José Ricardo Fagonde Forni
 Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima
 Renato Luiz Bellinetti Naegele

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aramis Sá de Andrade
 Ariosto Antunes Culau
 Débora Cristina Fonseca
 Fausto de Andrade Ribeiro
 Iêda Aparecida de Moura Cagni
 Paulo Roberto Evangelista de Lima
 Rachel de Oliveira Maia
 Walter Eustáquio Ribeiro

DIRETORES

Adelar Valentim Dias
 Antonio Carlos Wagner Chiarello
 Carla Nesi
 Daniel Alves Maria
 Eduardo Cesar Pasa
 Felipe Guimarães Geissler Prince
 Francisco Augusto Lassalvia
 Gerson Eduardo de Oliveira
 Guilherme Alexandre Rossi
 Gustavo Garcia Lellis
 Jayme Pinto Junior
 João Leocir Dal Rosso Frescura
 João Vagnes de Moura Silva
 Lucinéia Possar
 Marco Túlio de Oliveira Mendonça
 Márvio Melo Freitas
 Paula Sayão Carvalho Araujo
 Paulo Augusto Ferreira Bouças
 Pedro Bramont
 Rodrigo Felipe Afonso
 Rodrigo Mulinari
 Thiago Affonso Borsari
 Thompson Soares Pereira César

CONSELHO FISCAL

Aloisio Macário Ferreira de Souza
 Carlos Alberto Rechelo Neto
 Lucas Pedreira do Couto Ferraz
 Rafael Cavalcanti de Araújo
 Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita

COMITÊ DE AUDITORIA

Aramis Sá de Andrade
 Egídio Otmar Ames
 Marcos Tadeu de Siqueira
 Rachel de Oliveira Maia
 Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
 Contador Geral
 Contador CRC-DF 017601/O-5
 CPF 541.035.920-87

Pedro Henrique Duarte Oliveira
 Contador CRC-DF 023407/O-3
 CPF 955.476.143-00

Projeções Corporativas 2022

Para as projeções corporativas de 2022, as aberturas das carteiras de crédito foram alteradas, refletindo a visão utilizada em todo documento Análise do Desempenho: Pessoas Físicas, Empresas e Agronegócio.

Tabela 1. Projeções corporativas para 2022

	Observado 2021	Projeções 2022
Lucro Líquido Ajustado - R\$ bilhões	21,0	23,0 a 26,0
Margem Financeira Bruta - %	4,9	11,0 a 15,0
Carteira de Crédito ¹ - %	19,1	8,0 a 12,0
Pessoas Físicas - %	15,8	10,0 a 14,0
Empresas ² - %	13,8	3,0 a 7,0
Agronegócios - %	29,4	10,0 a 14,0
Receitas de Prestação de Serviços - %	2,2	4,0 a 8,0
Despesas Administrativas - %	1,4	4,0 a 8,0
PCLD Ampliada - R\$ bilhões	-13,1	-16,0 a -13,0

(1) Carteira de Crédito: considera a carteira classificada doméstica adicionada de TVM Privados e Garantias e não considera crédito a Governo; (2) Empresas: não considera crédito a Governo.

As projeções corporativas para 2022 foram elaboradas considerando as seguintes premissas:

Premissas sob gestão da Administração

- a) Preservar o atual modelo de negócios;
- b) Otimização da alocação de capital;
- c) Foco no relacionamento, buscando ser o principal provedor de soluções, de forma a potencializar a experiência do cliente e o resultado do banco;
- d) Intensificação da Estratégia Digital;
- e) Ênfase na melhoria da eficiência operacional.

Premissas que escapam a gestão da Administração

- a) Alterações regulatórias que possam impactar os negócios;
- b) Nível de atividade econômica doméstica e mundial;
- c) Preservação da atual arquitetura da política macroeconômica doméstica;
- d) Taxa de desemprego.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**NOVO MERCADO**

Em 31.05.2006, o Banco do Brasil assinou com a Bolsa de Valores de São Paulo contrato de adesão ao segmento do Novo Mercado da B3, que reúne um grupo de empresas que adotam, voluntariamente, práticas de governança corporativa adicionais às que são exigidas pela legislação brasileira.

Ressalta-se que o Banco do Brasil, seus Acionistas, Administradores e os Membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Companhia: BANCO DO BRASIL S.A.					Posição em 31/12/2021 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
União Federal	1.432.708.542	50,0	--	--	1.432.708.542	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	133.689.414	4,7	--	--	133.689.414	4,7
Outros	1.299.019.064	45,3	--	--	1.299.019.064	45,3
Total	2.865.417.020	100,0	--	--	2.865.417.020	100,0

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

NÃO SE APLICA AO BANCO DO BRASIL S.A

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em [31.12.2021]						
ACIONISTA	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	1.432.708.542	50,0	--	--	1.432.708.542	50,0
Administradores	98.940	--	--	--	98.940	--
Conselho de Administração	3.599		--	--	3.599	
Diretoria	95.341		--	--	95.341	
Previ	133.689.414	4,7	--	--	133.689.414	4,7
Conselho Fiscal	1.000	--	--	--	1.000	--
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	12.017.619	0,4	--	--	12.017.619	0,4
Outros	1.286.901.505	44,9	--	--	1.286.901.505	44,9
Total	2.865.417.020	100,0	--	--	2.865.417.020	100,0
Ações em Circulação ⁽²⁾	1.420.591.910	49,6	--	--	1.420.591.910	49,6

(1) Inclui 42.983 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM.

(2) As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em [31.12.2020]						
ACIONISTA	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	1.432.708.542	50,0	--	--	1.432.708.542	50,0
Administradores	119.594	--	--	--	119.594	--
Conselho de Administração	4.628		--	--	4.628	
Diretoria	114.966		--	--	114.966	
Previ	134.751.214	4,7	--	--	134.751.214	4,7
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	12.175.335	0,4	--	--	12.175.335	0,4
Outros	1.285.662.335	44,9	--	--	1.285.662.335	44,9
Total	2.865.417.020	100,0	--	--	2.865.417.020	100,0
Ações em Circulação ⁽²⁾	1.420.413.540	49,6	--	--	1.420.413.540	49,6

(1) Inclui 31.496 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM.

(2) As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do Banco do Brasil S.A. Opinião Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco do Brasil e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Provisão com perdas esperadas em empréstimos a clientes A constituição da provisão com perdas esperadas em empréstimos a clientes envolve julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco do Brasil. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.j) e nº 24 às demonstrações contábeis consolidadas, o Banco do Brasil desenvolveu modelos internos para estimativa da provisão para perdas esperadas, conforme requerimentos da IFRS 9, visando gerar a expectativa das perdas em empréstimos a clientes ao longo de um dado horizonte de tempo, englobando a avaliação dos parâmetros de PD ("Probability at Default"), LGD ("Loss Given Default") e EAD ("Exposure at Default"). Para tanto, o Banco do Brasil utiliza modelos internos para considerar todos os históricos de dados disponíveis e pondera possíveis cenários de perdas, considerando as estimativas "forward-looking", e envolvendo premissas e julgamentos da Administração, como também avaliação individual de certos clientes, com o objetivo de representar sua melhor estimativa quanto ao risco de perdas esperadas de sua carteira de crédito, incluindo os impactos da COVID-19. A provisão com perdas esperadas em empréstimos a clientes foi considerada um principal assunto de auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis consolidadas, ao uso de estimativas e julgamento por parte da Administração na determinação das provisões que são constituídas. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria? Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco do Brasil para as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, com envolvimento de nossos especialistas, com o objetivo de avaliar a aderência aos requerimentos da IFRS 9, incluindo os impactos da COVID-19; (b) entendimento e testes do desenho, implementação e da efetividade dos controles internos relevantes sobre o processo de mensuração da estimativa da provisão com perdas esperadas em empréstimos a clientes; (c) revisão e desafio dos modelos e bases de dados utilizados pela Administração para a mensuração da perda esperada, incluindo a alocação da carteira de crédito nos estágios requeridos pela IFRS 9, com base em amostragem, com envolvimento de membros seniores da nossa equipe e dos nossos especialistas; (d) revisão e desafio da razoabilidade das premissas utilizadas pela Administração na avaliação individual da perda esperada de certos clientes, com base em amostragem; (e) análise do nível de provisionamento de perdas das operações de crédito, incluindo os impactos da COVID-19; e (f) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para estimar a provisão com perdas esperadas em empréstimos a clientes são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

2. Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.q) e nº 35 às demonstrações contábeis consolidadas, o Banco do Brasil constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas, decorrentes de eventos passados, com base na avaliação da Administração, suportada por seus assessores jurídicos, mensurando os montantes a serem provisionados por meio de métodos denominados "Massificado" e "Individualizado", dependendo do tipo e dos valores envolvidos das ações. O método "Massificado" é utilizado para processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor individual não seja considerado relevante, e foram desenvolvidos internamente pela Administração segundo parâmetros estatísticos. O método "Individualizado" é avaliado periodicamente pelos assessores jurídicos com relação à probabilidade de perda e montantes a serem provisionados. Devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis consolidadas, ao uso de estimativas e julgamento por parte da Administração, consideramos como uma área de foco em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria? Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas e a mensuração dos montantes provisionados; (b) envolvimento de nossos especialistas para entendimento dos parâmetros estatísticos utilizados no método massificado; (c) confirmação das demandas com os assessores jurídicos externos e internos; (d) análise por amostragem para inspecionar a documentação dos processos judiciais provisionados pelo método individualizado; e (e) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para estimar as provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

3. Planos de benefícios a empregados O Banco do Brasil é patrocinador de entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.p) e nº 44 às demonstrações contábeis consolidadas, os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco do Brasil relacionados ao complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na IAS 19 - "Employee Benefits". A estimativa das obrigações dos planos de benefício definido envolve premissas atuariais relevantes, incluindo taxas de desconto, entre outras, as quais são sensíveis e/ou envolvem julgamento da Administração, e podem causar efeitos relevantes sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Diante disso, consideramos como uma área de foco em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria? Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem a mensuração dos passivos atuariais; (b) envolvimento de nossos especialistas atuários para entendimento das bases de dados utilizadas e desafio das principais premissas

atuariais adotadas pelos atuários externos contratados pela Administração nos cálculos dos passivos atuariais; (c) análise por amostragem da razoabilidade das bases de dados e envolvimento de nossos especialistas atuários para o recálculo das obrigações atuariais; e (d) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis. Consideramos que a metodologia de cálculo, as bases de dados e as principais premissas atuariais adotadas pela Administração, em conjunto com seus atuários externos, para estimar as obrigações dos planos de benefícios a empregados são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

4. Ambiente de tecnologia da informação

As operações do Banco do Brasil dependem do ambiente de tecnologia e de infraestrutura capazes de suportar um elevado número de transações processadas diariamente em seus sistemas de informação legados que alimentam os seus registros contábeis. Os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, podem, eventualmente, conter riscos no processamento e na geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, justificando nossa consideração como área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis consolidadas. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria? Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes que suportam as principais atividades de negócio do Banco do Brasil, avaliamos o desenho e a implementação dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banco do Brasil. Considerando os processos e controles do ambiente de tecnologia da informação, associados aos testes realizados mencionados anteriormente, julgamos que nos permitiram de forma razoável considerar as informações extraídas de determinados sistemas para definirmos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco do Brasil é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco do Brasil e suas controladas continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco do Brasil e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco do Brasil e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco do Brasil e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco do Brasil e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco do Brasil e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do exercício

corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Brasília, 24 de março de 2022 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Luiz Carlos Oseliero Filho Auditores Independentes Ltda. Contador CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF CRC nº 1 SP 234751/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do Banco do Brasil S.A. Opinião Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. e de suas controladas ("Banco do Brasil"), identificadas como BB Banco Múltiplo e BB Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco do Brasil S.A. e de suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco do Brasil, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco do Brasil. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.g), nº 4.b) e nº 12 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados pelo nível de risco, de acordo com o julgamento da Administração, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e impactos da Resolução CMN nº 4.803, de abril de 2020, e Resolução CMN nº 4.855, de setembro de 2020, que dispõem sobre certos efeitos da COVID-19. Para tanto, o Banco do Brasil utiliza políticas internas que consideram a definição de ratings de classificação de risco de crédito para os devedores e suas respectivas operações, envolvendo níveis de inadimplência e premissas e julgamentos da Administração, com o objetivo de representar sua melhor estimativa quanto ao risco de crédito de sua carteira, incluindo os impactos da COVID-19. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi considerada um principal assunto de auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ao uso de estimativas e julgamento por parte da Administração na determinação das provisões que são constituídas. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria? Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco do Brasil para as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, incluindo os impactos da COVID-19; (b) entendimento e testes do desenho, implementação e da efetividade dos controles internos relevantes sobre o processo de atribuição de "ratings" aos devedores e suas respectivas operações; (c) análise dos critérios de provisionamento dessas operações e desafio das premissas utilizadas pela Administração e da aderência aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, com base em amostragem; (d) análise do nível de provisionamento total das carteiras, incluindo os impactos da COVID-19; e (e) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para estimar a provisão para créditos de liquidação duvidosa são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.n), nº 4.h) e nº 21 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco do Brasil constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas, decorrentes de eventos passados, com base na avaliação da Administração, suportada por seus assessores jurídicos, mensurando os montantes a serem provisionados por meio de métodos denominados "Massificado" e "Individualizado", dependendo do tipo e dos valores envolvidos das ações. O método "Massificado" é utilizado para processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor individual não seja considerado relevante, e foram desenvolvidos internamente pela Administração segundo parâmetros estatísticos. O método "Individualizado" é avaliado periodicamente pelos assessores jurídicos com relação à probabilidade de perda e montantes a serem provisionados. Devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ao uso de estimativas e julgamento por parte da Administração, consideramos como uma área de foco em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria? Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas e a mensuração dos montantes provisionados; (b) envolvimento de nossos especialistas para entendimento dos parâmetros estatísticos utilizados no método massificado; (c) confirmação das demandas com os assessores jurídicos externos e internos; (d) análise por amostragem para inspecionar a documentação dos processos judiciais provisionados pelo método individualizado; e (e) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para estimar as provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

3. Planos de benefícios a empregados O Banco do Brasil é patrocinador de entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.l), nº 4.g) e nº 29 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco do Brasil relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020. A estimativa das obrigações dos planos de benefício definido envolve premissas atuariais relevantes, incluindo taxas de desconto, entre outras, as quais são sensíveis e/ou envolvem julgamento da Administração, e podem causar efeitos relevantes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Diante

disso, consideramos como uma área de foco em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria? Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem a mensuração dos passivos atuariais; (b) envolvimento de nossos especialistas atuários para entendimento das bases de dados utilizadas e desafio das principais premissas atuariais adotadas pelos atuários externos contratados pela Administração nos cálculos dos passivos atuariais; (c) análise por amostragem da razoabilidade das bases de dados e envolvimento de nossos especialistas atuários para o recálculo das obrigações atuariais; e (d) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis. Consideramos que a metodologia de cálculo, as bases de dados e as principais premissas atuariais adotadas pela Administração, em conjunto com seus atuários externos, para estimar as obrigações dos planos de benefícios a empregados são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

4. Ambiente de tecnologia da informação As operações do Banco do Brasil dependem do ambiente de tecnologia e de infraestrutura capazes de suportar um elevado número de transações processadas diariamente em seus sistemas de informação legados que alimentam os seus registros contábeis. Os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, podem, eventualmente, conter riscos no processamento e na geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, justificando nossa consideração como área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria? Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes que suportam as principais atividades de negócio do Banco do Brasil, avaliamos o desenho e a implementação dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banco do Brasil. Considerando os processos e controles do ambiente de tecnologia da informação, associados aos testes realizados mencionados anteriormente, julgamos que nos permitiram de forma razoável considerar as informações extraídas de determinados sistemas para definirmos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos Demonstrações do valor adicionado As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA"), referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco do Brasil, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor A Administração do Banco do Brasil é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco do Brasil continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco do Brasil ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco do Brasil são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco do Brasil e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco do Brasil e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão

fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco do Brasil e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Brasília, 11 de fevereiro de 2022 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF Luiz Carlos Oseliero Filho Contador CRC nº 1 SP 234751/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL O CONSELHO FISCAL DO BANCO DO BRASIL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., sem modificações, expedido nesta data, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas. Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2022. Aloisio Macário Ferreira de Souza Conselheiro Lucas Pedreira do Couto Ferraz Conselheiro Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita Conselheiro Carlos Alberto Rechelo Neto Conselheiro Rafael Cavalcanti de Araújo Presidente

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA Segundo semestre de 2021 Apresentação O Comitê de Auditoria (Coaud), órgão estatutário, tem suas atribuições definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 4.910/2021, Estatuto Social do Banco do Brasil S.A. (BB) e seu Regimento Interno. Assessoria o Conselho de Administração (CA) em caráter permanente e com independência no exercício de suas atribuições. O Coaud avalia e monitora as exposições de risco mediante interação e atuação conjunta com o Comitê de Riscos e de Capital (Coris), em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/2017. Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos. A Auditoria Interna (Audit) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (Deloitte) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do BB e das subsidiárias abrangidas pelo Coaud. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis. Atividades do Período As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme seu Plano Anual de Trabalho aprovado pelo CA, em 17/12/2020, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades do Comitê. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração, disponibilizadas ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente, e estão publicadas, na forma de extratos, no endereço eletrônico www.bb.com.br/ri. No período, realizou reuniões com representantes da Administração do BB e de empresas do Conglomerado, assim como com seus respectivos Conselhos de Administração e Fiscal, Coris, Conselho Diretor, Auditorias Interna e Independente e Banco Central do Brasil (Bacen), além de reuniões entre os membros do Coaud. Nessas reuniões abordou os temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, transações com partes relacionadas, atuarial, exposições de risco e contabilidade. O Comitê apresentou informes periódicos de suas atividades e pareceres relativos aos temas de sua atuação ao CA. Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Coaud. Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição. Não foi reportada ao Coaud a existência de divergências entre a auditoria independente e a administração relacionadas às demonstrações contábeis. Conclusões Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Coaud concluiu que: a) o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e vem sendo aprimorado constantemente. Nada obstante, requer atenção permanente da Administração em determinados processos, de modo a mitigar riscos e/ou alcançar as melhores práticas de mercado; b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade; c) a Deloitte atua com efetividade e independência; d) as transações com partes relacionadas, avaliadas no período, encontram-se adequadas à política específica do BB e à legislação vigente; e) os principais parâmetros dos cálculos e os resultados atuariais estão adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis; f) as principais exposições de risco vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração; e, g) as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do BB de 31/12/2021 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data. Brasília-DF, 11 de fevereiro de 2022. (assinado eletronicamente) Egidio Otmar Ames (coordenador) (assinado eletronicamente) Aramis Sá de Andrade (assinado eletronicamente) Marcos Tadeu de Siqueira (assinado eletronicamente) Rachel de Oliveira Maia (assinado eletronicamente) Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em conformidade com o artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados. Brasília (DF), 10 de fevereiro de 2022. Fausto de Andrade RibeiroPresidente Ana Paula Teixeira de SousaVice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos Antônio José Barreto de Araújo JúniorVice-Presidência de Governo e Sustentabilidade Empresarial Carlos Motta dos SantosVice-Presidência de Negócios de Varejo Ênio Mathias Ferreira Vice-Presidência Corporativo João Carlos de Nobrega PecegoVice-Presidência de Negócios de Atacado José Ricardo Fagonde ForniVice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores Marcelo Cavalcante de Oliveira LimaVice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia Renato Luiz Bellinetti NaegeleVice-Presidência de Agronegócios

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES Em conformidade com o artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância. Brasília (DF), 10 de fevereiro de 2022. Fausto de Andrade RibeiroPresidente Ana Paula Teixeira de SousaVice-Presidentência de Controles Internos e Gestão de Riscos Antônio José Barreto de Araújo JúniorVice-Presidentência de Governo e Sustentabilidade Empresarial Carlos Motta dos SantosVice-Presidentência de Negócios de Varejo Ênio Mathias Ferreira Vice-Presidentência Corporativo João Carlos de Nobrega PecegoVice-Presidentência de Negócios de Atacado José Ricardo Fagonde ForniVice-Presidentência de Gestão Financeira e Relações com Investidores Marcelo Cavalcante de Oliveira LimaVice-Presidentência de Negócios Digitais e Tecnologia Renato Luiz Bellinetti NaegeleVice-Presidentência de Agronegócios